



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES III
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TEREZA RAFAELLA CORDEIRO MACIEL

**O “CORPO POLÍTICO” FEMINISTA SOBRE DUAS RODAS:
DAS RUAS ÀS REDES**

FORTALEZA

2020

TEREZA RAFAELLA CORDEIRO MACIEL

O “CORPO POLÍTICO” FEMINISTA SOBRE DUAS RODAS:
DAS RUAS ÀS REDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra.

Área de Concentração: Mobilidade Urbana, Feminismos, Culturas Urbanas e Ciberculturas.

Linha de pesquisa: Cidade, Movimentos Sociais e Práticas Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Geísa Mattos de Araújo Lima.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M139" Maciel, Tereza Rafsella Cordeiro.
O "Corpo Político" Feminista Sobre Duas Rodas : Das Ruas as Rede / Tereza Rafsella Cordeiro Maciel.
– 2020.
341 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Geisa Mattos de Araújo Lima.

1. Mulheres. 2. Bicicleta. 3. Cicloativismo. 4. Feminismo. I. Título.

CDD 301

TEREZA RAFAELLA CORDEIRO MACIEL

O “CORPO POLÍTICO” FEMINISTA SOBRE DUAS RODAS:
DAS RUAS ÀS REDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra.

Área de Concentração: Mobilidade Urbana, Feminismos, Culturas Urbanas e Ciberculturas.

Linha de pesquisa: Cidade, Movimentos Sociais e Práticas Culturais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Geísa Mattos de Araújo Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Glória Maria dos Santos Diógenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Dolores Aronovich Agüero
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Paula Maria Guerra Tavares
Universidade do Porto (U. PORTO)

Prof.^a Dr.^a Ana Yolanda Ramos-Zayas
Yale University (YALE)

À todas as mulheres pedalantes que insistem em desafiar esse trânsito e esse mundo caótico, todos os dias, sobre duas rodas. “Ninguém solta o guidão de ninguém! ”.

Aos meus pais, Margarida e Valderilo (*in memoriam*).

É sobre resistir.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação foi tecida a vários fios de experiências femininas especiais, que se costuraram à minha vida, para além de meras interlocutoras. Por isso, início esses agradecimentos, dizendo o quanto me sinto feliz e extremamente honrada por ter sido rodeada de mulheres tão incríveis, que toparam compartilhar suas vidas comigo ao longo desses dois anos, seja nas plataformas virtuais ou em encontros presenciais. Obrigada Aspásia Mariana, Andréa Bezz, Karla Kizzy, Luana Holanda, Aline Montenegro, Thaís Narciso, Catarina Silver, Vivian Garelli, Tássia Furtado, Roberta Raquel, Aline Os, Nilda Saldamano, Patrícia Sampaio, Marina Harkot, Amanda Fernandes, Maria Aline, Joyce Costa e Sayuri Dantas. Todo esse trabalho, muito antes de qualquer titulação, tem o objetivo de deixar registrada toda a história de luta de vocês e de todas as mulheres que insistem em desafiar os obstáculos diários em cima de suas bicicletas. Obrigada por me apresentarem esse mundo tão rico, tão dinâmico e, por me permitirem, divulgar histórias sem ocultar seus sujeitos reais.

Agradeço enormemente à União dos Ciclistas do Brasil (UCB), instituição a que me associei e, através da qual pude conhecer boa parte dessas cicloativistas maravilhosas que participaram desta pesquisa e a maioria dos grupos e eventos de cicloativismo, um dos quais pude participar, como o Bicicultura. Muito obrigada pelo acolhimento de todos, em especial do GT Gênero. Sou muito grata pela oportunidade que me concederam para participar do Fórum Mundial da Bicicleta no Equador, a qual infelizmente não foi possível estar presente, mas que me fez sentir muita felicidade simplesmente por ter sido uma das escolhidas. Muito obrigada mesmo!!

Igualmente valiosa foi a parceria estabelecida com a minha orientadora, professora Geísa Mattos, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, a quem devo muito de tudo que aprendi nessa jornada. Obrigada pela sua paciência, atenção, disponibilidade, amizade e carinho de sempre. Por me abrir novos caminhos, por segurar na minha mão nos momentos difíceis, por acreditar que eu sempre poderia ir mais longe e que nenhuma barreira seria intransponível para nós. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de compartilhar tantos momentos com você. Obrigada por ser essa pessoa tão especial, essa mulher tão incrível e essa profissional admirável. Sem você, esse caminho seria, com toda certeza, muito mais difícil. Anjos da guarda existem, você é o meu!! Te adoro muito!

Agradeço imensamente ao time incrível de professoras, que aceitaram participar da minha banca de qualificação e de defesa, e que trouxeram contribuições valiosíssimas para este trabalho. A começar pela professora Lola Aronovich, do Departamento de Estudos da Língua

Inglês, suas Literaturas e Tradução, da UFC, com quem aprendi uma grandiosa parcela do que sei hoje sobre o Feminismo, o Ecofeminismo e a luta das mulheres, desde às suas aulas incríveis na pós-graduação em Letras, do curso de extensão “Discutindo Gênero através de Literatura e Cinema”, à sua companhia inigualável nas várias manifestações que fomos juntas, ao seu exemplo de vida e luta incansável. Obrigada pelas referências importantíssimas de leituras e por tudo que acrescentou à minha empreitada feminista, Lola! Você é muito especial!!

Obrigada à professora Paula Guerra, do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Porto em Portugal que, muito antes de me conhecer pessoalmente, e morando a quilômetros de distância de mim, acolheu a mim e ao meu trabalho de uma forma tão única e especial como nunca tinha visto antes. Agradeço pela atenção e receptividade de sempre, pelo olhar aguçado e preocupado com as minhas questões de pesquisa, pelas referências de textos incríveis! Obrigada pelo respeito, amizade e carinho compartilhados. Nunca agradecerei o suficiente por suas incontáveis contribuições durante esse percurso. Você é punk!! Eu te admiro demais!!

Agradeço também imensamente à professora Ana Ramos-Zayas, do Departamento de Antropologia da Yale University, pelas ricas e singulares contribuições à esta pesquisa. Cada um dos seus apontamentos foi de uma importância grandiosa para mim, me fizeram enxergar muito mais longe e a conhecer um mundo de bibliografias incomparáveis! Obrigada por ser tão receptiva a mim, por ler meu trabalho com tanto cuidado, zelo e atenção, sem nem mesmo me conhecer pessoalmente. Sou muito grata por todo o seu acolhimento. Obrigada por compartilhar um pouco do seu valioso tempo e conhecimento comigo! Você é espetacular!!

Sou igualmente grata à professora Glória Diógenes, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, sempre com seus ouvidos atentos, sua escrita incomparável e a doçura de palavras que parecem poesia. Obrigada pelos aprendizados na oficina de escrita, pelo apoio nesse emaranhado de letras que teimamos em costurar. Pelo abraço, acolhimento e apoio nos momentos em que a luz no fim do túnel parecia inalcançável. Admiro muito seu profissionalismo, sua dedicação e, principalmente, seu amor com os alunos. Você é maravilhosa e um exemplo para mim!!

Obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e a todos os professores que compõem o Departamento de Ciências Sociais da UFC, com quem aprendi tudo o que sei e onde encontrei acolhimento desde a minha graduação.

Agradeço grandemente à Capes¹, que custeou essa pesquisa, para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao trabalho, tornando meu sonho de ser mestra uma realidade possível. Sem esse apoio financeiro, jamais teria conseguido realizar este feito.

Um agradecimento especial à minha companheira de todas as horas, Andréa Cristina Matos que, incansavelmente, cuidou de mim todo esse tempo. Em meio às dificuldades da rotina, segurou minha mão, deu seu ombro para que eu dividisse o fardo das minhas dificuldades, e nunca desistiu de mim. Obrigada por sempre acreditar no meu trabalho, por reconhecer minha luta, por lutar junto comigo. Agradeço muito cada abraço, cada leitura compartilhada, cada formatação feita neste trabalho, cada opinião dada, cada refeição feita. Sem você, eu acho que não conseguiria fazer nem metade do que fiz. Obrigada por cada “vai dá certo!” Obrigada pelo seu amor imensurável!!

Agradeço à toda a minha família, pelo apoio, amor e carinho. Por estarem sempre ao meu lado e acolherem minhas decisões, torcendo pelas minhas conquistas. A dor da ausência que meus pais, Margarida e Valderilo, deixaram, o vazio que ficou, o trabalho que eles não puderam ver, a celebração que eles não puderam partilhar comigo, são preenchidos, nem que seja em parte, pelo amor de todos vocês. Agradeço especialmente minha prima-irmã Gláucia e minha tia-mãe Maria Helena. Muito obrigada! Jamais poderia esquecer de agradecer aos meus tios Luiz e Benedita, pelo amor de sempre.

Obrigada aos meus irmãos Luciana, Verônica e Rodrigo, ter vocês em minha vida, é um dos presentes mais especiais que o universo poderia me dar! Amo muito todos vocês e sem esse amor, minha jornada não teria sido tão feliz!

Agradeço pela felicidade em poder tornar realidade o Fórum de Mulheres do Curso de Ciências Sociais da UFC, fundado conjuntamente com colegas incríveis da graduação e da pós-graduação em 2018. Pelo grupo de estudos feministas que, muito mais que compartilhar leituras e conhecimento de nossas lutas, serviu como um espaço de muito acolhimento e sororidade entre nós. Obrigada pela oportunidade em compartilhar tantos momentos felizes e tantas lutas com vocês!! Que continuemos a seguir com as nossas batalhas!

Muito obrigada a todos os colegas que fiz durante o curso de Mestrado em Sociologia! E a todos os meus amigos que compartilharam momentos de alegria e dificuldade ao meu lado nessa estrada da vida!

Por fim, esses são os últimos retoques dos fios que tecem a escrita dessa dissertação que há dois anos me acompanha dia a dia. Já sinto um saudosismo, um medo e uma vontade

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

louca de não me desprender. Parece mãe que cria o filho para o mundo e quando ele cresce não quer deixá-lo ir embora. Tantas dificuldades e tanto amor estão derramados nessas linhas. Tantas trocas, tantos aprendizados. Já sinto saudade de uma falta que ainda nem é falta. Sinto-me me despedindo de algo que é meu, mas muito mais do mundo. A gente escreve para o mundo e também para nós mesmas. Escrever alimenta a alma, mas eu até acho que aqui tem mais corpo que alma, tem suor, tem êxtase de descoberta, tem afago, tem alvoroço, uma mistura de sensações que hoje se embolou e eu só consigo sentir falta da falta que essas coisas que nos prendem sempre faz. Eu escrevo com vontade que as linhas não se findem, ou se findem pra eu recomençar de outro modo com outras sensações. Eu já sinto saudade dessas manhãs que viram noite sem ver o pôr do sol, eu sinto falta de ter que ir pra universidade e sentir o cheiro desse lugar. A academia e a arte produzida lá me trazem uma sintonia com o mundo, parece que o mundo está ali, na palma da minha mão, tudo me faz sentir mais perto do que é distante na realidade. A escrita já incorporada em mim foi moldada lá na universidade e eu já sinto saudade antes mesmo do dia de me despedir dessa rotina. Os meus escritos estão pertinho de voar sozinhos, com suas próprias asas. Talvez a gente ainda se encontre por aí numa nova aventura, por enquanto inicio a viagem de bicicleta e rodeada de mulheres incríveis que compartilharam seus mundos pedalantes comigo. Ainda não sei qual será meu próximo destino, mas de uma coisa eu tenho certeza: depois do movimento de uma escrita sobre duas rodas, nunca mais meu mundo será o mesmo. O coração está pequenininho pra tanta saudade.

Por que sou levada a escrever?

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender, através das experiências de mulheres e suas práticas sociais de mobilidade urbana por bicicleta, quais as dinâmicas que compõem “os estilos de vida feminista” pautados sob o ativismo na e através da bicicleta na atualidade. A pesquisa privilegia a análise das experiências de violências, resistências e sororidades vivenciadas pelas mulheres “cicloativistas feministas” seja nos espaços públicos, nos âmbitos institucionais ou nas redes sociais digitais, entendendo que as dinâmicas que perfazem este movimento social interconectam-se nessas três dimensões. Para dar conta da análise, a pesquisa, de caráter qualitativo, baseia-se numa abordagem composta por três frentes de investigação em concomitância: (1) Uma análise sociológica feminista interseccional, apoiada numa literatura feminista branca, negra e latina em conjunto, que tem como objetivo ressaltar aspectos de gênero, raça, classe, sexualidade, localização geográfica, idade, cultura, etc. (2) Paralelo à esta perspectiva, soma-se uma investigação acerca da relação entre *Corpo* e *Poder*, tendo como referencial teórico autores como Judith Butler e Michel Foucault, juntamente com o uso do conceito de *habitus* de Bourdieu a fim de compreender mais especificamente como desenvolve-se o que denominamos de *corpo político feminista sobre duas rodas* e como esse corpo, a partir de então, adquire um estilo de vida ativista e um *status* de *empoderamento* quando da sua imposição nas ruas. (3) Por fim, também une-se aos dois processos teórico-metodológicos de investigação citados anteriormente, uma análise relacional entre realidades micro e macro, com destaque para um olhar mais apurado aos desdobramentos dos que estão às margens criando *alternativas* à realidade social apresentada. Para isso, tomamos como norte a *teoria dos campos* de Bourdieu e a perspectiva do conceito de *cena* de Bennett & Peterson (2004) para ter uma visão ampla do fenômeno nas dimensões local, translocal e transnacional/ virtual, esta última, por sua vez, sendo abordada de forma mais aprofundada, a partir do conceito de *corpos ciborgues* (HARAWAY, 2009), finalizando o ciclo com a perspectiva de formação do movimento por meio das redes.

Palavras-chave: Mulheres; Bicicleta; Cicloativismo; Feminismo.

ABSTRACT

The present work aims to understand, through the experiences of women and their social practices of urban mobility by bicycle, which dynamics make up "feminist lifestyles" based on activism on and through bicycles nowadays. The research privileges the analysis of the experiences of violence, resistances and sororities experienced by women "feminist cycloactivists" either in public spaces, in institutional areas or on digital social networks, understanding that the dynamics that make up this social movement interconnect themselves in these three dimensions. Reporting the analysis, the qualitative research is based on an approach composed of three research fronts in concomitance: (1) an intersectional feminist sociological analysis, supported by a white, black and Latin feminist literature together, which aims to highlight aspects of gender, race, class, sexuality, geographical location, age, culture, etc. (2) Parallel to this perspective, an investigation is added about the relationship between Body and Power, having as theoretical reference authors such as Judith Butler and Michel Foucault, closely with the use of Bourdieu's concept of habitus in order to understand more specifically how develops what calls political feminist body on two wheels develops and how this body, then on, acquires an activist lifestyle and empowerment status when it is imposed on the streets. (3) Finally, it also joins the two theoretical-methodological processes of investigation research mentioned above, a relational analysis between micro and macro realities, with emphasis on a more accurate look at the developments of those are on the margins creating alternatives to presented social reality. In order, the research guides the Bourdieu field theory and the perspective of Bennett & Peterson's scene concept (2004) to have a broad view of the phenomenon in the local, translocal and transnational/virtual dimensions, the last, in turn, being approached in depth, from the concept of cyborg bodies (HARAWAY, 2009), ending the cycle with the perspective of movement formation through networks.

Keywords: Women; Bicycle; Cyclotivism; Feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Marcha das Margaridas	38
Figura 2	Marcha das Vadias	41
Figura 3	Movimento Passe Livre	45
Figura 4	Ciclotivista reivindicando tarifa zero para o transporte público.....	45
Figura 5	Campanha <i>Chega de Fiu Fiu</i>	48
Figura 6	Ato Fora Cunha	49
Figura 7	Marcha das Mulheres Negras	50
Figura 8	Campanha <i>Vamos Juntas?</i>	58
Figura 9	Campanha das <i>Ciclanas</i> em apoio à professora e ativista Lola Aronovich, no momento em que “mascus” criaram um <i>blog</i> falso em seu nome, para disseminar ódio contra minorias como se fosse a própria Lola	63
Figura 10	Texto publicado nas redes sociais digitais das <i>Ciclanas</i> em apoio à professora e ativista Lola Aronovich	63
Figura 11	Ato ELENÃO	65
Figura 12	Ciclotivistas no ato EleNãO Fortaleza – CE	67
Figura 13	Mulheres no Movimento #NiUnaMenos	68
Figura 14	Ativistas Participam da #MeToo March em 10 de novembro de 2018 em Hollywood, Califórnia.....	69
Figura 15	Imagem da simbologia do movimento El Violador Eres Tu	71
Figura 16	Ciclotivista Teresa D’Aprile	76
Figura 17	Grupo Saia na Noite	77
Figura 18	Ciclotivista Renata Falzoni	82
Figura 19	Grupo Pedalinas	86
Figura 20	Grupo Cíclicas	88
Figura 21	Grupo Meninas ao Vento	88

Figura 22	Grupo Ciclanas	89
Figura 23	Cicloativista Aspásia Mariana em manifestações de rua	90
Figura 24	Mulheres Ativistas na Pedalada pelada	92
Figura 25	Renata Falzoni na Pedalada	92
Figura 26	Grupo Bike Anjas SP	97
Figura 27	Grupo Pedal das Gurias	98
Figura 28	Grupo Pedalzinho das Mina	98
Figura 29	Grupo As Pedaleirax	98
Figura 30	Grupo Minas na Pixxta	98
Figura 31	Grupo La Frida Bike	98
Figura 32	Grupo Pedal Maravilha	98
Figura 33	Grupo Bicimanas	98
Figura 34	Grupo VeloDelas	98
Figura 35	Cicloativista Andréa Bezz regando as plantas das ruas de Fortaleza	146
Figura 36	Cicloativista Aspásia Mariana e seu vínculo com o MTST e com a líder indígena Sônia Guajajara	146
Figura 37	Depoimento da cicloativista Catarina Silver acerca das suas experiências com o veganismo e o cicloativismo	147
Figura 38	Campanha #terçasescarne realizada pela cicloativista Karla Kizzy	147
Figura 39	Campanha de Doação de Sangue para Luana Holanda	158
Figura 40	Cartaz em protesto pelo atropelamento da Luana Holanda	159
Figura 41	Cicloativista Patrícia Sampaio e seus filhos na <i>bike</i>	177
Figura 42	Cicloativista Nilda Saldamano em Bicletada Pública Pelos Direitos Cidadãos da Infância	180
Figura 43	Cicloativista Thaís Narciso.....	184
Figura 44	Cicloativista Vivian Garelli (Campanha do <i>Bike Anjo</i>).....	188

Figura 45	Ato do grupo Bicimanas durante o evento “16 Dias de Ativismo Contra Violência de Gênero”.....	197
Figura 46	Cicloativista Tassía Furtado erguendo os braços e a bicicleta simbolizando um ato de empoderamento.....	198
Figura 47	Ciclistas realizando a manifestação do “Pedalada Pelada” no Rio de Janeiro.....	199
Figura 48	Ato “Pedalada Pelada”em POA –RS	200
Figura 49	Ato “Pedalada Pelada” em Salvador	200
Figura 50	Ato “Pedalada Pelada”em Porto Alegre – RS	200
Figura 51	Oficina de mecânica básica de bicicleta na Casa Cavilosa	205
Figura 52	Publicação da Casa Cavilosa sobre a oficina de mecânica	206
Figura 53	Roda de conversa do grupo Cíclicas	209
Figura 54	Pedalada do 100Gurias100Medo Florianópolis	212
Figura 55	Projeto Selim Cultural	213
Figura 56	Oficina Mão na Roda	214
Figura 57	Bikes Courier do Projeto Señoritas Courier	216
Figura 58	Projeto Bike Café Poético do Grupo La Frida Bike	218
Figura 59	Cicloativistas em atividade no projeto Bike Café Poético	219
Figura 60	Projeto Preta, Vem de Bike	219
Figura 61	Roda de conversa grupo Ciclanas	224
Figura 62	Atividades realizadas durante o evento 100 Gurias100 Medo / 2018 (RJ) ...	236
Figura 63	Atividades realizadas durante o evento Bicicultura / 2018 (RJ)	237
Figura 64	Cerimônia de abertura com referências e agradecimentos à Pachamama	245
Figura 65	Reunião Pré-FMB da Rede de Mulheres Latinoamericanas; quadro de propostas sobre Interseccionalidades; Materiais à venda; roda de atividades compartilhadas.....	246
Figura 66	Protesto durante mesa de abertura	247

Figura 67	Mulheres participantes do FMB 8.....	247
Figura 68	Publicação do ciclista acerca do tema gênero no FMB 8	248
Figura 69	Publicação de mulher ciclotivista em resposta ao post anterior	248
Figura 70	Mensagem endereçada ao e-mail da ciclotivista colombiana	249
Figura 71	Página do <i>Facebook</i> do REDIMYD	250
Figura 72	Nota das latinoamericanas em repúdio à ameaça dirigida à ciclotivista colombiana	251
Figura 73	Nota em português divulgada pelas latinoamericanas acerca da ameaça sofrida pela ciclotivista colombiana	252
Figura 74	Cartaz de divulgado para estimular vítimas de violência a denunciarem seus agressores	253
Figura 75	Ciclotivista Bushra Al Fusail	262
Figura 76	Ciclotivistas iemenitas pedalando	262
Figura 77	Ciclotivista Bushra Al Fusail com sua bike	263
Figura 78	Equipe Nacional de Ciclismo Feminino do Afeganistão	265
Figura 79	Ciclotivistas afegãs	267
Figura 80	Ciclotivistas paquistanesas	268
Figura 81	Bicicletada pelo Dia Internacional das Garotas em Karachi 2019	270
Figura 82	Ciclotivista Baraah Luhaid	272
Figura 83	Baraah Luhaid pedalando pela cidade	272
Figura 84	Ciclotivista Bernice Dapaah	274
Figura 85	Jovens com suas bicicletas de bambu beneficiadas pelo projeto de Bernice Dapaah	274
Figura 86	Grupo de ciclotivista Black Women Bike DC	276
Figura 87	Cartaz com slogan e simbologia das Ovarian Psycos	279
Figura 88	Grupo das Ciclotivistas Ovarian Psycos	280

Figura 89	Cartaz de divulgação da 6ª bicicletada anual das “OVAS” em protesto contra a gentrificação	281
Figura 90	Capas do documentário acerca das Ovarian Psycos	283
Figura 91	Cartaz - Convite do movimento Massa Clitoriana	284
Figura 92	Cicloativistas Mexicanas em Bicicletada	285
Figura 93	Cicloativistas Mexicanas em protesto devido à morte da ciclista Enid García	287
Figura 94	Cicloativistas nas Fixolimpíadas em Fortaleza – CE.....	294
Figura 95	Capacete <i>ForBlacks</i>	297
Figura 96	Passo-a-passo pré-pedalada (Campanha do <i>Bike Anjo</i>).....	299
Figura 97	Publicação da Aline Montenegro demonstrando sua relação com a “Grace”	300
Figura 98	Mapa da Rede Cicloativista Feminista Contemporânea.....	304

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gráfico comparativo entre modais de transporte conforme suas capacidades físicas e quantidade de emissão de CO2.....	145
Gráfico 2	Índice de mortes de ciclistas em acidentes no Brasil.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Interlocutoras	110
Tabela 2 – Grupos	113
Tabela 3 – Fatores de risco de acordo com a frequência de atividade física	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ACBC	Associação de Ciclismo de Balneário Camboriú
ACERGS	Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
AIAFCI	Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena
AMB	Articulação da Mulher Brasileira
AMC	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
AMOBICI	Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis
BA	Bahia
CE	Ceará
CEART	Centro de Artesanato do Ceará
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CNDM	Conselho Nacional da Mulher
CO2	Gás Carbônico
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTB	Código De Trânsito Brasileiro
DCNT	Doenças Crônicas não Transmissíveis
DCV	Doenças Cerebrovasculares
DF	Distrito Federal
DIC	Doenças Isquêmica do Coração
DPOC	Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
DPOC	Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
ENBA	Encontro Nacional do Bike Anjo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMB	Fórum Mundial da Bicicleta
GPS	Guia da Previdência Social
GT	Grupo de Trabalho
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>

IPEA	Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
ISA	Instituto Socioambiental
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
LABMOB	Laboratório de Mobilidade Sustentável
LERHA	Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando
MCidades	Ministério das Cidades
MG	Minas Gerais
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPCE	Ministério Público do Estado do Ceará
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	<i>Ovarian Psycos</i>
PAISM	Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher
PB	Paraíba
PBB	Programa Bicicleta Brasil (PBB)
PCD	Pessoa Com Deficiência
PE	Pernambuco
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PT	Partido dos Trabalhadores
PT-CE	Partido dos Trabalhadores do Ceará
REDIMYD	Red Interseccional de Mujeres y Disidencias en Bicicleta
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul

SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SeMOB	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
SXSW	<i>South by Southwest</i>
TEDx	Technology; Entertainment; Design
UCB	União dos Ciclistas do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
WLM	Women's Liberation Movement
WNBR	<i>World Naked Bike Ride</i>
XXFG	<i>Xota Xota Fixed Gear</i>

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

R\$ Real

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	25
I.I Quando o Frágil torna-se Forte: A Bicicleta e As Mulheres.....	25
I.II Um Panorama Geral do Feminismo Contemporâneo Brasileiro.....	37
I.III Um Giro de Bicicleta pelo Mundo Feminista: O Cicloativismo Feminista Brasileiro.....	73
I.IV Para Além das Fronteiras – O Cicloativismo Feminista em Outros Países	99
II. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	102
CAPÍTULO 1 – CICLOATIVISMO FEMINISTA E ECOFEMINISMO	122
1.1 A Bicicleta, o Veganismo e o Envolvimento com Outros Movimentos Sociais: Práticas Ecofeministas dentro do Cicloativismo Feminista.....	143
Notas Finais	152
CAPÍTULO 2 – CENAS LOCAIS - VIOLÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E SORORIDADES	154
2.1 A Violência das Ruas e As Mulheres.....	155
2.1.1 A Violência de Gênero.....	163
2.1.2 As Violências sob uma perspectiva interseccional.....	168
2.2 Formas de Resistência	182
2.2.1 As Formas de Resistência Individuais.....	182
2.2.2 O que torna a bike um instrumento de luta feminista?.....	187
2.3 Deslizando entre Corpo e Poder: Empoderamento feminino e o pedalar na rua	194
2.4 Os Corpos Políticos Feministas e a Construção da Sororidade	203
Notas Finais	226
CAPÍTULO 3 – CENAS TRANSLOCAIS E TRANSNACIONAIS/ VIRTUAIS: OS EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE CICLOATIVISMO	228
3.1 Cenas Translocais no Brasil: O Bicicultura e o Festival 100Gurias100Medo	236
3.2 Cenas Transnacionais na América Latina: O Fórum Mundial da Bicicleta e o I Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências.....	244
3.3 O Campo Institucional e o Subcampo Alternativo no Contexto Cicloativista.....	254
Notas Finais	257
CAPÍTULO 4 – OUTRAS CONEXÕES DA CENA CICLOATIVISTA FEMINISTA CONTEMPORÂNEA	257

4.1	Nem Começo Nem Fim, Sempre Um Meio: Outros Ecos de um Cicloativismo Feminista.....	261
	Notas Finais	291
	CAPÍTULO 5 – AS BICICLETAS E AS MULHERES EM REDE: CORPOS POLÍTICOS FEMINISTAS CIBORGUES?	293
5.1	Da experiência vivida ao Ciborgue.....	295
5.2	Redes híbridas: Conexões entre Corpos Políticos Feministas Ciborgues.....	300
	Notas Finais	305
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIM DO PERCURSO OU INÍCIO DE NOVAS ROTAS?	308
	REFERÊNCIAS	313
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	332
	ANEXO A – DISCURSO DA CICLOATIVISTA PALOMA COSTA NO UN CLIMATE ACTION SUMMIT 2019	333
	ANEXO B - MANIFESTO CRIADO PELAS CICLOATIVISTAS LATINO-AMERICANAS	334
	ANEXO C – CARTA ABERTA SOBRE FÓRUM MUNDIAL	336

I. INTRODUÇÃO

I.I) Quando o Frágil torna -se Forte: A Bicicleta e As Mulheres

A feminista americana Susan Anthony disse no final do século XIX que “a bicicleta fez mais pela emancipação das mulheres do que qualquer outra coisa no mundo” (1896). O fato é que quando ela falou isso não atentou-se para uma grande porção de mulheres que infelizmente estavam excluídas dessa possibilidade, como bem questiona a cicloativista Livia Suarez em palestra para o *TEDx Talks*² em fevereiro de 2019: “Quais mulheres estão incluídas nessa citação? Quem estava representando a mulher nos planos de mobilidade? Que cor tinha a mobilidade? Por que as políticas públicas não implementam ciclovias nas periferias? Se pensarmos na bicicleta como uma extensão do corpo político feminista, estaremos a uma pedalada de distância para entender o fenômeno que se pauta nos processos de lutas de resistência feminista no âmbito do cicloativismo contemporâneo, entretanto estaremos muito mais próximos dessa compreensão se procurarmos olhar para esse fenômeno a partir não só de quem já está dentro dele, mas de quem, com muita luta, tenta inserir-se nesse espaço e resistir. Falo de quem está não só nas margens, mas para além delas também, pois só assim será possível termos uma visão mais ampla do fato, mesmo que nunca total.

Esse corpo feminino que se une a bicicleta, a cada pedalada, é um corpo político que resiste, que insiste em ficar, que ocupa um lugar que lhe é negado, fazendo do ato de existir e estar ali nas ruas, uma potência política. Se dermos uma volta e meia para trás, a bicicleta nos levará para um cenário em que a relação entre ela e as mulheres caminha junto com os ideais iluministas de igualdade de direitos. Foi pelo giro dos pedais que as vestimentas femininas se modificaram e agora podiam contar com as famosas “calças bloomers” e a libertação dos terríveis espartilhos. A cada pedalada na rua, a luta pelo direito à cidade, o direito de ir e vir nos espaços públicos, parecia ir se concretizando, numa época em que a “bela, recatada e do lar” prevalecia, em meados dos séculos XIX e XX.

Por outro lado, quem estava dentro dessa realidade, eram mulheres brancas de classe média/ alta. Este cenário modifica-se por completo se nos atentarmos para a situação das mulheres negras que, geralmente, não possuíam condições para ter uma bicicleta, não sabiam pedalar e, eram totalmente excluídas de todo esse processo: “Aprendemos a pedalar tardiamente, não sabemos pedalar, não temos bicicleta, seja por questões econômicas ou repressões diversas” (Cicloativista Livia Suarez para o *TEDx Talks*). Muitas vezes, enquanto as

² A palestra está disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=u1UffCjANxk>.

brancas lutavam pelos ideais de liberdade, as mulheres negras estavam nas cozinhas das casas dessas mulheres brancas fazendo o serviço doméstico que estava sendo relegado ou, simplesmente, lutando para existir. O espaço público, que era negado a algumas mulheres, por outro lado, era o mesmo espaço em que as denominadas “mulheres da vida” que estavam sob o âmbito da prostituição, tinham acesso liberado para estar pelos homens sedentos dos seus “serviços”.

Se acelerarmos um pouco a nossa pedalada até chegarmos no nosso contexto atual, observamos que essa relação entre a bicicleta e as mulheres continua de uma maneira muito mais forte, e vem sofrendo algumas mudanças importantes, como a inserção cada vez maior de uma pluralidade de vozes que, por sua vez, vem para reivindicar o pleno acesso aos espaços públicos urbanos e institucionais. Para que isso torne-se cada vez mais uma realidade contemporânea, a união tem sido fundamental. As mãos que sustentam o guidão da *bike*, são as mesmas que se entrelaçam com as de outras mulheres, seja para lhes mostrar o melhor caminho a seguir ou simplesmente para reafirmar o poder da frase “você não está sozinha”. Os pés que giram os pedais são os mesmos que caminham lado a lado nos momentos de opressão e desespero. Se é preciso frear ou acelerar, o combustível é movido por muita sororidade e, mesmo que, por vezes, a sororidade esteja em falta, tudo bem, ninguém é obrigada a estar bem o tempo todo, o que importa é que aqui o corpo fala por si só e essa linguagem é compartilhada por todas nesse cenário. Estar nas ruas pedalando já significa mais do que qualquer palavra dita numa roda de conversa ou numa oficina de mecânica básica de bicicleta. Esses processos de resistência são fatores que impulsionam mulheres diversas: “A todo momento estamos pensando em como manter nossos corpos em movimento, pedalar *pra* gente é um ato político, é um ato revolucionário” (Cicloativista Livia Suarez para o *TEDx Talks*).

No contexto atual, a democratização da bicicleta passa a ser cada vez mais reivindicada por grupos minoritários: “O acesso a bicicleta não é uma realidade da população negra” (Cicloativista Livia Suarez para o *TEDx Talks*). A luta é árdua, a conquista do espaço é diária, mas a resistência prevalece. Se não tem espaço na mobilidade para essas e outras mulheres, novos espaços são criados e uma outra realidade acontece.

Sempre que observo a relação entre mulheres e bicicleta, imediatamente me vem à mente uma reflexão acerca da ligação entre homens e carros. Diante disso, eu fico pensando em como sempre existem dicotomias quando falamos de homens e mulheres, por exemplo, os homens sempre são tidos como velozes e fortes, enquanto que as mulheres são frágeis e delicadas. É interessante essa dualidade, quando pensamos também no carro e na bicicleta e no quanto estes também correspondem aos estereótipos construídos socialmente em torno do que é masculino e feminino. Mas também reflito sobre o quanto precisamos cada vez mais

abandonar tais dualismos para que consigamos ampliar nossas perspectivas acerca de qualquer fato no mundo, especialmente este. Por exemplo, em se tratando de mulheres negras, a visão já é de que estas são fortes o suficiente para o trabalho pesado e a feminilidade não é um item cobrado com tanto afincamento à um corpo que já é hipersexualizado pelo patriarcado. Diferentemente das mulheres brancas que, por sua vez, reivindicam o direito de não serem sempre vistas sob o ponto de vista da fragilidade e delicadeza, as mulheres negras já lutam para que as outras pessoas entendam que nem sempre elas são fortes e que, por vezes, para elas, a delicadeza também é importante. Patrícia Hill Collins, em seu livro *Pensamento Feminista Negro*, questiona essas contradições relacionadas, por exemplo, às experiências das mulheres negras estadunidenses que, por sua vez, também ilustram, nem que seja em parte, as realidades das mulheres negras brasileiras:

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? Se a maternidade é a principal vocação das mulheres, por que as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos como Norplant e Depo Provera? (COLLINS, 2019, p. 12).

Portanto, aqui a diversidade é a palavra-chave e o respeito às diferenças o seu encaixe mais perfeito. A reivindicação é de poder ser frágil e forte, delicada e outra vez não tanto. É lutar com o que se tem no momento: o corpo e o pedalar. É entender que o mundo não gira em torno de um único ser, que ele é múltiplo e carrega consigo múltiplas experiências que, por sua vez, devem ser incluídas em todas as suas dimensões aonde quer que seja. É compreender que conflitos sempre irão existir e que a democracia é feita assim, com diálogos e escolhas e, principalmente, consequências. O resultado final nunca tem o mesmo peso para todos, mas o importante é a busca cada vez mais forte por liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa (COLLINS, 2017). No fim de tudo, é realmente isso que importa. Sonhar importa. Lutar pelas realizações então, nem se fale:

É além de simplesmente andar de bicicleta. É uma coisa que eu queria quando criança, mas as oportunidades não surgiram. Eu fui podada de sonhar, eu não sonhei muito na minha vida. Onde eu fui criada tinha uma bicicleta, mas não podia usar. (Dona Elza, 63 anos, aluna do projeto *Preta, Vem de Bike*, idealizado pela cicloativista Livia Suarez³).

Enfrentar com leveza todo um cenário complexo e de difícil resolução é uma das metas dessa união que perdura até hoje entre as mulheres e a bicicleta. Penso que aqui a bicicleta

³ Trecho de fala divulgado pela cicloativista Livia Suarez em palestra proferida ao *TEDx Talks* em fevereiro de 2019.

e as mulheres ganham um *status* peculiar nas ações promovidas: a força a partir da leveza. Ítalo Calvino demonstra, a partir da obra *A insustentável leveza do ser* de Milan Kundera, que “o peso da vida está em toda forma de opressão; a intrincada rede de constelações públicas e privadas acaba por aprisionar cada existência em suas malhas cada vez mais cerradas” (1990, p. 13). Quando penso nas mulheres que pedalam, me vem à tona um misto de violências (assédios, estupros, racismo, violências de trânsito, violência urbana, etc.) que as aprisionam, mas também me recordo das várias formas de resistência que vem sendo construídas por elas, ao longo dos anos, para combater essas opressões ou pelo menos sobreviver à elas.

A bicicleta, com a leveza dos giros dos pedais continua sendo uma alternativa de prática de resistência ao peso das opressões vivenciadas. É o frágil sendo forte, é a leveza combatendo o peso. O peso dos carros, caminhões, ônibus. O peso dos xingamentos, assédios, racismo, agressões. A cada giro de pedal, dá-se um passo à frente na corrida contra os pesos e, nessas pedaladas, as cicloativistas abandonam as redes de aprisionamento, ganham às ruas, o “fazer cidade” (AGIER, 2011) acontece e, o mais importante, elas acabam por formar, cada uma em seu lugar de movimento, uma grande malha, como diz Ingold (2015). Cada uma é uma linha em movimento que se emaranha com outras linhas que estão movendo-se em outras tantas localidades. Feito os raios do pneu de uma bicicleta, essas linhas vão se unificando, seja pela opressão ou pela sororidade, levando essa luta ao mundo todo, completando a roda do pneu, ou um giro pelo globo. Elas vão costurando-se, como um grande artesanato e, aos poucos, fazem do peso sua presa. A leveza do pedalar transcende o peso “agressivo, espeznizador e estrondoso, pertencente ao reino da morte, como um cemitério de automóveis enferrujados” (CALVINO, 1990, p. 16).

A bicicleta como uma extensão desse corpo político feminista, levemente vai abrindo os caminhos, compondo as estradas da vida, deixando rastros e colhendo frutos por onde passa. “Em séculos e civilizações mais próximos de nós, nas cidades em que a mulher suportava o fardo mais pesado de uma vida de limitações, as bruxas voavam à noite montadas em cabos de vassouras ou em veículos ainda mais leves, como espigas ou palhas de milho” (CALVINO, 1990, p. 29). Enfrentar com leveza o peso da vida parece já fazer parte do cotidiano feminino, mas não uma leveza frágil e sim uma leveza com exatidão, que sabe para onde quer ir, feito um pássaro. Como diz Calvino, “é preciso ser leve como o pássaro, e não como a pluma” (1990, p. 19).

Nesse ato de leveza também me incluo, como pesquisadora que pedala, sendo profundamente afetada por esse objeto que prefiro categorizar como “não objetificado”, pois é formado por experiências de sujeitos que são donos das suas próprias histórias. As linhas da vida de cada interlocutora misturam-se com as linhas que agora escrevo enquanto pesquisadora,

nenhuma delas se sobrepõe às outras, é tudo uma grande construção e o resultado disso tudo é embebido de afetos (SAADA, 2005). Afetos que perpassam essas linhas que escrevo e os encontros proporcionados pelo pedalar na rua. Os afetos aqui são as ferramentas científicas da pesquisa. Esta pesquisa é, antes de qualquer coisa, uma experiência de imersão, em que os afetos conduzem o conhecimento e o processo de escrita. Mergulho nos laços construídos entre a pesquisa e o cicloativismo, seja com o compartilhamento da sororidade com essas várias mulheres ou através das táticas de resistência enfrentadas na rua ou na universidade. Ainda hoje, o trabalho de uma socióloga que se propõe a colocar em pauta a discussão feminista nos cânones da academia, é sempre posto em questão, encontrando grande resistência. Portanto, essa pesquisa trata-se, antes de mais nada, de uma prática de resistência sobre outra. A pedalada é leve, mas sempre constante, não há tempo para o descanso. É em prol da liberdade de ir e vir e, qualquer parada, pode definir quem vence e quem perde essa corrida. O mundo gira dentro de cada pedal e cada pedal desse constrói as linhas que descrevo aqui. É entre esses dois mundos que minha existência persiste e se move. Entre o movimento da caneta que tece as linhas de pensamento e entre os giros dos pedais que movimentam a roda da vida, é onde eu me encontro e realizo a minha arte (INGOLD, 2015).

A arte desta pesquisa inicia-se quando adentramos a cena cicloativista feminista no Brasil contemporâneo, tendo como marco histórico o momento em que mulheres, decidem se unir como grupo para pedalar nas ruas, lugar que continua a ser um ambiente hostil e cruel à diversidade de presenças femininas, das mais variadas formas. O acesso às ruas é marcadamente diversificado a depender dos tipos de ciclistas e dos diferentes tipos de violências/ameaças que elas sofrem nas ruas, entretanto, nesse primeiro momento, dentro do contexto cicloativista, é necessário destacar que os grupos organizados de mulheres ciclistas que surgem no Brasil, mais especificamente na década de 1990, eram majoritariamente formados por mulheres brancas e de classe média, onde as pedaladas em coletivo não tinham tanto a pretensão de ser um ato político, apesar de ter sido dado a partir daí o pontapé inicial para este fato consolidar-se anos mais tarde. Era, de início, mais uma forma de lazer e de compartilhamento dos problemas vivenciados no âmbito familiar, explorando questões mais tradicionais. O feminismo não era algo presente nos relatos, apesar de algumas vezes, existirem assuntos onde é possível observar influências do movimento orquestrado pelas feministas brasileiras na época. Os aspectos interseccionais de gênero, raça, classe, etc., não eram ressaltados. Era um feminismo branco, tradicional e que nem sequer se autodenominava feminismo.

Esse caráter um tanto liberal do feminismo que se pautava na década de 1990 e que vem a influenciar a dinâmica organizativa dos primeiros grupos de mulheres ciclistas, talvez possa ser explicado pelo próprio cenário histórico feminista brasileiro que, nessa época, dividia-

se em duas tendências fundamentais:

A primeira se identificou ao movimento internacional de liberação das mulheres, defende a formação espontânea e independente de grupos femininos de conscientização (*consciousness raising groups*) e caracterizou o movimento feminista como uma luta das mulheres contra todas as formas de dominação e de opressão a que estão submetidas nas sociedades “patriarcais” (aquelas onde o controle e a exploração das mulheres pelos homens existem de forma organizada na esfera doméstica e na esfera pública). A segunda tendência criticou, caricaturando inclusive, certas iniciativas e manifestações feministas em outros países, denunciou o “sexismo” e o radicalismo do movimento internacional e enunciou sua inadequação à realidade brasileira. O feminismo “bom para o Brasil” foi por ela definido como uma luta das mulheres pela emancipação social, por igualdade de direitos e pela participação na vida política, integrada a outras lutas mais globais pela transformação da sociedade⁴.

É esse feminismo “bom para o Brasil” que vai estar em ascensão no país, principalmente pela estratégia, de antigas militantes da era ditatorial de 1964 que, após o processo de redemocratização com a instituição da constituição de 1988, passam a unirem-se às políticas estatais, primeiramente através do exercício de funções em ONGs, universidades e centros de pesquisa, além de atuarem no setor de serviços públicos nas áreas de educação, saúde e justiça e, em seguida, quando elas passam a assumir cargos eletivos tornando-se profissionais da política e, portanto organizando um movimento de mulheres de cunho mais institucionalizado relacionado às funções políticas ligadas ao governo (PINTO, 2003). É nessa época também que nas campanhas eleitorais houve um aumento crescente do espaço de discussões acerca de questões relacionadas aos direitos da mulher (PINTO, 2003). Essa tendência feminista institucionalizada ganhará maior destaque no Brasil em detrimento do feminismo mais ligado aos movimentos sociais independentes e radicais, estes fortemente influenciados pelo movimento feminista internacional, através do retorno de algumas mulheres brasileiras exiladas à época da ditadura militar e que trouxeram consigo ensinamentos aprendidos com as feministas estrangeiras.

A tendência “radical” do movimento feminista mais ligado aos movimentos sociais irá retrair-se um pouco na década de 1990, principalmente após um maior protagonismo político por parte do feminismo institucionalizado que começava a alcançar algumas metas importantes no que tange aos direitos da mulher no Brasil, como por exemplo, a criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos em 1992, a aprovação de uma cota mínima de 30% de mulheres na direção da central da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1993, a criação da Articulação da Mulher Brasileira (AMB) em 1994, a aprovação da primeira lei de cotas, que estabelece 20% de candidatas mulheres nas listas partidárias para as eleições de 1996 (Lei

⁴ Não foi disponibilizado pelo *site* da FGV, o ano do referido texto de onde foi retirada essa citação, entretanto segue o endereço para o acesso do texto na íntegra, escrito por *Anette Goldberg-Salinas e Flávia Birolí*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>.

9.100/ 95), a aprovação de uma nova lei eleitoral que estabelece 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias a partir das eleições de 2000, dentre outras conquistas (PINTO, 2003).

Muitos desses objetivos foram planejados já em 1985 com a criação do Conselho Nacional da Mulher (CNDM)⁵ na Conferência Internacional de Nairóbi.

O otimismo caracterizava as intervenções de grande número de feministas presentes ou representadas na **Conferência Internacional de Nairóbi em 1985**, encerrando a Década da Mulher, para as quais a criação do CNDM (objetivo presente já em 1975) atestava uma grande vitória do movimento. Mas a euforia daquelas cujo sonho se havia tornado realidade contrastava com o ceticismo de outras com relação à aventura de um feminismo de Estado, preocupadas com a desmobilização e a desarticulação do movimento, com a perda de seus aspectos mais libertários e inovadores⁶.

Entretanto, apesar de uma maior visibilidade conquistada pela tendência institucionalizada do feminismo brasileiro, é importante ressaltar também outros esforços de mulheres que se somaram à essa luta, como por exemplo as ações realizadas no meio rural, com o Movimento Sem Terra, protagonizadas por jovens agricultoras da época que traziam para o movimento feminista pautas ligadas às lutas agrárias e outras questões importantes como educação discriminatória, violência e controle da reprodução, principalmente, a partir do I Congresso Nacional de Mulheres Rurais em 1989 e do Seminário Rural das Trabalhadoras Domésticas em 1991. Por outro lado, jovens residentes do meio urbano, de classes média e baixa, que tiveram a oportunidade de frequentar a universidade ou cursos técnicos ministrados por feministas, acabaram engajando-se em ONGs específicas ou em projetos e outros serviços,

⁵ “O CNDM, que existiu e teve grande expressão entre 1985 e 1989, apoiou e promoveu toda uma série de iniciativas e eventos, seminários, conferências e campanhas. Entre seus objetivos figuravam: formular políticas tendentes a eliminar a discriminação da mulher e a assessorar a elaboração e execução de programas de governo para a mulher nos níveis federal, estadual e municipal; elaborar projetos de lei que preservassem os direitos da mulher e eliminassem os conteúdos discriminatórios da legislação vigente; fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher, receber e examinar denúncias de discriminação e encaminhá-las aos organismos pertinentes; estimular, apoiar e desenvolver estudos sobre a condição da mulher no Brasil; apoiar e desenvolver uma relação permanente com o movimento de mulheres. Suas ações principais foram, na área da legislação, a redação de artigos para a Constituição de 1988, a elaboração de um novo Código do Trabalho e de disposições normativas sobre as creches. Nas áreas de educação e cultura, o Conselho desenvolveu um programa de conscientização sobre a situação das meninas em escolas públicas, um programa de modificação dos textos escolares, tendo por objetivo a eliminação dos estereótipos sobre a mulher e o negro, e um programa de apoio a teses universitárias de mestrado e doutorado sobre mulher; além disso, produziu e difundiu diferentes tipos de material de sensibilização sobre as discriminações que atingem as mulheres. Na área da saúde, o Conselho realizou campanhas nacionais para a prevenção da mortalidade e morbidade maternas e deu apoio à implementação do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM). No campo da violência contra a mulher, o Conselho organizou encontros nacionais entre policiais das delegacias especializadas, representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e pesquisadoras”. Informações retiradas do *site*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>.

⁶ Informações retiradas do *site*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>.

administrados por prefeituras de esquerda (principalmente pelo PT), voltados ao público feminino⁷.

Destaca-se aqui também a luta das mulheres negras que, desde 1985, no III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga, “de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista” (MOREIRA, 2007, p. 4), já vinham pautando suas questões específicas junto ao movimento feminista tradicional que desembocam no I Encontro Nacional de Mulheres Negras realizado em Valença, no Rio de Janeiro, em 1990 (PINTO, 2003). Esse encontro nos aponta para a “construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente à sociedade, ao movimento negro e ao feminismo” (MOREIRA, 2007, p. 8), dois campos onde as mulheres negras atuaram e aprenderam muito da sua militância, entretanto foram espaços em que elas não se viam representadas nem tiveram suas causas abraçadas. Existia uma omissão de gênero por parte do movimento negro e, por outro lado, um apagamento das discussões em torno da raça pelo movimento feminista.

[...] O fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida “através” da raça), torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra sexismo ou contra racismo? Já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra (BAIROS, 1995, p.461).

Isso irá colaborar para que as mulheres negras se enxerguem no meio desse entrecruzamento e busquem um caminho alternativo e específico, onde começam a entender a sua singularidade dentro da inter-relação de raça, classe e gênero (MOREIRA, 2007).

Ao longo da década de 1990 foram inúmeras as ONGs feministas no Brasil, dos mais diferentes tamanhos, com recursos e objetivos muito distintos. Entre as ONGs associadas à ABONG (Associação Brasileira de ONGs), é possível verificar organizações que se ocupam das mulheres rurais, de mulheres portadoras de HIV, mulheres parlamentares, mulheres negras, mulheres prostitutas, etc. Este conjunto dá a medida de uma das características marcantes dessa nova fase do feminismo de ONG: **a segmentação das lutas**. Ainda que tal segmentação esteja muito relacionada com a própria dinâmica das ONGs, deve ser creditada também às formas que o feminismo tomou ao longo da década de 1990, na qual houve muitas manifestações no sentido de criticar um feminismo excessivamente branco, de classe média, intelectual e heterossexual que se apresentava como “o” representante da mulher. A reação à isso deu origem a uma profusão do que se poderia chamar de feminismos. (...) É basicamente por intermédio de ONGs que o feminismo existiu e se manifestou no Brasil na última década [1990], tanto na ponta de lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres. (PINTO, 2003, p. 97).

⁷ Informações retiradas do *site*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>.

É dentro desse contexto de passagem de um feminismo tradicional e institucionalizado, baseado em ONGs diversas, para um feminismo que subdivide-se em várias lutas e que, por isso, traz uma característica plural de destaque das diferenças entre as diversas pautas do movimento feminista, ao longo da década de 1990, que o cicloativismo feminista começa a surgir timidamente no Brasil, a partir do momento em que um grupo de mulheres que já praticavam ciclismo, sentiram a necessidade de abrir um espaço direcionado diretamente ao público feminino no mundo das bicicletas em 1992 no Brasil, a ser melhor explicado mais adiante, estas em sua maioria, trazendo algumas influências de um feminismo institucionalizado, branco e de classe média (o mais difundido no país).

Esse cenário, que vai sofrer muitas tensões, estas tendo como resultado a segmentação das lutas, trazidas principalmente, por mulheres que não sentiam-se contempladas com o feminismo mais tradicional, como por exemplo as mulheres negras, se transformará ao longo da década de 1990 e na primeira década dos anos 2000, preparando o terreno, instituindo muitas mudanças dentro do movimento feminista, para a chegada do “boom” dos feminismos diversos protagonizados pelas mulheres ao final dessa primeira década de 2000. Alvarez (2014),

Identifica três movimentos decisivos na trajetória do feminismo no Brasil. O primeiro seria um movimento de “centramento”, que estabelece o feminismo como uma categoria monolítica durante a década de 70; o segundo, um momento de *mainstreaming* (ou “descentramento”) e pluralização dos feminismos entre as décadas de 80 e 90; e por fim, o movimento atual, a partir dos anos 2000, em uma dinâmica de *sidestreaming*, fluxo horizontal dos discursos e práticas feministas plurais entre os mais diversos setores na sociedade civil, resultando em uma multiplicação de campos feministas (ALVAREZ, 2014 *apud* MARTINEZ, 2019)⁸.

O cenário dos anos 2000 já inicia-se com uma preparação realizada pelas mulheres um ano antes, em 1999, durante uma reunião nacional de mulheres na cidade de Natal, mobilizada pela Articulação da Mulher Brasileira (AMB)⁹, que conseguiu reunir nesse evento integrantes diversas de 800 grupos de mulheres de 24 estados brasileiros (PINTO, 2003). Elas organizaram uma plataforma feminista com vistas às eleições de 2000, trazendo diversas reivindicações, nas áreas de *empoderamento*, direitos civis, educação, violência e gênero, saúde e sexualidade, trabalho e geração de renda (PINTO, 2003).

Se, por um lado, as ONGs formadas por mulheres altamente profissionais e especializadas influenciam diretamente parlamentares e atuam junto aos ministérios, por outro, no sentido da implementação de políticas públicas, 800 grupos de mulheres reunidos conseguem votar uma plataforma para os candidatos em uma eleição. Pode-se concluir que há uma capilaridade nesse processo participativo que em muito

⁸ Citação retirada do artigo *Feminismos em movimento no ciberespaço*, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200502&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

⁹ “Criada para preparar a ida das mulheres brasileiras à Conferência Mundial de Pequim em 1995” (PINTO, 2003, p. 101).

extrapola os limites dos espaços tradicionais de participação política e tende a agir para pressioná-los. Aqui (...) vê-se a formação de espaços públicos alternativos nos quais se pode observar a formação de opinião (PINTO, 2003, p. 101).

O feminismo tradicional começa a sofrer, portanto, tensões difundidas pelos diversos grupos de mulheres, principalmente, pelas mulheres negras que, por sua vez, tinham “dificuldades de se identificar com as bandeiras de lutas e definições estratégicas no âmbito do movimento feminista” (MOREIRA, 2007, p. 9). Mesmo que o movimento feminista tenha trazido muitas conquistas que beneficiam todas as mulheres, havia uma necessidade específica de se ressaltar aspectos e questões singulares e identitárias da experiência da mulher negra que não eram tratados dentro do movimento mais tradicional. Um exemplo são

As conquistas dos movimentos feministas em relação ao trabalho, no que diz respeito à profissionalização, inserção e melhores condições de execução de suas atividades, embora as negras, em sua maioria continuem a exercer atividades em funções desqualificadas (MOREIRA, 2007, p. 9).

É possível observar, portanto, uma cisão entre o processo de organização do Movimento Feminista e do Movimento de Mulheres Negras, pautada pela “incompreensão das mulheres negras do que seja feminismo e, por outro, uma incompreensão das mulheres brancas das questões específicas das mulheres negras” (MOREIRA, 2007, p. 9). Essa situação aos poucos vai modificando-se ao longo dos anos, quando o movimento feminista passa a questionar a sua dificuldade em lidar com as diversidades e passa a buscar incorporar as lutas desses outros segmentos de mulheres. Essas mudanças também resultam de uma participação cada vez maior das mulheres negras nos encontros feministas, sempre pontuando suas questões específicas: “Ser mulher negra é ser uma mulher negra, uma mulher cuja identidade é constituída diferentemente da identidade da mulher branca” (BENHABIB; CORNELL, 1991 *apud* MOREIRA, 2007, p. 7).

Somente após essa maior participação nos encontros feministas e de conseguirem, mesmo que na “marra” colocar suas questões no âmbito do movimento, é que as mulheres negras passam a se declarar feministas e a pautar o que chamamos de feminismo negro no Brasil. Essas tensões acabam por movimentar as organizações de mulheres que estavam um pouco mais afastadas do feminismo institucionalizado e que não se relacionavam diretamente com o Estado, mas que atuavam no campo político juntamente com as mulheres, aumentando seu poder de ação na esfera pública. São os movimentos feministas de base, retraídos pelo movimento feminista institucional, que passam a ganhar força novamente, empoderando principalmente as mulheres de classes mais populares (PINTO, 2003). É em 2001, por exemplo,

que surge a Geledés¹⁰, Instituto da Mulher Negra, uma ONG de mulheres negras com uma importante atuação contra o racismo acometido tanto contra homens quanto contra mulheres, contra o sexismo e com o intuito de promover a valorização da mulher negra e da comunidade em geral (PINTO, 2003).

Além de todo esse cenário, é importante destacar a criação da Lei Maria da Penha em 2006 (Lei nº 11.340/06), que tem como objetivo proteger mulheres em situação de perigo devido aos casos de violência doméstica, abrangendo uma série de casos de violência que hoje afligem as mulheres, como a física, a sexual, a psicológica, a moral e a patrimonial. Essa lei foi o resultado de um esforço incansável da Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado e que por isso, hoje é o principal símbolo da luta contra a violência doméstica. Ela é fundadora do Instituto Maria da Penha, uma ONG que auxilia mulheres e luta pelo fim da violência doméstica.

É dentro desse contexto de coalização de diversas lutas no interior do campo feminista e no cenário de desenvolvimento do ciclismo no Brasil como movimento social que o cicloativismo feminista se insere. É importante considerar tanto a chegada do movimento social de ciclismo Massa Crítica nos anos 2000, no Brasil, quanto as manifestações e movimentos feministas que estavam ocorrendo no país, que traziam discussões acerca do corpo feminino, num contexto de feminismo diversificado, interseccional e interconectado, apoiado na intensificação do uso das redes sociais digitais. Primeiramente, o movimento Massa Crítica influenciará o surgimento de vários grupos e associações de ciclismo mistos e, em seguida, os grupos de ciclismo auto identificados como feministas, a partir de 2009. Em seguida, as manifestações feministas que se iniciam com a Marcha das Vadias (2011) e os protestos durante o Movimento Passe Livre (2013) trazendo discussões acerca dos transportes, em que se inclui a bicicleta, podem ter contribuído para um crescimento exponencial nos anos seguintes, principalmente em 2016, de grupos de mulheres ciclistas que surgem nesse período, com características de um feminismo mais diversificado, alongando-se até os anos mais recentes.

Do primeiro momento de surgimento de um ativismo de mulheres ciclistas na década de 1990, passando por esses vários cenários de mudanças específicas dentro do feminismo que irão influenciar uma maior movimentação das organizações alternativas de base, temos um segundo momento de intensa proliferação de grupos de mulheres cicloativistas, já bem alinhadas à esse novo feminismo que se inicia, principalmente, a partir do final dos anos 2000, em que há uma maior disseminação de manifestações em todo o país, estas já fortemente ancoradas nas redes sociais digitais.

¹⁰ Endereço do *site* da Geledés, Instituto da Mulher Negra: <https://www.geledes.org.br/>.

O feminismo agora já é um movimento totalmente globalizado e o surgimento de grupos de mulheres cicloativistas cada vez mais diversos¹¹ nesse período, é intenso e bastante influenciado pela chamada quarta onda feminista que, dentre outras características a serem melhor exploradas ao longo desta pesquisa, apoia-se nas redes digitais com o uso cada vez maior das famosas *hashtags* e num ativismo sem representantes políticos, mas fortemente apoiado em experiências singulares, onde opressões vivenciadas individualmente pelas mulheres, como o assédio, passam a ser denunciadas a partir da sua divulgação nas redes digitais, num âmbito público, e tomadas pelas outras mulheres como uma luta de todas e, portanto, coletiva. O que denominamos de *cibercicloativismo feminista* surge nesse momento.

Entre ruas e redes, é nesse período que as mulheres fazem do ato de pedalar um ativismo político, impondo seus corpos pedalantes nos espaços públicos, denunciando as violências sofridas nas ruas, nos espaços institucionais ou nas redes, reivindicando o direito de estar em quaisquer desses lugares com segurança, respeito e igualdade. É importante destacar uma característica peculiar vivenciada pelo movimento de mulheres cicloativistas que é compartilhada por outros movimentos mais alternativos de mulheres que vinham se organizando ao longo das décadas de 1990 e 2000, que também diz muito sobre as influências destes com relação ao cicloativismo feminista: a recusa de modelos e regras comuns aos campos institucionalizados, geralmente pautados pelas associações e organizações mais formais de ciclismo.

Este fator também será um importante contribuinte para a formação de grupos exclusivos de mulheres ciclistas dentro do movimento cicloativista no contexto contemporâneo, fato este que mais à frente irá demonstrar que, mesmo dentro de espaços que se dizem democráticos, relações conflituosas e opressões diversas também se fazem presentes. As lutas desenroladas dentro do próprio cicloativismo é o que também irá contribuir para as transformações ocorridas no movimento e em grande medida, também moldará o ativismo dessas mulheres ciclistas. Além disso, tanto a recusa de certas regras institucionais quanto as experiências diárias de violências vivenciadas nas ruas, irão contribuir para uma mudança gradual presente na vida dessas mulheres: a transformação de um estilo de vida *ciclista* em *cicloativista*, tanto nas cenas locais e translocais, quanto nas cenas transnacionais/ globais/ virtuais. Essa e outras questões serão centrais neste trabalho que, principalmente, busca desvendar os significados e relações pautadas no que chamamos de *corpo político feminista sobre duas rodas*. É a este cenário mais emergente e a todas essas implicações, a nível micro e macro, que a pesquisa irá se ater.

¹¹ Apesar do recorte de grupos aqui analisado terem em sua composição uma maioria de mulheres brancas, de classe média.

Para tanto, daremos prosseguimento à análise inicial a partir dos tópicos a seguir desta introdução, onde são trazidos alguns fatos e questões que nos ajudam a entender, primeiramente, toda a diversidade do cenário histórico que circunda o movimento cicloativista de mulheres ao longo dos anos mais recentes, como discussões acerca do feminismo contemporâneo; a origem da quarta onda feminista (HOLLANDA, 2018), destacando suas características principais e o processo de conexão em rede digital do feminismo globalizado; o processo de surgimento dos grupos cicloativistas de mulheres, destacando as primeiras formas desse ativismo (1990), assim como também as formas mais recentes (a partir de 2009), relacionando-as com as discussões do movimento feminista contemporâneo; e, por fim, uma breve explanação de casos de cicloativismo de mulheres em outros países, a serem aprofundados em capítulos posteriores. Estando essas informações devidamente relatadas, convido vocês leitoras e leitores a continuarem nessa pedalada junto comigo.

I.II) Um Panorama Geral do Feminismo Contemporâneo Brasileiro

Após uma década de maior protagonismo de um feminismo institucionalizado, mais ligado às políticas de Estado e um pouco de retraimento dos feminismos mais relacionados aos movimentos sociais de base, o cenário contemporâneo dos anos 2000 chega sendo tomado pelo surgimento de algumas manifestações em várias regiões do Brasil, com destaque para a primeira Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ocorrida no dia 12 de agosto na cidade de Brasília em protesto pelo assassinato de Margarida Alves. A ativista pelos direitos das mulheres rurais foi morta nesse mesmo dia e mês do ano de 1983 na Paraíba por defender trabalhadoras e trabalhadores do campo. Na ação, cerca de 20 mil mulheres agricultoras, indígenas, pescadoras, quilombolas e extrativistas de várias regiões do Brasil se reuniram usando camisetas lilás e chapéus de palha decorados com margaridas marcando o símbolo do movimento¹².

Desde então a marcha se repetiu em 2003, 2007, 2011 e 2015, com temas como “Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, “Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” e “Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, tendo como principais reivindicações o direito à água, terra e agroecologia. Na quinta edição, a marcha já contabilizava cerca de 100 mil manifestantes e em 2019, nos dias 13 e 14 de agosto, esse público ainda foi maior, já que contou com o reforço

¹² Informação retirada do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Margaridas.

da primeira Marcha das Mulheres Indígenas que ocorreu entre os dias 9 e 13 de agosto também em Brasília, além da presença de mulheres camponesas de 26 países diferentes.

A cada quatro anos, a Marcha das Margaridas, a maior ação de mulheres da América Latina, é realizada e, em 2019, veio com o tema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”, conforme o *site Socialista Morena*¹³. Elas exigem o fim dos retrocessos sociais, o fim da violência contra as mulheres e do racismo, em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. É importante também ressaltar o aspecto regionalista das ações de movimentos feministas como a Marcha das Margaridas, realizadas em várias partes do Brasil e que se expandem para outros continentes.

Com relação, por exemplo, à Marcha das Margaridas, elas sempre têm como local de maior representação do ato a cidade de Brasília, capital do país e centro de decisão política nacional, sendo, portanto, o lugar escolhido pelas mulheres para ser palco das suas reivindicações. Entretanto, mesmo que as ações ativistas dessas mulheres se concentrem, em grande parte, nessa cidade, a pluralidade de regiões envolvidas no evento é grande. A marcha é organizada em conjunto por mulheres de diversas partes do país, cada uma com culturas, costumes e crenças diferentes que se organizam desde muito cedo para que a marcha aconteça. São elas, jovens, idosas, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas.

Figura 1- Marcha das Margaridas



Fonte: Agência de Notícias da CONTAG

¹³ Informação retirada do *Site*: <https://www.socialistamorena.com.br/marcha-das-margaridas-pode-se-tornar-maior-manifestacao-de-mulheres-desde-o-elena/>

Da locação de ônibus para transportar mulheres de várias regiões do país à Brasília, principalmente, as mulheres moradoras do campo, do planejamento e confecção de cartazes, blusas, e outros itens a serem utilizados durante o ato, à confecção de livretos informacionais, tudo é pensado a partir de muitas mentes que comunicam-se cada uma de uma cidade diferente e faz com que tudo aconteça conforme o planejado em diversas regiões do Brasil. Conforme podemos perceber em um trecho do livreto informacional da Marcha das Margaridas de 2015, o evento longe de ser algo apenas concentrado em Brasília, espalha-se por todas as partes do país, a nível municipal, estadual e nacional:

Queridas companheiras! A Marcha das Margaridas 2015 já começou! Em **todas as partes de nosso país** se pode observar a marcha acontecendo em sua essência mais profunda, que é o despertar para a luta de inúmeras mulheres que se reúnem, mobilizam, planejam e discutem a realidade, suas necessidades e anseios, **em comunidades e municípios, regiões e estados, em todo o país.** [...] Além de registrar a beleza e a força de cada uma dessas ações, com materiais (fotos, vídeos, depoimentos, etc.), tais contribuições deverão fortalecer a identificação **das pautas municipal, estadual, regional e nacional** da Marcha das Margaridas 2015, fortalecendo a nossa articulação e a visibilidade das ações realizadas. Contamos com sua colaboração para dar voz a todas as Margaridas do campo, da floresta e das águas. Em 2015, nós, **Margaridas de todos os cantos do país**, vamos juntar toda a nossa esperança e o nosso compromisso com a transformação e, com ousadia, mostrar à sociedade e ao Estado a que viemos, convocando todas as mulheres trabalhadoras do nosso país a darem o próximo passo. Vamos ocupar **as ruas, os municípios, as capitais e Brasília**, acreditando que é possível construir um Brasil soberano, sustentável, mais democrático, justo e igualitário na cidade e no campo, mostrando que sendo milhares, não estamos sós, que nenhuma de nós está sozinha e que juntas seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!¹⁴

O evento expande-se e também abre espaço para mulheres de outros países latino-americanos e de outras partes do mundo, que compartilham da luta das mulheres camponesas, uma luta contra o sistema do agronegócio e a favor da agroecologia, com o intuito de priorizar o cuidado com nossas terras, águas e alimentos:

Em nível mundial, diversos movimentos sociais estão envolvidos na luta pela defesa da soberania alimentar. O Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena (AIAFCI), por exemplo, nasceu da articulação de mais de 360 organizações em torno do lema “Alimentar o mundo, cuidar do planeta” e resultou em grandes ações de incidência política, em 2014, nos âmbitos nacional, continental e mundial, em prol do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, por meio de políticas específicas e da efetivação de espaços de diálogo permanentes entre sociedade civil e governo. [...] Em 2012 foi constituída a Aliança Latino Americana por Soberania Alimentar como um espaço de construção da unidade na defesa da soberania alimentar como elemento central de um novo modelo de sociedade. [...] Se por um lado houve avanços, por outro, também temos visto o avanço de projetos de cooperação do Brasil com países do Sul (América Latina e África), como é o caso do ProSavana, em Moçambique, que representa grave ameaça à soberania alimentar e ao campesinato

¹⁴ Trecho retirado do livreto da Marcha das Margaridas de 2015, disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf.

desse país¹⁵.

Esses exemplos de ações realizadas pelas mulheres da Marcha das Margaridas demonstram que, à medida que muitos governos de diversos países estabelecem alianças visando a exploração e destruição das terras, águas e alimentos pelo agronegócio, mulheres de vários continentes estão reunidas reagindo contra todos esses males, mostrando para o mundo que é possível uma outra forma de sociedade centrada na agroecologia, preservando nossas riquezas naturais. Esse é o papel da Marcha das Margaridas, uma luta que a cada ano avança, na tentativa de barrar a destruição do meio ambiente não só no Brasil, mas em várias outras partes do mundo.

Aqui, podemos destacar a importância da prática de um *ecofeminismo*, que une a luta das mulheres à luta pela preservação da natureza, um fato que também estará presente, conforme veremos mais à frente, dentro do contexto cicloativista feminista. Enquanto um movimento de mulheres que é centrado na promoção do uso da bicicleta, traz para junto das suas pautas, os inúmeros benefícios que esse transporte pode trazer ao meio ambiente, tendo em vista principalmente, sua característica não-poluente, auxiliadora no processo de busca por uma vida mais saudável, além de aproximar a socialibilidade entre as pessoas e a natureza em seu entorno.

Uma luta de mulheres que vai além da reivindicação pelo direito às ruas livre de violências, o cicloativismo feminista também une o ativismo pela natureza que, assim como as mulheres, vem sofrendo com as constantes explorações. À natureza é retirado o direito de existir, da mesma forma como às mulheres é retirado o direito de estar nas ruas com segurança e bem-estar. As inúmeras intervenções, seja no campo ou na cidade, advindas do desmatamento de florestas para exploração e posterior comércio de madeiras ou para criação de pastos destinados à plantação de grãos e criação animal, realizadas pelas grandes empresas de agronegócio, pecuaristas, madeireiros, etc., ou simplesmente as grandes obras, como construção de viadutos e prédios, realizadas nas grandes cidades, que dentre outras coisas, por exemplo, derrubam árvores para construir asfaltos para veículos automotores ou para criar espaços para construção de grandes empreendimentos urbanos, destruindo a natureza e retirando as sombras e o ar puro que promovem o bem-estar das pessoas e comprometem completamente o nosso ecossistema, contribuem mais ainda com o aquecimento global e com a poluição do ar.

Os lugares então vão tornando-se cada vez mais hostis ao meio ambiente, tal qual são com as mulheres, que sofrem seja com esses males advindos da destruição do meio

¹⁵ Trecho retirado do livreto da Marcha das Margaridas de 2015, disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf

ambiente, seja com as violências cotidianas a que estão sujeitas. Esse compartilhamento de exploração entre mulheres e natureza é também o que move o ativismo de mulheres em defesa dos seus direitos e da preservação do meio ambiente, assim como fazem as mulheres da Marcha das Margaridas com relação às terras camponesas e pelo combate à violência contra a mulher, ou como as cicloativistas que, dentre outras pautas, promovem o uso da bicicleta como um importante meio que em conjunto com outras ações pode ser bastante eficaz na promoção de um mundo mais sustentável, além de também ser utilizado por elas nas suas lutas por direitos e contra às violências.

O veganismo/ vegetarianismo como estilo de vida também presente no cicloativismo dessas mulheres, são características que, somadas ao contexto anterior explanado, acabam por demonstrar a proximidade entre esses movimentos e suas pautas ecofeministas. Alguns anos depois da primeira Marcha das Margaridas, entre 2011 e 2013 também chegava ao Brasil o movimento conhecido mundialmente como *Slutwalk*, ou mais especificamente no contexto brasileiro, a Marcha das Vadias (GUEDES, 2015). “O termo ‘vadia’ – traduzido do inglês *slut* – pejorativamente significa mulher de conduta duvidosa, licenciosa ou, mais vulgarmente, ‘vagabunda’ ou ‘prostituta’” (GUEDES, 2015, p. 113).

Figura 2 - Marcha das Vadias



Fonte: Facebook Vigília Feminista | Foto de Flora Negri

O evento reuniu mulheres que saíram às ruas para lutar contra o machismo e a violência sexista, tendo como sua principal bandeira o uso do corpo como ferramenta de protesto e reivindicação. Todos os eventos da Marcha das Vadias foram muito fortes e aconteceram em dezenas de cidades brasileiras, reunindo milhares de participantes, entre 2011

e 2013. Recife, por exemplo, ainda é uma das cidades brasileiras onde a marcha ainda acontece todo ano, entretanto não tem mais a mesma divulgação na mídia, o mesmo alcance, como aconteceu nos primeiros anos.

A marcha aconteceu pela primeira vez em 3 de abril de 2011 em Toronto, no Canadá, em protesto à ocorrência de vários estupros na Universidade de York e em decorrência da declaração de um policial, chamado Michael Sanguinetti, que afirmou durante uma palestra sobre autoproteção na Universidade de Toronto, ocorrida em 24 de janeiro de 2011, que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas” (GUEDES, 2015). A onda de revolta entre as mulheres fez com que elas saíssem às ruas reivindicando “o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos” (GOMES & SORJ, 2014, p. 433).

É importante salientar que apesar de ter fortes características feministas, na primeira edição da Marcha das Vadias tanto no Canadá como no Brasil, as participantes não se identificavam como “feministas”, mas como “femininas”, mesmo que se sentissem contempladas com a proposta da marcha, possivelmente devido a disseminação negativa do termo pelas principais mídias, o que demonstra o desconhecimento por parte das ativistas em relação ao que seria o feminismo. Este cenário modifica-se já na segunda edição, em 2012, quando grande parte das participantes já se identificavam abertamente como feministas, apresentando seus corpos pintados com mensagens carregadas de significados envolvendo sororidade, empoderamento e palavras de protesto (GUEDES, 2015).

As/os participantes lançam mão de roupas sensuais, batom vermelho e *topless* nas marchas. Palavras de ordem são escritas em seus corpos, como “meu corpo, minhas regras”, “meu corpo não é um convite”, “puta livre”, “útero laico”, “sem padrão”. Pelo artifício da provocação, o corpo é usado para questionar as normas de gênero, em especial as regras de apresentação do corpo feminino no espaço público. Ao mesmo tempo, o corpo é um artefato no qual cada participante procura expressar alguma mensagem que o particulariza (GOMES & SORJ, 2014, p. 437).

Portanto, na Marcha das Vadias, o corpo assume um duplo papel, é objeto de reivindicação da autonomia feminina, mas também é o principal instrumento de protesto das mulheres. Ele transforma-se numa espécie de “corpo-bandeira” à medida em que as ativistas ressignificam o termo “vadia” positivamente relacionando-o diretamente à um caráter de “empoderamento” (GOMES & SORJ, 2014). “O *slogan* ‘Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias’, comum às marchas de diversas cidades, ilustra esta ideia central (GOMES & SORJ, 2014, p. 437).

Essa discussão em torno do corpo feminino trará influências importantes, conforme veremos mais à frente, para o ativismo das mulheres ciclistas, em especial para o movimento

Pedalada Pelada, que traz essa ideia de fazer do corpo pedalante e frágil em meio aos carros, um corpo que denuncia essa invisibilidade e essa fragilidade, empoderando-se justamente durante o ato da reivindicação/ denúncia, expondo-se nas ruas, chamando a atenção de todos, através da nudez. Essa prática muito assemelha-se à proposta política da Marcha das Vadias, mesmo que explore além desse, outros temas mais relacionados à mobilidade urbana. Eventos históricos como esse e outros explanados ao longo desse texto, tornam-se centrais para o desenvolvimento de uma tomada alternativa das ruas, sendo o cicloativismo mais uma das várias facetas assumidas pelas lutas de mulheres no cenário contemporâneo. São corpos em aliança que unem-se às bicicletas com o objetivo de fazer a política das ruas (BUTLER, 2018). Uma espécie de corpo-poder (FOUCAULT, 1989) ou corpo-ciborgue (HARAWAY, 2009) forma-se nesse emaranhado de corpo feminino, bicicleta e empoderamento. O corpo-político feminista sobre duas rodas então constrói-se, compartilhando um ativismo que se vê entre a natureza e a cultura, num feminismo que é ecologicamente engajado, mas ao mesmo tempo culturalmente interligado com os movimentos sociais urbanos tão amplamente difundidos nas grandes cidades, seja nas ruas ou nas redes.

A Marcha das Vadias se disseminou por vários países e em diversas regiões do Brasil rapidamente, principalmente, devido aos aportes tecnológicos de uma era pautada no mundo digital, ou seja, as redes foram ferramentas fortemente utilizadas pelos movimentos sociais contemporâneos. “Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das Vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como *Facebook, Twitter, Youtube, blogs e e-mails*” (GOMES & SORJ, 2014, p. 437). Para Aronovich (2011),

(...) a Marcha em si deixa claro que a sexualidade de uma mulher é dela, não é pública, não é do homem ou da sociedade, e que deve ser respeitada. Respeitada de todas as formas, desde não ser julgada (sim, queremos a mesma liberdade sexual a que os homens têm direito) a não ser invadida, seja através de estupros, seja através de “passar a mão” (que, assim como as grosserias verbais na rua, funcionam como uma espécie de terrorismo sexual)¹⁶.

A Marcha das Vadias, apesar de ser um movimento internacional, não se configura como uma mera importação das ações realizadas pelas mulheres canadenses, ela se modifica e se recria em cada localidade e a cada momento histórico em que é realizada, além de ser um movimento que vem se transformando inclusive no que diz respeito à legitimidade em incorporar homens e transexuais nas lutas que antes eram majoritariamente formadas por

¹⁶ Informação retirada do *blog Escreva Lola Escreva*: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2011/06/viva-marcha-das-vadias-ja-reacao-ela.html>.

mulheres brancas, cisgêneras e de classe média.

Especialmente no Brasil, a chegada do pensamento feminista internacional sempre sofre modificações, já que, historicamente, conforme já vimos, a prática feminista brasileira sempre esteve mais alinhada às políticas estatais, de cunho mais liberal, enquanto que as propostas do feminismo internacional eram bem mais radicais. Esse radicalismo não era bem aceito pelas brasileiras, ainda influenciadas pelos vários anos de repressão e sufocamento advindos do período da Ditadura Militar. Ao longo dos anos mais recentes, as feministas brasileiras têm começado um movimento em direção às ações mais diretas e populares, ligadas aos movimentos de base, anteriormente mais retraídos e é nesse momento, da Marcha das Vadias em diante, que muitos movimentos sociais irão implodir, sendo um destes o ativismo das mulheres ciclistas. É o momento de colocar o corpo na rua e nisso as cicloativistas encontraram a saída perfeita para reivindicar suas pautas.

Por outro lado, o debate acirrado dentro da Marcha das Vadias é provocado pelo movimento das mulheres negras que não se sentem contempladas na marcha, principalmente, devido ao uso do termo “vadias” que, para elas, dificulta mais ainda a disseminação positiva do corpo da mulher negra. Mulheres negras, que há tantos anos lutam contra a forte simbologia de cunho sexual imposta aos seus corpos por uma sociedade estruturada em relações patriarcais de exploração sexual do corpo negro, não enxergam o corpo nu ou o uso do termo “vadias” como empoderamento.

Com as várias exigências de representação do sujeito mulher, dentro da Marcha das Vadias, essa categoria se apresenta como uma variável sócio-histórica-ideológica. A dicotomia homem/mulher, demarcada fortemente pelo “sexo biológico” em nossa sociedade, não é abordada de forma essencialista pelo movimento, mas socialmente construída e influenciada por vários marcadores sociais da diferença. As novas pesquisas em torno do gênero, em que a Marcha das Vadias se insere, buscam a desessencialização, não procuram mais a compreensão de um sujeito único do feminismo, abrangendo mulheres que não se limitam pelo gênero designado no nascimento, e incluindo questões de representação social, racial, com foco no combate à violência de gênero (GUEDES, 2015, p. 115).

A Marcha das Vadias, portanto, vem com o intuito de romper a dualidade santa/puta que tanto divide e estigmatiza as mulheres, mostrando que é possível construir significados outros que conduzam a uma sociedade que perceba o corpo feminino para além de meros rótulos, como uma instância de força e empoderamento. Essa performance relacionada ao corpo, trazida pela Marcha das Vadias, irá unir-se com as reivindicações de 2013, ligada aos transportes, para juntas perfazerem o palco de lutas em que se insere o movimento de mulheres cicloativistas na atualidade, colocando na agenda do ativismo político, a liberdade do corpo feminino, o acesso aos espaços públicos, o direito à cidade e a promoção da mobilidade urbana por bicicleta.

A discussão sobre mobilidade no Brasil se dá quando chegamos em 2013, mais

especificamente, em março do presente ano, momento em que o país continua a vivenciar um período de grandes manifestações, motivadas agora pelo aumento no valor das passagens do transporte público. Alguns desses protestos foram realizados pelo que ficou conhecido como Movimento Passe Livre (MPL) em maio de 2013, na cidade de São Paulo (HOLLANDA, 2018).

Figura 3 - Movimento Passe Livre



Fonte: Jornal Estadão | Foto de Cris Faga

Figura 4 - Cicloativista reivindicando tarifa zero para o transporte público



Fonte – Instagram BH em Ciclo

Uma das frases de efeito bastante divulgadas pelo movimento na época era “O Gigante Acordou!”, o que foi recebido por algumas ativistas da Marcha das Vadias como uma ofensa, já que desde muito tempo elas vinham protagonizando o cenário de lutas e manifestações em todo o mundo e agora, uma nova geração política de mulheres estava se somando à luta. Aronovich (2019) relata: “Para muitas meninas, foi a primeira marcha da vida

delas. Por isso que, quando vieram as jornadas de 2013 e manifestantes diziam que ‘o gigante acordou’, nós ativistas nos sentimos ofendidas. Nunca dormimos”. Várias narrativas, imagens e vídeos dos acontecimentos eram compartilhados em tempo real nas redes sociais digitais.

No *Twitter*, as *hashtags*¹⁷ *#WhiteMonday*¹⁸, *#NaoSaoSo20centavos*, *#VemPraRua*¹⁹ e *#VemPraJanela* inundaram a rede e tiveram, como consequência, pelo menos 270 mil pessoas nas ruas de trinta cidades brasileiras.

E assim começavam as “Jornadas de Junho”, fortemente apoiadas nas redes sociais digitais, local onde os protestos eram informados através da criação de eventos nas páginas de *Facebook*, além da divulgação de alertas sobre pontos de conflito, trajetos livres e indicação sobre feridos (HOLLANDA, 2018). Aparentemente, as “Jornadas de Junho” eram só mais algumas dessas grandes manifestações que geralmente ocorrem em tempos de crise nos países, entretanto esse momento trazia características peculiares: eram movimentos sem lideranças e “puxados” por pessoas anônimas, não havendo um responsável principal, como era comum em protestos até então realizados no Brasil. Não se tratava mais de saber o que os manifestantes reivindicavam, mas como eles reivindicavam (HOLLANDA, 2018).

Os *black blocs*, com suas táticas de ação direta de caráter anarquista, pediam melhores serviços públicos e a extinção da Polícia Militar (PM), demonstrando que não precisavam da mediação de representantes políticos para serem ouvidos. Não eram apenas apelos direcionados aos políticos e aos partidos do governo, mas manifestações autônomas, por meio de ações diretas no espaço público, seja através dos protestos ou das ocupações de prédios públicos. Movimentos similares ocorriam também em outros países nesse período, como o caso da ocupação do parque *Taksim Gezi*, na Turquia (HOLLANDA, 2018).

As redes sociais, nesse momento, não eram vividas apenas como veículo eficaz para

¹⁷ Conforme informações do *site O Globo*, “cartazes e fotos postados nas redes convocavam as pessoas a participarem, nas ruas ou em casa, das manifestações em oito capitais. Com *tags*, as etiquetas que filtram temas nas redes, usuários recomendavam o uso de roupas brancas e a colocação de bandeiras da mesma cor nas janelas na preparação de um **movimento pacífico**. No *Instagram*, mais de 18 mil imagens foram postadas com a etiqueta *#whitemonday*, e 9.600 com *#vemprajanela*. *#Vempraru* reuniu mais de 24 mil fotos”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/redes-sociais-dao-tom-da-revolta-do-vinagre-8728856>.

¹⁸ A *tag #WhiteMonday*, em especial, foi para pedir paz, um contraponto à manifestação que ficou conhecida como *Bloody Sunday* (Domingo Sangrento) que, “foi um confronto entre manifestantes católicos, protestantes e o exército inglês, ocorrido em Derry, na Irlanda do Norte, no dia 30 de janeiro de 1972. O movimento teve início com uma passeata de dez mil manifestantes que pretendiam, saindo do bairro de Creggan em marcha pelas ruas católicas da cidade, chegar até a Câmara Municipal. Antes disso, entretanto, soldados ingleses partiram para a ofensiva e dispararam contra os manifestantes, deixando 14 ativistas católicos mortos e outros 26 feridos”, conforme *site* da Wikipédia. Informações disponíveis em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingo_Sangrento_\(1972\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingo_Sangrento_(1972)).

¹⁹ É importante salientar que esta *tag* não teve relação alguma com o movimento *Vem Pra Rua*, criado em Outubro de 2014, com o intuito de pedir o impeachment da então presidenta do Brasil Dilma Rousseff, juntamente a outras pautas conservadoras. Este grupo caracteriza-se como um dos movimentos apoiadores do atual presidente de extrema-direita no Brasil, Jair Bolsonaro.

a propagação de informações, mas lançaram também as bases desejadas para um novo tipo de organização política: uma democracia conectada, participativa, transparente (HOLLANDA, 2018, p. 28).

Tanto a Marcha das Vadias em 2011 como o Movimento Passe Livre nas Jornadas de Junho em 2013 podem ter sido fortes influenciadores ao movimento cicloativista feminista contemporâneo. A Marcha das Vadias trazendo o caráter feminista para o ciclismo feminino e o Movimento Passe Livre, por sua vez, já bastante ligado ao tema dos transportes, trouxe inquietações acerca da mobilidade urbana para o movimento cicloativista mais geral. Clarisse Linke, diretora executiva do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil), em uma palestra proferida para o *TEDx Talks* Rio em dezembro de 2014, relata como as manifestações de 2013 influenciaram as pessoas a pensarem mais sobre a mobilidade urbana nas cidades brasileiras, em especial ativistas ligados aos movimentos que lutam pela mobilidade por bicicleta, além de demandarem acesso a outras políticas sociais necessárias ao pleno acesso à cidade:

Mobilidade é um dos temas favoritos de todos nós, um dos temas mais debatidos e acalorados, principalmente no último ano. Se todos os brasileiros sempre foram um pouco técnicos de futebol, hoje em dia todos somos também um tanto quanto engenheiros de transporte. A gente tem uma série de conferências, seminários, campanhas, cadernos especiais nos jornais de domingo, debates acalorados em mesas de bar, para falar sobre mobilidade. Por que será que mobilidade se tornou um tema tão caro para todos nós? Se vocês se lembram bem dos protestos do ano passado [2013], o estopim foi o aumento das tarifas de transporte. A gente ali demandava acesso a transporte, mas a gente demandava, além disso, acesso à cidade, a gente demandava acesso a tudo que a cidade pode nos oferecer, oportunidades de emprego, de educação, saúde, serviços e participação²⁰.

Por outro lado, dentro desse contexto de efervescência popular, fortemente influenciadas pela Marcha das Vadias, as mulheres também dão início a uma sequência de manifestações nas ruas e nas redes sociais digitais, formando uma frente de resistência às violências contra as mulheres e ao cenário neoconservador no Brasil que, por sua vez, também trará influências ao cicloativismo feminista contemporâneo.

A campanha *Chega de Fiu Fiu* contra o assédio sexual em espaços públicos, conforme o *site* da ONG feminista *Think Olga*²¹, idealizadora do projeto e que tem tido uma

²⁰ Informações retiradas do vídeo “É para passar ou para ser feliz? ”, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=p3Smiev3FSA>.

²¹ Conforme informações do *site* da ONG, o objetivo da instituição é “sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres. [...] Utiliza a comunicação como principal ferramenta, aliada à tecnologia e estratégias de educação, para criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo. A Think Olga é uma ONG que atua junto à sociedade civil [...] e o resultado deste trabalho traz soluções criativas para velhos e novos problemas e colabora na construção de um mundo mais igualitário e justo”. Informação disponível em: <https://thinkolga.com/thinkolga/>.

atuação muito criativa nas redes sociais, surgiu em julho de 2013, quando “foram publicadas ilustrações com mensagens de repúdio a esse tipo de violência que foram compartilhadas por milhares de pessoas nas redes sociais, gerando uma resposta tão positiva que acabou sendo o início de um grande movimento social contra o assédio em locais públicos”.

Figura 5 – Campanha *Chega de Fiu Fiu*



Fonte: Site *Think Olga*

Mulheres dos mais diversos locais aderiram à campanha e, diante da grande adesão, o *Think Olga* decidiu elaborar um estudo *online*, a fim de verificar a opinião das mulheres acerca das cantadas que recebem nas ruas. Cerca de 8 mil mulheres participaram da pesquisa que concluiu que 98% das mulheres participantes já haviam sofrido assédio, 83% não achavam isso legal, 90% já trocaram de roupa antes de sair de casa pensando onde iam por medo do assédio e 81% já haviam deixado de fazer algo, como por exemplo, ir a determinado lugar, ir a pé, passar em frente à uma obra de construção civil, etc., para evitar o assédio²². Após a divulgação desses dados, a campanha ganhou ainda mais repercussão passando a receber milhares de mensagens via comentários, *e-mails* e *Facebook*, seja de mulheres que se identificavam com a campanha, de homens surpresos com os dados e mensagens com ameaças de estupro vindas de uma minoria de homens revoltados com o projeto, reação bastante comum quando os privilégios masculinos são questionados. Também foi criado pela ONG o *Mapa Chega de Fiu Fiu*, uma ferramenta que tem por missão tornar as cidades mais seguras para as mulheres, já que busca, conforme o *site*, “relacionar geograficamente os locais e motivos que aumentam a incidência de casos de assédio em determinadas áreas em busca de soluções que mudem essa realidade”. Além disso, o *Think Olga* também lançou o documentário *Chega de Fiu Fiu*, uma outra ferramenta voltada à educação contra o assédio. A mensagem deixada pela campanha é a seguinte:

Ninguém deveria ter medo de caminhar pelas ruas simplesmente por ser mulher. Mas infelizmente isso é algo que acontece todos os dias. Pouco se discute e quase nada se

²² Informações retiradas do *site*: <https://thinkolga.com/2018/01/31/cheга-de-fiu-fiu/>.

sabe sobre o tamanho e a natureza do problema. A *Chega de Fiu Fiu* foi criada para lutar contra o assédio sexual em locais públicos. Mas queremos aqui também lutar contra outros tipos de violência contra a mulher²³.

Chegando em 2015, as mulheres também ganharam visibilidade ao saírem às ruas após a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, de autoria do político Eduardo Cunha, que tinha o objetivo de dificultar o acesso de vítimas de estupro aos atendimentos médicos necessários. Gritos femininos invadiram as ruas de todo o país: “ ‘o Cunha sai, a pílula fica’, ‘Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta’, ‘As puta, as bi, as trava, as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução’, ‘O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista’” (HOLLANDA, 2018, p. 29). Jovens mães também foram às ruas e nas redes sociais digitais subiam as *hashtags* #MãeECriasContraCunha e #MãesECriasNaLuta (HOLLANDA, 2018).

Figura 6 – Ato Fora Cunha



Fonte: Portal G1 | Foto - Gil Sóter.

Após o ato nacional “Fora Cunha”, dias depois, ativistas vindas de vários estados do Brasil organizaram-se em Brasília para a Primeira Marcha das Mulheres Negras. Conforme *site* da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública,

A marcha reúne mulheres de todos os estados. Na Bahia, a saída rumo à capital federal aconteceu no dia 16 de novembro, às 20h, em Salvador, na praça do Campo Grande, onde estavam reunidas cerca de 200 mulheres com um único objetivo de combater o feminicídio de negros, racismo e lutar pelo bem viver. A visita à Brasília teve como objetivo apresentar à presidente Dilma Roussef os índices expressos pelo Mapa da Violência 2015²⁴.

Este episódio culminou com uma intensa proliferação de coletivos de mulheres

²³ Informações retiradas do *site*: <http://chegadefiufiu.com.br/>.

²⁴ Para maiores informações, visitar o site: <https://www.bahiana.edu.br/galeria/detalhes/18034/1-marcha-das-mulheres-negras/>.

negras, dando início ao crescimento de uma luta feminista antirracista. Conforme podemos observar até aqui, são anos de bastante efervescência de lutas populares nas ruas, ligadas aos mais diversos âmbitos e pautas em que se inserem as questões feministas e, dentro desse contexto, não surge somente um, mas vários coletivos feministas que constroem seu foco em termos de compromissos sociais específicos. Seja com a causa das mulheres do campo e a defesa das pautas ambientais como a Marcha das Margaridas, ou relacionados à questão da reivindicação do acesso do corpo feminino ao meio urbano livre de violências, trazido pela Marcha das Vadias, ou ainda, com relação à luta contra o racismo, o sexismo, o direito a ter um corpo não violável, etc. da Marcha das Mulheres Negras, temos uma diversidade de questões específicas sendo postas em evidência, num cenário de lutas feministas que se mostra cada vez mais múltiplo. O movimento feminista toma, no cenário atual, essa característica de luta comum e ao mesmo tempo com aspectos únicos e diversos. É necessário ter a força do todo, do coletivo, sem perder as singularidades, pois “o perigo está em deixar de reconhecer a especificidade da opressão” (MORAGA & ANZALDÚA, 1981, p. 55, tradução nossa).

Figura 7 - Marcha das Mulheres Negras



Fonte: Site Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública

Nesse âmbito, foram as mulheres negras que trouxeram para o feminismo branco, de classe média, essa outra visão, esse olhar mais apurado para as heterogeneidades que compõem a luta feminista e que eram ocultadas sob o manto das discussões que giravam apenas em torno do gênero. Mulheres negras trouxeram à tona as questões de raça, de classe, de sexualidade, etc. para o contexto feminista brasileiro.

A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. Mesmo assim, a estrutura de classe na sociedade [...] foi moldada pela estratégia racial da supremacia branca; apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma

compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissoluvelmente ligada à luta para acabar com o racismo (HOOKS, 2015, p. 195).

Por outro lado, no cenário internacional, mais especificamente nos EUA, as chamadas “mulheres do terceiro mundo” onde incluem-se latinas, asiáticas, chicanas, negras, lésbicas, etc., aqueceram os debates acerca dos entrecruzamentos de gênero, raça, classe, etnia, nação, religião, opressões que subjuguem as mulheres negras, imigrantes, mestiças²⁵, que vivenciam essa situação de fronteira por não se sentirem completamente contempladas nem somente por um país nem por outro, mas ao mesmo tempo sentirem-se pertencentes a ambos, nessa mistura de culturas, tal qual a experiência também vivenciada por mulheres negras no Brasil e em outras partes do mundo, que não eram contempladas nem somente pelo movimento negro nem apenas pelo movimento feminista, por estarem nesse lugar de “entre fronteiras”. É importante ressaltar essa experiência comum entre mulheres negras de variados contextos, sem esquecer que cada uma dessas vivências constitui-se de uma maneira única e singular, ou seja, apesar de brasileiras e afro-americanas compartilharem muitas de suas dores, nunca isso quer dizer que o contexto da situação que enfrentam seja igual para todas.

As fronteiras se tornam fisicamente presentes em todos os lugares onde duas ou mais culturas se tocam, onde pessoas de raças diferentes ocupam o mesmo território, onde as classes mais baixas, baixas, médias e altas se tocam, onde o espaço entre dois indivíduos se encolhe na intimidade (ANZALDÚA, 1987, p. 17, tradução nossa).

Entretanto, os preconceitos contra suas crenças, sua sexualidade, suas culturas e todas as experiências de opressão que fazem parte do cotidiano dessas mulheres que fogem ao padrão branco heteronormativo imposto pela sociedade patriarcal, também são a força-motriz para que essas mulheres tracem suas resistências e instaurem o que, na teoria, chamamos de interseccionalidade que, nada mais é do que, essa vivência do entre fronteiras, um espaço em que elas podem exercer plenamente sua autonomia, sua identidade singular de mulher negra, mestiça, latina, asiática, etc. Ao mesmo tempo que essa mulher não é de nenhum dos lados, ela é de ambos e isso caracteriza a especificidade da sua luta, da sua experiência:

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e

²⁵ No contexto dos EUA, essas mulheres reconhecem-se como mestiças ou mulheres de cor, termos que no Brasil são considerados pejorativos pelas mulheres negras, entretanto aqui utilizo com o intuito de ser fidedigna às expressões reais do referido contexto americano quando se estiver falando dele.

unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (ANZALDÚA, 1987, p. 80-81, tradução nossa).

São experiências que também influenciarão as reflexões das mulheres negras brasileiras, mesmo que estas estejam em um contexto diferenciado. Pensar na simbiose entre cultura africana e cultura brasileira, enxergando-se na margem, no entre, em o que é fazer parte e ao mesmo tempo ajudar a criar o que se chama no Brasil de cultura afro-brasileira. A margem é o lugar do invisível, mas também da resistência à toda e qualquer forma de opressão, é o lugar da criação, das autodefinições, da imagem positivada da mulher negra. “Essas autodefinições da condição feminina negra foram pensadas para resistir às imagens de controle negativas da condição feminina negra promovidas pelos brancos e às práticas sociais discriminatórias que essas imagens de controle sustentavam” (COLLINS, 2019, p. 11). A margem é também o lugar onde a mulher fronteira, vivencia uma situação de estrangeira dentro do seu próprio país ou de onde a mulher negra experiencia essa estranheza com um olhar desnaturalizado em meio ao mundo dos brancos, é onde essas mulheres enxergam as condições singulares e estranham o que os de dentro não vêem e naturalizam, “uma curiosa posição social de *outsider* interna [*outsider-within*], uma forma peculiar de marginalidade que originou uma perspectiva específica das mulheres negras em uma série de temas” (COLLINS, 2019, p. 11).

É nesse contexto diversificado de lutas e ativismos, em que o compromisso social específico dos grupos de ciclistas aqui examinados também entrará em cena, sendo influenciado, principalmente, pelos múltiplos feminismos orquestrados no Brasil e em todo o contexto da América Latina. A luta pela mobilidade urbana por bicicleta, comum aos movimentos mistos de ciclistas, ganha um caráter peculiar ao unir-se às lutas das mulheres ciclistas com suas pautas específicas ao universo feminista e alguns temas são evidenciados nesse discurso: o direito das ciclistas à cidade sem que estejam expostas às violências urbanas, de trânsito, de gênero, de raça, classe, etc., é evidenciado. O entrecruzamento entre racismo e gênero no cicloativismo é trazido para discussão com o surgimento de grupos de mulheres cicloativistas negras, como por exemplo, o *La Frida Bike*, originado na Bahia e com filiais em outras cidades brasileiras. Reivindicações por um pedalar nas ruas com segurança, pela promoção da bicicleta como um importante meio de transporte e uma das saídas eficazes em meio à um cenário de destruição ambiental, obesidade e adoecimento da população advindos de um ritmo urbano cada vez mais frenético, etc., são outras questões evidenciadas pelo movimento.

O ativismo com a bicicleta no cenário contemporâneo torna-se cada vez mais uma luta feminista e, como de praxe acontece com os movimentos de mulheres do Brasil, conectam-se às principais questões que estão em evidência no cenário político nacional e internacional,

tanto no que se refere às mulheres como no que tange às políticas de mobilidade urbana por bicicleta. Os seus ativismos estão conectados com tudo o que acontece em território nacional e internacional. A todo momento essas mulheres se interconectam. Os dualismos, como natureza x cultura, público x privado, dissolvem-se junto à diversidade de feminismos que acaba sendo incorporada no ativismo das ciclistas, para abrir caminho à um cicloativismo feminista que reúne várias lutas, tanto nas ruas como nas redes sociais digitais e que, por isso, pede análises dentro de um perfil interseccional (gênero, raça, classe, violência de gênero, violência de trânsito, violência urbana, etc.) e multidimensional (rua, redes, instituições, eventos) a partir de fatos e contextos específicos, sejam em cenas locais, translocais ou virtuais/ transnacionais, etc. (BENNETT & PETERSON, 2004).

O cenário em que a política das ruas passou a reverberar também na *internet*, veio primeiro com a Marcha das Vadias e em seguida com as outras marchas, conforme explica GUEDES (2015, p. 117):

A *internet* e, em especial, as redes sociais, tiveram um papel fundamental na construção e na divulgação das Marchas desde o início. Ela proporcionou uma forma mais rápida e dinâmica de intercâmbio de ideias para a formação das Marchas em todo o mundo, favorecendo a divulgação de diferentes concepções dos feminismos contemporâneos e desmistificando opiniões populares de que o feminismo busca a superação dos homens pelas mulheres, quando, na verdade, o que se busca é a equidade de direitos entre os mais diversos gêneros e sexualidades, valorizando as diferenças e especificidades de cada uma. Assim, a *internet* passa a ser uma importante ferramenta também de crítica, discussão, reação e diálogo com os mais diferentes setores da sociedade, possibilitando enfrentamentos com a grande mídia sobre temas como o feminismo, o gênero e a violência. No Brasil, essa espécie de “web-militância” feminista incita diversificados debates em populares redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*, bem como a divulgação de seminários e palestras sobre as mulheres, o gênero, a sexualidade e a cultura na Marcha das Vadias.

Dentro desse contexto, tivemos ainda o caso da campanha *#MeuPrimeiroAssédio*²⁶, onde as experiências pessoais de violência sexual sofridas por diversas mulheres foram publicadas por elas nas redes sociais digitais, tornando-as públicas. Os casos individuais passam a mobilizar os protestos coletivos. A bandeira do “pessoal é político” antes manifestada por uma coletividade ancorada em reivindicações que tinham a categoria mulher como representante de todas, na década de 1970, agora mistura-se com uma nova perspectiva do movimento feminista que faz do político algo pessoal também, a partir de fatos relatados em primeira pessoa. A coletividade não é só um todo homogêneo, ela ao mesmo tempo traz a particularidade de cada mulher que se expressa, ressaltando suas especificidades, formando uma teia de fios políticos singulares num todo globalizado.

²⁶ Criada pelo *Think Olga* em outubro de 2015 em protesto pelo assédio sofrido por Valentina Schulz que, na época, tinha 12 anos, durante um programa de culinária chamado *MasterChef Júnior*. Ela recebeu nas redes digitais muitos comentários de cunho machista e pedófilo (HOLLANDA, 2018).

A força mobilizadora das narrativas pessoais das mulheres nas redes digitais exemplifica bem como, no mundo contemporâneo, atua esse período que ficou conhecido como a *quarta onda feminista* ou *Primavera Feminista* (Baumgardner, Jennifer (2011); Cochrane, Kira (2013); Bates, Laura (2014); Chamberlain, Prudence (2017); Rivers, Nicola (2017); Hollanda, Heloísa Buarque de (2018)), principalmente, através das *hashtags* ou da formação de grupos virtuais que conectam mulheres de várias partes do Brasil e do mundo. É o feminismo das ruas que chega às redes. E, dentro de todo o contexto de surgimento do cicloativismo, é a partir dos anos 1990 e 2000, com a consolidação da *internet*, que esse movimento ganha força e se distribui pelo mundo. Desde o início, a *internet* foi e continua sendo de extrema importância para o movimento cicloativista, permitindo sua expansão através do que convencionou-se chamar de redes sociais digitais.

A rede como metáfora estrutural para a compreensão dos grupos expressos na *internet* é utilizada através da perspectiva de rede social [...] uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede²⁷) e suas conexões (interações ou laços sociais) (WASSERMAN; FAUST, 1994; DEGENNE; FORSE, 1999 *apud* RECUERO, 2009, p. 24).

Um grupo social, portanto, é formado pelas diversas conexões estabelecidas entre os atores, ou seja, entre seus membros. Atores juntamente com suas conexões formam a rede social. No espaço digital, os atores e suas conexões estabelecem-se, principalmente, através dos *sites* de redes sociais (SRS), representados hoje, principalmente, pelo *Facebook*, *Instagram*²⁸ e *Twitter*²⁹. Boyd & Ellison (2007) conceituam os *sites* de redes sociais da seguinte forma:

Nós definimos *sites* de rede social como serviços baseados na *web* que permitem que indivíduos (1) construam um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema delimitado, (2) articulem uma lista de outros usuários com quem eles compartilhem uma conexão e (3) vejam e examinem suas listas de conexões, bem como as daqueles (BOYD & ELLISSON, 2007, p. 211, tradução nossa).

Todos esses *sites* de redes sociais apresentam características próprias de interação e configuração, sendo uma alternativa de sociabilidade para as pessoas, habitantes de um mundo moderno cada vez mais individualizado e longe dos espaços públicos. No ambiente digital é possível nos conectarmos uns com os outros, e essa conexão por vezes transpõe o mundo *online*

²⁷ Os “nós” são pontos de conexão, podem ser representados por pessoas, grupos e instituições.

²⁸ O *Instagram* opera através do compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários (da mesma forma que o *Facebook*, precisa-se ter um perfil no *Instagram* para visualizar e participar da rede). É possível aplicar “Filtros” digitais e também compartilhar os conteúdos com outros *sites* de redes sociais como o *Facebook*, *Twitter* e *Tumblr*.

²⁹ O *Twitter* é um *site* popularmente denominado de um serviço de *microblogging*. É construído enquanto *microblogging* porque permite, que sejam escritos pequenos textos, a partir da pergunta “O que você está?”. Anteriormente, a plataforma permitia textos de até 140 caracteres, mas a partir do final de 2017, passou a permitir até 280 caracteres por mensagem.

e passa a existir também no *offline*, estabelecendo uma relação dialética entre essas duas dimensões:

A falta de tempo, o medo e mesmo o declínio dos terceiros lugares³⁰ podem ser conectadas ao isolamento das pessoas, ao atomismo e à efemeridade das relações sociais. No entanto, o aumento no uso de ferramentas de comunicação mediada por computador poderia representar, justamente, um esforço no sentido contrário, em direção ao social (RECUERO, 2009, p. 136).

É nesse contexto que as pessoas, através de seus perfis virtuais vão conectando-se cada vez mais com um maior número de pessoas e acabam por formar grupos digitais. Esses grupos tanto podem ser formados no mundo *offline* e serem transpostos para o ambiente digital com o objetivo de se tornarem visíveis para mais pessoas e conseguirem novos membros, como também podem ser criados no ambiente digital e a partir das conexões estabelecidas no *ciberespaço* passarem a existir também no mundo *offline*. Esses grupos sociais na *internet* possuem fortes características comunitárias e por isso, foram denominados de “comunidades virtuais”:

As comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede (Internet), quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço (RHEINGOLD, 1995, p. 20 *apud* RECUERO, 2009, p. 137).

Essas novas formas de sociabilidade ocorrem em parte no plano *online* e em parte no plano *offline*, o que evidencia que as comunidades virtuais não estão descoladas do mundo concreto e nem das interações face-a-face, pelo contrário, elas têm funcionado como importantes espaços de articulação entre os âmbitos digital e concreto, principalmente, quando tomamos como exemplo a sua contribuição para a disseminação do movimento cicloativista.

Na rede cicloativista, as conexões se dão em sua maioria por meio do *Facebook*. Este *site* funciona a partir de perfis pessoais, páginas que relacionam diversos conteúdos de interação e comunidades virtuais (grupos). Só é possível visualizar um perfil pessoal de alguém no *Facebook* a partir de outro perfil, ou seja, “apenas usuários que fazem parte da mesma rede podem ver o perfil uns dos outros” (RECUERO, 2009, p. 172). Aqui, os meios de comunicação digitais possibilitam às cicloativistas as trocas de experiências e as congregações em grupo. Essas ferramentas de comunicação e interação virtuais funcionam como intermediadoras, auxiliando na manutenção e disseminação do movimento além da perspectiva local, permitindo

³⁰ A teoria de Oldenburg (1989) sobre os terceiros lugares apresenta as condições dentro das quais a comunicação mediada por computador poderia ter vindo a encontrar um campo fértil. Para o autor, há três tipos de lugares que são importantes na vida de um indivíduo. O lar, que consiste em um primeiro lugar, onde está a família, o trabalho, que é o segundo lugar, e os parques, pubs e espaços de lazer, que consistem nos terceiros lugares, aqueles onde os indivíduos vão para construir laços sociais (RECUERO, 2009, p.136).

a realização de encontros a nível nacional e internacional, expandindo as conexões entre cicloativistas de diversas regiões que, por sua vez, passam a formar grupos, constituindo uma espécie de rede cicloativista totalmente interconectada tanto no campo digital como no ambiente da vida material.

O ativismo político em prol do uso da bicicleta como transporte e como ferramenta pela reivindicação de pautas feministas passa a ter uma dimensão global e a formar o que chamamos de “rede”, a partir do momento em que as lutas que antes só ocorriam no espaço *offline*, geograficamente locais e dispersas, adentram os *sites* de redes sociais no campo *online*, tornando-se geograficamente globais e interconectadas. O ativismo em torno da bicicleta como instrumento de luta pelo direito à cidade deixa de existir apenas no espaço urbano material e passa a fazer parte das discussões travadas pelos diversos grupos cicloativistas no *ciberespaço*, ou seja, no campo virtual, dando origem ao que chamamos de *ciberativismo*, propiciando por vezes a própria formação desses grupos de forma melhor articulada. É através dessa articulação *online* que muitos dos eventos cicloativistas pensados *offline* se tornam visíveis e chegam ao alcance de um maior número de pessoas, para posterior efetivação no mundo real, constituindo-se, portanto, como uma via de mão dupla. Os grupos ou comunidades virtuais criadas pelas cicloativistas no *Facebook*, constituem um espaço de abertura não só para manter laços já previamente estabelecidos presencialmente, como também oferecem condições para formação de novos laços sociais, não sendo, portanto, possível pensar as dinâmicas desenvolvidas no ciberespaço apartadas do mundo físico. Isso caracteriza as comunidades virtuais criadas pela rede cicloativista como “emergentes”, ou seja, grupos

(...) cujos atores interagem e mantêm um certo sentimento de grupo gerado através das trocas sociais. Todos esses elementos apontam para um agrupamento que surge através da interação social mútua, baseados em pertencimento relacional, e nas trocas comunicativas. O que constitui e mantêm o grupo são as interações, e não o “território”. É através delas que os laços são formados e adensados no interior da rede social (RECUERO, 2009, p. 151)

Os espaços e os meios de comunicação vão se produzindo e se modificando mutuamente (FALKHEIMER & JANSSON, 2006; ADAMS, 2009), por meio das condições materiais e das disputas dentro do terreno simbólico. O espaço urbano e o direito à cidade estão tanto na ordem discursiva como empírica, propagadas pelo movimento cicloativista. A relação com o espaço urbano é então pensada além da espacialidade física, através de discussões deslocadas do espaço físico real. As redes sociais digitais são utilizadas como meio de articulação, discussão e propagação de ideias relacionadas ao espaço urbano, identificando obstáculos e soluções quanto ao uso da bicicleta como modal e instrumento político na reivindicação pelo direito à cidade. Essa conexão entre redes digitais, espaço urbano e

cicloativismo irá possibilitar articulações para a criação de novos significados sobre a cidade. O cicloativismo feminista, longe de ser um movimento centrado só nas ruas ou só nas redes, transpõe mais uma vez os dualismos em uma mistura de ativismos digitais e performance de rua, alcançando assim, uma esfera transnacional.

Portanto, as formas de estruturação dos movimentos sociais contemporâneos, comuns ao Brasil, América latina e a outras partes do mundo, são definidas por um

“Ativismo em redes” (MACHADO, 2007) representado por ações transnacionais multiterritorializadas (HAESBAERT, 2007) em que as tecnologias da comunicação, especialmente a internet, assumem preponderância nas estratégias de planejamento, articulação e ação dos movimentos sociais. Essa nova forma de organização em rede resulta “da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, idéias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de identidades, interesses e crenças – e em um espaço muito curto de tempo”. (MACHADO, 2007, p. 268 *apud* COGO, 2012, p. 53)³¹.

Para citar algumas *hashtags* do movimento feminista contemporâneo em geral que ganharam espaço nas redes digitais, em especial no *Twitter* e *Facebook*, temos as seguintes: *#NãoMereçoSerEstuprada* (Março/ 2014) em reação a uma pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que apontava que 65% dos 4 mil homens entrevistados concordavam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, *#AgoraÉQueSãoElas*³² (Novembro/ 2015) questionando a falta de representatividade de opinião feminina nos espaços da mídia, *#MeuAmigoSecreto*³³ (Novembro/ 2015) que relatava assédios cometidos por homens próximos das vítimas sem identificá-los.

As linguagens que o feminismo explora na rede têm características próprias. Em primeiro lugar, está o investimento pesado nas perspectivas abertas para as muitas experimentações possíveis entre o pessoal e o público [...]. É um território complexo, no qual as interdições e violências vividas pelas mulheres são atualizadas. Na sequência, vem a exploração meticulosa da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede. É descoberta, aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro (HOLLANDA, 2018, p. 46).

³¹ *Link* para o referido artigo: <https://core.ac.uk/download/pdf/78545565.pdf#page=43>.

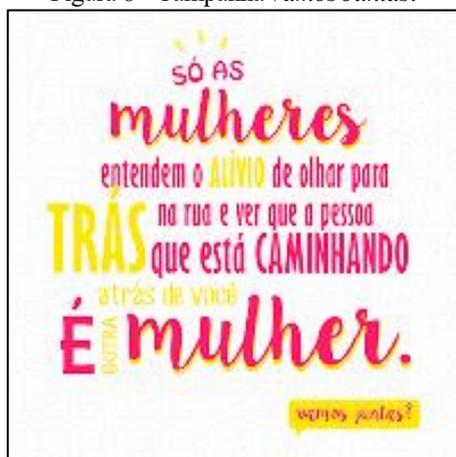
³² O movimento denominado *#Agoraéquesãoelas*, uma campanha na qual diversos homens cedem espaços das suas colunas em grandes jornais e portais na internet para que mulheres ativistas feministas possam falar da sua luta. Essa campanha é mais adquire grande repercussão por pautar a importância das mulheres terem voz na sua luta cotidiana contra a opressão. A campanha *#Agoraéquesãoelas* tem como proposta que homens que se solidarizam com a causa das mulheres e querem ser nossos aliados nessa luta cedam seus espaços em grandes meios de comunicação para que algumas mulheres possam ter voz na luta contra a opressão de gênero. Informação disponível em: <https://feminismo.org.br/agoraequesaoelas/19092/>.

³³ Depois da campanha *#MeuPrimeiroAssédio* ter ganhado força na internet, surgiu uma nova investida das mulheres nas redes: é a *hashtag* *#MeuAmigoSecreto*. Criada espontaneamente no *Twitter*, a frase repercutiu na linha do tempo dos brasileiros e marca o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html>.

Essas campanhas que interconectam ruas e redes, vêm com o intuito de denunciar a variedade de opressões sofridas pelas mulheres, em especial, a grande onda de assédios que as acomete diariamente, seja na ida e volta do trabalho, da faculdade, do supermercado, da escola para deixar e buscar os filhos, etc., trajetos frequentes realizados pelas mulheres, muitas vezes sozinhas, através do transporte público coletivo, caminhada ou pedalada, que são sempre acompanhados pelo medo e a insegurança.

Pensando nisso, em julho de 2015, a jornalista Babi Souza lançou nas redes sociais digitais o movimento *#VamosJuntas?*, que tem como objetivo estimular a sororidade, a união entre mulheres. Tudo começou quando Babi Souza a partir de uma conversa com sua amiga Vika Schmitz, decidiu criar um *card* e postou na sua conta pessoal do *Facebook*³⁴:

Figura 8 - Campanha *Vamos Juntas?*



Fonte: *Site Vamos Juntas?*

Conforme o *site M de Mulher*, o movimento propõe duas ideias centrais:

- 1) a de que mulheres que não se conhecem possam se unir para criar um elo de proteção mútua quando andam na rua; 2) a de que mulheres que se conhecem e que costumam percorrer trajetos semelhantes (para o trabalho, faculdade, ponto de ônibus etc.) se organizem para andar juntas. A palavra de ordem é: sororidade³⁵.

Babi Souza, idealizadora do projeto, conta que “o movimento surgiu como solução colaborativa para um problema real pelo qual passamos todos os dias”³⁶. Em 2016, o grupo do *Facebook* já contava com mais de 62 mil fãs e, atualmente, já existem vários grupos do

³⁴ Informações retiradas do *site*: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/08/jovens-criam-movimento-vamos-juntas-para-driblar-a-inseguranca-nas-ruas-4816280.html>.

³⁵ Informações retiradas do *site*: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/vamos-juntas-movimento-quer-unir-mulheres-que-se-sentem-inseguras-na-rua/>.

³⁶ Informações retiradas do *site*: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/vamos-juntas-movimento-quer-unir-mulheres-que-se-sentem-inseguras-na-rua/>.

(#VamosJuntas?), espalhados pelas redes digitais, reunindo mulheres de vários estados diferentes do Brasil. Estar sozinha na rua é motivo de pânico para a maioria das mulheres, principalmente, no Brasil, país que bate *record* nos índices de violência contra a mulher, seja no espaço doméstico ou no espaço público. E esse movimento vem com o intuito de empoderar as mulheres através da união, de mostrar para elas que não estão sozinhas, que o caminho pode ser bem mais seguro e agradável se for feito em companhia com outras mulheres, sejam estas conhecidas ou não. O objetivo é que se você, mulher, estiver em alguma situação de risco na rua, possa observar se do seu lado está passando uma outra mulher e que também pode estar vivenciando situação parecida e, a partir disso, lançar a pergunta: “Vamos Juntas? ”. Uma ideia simples com a finalidade de trazer uma proposta que visa evitar violências como roubos e assédios contra mulheres.

Conforme a página do grupo no *Facebook*, aos poucos o movimento foi deixando de trazer apenas a ideia do “irmos juntas” para falar da importância do “estarmos juntas” e, além disso, em outubro de 2015, Babi Souza fundou a empresa *Bertha Comunicação*, com o intuito de impulsionar negócios de mulheres através da comunicação digital³⁷. Conforme Castells (2017),

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência [...] da autocomunicação em massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem (p. 190).

Dentro desse contexto, também foi difundida em 2016 a campanha #EuEmpregadaDoméstica voltada a um público de mulheres afetadas por condições de raça, classe e gênero, criada por Joyce Fernandes, conhecida como “Preta-Rara”, visando difundir relatos de abusos sofridos pelas empregadas domésticas no ambiente de trabalho. Essa campanha é difundida dentro de um contexto onde o racismo ganha maior evidência nas denúncias, quando em meio à uma avalanche de *hashtags* publicadas na internet por uma pluralidade de movimentos sociais emergentes, as discussões sobre raça inserem-se num cenário que Geísa Mattos (2016) identifica como “disputa de narrativas” presentes nas redes, ao investigar o ativismo transnacional contra o racismo e a violência policial no Brasil e nos EUA.

A esfera pública digital é agora a plataforma principal do debate político, estimulada

³⁷ Endereço da página do movimento “Vamos Juntas? ” no *Facebook*: https://www.facebook.com/pg/movimentovamosjuntas/about/?ref=page_internal.

por imagens e músicas que criam simbólicas sínteses no que se refere à violência estrutural. Essas sínteses são formuladas em uma linguagem de raça, que está gerando pressões sociais contra o “genocídio da população negra”, dentro do contexto de um amplo reconhecimento desta como uma luta transnacional contra o racismo estrutural (MATTOS, 2016. p. 212).

Esse ativismo nas redes sociais digitais, portanto, traz para o cenário contemporâneo uma nova maneira de expor denúncias e reivindicações que se diferenciam das mídias tradicionalmente utilizadas. A campanha difundida pela ativista Preta-Rara não teve o mesmo alcance das campanhas “puxadas” pelas mulheres de classe média, o que denuncia parte das “fendas” que segmentam o movimento feminista, entretanto, esta foi uma iniciativa importante para dar visibilidade a um grupo de mulheres que perfazem 92% do setor de empregos domésticos no Brasil, um setor, portanto, predominantemente feminino (HOLLANDA, 2018).

Os movimentos feministas descobriram o poder das *hashtags* em 2014. [...] O potencial mobilizador do uso tático das *hashtags* feministas mostrou sua força a partir de uma série de movimentos. Em geral, poucas pessoas sabem quem são as lideranças ou as representantes. Nesse corpo textual formado por uma imbricação de vozes, alcança-se uma horizontalidade momentânea, em que já não é central quem disse, mas o quê e como disse (HOLLANDA, 2018, p. 47 – 48).

Preta-Rara, portanto, trouxe um outro discurso para a arena de debates das plataformas digitais, abrindo espaço e dando visibilidade para um tema ocultado até então nessa disputa de narrativas *online* e, além disso, expandiu o ciberativismo feminista negro explorando outros temas também muito relevantes e que contribuem diretamente com o empoderamento feminino negro atual. A campanha *#EuEmpregadaDoméstica* que, logo após sua difusão, virou página nas redes sociais digitais, visa denunciar

Como o emprego doméstico faz parte de uma continuação da escravidão moderna no Brasil. Os principais conteúdos da página são tanto os relatos de abusos sofridos pelas empregadas, quanto anúncios abusivos de oferta de empregos domésticos. Entretanto a militância de Preta Rara vai muito além do ativismo anti-racista. Preta possui diversas habilidades artísticas, canta e compõe letras de rap, escreve poesias, é modelo e influencer digital. Como rapper utiliza o microfone e suas composições para denunciar o racismo, o padrão de beleza hegemônico, além de exaltar a beleza negra e o feminismo negro nas canções. Além do *Facebook*, Preta criou um canal no *Youtube*, chamado “Nossa voz ecoa”, onde aborda sobre relacionamentos, moda *Plus Size*, assim como, realiza entrevistas com ativistas, artistas e intelectuais negras (os). A ativista também utiliza o *Instagram* para dar visibilidade à questão do body acceptance ou body positivity, que faz parte da sua atuação no universo do empoderamento feminino Plus size. Utilizando a hashtag “pesadona” e “bem bonita”, para promover um ativismo voltado para a questão do amor próprio e da aceitação do próprio corpo (SILVA, 2018, p. 34).

Essa forma de ativismo racializado e de classe acaba por desafiar o privilégio das feministas de classe média (brancas), um ponto importante a ser ressaltado aqui quando observamos, por exemplo, os objetivos e desafios específicos percebidos nos grupos de

cicloativismo feministas emergentes que serão explorados nesse texto. Os grupos mais contemporâneos também compartilham dessas disputas de narrativas *online* e *offline*. Num cenário em que o ativismo pela mobilidade urbana por bicicleta e a luta feminista são tomados por grupos de mulheres majoritariamente brancos e de classe média, surgem outros grupos que vem se contrapor à essa estrutura tradicional, trazendo para dentro das pautas as especificidades das experiências das mulheres cicloativistas negras, como é o caso do *La Frida Bike*. É também curioso e revelador como a quantidade de grupos majoritariamente negros é menor e como suas pautas, objetivos e ações são diferenciadas.

Por exemplo, nos capítulos seguintes iremos perceber como as ações das mulheres negras com a bicicleta tem um viés muito mais relacionado com as questões de classe e raça, com a promoção de atividades que, acima de tudo, visam questões como a empregabilidade e capacitação profissional não só da mulher negra, como de outros públicos minoritários, como é o caso da população LGBTQ+.

Em contrapartida, apesar de alguns grupos cicloativistas feministas terem um caráter interseccional e hoje esforçarem-se mais para contemplar essa pluralidade feminina, nas suas atividades e ações não percebemos muito essa preocupação com a empregabilidade por exemplo, ou fatores de opressão como o racismo não são evidentes nas falas. Isso demonstra, por sua vez que, longe de ser um campo homogêneo, o cicloativismo feminista contemporâneo, mesmo dentro do seu caráter alternativo, aglutina singularidades diversas e experimenta, em variados contextos, a heterogeneidade das relações que perpassam a vida das mulheres na contemporaneidade.

Continuando o nosso percurso histórico, essas relações, para além do fenômeno pluralizado das *hashtags* e das disputas de narrativas, também deram origem a muitas páginas divulgadoras de conteúdo na *internet*, com uma ampla gama de informações, onde incluem-se os conteúdos sobre feminismo. Vários grupos e coletivos feministas são criadores de conteúdo nas redes digitais. Pessoas que estão à frente dessas páginas de grupos ou mesmo em seus perfis pessoais de divulgação de conteúdos na *internet* são chamados de *influenciadores digitais*, como é o caso da Preta-Rara. Um outro exemplo que temos é um dos maiores e mais famosos *blogs* contemporâneos, o *Escreva Lola Escreva*, da professora, feminista e *digital influencer* Lola Aronovich que desde 2008 traz conteúdos diversos, como ela mesma apresenta no *blog*: “Neste bloguinho não acadêmico falo de feminismo, cinema, literatura, política, mídia, bichinhos de estimação, maridão, combate a preconceitos, chocolate, e o que mais me der na telha”³⁸.

³⁸ Endereço do *blog*: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com>.

Sendo uma das feministas mais conhecidas e mais influentes do Brasil, Lola Aronovich, desde 2008, ano de surgimento do seu *blog*, sofre inúmeras ameaças e perseguições de homens misóginos, machistas, altamente odiosos ao simples fato dela ser uma mulher feminista. O que nos faz constatar que quanto mais cresce o feminismo mais o patriarcado se enfurece, reagindo contra. A maioria dos crimes cometidos pelos *mascus*, nome pelo qual Lola denomina esses homens, e também uma abreviação de *masculinistas*, são realizados virtualmente, através de mensagens com conteúdo altamente violento, dirigidas à Lola seja por seu *blog*, pelo *Twitter*, pelo *Youtube* ou através das conversas entre eles que se desenrolam nos chamados *chans*, fóruns anônimos utilizados pelos *mascus* para disseminar ódio principalmente contra mulheres, negros e população LGBTQ+.

É importante ressaltar que os alvos são sempre esses grupos minoritários que, por sua vez, também são os mesmos que geralmente estão à frente dos ativismos e movimentos sociais mais emergentes. Lola Aronovich luta incansavelmente, denunciando à justiça seus agressores e até já conseguiu com que um dos líderes que mais a perseguia fosse preso. Conforme notícia divulgada pelo *The Intercept Brasil*³⁹, “Marcelo Valle Silveira Mello, 33 anos, foi condenado a 41 anos e seis meses de prisão por vários crimes, entre eles associação criminosa, divulgação de pedofilia, racismo e terrorismo”.

Todos esses crimes foram cometidos pela *internet* e toda uma legião de *mascus* ainda continua a disseminar ódio e a cometer crimes através das redes digitais, de diversas formas. Lola ainda sofre ameaças, porém toda essa situação difícil por que ela passa, foi inspiração para a criação de uma lei contra a misoginia na *internet* que recebeu seu nome, *Lei Lola*. A lei 13.642/18, de autoria da deputada Luizianne Lins (PT-CE⁴⁰), foi sancionada em abril de 2018 e atribui à Polícia Federal a investigação de crimes cibernéticos de misoginia.

Em um contexto mais contemporâneo, plural e interconectado, os grupos de mulheres ciclistas identificadas com o ativismo feminista, também entram em cena e se relacionam com esses importantes episódios de lutas feministas no século XXI, conforme foi possível perceber ao longo desse texto. Elas acabam por carregar características específicas que, muitas vezes, podem ser explicadas a partir das influências advindas desse cenário histórico tão complexo por que passou o Brasil nos últimos anos.

A relação que o movimento cicloativista de mulheres estabelece com esse contexto histórico demonstra sua proximidade com os fatos decorrentes e o seu grau de envolvimento com as questões que estão em evidência, como é o caso das *Ciclanas*, grupo de mulheres

³⁹ Para ver matéria completa, acessar o seguinte endereço: <https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>.

⁴⁰ Partido dos Trabalhadores do Ceará.

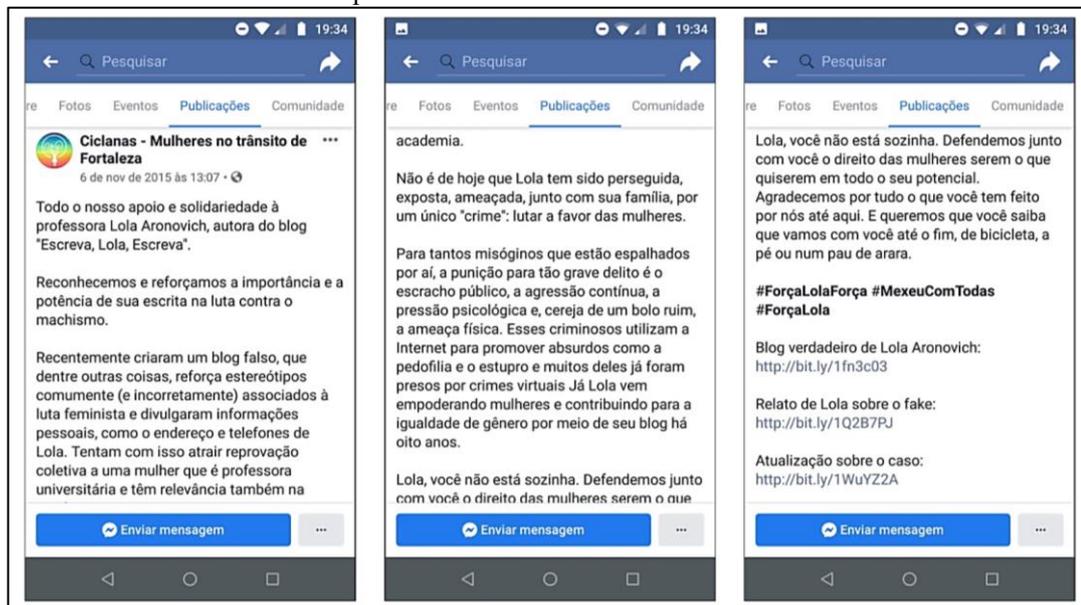
ciclistas de caráter feminista localizado no estado do Ceará, onde Lola Aronovich reside. Elas solidarizaram-se com a Lola e logo realizaram campanha, em novembro de 2015, em apoio à professora e feminista quando da ocorrência de um dentre os vários casos de ameaças e perseguições que sofreu por parte dos *mascus*, conforme podemos observar nessas imagens.

Figura 9 – Campanha das *Ciclanas*, de novembro de 2015, em apoio à professora e ativista Lola Aronovich, no momento em que “mascus” criaram um *blog* falso em seu nome, em setembro de 2015, para disseminar ódio contra minorias como se fosse a própria Lola



Fonte: Facebook Ciclanas

Figura 10 - Texto publicado nas redes sociais digitais das *Ciclanas*, em novembro de 2015, em apoio à professora e ativista Lola Aronovich



Fonte: Facebook Ciclanas

Campanhas e movimentos sociais nas ruas e nas redes influenciaram e continuam a influenciar as cicloativistas em diversos momentos e a onda de páginas e *blogs* que surgiram nos últimos anos, carregadas de mensagens as mais diversificadas, também trazem à tona o caráter interseccional dos novos movimentos feministas que compartilharão alguns ideais também difundidos pelos grupos de mulheres cicloativistas. Além do *blog* da Lola *Escreva Lola*

Escreva, outros *blogs* e páginas feministas foram surgindo em anos recentes, como *Blogueiras Feministas* (Outubro/ 2010), *Blogueiras Negras* (Março/ 2012), *Socialista Morena* (Setembro/ 2012), *Feminismo Sem Demagogia* (Outubro/ 2012), dentre vários outros, e também passaram a ter um público de seguidores cada vez maior. Ainda dentro desse contexto de ativismos na *internet*, coletivos feministas passaram a produzir outros conteúdos de informação como é o caso da *Revista Capitolina* voltada ao público jovem de mulheres. Canais no *Youtube* também se proliferaram como o caso do *Fala Lola Fala* lançado em 2019, também da professora e feminista Lola Aronovich, o *Afros e Afins* criado por Nátaly Neri, estudante de Ciências Sociais, voltado ao feminismo negro.

O protagonismo das mulheres negras no cenário contemporâneo digital é ascendente, sendo atualmente formado por uma gama de influenciadoras digitais e intelectuais negras como Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Joice Berth, Conceição Evaristo, dentre várias outras (HOLLANDA, 2018). Além disso, ganharam visibilidade o feminismo *trans* e lésbico, através de diversos canais no *Youtube* e grupos no *Facebook*, com conteúdo voltado a esses públicos, como os canais *Voz Trans* e *Mandy Candy* sobre a população *trans*, e os grupos *Sapatômica* e *Marias do Brejo* sobre o universo lésbico (HOLLANDA, 2018).

Já chegando no ano de 2018, especificamente em 29 de setembro do referido ano, uma avalanche de mulheres foi às ruas de diversas cidades do Brasil em repúdio à candidatura do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Ele foi e continua sendo protagonista de diversos discursos contra as mulheres e as minorias em geral e, representava uma forte ameaça à categoria durante as eleições, fato este que, com a sua vitória como presidente em 2019, já tem se concretizado a partir dos vários decretos e mudanças aprovadas. Algumas medidas tomadas pelo seu governo ferem profundamente muitos dos direitos conquistados pelos grupos mais vulneráveis, em que se incluem as mulheres.

Na tentativa de barra-lo, manifestações com a *hashtag* *#EleNão* ganharam as ruas e as redes digitais, numa campanha ferrenha das *Mulheres Contra Bolsonaro*, inclusive essa nomenclatura designou o grupo do *Facebook* criado por elas e ativo até hoje com a denominação *Mulheres Unidas Com o Brasil*, formado por 3,88 milhões de membros. As redes digitais foram fundamentais, pois foi no ambiente *online* que foram orquestrados todos os protestos realizados na rua. Conforme Céli Regina Jardim Pinto, professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), autora do livro *Uma história do feminismo no Brasil*, em entrevista ao *site BBC News*, essa foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil e uma das maiores manifestações contra um candidato em eleições.

Os protestos ocorreram em 114 cidades brasileiras, além de atos em outras cidades

do mundo como Nova York, Lisboa, Paris e Londres. E, apesar do movimento *#EleNão* ter começado devido às frases com teor machista, misógino e sexista por parte do presidente com relação às mulheres, o protesto englobou outras lutas além da pelos direitos das mulheres, como por exemplo, a defesa da democracia e dos direitos humanos como um todo. Famílias inteiras aderiram aos atos, que contou com a presença de homens, crianças e idosos.

Tratou-se de um movimento amplo contra o fascismo, que hoje se expande não só pelo Brasil mas pelo mundo todo, contra o racismo fortemente entranhado nas sociedades e que agora ganha força e não é mais algo velado, e pelos direitos sociais de todas as pessoas, incluindo o público LGBTQ+⁴¹. Apesar de ter um viés mais ligado à esquerda e à centro-esquerda política, o movimento *#EleNão* conseguiu englobar segmentos de vários posicionamentos políticos, inclusive algumas pessoas que, se autodeclaravam de direita e ficaram conhecidos pelo apelido de “cozinha”, também fizeram parte dos atos com cartazes que traziam a seguinte mensagem: “sou cozinha, mas não sou fascista”.

Figura 11 - Ato ELENÃO



Fonte: Mídia Ninja | Foto: Karina Zambrana

O bolsonarismo é visto como uma política reacionária aos recentes anos de avanços que o país vivenciou em termos de políticas sociais de direitos humanos que favoreceram principalmente os grupos minoritários⁴². Nos últimos anos, principalmente no contexto político brasileiro, esses grupos vivenciaram algumas conquistas importantes de direitos sociais. Temos como exemplo, algumas conquistas importantes da comunidade LGBTQ+ que, ao longo dos

⁴¹ Informações retiradas do site: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>.

⁴² Informações retiradas do site: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>.

anos, incomodou os segmentos de oposição. Conforme matéria do Jornal Nexo⁴³, a Parada do Orgulho LGBTQ+ originada na década de 1970, ganhou força na década de 1980 com a crise da AIDS, tornando-se ainda mais visível em 1990. Vitórias como a despatologização da homossexualidade em 1985, o uso do termo “orientação sexual” em detrimento de “opção sexual” na década de 1980, foram importantes para garantir uma maior visibilidade do movimento LGBTQ+ na década de 1990:

O movimento LGBT começou a ganhar também visibilidade massiva nas ruas na década de 1990. Em 1995, a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex realizou a sua 17ª conferência no Rio, que terminou com uma pequena marcha na praia de Copacabana. Em 1996, um ato na praça Roosevelt, em São Paulo, reuniu cerca de 500 pessoas reivindicando direitos LGBT. A partir daquele ato, coletivos LGBT começaram a planejar a primeira parada LGBT do país, que aconteceu em 1997 na avenida Paulista, em São Paulo. Ela teve entre 500 e 2.000 pessoas. Hoje a parada é um dos maiores eventos da capital paulista, reunindo um público maior do que o de cidades inteiras⁴⁴.

Outras conquistas da população LGBTQ+ foram o reconhecimento da união civil estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal, a permissão do casamento civil entre homossexuais pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013 e a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis. Em 2002 e 2010, respectivamente, o processo de redesignação sexual, popularmente conhecido como “mudança de sexo”, primeiramente do fenótipo masculino para o feminino e em seguida do feminino para o masculino, foi autorizado, passando a ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 2008. O uso do nome social por pessoas transexuais e travestis passou a ser aceito pelo Ministério da Saúde e utilizado pelo SUS em 2009 e, em 2013, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal exame utilizado para conseguir vagas nas universidades de todo o país e em algumas fora do âmbito nacional. Transgêneros passaram a poder alterar em cartório o nome e o registro de sexo presente no registro civil em março de 2018, a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal⁴⁵.

Todas essas vitórias da população LGBTQ+ lhes possibilitaram uma maior visibilidade na esfera política pública não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, fator que pode ter contribuído para a revolta e conseqüente reacionarismo de grupos extremistas contrários que, por sua vez, encontraram apoio nos discursos odiosos proferidos pelo então presidente Jair Bolsonaro contra os segmentos LGBTQ+. Isso também explica o maior

⁴³ Link para matéria do jornal Nexo: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>.

⁴⁴ Link para matéria do jornal Nexo: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>.

⁴⁵ Link para matéria do jornal Nexo: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>.

protagonismo da comunidade LGBTQ+ nas manifestações anti-Bolsonaro, já que foram eles os maiores atingidos por essa política neoconservadora que nega todos os direitos conquistados pela população LGBTQ+. Muitas cicloativistas, ou seja, ciclistas identificadas com a perspectiva do ativismo político em variados contextos, também aderiram ao movimento *#EleNão*, participando dos atos e protestos nas ruas e nas redes digitais conforme podemos verificar na foto abaixo publicada na página do *Facebook* da cicloativista Andréa Bezz, onde a mesma aparece junto de outra cicloativista, Aline Montenegro, na época em que o movimento aconteceu:

Figura 12 – Cicloativistas no ato *EleNão* | Fortaleza - CE



Fonte: *Facebook* – Cicloativistas Andréa Bezz e Aline Montenegro

Conforme podemos observar, os feminismos que foram se desenvolvendo nos anos mais recentes, ao mesmo tempo que lutam contra a opressão das mulheres, também acabam por reivindicar uma sociedade mais justa e democrática em variados aspectos. O perfil autoritário em que se sobrepõem o patriarcado, o capitalismo e o machismo tornam vulneráveis as mulheres de diversas formas, mas não atingem somente esse público. A cada violência cometida acrescenta-se uma outra, de caráter estatal, institucional, político. Esse novo momento do feminismo é marcadamente anticapitalista, crítico ferrenho do neoliberalismo, visto como principal fonte de desigualdade e exploração e, justamente por isso, tenta modificar a política, anda de mãos dadas com a luta agroecológica e com as diversas outras lutas políticas que estão a realizar-se pelo mundo afora.

Os feminismos no Brasil, desde a origem, nunca foram apartados do cenário político estatal brasileiro. Hoje, não seria diferente, as lutas feministas estão intimamente ligadas ao cenário neoconservador que instalou-se não só no Brasil, com o bolsonarismo e às políticas da extrema direita, mas em muitos países da América Latina que, nos últimos anos, tem vivenciado contextos semelhantes, num cenário que tem feito surgir lutas populares reacionárias em diversas regiões do continente, muitas delas protagonizadas por minorias, em especial mulheres, das mais variadas nacionalidades. Os movimentos *#NiUnaMenos* e *#MeToo* foram dois acontecimentos emblemáticos dessa natureza que marcaram a última década na América Latina e no mundo.

Figura 13 – Mulheres no Movimento *#NiUnaMenos*



Fonte – Site *TheBuble* | Foto via *Telam*

O movimento *#NiUnaMenos* teve início na Argentina, mas logo ganhou apoio em diversas cidades da América Latina. O caso que culminou com a explosão desse movimento foi a violência altamente cruel sofrida pela adolescente Lucía Pérez, de 16 anos, no Mar Del Plata, em Buenos Aires, em outubro de 2016. A jovem foi drogada, estuprada e morta por empalamento por uma gangue de traficantes. A notícia do fato causou muita revolta nas argentinas, principalmente porque, uma semana antes havia ocorrido na cidade de Rosário uma grande manifestação contra a violência liderada pelas mulheres. O protesto em massa ganhou as ruas de toda a Argentina e de outras cidades latino-americanas que aderiram à luta, assim como a campanha *#NiUnaMenos* viralizou nas redes sociais denunciando a violência de gênero⁴⁶, responsável por matar uma mulher a cada 30 horas na Argentina⁴⁷.

⁴⁶ Informações retiradas de matéria disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692722>.

⁴⁷ Informações retiradas de matéria disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/201611236923076-mulheres-violencia-argentina/>.

Centenas de milhares de pessoas foram às ruas, dentre elas jornalistas, celebridades, políticos e juntaram-se às mulheres de todos os grupos e idades para exigir medidas mais eficazes contra a violência de gênero, em diversas cidades da América Latina. O movimento *#NiUnaMenos* teve como ponto de encontro o Obelisco, símbolo da cidade de Buenos Aires e foi organizado pela ONG argentina que leva o mesmo nome e que luta pelo combate à violência sexista no país. México, Chile, Uruguai e Bolívia estão entre os países que aderiram aos protestos em várias de suas cidades⁴⁸.

Dois anos após o caso, em 2018, mais especificamente, no dia 25 de novembro, em que se comemora o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra Mulher, a justiça argentina divulgou a notícia de que os três acusados pelo abuso sexual e consequente feminicídio de Lucía Pérez haviam sido levados a julgamento e foram absolvidos⁴⁹. As argentinas enxergaram essa omissão da justiça ao não condenar os acusados como um segundo assassinato cometido contra a jovem e novamente foram às ruas protestar. A situação do julgamento sensibilizou mulheres de várias partes do mundo que também saíram em protesto. No Brasil, as manifestações aconteceram na escadaria do Theatro Municipal, no centro de São Paulo. A hashtag *#NiUnaMenos* mais uma vez ganhou as redes sociais.

Figura 14 – Ativistas Participam da *#MeToo March* em 10 de novembro de 2018 em Hollywood, Califórnia



Fonte: Site Marketplace | Imagens: Sarah Morris / Getty

⁴⁸ Para mais informações, ver matéria disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37711297>.

⁴⁹ Informações disponíveis nos seguintes endereços: <https://ponte.org/absolvicao-de-acusados-por-estupro-e-feminicidio-de-lucia-perez-gera-indignacao/>; <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/27/acusados-pelo-estupro-e-assassinato-da-jovem-argentina-lucia-perez-sao-absolvidos/>.

Por outro lado, a expressão *#MeToo* também foi utilizada milhões de vezes em mais de 85 países e, apesar do movimento ter ganhado popularidade em 2017, após ter sido escolhido como personalidade do ano pela revista americana *Time*, desde 1996 que essa expressão foi pensada pela ativista Tarana Burke, que iniciou o movimento a partir da luta pelo empoderamento de jovens mulheres negras. Tudo começou quando ouviu o relato de uma criança que sofria abusos sexuais do padrasto e sentiu-se com remorso por não ter respondido prontamente à criança: “eu também” (*Me Too*). Esse sentimento veio repercutir anos depois, quando Tarana Burke decidiu dizer ao mundo *Me Too*. O objetivo ao propagar o movimento era criar empatia entre as vítimas de assédio. Essa ação “viralizou” quando da publicação da expressão no *Twitter* propagar-se nas plataformas digitais, principalmente, após a atriz Alyssa Milano *twitter* essa *hashtag* fazendo referência aos escândalos que envolviam Harvey Weinstein, um dos maiores produtores de Hollywood, fundador da Miramax e da The Weinstein Co, tendo como filme de maior sucesso de bilheteria *O Senhor dos Anéis*, que lhe rendeu vitória no Oscar⁵⁰.

Demorou décadas para que Harvey Weinstein fosse acusado de assédio sexual, insinuações e até estupro por mais de 20 mulheres⁵¹. Um dos grandes questionamentos do *Me Too* era justamente como tantas pessoas sabiam desses assédios sistemáticos que foram cometidos durante anos a fio, e ninguém falava nada. As pessoas que ousavam falar algo eram caladas. Após a atriz Alyssa Milano *twitter* essa *hashtag*, a notícia disseminou-se para além do território americano, alçando o movimento *#MeToo* como uma importante plataforma de difusão das denúncias de assédio sexual no mundo inteiro, tendo sido utilizado por mulheres das mais variadas nacionalidades⁵².

A onda de protestos nas ruas e nas redes, liderada pelas mulheres, espalhou-se em vários países nos anos seguintes, fazendo surgir vários movimentos importantes no cenário contemporâneo. Exemplo disso foram as últimas manifestações que iniciaram no Chile em 2019. O país, já dentro de um cenário de crise com manifestações que já se seguiam há mais de 40 dias, foi tomado por uma avalanche de mulheres no dia 25 de novembro, ou seja, mais uma vez elas escolheram o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher para protestar. Quatro feministas chilenas do coletivo *Las Tesis* criaram uma performance para a música “Um estuprador no seu caminho”, entoando o refrão “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia”, denunciando os principais alçozes das violências cometidas contra as

⁵⁰ Informações retiradas de matéria disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-o-movimento-metoo/>.

⁵¹ Somente em março de 2020 Weinstein foi condenado a 23 anos de prisão por assédio sexual e estupro.

⁵² Informações retiradas de matéria disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-o-movimento-metoo/>.

mulheres: policiais, juízes, presidentes e o próprio Estado, entoando: O “homem estuprador” (ou “macho violador” em espanhol) é desmascarado: “o estuprador é você”. Conforme reportagem divulgada pelo jornal *The New York Times*,

A performance é baseada no trabalho da antropóloga argentina-brasileira Rita Segato. A letra descreve como o Estado defende violações sistemáticas dos direitos das mulheres, através de instituições como o judiciário e a polícia. Não é apenas o fato de os membros dessas instituições simplesmente desconsiderarem as denúncias - olhando para o outro lado, duvidando das vítimas -, mas eles geralmente são os próprios autores. “Esse estado opressivo é um estuprador machista”, continua o cântico⁵³.

Figura 15 - Imagem da simbologia do movimento *El Violador Eres Tu*



Fonte: *Blog escrevalolaescreva* |Arte de Cris Vector

Em pouco tempo após apresentarem-se na cidade de Valparaíso (Chile), em 20 de novembro, a convite do grupo de teatro *La Peste*, que estavam organizando uma série de intervenções de rua entre os dias 18 e 23 de novembro, elas também foram convidadas para se apresentarem em outras regiões do Chile, juntando um público cada vez maior. Após terem a performance divulgada nas redes sociais em forma de vídeos e com a letra da canção, cinco dias depois protestos foram organizados virtualmente e ganharam as ruas não só no Chile, mas também na cidade do México, em Paris, em Istambul, em Londres, em Madrid, em Bogotá, no Brasil, etc., onde as mulheres entoavam a música com muita força e com os olhos vendados⁵⁴. As manifestações possuem diversas motivações, conforme aponta o *site Carta Capital*⁵⁵,

A cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio no mundo, segundo relatório

⁵³ Informações retiradas do *site* do jornal *The New York Times*, disponível em: https://www.nytimes.com/2020/01/28/opinion/latin-america-feminism.html?fbclid=IwAR2O9fxSjbXDrQWUxTHYYIYBgJZCF_AqjhiwQYmCuLCxn547VpdOB6POHs

⁵⁴ Informações retiradas de matéria disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095>.

⁵⁵ Informações retiradas de matéria disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>.

da ONU (Organização das Nações Unidas) de 2018. 58% delas foram assassinadas por conhecidos, companheiros e ex-parceiros ou demais familiares. A América Latina desponta como o continente mais perigoso para se viver quando se é uma mulher – nascida ou não como tal, já que a população transgênero tem o Brasil, segundo a ONG *Transgender Europe*, como seu pior algoz. No contexto chileno atual, a disparada da violência, especialmente a policial, contra os protestantes já levou mais de 11 mil pessoas aos hospitais, segundo diz a organização *Humans Rights Watch*. Nesse contexto, estão mais de 71 denúncias de abuso sexual.

Além disso, as chilenas faziam referência ao desaparecimento de manifestantes nos últimos protestos no país, em especial, à ativista e artista de rua Daniela Carrasco, conhecida como “Mimo”, que logo após desaparecer, foi encontrada enforcada numa praça pública de Santiago, tendo seu corpo amarrado numa grade. Os vizinhos da ativista culpam a polícia pelo caso, entretanto as autoridades chilenas insistem na hipótese de suicídio.

A grande difusão da música e dos protestos de rua em diversos países tiveram as redes sociais como principais impulsionadoras do movimento, tal qual aconteceu com o movimento *#NiUnaMenos* na Argentina. Alguns meses antes, as cicloativistas também protagonizaram o cenário de protestos na América Latina, seja compartilhando e se somando às manifestações já em curso, ou liderando seus próprios protestos, como foi o caso de manifestações organizadas por grupos de cicloativismo de mulheres em diversas localidades. Manifestações que demonstraram o quanto esse ativismo nas redes, tão amplamente difundido pelos feminismos contemporâneos aqui explanados, conectam-se em forma de rede com outros movimentos de mulheres como é o caso do cicloativismo feminista, em um âmbito transnacional. Pautas feministas em comum são compartilhadas, tendo-se em conta sempre a especificidade de cada movimento participante dessa rede.

No que tange ao cicloativismo feminista, cidades como Quito, Paipa, Cali, Bogotá, Barranquilla e Medellín foram palco de reivindicações cicloativistas, organizadas através da criação de eventos no *Facebook*, além da “subida” das *hashtags* “*#RodamosJuntasEnPaz*”, “*#NoEstasSola*” e “*#SiTocanAUnaRespondemosTodas*” no *Twitter*, em países como Argentina e Brasil, no mesmo horário que nas cidades colombianas, em maio de 2019. Os protestos se deram devido ao recebimento de um *e-mail* de ameaça endereçado à uma cicloativista colombiana, por um grupo da Colômbia chamado “Cidadãos de bem”, que tinha como um dos objetivos “higienizar a cidade”.

Eles viam ciclistas como “arruaceiros” e “guerrilheiros de esquerda”, e a bicicleta como um veículo causador de desordem. Decidiram então atacar a cicloativista através dessa mensagem de ameaça informando que não queriam mais cruzar com ela nas ruas ou do contrário poderia acontecer algo com ela. Sabendo do ocorrido, logo em seguida, grupos e associações

de ciclismo de várias partes da América Latina pronunciaram-se virtualmente e organizaram protestos em apoio à vítima, repudiando às ameaças.

Foi possível perceber, portanto, dentro do panorama aqui explanado que, o cenário histórico, social e político, que circunda os movimentos feministas contemporâneos, anda alinhado com os ativismos dessas mulheres que lutam, em cima de suas bicicletas, em prol do combate às diversas violências que acometem as mulheres, nos mais variados âmbitos, em todo o mundo. Toda essa avalanche de manifestações de rua e campanhas virtuais protagonizadas pelas mulheres, com relação à defesa do público feminino e contra as violências sofridas pelas mulheres, trouxe à tona um feminismo contemporâneo interseccional, interconectado, digital e globalizado, reunindo vozes plurais, fortemente ancorado nas redes sociais digitais.

As características e reivindicações trazidas por cada acontecimento aqui explanado, como o Ecofeminismo da Marcha das Margaridas, a radicalidade dos corpos em evidência da Marcha das Vadias, as discussões sobre mobilidade urbana trazidas pelo Movimento Passe Livre, a evidência de temas como raça e classe aliados ao gênero trazidos pela Marcha das Mulheres Negras ao centro dos debates, os feminismos e movimentos da América Latina, o ativismo em massa entre ruas e redes com a disseminação das *hashtags*, todas trouxeram influências importantes que podem ser percebidas através de vários dos aspectos, aqui analisados, do movimento cicloativista feminista no mundo contemporâneo, que serão explanados ao longo da pesquisa, e que aglutinam-se principalmente nos conceitos que envolvem corpo, gênero, raça, classe, feminismo, ecologia, cicloativismo, etc.

Este é, portanto, o panorama em que se insere o movimento cicloativista feminista a ser investigado mais detalhadamente nos tópicos e capítulos a seguir.

I.III) Um Giro de Bicicleta pelo Mundo Feminista: O Cicloativismo Feminista Brasileiro

Os primeiros movimentos organizados de luta pelos direitos e promoção do uso da bicicleta originaram-se na Holanda, no período entre os anos de 1970 e 1980, entretanto há que se ressaltar que já existiam grupos que defendiam uma maior difusão da mobilidade por bicicleta no país desde os fins do século XIX. Em países como a Inglaterra e a Dinamarca também proliferaram vários movimentos de cicloativistas na década de 1970, apoiados em pautas políticas que questionavam os modelos estruturais das cidades e como estes eram planejados de forma a dificultar a mobilidade por bicicleta⁵⁶.

Conforme XAVIER (2011), no contexto brasileiro, a discussão acerca do

⁵⁶ Informações retiradas do *site Pensamento Verde* em matéria sobre “Sustentabilidade e cidadania: entenda o

surgimento de movimentos de cicloativistas, difundida entre seus integrantes, é dividida em duas vertentes, uma chamada “oficial”⁵⁷ que tem como característica o apoio de órgãos do poder público e uma outra “não-oficial” que toma como viés a realização das bicicletadas, estas sem o apoio de órgãos de trânsito ou da prefeitura. Entretanto, é importante salientar que esta pesquisa terá a história “não-oficial” como o fio condutor, já que o intuito é compreender o ativismo político realizado pelo movimento e também porque é a partir dos esforços desses movimentos sociais em prol da bicicleta que, anos mais tarde, em 2005⁵⁸, as políticas de Estado em torno do tema serão implementadas no Brasil.

Conforme informações do *site Escola de Bicicleta*⁵⁹, as bicicletadas são uma versão brasileira do movimento mundial *Massa Crítica*, que surgiu em São Francisco (EUA), em 1992, e o seu objetivo é reunir um número expressivo de cicloativistas nas ruas para pedalar em grupo, lutando pela inclusão e respeito ao ciclismo no trânsito, conscientizando as pessoas sobre as consequências do uso excessivo dos transportes motorizados e ressaltando a bicicleta como uma alternativa possível de transporte nas cidades. Para isso, utilizam algumas táticas como a distribuição de panfletos aos motoristas a fim de conscientizá-los que a bicicleta também é um veículo e, como tal, também tem direito de estar na via. “O corpo nas ruas persiste, mas também busca encontrar as condições de sua própria preservação” (BUTLER, 2018, p. 105). Essa persistência é uma forma tanto de exercer direitos, pautar reivindicações, como também mostrar sua força e ao mesmo tempo sua vulnerabilidade. Há algo que precisa ser visto e colocar esse corpo vulnerável e passional em coletividade no lugar onde apresenta-se o maior risco é a função das bicicletadas. Externar as fragilidades e ao mesmo tempo permitir-se vivenciar emoções diversas, boas e ruins, é uma forma de chamar a atenção para um problema que está logo ali à frente, mas que muitos motoristas insistem em não enxergar.

A exposição do nosso corpo no espaço público nos constitui fundamentalmente, estabelecendo nosso pensamento como social e corporificado, vulnerável e passional, então nosso pensamento não chega a lugar nenhum sem o pressuposto dessa interdependência e desse entrelaçamento corpóreos. O corpo é constituído por meio de perspectivas que não pode habitar. Outra pessoa vê o nosso rosto de uma maneira que não podemos ver e ouve a nossa voz de uma maneira que não podemos ouvir. Estamos nesse sentido – corporalmente – sempre lá, e ao mesmo tempo aqui, e essa despossessão marca a sociabilidade à qual pertencemos (BUTLER, 2018, p. 106).

que é Cicloativismo”: <https://www.pensamentoverde.com.br/atitude/sustentabilidade-e-cidadania-entenda-o-que-e-cicloativismo/>.

⁵⁷ Esta versão “oficial” pode ser encontrada na pesquisa “O Desenvolvimento e a Inserção da Bicicleta na Política de Mobilidade Urbana Brasileira”, de Giselle Noceti Ammon Xavier. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95554> >.

⁵⁸ Ano de criação da Política Nacional de Mobilidade Urbana no Brasil.

⁵⁹ Informação disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/cicloativismoatores.html>.

O movimento *Massa Crítica*, com toda a sua performance corporal junto às bicicletas, depois passará a influenciar o surgimento de várias associações e outros movimentos em prol da bicicleta em diversos países, entre a década de 1990 e 2000, chegando ao Brasil pouco depois dos anos 2000 (XAVIER, 2011), justamente o período em que a *internet* e a comunicação em rede já estavam consolidando-se.

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência (...) da auto comunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem (CASTELLS, 2017, p. 190).

Esse contexto foi decisivo para que a comunicação entre os (as) cicloativistas de várias regiões fosse sendo tecida, promovendo essa articulação do movimento cicloativista a nível nacional e internacional, através das redes sociais digitais. O ativismo político em prol do uso da bicicleta como transporte passa a ter uma dimensão global e a formar o que chamamos de “rede”, a partir do momento em que as lutas que antes só ocorriam no espaço *offline*, geograficamente locais e dispersas, adentram os *sites* de redes sociais no campo *online*, tornando-se também geograficamente globais e interconectadas.

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais (CASTELLS, 2017, p. 193).

A dimensão “glocal⁶⁰” que traz a ideia de fenômeno que acontece tanto localmente como globalmente é especialmente interessante para entendermos como se dá essa relação no caso do movimento cicloativista. O ativismo em torno da bicicleta como instrumento de luta pelo direito à cidade deixa de existir apenas no espaço urbano e passa a fazer parte também das discussões travadas pelos diversos grupos cicloativistas no *ciberespaço*, ou seja, no campo

⁶⁰ Glocalização é um neologismo resultante da fusão dos termos global e local. Refere-se à presença da dimensão local na produção de uma cultura global. O “local” foi definido por Manuel Castells como os “nós” - nós de valor acrescentado aos fluxos econômicos e lugares de vida social. Segundo Paul Soriano, no “glocal”, o “local” representaria os “nós” da rede global e integra as resistências mas também as contribuições das formações identitárias locais e regionais à globalização. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Glocaliza%C3%A7%C3%A3o>)

virtual. Esse espaço híbrido que contempla ações do *online* e do *offline* imbricadas, é o lugar que permite a realização do que chamo de *cibercicloativismo*, propiciando por vezes a própria formação desses grupos de forma melhor articulada.

Vemos esse fenômeno de mudança acontecer, especialmente, quando passamos a analisar o contexto histórico de desenvolvimento dos grupos cicloativistas de mulheres no Brasil. O primeiro grupo de ciclismo feminino no Brasil, o *Saia Na Noite*, liderado pela cicloativista Teresa D’Aprile em São Paulo⁶¹, surge em 1992, com um ativismo político ainda tímido, com pautas feministas menos evidentes. A *internet* tinha acabado de surgir, as redes sociais digitais ainda não existiam, então a influência das tecnologias digitais nesse grupo, no início, ainda era muito baixa ou mesmo inexistente.

O *Saia na Noite*, liderado por Teresa D’Aprile, completa este ano 27 anos de existência e, Teresa conta ao *site Vá De Bike*⁶² que tudo começou em 1985, quando tinha 37 anos, após divorciar-se e resolver vender seu carro e comprar uma bicicleta. Ela relata que nessa época era ainda mais difícil pedalar nas ruas, e ainda pior por ser mulher: “Eu era vista nas ruas como um *ET* de bicicleta, devido à idade e por ser mulher”. Essa ideia de ser vista como um “ET” remete a uma época em que não era comum existirem mulheres pedalando na cidade e, esse espanto causado nas pessoas ainda era acrescido pela questão da idade da Teresa, uma mulher que, para as pessoas, já não se encaixava no padrão de jovialidade, o que provocava um estranhamento ainda maior nas pessoas.

Figura 16 – Cicloativista Teresa D’Aprile



Fonte – Site Vá de Bike

⁶¹ Informações retiradas do *site Vá De Bike*, de autoria de Willian Cruz: <http://vadebike.org/2017/10/saia-na-noite-pedalada-feminina-mulheres-ciclistas/>.

⁶² Todas as informações referentes à história do Saia Na Noite estão disponíveis em: <http://vadebike.org/2017/10/saia-na-noite-pedalada-feminina-mulheres-ciclistas/>.

É importante ressaltar também que nessa época não tinha infraestrutura cicloviária e o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) ainda nem reconhecia a bicicleta como veículo, já que as políticas de Estado voltadas à bicicleta no Brasil só começaram a ser criadas a partir de 2005, o que tornava o ato de pedalar ainda mais desafiante para esse grupo. Como podemos perceber, algumas questões do universo feminino começam a ser pautadas nesse coletivo que, mesmo de início não tendo a pretensão de ser feminista, deixava ressoar nas entrelinhas muitas discussões relacionadas diretamente à liberdade das mulheres, à união entre elas e, principalmente, ao direito aos espaços públicos, lugares que durante muito tempo lhes foram negados, ao direito à pedalar nas ruas livremente, numa época em que nem infraestrutura cicloviária havia, questões que vinham acompanhadas de pautas comumente trazidas pelo feminismo de segunda e terceira ondas⁶³ imbricados.

Figura 17 – Grupo Saia na Noite



Fonte – Site Vá de Bike

Uma característica importante, que vemos já destaca-se nessa época e que vai reverberar nos grupos cicloativistas de mulheres que surgirão no decorrer dos anos, é o ato de fazer da bicicleta muito mais do que apenas um transporte, mas um instrumento de transformação e união entre essas mulheres, conforme relata Teresa D'Aprile sobre as experiências no *Saia Na Noite*:

A bicicleta é uma poderosa ferramenta para troca de experiências entre quem a

⁶³ O feminismo deve ser entendido como um conjunto de teorias que, segundo as feministas e intelectuais, dividiram a história do movimento em três momentos: o primeiro refere-se fundamentalmente à conquista do sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do XX preocupados principalmente com o direito da mulher ao voto. O segundo grande movimento diz respeito às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina iniciados na segunda metade da década de 1960, que lutaram pela igualdade jurídica e social das mulheres. O terceiro grande momento, iniciado na década de 1990, pode ser considerado uma continuação e uma reação às falhas do segundo movimento. (<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>).

utiliza. Estamos convencidas que uma mulher a mais pedalando significa uma transformação positiva em si mesma e para com aqueles com os quais ela se relaciona. Pedalando nós temos outra disposição, outro brilho no olhar. Às vezes me perguntam por que só mulheres. Ai está à explicação: com 25 anos de grupo, muitas meninas já passaram por aqui e ainda estão passando, e nossa ideia é que elas migrem para outros cantos, conheçam pessoas e tenham uma vida alegre junto à magrela. Só eu sei como foi difícil chegar até aqui, principalmente pelo preconceito da idade, mas hoje já está mudando. Além de pedalar somos terapeutas e sempre prontas para ouvir. Somos livres e com certeza temos muitas aventuras para contar, somos um grupo feliz! Eu amo o que faço e enquanto as pernas aguentarem vamos continuar e ajudar mais e mais mulheres a pedalar. Quando um grupo é criado, surge uma família onde todos têm suas características, mas juntos fazem a diferença. Ter uma noite só para nós é muito bom para conversar, trocar receitas, falar dos filhos, maridos, namorados e trabalho. Temos até algumas que vem com as filhas ou filhos para incentivar.

Na narrativa da Teresa, percebemos algumas categorias como “por ser mulher”, “preconceito da idade”, “somos terapeutas e sempre prontas para ouvir”, “somos um grupo feliz”, “troca de experiências”, “trocar receitas”, “falar dos filhos, maridos, namorados e trabalho”. Essas expressões nos remetem às violências de gênero, de idade, mas também as formas de resistência, as táticas de enfrentamento a esses problemas encontradas, como o fato de estarem juntas, de compartilharem experiências e afetos das mais diversas formas, seja ao pedalar ou ao se reunir no final dos encontros de pedais. O afeto constitui-se como uma importante ferramenta na construção da relação entre essas mulheres. “Andar de bicicleta, bem como caminhar, andar e voar pode ser incluído entre os compromissos corporativos ativos dos corpos humanos com o mundo sensível” (SHELLER, 2011, p. 5 *apud* MCILVENNY, 2015, p. 55-56, tradução nossa).

Existem muitos exemplos de atividades [...] nas quais emoções e sentimentos desempenham um papel fundamental, como os passeios urbanos arrepiantes de mensageiros de bicicleta ou correios (Kidder 2006, 2011), a extrema emoção do *mountain bike* e do BMX (Brown, Dilley e Marshall, 2008), a dor da ascensão no ciclismo de corrida (Spinney, 2006) e **a política de confronto de passeios críticos em massa** (Furness 2010a, 2010b) (MCILVENNY, 2015, p. 59, tradução nossa).

Com relação às cicloativistas, as emoções são diferenciadas das vivenciadas pelo público masculino. Os homens costumam experimentar o ciclismo, conforme percebemos na citação acima explanada, do ponto de vista da adrenalina, de emoções externas, confrontos, enquanto as mulheres de *bike* no dia-a-dia de seus passeios parecem priorizar os afetos e construção de solidariedades, emoções muito diferentes. Essas emoções se dão a partir dessa relação entre pessoas e com o entorno, do compartilhamento e da troca não só com a bicicleta, as ruas e a geografia física das cidades, mas com o que surge a partir do envolvimento com outras pessoas que também experienciam essa relação sobre duas rodas, como é o caso que acontece com o grupo *Saia Na Noite*, ou seja,

Mobilidades combinam pessoas e coisas. Ser móvel-com parece desbloquear barreiras entre os corpos, permitindo a transmissão de idéias, emoções e companheirismo para que um sentimento possa se tornar móvel. [...] No contexto do ciclismo, andar em coletividade não é simplesmente manter co-presença e coordenação da co-mobilidade, embora sejam práticas essenciais. Ciclismo social, como em outras formas de locomoção pessoal acompanhadas por outras pessoas, pode ser uma experiência sensorial rica e intensificada (MCILVENNY, 2015, p. 56, tradução nossa).

Entretanto, a experiência vivenciada por elas nesse contexto, evidenciadas em expressões como “brilho no olhar”, além da sensação de liberdade e o fato de serem uma espécie de terapeutas umas das outras, não as afasta da perspectiva da mulher que tem como eixo principal o papel tradicional feminino, voltado para o ambiente do lar, como podemos perceber nas expressões “receitas” e “filhos, maridos”.

Esse é o momento de ápice do *slogan* “O pessoal é político” no Brasil. Esse jargão, idealizado pelo **Movimento de Libertação das Mulheres** (WLM⁶⁴) a partir do artigo escrito em 1969 pela Carol Hanisch⁶⁵ e publicado em *Notas do Segundo Ano: Liberação de Mulheres* (1970) e que, desde então, foi amplamente difundido pelos movimentos feministas em diversos países. Esse *slogan* queria dizer ao mundo em geral que estava no momento de deixar para trás uma visão fragmentada da vida, baseada nos ideais dominantes tidos como universais, e começar a reconhecer que o que acontece na vida privada de cada mulher afeta e é afetado diretamente pelo que acontece a ela também na esfera pública.

Ou seja, a vida privada não é separada da vida pública e, portanto, também deve ser pauta nas discussões públicas. A fronteira entre “problemas de casa” e “problemas políticos/públicos” dissolve-se, porque o que se vivencia em casa também passa a ser uma questão política no espaço público. Ao levar para as ruas, seja nos pedais ou nas rodas de conversa os assuntos familiares, suas alegrias, angústias, medos, violências sofridas ou até mesmo “receitas” para compartilhamento com outras mulheres, as cicloativistas rompem essa fronteira. Quando essas mulheres se unem em torno da bicicleta, ocupam as ruas pedalando, além de levar suas questões para discussão durante os encontros nos espaços públicos, estão exercendo o seu direito à cidade e, mais que isso, estão pondo em prática “o pessoal é político”.

É importante ressaltar aqui que essa perspectiva feminista da década de 1970, irá diferenciar-se da perspectiva atual, onde o público e o privado imbricam-se fortemente,

⁶⁴ A sigla WLM remete ao nome *Women's Liberation Movement* que, em português, significa Movimento de Libertação das Mulheres.

⁶⁵ Hanisch, jornalista e ativista do feminismo radical, participou também de diversas outras lutas, tais como as contra o racismo, o *apartheid* na África do Sul, e o imperialismo americano. Seu *slogan* mais conhecido é o “Pessoal é Político” (*The Personal is Political*) em um ensaio com o mesmo nome, publicado em 1969 (https://pt.wikipedia.org/wiki/Carol_Hanisch).

principalmente, com a grande utilização das redes sociais digitais. Naquela época as relações de cumplicidade entre as mulheres se davam principalmente através da troca de confidências e receitas, mas sem a expressão de opiniões sobre os assuntos, o que hoje é completamente diferente quando observamos que as mulheres se reúnem justamente para compartilhar suas visões de mundo e levar suas opiniões a público:

As amizades femininas que a mulher consegue conservar ou criar ser-lhe-ão preciosas; têm um caráter muito diferente das relações que os homens conhecem; estes comunicam entre si, como indivíduos, através das ideias, os projetos que lhes são pessoais; as mulheres, encerradas na generalidade de seu destino, acham-se unidas por uma espécie de cumplicidade imanescente. O que primeiramente procuram, umas junto de outras, é a afirmação do universo que lhes é comum. Não discutem opiniões: trocam confidências e receitas; ligam-se para criar uma espécie de contra universo cujos valores superem os valores masculinos; reunidas, encontram força para sacudir suas cadeias; negam o domínio sexual do homem, confiando umas às outras sua frieza, zombando cinicamente dos apetites do macho ou de sua inabilidade; contestam também com ironia a superioridade moral e intelectual do marido e dos homens em geral. Confrontam suas experiências; gravidez, partos, doenças dos filhos, doenças pessoais, cuidados caseiros tornam-se os acontecimentos essenciais da história humana. Seu trabalho não é uma técnica: transmitindo-se receitas de cozinha, receitas caseiras, dão-lhes a dignidade de uma ciência secreta baseada em tradições orais (BEAUVOIR, 1970, p. 309).

A essa relação de cumplicidade entre elas, de sentimento compartilhado que Robin Morgan (1970)⁶⁶ chamou de “*sisterhood*”, “irmandade”, que se interliga diretamente ao *slogan* “o pessoal é político”, e que anos mais tarde, virá disseminando-se muito rapidamente na terceira onda feminista (1990 a 2011), com o apoio das mídias digitais, dando origem ao que hoje chamamos no Brasil de *sororidade*, termo que volta ao ápice das discussões feministas na que atualmente está sendo denominada de “quarta onda feminista”, a partir de 2012.

Ainda dentro desse primeiro contexto, mais especificamente, nos anos 70, 80 e 90, com experiências femininas completamente diferente das que vivenciamos recentemente, conforme podemos observar, destacamos o relato da ciclotivista Renata Falzoni, uma das pioneiras do ciclismo no Brasil. Durante um evento que teve como exibição o seu filme intitulado “Elo Perdido – O Brasil que Pedala”, ocorrido em Fortaleza (CE), no Teatro São José, em junho de 2019, Renata Falzoni descreve um pouco como ela

⁶⁶ Robin Morgan (nascida em 29 de janeiro de 1941) é uma poetisa americana, autora, teórica política e ativista, jornalista, palestrante e ex-atriz mirim. Desde o início da década de 1960, ela tem sido uma feminista radical fundamental do Movimento das Mulheres Americanas e líder do movimento feminista internacional. Sua antologia de 1970, *A Irmandade é Poderosa*, tem sido amplamente creditada por ajudar a iniciar o movimento feminista contemporâneo nos EUA, e foi citada pela Biblioteca Pública de Nova York como “Um dos 100 Livros Mais Influentes do Século XX”. Escreveu mais de 20 livros de poesia, ficção e não-ficção, e também é conhecida como editora da revista Ms. (https://en.wikipedia.org/wiki/Robin_Morgan).

vivenciou a experiência de pedalar nos anos 70, 80, época em que era bastante incomum presenciar mulheres andando de bicicleta pelas cidades brasileiras:

Naquela época, uma mulher pedalando de noite na cidade não era uma coisa normal, ninguém procurava, então quando eu passava, não tinha registro. (...) Então eu não sofria assédio porque no inconsciente masculino nunca ia passar uma mulher pedalando e ainda mais de noite, então eu passava. Mas durante o dia, aquela cidade de São Paulo estava repleta de construção civil, e naquela época, estou falando dos anos 70, 80, era uma complicação um operário de uma obra mexer com uma mulher. E era interessante porque numa segunda-feira, eu ouvia as coisas mais mal-humoradas e continuava a semana, chegava no sábado, as *mexidas* eram com extremo bom humor, que daqui a pouco ele ia pra casa passar o fim de semana, então era interessante. Mas nunca eu tive problema de pedalar naquela época porque não tinha mulher [pedalando], e como não tinha nenhuma mulher [pedalando], ninguém procurava uma mulher pra poder mexer andando de bicicleta na cidade, então eu passava completamente... eu estava segura por estar de bicicleta (Relato concedido pela cicloativista Renata Falzoni no dia 13/06/2019).

Ela acrescenta que percebeu mudanças de lá para cá, principalmente, com relação à questão do assédio e ao observar dados de pesquisas recentes acerca do número de mulheres pedalando nas ruas que ainda é baixo, mas que aumenta bastante quando se verifica um maior público feminino utilizando bicicletas compartilhadas, com a justificativa de se sentirem mais protegidas quando pedalam em bicicletas de um sistema ligado a instituições:

Depois mudou muito, tanto é que a Aline Cavalcante que é do coletivo Pedalinas, as meninas que pedalam, muito mais do que o problema da segurança na rua, está o problema do assédio com as meninas indo pedalar, tanto que até hoje, na cidade de São Paulo, nós temos só 6% de mulheres nas ruas pedalando e quando vai fazer a pesquisa⁶⁷ nas ciclovias, que aumenta muito a sensação de segurança, já vai para 12% o número de mulheres pedalando. E é interessante que no sistema de bicicletas compartilhadas, de *dockless*, que é o sistema da *Tem Bici*⁶⁸, muitas são mulheres, chega a ser 40%, 50 %, porque elas se sentem protegidas por estarem numa bicicleta de uma instituição. Então é muito interessante essa questão do assédio. Mas eu nunca tive problema também (Relato concedido pela cicloativista Renata Falzoni no dia 13/06/2019).

Nesses depoimentos, é possível perceber que as definições de assédio foram atualizadas pelo movimento feminista contemporâneo. Antes, mulheres consideravam “normal” ouvir comentários até grosseiros na rua, hoje elas reagem e nomeiam de outra forma. Portanto, os relatos de Teresa D’Aprile e Renata Falzoni demonstram que dos anos 70, 80, 90 para os anos 2000 e o contexto atual, muita coisa mudou em relação à forma de ativismo feminista realizado pelas cicloativistas. Antes, um movimento sem pretensões feministas, em que, por exemplo, o assédio não aparece como um problema, conforme já

⁶⁷ As referidas pesquisas podem ser acessadas através dos seguintes endereços: <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/809-pesquisa-perfil-de-quem-usa-bicicleta-na-cidade-de-sao-paulo-relatorio-completo>; <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/858-gtgenero-lanca-resultados-da-pesquisa-mobilidade-por-bicicleta-e-os-desafios-das-mulheres-de-sao-paulo>.

⁶⁸ Sistema de bicicletas compartilhadas do banco Itaú, muito comuns na cidade de São Paulo.

pontuamos. Depois, já dentro de um contexto cicloativista de movimento social organizado, o elo entre a bicicleta e os corpos femininos passa a ser o principal meio pelo qual as mulheres realizam a política das ruas. O direito à cidade, portanto, passa a ser visto pelas mulheres como efetivamente cumprido somente quando todas as pessoas acessam a cidade, espaço que foi proibido às mulheres por um bom tempo e que ainda hoje se dá com o enfrentamento de vários obstáculos. Essa questão passa a ser uma das pautas principais levantadas dentro dos grupos cicloativistas feministas contemporâneos.

Figura 18 – Cicloativista Renata Falzoni



Fonte: Site ZDL Sports

Após duas décadas de movimentos feministas no Brasil trabalhando mais em âmbito institucionalizado, conforme já vimos no início do histórico dessa pesquisa, passa a ocorrer uma intensa proliferação de outros grupos de ciclismo feminino no Brasil, mais especificamente a partir de 2009, época em que o feminismo brasileiro também começa a alinhar-se mais fortemente com os movimentos sociais de base. Nesse ano, surge o coletivo cicloativista de mulheres *Pedalinas*, liderado por Aline Cavalcante também em São Paulo, e dentro de um outro contexto histórico fortemente influenciado pelos recentes movimentos feministas e pelo maior uso das redes sociais digitais que já eram uma realidade nesse período.

Conforme vimos, diversas manifestações foram protagonizadas pelas mulheres principalmente a partir de 2011 com a Marcha das Vadias e com o momento que ficou conhecido como “jornadas de junho” em 2013, com os protestos contra o aumento do valor das

passagens do transporte público no Brasil. Essa onda de protestos femininos continua com as manifestações contra um projeto de lei que dificultava o acesso de vítimas de estupro aos cuidados médicos até à intensa proliferação das *hashtags* nas redes sociais denunciando todos os abusos e violências sofridos pelas mulheres, dando uma maior visibilidade aos casos. Este período ficou conhecido como “primavera feminista” e configura o contexto do que chamamos de “quarta onda feminista” que é o pano de fundo para a intensa mobilização do cicloativismo feminista contemporâneo. Há aqui, portanto, uma “virada” para uma nova fase dentro desses movimentos.

O ativismo político feminista que ainda era tímido no *Saia Na Noite*, nesses grupos mais recentes, já aparece de forma bastante evidente nas narrativas das integrantes que, além de trazerem a pauta política em prol do uso da bicicleta como transporte, também acrescentam ao seu ativismo uma característica peculiar e bastante forte, que é o uso da bicicleta como um instrumento de luta feminista. Aqui o feminismo já é pautado de forma muito consciente e direcionado, bem evidente e vêm com muita força. Para efeito de compreensão acerca do processo de mudanças que acompanham o surgimento da pauta feminista dentro do Cicloativismo, assim como da formação de grupos cicloativistas feministas no Brasil dividimo-lo em dois momentos: primeiro, o contexto vivenciado na década de 1990 fortemente apoiado no jargão “o pessoal é político” e, num segundo momento, a “virada”, a mudança de contexto a partir de 2009 com uma imbricação entre o *slogan* anterior e a sua inversão “o político é pessoal”, característica da “quarta onda feminista” fortemente ancorada num contexto de hiperconectividade. O ativismo aqui acontece num espaço híbrido que mistura ações *online* e *offline*, pessoal e coletivo, privado e público, onde o que é pessoal torna-se político e o que é político também torna-se pessoal.

Nesse segundo momento, a formação mais acelerada de vários outros coletivos cicloativistas feministas que se dá a partir de 2009, tem seu ápice de difusão em 2015, apoiados no feminismo que está sendo chamado de “quarta onda”, fortemente influenciado pelo *cibercicloativismo* difundido nas redes sociais digitais, os quais essa pesquisa irá se ater. Esses coletivos nascem a partir de uma contrapartida a um contexto externo de violências vivenciadas nas ruas ou dentro e a partir de associações mistas⁶⁹ de cicloativismo já institucionalizadas e bem articuladas em rede a nível global onde essas violências também são vivenciadas, seja como um grupo à parte exclusivamente feminino, seja em forma de grupos de trabalho sobre gênero (GTs) formados dentro das associações.

⁶⁹ Formadas por homens e mulheres.

Nesse momento, que se estende até os dias atuais, as mulheres integrantes dessas associações, passam a reivindicar questões exclusivamente relacionadas ao mundo feminino no movimento cicloativista institucionalizado, problemas que somente mulheres enfrentam, tanto no interior desses grupos quanto nas ruas, e que até então não eram pauta nas discussões das associações cicloativistas geralmente comandadas por homens. Por exemplo, geralmente, sempre os homens eram os responsáveis pela escolha de trajetos nos pedais e sempre estavam à frente da liderança das associações, priorizando questões sobre a mobilidade por bicicleta mas sem levar em consideração a perspectiva de gênero e, portanto, as vivências das mulheres que pedalam. A partir de então, com tais reivindicações das mulheres, começam a surgir aos poucos, ações voltadas à efetivação de políticas relacionadas à paridade de gênero dentro das instituições. Por outro lado, também com a intenção de criar espaços mais acolhedores às questões relacionadas a mulheres, bicicleta e ativismo, acabaram por surgir, paralelamente às ações mencionadas, diversos coletivos cicloativistas exclusivamente femininos com uma forte pauta feminista.

Dentro dos GTs sobre Gênero das associações mistas, o tema do Cicloativismo é tratado intercalando-se às questões que ressaltam as diferenças existentes entre as vivências masculinas e femininas no acesso às ruas utilizando a bicicleta, além de evidenciar dentro do próprio universo cicloativista feminino, as especificidades das experiências de diferentes tipos de mulheres ao pedalar nas vias. Cada experiência é colocada a partir da sua singularidade, o que nos faz enveredar esta pesquisa por uma perspectiva interseccional.

É importante ressaltar aqui que a inclusão de informações sobre ocupação, raça, classe social etc. nas tabelas no início desse texto, na parte metodológica, trazem esses aspectos sociológicos de uma maneira que forjam essa perspectiva interseccional, tendo em vista que, para tanto, faz-se necessária uma análise mais detida dos variados ângulos e dos diversos fatos e acontecimentos que permeiam a heterogeneidade dessas experiências e que nos mostram como os marcadores sociais influenciam as relações no interior do movimento, algo que, nos capítulos seguintes, ao explorar as vivências mais particularizadas das entrevistadas, dar-se-á com maior clareza.

A discussão acerca da interseccionalidade, apesar de ser uma visão já difundida desde os anos de 1960 dentro do movimento feminista por mulheres negras, que ressaltavam a importância de discutir outros fatores intercalados ao gênero, dentre eles, o racismo, a fim de evidenciar o entrecruzamento das diferentes formas de violência sofrida pelas mulheres, ganha maior força e notoriedade na atual quarta onda, protagonizada em grande parte, mais uma vez, pelas feministas ligadas ao movimento negro e que também vão colocar em pauta essas questões dentro do movimento cicloativista, seja através dos GTs Gênero ou nos coletivos à parte

formados por elas. Conforme a socióloga Heloísa Buarque de Hollanda, em entrevista ao *site Gaúchazh*⁷⁰, em abril de 2018,

A quarta onda parece marcada por dois vetores fundamentais. O primeiro foi a nova linguagem política das manifestações de junho de 2013, que se constituiu rejeitando abertamente qualquer tipo de liderança, apostando na horizontalidade, nas redes de afeto e na autonomia, ou seja, a recusa da mediação de suas demandas nos canais partidários da representação política formal. O segundo fator decisivo foi a presença das redes e mídias sociais, inaugurando um novo campo para o feminismo. Essa geração traz as mesmas demandas do feminismo clássico num *ethos* totalmente novo. Se para a geração das mulheres dos anos 1960 a descoberta de que o “pessoal é político” marcou um novo universo de atuação política, hoje as minas descobrem que o “político é que é pessoal” e agem como sujeito, descrevendo e postando suas experiências, demandas e causas que, potencializadas pelas redes, tornam-se rapidamente comuns a todas as minas. O mesmo ocorre nas marchas feministas jovens onde o corpo e a experiência vivida são plataformas políticas importantes.

A meu ver, há aqui, portanto, uma mudança de percurso na luta feminista atual em relação aos anos 70, 80 e 90, uma “virada”, onde o *slogan* “o pessoal é político” não só torna-se “o político é pessoal” como afirma Hollanda (2018), mas imbricam-se, pois os corpos femininos produzem e são produzidos pela política a partir do momento em que pensamos nesses corpos como lugares de atravessamentos das relações de poder e, portanto, da política. Judith Butler diz que

(...) Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (2018, p.18).

Ou seja, a política não pode ser pensada fora desses corpos que tanto são assujeitados por ela, como criam resistências a partir dela. Portanto, as relações aqui são dialéticas e apoiadas num forte ativismo interseccional, identitário e digital, baseadas em experiências pessoais diversas que não deixam também de ser coletivas. Exemplo de como isso acontece é evidenciado no relato de Aline Cavalcante para o *site Vice*⁷¹. Ela é uma das fundadoras do coletivo *Pedalinas*, que surge em 2009, na cidade de São Paulo, por uma forte influência das bicicletadas mistas (*Massa Crítica*), atividade que em 1992, ano de criação do primeiro grupo de ciclismo feminino no Brasil, ainda nem sonhavam em ocorrer, já que esse movimento só chega no país pouco depois dos anos 2000. Ela conta:

⁷⁰ Informações retiradas de matéria disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>

⁷¹ Todas as informações e relatos referentes à cicloativista Aline Cavalcante e ao coletivo *Pedalinas* foram retiradas do *site Vice*, disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vvdja4/a-historia-oral-da-bicicletada-em-sp.

Achava até que era um passeio noturno. Em janeiro de 2009, fui num protesto em razão da morte de uma ciclista, e fiquei encantada com a força, a potência do movimento. Eu fiquei digerindo o impacto daquele protesto durante meses, e voltei a frequentar a *Bicicletada* em junho. Aquilo foi fundamental pra eu começar a agir, sabe? Aí eu fui entendendo que era um movimento orgânico, que não era um passeio ciclístico tradicional⁷².

Figura 19 – Grupo Pedalinas



Fonte – Página de *Facebook* do grupo Pedalinas

É neste momento da “virada feminista”, que vários coletivos cicloativistas feministas irão proliferar no Brasil. Para citar alguns desses grupos de maior destaque que surgem nessa época, incluindo o *Pedalinas*, temos os seguintes coletivos: *Pedalinas* – São Paulo (SP) (2009), *Cíclicas* - Porto Alegre (RS) (2011), *Meninas ao Vento* – Salvador (BA) (2011), *Ciclanas: Mulheres De Bicicleta No Trânsito De Fortaleza* – Fortaleza (CE) (2015), *La Frida Bike* – Salvador (BA) (2015), *Bike Anjas* (Nacional) (2015), *Pedal Das Gurias* – Porto Alegre (RS) (2016), *Pedalzinho Das Mina* – Fortaleza (CE) (2016), *As Pedaleirax* - Florianópolis (2016), *Bicimanas* – Belo Horizonte (2016), *Minas Na Pixxta* – Rio de Janeiro (2016), *Pedal Maravilha* - Niterói (2016). Dentro desses coletivos são realizadas várias atividades que se enquadram na categoria de ações de resistência, como aulas e passeios de pedal, oficinas de mecânica básica de bicicleta, rodas de conversa, ciclovagens, dentre outras ações voltadas ao público feminino que pedala

⁷² Todas as informações e relatos referentes à ciclotivista Aline Cavalcante e ao coletivo *Pedalinas* foram retiradas do *site Vice*, disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vvdja4/a-historia-oral-da-bicicletada-em-sp.

ou quer começar a pedalar, com o intuito de gerar autonomia e relações de cumplicidade entre as integrantes. Outro fator que a Aline Cavalcante também destaca para o surgimento do *Pedalinas* e que também irá influenciar esses coletivos mais recentes é a defasagem no número de mulheres em relação ao de homens observado nos pedais mistos e nas ruas em geral:

Em 2009 ele (*Massa Crítica*) já estava bem cheio. Ainda muito poucas mulheres, você contava nas mãos a quantidade de mulher, mas já tinha lá suas 50, 100 pessoas (...) eu tenho uma história de muito carinho com a Bicicletada porque ela mostrou o ativismo, mesmo, a parte política da coisa⁷³.

Esse fenômeno pode ser observado em pesquisa sobre a contagem de ciclistas na cidade de São Paulo, por exemplo, realizada pela associação *Ciclocidade* em dezembro de 2018, onde tem-se um total de 80% de ciclistas homens pedalando nas ruas, em detrimento de apenas 20% correspondente ao público feminino⁷⁴. Apesar de ter havido um crescimento do uso da bicicleta pelas mulheres nos últimos anos, quando comparado aos homens, a diferença ainda é considerável e isso se deve principalmente às violências de gênero imbricadas à violência de trânsito por que passam as mulheres ciclistas nas ruas das cidades. Além disso, as violências urbana, de gênero e de trânsito sofridas cotidianamente por mulheres nas ruas também são evidenciadas:

Andar na rua sem ninguém te atormentar deveria ser um direito de todo mundo. Mas não é. Algumas pessoas são assediadas. Por serem mulheres. Por serem transexuais. Por serem gays, lésbicas. Outras, correm risco de morrer ou serem atropeladas. Porque são ciclistas. Porque estão a pé, atravessando a faixa de pedestres (Aline Cavalcante)⁷⁵.

É encontrado também um certo descaso dentro das associações mistas quando as mulheres colocam essas questões em pauta, fato este que, mesmo com certa resistência, vem sendo denunciado pelas mulheres integrantes dessas instituições e que tem surtido alguns efeitos positivos no decurso atual, mesmo que ainda longe do que seria ideal, como por exemplo, uma busca maior de paridade de gênero nas instituições ciclísticas e a criação dos GTs Gênero, além de reivindicações e criações de espaços importantes com programações específicas para debater questões femininas dentro dos eventos-chave do movimento cicloativista geral. Esses novos coletivos cicloativistas de mulheres, tendo surgido já no fim da primeira década dos anos 2000, começam quando questões como o assédio, o estupro, o patriarcado, o empoderamento

⁷³ Todas as informações e relatos referentes à cicloativista Aline Cavalcante e ao coletivo *Pedalinas* foram retiradas do *site Vice*, disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vvdja4/a-historia-oral-da-bicicletada-em-sp.

⁷⁴ Informação retirada do *site* da associação *Ciclocidade*: <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/1026-relatorio-da-contagem-de-ciclistas-na-av-faria-lima-2018-dezembro-2018>.

⁷⁵ Todas as informações e relatos referentes à cicloativista Aline Cavalcante e ao coletivo *Pedalinas* foram retiradas do *site Vice*, disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vvdja4/a-historia-oral-da-bicicletada-em-sp.

feminino, o racismo, o aborto, a violência, a liberdade sexual e o corpo passam a ser discutidas fortemente dentro do movimento feminista.

Esses temas e a repulsa cada vez maior aos espaços institucionalizados por parte dos coletivos feministas que se dão pela repressão com que as pautas colocadas pelas mulheres integrantes desses espaços são tratadas, surgem num contexto onde a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) contra a pobreza e a violência sexista, passava a se definir a partir dos anos 2000 como “feminista e anticapitalista”, portanto fazendo uma forte oposição ao sistema capitalista e a todas as relações de poder engendradas a partir dele. Anos depois, vários coletivos cicloativistas de mulheres passam a surgir em 2011, como o *Meninas ao Vento* da Bahia e o *Cíclicas* no Rio Grande do Sul.

Figura 20 – Grupo Cíclicas



Fonte – foto: ciclicas.wordpress.com

Figura 21 – Grupo Meninas ao Vento



Fonte – Página do *Facebook*, Meninas ao Vento

O primeiro com a proposta de tornar a cidade mais humanizada, e o segundo, que surge dois dias antes de um atropelamento em massa sofrido pelo *Massa Crítica* de Porto Alegre, com o intuito de incentivar o uso da bicicleta pelas mulheres de todas as faixas etárias, auxiliando-as durante todo o processo de aprendizado. O intuito é colocar o corpo na rua. Esse é um momento em que todas as discussões feministas convergem principalmente para o corpo feminino, um lugar para onde as diversas violências sofridas pelas mulheres incidem.

O medo e a sensação de insegurança com relação ao trânsito e às ruas se dá principalmente ancorado no medo do assédio e dos acidentes de trânsito que, por sua vez, baseado nas narrativas das cicloativistas, são decorrentes da ausência completa ou do descaso com a infraestrutura cicloviária, além do machismo que também aparece como um forte fator desencadeador de violência de gênero.

Ao andar ou pedalar nas ruas da cidade, antes de ter cuidado com os objetos que porventura venham a ser roubados, experiência mais comum entre os homens, as mulheres primeiramente têm um cuidado maior com os seus corpos, pois antes dos seus pertences serem

violados, são os seus corpos os primeiros a serem violentados, seja através do assédio ou da violência de trânsito.

Vimos anteriormente como o corpo se torna o principal meio de protesto e reivindicação por parte das mulheres a partir de 2011 com a Marcha das Vadias, e agora veremos como o caráter feminista de uso do corpo nas manifestações da marcha podem ter influenciado o movimento das cicloativistas.

Figura 22 – Grupo Ciclanas



Fonte – Site SomosVós

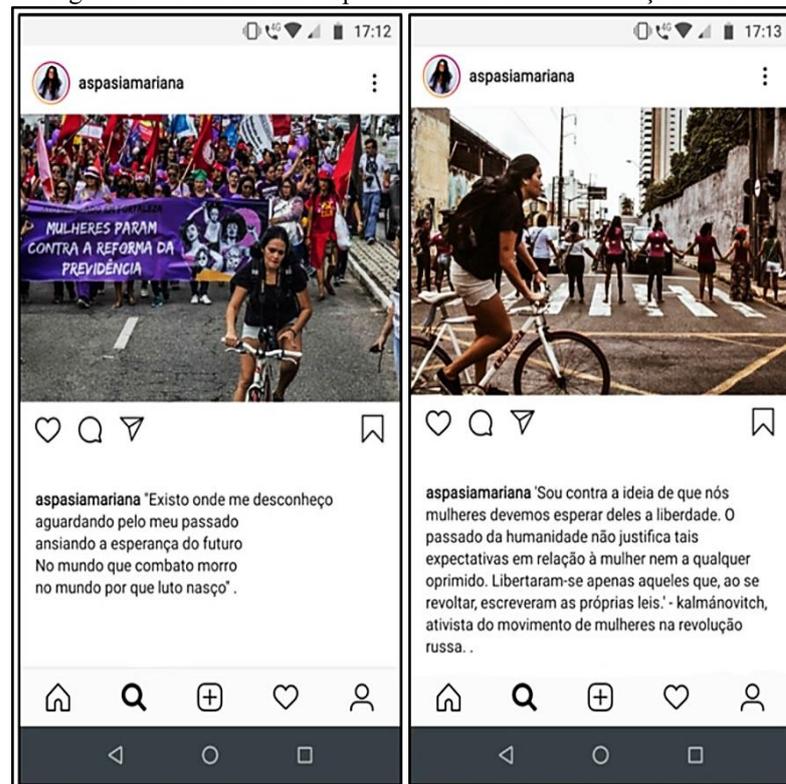
A cicloativista Aspásia Mariana, uma das fundadoras do coletivo Ciclanas (2015), de Fortaleza (CE), utiliza um *post* no *Facebook*, para relatar como essa experiência que eu chamo de “corpo político feminista sobre duas rodas” acontece nas ruas, sendo este um exemplo do uso do corpo como ferramenta de reivindicação junto às bicicletas, além de demonstrar o fato das ações de rua também reverberarem nas redes sociais digitais: “Por todos os lugares. No ‘atrevimento’, na ‘ousadia’ de estar e resistir no espaço público. Colocar o corpo na *urbes*⁷⁶. Estar. Viver. Ser visível. Exigir seu espaço. No interior do Ce⁷⁷. Na cidade. Os homens e os carros. A bicicleta e as mulheres”⁷⁸. Outros depoimentos dela via *Instagram* também elucidam essa ideia:

⁷⁶ O termo *urbes* aqui refere-se ao espaço urbano, da cidade.

⁷⁷ Referência ao estado do Ceará, no Brasil.

⁷⁸ *Post* publicado no *Facebook* no dia 29/05/2018.

Figura 23 - Ciclotivista Aspásia Mariana em manifestações de rua



Fonte: *Instagram* Aspásia Mariana

Aqui, depreende-se do relato da Aspásia Mariana que o fato de impor seus corpos pedalando nas ruas já é por si só um protesto, já que este é um lugar tão repressor aos corpos femininos. Essa luta delas por reconhecimento e pelo direito às ruas são uma forma de assembleia, reunião, manifestação, protesto e como tal já tem um significado antes mesmo de qualquer reivindicação que venha a ser pautada. Além da ação coletiva, quando esse corpo pedala sozinho, ele também não está sozinho, já que carrega consigo uma luta que é coletiva. Uma mulher na rua pedalando significa mais mulheres na rua pedalando, ressaltando o famoso *slogan* “eu sou porque nós somos”⁷⁹, amplamente disseminado a partir da fala proferida em candidatura à vereadora, da então socióloga e ativista Marielle Franco, brutalmente assassinada em 2018 por crime político no Brasil.

Portanto, esse ato de representação política “surge à luz das formas corporificadas de ação e mobilidade que significam além do que quer que seja dito” (BUTLER, 2018, p. 14). O corpo-político age independente do ato de fala e até mesmo o ato de fala está implicado nas condições corpóreas da vida, (BUTLER, 2018, p.15 *apud* FELMAN, 1980, p.205). O direito à

⁷⁹ Este termo refere-se à filosofia que era seguida por Marielle Franco, chamada *Ubuntu* que significa: “Eu sou porque nós somos” ou, em outras palavras “Eu só existo porque nós existimos”. *Ubuntu* exprime a consciência da relação entre o indivíduo e a comunidade. É um conceito moral, uma filosofia, um modo de viver. Informação disponível em: <https://jornalgnn.com.br/noticia/ubuntu-eu-sou-porque-nos-somos-2/>.

cidade vem pelo “fazer cidade” (AGIER, 2011). Heloísa Buarque de Hollanda no livro *Explosão Feminista*, cita Ivana Bentes⁸⁰ a fim de explicar como se deram esses novos usos do corpo como instrumentos de reivindicação política, inclusive falando sobre a ideia de corpo-político através da bicicleta a partir da Marcha das Vadias e das bicicletadas ocorridas em São Paulo, em particular no evento anual “pedalada pelada”:

Destaco a emergência de novas linguagens nesses movimentos urbanos: as mulheres na Marcha das Vadias exibindo seus seios e corpos pintados, reivindicando direitos e liberdades, ou as bicicletadas com os manifestantes pedalando nus pelas avenidas e ruas de São Paulo e enfatizando a relação do corpo com o seu transporte e fazendo do corpo *outdoors* contra as mortes dos ciclistas numa cultura dominada por automóveis. Ou ainda os corpos em risco e o confronto dos *black blocks*. Ou seja, falamos de uma reinserção do corpo e dos corpos nas manifestações. Estamos nesse momento intenso de potencialização política e da emergência de novos discursos e atores que usam as redes sociais e se organizam conectando as redes digitais com os territórios e os corpos. Olhando para as imagens produzidas, cartazes, *memes* na internet, *hashtags*, vídeos e fotografias, encontramos uma transversalidade e complementaridade desses movimentos e discursos (2018, p. 24).

É com essa proliferação de novos movimentos que o cicloativismo ancorado em seus “corpos políticos sobre duas rodas” vão ganhar um caráter feminista, quando as mulheres passam a aderir ao protesto de rua junto com suas bicicletas, denunciando as violências vivenciadas nas ruas e nos espaços institucionais. Mulheres nuas em suas bicicletas e com seus corpos pintados é o ápice da radicalização do que significa esse corpo político sobre duas rodas, é o cume da crítica.

A ousadia presente na exposição dos corpos femininos, ao mesmo tempo em que os articulam junto às bicicletas, demonstra um grau de liberdade, por vezes, até muito maior do que se viu na Marcha das Vadias. Esse tipo de performance ativista, além de outras características e ações realizadas por estas mulheres a serem melhor explanadas mais à frente, demonstram a singularidade trazida pelo movimento cicloativista de mulheres na contemporaneidade, além de caricaturar a exibição do corpo feminino para pôr em xeque a contumaz situação de assédio nas ruas.

Conforme o *site Vá De Bike*,

A nudez representa a fragilidade do ciclista em meio à agressividade do trânsito. Também é uma forma de chamar atenção para a invisibilidade dos ciclistas nas ruas, que só passam a ser notados por muitos motoristas, boa parte da imprensa e especialmente pelo poder público ao pedalar sem roupa⁸¹.

⁸⁰ Ivana Bentes, “*Hackear*, narrar: As novas linguagens do ativismo”. Em *Mídia-Multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015, pp. 52-53.

⁸¹ Informações retiradas de matéria disponível em: <http://vadebike.org/2018/03/pedalada-pelada-fotos-video-sao-paulo-avenida-paulista-protesto-manifestacao-ciclistas/>.

O evento Pedalada Pelada começou com duas organizações que tinham ciclistas nus protestando contra a dependência do petróleo: o *Artists for Peace* no Canadá e o *Manifestación Ciclonudista* na Espanha, entretanto o primeiro passeio internacional de bicicleta nua só foi realizado em 12 de junho de 2004, sendo organizado pelo grupo *World Naked Bike Ride* (WNBR) em colaboração com o grupo *Manifestación Ciclonudista*. O grupo WNBR, criado por Conrad Schmidt, tem como objetivo o protesto contra a dependência do petróleo e a celebração do poder e da individualidade dos corpos. Para isso, o grupo trabalha coordenando esse movimento internacional de bicicleta nua entre grupos ativistas de diferentes partes em todo o mundo⁸². A primeira edição oficial do evento ocorreu simultaneamente na Austrália, na Itália, nos Países Baixos, na Rússia e nos Estados Unidos, além de outras edições na Áustria, no Canadá, na República Checa, na Dinamarca, na França, em Israel, no Japão, na Letônia, na Nova Zelândia, na Polônia e na Espanha⁸³.

Figura 24 – Mulheres Ativistas na Pedalada pelada



Fonte: Site O Globo

Figura 25 – Renata Falzoni na Pedalada



Fonte: Site Flickr

No Brasil, a primeira Pedalada Pelada aconteceu no dia 14 de junho de 2008 em São Paulo, iniciando às 14 horas na Praça do Ciclista, principal ponto de encontro dos ciclistas na cidade. Neste dia, entre uma maioria de pessoas vestidas com maiôs e biquínis, o ciclista André Pasqualini foi o único ciclista a pedalar nu, sendo detido pela polícia. O evento passou então a ser realizado anualmente e, a partir de 2011, as pedaladas passaram a ser realizadas à noite, fator que contribuiu para que a polícia não mais reprimisse o protesto, o que já denuncia o quanto a visibilidade dos corpos nus, tornada mais expressiva na claridade do dia, é incômoda para a sociedade. O escuro proporcionado pela noite talvez tornasse essa nudez menos

⁸² Informações retiradas do site: <http://wiki.worldnakedbikeride.org/index.php?title=History>. Para mais informações, consultar o seguinte endereço: <http://www.worldnakedbikeride.org/>.

⁸³ Informações retiradas do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/World_Naked_Bike_Ride.

“escandalosa” aos “bons olhos” da sociedade⁸⁴.

Apesar de muitos enxergarem esse evento como algo de cunho sexual, nem de longe essa é a mensagem que a bicicletada deseja passar. O objetivo principal desse evento é chamar atenção dos motoristas e do poder público, tanto no que diz respeito às ações como as inações em relação ao problema, mostrando para ambos a fragilidade e a invisibilidade de quem pedala nas ruas. Dentre as pautas reivindicadas durante os atos estão: a exigência de melhores condições de infraestrutura cicloviária nas cidades, a denúncia do descaso e da omissão do Estado com as políticas de mobilidade por bicicleta, a promoção da visibilidade dos ciclistas, a celebração dos corpos e da bicicleta, a reflexão acerca dos danos da cultura do automóvel, o alerta sobre as graves consequências e os perigos advindos do aquecimento global, etc⁸⁵. Além disso, com relação especificamente às mulheres participantes, estas somam a este objetivo a denúncia de assédio aos seus corpos.

Após a primeira edição em São Paulo, aconteceram outras duas em Porto Alegre nos meses de março e dezembro de 2013 e, como ápice, além das demais reivindicações, relembrou o atropelamento de um grupo de ciclistas durante a bicicletada *Massa Crítica* em fevereiro de 2011 na cidade. Já em 2014, além de São Paulo e Porto Alegre, outras cidades brasileiras começaram a aderir ao ato anual, como Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG)⁸⁶. Com relação às mídias sociais e imprensa, as (os) participantes preferem proibir as fotografias e os vídeos pois esses podem revelar suas identidades quando muitos desejam permanecer anônimos, ou devido aos fotógrafos e repórteres poderem ser um tanto intrusivos e agressivos. Entretanto, a mídia sempre se faz presente nos eventos e algumas vezes é bastante repudiada pelos ciclistas que, conforme eles justificam, distorcem, na maioria das vezes, a mensagem que o evento quer passar. Um fato curioso dessa natureza ocorreu na Pedalada Pelada de São Paulo em 2013, quando o Programa Pânico tentou gravar entrevistas com as (os) participantes na Praça do Ciclista e a repórter foi surpreendida com um banho de tinta jogada por uma ciclista⁸⁷. Segundo o *site Vá De Bike*, baseado em notícia do *site UOL*, a assessoria de imprensa da repórter afirmou que ela ficou “muito chateada” e que o Pânico não estava ali para “zoar” a manifestação. “Eles queriam entrevistar as pessoas e até iriam andar de bicicleta. Uma louca chegou perto da Ana Paula [repórter] e fez isso”⁸⁸. A ciclista Letícia Shimoda prontamente explicou o fato:

⁸⁴ Informações retiradas do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/World_Naked_Bike_Ride.

⁸⁵ Informações retiradas do site: <http://vadebike.org/2019/03/pedalada-pelada-fotos-video-sao-paulo-2019/>.

⁸⁶ Informações retiradas do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/World_Naked_Bike_Ride.

⁸⁷ Informações retiradas do site: <http://vadebike.org/2013/03/pedalada-pelada-fotos-relato/>.

⁸⁸ Informações retiradas do site: <http://vadebike.org/2013/03/pedalada-pelada-fotos-relato/>.

A bicicletada pelada tem a proposta de dar visibilidade para o ciclista, *pra* ver que não é carro só que está na rua. Mas a gente chega aqui e vê que tem uma emissora de TV que se aproveita das pessoas, que vieram com uma proposta legal, pegaram chuva *pra* estarem aqui, etc. Ficam usando a gente como cenário *pra* gravar um programa que só vai reforçar preconceitos e padrões super estereotipados e ainda mais machistas com as mulheres que já sofrem no pedal. A gente sempre reforça que as mulheres estão em luta contra esses preconceitos, e aí chega gente com uma proposta babaca que vai ganhar dinheiro em cima de um movimento que devia ser político⁸⁹.

Portanto, apesar da proposta da Pedalada Pelada ser dar visibilidade ao ciclista, essa exposição à imprensa muitas vezes não é bem-vinda, principalmente, devido a questões como essas expostas no relato da Letícia, entretanto, em todos os atos há sempre cobertura por parte da mídia tradicional e também de uma mídia alternativa (às vezes os próprios ciclistas cobrem o evento ou pessoas que consideram apoiadores do movimento) e sempre conseguem gerar repercussão pela radicalidade do movimento.

Dentro desse contexto dos últimos anos, de movimentos como a Marcha das Vadias, o movimento Passe Livre e a Pedalada Pelada, é que os grupos cicloativistas de mulheres com um viés feminista irão proliferar-se mais rapidamente. Além disso, nesses grupos mais contemporâneos, as diferentes experiências entre as mulheres cicloativistas que vão influenciar diretamente em como vivenciam o pedalar nas ruas são ressaltadas, conforme os marcadores sociais de classe, raça, idade, localização geográfica, etc., principalmente, a partir das discussões geradas pelas mulheres negras integrantes do movimento. Tal qual a Marcha das Vadias, na Pedalada Pelada (evento misto) encontramos uma maioria de mulheres brancas expondo seus corpos nus, o que nos faz pensar em como as cicloativistas negras possivelmente não se sintam contempladas por esse tipo de performance de protesto. Como já ressaltamos com relação à Marcha das Vadias, movimentos que ressaltam a nudez dos corpos, apesar de representarem empoderamento para algumas, para as mulheres negras representa só mais uma forma de sexualização e objetificação de corpos que já são historicamente hipersexualizados.

Por isso, é importante ressaltar aqui, mais uma vez, que os aspectos mais gerais do cicloativismo de mulheres carregam em suas entranhas variadas singularidades que, por sua vez, mudam a cada contexto específico. Aqui configura-se como um desses casos e onde faz-se necessária uma reflexão por parte das cicloativistas brancas que participam do evento acerca da sua própria branquitude e dos privilégios advindos dessa condição. Como afirma Huidj (2006, p. 5), “é, de fato, um privilégio na militância poder se preocupar com a própria posição de privilegiada, que é quando na própria vida já se está um passo além da sobrevivência”, tendo em vista que outras pessoas, em especial mulheres negras, só conseguem fazer parte dos

⁸⁹ Relato da ciclista Letícia Shimoda ao *site Vá De Bike*, disponível em: <http://vadebike.org/2013/03/pedalada-pelada-fotos-relato/>.

ativismos depois de muita resistência e continuam a resistir, inclusive, para continuarem a existir.

Além disso, mais especificamente com relação ao movimento cicloativista feminista, vão relacionar-se com os marcadores sociais explanados anteriormente, outros dois fatores importantes que, conforme veremos nos capítulos seguintes, vão demarcar essas experiências nas ruas: o tipo de vestimenta utilizada ao pedalar e o tipo de bicicleta. Algumas narrativas das cicloativistas demonstram que estar vestida com roupa esportiva de ciclismo e numa *bike* mais “cara”, “leve” vai reverberar um tratamento diferenciado à essa mulher em comparação à quando ela pedala com roupas comuns do dia-a-dia e numa *bike* mais “barata”, “pesada” ou “rocheda” como elas se referem a esse tipo de bicicleta.

Isso nos remete às questões de classe que acabam por ser evidenciadas a partir dos artefatos que essa mulher utiliza no ato de pedalar como um marcador social daquele corpo na rua, fatos que serão melhor elucidados no capítulo seguinte. O fato de ser mãe e pedalar junto com os filhos também é outro marcador que vai repercutir na maneira como essa mulher experimenta o ato de pedalar na cidade. É por isso que esse momento é marcado também por protestos baseados em narrativas pessoais, singulares, sem intermediários. A reivindicação que antes era endereçada aos espaços institucionais, passa a ser realizada pelas próprias mulheres baseadas nas suas singularidades.

Simultaneamente, esse ativismo também é acionado nas redes sociais digitais, fazendo do *ciberespaço* mais um lugar de denúncia das opressões e de luta em prol da bicicleta, aliado ao protesto de rua. Nasce então o que denominamos de *cibercicloativismo feminista*. Isso resultou numa maior disseminação do movimento a uma velocidade muito grande. Essas mulheres, a partir dos seus protestos de rua reverberarem no *ciberespaço* baseados numa experiência pessoal de violência, agem como sujeitos, endereçando a denúncia a todos que estejam dispostos a ver na *internet* e se articulando em rede com outras mulheres. Há uma “virada feminista” em que “o pessoal é político” imbrica-se com “o político é pessoal”, ancorada nas redes sociais digitais.

Ao postar as experiências pessoais nas redes, transforma-se o privado em algo público, acessível a todos, e essa narrativa pública transforma-se numa espécie de política digital ou ativismo digital a ser compartilhado com outras pessoas das redes. Desde o seu surgimento, “as redes sociais, (...) não eram vividas apenas como veículo eficaz para a propagação de informações, mas lançaram também as bases desejadas para um novo tipo de organização política: uma democracia conectada, participativa, transparente” (HOLLANDA, 2018, p. 28). Hoje, mais do que nunca, esse ativismo *online* imbrica-se com o ativismo das ruas, *offline*, criando um espaço híbrido onde o que acontece na rua também acontece nas redes,

ampliando seu alcance, construindo laços entre cicloativistas das mais diversas regiões. Castells afirma que

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo interrompido. O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede (2017, p. 192).

Portanto, o movimento cicloativista feminista passa a formar uma espécie de rede transnacional, quando esses vários *fiões* de experiências de mulheres passam a entrecruzar-se virtualmente através dos grupos formados pelas redes sociais digitais e pessoalmente nos eventos-chave de mobilidade por bicicleta divulgado nas redes, como o *Bicicultura*, o *100 Gurias 100 Medo*, o *Fórum Mundial da Bicicleta* e o *I Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências*. É nesse momento que surge, por exemplo, em 2015, o *Bike Anjas*, um grupo que realiza atividades em todo o território nacional.

Conforme o *site* do *Bike Anjas São Paulo*, o grupo surgiu após o 2º Encontro Nacional do *Bike Anjo* (ENBA), em 2015. O grupo surgiu após várias mulheres relatarem desconforto nos espaços mais convencionais (mistos) da rede cicloativista para discutir alguns assuntos específicos ao universo feminino. A *bike anja* Louise Rozados, em entrevista ao *site* *Vá De Bike*⁹⁰, explica: “Enquanto os homens ganhavam mais e mais intimidade entre si, as mulheres deixavam de conversar sobre assuntos como menstruação e assédio porque o ambiente não era favorável para isso”. Diante desse cenário, o *Bike Anjas* surge com o objetivo de criar um espaço de acolhimento à discussão dessas questões, unindo mulheres de todo o Brasil em prol da mobilidade por bicicleta, promovendo aulas de pedal e acompanhando as ciclistas iniciantes que necessitam de auxílio em seus trajetos.

As *Bike Anjas* dedicam-se a auxiliar as mulheres em variados aspectos, dando, por exemplo, dicas sobre a melhor forma de pedalar na rua, como sair de uma situação de risco, que roupa deve usar para pedalar com mais conforto, como pedalar menstruada, o que fazer quando o pneu furar, dentre outras dicas imprescindíveis para quem deseja começar a locomover-se de bicicleta e ainda não se sente segura para começar. É uma iniciativa bastante importante na difusão do ciclismo no Brasil, principalmente, entre mulheres, atuando no encorajamento de mais mulheres a pedalar, ajudando-as de perto a conseguir esse feito, independente da idade ou

⁹⁰ Matéria disponível em: <https://bikeelegal.com/conheca-as-bike-anjas-e-pedale-com-elas/amp/>.

quaisquer características e, com isso, promovendo mais benefícios ao meio ambiente, à saúde, bem-estar e socialização / lazer das participantes. Também é importante ressaltar que as *Bike Anjas* se conectam com os diversos outros grupos cicloativistas de mulheres espalhados por todo o Brasil. A rede cicloativista feminista, portanto, se amplia.

Figura 26 - Grupo *Bike Anjas* SP



Fonte: Site - bikeanjas.wordpress.com/

Outro ponto imprescindível a ser destacado aqui e em alguns dos outros grupos a seguir são os aspectos raciais que podemos observar nas fotos, os quais se apresentarão em situação semelhante à observada aqui, com relação às entrevistadas participantes dessa pesquisa, analisados nos capítulos mais à frente: a maioria dos grupos é formado por mulheres brancas, fator que com relação ao *Bike Anjas* tende a modificar-se um pouco dependendo da região em que localiza-se cada grupo, já que existem *Bike Anjas* em vários estados brasileiros, e a composição dos grupos em termos raciais acompanha o público de cada localidade. Entretanto, nos grupos de alcance mais local, pelo menos nos abordados aqui nesta pesquisa, percebemos que na maioria deles, a tendência é observar uma maioria de mulheres brancas, apesar de alguns terem uma composição heterogênea em termos raciais ou outros serem exclusivamente formados por mulheres negras (uma minoria dentro de toda a rede). Esse fato nos diz muito sobre como o racismo estrutural também incide até dentro de espaços “alternativos”. Esse dado e outras diferenciações entre o ativismo dessas diferentes mulheres e grupos poderão ser melhor entendidos nos capítulos seguintes.

Mas, voltando ao histórico de surgimento dos grupos cicloativistas de mulheres, no ano seguinte, em 2016, vários outros grupos são originados, como é o caso do *Pedal Das Gurias*

em Porto Alegre (RS), do *Pedalzinho Das Mina* em Fortaleza (CE), do *As Pedaleirax* em Florianópolis (SC), do *Bicimanas* em Belo Horizonte (BH), do *Minas Na Pixxta* no Rio de Janeiro (RJ), do *La Frida Bike* em Salvador (BA), do *Pedal Maravilha* em Niterói (RJ) e do *VeloDelas* em Fortaleza (CE). Todos com propostas bem semelhantes como as aulas de pedal, as rodas de conversas, intervenções nas ruas (ex.: pedal em grupo), oficinas, etc.

Figura 27 – Grupo Pedal das Gurias



Fonte: *Facebook* Pedal das Gurias

Figura 28 – Grupo Pedalzinho das Mi



Fonte: *Facebook* Pedalzinho das Mina

Figura 29 – Grupo As Pedaleirax



Fonte: *Facebook* As Pedaleirax

Figura 30 – Grupo Minas na Pixxta



Fonte: *Facebook* Minas na Pixxta

Figura 31 – Grupo La Frida *Bike*



Fonte: *Facebook* Preta Vem de *Bike*

Figura 32 – Grupo Pedal Maravilha



Fonte: *Facebook* Pedal Maravilha

Figura 33 – Grupo Bicimanas



Fonte – *Facebook* Bicimanas

Figura 34 – Grupo VeloDelas



Fonte: *Instagram* VeloDelas

Um fato a ressaltar e que contribuiu muito para que essa conexão entre mulheres integrantes desses diversos grupos espalhados pelo Brasil pudesse se formar foi a criação do evento *100 Gurias 100 Medo*, e que acontece a cada ano em um estado brasileiro diferente. A edição inaugural ocorreu em Porto Alegre (RS) em novembro de 2016 organizada pelos coletivos *Pedal das Gurias* (RS) e *As Pedaleirax* (SC). A segunda edição ocorreu em Florianópolis em 2017 e, em seguida, a terceira edição, no Rio de Janeiro, em 2018. Além de palestras, pedais, oficinas e rodas de conversa, também houve o lançamento do documentário *Ovarian Psycos* na edição de 2018, que retrata as experiências de um grupo cicloativista de mulheres de Los Angeles (EUA), o que demonstra um pouco que mulheres cicloativistas estão de alguma forma conectadas para além de um âmbito nacional. Nesses grupos mais contemporâneos, questões como “identidade de gênero”, “empoderamento” e “sororidade” já fazem parte da linguagem compartilhada pelas integrantes, que estão mais familiarizadas com essas discussões, fato que não era comum na década de 1990, conforme vimos no relato da Teresa D’Aprile do grupo *Saia Na Noite*: “(...) Ter uma noite só para nós é muito bom para conversar, trocar receitas, falar dos filhos, maridos, namorados, trabalho”.

L.IV) Para Além das Fronteiras – O Cicloativismo Feminista em Outros Países

Essa nova fase vem em forma de rede totalmente conectada com os assuntos mundiais e, ao mesmo tempo, dentro de contextos específicos localizados, compondo experiências imediatas entrecruzadas transnacionalmente. Esses fatos geralmente reverberam pela *internet*, principalmente nas redes sociais digitais, fazendo desse ativismo feminista por meio da bicicleta uma realidade em diversos países como Equador, Colômbia, Estados Unidos, Gana, Arábia Saudita, Iêmen, Afeganistão, Paquistão e México. Começamos por apresentar brevemente alguns desses ativismos de mulheres ciclistas fora do Brasil que serão explorados com mais detalhes nos capítulos finais da pesquisa:

Iniciando pelo grupo *Mujeres en bici LatinAm* (Mulheres de Bicicleta Latino Americanas), formado a partir do “Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências do 8º Fórum Mundial da Bicicleta⁹¹”, ocorrido na Casa da Cultura Equatoriana, em abril de 2019, no Equador, e que reúne mulheres cicloativistas de diversas regiões da América Latina. Dentro desse contexto, também temos a *Redimyd* (Rede Interseccional de Mulheres e Dissidências de

⁹¹ Nomenclatura original em espanhol: Encuentro Interseccional de Mujeres y Disidencias del Foro Mundial de la Bicicleta.

Bicicleta da Colômbia⁹²). Em Los Angeles (EUA), temos as *Ovarian Psycos*, citadas anteriormente, grupo formado por mulheres cicloativistas descendentes diretas dos movimentos feministas dos anos 60 e 70, indígenas e negras, que pedalam sempre com seus rostos cobertos com bandanas de tuba uterina e um *slogan* bastante forte e radical: “ovários tão grandes que não precisamos de merda de bolas”. Em Washington (EUA) temos ainda o grupo cicloativista feminista negro *Black Women Bike DC*. O grupo *Ghana Bamboo Bikes* representa Gana, na África, projeto idealizado por Bernice Dapaah, com o intuito de lutar pela educação dos jovens do país e pela transformação do planeta em um espaço mais sustentável, justo e igualitário. Neste projeto são extraídos e arrecadados recursos locais para produzir bicicletas feitas artesanalmente de bambu que, em seguida, são doadas a crianças e jovens carentes da comunidade para que os mesmos possam ter condições de se locomover até à escola e não deixem de estudar.

Na Arábia Saudita, temos o caso da cicloativista Baraah Luhaid, fundadora da primeira “comunidade de negócios de ciclismo inclusivo” na Arábia Saudita, o *Spokes Hub*, em 2016, e agora administra a única loja de ciclismo do local, com um café e oficinas para mulheres. Além disso, está sendo responsável pela criação de um *abaya*⁹³ de ciclismo com pernas (em formato de calça), que está prestes a ser patenteado e que visa a melhorar as condições das mulheres sauditas ao pedalar. No Iêmen, temos a Bushra Al Fusail, cicloativista que luta pelos direitos das mulheres iemenitas, num cenário bastante difícil que envolve questões que vão desde os direitos das mulheres às causas humanitárias e de sobrevivência. Ela foi a criadora da campanha *#BikeForYemen* na *internet*, convocando as mulheres iemenitas a se unirem, pedalando em suas bicicletas, a fim de protestar nas ruas contra um bloqueio em andamento da coligação da Arábia Saudita ao porto do Iêmen que tinha por objetivo limitar a entrada de alimentos e combustíveis no país. E, no Afeganistão, o grupo de cicloativistas *Afghan Cycles*, buscam transformar um dos países que mais sofrem com a guerra, a pobreza e a desigualdade de gênero. A revolução dessas afegãs é feita através de suas bicicletas, instrumento que vem conectando as lutas de inúmeras mulheres em várias partes do mundo, realizando profundas mudanças no cotidiano feminino, principalmente em países onde a liberdade delas é tão tolhida.

As mexicanas e as paquistanesas não definiram um nome para seus grupos, entretanto também realizam movimentos em seus respectivos países. Inspiradas pelas *Ovarian Psycos* em Los Angeles, as mexicanas realizam um pedal com a mesma designação dada pelas *Ovarian Psycos* às suas pedaladas de protesto: “Massa Clitoriana”. Já as paquistanesas, iniciaram o movimento em fevereiro de 2018 e, em dezembro do mesmo ano, num domingo

⁹² Nomenclatura original em espanhol: Red Interseccional de Mujeres y Disidencias en Bicicleta Colombia.

⁹³ Um longo manto preto tradicional utilizado pelas mulheres sauditas que deixa visível apenas os olhos.

qualquer, o grupo já contava com cerca de duas dúzias de mulheres e meninas pedalando pelas ruas e vielas do bairro de Lyari na cidade paquistanesa de Karachi.

Esses são alguns exemplos de ativismo para além das fronteiras brasileiras. Diante da apresentação do cenário contextual de cicloativismo feminista no Brasil e em outros países, alguns questionamentos irão guiar esta pesquisa: O que leva essas mulheres a escolherem a bicicleta como principal meio de locomoção e, a partir disso, quando e como a bicicleta se torna um instrumento de luta feminista? Como uma mulher ciclista transforma-se em cicloativista? O que as move? Quais as especificidades que a luta feminista assume nos coletivos cicloativistas? Quais são as diferenças destes coletivos em relação a outros tipos de associações feministas? O que une essas mulheres “cicloativistas” de localidades tão divergentes, para além do fato de serem ciclistas? Quais são os *links* que configuram as “lutas de resistência” entre essas mulheres?

II. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para dar conta das respostas aos meus questionamentos, a pesquisa, de caráter qualitativo, baseia-se numa abordagem composta por três frentes de investigação em concomitância: (1) uma análise sociológica feminista interseccional⁹⁴, apoiada numa literatura feminista branca, negra e latina em conjunto, que tem como objetivo ressaltar aspectos de gênero, raça, classe, sexualidade, localização geográfica, idade, cultura, etc. (2) Paralelo à esta perspectiva, soma-se uma investigação acerca da relação entre *Corpo* e *Poder*, tendo como referencial teórico autores como Judith Butler e Michel Foucault, juntamente com o uso do conceito de *habitus* de Bourdieu a fim de compreender mais especificamente como desenvolve-se o que denominamos de *corpo político feminista sobre duas rodas* e como esse corpo, a partir de então, adquire um estilo de vida ativista e um *status* de *empoderamento* quando da sua imposição nas ruas. (3) Por fim, também une-se aos dois processos teórico-metodológicos de investigação citados anteriormente, uma análise relacional entre realidades micro e macro, com destaque para um olhar mais apurado aos desdobramentos dos que estão às margens criando *alternativas* à realidade social apresentada. Para isso, tomamos como norte a *teoria dos campos* de Bourdieu e a perspectiva do conceito de *cena* de Bennett & Peterson (2004) para ter uma visão ampla do fenômeno nas dimensões local, translocal e transnacional/ virtual, esta última, por sua vez, sendo abordada de forma mais aprofundada, a partir do conceito de *corpos ciborgues* (HARAWAY, 2009), finalizando o ciclo com a perspectiva de formação do movimento por meio das redes.

O percurso teórico-metodológico desta pesquisa alinha-se com uma perspectiva sociológica feminista interseccional com o intuito de fugir de uma sociologia incompleta, tendenciosa e patriarcal (BREWER, 1989). Dentro desse âmbito,

A sociologia feminista envolve, colocar as mulheres no centro, como sujeitos de investigação e como agentes ativos na reunião de conhecimento. Essa estratégia torna visível a experiência das mulheres, revela os preconceitos sexistas e suposições tacitamente masculinas do conhecimento tradicional; abre o caminho para entendimento de gênero (STACEY & THORNE, 1985, p. 302 *apud* BREWER 1979, p. 63, tradução nossa).

A abordagem interseccional foi uma escolha, principalmente, porque

⁹⁴ Ferramenta teórico-metodológica desenvolvida por teóricas e ativistas do feminismo negro para analisar a realidade social, que baseia-se na ideia de que os sujeitos sofrem múltiplas opressões que se entrecruzam conforme marcadores sociais de classe, raça e gênero, por exemplo, se contrapondo à noção liberal de universalidade das opressões. Uma das pioneiras na criação e utilização dessa ferramenta foi estudiosa afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2012).

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições. A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social (COLLINS, 2017, p. 7).

Para tanto, a lente analítica através da qual a sociologia feminista aqui utilizada baseia-se, ressalta como fundamentais os aspectos de gênero, raça, classe, sexualidade, etc., enquanto marcadores sociais que se entrecruzam na diversidade de experiências de mulheres aqui analisadas.

As teóricas feministas negras argumentam que as explicações usuais do racismo, classismo e sexismo normalmente tratam esses 'ismos' separadamente. É cada vez mais aparente, no entanto, que esse paralelismo perde uma realidade essencial - racismo, sexismo, e classismo são coerentes em aspectos teóricos e empiricamente importantes (DILL 1979, 1983; LEWIS 1977; CHOW 1987 *apud* BREWER, 1989, tradução nossa).

Aliada a esta análise feminista interseccional, esta investigação detém-se à compreensão acerca de quando e como desenvolve-se a relação entre corpo feminino, poder, política e bicicleta, possibilitando a existência e atuação do que denomino de *corpo-político feminista sobre duas rodas*. Para isso, tomamos como base o conceito de *habitus* de Bourdieu a fim de explicar como a bicicleta deixa de ser apenas um meio de transporte, de lazer ou esporte para, além disso, tornar-se uma ferramenta de luta política feminista aliada aos corpos femininos que, atravessados pelo poder e pela política e sob uma dimensão coletivizada, adquirem um estilo de vida ativista, um *status* de *Empoderamento* ao se imporem nas ruas.

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p. 17).

Essa é uma maneira de destacar a singularidade ou a *qualidade feminista* dos grupos de mulheres que compõem o movimento cicloativista, distinguindo-os de outros grupos de mulheres e de ciclismo, a partir da ênfase no seu caráter eminentemente de ação política. Aqui, também é possível observar como desenvolve-se uma mudança gradual entre o significado do que é ser uma *mulher ciclista* e do que é ser uma *mulher cicloativista*.

Aqui, o poder não configura-se como algo externo, universal que se impõe aos corpos, mas que assume uma capilaridade que espraia e atravessa esses corpos, relacionando-

se com eles (FOUCAULT, 1989). “Os corpos são eles mesmos vetores de poder por meio dos quais o direcionamento da força pode ser revertido. Eles são interpretações corporificadas, engajadas em uma ação aliada, para combater a força com outro tipo e outra qualidade de força” (BUTLER, 2018, p. 93). O poder aqui é visto como uma espécie de feixe de relações presentes em todas as dimensões da vida em sociedade (FOUCAULT, 1989 *apud* GOLDMAN; PALMEIRA, 1996). Poder e corpo atuam como instâncias de dominação, mas também de resistência feminista, criando *empoderamento*.

O intuito dessa pesquisa é demonstrar como o poder da dominação masculina infringe violências, mas também e, principalmente, como o poder político feminista resiste a esse cenário e se impõe deslizando nas ruas, através da bicicleta. Para isso, o presente estudo dá uma atenção especial às formas de resistência coletiva e feminista, quando da imposição dos corpos políticos feministas nas ruas em cima das bicicletas que, enquanto tal, atuam como uma extensão desses corpos políticos. Entendo esses corpos políticos feministas sobre duas rodas, fundamentalmente, como corpos em aliança fazendo a política nas ruas, nas redes e nos espaços institucionais (BUTLER, 2018).

Além disso, através desse modelo teórico-metodológico buscamos compreender, através das narrativas de experiências de mulheres cicloativistas feministas nas ruas, nos espaços institucionais e nas redes sociais digitais, como são travadas as relações entre os diversos agentes em seus respectivos campos de ação específicos e, destes, com fatores econômicos, culturais, políticos, sociais, ambientais e simbólicos, situados no espaço social, tomando como base a *teoria dos campos* de Bourdieu. A partir daí, tentamos traçar um entendimento acerca das dinâmicas dos campos que compõem o que denominamos de *cena cicloativista contemporânea*, com um olhar apurado para o que se constitui como ativismo feminista no seu interior, dando origem à uma espécie de *cena alternativa feminista* dentro do contexto cicloativista contemporâneo.

O conceito de *cena* como um modelo analítico teoricamente fundamentado foi utilizado pela primeira vez por Will Straw (1991) numa revista de estudos culturais, especificamente dentro do âmbito dos estudos musicais, entretanto as características distintivas que compõem uma cena, enquanto um modelo teórico, abrem margem para a sua utilização na análise de outros segmentos sociais urbanos que reúnam predicativos consoantes com este tipo de abordagem sociológica. Podemos entender as cenas como eventos que “atualizam um estado particular de relações entre várias populações e grupos sociais, como estes se unem em torno de coalizões específicas” (STRAW, 1991, p. 379 *apud* BENNETT, 2004, p. 225, tradução nossa).

A cena surge dentro de um novo contexto social, cultural e territorial e apresenta-

se como recurso adequado justamente pelo fato de ter a “capacidade de leitura do espaço, da sociedade urbana contemporânea” (GUERRA, 2010, p. 442). Alan Blum (2001) afirma que a cena conecta-se com a cidade ao passo que estas são pensadas para ser o local onde as cenas são produzidas/ reproduzidas.

Esta nova abordagem vai de par com todo um conjunto de observações que colocam em paralelo os processos de globalização (entendidos como crescendos de conectividade relacional, a múltiplos níveis, unindo o planeta) com os modos de representação dessa mesma realidade globalizada (ou percebida como tal). (...) Assim, associado a uma des-territorialização de fluxos e realidades ocorre, concomitantemente, uma contra-tendência que re-situa e localiza esses momentos. Em geral, a um processo de globalização haverá que somar um outro, de localização, como contra-parte necessária. A temática das identidades, e das híbridas especialmente, emerge neste passo (GUERRA, 2010, p. 442).

Ou seja, a transnacionalização, baseada na perspectiva *glocal*, acabou por contribuir com a difusão de tendências globais centradas em espaços situados localmente. Diante deste fato, Straw (1991) argumenta que as cenas podem analisar fenômenos locais e translocais, abrangendo portanto um espaço bem maior do que somente uma comunidade urbana situada localmente. Indo mais além disso, já dentro de um contexto de intensa utilização de redes digitais, momento em que o aspecto híbrido dos fenômenos sociais é ressaltado quando da aglutinação do local com o global, Bennett & Peterson (2004) trazem uma abordagem do conceito de cenas, baseada numa espécie de tricotomia, que compreende os fenômenos sociais em três âmbitos, a saber: o local, o translocal e o virtual. A leitura do fenômeno pode, portanto, ser realizada a partir dos mais variados contextos.

A cena local corresponde de forma mais proximamente à noção original de cena como segmento em torno dum foco geográfico específico. (...) A cena translocal refere-se a contextos de comunicação mais distanciados do local e que refletem formas distintivas de música e de estilos de vida. (...) A cena virtual é uma cena emergente na qual as pessoas criam uma cena descartada de espaços físicos, utilizando fanzines e isto é incrementado obviamente com a *internet* (BENNETT & PETERSON, 2004, p. 6-7).

Sob essa perspectiva é que aqui delinea-se esta pesquisa, com o intuito de compreender a cena cicloativista feminista nos seus variados âmbitos. Primeiramente, dentro da cena local, o objetivo é entender como se dão as relações entre agentes dentro dos seus campos de ação ou grupos cicloativistas nas suas respectivas cidades/estados, quais atividades são desenvolvidas e como o *habitus* de ativismo político vai sendo construído localmente.

Em um segundo momento, o intuito é entender a disputa entre campos, a saber, o institucional e o alternativo, aqui já numa dimensão translocal, baseado nos eventos nacionais que reúnem os grupos e as associações de vários estados brasileiros num único espaço. O campo institucional sendo formado pelas diversas associações mistas de ciclismo (compostas por homens e mulheres), grandes instituições como a União dos Ciclistas do Brasil (UCB) e

organizações de eventos nacionais e internacionais, como por exemplo, o Fórum Mundial da Bicicleta, dentre outros. Dentro desse campo institucional e, por vezes, fazendo frente à ele, temos os grupos cicloativistas de mulheres que compõem o que denominamos de um subcampo alternativo, que disputa o *lugar de fala* no contexto cicloativista contemporâneo.

Por fim, a presente pesquisa também tenta compreender como que a cena cicloativista feminista contemporânea se desdobra em outros contextos para além do Brasil, mediada por comunicação virtual, formando uma espécie de *redes ciborgues* (HARAWAY, 2009) chegando a um âmbito transnacional, seja através de eventos mundiais, como o Fórum Mundial da Bicicleta, ou simplesmente, através do compartilhamento de perspectivas comuns pelas mulheres que, mesmo em contextos diversificados, acabam por comungar dos mesmos ideais de lutas de resistência contra opressões múltiplas e diferentes, utilizando a bicicleta como ferramenta de combate. Bicicletas (máquinas) e mulheres (humanos), espalhadas pelo mundo, passam a constituir uma conjugação perfeita para a formação de redes, para o surgimento dos *corpos ciborgues* (HARAWAY, 2009) no cenário contemporâneo da tecnociência.

Estas questões convergem para o desafio de renovação das Ciências Sociais e Humanas neste contexto histórico concreto. Estamos nos referindo aos desafios teórico-metodológicos que nos são proporcionados pensar através das teorias que aqui apresentamos. Ao questionar o binômio natureza-cultura, constituinte central das ciências sociais, as tecnociências ciborgues e a figura do ciborgue colocaram em questão também categorias analíticas, formas de categorizar e formas de compreender o universo social. Mostraram os limites destas formas quando tratamos de processos, fenômenos e conceitos dinâmicos, que para sua compreensão crítica requerem um tratamento interdisciplinar (SIQUEIRA & MEDEIROS, 2011, p. 14).

Dentro desse âmbito, decidimos pensar nessas várias mulheres, como fios infindáveis que, em algum momento, se interceptam e se entrelaçam a partir das relações de cumplicidade e lutas de resistência compartilhadas entre elas, nos diversos contextos em que vivem, seja a nível local, translocal ou global, formando redes que aglutinam mulheres, bicicletas e o seu entorno através de um processo de *ciborguização* que se realiza e se reatualiza dentro do contexto das cenas locais, translocais e virtuais.

É sob uma perspectiva transnacional que esse trabalho se delinea e tenta, dentro dos limites impostos pela pesquisa sociológica, dar início a um processo de reunião dessas narrativas e eventos que perfazem a vida dessas várias mulheres cicloativistas e que, juntas formam essa grande rede de ativismos feministas através da bicicleta, a fim de obter um pequeno recorte desse enorme movimento social. Não é uma tarefa fácil analisar fenômenos que estão sempre a mover-se e a transformar-se, mas através de um olhar detido e atento às principais cenas engendradas no contexto cicloativista, é que o presente trabalho tenta lançar luz à compreensão acerca de como se constitui e se estrutura o movimento cicloativista

feminista contemporâneo para além da perspectiva local. Portanto, o objeto de pesquisa, iniciado em 2016 com o estudo de um grupo cicloativista de mulheres local, situado em Fortaleza (CE), denominado *Pedalzinho das Mina*, agora se reconfigura e se amplia nesses termos.

Buscamos acompanhar e participar dos eventos, além de observar comportamentos sociais a partir de uma perspectiva relacional e interseccional a que podemos enquadrar as especificidades de classe, raça, gênero, etc., em fusão com uma análise de narrativas e acontecimentos que perfazem as lutas dos sujeitos e suas singularidades nas ruas, nos âmbitos institucionais e nas redes sociais digitais, a fim de que se alcance uma compreensão mais ampla e profunda da vida sociocultural que se entremeia e estrutura o movimento cicloativista feminista na contemporaneidade. A partir de um olhar voltado para as micropolíticas cotidianas dessas cicloativistas tentamos compreender a macropolítica do movimento cicloativista feminista contemporâneo.

O intuito aqui é demonstrar como os “micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder” (FOUCAULT, 1989, p. XIII). A presente pesquisa, portanto,

Estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar (FOUCAULT, 1989, p. XIV).

Ou seja, um poder que

Intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (FOUCAULT, 1989, p. XII).

É importante entender o poder aqui não só do ponto de vista repressivo, mas também como algo que se exerce positivamente pelo corpo, que o produz e o transforma.

O que a consideração dos micro-poderes mostra, em todo caso, é que o aspecto negativo do poder - sua força destrutiva - não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador (FOUCAULT, 1989, p. XVI).

É importante destacar que micro e macropolítica não são dois campos opostos, hierarquizados ou separados, mas atuam em conjunto, um influenciando o outro, numa espécie de relação dialética ou que Giddens denomina de política-vida, enquanto instância que ao mesmo tempo que é individual, também atua coletivamente.

A política-vida supõe (um certo nível de) emancipação da rigidez da tradição e das condições da dominação hierárquica (...), entretanto, a política-vida não diz respeito principalmente às condições que nos libertam para que possamos escolher – ela é uma política da escolha. Enquanto que a política emancipatória é uma política das oportunidades de vida, a política-vida é uma política do estilo de vida. A política-vida é a política de uma ordem reflexivamente organizada – o sistema da modernidade tardia – que, num nível individual e coletivo, alterou radicalmente os parâmetros existenciais da atividade social. É uma política de auto realização num ambiente reflexivamente organizado, onde a reflexividade liga o eu e o corpo a sistemas de alcance global. Nessa arena de atividade, o poder é gerador e não hierárquico” (GIDDENS, 2002, p. 197).

O movimento das mulheres foi pioneiro da política-vida ao explorar a ideia de que o “pessoal é político”, afirma Giddens (2002, p. 198).

O feminismo pode ser visto de maneira mais apropriada como inaugurando a esfera da política-vida – embora, é claro, interesses emancipatórios continuem fundamentais para os movimentos das mulheres. O feminismo, pelo menos em sua forma contemporânea, foi mais ou menos forçado a dar prioridade à questão da auto identidade. ‘Mulheres que querem mais do que a vida familiar’, foi adequadamente observado, ‘fazem do pessoal político com cada passo que dão para longe do lar’. À medida que as mulheres cada vez mais ‘dão o passo’ para fora, contribuem para processos de emancipação. Mas as feministas logo viram que, para a mulher emancipada, questões de identidade tornaram-se de importância primordial. Pois ao se libertarem do lar, e da vida doméstica, as mulheres enfrentavam um ambiente social fechado. As identidades das mulheres eram definidas tão estritamente em termos do lar e da família que ‘davam o passo’ e entravam em ambientes sociais em que as únicas identidades disponíveis eram aquelas oferecidas pelos estereótipos masculinos (GIDDENS, 2002, p. 199).

Aqui, pensamos em como a micro e macropolíticas atravessam as relações sociais, de como estruturas atravessam diferentes unidades sociais (como os coletivos) e lhes dão significados. Tendo isso em mente, portanto,

Não basta supor “uma simples - mesmo que ampla- ‘contextualização’ de ações individuais concebidas em termos lógicos”; cumpre “perceber como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, inculcando-lhes significado” (PALMEIRA, 1992, p. 30 *apud* GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 8).

Dito de outro modo, em como as relações entre indivíduos são reflexos de estruturas sociais mais amplas, assim como estas estruturas são modificadas pelas lutas individuais e coletivas. Ou seja,

A uma vertente “microscópica” corresponde, pois, uma outra, de caráter, digamos, “macroscópico”: se, no primeiro caso, tende-se a buscar grupos minoritários ou identidades locais no interior da sociedade abrangente, no segundo trata-se de descobrir um traço, ou um conjunto de traços, que definiria de imediato e de forma global esta sociedade (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 4).

Essas duas vertentes atuam concomitantemente. A perspectiva aqui adotada também é fundamentalmente dialética quanto à análise da opressão e, ao mesmo tempo, da resistência a essa opressão (BREWER, 1989). Destacamos, por fim, como forma de sintetizar

tudo o que aqui foi exposto, alguns princípios organizadores do percurso teórico-metodológico aqui empregado, a fim de que o leitor tenha uma ideia mais solidificada do que pretende esta pesquisa, a saber:

1. Ideias altamente críticas da tradição positivista e da incorporação de críticas enraizadas na sociologia radical, nacionalista negra e feminista. Também se baseia fortemente em paradigmas interpretativos;
2. Incorporação de macro realidades, incluindo na análise os maiores aspectos econômicos, sociais e forças políticas da ordem social;
3. Preocupação com a interação entre a biografia e a conjuntura sócio-histórica;
4. Os delineamentos de intersecções, interações e intertravamentos em vez de dualismos hierárquicos.

Para dar conta dessa abordagem teórico-metodológica, a pesquisa apoia-se, num primeiro momento, na realização de entrevistas semiestruturadas, tomando como base um roteiro com quatro perguntas que versavam sobre a relação das mulheres com a bicicleta, questionando o motivo da escolha por se locomover através deste transporte, as relações estabelecidas com os grupos de ciclismo aos quais fazem parte, as experiências de conflitos vivenciados ao pedalar nas ruas e o tipo de infraestrutura urbana disponível no local onde, porventura, se deram tais acontecimentos. Este roteiro de perguntas foi utilizado como uma espécie de guia nas entrevistas feitas pessoalmente em eventos de cicloativismo aos quais participei, também foi enviado ao grupo de *e-mail* da UCB e aos perfis pessoais de algumas ciclistas integrantes da instituição ou que conheci através do meu acesso aos grupos virtuais no *Facebook* e *Instagram*.

Neste roteiro, eu solicitei que as mulheres integrantes que se disponibilizassem a colaborar com esta pesquisa respondessem aos questionamentos através da gravação de áudios, entretanto, com toda a liberdade a também explorarem outros contextos além dos que estavam expostos nas perguntas. Sete integrantes da UCB de diferentes estados do Brasil, sendo uma delas atualmente residente em Taiwan, me enviaram os áudios com suas respostas por *Whatsapp* e *e-mail*, e com outras três realizei a entrevista presencial (uma, inclusive, residente em Fortaleza) em evento de cicloativismo no Rio de Janeiro. Também recebi por *e-mail* um áudio de uma outra interlocutora do Chile que contatei num evento do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), esta, entretanto não faz parte da UCB. Com outras seis interlocutoras de Fortaleza, as investigações ocorreram através de conversas informais pessoalmente, virtualmente ou de ambas as formas, além de observação-participante em eventos sobre ciclismo promovidos na cidade. Com uma última participante de Brasília, o contato foi feito por *e-mail* já mais próximo da finalização desta pesquisa, a fim de buscar mais dados específicos e necessários a um dos capítulos finais. A conversa com esta última participante se deu de maneira informal, não tendo sido seguido o roteiro de perguntas padrão.

Esta pesquisa, portanto, tem um total de participação de dezoito mulheres cicloativistas de variadas regiões e integrantes de diversos grupos entre associações mistas e exclusivamente femininas, conforme pode-se observar no quadro abaixo que, contém, dentre outras informações, os seus respectivos nomes reais, os quais tiveram sua divulgação autorizada pelas interlocutoras.

Optamos pelo uso dos nomes reais a fim de não deixar sucumbir ou ocultar-se o ativismo dessas mulheres nem os sujeitos dessas ações, tentando fugir um pouco do tão comum anonimato feminino ou sua total ocultação nos registros dos principais acontecimentos históricos. Somente em alguns momentos onde foram observadas que as declarações poderiam de alguma forma comprometê-las ou causar algum descontentamento posterior com a sua divulgação no contexto interpretativo desta dissertação, optamos por ocultar a autoria dos depoimentos.

É importante ressaltar que o quadro que traz informações das interlocutoras trata-se apenas de um recurso visual, mas que nem de longe consegue demonstrar as processualidades envolvidas nas dinâmicas estabelecidas pelo entrecruzamento de todos esses referidos marcadores sociais. Entendemos que “identidade não é um amontoado de cubículos estufados respectivamente com intelecto, sexo, raça, classe, vocação, gênero. Identidade flui entre, sobre, aspectos de cada pessoa. Identidade é um [...] processo” (ANZALDÚA, 1991, p. 252-253, tradução nossa).

TABELA 1 - INTERLOCUTORAS⁹⁵

QT	NOME REAL	IDADE	CIDADE ONDE RESIDE	PROFISSÃO	AUTO - DEFINIÇÃO DE CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA	AUTO - DEFINIÇÃO RACIAL	GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	GRUPOS QUE FAZ PARTE
01	ALINE MONTENEGRO	29	FORTALEZA -CE	PUBLICITÁRIA	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	BIKE ANJO ⁹⁶
02	ALINE OS	43	SÃO PAULO -SP	FOTOGÁFA E EMPRESÁRIA	MÉDIA	NEGRA	MULHER CIS	HÉTERO	CICLOCIDADE ⁹⁷ UCB

⁹⁵ Esta tabela foi pensada como uma forma de apresentação mais geral das interlocutoras desta pesquisa nesse primeiro momento, para situar o leitor com relação ao recorte de participantes aqui utilizado, entretanto as mesmas serão melhor apresentadas, de forma holística, ao longo do texto, quando das suas interlocuções junto às análises das suas experiências, abordadas durante toda esta pesquisa. O intuito dessa tabela não foi, nem de longe, dar conta de toda a diversidade de mulheres participantes, principalmente porque, essas categorias não são estanques, estão em constante relacionalidade e entrecruzamento. Ao longo do texto, tais categorias poderão ser visualizadas de forma mais empírica e interseccional a partir das próprias vivências das participantes nos vários âmbitos dos seus ativismos.

⁹⁶ *Bike Anjo* é uma rede de ciclistas apaixonados pela bicicleta que promove, mobiliza e ajuda pessoas a começarem a utilizar esse veículo nas cidades. Informação disponível em: <https://bikeanjo.org/about/sobrenos/>.

⁹⁷ A *Ciclocidade* é uma associação sem fins lucrativos, que tem como missão contribuir para a construção de uma cidade mais sustentável, baseada na igualdade de acesso a direitos, promovendo a mobilidade e o uso da bicicleta como instrumento de transformação. Informação disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/quem-somos>.

03	AMANDA FERNANDES	32	BELO HORIZONTE (MG) / TAIWAN - ÁSIA	PEDAGOGA E ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE TRANSPORTES	MÉDIA*	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	UCB
04	ANDRÉA BEZZ	29	FORTALEZA -CE	ATENDENTE	BAIXA	PARDA	MULHER CIS	HÉTERO	BIKE ANJO CICLANAS CICLOVIDA ⁹⁸
05	ASPÁSIA MARIANA	35	FORTALEZA -CE	ARTISTA INTERDISCIPLINAR	BAIXA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	CICLANAS CICLOVIDA UCB
06	CATARINA SILVER	N.º ⁹⁹	FORTALEZA - CE	PROFESSORA FOTOGRAFA	BAIXA	NEGRA	MULHER CIS	BISSEXUAL	PEDALZINHO DAS MINA
07	KARLA KIZZY	39	FORTALEZA -CE	EMPRESÁRIA	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	CICLANAS
08	JOYCE COSTA	22	BRASÍLIA - DF	INTERNACIONALISTA	MÉDIA/BAIXA	BRANCA	MULHER CIS	BISSEXUAL	BIKE ANJO RODAS DA PAZ UCB
09	LUANA HOLANDA	39	FORTALEZA -CE	PRODUTORA CULTURAL	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	NÃO FAZ PARTE DE NENHUM GRUPO
10	MARIA ALINE	31	CAMPINA GRANDE -PB	SECRETÁRIA EXECUTIVA	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	BISSEXUAL	BIKE ANJA ¹⁰⁰ NOVOS URBANOS ¹⁰¹ UCB
11	MARINA HARKOT	27	SÃO PAULO -SP	SOCIÓLOGA	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	BISSEXUAL	CICLOCIDADE UCB
12	NILDA SALDAMANO	68	VILLA ALEMANA NA REGIÃO DE VALPARAÍSO - CHILE	POETA EXPERIMENTAL E GESTORA CULTURAL INDEPENDENTE	MÉDIA BAIXA	PARDA	MULHER CIS	HÉTERO	NÃO FAZ PARTE DE NENHUM GRUPO
13	PATRÍCIA SAMPAIO	45	RECIFE - PE	DENTISTA	MÉDIA BAIXA	BRANCA	MULHER CIS	BISSEXUAL	UCB
14	ROBERTA RAQUEL	40	FLORIANÓPOLIS - SC	GEÓGRAFA	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	ACBC ¹⁰² AMOBICI ¹⁰³ UCB
15	SAYURI DANTAS	30	ARACAJU - SE	ARQUITETA E URBANISTA	MÉDIA	PARDA	MULHER CIS	HÉTERO	CICLO URBANO ¹⁰⁴

⁹⁸ A *Ciclovida* atua, desde 2013, pela consolidação da mobilidade urbana via bicicleta em Fortaleza, tendo como propósito a defesa dos direitos dos ciclistas. Nesta perspectiva, procura enriquecer os debates sobre humanização do trânsito, democratização do acesso ao espaço público, a bicicleta como ferramenta de luta feminista, dentre outros. Para isso, promove atividades como palestras e debates, produz conteúdo técnico e contribui, sempre que possível, para difundir essas questões também junto à imprensa. A articulação com o poder público para incentivar boas práticas e políticas de mobilidade também é uma das atividades da associação. Informação disponível em: <https://ciclovida.org.br/a-associacao/>.

⁹⁹ N.I – Não informado.

¹⁰⁰ O Bike Anjas se inspirou no grupo de mulheres de todo país que surgiu após o 2º Encontro Nacional do Bike Anjo (ENBA), em 2015. Recém criado, o grupo pretende unir mulheres em prol da mobilidade através da bicicleta. Informação disponível em: <https://bikeanjas.wordpress.com/sobre/>.

¹⁰¹ Coletivo dos ciclistas urbanos de Campina Grande. Informação disponível em: https://www.facebook.com/pg/novosurbanoscg/about/?ref=page_internal.

¹⁰² Associação de Ciclismo de Balneário Camboriú. Fundada em 2006 por ciclistas locais com o intuito de congrega pessoas e instituições interessadas em melhorar o uso das condições de uso da bicicleta como meio de transporte, lazer e esporte e turismo. Informação disponível em: https://www.facebook.com/pg/ciclismo.acbc/about/?ref=page_internal.

¹⁰³ Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis. Informação disponível em: <https://amobici.org.br/>.

¹⁰⁴ A Associação *Ciclo Urbano*, fundada em 22 de setembro de 2007 é uma associação, sem fins econômicos, sede no Município de Aracaju. Ela tem por finalidade promover à utilização da bicicleta, como também o uso de outras formas de locomoção e transporte a propulsão humana, com integração ao transporte público motorizado, fiscalizando-o e propondo melhorias em sua qualidade e eficiência na cidade de Aracaju.

									UCB
16	TÁSSIA FURTADO	34	PORTO ALEGRE - RS	CICLO MENSAGEIRA	MÉDIA	PARDA	MULHER CIS	BISSEXUAL	ACERGS ¹⁰⁵ BIKE ANJA BIKE ANJO MOBICIDADE ¹⁰⁶ PEDAL DAS GURIAS UCB
17	THAÍS NARCISO	29	FORTALEZA - CE	DESIGNER DE MODA	MÉDIA BAIXA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	VELODELAS
18	VIVIAN GARELLI	25	NITÉRIO - RJ	ANTROPÓLOGA	MÉDIA	BRANCA	MULHER CIS	HÉTERO	BIKE ANJO MINAS NA PIXXTA PEDAL MARAVILHA UCB

*A classe socioeconômica da interlocutora Amanda Fernandes é média conforme padrões de Taiwan e, média baixa, conforme padrões do Brasil.

Foi realizado um acompanhamento esparso nas redes sociais digitais de doze das dezesseis interlocutoras apresentadas, especificamente as que se tornaram minhas amigas virtuais no *Facebook* e *Instagram* ou as que eu sigo no *Twitter*. Utilizei o meu perfil pessoal nas respectivas plataformas digitais propositalmente e fui me deixando ser conhecida por elas também, para além da característica de pesquisadora. Através desse contato virtual, observei suas interações nas redes sociais digitais (*Facebook*, *Instagram* e *Twitter*), especificamente, com relação a situações vivenciadas com a bicicleta nas ruas que foram compartilhados nas suas páginas virtuais, tais como violências diversas ou simplesmente depoimentos de acontecimentos felizes que elas viveram em cima de suas bicicletas.

Também foram observadas as relações travadas entre elas nos espaços institucionais, através do acompanhamento de eventos pessoal ou virtualmente pelas páginas de redes sociais digitais como o *Facebook*. Concedi especial atenção às categorias analíticas mais recorrentes nas narrativas, nas imagens e em outras formas de construção das lutas destas mulheres, através do que eu chamo de *cibercicloativismo*.

Os encontros com as cicloativistas sempre foram atravessados pelas redes sociais digitais. Ora eu as conhecia pessoalmente em eventos que eram divulgados virtualmente e depois fazia amizade com algumas delas também nas redes, ora essas amigas primeiramente se construía no virtual para em seguida efetivarem-se no mundo *offline* e, por fim, outra vezes,

Informação disponível em: https://www.facebook.com/pg/ongciclourbano/about/?ref=page_internal.

¹⁰⁵ Associação de Cegos do Rio Grande do Sul que dentre várias ações, promove o pedal da ACERGS o qual a Tássia participa. Informação disponível em: <https://acergs.org.br/>.

¹⁰⁶ A *Mobicidade* – Associação Pela Mobilidade Urbana em Bicicleta – é uma associação de pessoas que lutam e defendem o desenvolvimento de uma cidade mais humana, focada em políticas públicas que beneficiem não apenas o trânsito de bicicletas, mas todos os modais não motorizados. Informação disponível em: <https://www.mobicidade.org/sobre/>.

continuaram sendo somente virtuais, principalmente, devido à distância impossibilitar encontros presenciais. Entretanto, foram as redes que me permitiram conhecer mais uma gama de mulheres ciclotivistas, que desbravam as ruas e os espaços institucionais do movimento, em várias cidades do Brasil e de outros países.

Além disso, priorizei o acompanhamento esporso de postagens e conversas que perfazem a dinâmica dos quatorze grupos femininos e a associação mista UCB, especificamente o seu GT Gênero, onde a maioria das entrevistadas são integrantes. As outras associações mistas as quais as interlocutoras fazem parte não foram acompanhadas. Segue abaixo um quadro com a distribuição dos grupos observados e suas especificidades, seja através de *sites*, *blogs*, grupo fechado ou página pública no *Facebook*:

TABELA 2 - GRUPOS

QT	GRUPOS	ANO DE ORIGEM	CIDADE	QTD DE MEMBROS	PROPOSTA	SLOGAN
01	AS PEDALEIRAX	2016	FLORIANÓPOLIS-SC	590	“GRUPO CRIADO PARA MULHERES “CIS” E “NÃO CIS” QUE PEDALAM OU QUEREM COMEÇAR A PEDALAR”	“A RODA ATÉ PODE SER FIXA, MAS A MULHER É LIVRE”
02	BICIMANAS	2016	BELO HORIZONTE-MG	691	“MANAS PEDALANDO JUNTAS PELA CIDADE, SUPERANDO MEDOS E FORTALECENDO A AMIZADE”	“DUAS RODAS GIRANDO ABREM CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO, INCLUSÃO E EMPODERAMENTO”
03	BIKE ANJAS	2015	NACIONAL	*	“UNIR MULHERES EM PROL DA MOBILIDADE POR MEIO DA BICICLETA”	“ANJAS PARA QUEM PRECISA”
04	CICLANAS	2015	FORTALEZA-CE	2688	“MULHERES QUE USAM OU PRETENDEM USAR A BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE”	“MULHERES DE BICICLETA NO TRÂNSITO DE FORTALEZA”
05	CÍCLICAS	2011	PORTO ALEGRE-RS	89	“INSPIRADAS POR OUTROS COLETIVOS, ONDE TENTAMOS MOSTRAR QUE NEM POR SER MULHER E NEM POR ANDAR DE BICICLETA SOMOS SINÔNIMOS DE FRAGILIDADE”	“PEGAR NO ROSTO O ÚLTIMO VENTO DO VERÃO”
06	LA FRIDA BIKE	2015	SALVADOR-BA	**	“CICLOATIVISMO FEMININO NEGRO. POEME-SE, (LOU) CURE-SE NO LA FRIDA”	“PRETA, VEM DE BIKE”
07	MENINAS AO VENTO	2011	SALVADOR-BA	626	“GRUPO ORGANIZADO PARA ESTIMULAR MAIS MULHERES A USAR A BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE”	“QUANTO MAIS PESSOAS PEDALAREM, MAIS SEGURO E TRANQUILO FICARÁ O TRÂNSITO, E A CIDADE MAIS SOCIÁVEL”
08	MINAS NA PIXXTA	2016	RIO DE JANEIRO-RJ	298	“PARA CICLISTAS DA SELVA DE PEDRA FLUMINENSE “HOMENS TRANS” E “MULHERES CIS” E “TRANS” SÃO BEM-VINDOS”	“DESBRAVAR A CIDADE DE BIKE É FEMINISMO SIM, VAMOS NOS EMPODERAR”
09	PEDAL DAS GURIAS	2016	PORTO ALEGRE-RS	3.369	“MULHERES COLORIDAS, ELOS QUE FORMAM UMA CORRENTE DE AMIZADE, AFETO, EMPODERAMENTO E SORORIDADE”	“PEDALE COMO UMA GURIA”
10	PEDAL MARAVILHA	2016	NITERÓI-RJ	***	“TRANSFORMAR PERCEPÇÕES SOBRE O UNIVERSO FEMININO”	“MULHERES COM O DESEJO DE MUDANÇA”
11	PEDALINAS	2009	SÃO PAULO-SP	887	“CRIAR UM ESPAÇO PARA A TROCA DE EXPERIÊNCIAS, REALIZAÇÃO DE OFICINAS, INCENTIVO E AUXÍLIO ÀS NOVAS E FUTURAS CICLISTAS”	“UM USO DAS RUAS QUE RESPEITE AS DIFERENÇAS DE GÊNERO”
12	PEDALZINHO DAS MINAS	2016	FORTALEZA-CE	708	“REUNIR MULHERES PARA PEDALAR PELA CIDADE”	“TORNANDO A CIDADE TAMBÉM NOSSA, OUVINDO UM SOM LEGAL E CONHECENDO NOVAS PESSOAS”

13	SAIA NA NOITE	1992	SÃO PAULO-SP	91	“GRUPO DE MULHERES COMUNS QUE SE JUNTAM ATRAVÉS DA BICICLETA”	“PASSEIO DE BICICLETA PARA MULHERES”
14	VELODELAS	2016	FORTALEZA-CE	56	“APRESENTAR A PROPOSTA ESPORTIVA DA MODALIDADE PARA AS MULHERES”	“VAI TER MULHER NA PISTA PASSANDO POR UM MONTE DE LUGAR PRA SE DIVERTIR, SIM SINHÓ”

*O *Bike Anjas* é um grupo formado apenas por mulheres que surgiu a partir do *Bike Anjo* (este misto) e, como é de caráter nacional, existem em vários estados do Brasil, não sendo possível fazer parte de cada “filial” dessas, para esta análise, acompanhamos apenas o grupo de São Paulo que foi o primeiro a fazer esta versão feminina e é um dos mais ativos, possuindo atualmente, 81 membros.

**O *La Frida Bike* não tem um número específico de membros, já que não tem grupo fechado no *Facebook*, apenas páginas públicas e, como o objetivo principal são os pedais e as oficinas de criação de *bikes* visando o empreendedorismo da mulher negra, costuma sempre ter muita rotatividade entre as participantes.

***Não foi possível contabilizar o número de integrantes do *Pedal Maravilha*, pois não existe grupo fechado no *Facebook*, as discussões se dão através de página pública na referida rede social.

Também foram analisadas as notícias da *internet* acerca das experiências de oito mulheres cicloativistas residentes em outras partes do globo e que ganharam destaque nas mídias digitais pelo trabalho desenvolvido com o uso da bicicleta, a fim de verificar quais os links que interconectam suas experiências com as analisadas no Brasil e América Latina.

Integrado a isso, esta pesquisa também utilizou-se de observação-participante *online* e *offline* em eventos-chave de cicloativismo, de caráter nacional e internacional, com o intuito de ter uma compreensão mais ampliada acerca do entrelaçamento de experiências das mulheres cicloativistas de diversas regiões em âmbito nacional e internacional que passam a conviver juntas por alguns dias de evento, acompanhando suas discussões e impressões nos debates, além de observar os comportamentos, as ações, as maneiras como elas conectam-se, formando laços a partir da bicicleta, mesmo sendo de países diferentes. Os eventos acompanhados foram o *Bicicultura*¹⁰⁷, o *100 Gurias 100 medo*¹⁰⁸, o *Fórum Mundial da*

¹⁰⁷ Conforme site da UCB, o *Bicicultura* – Encontro Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta e Cicloativismo – é um encontro anual, organizado pela sociedade civil, para celebrar e impulsionar a cultura da bicicleta como meio de mobilidade nas cidades brasileiras. É um espaço para o convívio, compartilhamento de conhecimento e formação de alianças entre ciclistas, cicloativistas e todos os entusiastas e interessados, de todos os setores sociais, na democratização urbana, na sustentabilidade ambiental e na qualidade de vida que a bicicleta proporciona. Informação disponível em: <http://www.uniaodeciclistas.org.br/atuacao/bicicultura/>.

¹⁰⁸ Conforme a página oficial do evento no *Facebook*, “o evento é voltado para mostrar que as ciclistas do Brasil estão unidas em prol de um país com mais qualidade na mobilidade e respeito para as mulheres (*cis* e não *cis*). A edição inaugural de *100Gurias100Medo* ocorreu nos dias 26 e 27 de Novembro de 2016, em Porto Alegre/RS, criada e organizada pelas *As Pedaleirax* (Florianópolis/SC) e *Pedal das Gurias* (RS), sendo o primeiro encontro nacional de ciclistas mulheres que se tem notícia. Muito se discutiu e a maior necessidade também representa o maior desafio: criar uma sinergia entre as mulheres (*cis* e não *cis*) que pedalam no Brasil para que conectadas, uma represente as outras e todas possam ajudar a criar uma sociedade mais igualitária. As trocas proporcionadas pelo evento geraram uma onda de empoderamento e sororidade, nos convencendo que é possível sim repensar nossas cidades a fim de fomentar a segurança e a independência da mulher. Sabemos que juntas podemos e faremos. A segunda Edição do *100Gurias100Medo* ocorreu em Florianópolis, nos dias 15, 16, 17 e 18 de junho/2017 com uma programação de tirar o fôlego! Palestras, Oficinas, Rodas de Conversa, Lançamento Nacional do Doc. *Ovarian Psychos*, Primeiro Pedal volta à Ilha exclusivamente feminino, *Velofesta*, *Feirinha*, *Defesa Pessoal e Bike Polo*! Em 2018 o Festival ocorreu no Rio de Janeiro e a cada ano ocorre em uma região diferente com

*Bicicleta*¹⁰⁹ e o *Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências do 8º Fórum Mundial da Bicicleta*¹¹⁰. Algumas características foram observadas com relação a esses eventos, como por exemplo, quem são os organizadores desses eventos e quais são os seus antecedentes sociais/raciais, a fim de conduzir a pesquisa sem perder de vista a lente analítica interseccional.

Com o intuito de traçar um caminho de imersão nessas experiências cicloativistas, fui me deixando conduzir pelo objeto, “ser afetada”, uma peculiaridade da Antropologia a partir da prática etnográfica. Podemos dizer até que a etnografia vai além de somente uma maneira de se fazer antropologia, já que

A etnografia é a ideia mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria - eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos -, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação (PEIRANO, 2014, p. 380).

Favret-Saada nos ensina a “fazer da ‘participação’ um instrumento de conhecimento” (2005, p. 157) e é a isso que se propõe a etnografia, a uma aceitação em fazer parte, em ser conduzido, em *ser afetado*. Esta pesquisa é, antes de qualquer coisa, uma experiência de imersão, em que os afetos conduzem o conhecimento e o processo de escrita. Esse processo de afetação, não tem nada a ver com empatia, nem no sentido de colocar-se no lugar do outro, nem muito menos como uma característica de “instantaneidade da comunicação, na fusão com o outro que se atingiria pela identificação com ele” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159), mas

É justamente porque não se está no lugar do outro que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá, e quais “sensações, percepções e pensamentos” ter-se-ia então. (...) Se afirmo que é preciso aceitar ocupá-lo, em vez de imaginar-se lá, é pela simples razão de que o que ali se passa é literalmente inimaginável, sobretudo para um etnógrafo, habituado a trabalhar com representações: quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los. (...) Ocupar tal lugar

o objetivo de se espalhar por todo o Brasil”. Informação disponível em:

https://www.facebook.com/pg/100gurias100medo/about/?ref=page_internal.

¹⁰⁹ O *Fórum Mundial da Bicicleta* é um evento horizontal, de cicloativismo, discussão sobre a mobilidade por bicicleta e sobre o planejamento das cidades pelas pessoas e para as pessoas. Segundo os idealizadores, o FMB surgiu em resposta a um atropelamento intencional contra os participantes da Massa Crítica (bicicletada) de Porto Alegre que ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2011. O ocorrido foi registrado em vídeo gerando manifestações de solidariedade em diversas cidades do mundo e fomentando a discussão sobre a violência no trânsito. A primeira edição ocorreu exatamente na data do 1º aniversário do atentado. Possui uma programação diversificada que inclui painéis de discussão formados por convidados de diferentes países que fazem a diferença em suas áreas de atuação e vão expor suas ideias e experiências; oficinas auto gerenciadas; atividades culturais com exposições, exibição de vídeos e apresentações artísticas e pedaladas de caráter variado. Além da discussão, o FMB se propõe a fortalecer as redes de contato entre os participantes de várias cidades e países. Estimular mudanças permanentes à cidade sede. Disponibilizar vivências e oficinas práticas permitindo assim mudanças pessoais imediatas. Informação disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum_Mundial_da_Bicicleta.

¹¹⁰ Tratou-se de uma reunião de experiências e colaboração de mulheres de lugares diferentes da América latina, com diversas atividades que objetivavam explorar o protagonismo feminino dentro do âmbito do 8º Fórum Mundial da Bicicleta, ocorrido em Quito, no Equador, em 2019.

(...) não me informa nada sobre os afetos do outro; ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens, sem contudo instruir-me sobre aquele dos meus parceiros. (...) o próprio fato de que aceito ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica com os “nativos”: uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).

É nesse sentido que a pesquisa também se delinea, como um resultado da participação da pesquisadora no compartilhamento de experiências junto a essas mulheres, que são sujeitos dos acontecimentos travados no seio do movimento cicloativista. Sendo chamada a ocupar esse lugar, fui partícipe nas aprendizagens coletivas, nas aulas de mecânica básica de bicicleta, nas conversas via *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp* ou nos eventos em que nos encontrávamos. Os episódios aos quais participei com elas ou acompanhei virtualmente, as suas narrativas nas conversas que tivemos, assim como as imagens e as reivindicações postadas em seus perfis de *Facebook* me diziam muito mais quem eram essas mulheres, do que qualquer entrevista que eu tenha feito com elas, direcionando o tema.

Até o roteiro de entrevistas preparado sofria, na maioria das vezes, desvios quando eu me encontrava com elas. Eu sempre apresentava o roteiro de entrevista como uma forma de direcionamento, mas o intuito era que elas me relatassem suas experiências com a bicicleta de forma bastante livre. Acredito que isso fez com que o conhecimento viesse de forma mais independente de entrevistas bem elaboradas, por conversas muitas vezes informais e sem anotações imediatas, apesar de também ter feito o uso de áudios de respostas mais estruturadas dentro do que era perguntado, que foram enviados por algumas dessas mulheres através das mídias digitais. Eu estava aberta ao campo e sentia que ele cada vez mais se abria para mim, na medida em que eu não impunha pretensões ou regras. Sempre que eu tentava ir pelo caminho das imposições de perguntas as coisas pareciam não fluir. Passei a perceber que realmente o caminho de ser também uma integrante, uma participante, de ir aos eventos, me trazia muito mais proximidade e acolhimento. Pedalar ou estar com elas, seja em alguns encontros nas ruas, nas atividades promovidas por elas ou até mesmo nas redes digitais, foi a minha maior base metodológica. Ser amiga virtual de muitas delas utilizando meu perfil pessoal de *Facebook* e *Instagram*, entendendo como era a rotina delas, mas também me deixando ser conhecida por elas, foi um processo de descortinamento de qualquer ocultação sobre quem é a pesquisadora que anda a “sondar” a vida dessas cicloativistas.

Os *posts* delas no *Facebook* ou *Instagram* me traziam afetos diversos, seja de admiração, coragem, ou tristeza pelas dificuldades enfrentadas. Então, eu me permiti conduzir, ser afetada, emaranhar-me nessa malha social.

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não

acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Realizar esta pesquisa foi um desafio e tanto, que me impôs a assumir riscos, mas também que no fim das contas, me presenteou com a possibilidade de conhecer os sujeitos para além de meros objetos representativos, ampliando o alcance das minhas perspectivas que, de outro modo, talvez fosse mais vaga ou inexistente. Através de uma análise micro e macrosociológica entrelaçada, pude compreender os caminhos que se espraiam nas mais diversas direções, apresentando como a cena cicloativista se desdobra formando uma rede de relações para além dos agentes que a compõem.

O que hoje me permite escrever esta pesquisa é, principalmente, uma mudança de postura frente a um “objeto não-objetificado”, no sentido de me colocar como ouvinte e participe, de convidá-las a contar sobre suas histórias na perspectiva de compartilhar conhecimento, entendendo que este é formado pelos mais diversos saberes e não só pelo científico. A pesquisadora sai do alto do seu pedestal de detentora da verdade e do conhecimento e permite-se aprender outros saberes que, por muitas vezes, também foram saberes científicos dessa e de outras áreas. As linhas da vida de cada interlocutora misturam-se com as linhas que agora escrevo enquanto pesquisadora, nenhuma delas se sobrepõe às outras, é tudo uma grande construção e o resultado disso tudo é embebido de afetos. Os afetos aqui são as ferramentas científicas da pesquisa.

A abordagem aqui utilizada produziu essa afetação já que o intuito foi pesquisar os mundos sociais dessas mulheres a partir da relação construída com elas nas ruas, nos espaços institucionais e nas redes. É sob uma perspectiva relacional entre pesquisadora e interlocutoras que todas as reflexões se engendram e, conseqüentemente, o campo também é afetado pela presença da pesquisadora que, com suas reflexões e questionamentos também provoca mudanças nas narrativas, impressões e sentimentos. Esta pesquisa só seria possível assim, relacionalmente, já que todas as reflexões acerca das experiências são experimentadas diferentemente por cada pessoa e nenhum pensamento é justificado como superior a outro, nem mesmo o da pesquisadora, sendo, portanto, necessário a partilha dessas reflexões em conjunto para que a pesquisa fosse gerada.

O campo relacional perpassa todos os aspectos desse trabalho, desde a relação estabelecida entre pesquisadora e interlocutoras, passando pela metodologia e, culminando na escrita de um texto que reúne uma pluralidade de vozes, narrativas, imagens, vídeos, sentimentos, acontecimentos e percepções. Aqui, o material e o digital são partes do mesmo ambiente, já que no mundo contemporâneo boa parte da vida social mistura-se ao mundo digital,

uma espécie de espaço híbrido. As ações vivenciadas no mundo real, ao serem compartilhadas nas redes sociais digitais, deixam de ter uma instância particular para assumir uma reconfiguração coletiva que estará sujeita às mais diversas influências e, também influenciará diversos outros sentimentos e percepções (CASTELLS, 2017; RECUERO, 2009; SANTAELLA, 2010; FALKHEIMER & JANSSON, 2006; ADAMS, 2009; RHEINGOLD, 1995; BOYD & ELLISSON, 2007; WASSERMAN & FAUST, 1994; DEGENNE & FORSE, 1999). O que acontece localmente no espaço das ruas é incorporado às redes sociais digitais e, então, movem-se e tecem-se diferentes relações e conexões entre as pessoas a partir desse *habitus* compartilhado (BOURDIEU, 1996), construindo, através disso, a rede cicloativista.

As tecnologias digitais acabam por permitir esse entrelaçamento entre diferentes formas de presença e de conexões que, normalmente, envolvem diferentes maneiras de sentir o ambiente em que estamos. E é a serviço dessa compreensão que a pesquisa se concentra, tentando entender como essa cena cicloativista vai sendo construída pelo mundo material, digital e sensorial a partir de um olhar sociológico *online* e *offline*, que vai se deixando levar pelas “redes de indignação e esperança”, tal qual explana Manuel Castells (2017), observando as experiências de violências, mas também de solidariedade vividas pelas interlocutoras e compartilhadas nas suas redes digitais através de seus perfis pessoais ou nos grupos cicloativistas aos quais fazem parte e que a pesquisadora participa como integrante. Entretanto, foi dada a devida atenção ao aspecto que a antropóloga Sarah Pink (2016) ressalta com relação a um olhar que, apesar de ser voltado por vezes ao campo digital, não é centralizado somente nele, pois é preciso ter-se em mente que “mesmo quando eles são conduzidos principalmente *online*, relacionamentos não podem ser puramente digitais, portanto, precisamos olhar para além do digital para entender como eles são executados” (2016, p. 10 – tradução nossa)¹¹¹. Mantendo o digital sob uma perspectiva relacional com outros elementos da pesquisa é possível entendermos o digital como parte de algo mais amplo ao invés de trazê-lo para o centro do trabalho, dando um foco principal nele (PINK, 2016). As redes sociais digitais aqui são apenas conducentes de um processo social maior e real, permitindo essa percepção da amplitude do processo à uma esfera transnacional.

Essa dissertação é dividida em quatro capítulos que visam uma compreensão acerca do desenvolvimento das dinâmicas que perfazem a cena cicloativista feminista no cenário contemporâneo. Para isso, faz-se primordial construir uma análise que compreenda como se dão os processos de *opressões*¹¹², *resistências* e *sororidades* vivenciadas pelas mulheres

¹¹¹ Todas as outras traduções de citações trazidas ao longo desta pesquisa são de autoria da pesquisadora.

¹¹² Entenda-se que o termo *opressão*, apesar de, nesse parágrafo, estar assumindo uma característica

cicloativistas nas ruas, nos espaços institucionais e nas redes sociais digitais, sob uma perspectiva local, translocal e transnacional/ virtual.

O primeiro capítulo, intitulado “**Cicloativismo Feminista e Ecofeminismo**”, traz para o centro da discussão uma das principais características observadas do movimento cicloativista e que, por sua vez, também o diferencia de outros movimentos sociais contemporâneos: o seu caráter ecofeminista. Aqui pretende-se demonstrar a relação entre mulheres e natureza, mas também destacando os aspectos culturais dessa relação e como, através da bicicleta, além de pautas voltadas ao espaço urbano, existem reivindicações muito peculiares e um esforço coletivo dessas mulheres ligado à preservação ambiental, diante de um contexto contemporâneo de destruição e exploração desmesuradas da natureza. Além disso, também é destacada a proximidade que algumas cicloativistas procuram ter com a prática do veganismo, além da relação estabelecida com outros movimentos sociais intimamente ligados à pauta ambiental como o movimento indígena, por exemplo. Também é ressaltado como a mobilidade por bicicleta pode ser uma poderosa aliada na solução das questões climáticas urgentes, colaborando com o desenvolvimento sustentável do planeta. Para isso, damos destaque ao subtítulo “A Bicicleta, o Veganismo e o Envolvimento com Outros Movimentos Sociais: Práticas Ecofeministas dentro do Cicloativismo Feminista”.

Tendo sido explicitada, na introdução e capítulo um, toda a contextualização em que insere-se o cicloativismo feminista contemporâneo, ressaltando as suas principais características, estas alinhadas tanto ao feminismo contemporâneo como ao ecofeminismo, os principais pilares de sustentação que aliam-se à mobilidade urbana por bicicleta ressaltada no ativismo de mulheres no atual contexto contemporâneo, o segundo capítulo intitulado “**Cenas Locais - Violências, Resistências e Sororidades**”, visa aprofundar as dinâmicas desse movimento e como toda essa relação entre mulheres, bicicleta e ativismo vai sendo construída e moldada a partir de experiências concretas e cotidianas. Neste capítulo é apresentado um

generalizante das diferentes formas de inferiorização por que passam as mulheres, ele sozinho não dá conta de todas as especificidades negativas que atingem as mulheres, já que estas modificam-se conforme o local e o momento histórico em que ocorrem. Existiram momentos em que as mulheres não só foram vítimas de uma sujeição forçada (opressão), conforme situações de classe, raça, etc., mas também foram sujeitos e agentes na estruturação da sociedade patriarcal, como veremos mais adiante. Ou seja, aceitaram a condição de inferioridade imposta pelos homens em troca de proteção e privilégios, principalmente as mulheres que eram ligadas à elite, o que Gerda Lerner chama de “dominância paternalista”. Nessa situação, o termo *subordinação* se mostra mais adequado, já que não foi tão somente uma sujeição forçada, mas um certo conluio entre o dominante e a subordinada, uma relação que para algumas mulheres foi uma maneira de conseguir algumas vantagens na busca pela liberdade. Já em outro contexto, quando por exemplo, mulheres eram segregadas por sexo em seus empregos, o que percebemos é a *privação* em âmbito econômico. Portanto, no decorrer do texto, conforme a situação apresentada, as formas de sujeição femininas serão descritas como *opressão*, *subordinação* ou *privação*. Tomando como base que a experiência social feminina é diferente da masculina e, que dentro do próprio universo feminino, cada mulher se diferencia e tem suas especificidades, é imprescindível que o *status* assumido por elas em cada contexto social vivenciado também seja minuciosamente ressaltado e diferenciado (LERNER, 1986).

panorama geral das violências, resistências e sororidades vivenciadas cotidianamente pelas mulheres cicloativistas em suas localidades específicas individualmente ou no interior dos grupos cicloativistas que passam a fazer parte, ressaltando o entrelaçamento entre violência urbana, de trânsito e de gênero, também enfatizando o aspecto interseccional dessas violências em que se destaquem os marcadores sociais de classe, raça, idade, etc., na rotina das ciclistas ao pedalar nas ruas das grandes cidades. Também é analisado o processo de construção do que denominamos de “corpo político feminista sobre duas rodas”, ou seja, como que uma ciclista passa a ser considerada “cicloativista” e todos os desdobramentos a que isso se vincula.

Além disso, também é feita uma discussão acerca da relação entre corpo e poder, a fim de compreender como o *empoderamento* atravessa esse corpo feminino que desliza nas ruas sobre duas rodas, ou seja, como o empoderamento é incorporado por essas mulheres junto às suas bicicletas. Soma-se a esta análise, uma abordagem acerca da relação entre o tipo de bicicleta e todos os seus componentes (como o capacete, por exemplo) e as mulheres que os utilizam, a ser melhor aprofundada no capítulo 5, dando ênfase ao marcador de classe como um importante componente que se apresenta diante dessa relação. Para este capítulo, são abordados os temas: “A Violência das Ruas e As Mulheres”; “A Violência de Gênero”; “As Violências sob uma perspectiva interseccional”; “Formas de Resistência”; “As Formas de Resistência Individuais”; “O que torna a *bike* um instrumento de luta feminista? ”; “Deslizando entre Corpo e Poder: *Empoderamento* e o pedalar na rua”; “Os Corpos Políticos Feministas e a Construção da Sororidade”;

O terceiro capítulo “**Cenas Translocais e Transnacionais/ Virtuais: Os Eventos Nacionais e Internacionais de Cicloativismo**” demonstra, a partir da observação dos eventos-chave de cicloativismo nacionais e internacionais, pessoal e virtualmente, como o ativismo feminista das cicloativistas estabelece-se a nível translocal e transnacional/ virtual. Também são observadas, sob o ponto de vista da interseccionalidade, quem tem acesso a esses eventos e grupos, pois mesmo que se parta do pressuposto que esses eventos e grupos sejam “abertos a todos”, certamente existem alguns limites que podem excluir mulheres negras, de baixa renda e transexuais, por exemplo. Por isso, são também discutidos quais são esses limites. Para tanto, abordamos: “Cenas Translocais no Brasil: O Bicultura e o Festival 100 Gurias 100 Medo”; “Cenas Transnacionais na América Latina: O Fórum Mundial da Bicicleta e o I Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências”; “O Campo Institucional e o Subcampo Alternativo no Contexto Cicloativista”.

O quarto capítulo “**Outras Conexões Da Cena Cicloativista Feminista Contemporânea**” objetiva trazer outras experiências de ativismo feminista através da bicicleta vivenciados em outros países além do contexto da América Latina, ressaltando ainda mais o

caráter transnacional do movimento, a partir da verificação de alguns *links* que interconectam cicloativistas de diversas regiões do mundo, a partir de variadas experiências com a bicicleta. Através da observação de opressões, resistências e sororidades vivenciadas dentro do âmbito de cada cultura, procuramos observar aspectos dessas experiências cicloativistas que interligam-se em níveis locais e globais, por meio do tópico “Nem Começo Nem Fim, Sempre Um Meio: Outros Ecos de um Cicloativismo Feminista”. São abordadas as relações entre os ativismos de mulheres no Iêmen, no Afeganistão, no Paquistão, na Arábia Saudita, em Gana (África), em Washington (EUA), no México e em Los Angeles (EUA).

O quinto e último capítulo intitulado “**As Bicicletas e as Mulheres em Rede: Corpos Políticos Feministas Ciborgues?**” visa demonstrar que dentro da relação entre essas mulheres e a bicicleta existe uma simbiose, onde a agência e o ativismo não só vêm da parte humana da relação (as mulheres), mas também dos objetos (a bicicleta e os equipamentos que a compõem). Tomando como base teórica uma Antropologia Simétrica e uma Antropologia dos Novos Materialismos, buscamos demonstrar como mulheres (humanos), objetos (bicicleta) e seu entorno (cidade, natureza, animais e outros humanos) estão em uma constante relação onde a agência não é uma exclusividade humana. Objetos como a bicicleta e equipamentos como os de ciclismo podem influenciar muito diretamente nas relações que essas mulheres cicloativistas experimentam ao pedalar nas ruas. Além disso este capítulo tem por objetivo esclarecer que o cicloativismo feminista localiza-se num espaço intermediário que comunga tanto aspectos ecofeministas e, portanto, mais próximos da natureza, quanto aspectos bastante urbanos, culturais, tecnológicos, por estar inserido no cerne da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2009) e, todas essas relações contribuem para que esse corpo político feminista seja um corpo político feminista ciborgue.

CAPÍTULO 1 - CICLOATIVISMO FEMINISTA E ECOFEMINISMO

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) demonstraram que, em julho de 2019, cerca de 2.254,9 km² de uma das principais áreas florestais do mundo, a Amazônia, sofreram desmatamento no Brasil. O número fica ainda mais alarmante quando comparado com os dados do mês de julho do ano de 2018, que somava 596,6 km², ou seja, em um ano o desmatamento cresceu assustadoramente 278%. Em junho de 2019 houve uma área em alerta de desmate 90,8% maior do que o mesmo período no ano passado e, este índice cresceu 34% se compararmos com a porcentagem verificada no mês de maio de 2019 e de 2018¹¹³. Marcio Astrini, coordenador do *Greenpeace*¹¹⁴, em entrevista ao *site* G1, afirmou que o desmatamento da Amazônia é motivado pela exploração em grande escala dos grileiros e que, inclusive, atingem fortemente as terras indígenas. O aumento exponencial do desmatamento na área se deu, principalmente, na observação dos ambientalistas, devido ao encorajamento disseminado pelo próprio presidente atual do Brasil, Jair Bolsonaro que, em vários de seus depoimentos, defende a exploração econômica da Amazônia desde a sua campanha presidencial:

O senhor presidente da França [Emmanuel Macron], a senhora Merkel [chanceler da Alemanha] queriam que eu voltasse para cá [depois da reunião do G20], demarcando mais 30 reservas indígenas, ampliando reservas ambientais. Isso é um crime. Só de reserva indígena já temos 14% tomados aqui no Brasil. Na Reserva Ianomâmi, são 9 mil índios e tem o dobro do estado do Rio de Janeiro. É justo isso? Terra riquíssima. Se junta com Raposa Serra do Sol é um absurdo o que temos de reservas minerais ali. Estou procurando o primeiro mundo para explorar essas áreas em parceria e agregando valor. Por isso, a minha aproximação com os Estados Unidos¹¹⁵.

Tais depoimentos surtem um efeito bastante negativo nas reservas ambientais que já são exploradas por madeireiros e que agora se sentem ainda mais confortáveis para cortar as árvores responsáveis por filtrar toda a poluição produzida pelos humanos. Além disso, outro dado importante é com relação ao aquecimento global. Conforme relatório do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*¹¹⁶) de 2019, responsável por compilar e analisar

¹¹³ Informações retiradas do *site*: <https://oglobo.globo.com/sociedade/alertas-do-inpe-sobre-desmatamento-na-amazonia-crescem-278-em-julho-23857095>.

¹¹⁴ *Greenpeace* é uma organização não governamental ambiental com sede em Amsterdão, nos Países Baixos, e com escritórios espalhados em mais de 41 países. Atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com campanhas dedicadas às áreas de florestas (Amazônia no Brasil), clima, nuclear, oceanos, engenharia genética, substâncias tóxicas, transgênicos, agrotóxicos e energia renovável. A organização procura sensibilizar a opinião pública através de atos, publicidades e outros meios. Sua atuação é baseada nos pilares filosófico-morais da desobediência civil e tem, como princípio básico, a ação direta pacífica. Informações retiradas do *site*: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Greenpeace>.

¹¹⁵ Informações retiradas do *site* Agência Brasil em notícia do dia 27/07/2019: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-07/bolsonaro-diz-que-busca-parceria-internacional-para-gestao-da-amazonia>.

¹¹⁶ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido pela sigla IPCC é uma organização

as mais recentes descobertas científicas acerca do aquecimento global, ratifica a necessidade urgente em frear o aquecimento do planeta em até 1,5°C e, para alcançarmos esse objetivo, a Amazônia, uma das áreas que mais está sendo desmatada, apresenta-se como um dos nossos maiores potenciais. O relatório foi coordenado por mais de 100 especialistas de 52 países, a maioria deles em subdesenvolvimento. Alguns destaques contidos no relatório foram publicados no *site* G1¹¹⁷:

O aumento da temperatura global nas áreas continentais é mais alto do que o aumento da temperatura média na Terra; enquanto nosso planeta está cerca de 1°C mais quente, nos continentes onde os humanos vivem o aumento já atingiu de 1,4°C a 1,5°C; O relatório deixa claro que é inviável a meta de não passar dos 1,5°C sem forte sequestro de carbono, uma tarefa importante que envolve as florestas tropicais, como a Amazônia; Se o desmatamento na Amazônia atingir 40% da floresta, chega-se a um ponto irreversível tanto para barrar o aquecimento global quanto para a sobrevivência do ciclo da floresta como é hoje; As emissões dos gases de efeito estufa relacionadas à agricultura, florestas (desmatamento, principalmente) e outros usos do solo representam 22% do que é liberado no mundo.

Toda essa destruição das áreas verdes não só da Amazônia, que é uma das principais, mas também de outras florestas do mundo, trazem consequências desastrosas para a vida de todos do planeta.

Outro alerta importante que consta no relatório é em relação à necessidade de se diversificar a dieta alimentar para reduzir as emissões, já que o estudo aponta que, até 2050, as 10 bilhões de pessoas no mundo enfrentarão dificuldades para conciliar produção de alimentos e energia suficientes. Conforme o jornal *El País*,

O IPCC observa que “dietas equilibradas”, baseadas em alimentos de origem vegetal, como cereais secundários, grãos, frutas e verduras, são benéficas para a luta contra a mudança climática. Incluem-se também alimentos de origem animal, mas produzidos de maneira sustentável, com baixas emissões. “Algumas opções dietéticas exigem mais terra e água”, disse Debra Roberts, uma das cientistas que coordenaram o estudo, “e provocam mais emissões de gases”¹¹⁸.

Além de diversificar, também é imprescindível não desperdiçar. O estudo do IPCC ressalta, por exemplo, que o desperdício de alimentos é responsável por entre 8% e 10% de todas as emissões de gases de efeito estufa produzidos por humanos. Conforme os especialistas da ONU, entre 25% a 30% do total de alimentos produzidos no mundo é desperdiçado. Tudo isso contribui diretamente para a poluição do meio ambiente e o aumento do aquecimento global

científico-política criada em 1988 no âmbito das Nações Unidas (ONU) pela iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Informações retiradas do site:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Painel_Intergovernamental_sobre_Mudan%C3%A7as_Clim%C3%A1ticas.

¹¹⁷ Inserir endereço do site

¹¹⁸ Informações disponível no site:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/07/internacional/1565193502_273906.html.

que, por sua vez, fecha o ciclo de destruição com consequências drásticas para todo o mundo.

Ao avaliar os impactos da desertificação e da escassez de água, o relatório aponta que 8% das terras no Brasil já sofrem alguma forma de degradação relacionada. Na Caatinga, a estimativa é de 50% da área; No Brasil, o aquecimento pode reduzir as safras de milho em 5,5% a cada grau Celsius de aquecimento. Nos EUA, esse percentual pode chegar a 10,3%¹¹⁹.

Dentro desse rol de contribuintes para o grande impacto negativo ao meio ambiente, temos como um dos grandes vilões: os transportes motorizados, em especial os carros (que existem em um número cada vez mais crescente), aqueles que dependem de combustíveis fósseis, energias não-renováveis como o petróleo, o carvão mineral e o gás natural, para funcionar. Estas fontes de energia são limitadas e demoram milhões de anos para se formar. Conforme dados publicados pelo *site Empresa de Pesquisa Energética*, baseados na Matriz Energética do Brasil e do mundo, o país consumiu 56,5% de energias não-renováveis no ano de 2016 enquanto o mundo inteiro consumiu 86% dessas energias no mesmo ano. As fontes de energia não-renováveis são as maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa¹²⁰.

As consequências são bem graves do ponto de vista ambiental devido à quantidade excessiva desses poluentes que o carro descarta no ar.

Os métodos utilizados hoje para produzir energia, em sua crescente maioria, esgotam os recursos e contaminam o ambiente. Ao ritmo atual de sua utilização, o carvão, o petróleo, o gás natural e o urânio serão consumidos dentro do horizonte de tempo de três gerações, e até lá terão transformado tanto o ser humano quanto sua atmosfera de forma definitiva. Para transportar uma só pessoa em um Volkswagen por uma distância de 500 km, são queimados os mesmos 175 kg de oxigênio que um indivíduo respira em todo o ano. As plantas e as algas reproduzem oxigênio suficiente para os três bilhões de seres humanos que existem. Mas não podem reproduzi-lo para um mundo automobilizado, cujos veículos queimam, cada um, pelo menos 14 vezes mais oxigênio do que queima um indivíduo (LUDD, 2005, p. 35).

Clarisse Linke, diretora executiva do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil), em uma palestra proferida para o *TEDx Talks Rio* em dezembro de 2014, afirma que “o Brasil já é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa no mundo e, nos próximos 15 anos, a gente vai emitir 60% mais gases em função do transporte”. Isso porque, apesar desses números alarmantes, o Brasil ainda tem uma taxa de motorização baixa se comparada com as de outros países. O número de carros a cada mil habitantes no Brasil é três vezes menor do que a média na Europa, o que significa que o país apresenta um grande potencial para o mercado automobilístico, tornando a superação dos efeitos nocivos ao meio

¹¹⁹ Informações retiradas do site: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/08/relatorio-do-ipcc-diz-que-aquecimento-global-pode-reduzir-safras-e-alerta-para-conservacao-de-florestas-tropicais.ghtml>.

¹²⁰ Informações retiradas do *site*: <http://epe.gov.br/pt/abcedenergia/matriz-energetica-e-eletrica>.

ambiente ainda mais difícil¹²¹.

Todo esse cenário de poluição atinge diretamente as pessoas. Para termos uma ideia, em notícia recente publicada pelo *site* G1, de acordo com o estudo “Saúde Brasil 2018” produzido pelo Ministério da Saúde, as mortes causadas pela poluição do ar aumentaram 14% em dez anos, ou seja, foram 38.782 mortes em 2006 comparadas à 44.228 em 2016. O estudo baseia-se nas mortes classificadas como “Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT)”, com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), onde foi comprovada uma maior incidência de mortes nos grandes centros urbanos e nas regiões que sofrem com as queimadas¹²². Entre as principais causas de morte, ocupam o primeiro lugar as doenças isquêmicas do coração seguido das doenças cerebrovasculares e do câncer. Ou seja, em 2016, cerca de 58% das mortes de homens e mulheres se deu por doenças cerebrovasculares (DCV) e doenças isquêmicas do coração (DIC); 18% por doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e infecção respiratória aguda baixa; e 6% por câncer de pulmão, traqueia e brônquios, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Estima-se ainda que 4,2 milhões de mortes prematuras decorrentes da poluição do ar ocorram anualmente no mundo, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo 91% em países de baixa e média rendas do Pacífico e Sudeste Asiático. O Ministério da Saúde apontou:

Verificou-se, no Brasil, aumento nas mortes por câncer de pulmão, traqueia e brônquios e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) atribuídas à poluição em ambos os sexos. No entanto, os casos em mulheres para câncer de pulmão, traqueia e brônquios (37,6%) e DPOC (18,9%) foram maiores que nos homens (11,4%)¹²³.

O que evidencia que os impactos sofridos especialmente pelas mulheres com toda a poluição da natureza são maiores quando comparados aos sofridos pelos homens.

A bicicleta, tão propagada pelo cicloativismo, surge como uma das alternativas possíveis no atual contexto ambiental em que vivemos, estimulando a partir do seu uso outras formas de consumo e de vivenciar a cidade, tornando-as mais ambientalmente sustentáveis, economicamente eficientes e socialmente inclusivas.

Conforme pesquisa recentemente divulgada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), com relação ao uso da bicicleta na cidade de São Paulo, a adesão da *bike* pelos paulistanos resultaria numa economia de R\$ 34 milhões por ano ao Sistema Único

¹²¹ Informações retiradas do vídeo “É para passar ou para ser feliz? ”, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=p3Smiev3FSA>.

¹²² Informações retiradas do *site*: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/06/07/mortes-causadas-pela-poluicao-aumentam-14percent-em-10-anos-aponta-ministerio-da-saude.ghtml>.

¹²³ Informações retiradas do *site*: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/06/07/mortes-causadas-pela-poluicao-aumentam-14percent-em-10-anos-aponta-ministerio-da-saude.ghtml>.

de Saúde (SUS). Tomando como base os dados oficiais do setor hospitalar, isto resultaria da queda do número de internações por diabetes ou doenças circulatórias.

TABELA 3 - Fatores de risco de acordo com a frequência de atividade física

Andar de bicicleta diminui os riscos de desenvolver várias doenças			
Pesquisa aponta os fatores de risco de acordo com a frequência de atividade física			
	Inativo	Irregularmente ativo	Regularmente ativo
doenças cardíacas	2	1,4	1
hipertensão	1,5	1,2	1
infarto	2	1,4	1
depressão e ansiedade	1,3	1,1	1
diabetes	1,5	1,2	1
câncer de mama	1,5	1,2	1
osteoporose	2	1,4	1
câncer de cólon	2	1,4	1
Economia para o SUS com a redução de doenças do aparelho circulatório e diabetes no município de São Paulo (2016)			
Gasto total do SUS R\$ 261.391.832			
Projeção de economia anual com o aumento da atividade física 13,1% — R\$ 34.422.421			

Fonte: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
Portal Agência Senado

Todos os dados aqui apresentados são uma forma de chamar a atenção para a grave situação do nosso planeta e demonstrar, a partir disso, a relação intrínseca que todo esse cenário apresenta com o movimento cicloativista que, pelas observações realizadas nesta pesquisa, aponta não só para um ativismo *feminista*, mas também *ecofeminista*, como uma forma de chamar a atenção para esses problemas ambientais que também afetam diretamente grupos socialmente e economicamente mais vulneráveis como mulheres, indígenas, crianças, idosos, negros, pobres, etc.

O ecofeminismo ou feminismo ecológico é um movimento ativista que aponta diversas relações entre as opressões vivenciadas pelo meio ambiente e pelas mulheres, além de ressaltar a força das mulheres na promoção de uma revolução ecológica. Essa vertente de pensamento feminista divide-se em três classificações principais que, ora se contradizem, ora se complementam, mas permanecem em constante construção e desenvolvimento político e teórico: “o ecofeminismo clássico, o ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo e o ecofeminismo construtivista” (TORRES, 2009, p. 164).

Conforme Torres (2009), o ecofeminismo clássico afirma que uma das principais táticas de legitimação do patriarcado é a naturalização da mulher. Acrescenta ainda que a busca incessante dos homens pelo poder trouxe consequências extremamente negativas ao mundo,

como é o caso das guerras, do envenenamento do solo e tudo que dele advém e da degradação cada vez maior do planeta. Diante desse cenário de destruição, o ecofeminismo clássico opõe uma ética feminina de proteção à natureza e a todos os seres vivos à uma essência masculina de agressividade relacionada com os impactos direcionados à natureza, às mulheres, e todos os seres vivos. Essa ética feminina fundamenta-se em relações igualitárias, de cuidados maternos que acabam por predispor as mulheres à uma maior proteção e conservação do meio natural.

Por outro lado, segundo Torres (2009), o ecofeminismo do Terceiro Mundo, que surge nos países do Sul, sofrendo influências religiosas dos princípios de Gandhi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina, acredita que todos os processos e propostas desenvolvimentistas da sociedade acabaram por produzir cenários de violência contra as mulheres e a natureza, estes por sua vez, tendo sua origem nas concepções de dominação e poder advindas do sistema patriarcal. Nessa vertente, há a disseminação de uma forte crítica à dominação patriarcal e uma luta que tem como principais motivações o anti sexismo, o antirracismo, o antielitismo e o anti antropocentrismo. Também acredita que a mulher possui um instinto de proteção com a natureza advindos de princípios cosmológicos.

Por fim, Torres (2009) ainda salienta uma terceira e última vertente ecofeminista ligada aos ideais construtivistas. Aqui, o essencialismo presente nas duas vertentes anteriores é descartado, assim como os aspectos religiosos e espirituais, sendo dada ênfase no antirracismo, anti antropocentrismo e anti-imperialismo. Acredita que a relação entre mulheres e natureza nada tem a ver com características intrínsecas ao sexo feminino, mas sim de tarefas e responsabilidades construídos a partir dos papéis de gênero, principalmente no âmbito da economia familiar, consequência da divisão social do trabalho, de uma distribuição desigual do poder e da propriedade. Diante desse fato, evidencia a necessidade que temos de construir novas práticas a partir das relações com o gênero e a natureza.

Enquanto movimento político, o feminismo ecológico surge na década de 1970, quando o termo foi cunhado pela primeira vez pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne em 1974. Como afirma a filósofa ecofeminista Karen Warren (1996), “há conexões importantes entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza” (ROSENDO, 2012, p. 26).

Para Warren, existe uma lógica de dominação que vincula conceitualmente todas as formas de opressão, seja em relação às mulheres, ao gênero, à natureza, à raça etc. Assim, enquanto o feminismo visa abolir o machismo, o ecofeminismo vislumbra a abolição de todas as formas de discriminação, ou seja, do machismo, do heterossexismo, do racismo, do especismo etc. (ROSENDO, 2012, p. 21).

A filósofa defende que é necessária uma reformulação do feminismo para que englobe em suas lutas também a libertação dos não-humanos, como é o caso dos animais,

plantas e ecossistemas que, por sua vez, também são sujeitos à dominação. Além disso, ela destaca que a ética ambiental também deve considerar os humanos que estão mais vulneráveis e que sofrem impactos muito diretos com a exploração da natureza. As ecofeministas (Sherilyn Macgregor, 2011; Carolyn Merchant, 2012; Vandana Shiva, 1988; Janet Biehl, 1991; Lorentzen Eaton, 2004; Susan A Mann, 2011; Karen Warren, 2000; Ariel Salleh, 1992; Mary Jo Deegan & Christopher W. Podeschi, 2001)¹²⁴, utilizam o gênero como uma categoria de análise para questionar a dominação de diversos grupos, entendendo que os sistemas de dominação são interconectados. Apesar da opressão de gênero não ser tratada como, hierarquicamente, superior a outras formas de opressão, é através dela que se desvendam outras formas de subjugação dos sistemas de dominação.

Em primeiro lugar, Warren afirma que, dentre as chamadas pessoas do terceiro mundo, prejudicadas pela destruição ambiental, ou seja, as pessoas de cor (*people of color*¹²⁵), os pobres, as crianças, os idosos etc., frequentemente as mulheres sofrem mais riscos do que os homens. Em segundo lugar, os papéis de gênero femininos se justapõem (*overlap*) com a questão ambiental de uma forma que os papéis masculinos não o fazem. Em terceiro, algumas ideologias ocidentais sobre a concepção e dominação da natureza têm um viés de gênero masculino (ROSENDO, 2012, p. 27).

É a partir dessas afirmações que Warren demonstra algumas interconexões importantes entre as mulheres e a natureza, tendo como base uma leitura ecofeminista do mundo, entendendo a ligação entre as discriminações sofridas por ambas. Os grupos dominados são denominados por Warren de “Outros” e se subdividem em “Outros humanos”, este composto pelas mulheres, crianças, idosos, negros, índios, pobres, etc., e em “Outros terrestres”, formado pela terra, florestas, animais etc.

¹²⁴ **Sherilyn Macgregor** (2011). *Beyond Mothering Earth: Ecological Citizenship and the Politics of Care*. UBC Press. p. 286. ISBN 978-0-7748-4095-8; **Carolyn Merchant** (2012). *Radical Ecology: The Search for a Livable World*. Routledge. p. 184. ISBN 978-1-136-19014-8; **Vandana Shiva** (1988). *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. Zed Books. ISBN 978-0-86232-823-8; **Janet Biehl** (1991). *Rethinking Ecofeminist Politics*. South End Press. ISBN 978-0-89608-391-2; **Eaton; Lorentzen** (2004). *Ecofeminism and Globalization: Exploring Culture, Context, and Religion*. Rowman & Littlefield Publishers. ISBN 978-0-585-48276-7; **Mann, Susan A** (2011). *Pioneers of U.S. Ecofeminism and Environmental Justice*. “Feminist Formations”. 23 (2): 1–25.

Conforme Rosendo (2012), “Warren afirma que, historicamente, o ecofeminismo surgiu a partir de ações políticas, de iniciativa das mulheres, e se expressou por meio das artes, da literatura e da linguagem, da ciência e tecnologia, filosofia e religião, e de organizações não governamentais (ONG’s). Sendo filósofa, Warren enfatiza que seu interesse é no ecofeminismo como uma posição filosófica. (**WARREN, Karen**. *Ecofeminist Philosophy*, p. xiii). Ariel Salleh afirma que o termo ecofeminismo é uma combinação lógica, que integra e transcende a preocupação feminista e ambiental. (**SALLEH, Ariel**. *The Ecofeminism/Deep Ecology Debate: A Reply to Patriarchal Reason*. *Environmental Ethics*. Fall 1992, v. 14, n. 3, p. 202). Mary Jo Deegan e Christopher W. Podeschi afirmam que o ecofeminismo ‘ênfatiza a interconexão entre vida, natureza e ambiente com a visão de mundo das mulheres e a capacidade reprodutiva’, além de ‘examinar a relação entre a opressão social das mulheres e a exploração da natureza como duas faces do controle machista’. (**DEEGAN, Mary Jo; PODESCHI, Christopher W**. *The Ecofeminist Pragmatism of Charlotte Perkins Gilman*. *Environmental Ethics*. Spring 2001, v. 23, n. 1, p. 19)”. (ROSENDO, 2012, p. 26).

¹²⁵ *People of Color* é um termo comumente utilizado na linguagem norte-americana para se referir aos afrodescendentes, mas aqui no Brasil essa expressão é considerada pejorativa, sendo reproduzida nessa citação apenas para ser fiel à tradução.

A socióloga e ativista boliviana, de origem indígena aymara, Silvia Rivera Cusicanqui¹²⁶, pode nos ajudar a compreender um pouco essa interconexão com a natureza a partir de povos originários, como os índios bolivianos, traçando um caminho de construção de um ecofeminismo que, antes de tudo, propõe-se a ser descolonial¹²⁷. Dentro de um contexto de colonização e modernização impostos em especial pelos europeus sob a égide desenvolvimentista, comum não só à Bolívia, mas a outros países latino-americanos, Cusicanqui (2019) põe em evidência um ativismo que luta pelas terras e culturas indígenas bolivianas e, conseqüentemente pela preservação do meio natural e por tudo o que dele advém, já que este configura-se como o principal recurso utilizado pelos indígenas. Ter uma visão descolonial é ir na contramão de todos os tipos de exploração orquestrados pelos que colonizam e impõem-se a outros tidos por eles como “atrasados” ou “inferiores”, sob a justificativa de que estão modernizando-os ou civilizando-os, escondidos sob o manto escuro dessa modernidade, que chega desgovernada e fazendo vista grossa a todas as conseqüências advindas da sua política de desenvolvimento social.

A filósofa feminista e ativista argentina María Lugones (2014)¹²⁸, vai além e nos fala sobre o que ela chama de uma “imposição colonial do gênero” que, a seu ver, “atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habituam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (LUGONES, 2014, p. 935).

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo

¹²⁶ Silvia Rivera Cusicanqui nasceu no ano de 1949, é aymara, feminista boliviana, socióloga, historiadora e teórica subalterna. Cusicanqui embasa suas teorias no pensamento anarquista e nas cosmologias quéchua e aymara. É uma ex-diretora e membro de longa data da Oficina de Historia Oral Andina, onde se realizou uma crítica contínua das epistemologias ocidentais através de escritos e ativismo por quase duas décadas. Cusicanqui também trabalha diretamente como ativista junto com os movimentos indígenas na Bolívia, como o movimento Katarista e o movimento cocaleiro. Cusicanqui também produziu vídeos, além de documentários e filmes de ficção. Por mais de duas décadas, ela tem sido professora de sociologia na Universidade Mayor de San Andrés de La Paz. Ela também foi professora visitante na Universidade de Columbia em Nova York, na Universidade do Texas em Austin, La Rábida (Huelva), em Jujuy e na Universidade Andina Simón Bolívar em Quito. Em 1990, ela recebeu uma bolsa da Fundação Guggenheim e, em 1993, foi nomeada Professora Emérita na Universidad Mayor de San Andrés. Silvia Rivera Cusicanqui tornou-se referência hemisférica no pensamento sobre a colonialidade. Informação disponível em: <https://teoriafeminista.com.br/article/teoricas-que-inspiram-silvia-rivera-cusicanqui/>.

¹²⁷ Segundo Cusicanqui (2019), para uma análise fiel do contexto da América Latina, se mostra necessário rejeitar o pensamento decolonial ou pós-colonial. Para ela, “o decolonial é uma moda, o pós-colonial um desejo e o anticolonial [ou descolonial] uma luta”. Ela explica: “Desde tempos coloniais se deram processos de luta anticolonial; em troca, o decolonial é uma moda muito recente que, de algum modo, usufrui e reinterpreta esses processos de luta, mas creio que os despolitiza, posto que o decolonial é um estado ou uma situação mas não é uma atividade, não implica uma agência, nem uma participação consciente. Levo a luta anticolonial à prática nos fatos, de algum modo, deslegitimando todas as formas de coisificação e do uso ornamental do indígena que faz o Estado. Tudo isso são processos de colonização simbólica” (CUSICANQUI, 2019).

¹²⁸ Informações retiradas da Revista Estudos Feministas. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010.

feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade (LUGONES, 2014, p. 935).

Lugones (2014) chama de “não-moderno” “tais formas de organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual” (p. 935), entendendo o “não-moderno” como uma forma de expressar o que não é pré-moderno, apesar da modernidade reduzi-lo a formas pré-modernas. Nesse sentido, Lugones (2014) afirma que “conhecimentos, relações e valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais são logicamente constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica, “categorial” (p. 936), ditada pela modernidade.

Conforme entrevista concedida ao *site El Salto*¹²⁹, em fevereiro de 2019, no seu último livro publicado, intitulado *Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis*, Cusicanqui (2019) faz uma reflexão sobre o contexto e a conjuntura latino-americana a partir de um olhar ch'ixi, criticando políticas de desenvolvimento que ressoam em forma de opressão ao povo indígena boliviano que, historicamente, já sofre com as consequências da colonização. Em contraposição à essa lógica, o olhar ch'ixi refere-se “ao cinza jaspeado, formado a partir da infinidade de pontos negros e brancos que se unificam para a percepção, mas permanecem puros, separados” (CUSICANQUI, 2019). É a partir dessa metáfora como prática descolonizadora que Cusicanqui analisa “a permanente luta em nossa subjetividade entre o índio e o europeu” (CUSICANQUI, 2019) e, além disso, desenvolve seu ativismo, unindo o seu trabalho teórico com o trabalho manual realizado em *El Tambo*, um espaço cultural e político, localizado em La Paz, junto a seus companheiros e companheiras do Coletivo Ch'ixi. Lá, Cusicanqui organiza e realiza diversos cursos e atividades, festas e apresentações.

Conforme explica Cusicanqui, o olhar ch'ixi

Surge como uma metáfora que me comunica com um escultor Aymara —Victor Zapana— falando de animais como a serpente ou o lagarto, que vem de baixo, mas também são de cima, são masculinos e também femininos. Quer dizer, tem uma dualidade implícita em sua constituição. E isso me parecia uma ótima metáfora para explicar um tipo de mestiçagem que reconhece a força de seu lado indígena e a potência para poder equilibrá-la com a força do europeu. Então se propõe ao ch'ixi como uma força descolonizadora da mestiçagem. Longe da fusão ou da hibridez, se trata de conviver e habitar as contradições. Não negar uma parte nem a outra, nem buscar uma síntese, mas admitir a permanente luta em nossa subjetividade entre o índio e o europeu (CUSICANQUI, 2019).

O olhar ch'ixi propõe-se, portanto, a ressaltar a importância da união entre minorias na luta descolonial, entretanto sempre demarcando que essa união não trata-se de algo homogêneo, mas de um todo que jamais esquece suas especificidades. Há que não perder-se de

¹²⁹ Informações retiradas do *site El Salto*, disponível em: https://www.elsaltodiario.com/feminismo-poscolonial/silvia-rivera-cusicanqui-producir-pensamiento-cotidiano-pensamiento-indigena?fbclid=IwAR0PBGz6bIIQkGMTgtyPNrDEs8DoRh4f1lIRt2jjGMdlIVmlpPh_KyfmhS0.

vista as particularidades de cada indivíduo que compõe a luta coletiva. Trata-se de uma espécie de feminismo de fronteira (MORAGA; ANZALDÚA, 1981, tradução nossa), que toma a mestiçagem como foco principal dentro dos mecanismos de opressão, a fim de explicitar a situação singular dos que estão no “entre”, na “fronteira”, como por exemplo, mulheres latinas e negras, índios, etc., minorias em geral que sofrem violências específicas conforme o entrecruzamento dos marcadores sociais que carregam, e que encontram na natureza não só uma relação de proximidade ligada às opressões sofridas por ambos, mas também o lugar onde o potencial para a luta encontra-se ativo.

Índios de vários países da América Latina, como por exemplo do Brasil, desde a colonização, sofrem com os vários processos de exploração de suas terras, extinção de suas culturas e crenças e, além disso, veem seus principais líderes e pessoas das suas comunidades sendo assassinadas, principalmente, em revida a suas lutas contra o processo de derrubada das árvores pelos madeireiros, da grilagem de terras e contaminação das águas dos rios e mares. Tudo isso os coloca em relação direta com os processos de opressão sofridos pela natureza, afinal “toda a destruição da natureza é acompanhada por uma destruição da cultura, todo ecocídio (...) é, por certos aspectos, um etnocídio” (MOSCOVICI, 2007, p. 16, 22). Da mesma maneira, a partir de seus contextos específicos, mulheres, crianças, idosos, negros, pobres, etc. encontram-se mais vulneráveis aos impactos sofridos pelo meio-ambiente. Conforme Gaard & Murphy (1998),

Ecofeminismo baseia-se não apenas no reconhecimento das ligações entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres ao longo das sociedades patriarcais. Baseia-se também no reconhecimento de que essas formas de dominação estão ligadas à exploração de classe, ao racismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo (p. 3).

Portanto, para além de conectar as explorações e degradações do meio ambiente com a subordinação e opressão das mulheres, o ecofeminismo propõe-se a denunciar todas as formas de opressão sofridas por uma diversidade de humanos e não-humanos, a partir da relação que traça entre as dominações e os aspectos de raça, classe, gênero, exploração do meio natural, do outro (criança, mulher, índio, gay, pobre, negro, idoso, etc.). Esses outros são os que se encontram às margens, por não pertencerem completamente nem à um lado nem á outro, estão na fronteira e, por isso sofrem mais fortemente as explorações decorrentes de um sistema sem freios que sucumbe a natureza e todos os que dela dependem. Glória Anzaldúa (1987), ao discorrer sobre sua condição de mestiça, exemplifica bem o que seria esse “estar na fronteira”, a situação que lhe toma após sofrer o processo de colonização e, junto a isso, também expõe igualmente a condição de vários outros públicos, como o LGBTQI+, por exemplo, mas por outro lado, também explicita as resistências travadas contra esses sistemas de opressões

diversas:

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças.). Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (p. 80).

Quando nos atentamos para a situação que atinge especificamente pessoas pobres e/ou negras (aqui inclui-se a população LGBTQI+ que, muitas vezes rejeitados pelas famílias vão morar em casas compartilhadas com outras pessoas que estão na mesma situação em áreas periféricas ou nas ruas da cidade se vendo expostas à todo tipo de exploração e opressão possível), por exemplo, percebemos que uma ampla maioria moradora da periferia das grandes cidades ou de comunidades quilombolas ou ainda residentes de áreas afastadas dos centros urbanos, localizadas no campo, sofrem mais diretamente com os desastres naturais e outros impactos ambientais. São essas pessoas que, muitas vezes, não tem acesso a um sistema de saneamento básico, ou sofrem com a escassez de água e outras fontes essenciais à vida, sendo expostas ao risco de inúmeras doenças pela contaminação dos rios (muitas vezes sua única fonte de água) ou de esgotos a céu aberto.

Temos como exemplo a crescente proliferação do *Zika Virus*¹³⁰ no Nordeste brasileiro, em decorrência da região ser a mais afetada pela falta de água potável e a mais atingida pela seca, quando em comparação a outras regiões do país, fator que contribui para a alocação de água muitas vezes contaminada em reservatórios que, a longo prazo, foram responsáveis pela disseminação do vírus que se prolifera preponderantemente em água parada. São essas pessoas que sofrem com a seca, tendo que se submeter a tomar água poluída ou a comer comidas estragadas ou morrerem de fome quando da destruição de suas plantações seja pela seca ou pelo intenso processo de exploração das áreas verdes pelas indústrias do agronegócio que, em especial no Brasil, são responsáveis pela maior parte da destruição do

¹³⁰ O vírus Zika é um arbovírus. Arbovírus são os vírus transmitidos por picadas de insetos, especialmente mosquitos. A doença pelo vírus Zika apresenta risco superior a outras arboviroses, como dengue, febre amarela e chikungunya, para o desenvolvimento de complicações neurológicas, como encefalites, Síndrome de Guillain Barré e outras doenças neurológicas. Uma das principais complicações é a microcefalia. A doença inicia com manchas vermelhas em todo o corpo, olho vermelho, pode causar febre baixa, dores pelo corpo e nas juntas, também de pequena intensidade. O transmissor (vetor) do Zika vírus é o mosquito *Aedes aegypti*, que precisa de água parada para proliferar. Informação disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/zika-virus>.

meio natural do país, com a finalidade de alargar a sua produção industrial para alavancar um sistema capitalista que visa somente o lucro a qualquer preço. Dentro desse contexto, crianças e mulheres pobres estão na linha de frente desses impactos, quando por exemplo, observamos que o vírus atingiu em sua maioria mulheres grávidas moradoras dessas áreas de risco, tendo como consequência o nascimento de bebês com microcefalia em grande número na região à época do surto.

Todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, são desassistidas pelo poder público, pelas políticas públicas do estado, sofrem mais fortemente esses impactos ambientais e de alguma forma, juntas, acabam por formar um grupo minoritário, precarizado que se enquadra no que o ecofeminismo luta para defender. Portanto, é diante desse cenário, que o movimento ecofeminista foca na necessidade do resgate do *ser* a partir de uma perspectiva de compartilhamento, de coletivização, de relações horizontais, onde não existem dominantes nem dominados e onde juntas as pessoas possam resistir a essas situações diversas de exploração da natureza que tem impacto direto em suas vidas.

As mulheres, em especial, enquanto grupo que ganha relevância nas análises ecofeministas e que, sofrem opressões que muito se aproximam das explorações do meio natural, aparecem nas análises de Cusicanqui (2019) a partir da representação da “mulher tecelã”, também como a categoria em potencial para desenvolver táticas de resistência e combate às opressões, na promoção de uma revolução ecológica realizada a partir de uma política cotidiana. A fim de refletir sobre o lugar da mulher no mundo andino, Cusicanqui (2019) explica que essa

É uma grande metáfora da interculturalidade. As mulheres sempre tecem relações com o outro. Com o selvagem, com o silvestre, com o mercado, com o mundo dominante. Sinto que há uma capacidade das mulheres de elaborar relações de interculturalidade através do tecido. É um reconhecer também que o corpo tem seus modos de conhecimento. Aqui, no coletivo [ch'ixi], dizemos que “a mão sabe”.

Ela ainda acrescenta que há uma relação homóloga entre as opressões que assolam índios e mulheres, afirmando que estas “são equivalentes e seria praticamente a base de uma aliança muito poderosa, índios e mulheres. De algum modo, a identidade de índios e mulheres é definida desde fora, e por isso a resistência consiste em auto definir-se” (CUSICANQUI, 2019). Dentro desse contexto, Cusicanqui aponta para a necessidade de retomar o paradigma epistemológico indígena,

Sobretudo em tempos de mudança climática é um paradigma verdadeiramente alternativo porque supõe outra relação com o mundo dos sujeitos não humanos. Falo da natureza, das formas de sustentabilidade e do cuidado da terra. Se deve entender que o ser índio é um paradigma totalmente diferente para enfrentar o mundo e para relacionar-se com ele (CUSICANQUI, 2019).

Cusicanqui (2019) vê a micropolítica como um espaço de luta e resistência, que nasce a partir da criação de pequenas comunidades, onde desenvolvem-se companheirismo, solidariedade, horizontalidade, compartilhamento, aspectos importantes na tessitura de redes de enfrentamento às opressões direcionadas à natureza e a todos que dela dependem, todos os seres vivos.

A macropolítica busca sempre um interlocutor no Estado, seja com ou contra o Estado. Ao contrário, a micropolítica está por debaixo do radar da política e trabalha sobre coletivos pequenos e ações corporais que permitem que floresçam espaços de liberdade. O que buscamos é repolitizar a cotidianidade, seja desde a cozinha, do trabalho ou da horta. Isso é o que queremos fazer aqui, em nosso espaço *El Tambo*. Articular o trabalho manual com o trabalho intelectual, produzir pensamento a partir do cotidiano (CUSICANQUI, 2019).

Segundo Maria Mies & Vandana Shiva (1993), o movimento ecofeminista

Apresenta a necessidade de uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos. Somente deste modo estaremos habilitados a respeitar e a preservar a diversidade de todas as formas de vida, bem como das suas expressões culturais, como fontes verdadeiras do nosso bem-estar e felicidade. Para alcançar este fim, as ecofeministas utilizam metáforas como “re-tecer o mundo”, “curar as feridas”, religar e interligar a “teia” (p. 15).

O ativismo de Cusicanqui junto à comunidade indígena boliviana de *El Tambo* nos faz perceber os vários processos de luta engendrados por quem sofre mais diretamente toda a exploração e degradação ambiental. Cusicanqui (2016), em entrevista ao jornal *La Jornada*¹³¹, afirmou que a visão macro voltada à política de desenvolvimentismo realizada pelo então governo de Evo Morales que, agora em 2019, sofreu um golpe de estado e foi destituído do cargo de presidente da Bolívia, seria um dos grandes problemas enfrentados pelo país, já que é uma política que acredita que sem grandes fábricas, estradas e minas não é possível desenvolver um país, e todas as consequências advindas desse projeto geram profundos impactos, principalmente, às comunidades indígenas e à natureza em geral. Dentro desse âmbito, Cusicanqui (2016) explica que “o drama das mulheres e o machismo dos sindicatos com o quais negociam (estas) obras, não importa, contanto que seja grande. E isso tem levado a um despojamento (perda) epistemológico do que significa o índio”. Ou seja, conforme ela afirma, estão matando a cultura e a visão de mundo “que não vai pelo grande, mas pelo pequeno, não pela acumulação, mas pela proteção da vida, a reprodução do que existe” (CUSICANQUI, 2016).

¹³¹ A entrevista e todas as informações estão disponíveis em:
<http://www.jornada.unam.mx/2016/11/10/ojarasca235.pdf>.

Para enfrentar esse cenário, a resistência é travada no cotidiano, em pequenos gestos, numa política que já faz parte da vivência comunal e onde “a ideia é praticar a descolonização” (CUSICANQUI, 2019), sendo este um processo que, ao olhar de Cusicanqui, se dá “através do corpo e isso não se diz, se faz” (CUSICANQUI, 2019). São múltiplas as formas de discriminação impostas aos outros humanos e aos outros terrestres, assim como também são diversas as formas de resistência travadas contra essas opressões. Para entendermos um pouco melhor como se dão as interconexões entre as explorações das mulheres e da natureza, tomaremos como base os dez tipos de classificações que interconectam, em especial, mulheres e natureza, conforme evidencia a ecofeminista Karen Warren, a saber: histórica, conceitual, empírica, socioeconômica, linguística, simbólica e literária, espiritual e religiosa, epistemológica, política e ética.

Baseadas em dados históricos, algumas teóricas acreditam que o pensamento centrado no homem, o androcentrismo, é o responsável por toda a destruição ambiental e dominação das mulheres. Alguns dualismos que surgiram a partir dessa ideia como homem/natureza, masculino/ feminino, razão/ emoção, construíram uma lógica que segrega determinados grupos por outros. Gerda Lerner (1986), apesar de não se considerar uma ecofeminista, traz importantes contribuições a essa discussão em seu livro *The Creation Of Patriarchy*¹³², onde explica, por exemplo, que o patriarcado¹³³, uma criação histórica de homens e mulheres que levou quase 2.500 anos para ser concluída, resultou em profundas consequências negativas que as mulheres carregam até hoje.

Uma das várias mudanças significativas instauradas pelo patriarcado foi com relação ao culto às deusas, profundamente ligadas à natureza e ao feminino, foram aos poucos deixando de ser cultuadas para dar lugar ao culto a um deus masculino universal, ao longo dos anos de transformação das sociedades mais antigas. Processo que culminou num entendimento por parte dos humanos de que a natureza não é mais algo a ser preservado e cultuado, mas explorado. “Esse processo manifestou-se na organização familiar e nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias, expressando a supremacia de divindades masculinas” (LERNER, 1986, p. 16).

O homem passa, então, a se colocar como o detentor do poder de exploração sobre as mulheres e a natureza. Tudo que é relacionado à natureza e ao feminino é agora visto como inferior. Por isso que símbolos feministas baseados na Terra, como a Gaia, são tão importantes

¹³² A Criação do Patriarcado.

¹³³ O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres, conforme o site *QG Feminista*: <https://medium.com/qg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b>.

para o ecofeminismo, já que constituem uma espécie de resgate do poder feminino num sistema que, de várias formas, trabalhou para apaga-lo.

O destronamento de deusas poderosas, sendo substituídas por um deus masculino dominante, ocorre em quase todas as sociedades do Oriente Próximo após a instituição de uma monarquia forte e imperialista. De forma gradual, a função de controlar a fertilidade, que antes cabia totalmente às deusas, é representada por meio da cópula, real ou simbólica, do deus masculino ou Deus-Rei com a Deusa ou sua sacerdotisa. Por fim, a sexualidade (erotismo) e a procriação são separadas com o surgimento de deusas específicas para cada função, e a Deusa-Mãe transforma-se na esposa/cônjuge do Deus masculino principal (LERNER, 1986, p. 17).

Conceitualmente, a razão e a racionalidade, atributos que foram relacionados ao âmbito masculino, passam a ser hierarquicamente superiores ao corpo, instância cada vez mais ligada à mulher, à reprodução, à sexualidade feminina.

(...) homens se apropriaram e depois transformaram os principais símbolos de poder feminino: o poder da Deusa-Mãe e as deusas da fertilidade. (...) os homens construíram teologias baseadas na metáfora contra fatual da procriação e redefiniram a existência feminina de maneira restrita e sexualmente dependente. Por fim, (...) as mesmas metáforas de gênero expressaram o homem como norma e a mulher como desvio; o homem como completo e poderoso, a mulher como inacabada, mutilada e sem autonomia. Com base em tais constructos simbólicos integrados à filosofia grega, teologias judaico-cristãs e a tradição legal sobre a qual a civilização ocidental é construída, os homens explicaram o mundo em seus próprios termos e definiram as questões importantes de modo a se colocarem no centro do discurso (LERNER, 1986, p. 183).

A esse apagamento das mulheres na história soma-se a ausência feminina na linguística, espaço que foi negado a elas durante muito tempo e contribuiu profundamente para que uma história das mulheres e pelas mulheres não fosse escrita, fazendo parecer que todos os acontecimentos da humanidade se deram sem a presença feminina. Basta uma rápida observação para verificarmos que “na gramática (...) há uma predominância do sexo masculino gramatical, em que, em certas situações, eventualmente engloba o sexo feminino gramatical para significar abstratamente todos os seres humanos” (GUERRA; BITTENCOURT; GELAIN, 2018, p. 55). A linguagem acaba por construir-se através de um sexismo que subordina as mulheres, invisibilizando-as nas práticas linguísticas cotidianas (GUERRA; BITTENCOURT; GELAIN, 2018). Ainda no âmbito linguístico, os nomes de animais são comumente utilizados com caráter pejorativo para depreciar mulheres, como por exemplo, o caso da palavra “vaca” ou “porca” para referir-se a mulheres que fogem ao padrão patriarcal estabelecido de um corpo magro. Ou, ao referir-se à “Mãe Natureza (ao invés do Pai Natureza ou Pai Natural) é estuprada, dominada, controlada, conquistada; o solo fértil (ao invés de potente) é lavrado (ROSENDO, 2012, p. 31).

A antropóloga Sherry Ortner, no artigo *Está a mulher para o homem assim como a*

natureza para a cultura?, preocupada com a questão da universalidade da subordinação feminina, demonstra como as concepções culturais acerca da mulher são construídas a partir de três frentes, em que incluem-se os aspectos trazidos pelo determinismo biológico, as funções desempenhadas a partir dos papéis de gênero estabelecidos no espaço doméstico e, por fim, explora aspectos da personalidade e psique feminina. Em todas as três frentes é explorada a relação entre mulheres e natureza, homens e cultura, ressaltando que, as mulheres, dentro dessas dicotomias, encontram-se numa posição intermediária, enquanto seres que compartilham tanto características que as aproximam das questões naturais quanto culturais e, estas, por sua vez, as condicionam à subordinação e à opressão:

Certamente, tudo começa com o corpo e a função de procriação natural, específica somente às mulheres. Podemos extrair três níveis de discussão para os quais este fato absolutamente fisiológico tem importância: (1) o corpo da mulher e suas funções, na maior parte do tempo mais envolvidos com “espécies de vida” parecem colocá-la mais próxima à natureza em contraste com a fisiologia masculina que o liberta mais completamente para assumir os esquemas da cultura; (2) o corpo feminino e suas funções coloca-a em papéis sociais, que por sua vez são considerados como sendo de uma classe mais inferior aos dos homens no processo cultural; (3) os papéis sociais tradicionais femininos, impostos por seu corpo e suas funções, lhe dão, por sua vez, uma estrutura psíquica diferente, que como sua natureza fisiológica e seus papéis sociais é vista como mais aproximada da natureza (ORTNER, 1979, p. 102).

Ou seja, o corpo feminino, enquanto o lugar da reprodução da vida, parece condenar as mulheres apenas a esse destino (ORTNER, 1979). Beauvoir (1953) já dizia que as funções fisiológicas do corpo feminino contribuem muito mais para a reprodução do que para o próprio bem-estar e saúde da mulher. Este corpo acaba funcionando como uma espécie de “receptáculo” minuciosamente preparado somente para o bebê que será gerado e, muitas vezes, fatores como a menstruação, as secreções ovarianas para beneficiar o óvulo, os próprios seios que não tem nenhuma função diretamente relacionada com a saúde da mulher a não ser o uso para amamentação do filho, etc., acabam por serem as causas principais de dor, desconforto e perigo experienciadas pelas mulheres (ORTNER, 1979). Na gravidez, por exemplo, todas as fontes de vitamina ingeridas na alimentação são redirecionadas ao feto, muitas vezes enfraquecendo a mulher que precisa alimentar-se em dobro para conseguir manter a si e ao feto (ORTNER, 1979). Assim sendo, a mulher é “mais escravizada às espécies do que o homem, sua animalidade é mais manifesta” (BEAUVOIR, 1953, p. 239).

Já o homem, por sua vez, sendo desprovido dessas funções naturais, relaciona-se mais intimamente com uma “criação artificial” geralmente conectada à cultura, seja através da criação de símbolos ou outras tecnologias (ORTNER, 1979). O homem “cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais, enquanto a mulher cria seres perecíveis, os seres humanos” (ORTNER, 1979, p. 104). Isso explica, por exemplo, o porquê das atividades

masculinas ligadas à luta e à caça e, conseqüentemente carregadas de um sentido de destruição, serem mais prestigiadas socialmente do que a capacidade feminina de criar vida. Isso deve-se não necessariamente à uma valorização da destruição em detrimento da vida, mas ao privilégio conferido à natureza transcendental (social e cultural) dessas ações em detrimento de um processo natural como é o nascimento (ORTNER, 1979).

No entanto, ao mesmo tempo, a mulher não pode ser destinada totalmente à categoria da natureza, pois é perfeitamente óbvio que ela seja um ser humano maduro dotado de consciência humana exatamente como o homem; ela faz parte da metade da raça humana, sem cuja cooperação todo o processo sofreria um colapso. Ela pode parecer mais à mercê da natureza do que o homem, mas tendo consciência, ela pensa e fala; ela gera, comunica e manipula símbolos, categorias e valores. Ela participa dos diálogos humanos não somente com as mulheres, mas também com os homens (ORTNER, 1979, p. 105).

Essa consciência humana da mulher e todo o seu envolvimento e colaboração com o processo de perpetuação dos símbolos culturais transcendentais criados pelos homens, também as enquadra em outra problemática complexa, que é a aceitação praticamente universal da sua condição de subordinação, afinal só é possível existir a relação dominantes x dominados, quando da cumplicidade de ambos os lados na reprodução dessa relação (ORTNER, 1979). Portanto, é a consciência e a participação nos esquemas culturais que insere a mulher no campo da cultura e suas funções fisiológicas mais relacionadas ao natural que demonstram, num primeiro momento, sua posição intermediária entre cultura e natureza.

Por outro lado, também podemos observar como os papéis sociais atribuídos à mulher, em grande medida advindos de sua função procriadora, também a aproxima da natureza. Dentro desse contexto, por exemplo, quando observamos o processo de lactação e toda a atenção necessária dedicada ao bebê pela mãe, percebemos o quanto essas funções limitam a mulher ao confinamento doméstico, não só durante a amamentação, mas também nos anos seguintes de cuidados com as crianças que ainda não são suficientemente fortes e conscientes para se cuidarem sozinhas. As atividades das mulheres são configuradas a partir das suas funções de mãe e “são, portanto, circunscritas pelas limitações e baixos níveis das forças e habilidades de seus filhos: ela é confinada ao grupo familiar doméstico; ‘o lugar da mulher é no lar’” (ORTNER, 1979, p. 107).

Essa ligação das mães com os bebês e crianças podem as aproximar, conseqüentemente devido a essa relação com os filhos, da natureza, simplesmente pelo fato dos bebês serem percebidos como seres ainda incompletos, não totalmente seres dotados de uma consciência humana e, portanto, mais ligados à natureza e aos animais, por não entenderem ainda a moral, as responsabilidades, não terem uma linguagem desenvolvida. “Portanto, é apropriado categorizar as crianças com a natureza, e a ligação íntima das mulheres com as

crianças pode configurar-lhes a possibilidade de serem elas próprias consideradas mais próximas da natureza” (ORTNER, 1979, p. 107). Além desse fator, uma outra implicação acerca da relação entre as mulheres e o espaço doméstico conecta-se com a oposição família/ sociedade em qualquer sistema social, baseada na relação entre público/ doméstico. Ou seja, “a noção de que a unidade doméstica - a família biológica encarregada de reproduzir e socializar novos membros da sociedade - se opõe à entidade pública - a estrutura dominadora das relações e alianças que é a sociedade” (ORTNER, 1979, p. 108).

Ainda que cada cultura não articule uma tal oposição radical entre o doméstico e o público, é dificilmente contestado o fato de que o doméstico é sempre dominado pelo público; as unidades domésticas são ligadas umas às outras através da promulgação de leis que logicamente estão num nível mais alto que as próprias unidades; isto cria uma unidade emergente - a sociedade - que está logicamente num nível superior às unidades domésticas das quais é composta (ORTNER, 1979, p. 108).

Dentro desse âmbito, enquanto seres identificados diretamente com o espaço doméstico, as mulheres são entendidas como inferiores do ponto de vista social e cultural de organização da sociedade. Em oposição, os homens, mais diretamente ligados à cultura, através da criação dos signos e símbolos transcendentais, estariam mais “aptos” à função de estabelecer relações com o público, promovendo as alianças entre as famílias. Nessas ações, os homens acabam por tornar-se os proprietários da religião, da política, do ritual e de todos os âmbitos da cultura e da criação humana em oposição à natureza, sendo, portanto, os responsáveis pela instituição das leis tidas como universais (ORTNER, 1979).

Entretanto, as mulheres também aparecem como ligadas à cultura, principalmente, quando observamos suas funções de cuidar das crianças, sendo a primeira que as socializa, ou cozinhar, quando transforma “os recursos naturais em estado bruto em produtos culturais” (ORTNER, 1979, p. 110). Assim sendo, a mulher dentro do contexto de alguns papéis sociais específicos, apesar de estar próxima da natureza, por outro lado também experiencia relações que as colocam como representante da cultura, assumindo então uma posição intermediária nessa dualidade.

Por fim, Sherry Ortner (1979) também ressalta alguns aspectos da psique feminina que podem explicar sua proximidade em relação à natureza. Ela afirma que se nos voltarmos à observação da emotividade ou da irracionalidade, veremos que na tradição de várias culturas do mundo, as mulheres são identificadas como “mais práticas, pragmáticas e mundanas do que os homens” (ORTNER, 1979, p. 111). Oposições como relativa concretude x relativa abstração ou relativa subjetividade x relativa objetividade, são comumente relacionadas com as personalidades masculinas e femininas, respectivamente (ORTNER, 1979). Essas características tendem a se reproduzir a partir da maneira em que meninos e meninas são criados

diferencialmente e, conseqüentemente, tendendo a assumir papéis diferenciados quando adultos.

Essas diferenças não são inatas ou geneticamente programadas. Elas surgem quase de traços universais da estrutura familiar, isto é, “universalmente as mulheres são as únicas responsáveis pelos cuidados da primeira infância e pela (pelo menos) socialização posterior feminina” (CHODOROW, 1979, p. 43) e que “a situação estrutural da educação da criança, reforçada pelo treinamento do papel feminino e masculino, produz estas diferenças que são copiadas e reproduzidas na sociologia sexual da vida adulta” (CHODOROW, 1979, p. 43). (ORTNER, 1979, p. 111).

Em oposição, quando trata-se de um filho, este muda sua identidade quando tem a sua outra parte da criação realizada pelo pai, fato que irá influenciar diretamente na construção de uma identidade que irá diferenciar-se da menina. O pai geralmente constrói uma relação mais afastada dos filhos do que a mãe, fator que colabora para que a relação dos filhos com a mãe seja mais real e concreta, em oposição à relação com o pai, que tende a ser mais abstrata e apegada às representações sociais universais que giram em torno do masculino (ORTNER, 1979). Quando o menino passa a ter essa relação de proximidade com o pai, acaba por adquirir esses mesmos signos universais de masculinidade, em contraste, as meninas que, geralmente, permanecem sob os cuidados da mãe, tendem a reproduzir a lógica e as atividades relegadas ao que é materno e doméstico, mais diretamente ligadas à representação da feminilidade. O ciclo então continua (ORTNER, 1979).

Portanto, a personalidade feminina é vista como mais próxima da natureza por vários fatores culturais, e não por fatores biológicos inatos, apesar destes contribuírem de alguma forma para o modo como a cultura constrói-se e estrutura-se em torno do que é feminino e masculino. Sendo justamente esses fatores culturais os responsáveis por aproximar as mulheres da natureza e a demonstrarem ser “menos culturais” do que os homens. Ou seja, dentro de aspectos culturais,

Na medida em que a mulher é universalmente o agente principal no início da socialização, e é encarada atualmente como a corporificação das funções dos grupos domésticos, ela tenderá a ficar sujeita às mais duras restrições e limitações que circundam aquela unidade. Sua posição intermediária (culturalmente definida) entre a natureza e a cultura, tendo aqui o significado de sua mediação (isto é, o desempenho de funções de conversões), contribuiria não somente para seu status inferior mas para uma maior restrição sobre suas atividades (ORTNER, 1979, p. 115).

É exatamente por essa condição da subordinação feminina estar enraizada culturalmente que

Os esforços dirigidos unicamente na mudança das instituições sociais, por exemplo, através do estabelecimento de quotas salariais, ou através da aprovação das leis de igualdade de trabalho e salário, não podem ter efeitos de longo alcance se a linguagem e as figuras culturais continuam a fornecer uma imagem relativamente desvalorizada da mulher (ORTNER, 1979, p. 118).

Mulheres e natureza continuam a compartilhar opressões diversas, principalmente, do ponto de vista da construção social e cultural, que privilegia o que é masculino e tudo que a ele se relaciona em detrimento do feminino e tudo que a ele está ligado. Por exemplo, do ponto de vista empírico e socioeconômico, mulheres e natureza compartilham algumas opressões sofridas advindas das políticas desenvolvimentistas implantadas nas sociedades em nome da busca pela modernidade, como é o caso dos testes com animais e sua utilização em grande escala pelas indústrias alimentícias, e da visão de que o trabalho que não gera lucro e capital é improdutivo, como o cuidado com a terra promovido por mulheres do campo para subsistência. Vandana Shiva (2004)¹³⁴, uma das principais teóricas ecofeministas, explica que a natureza, o corpo e o trabalho femininos são ambos explorados pelo machismo capitalista.

Tudo isso é resquício de um passado construído sobre bases patriarcais, de cerca de 3100 a 600 a.C. em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas e bastante antigas como é o caso da Antiga Mesopotâmia. Nessas sociedades, estruturalmente, é realizada uma troca de valores assentados numa instância feminina para, aos poucos, instaurar uma visão totalmente masculina do mundo. Ao longo de mais de dois mil anos essas mudanças foram acontecendo e para que isso fosse possível, as mulheres também tiveram um papel decisivo. Nesse contexto, em alguns momentos, elas também agiram de forma a contribuir com a implantação do sistema patriarcal, mesmo que por vezes, isso se devesse à necessidade de proteção.

Conforme explana Gerda Lerner (1986), o patriarcado foi sendo alicerçado de forma gradual, sendo, primeiramente, apropriada a função sexual e reprodutiva das mulheres antes de ser instalada a propriedade privada e a sociedade de classes, esta, por sua vez, acabando por transformar essa função das mulheres em mercadoria, tornando-a a base da propriedade privada.

Às mulheres foi designado, cada vez mais, o espaço doméstico, lugar mais seguro para suas funções reprodutoras, enquanto os homens iam realizar as atividades de caça, no período neolítico. Nessa época, os índices de mortalidade das pessoas eram altos e a expectativa de vida bem baixa, o que fazia com que essa função de procriação feminina fosse muito importante e garantidos todos os meios possíveis para sua preservação, inclusive reservar esse corpo feminino ao espaço de maior proteção que é a casa e às atividades de menor esforço físico como o cultivo de alimentos. De início, foi algo um tanto “natural”, um “instinto” de proteção, mas tempos depois, os homens acabaram descobrindo que essa segregação entre público e privado, casa e rua, homem e mulher, poderia ser muito bem utilizada para instituir poder e

¹³⁴ SHIVA, Vandana. Dr. Vandana Shiva: Empowering Women. 10 de junho de 2004, by WordPress.com.

hierarquia.

A subordinação sexual das mulheres foi institucionalizada nos mais antigos códigos de leis e imposta pelo poder total do Estado. Garantia-se a cooperação das mulheres por vários meios: força, dependência econômica do chefe de família, privilégios de classe concedidos a mulheres dependentes e obedientes das classes mais altas, e pelo artifício da divisão de mulheres em respeitáveis e não respeitáveis (LERNER, 1986, p. 17).

Enquanto a questão de classe para os homens era baseada nos meios de produção que possuíam, dominando outros homens que não possuíam estes meios, para as mulheres era baseada nos vínculos sexuais com um homem que, a partir disso, lhes proporcionava acesso aos bens materiais; Os Estados arcaicos, por sua vez, tinham como base a família patriarcal (o homem como chefe da família, com esposa e filhos), já que foram organizados no formato do patriarcado.

O poder de dominação masculino sobre todas as categorias sociais iniciou-se com a dominação sobre as mulheres, sendo estas escravizadas pelos grupos conquistadores antes mesmo da escravização de homens negros. Além disso, a origem de um monoteísmo hebraico, principalmente, na escrita do Gênesis, acaba por atribuir as funções de criação e procriação ao Deus onipotente que é “Senhor” e “Rei”, enquanto a sexualidade feminina é relacionada ao pecado e ao mal.

Na instituição da comunhão da aliança, o simbolismo básico e o real contrato entre Deus e a humanidade admitem como fato a posição subordinada das mulheres e a exclusão da aliança metafísica e da comunhão da aliança terrena. O único acesso das mulheres a Deus e à comunhão sagrada é na função de mãe. Essa desvalorização simbólica das mulheres em relação à divindade torna-se uma das metáforas fundamentais da civilização ocidental. A outra metáfora fundamental é oferecida pela filosofia aristotélica, que admite como fato que mulheres são seres humanos incompletos e defeituosos de uma categoria totalmente diferente da dos homens. É com a criação desses dois constructos metafóricos que se constroem os próprios alicerces dos sistemas de símbolos da civilização ocidental; que a subordinação das mulheres passa a ser vista como “natural”, tornando-se, em decorrência disso, invisível. É isso que enfim estabelece com firmeza o patriarcado como realidade e como ideologia (LERNER, 1986, p. 18).

Saindo do âmbito religioso e simbólico, entrando na ciência, a medicina ocidental, por outro lado, também é vista, pelas ecofeministas, como sexista já que suprime a sabedoria milenar de mulheres bruxas, parteiras, curandeiras e herbalistas, pois as prescrições médicas para os diversos problemas de saúde femininos tomam como base um único estereótipo de mulher. Por isso, o ecofeminismo propõe a cura das mulheres por elas mesmas, através da natureza, de plantas e remédios naturais, pois essa é uma forma de descolonizar os corpos femininos, escutando a instância onde reside o sagrado feminino (GUERRA; BITTENCOURT; GELAIN, 2018). Entretanto, é importante ressaltar que ao aproximar mulheres e natureza, por

outro lado, o ecofeminismo pode por vezes estar contribuindo para um essencialismo desse “ser mulher”, evocando o que elas chamam de “sagrado feminino” que tem uma relação estreita entre biologia, natureza, corpo, mente e funções reprodutoras femininas, além de outras questões que acabam por tornarem-se polêmicas, sendo veementemente combatidas por outros seguimentos do movimento feminista. Ou seja,

O ecofeminismo, apesar de ser visto como uma força desafiadora potente para o patriarcado, pode reproduzir inconscientemente padrões e clichês sobre a mulher – associação da natureza, de natureza feminina, de uma relação mística entre os dois que fariam a escolha do ecofeminismo óbvio, isto é, de transformar as mulheres em guardiãs da natureza, através do qual podemos estabelecer a conexão com a ideia da mulher como “guardiã da casa”, ou seja, a figura materna e cuidadora, mas desta vez estendida a toda a natureza e planeta Terra (GUERRA; BITTENCOURT; GELAIN, 2018, p. 58).

Portanto, o feminismo e todas as suas vertentes, onde inclui-se o ecofeminismo, surge depois de muitos anos, com o intuito de desconstruir tais visões, buscando a reestruturação das sociedades de forma que as mulheres possam ter seus valores, direitos, história, oportunidades, etc. devidamente reconhecidos e garantidos tais quais os homens sempre tiveram. Nem mais nem menos, apenas equitativamente. Portanto,

Aqui podemos analisar a confluência de várias lutas, que à primeira vista pode parecer distante, mas que acabou compartilhando o mesmo inimigo e, portanto, criando articulações para combatê-los. Para este fim, há uma comparação dos danos causados pelo patriarcado, que, além de conduzir a várias catástrofes ambientais e ter uma relação predatória com a vida selvagem, também restringe a liberdade das mulheres, particularmente ao nível de controle sobre o sistema reprodutivo (GUERRA; BITTENCOURT; GELAIN, 2018, p. 58).

A partir de todas essas explanações históricas, além de observações de alguns tipos de interconexões entre a exploração das mulheres, negros, pobres, índios, etc. e da natureza pelos homens, é possível identificarmos algumas conexões entre o cicloativismo feminista e o ecofeminismo, mesmo que em “teoria”, o primeiro esteja mais relacionado ao âmbito urbano, enquanto o segundo explore mais questões ligadas ao campo, ao ambiente natural.

1.1 A Bicicleta, o Veganismo e o Envolvimento com Outros Movimentos Sociais: Práticas Ecofeministas dentro do Cicloativismo Feminista

Como vimos no início deste tópico, os impactos causados pela destruição humana à natureza são muito graves e tem consequências não só para o meio ambiente em si, mas para todos nós humanos e animais que dependem diretamente dele para sobreviver. Esses impactos negativos são em grande medida também promovidos pela intensa utilização de transportes motorizados nas cidades, principal fator em que a bicicleta incide como uma alternativa de

modal não-poluente e uma das características levantadas pelo movimento cicloativista como justificativa ao uso em maior escala da bicicleta nos grandes centros urbanos. Um transporte barato, sem gastos com combustíveis e que ainda, em virtude da não utilização destes, não polui o nosso ar, a bicicleta apresenta-se como uma das melhores soluções para um mundo sustentável.

Algumas pesquisas realizadas já demonstram que um maior uso da bicicleta como forma de locomoção em detrimento do uso de motorizados, resulta numa diminuição considerável nos níveis de gases poluentes presentes no ar.

O estudo “Economia da Bicicleta no Brasil” realizado em 2018, pelo Laboratório de Mobilidade Sustentável (LABMOB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com a *Aliança Bike*¹³⁵, instituição apoiadora associada à UCB, tomou como objeto de análise 968 pessoas do Rio de Janeiro que utilizam a bicicleta como meio de transporte, chegou à conclusão de que “a economia na emissão de gases poluentes por meio do uso da bicicleta chega a 385.216 toneladas por ano, o que é extremamente significativo, considerando apenas a emissão de Monóxido de Carbono, fora os outros tipos de gases que são extremamente poluentes e tóxicos”, conforme informações divulgadas pelo *site CicloVivo*¹³⁶. O uso da bicicleta diminui quase 400 mil toneladas de gases poluentes por ano. O Brasil possui mais de 8 mil ciclistas e, cada um deles, ao trocar o carro pela bicicleta, deixa de emitir 4,4 kg de CO₂ por ano¹³⁷.

Grupos cicloativistas, tanto os mistos quanto os exclusivamente formados por mulheres, sempre ressaltam essa característica potencial da bicicleta na colaboração pela diminuição dos impactos da poluição do ar e, conseqüentemente, como uma das soluções possíveis dos problemas ligados ao aquecimento global, atuando positivamente para traçar um caminho mais sustentável para o mundo contemporâneo. Este impacto positivo, tão amplamente ressaltado pelos grupos, fica claro quando comparamos os modos ativos, como a caminhada e a pedalada, com outros modos de locomoção, tanto em relação à capacidade total de pessoas suportada por cada modal em um determinado espaço, quanto com relação à quantidade de CO₂ emitido por cada transporte no ar.

A figura abaixo demonstra essa comparação, tomando como base a Europa, concluindo que um corredor de 3,5 metros quando usado por pedestres e ciclistas, consegue abrigar 19.000 ou 14.000 pessoas, respectivamente, por hora, sem emitir carbono no ar, obtendo

¹³⁵ A *Aliança Bike* (Associação Brasileira do Setor de Bicicletas) é uma associação que tem como missão fortalecer a economia da bicicleta e o seu uso por brasileiras e brasileiros, atuando em diversas frentes de trabalho para promover o uso de bicicletas como transporte, esporte e lazer. Informações retiradas do *site*: http://www.aliancabike.org.br/pagina.php?id_secao=1&id_page=8.

¹³⁶ Informações retiradas do *site CicloVivo*: <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/uso-de-bicicleta-diminui-quase-400-mil-toneladas-de-gases-poluente-por-ano/>.

¹³⁷ Os dados e o relatório completo podem ser acessados por este *link*: <http://economiadabicicleta.org.br/>.

uma larga vantagem quando observamos outros modais, como o carro que, nas mesmas condições, abrigaria 2.000 pessoas por hora emitindo 107g de CO₂ por passageiro a cada quilômetro.

GRÁFICO 1 – Gráfico comparativo entre modais de transporte conforme suas capacidades físicas e quantidade de emissão de CO₂



Fonte: *Transport and Climate change Global Status Report (2018)* | Portal da Agência Senado

Estes dados demonstram o quanto a bicicleta pode ser uma aliada importante na busca pelo impacto zero ao meio ambiente e na construção de um mundo mais sustentável e saudável para todos. E, dentro dessa perspectiva, relaciona-se com os objetivos almejados pelo pensamento ecofeminista, principalmente, quando observamos este ativismo em prol da bicicleta vir apoiado em muitos discursos de mulheres cicloativistas que, além de trazerem a bicicleta como uma ferramenta de acesso à cidade tornando-a mais inclusiva para as mulheres, também reivindicam que esse espaço se integre cada vez mais à natureza em seu entorno.

O espaço público e, mais do que isso, o espaço público inclusivo e saudável, amigo da natureza, é uma das bandeiras levantadas pelo cicloativismo feminista, que tem a rua como instância política, local que ainda hoje é tão hostil à presença feminina. Outras reivindicações como a plantação de árvores pelas ruas das cidades, a construção de ciclofaixas e ciclovias de forma que o contato das pessoas que passam pedalando ou caminhando estreite-se com o meio natural, além de alguns outros estilos de vida trazidos por algumas cicloativistas que são adeptas ao vegetarianismo¹³⁸ e ao veganismo, trazem a luta cicloativista de mulheres para dentro do

¹³⁸ “A principal diferença entre veganos e vegetarianos é que os veganos não consomem nada que tenha origem animal, seja em sua alimentação ou outros produtos, como artigos para higiene, limpeza, vestuário ou remédios. Já o vegetariano não come carne, peixe e aves, mas consome outros produtos de origem animal. A principal motivação dos veganos e vegetarianos é ética, no entanto, o vegetarianismo também pode ser motivado por questões de saúde e religião”. Informação retirada do seguinte endereço: <https://www.diferenca.com/vegano-e-vegetariano/>.

contexto ecofeminista.

Figura 35 – Cicloativista Andréa Bezz regando as plantas das ruas de Fortaleza.



Fonte: Facebook – Interlocutora Andréa Bezz

Além disso, o fato de algumas delas serem próximas de outros movimentos sociais, como por exemplo, dos movimentos indígenas e camponeses, fazendo parte de manifestações pela reforma agrária de territórios para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) e pela defesa de terras indígenas, por exemplo, demonstram o quão interligado está o movimento cicloativista de mulheres da filosofia ecofeminista.

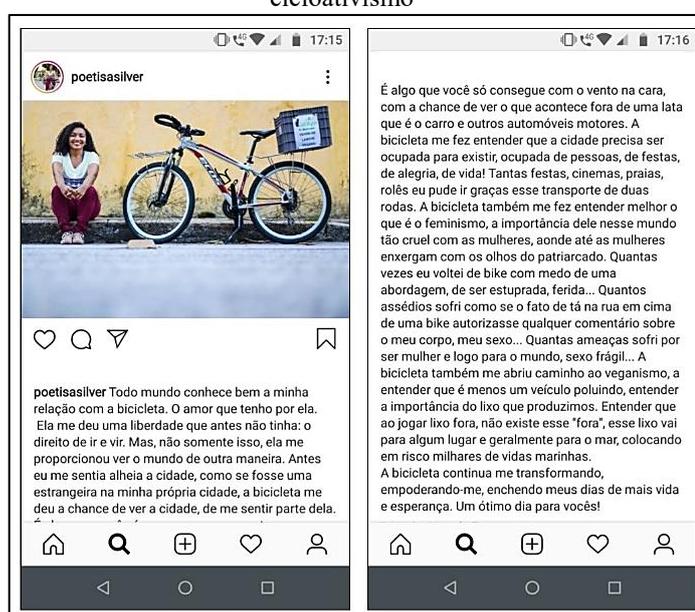
Figura 36 – Cicloativista Aspásia Mariana e seu vínculo com o MTST e com a líder indígena Sônia Guajajara.



Fontes: Twitter e Instagram – Interlocutora Aspásia Mariana

Algumas cicloativistas participantes desta pesquisa demonstram em algumas fotos e depoimentos divulgados nas suas redes sociais, a adesão ao vegetarianismo e ao veganismo como estilo de vida e também como empreendedorismo, ressaltando uma relação intrínseca entre esse comportamento e o pedalar feminista, com o intuito não só de realizar uma atividade de trabalho, mas também como uma maneira de difundir para mais pessoas uma consciência feminista e alimentar que não destrua a vida de animais, conforme podemos verificar nos *posts* abaixo:

Figura 37 – Depoimento da cicloativista Catarina Silver acerca das suas experiências com o veganismo e o cicloativismo



Fonte: *Instagram* – Interlocutora Catarina Silver

Figura 38 – Campanha #terçasesmcarne realizada pela cicloativista Karla Kizzy



Fonte: *Instagram* – Karlota Delicias Artesanais

Esse tipo de cicloativismo, que tem uma relação próxima ao veganismo/

vegetarianismo, parece constituir um tipo ideal mais interligado ao perfil de classe média, branco, universitário. Entretanto, a maioria das cicloativistas interlocutoras desta pesquisa que fazem parte desse perfil também parecem preocupar-se com um tipo de política próxima de um

Veganismo interseccional, fortemente aliado a bandeiras sociopolíticas de Direitos Humanos e à luta socioambientalista. Os veganos interseccionais têm procurado integrar o veganismo de libertação com as lutas políticas diversas de pessoas aderentes a organizações de trabalhadores, ao feminismo, ao movimento negro, ao ambientalismo, aos movimentos LGBT, a minorias religiosas, entre outros. Com isso, tem sido possível fundir o desejo de libertação animal com os anseios populares por libertação humana, e um veganismo popular, politizado e sensível às vulnerabilidades de cada minoria política tem crescido gradativamente¹³⁹.

Exceções a esse perfil majoritário, algumas mulheres como a cicloativista Catarina Silver, por exemplo, tem como sua principal fonte de renda atual a venda desses lanches veganos à um preço popular e acessível à grande massa, que pode comprá-los em localidades variadas da cidade de Fortaleza. Ela vende tanto para um público mais universitário, frequentador do entorno do bairro Benfica, lugar onde localiza-se um dos campus da Universidade Federal do Ceará, como também na região onde localiza-se a Praia de Iracema, espaço que concentra tanto populações de baixa-renda, próximo à faixa de praia conhecida atualmente como *praia dos crush*, quanto populações de classe média e alta nos arredores e no calçadão.

Além da Catarina Silver, temos a Karla Kizzy, outra interlocutora dessa pesquisa que também trabalha com a venda de alimentos veganos, como pães e bolos. A cicloativista Karla Kizzy, apesar de atender a vários públicos, possui uma cartela de clientes mais enquadrada no perfil de classe média e alta, residentes de localidades mais elitizadas da cidade de Fortaleza. Ela sempre participa de feirinhas alternativas que reúnem produtores e artesãos locais da cidade e são *points* de venda para uma diversidade de produtos, dentre estes, roupas, acessórios, artesanato e lanches ou comidas veganas. Geralmente são feiras que acontecem na Praça das Flores, na Praça Luiza Távora, na Praça da CEART, no Pólo Vegano do Mercado Cultural dos Pinhões ou na Av. Monsenhor Tabosa como a *feira auê*, a *feira chafurdim* e a *feira Villa Joaquim*, que são mais próximas aos bairros de classe média e alta. Nessas feiras são vendidos vários artefatos, como por exemplo, lanches veganos e, especialmente, na *feira chafurdim*, existe uma política de compra/ venda de roupas usadas, uma espécie de bazar, mas nem por isso deixa de ser algo elitizado, já que o público frequentador e expositor das roupas é mais de classe média, ou como eu designaria de “classe média alternativa” pois procura segmentos que, apesar de voltados à elite, aparentem ter uma roupagem mais simples e

¹³⁹ Informações retiradas do *site*: <http://veganagente.com.br/o-veganismo-e-essencialmente-elitista-e-inviavel-para-a-populacao-de-baixa-renda/>.

alternativa. Dentro dessa clientela de classe média alternativa que, compra esses produtos veganos/ vegetarianos, inclui-se a maioria das cicloativistas que observamos, ou seja, mulheres ciclistas que tem poder de escolha. A Karla Kizzy também vende seus produtos na *feira agroecológica do Benfica*, nos mesmos arredores que a Catarina Silver, no bairro universitário Benfica, porém de forma menos frequente.

As duas cicloativistas compartilham tanto a condição de empreendedoras no ramo de vendas de lanches veganos, como a de ativistas na causa ambiental e animal, seja nas ruas ou nas suas páginas de redes sociais digitais. A Karla Kizzy, em especial, sempre compartilha muitas dicas veganas na sua página do *Instagram* intitulada *Karlota Delícias Artesanais*, que vão desde livros a eventos, sempre faz postagens que visam esclarecer os seus seguidores acerca do veganismo e da importância dessa política para a sustentabilidade do planeta, para além da divulgação dos seus lanches que tanto podem ser comprados pessoalmente nessas feirinhas, como também podem ser feitos sob encomenda.

Portanto, a política vegana/ vegetariana difundida por algumas cicloativistas possui um público bastante variado e, apesar do veganismo ser comumente difundido como “coisa exclusivamente de gente rica”, elas tentam demonstrar que não, que essa filosofia também pode ser acessível a outros públicos, seja através de uma política de preços mais baixos, seja através da difusão do entendimento que o veganismo não se resume a produtos industrializados específicos, vendidos nos grandes supermercados da cidade, estes já bastante incorporados pela lógica capitalista, vendidos à preços absurdamente caros e, portanto, acessíveis à um público bem mais restrito. Essa lógica foge da política do veganismo, já que os produtos são pensados para que grandes empresas alcancem lucros exponenciais.

O veganismo é antes de tudo uma política anti-capitalista e, portanto, carrega aspectos socialistas que muito se contrapõem à proposta vegana mais elitizada e pouco acessível à maioria. O que as cicloativistas, em sua maioria tentam demonstrar, mesmo fazendo parte da dita classe média alternativa, é que é possível ser vegana sem grandes gastos e, até mais que isso, é possível ser vegana e até economizar, a partir da incorporação em sua alimentação diária de frutas, verduras, legumes e grãos comprados nas feiras populares de produtores locais, como é o caso da *feira agroecológica do Benfica*, onde os produtos são bem mais baratos e saudáveis do que os itens mais industrializados e processados intitulados de “veganos” vendidos nos supermercados e lojas do ramo.

Outra interlocutora que adere ao vegetarianismo, além de ser apoiadora de diversas lutas de outros movimentos sociais, é a Aspásia Mariana (CE). Em um de seus relatos percebemos a preocupação que cicloativistas têm não só em utilizar um meio de transporte sustentável, mas em movimentar toda uma rede em torno da solução de possíveis problemas

sem, contudo, esquecer valores ecofeministas, desde a alimentação ao tratamento de doenças:

(...) Eu não conseguia andar, não conseguia comer, não conseguia nada e elas se reuniram *pra* comprar remédio, *pra* ir na farmácia, *pra* descobrir qual era o tipo de (*chikungunya*) ... e tudo homeopático, assim, que elas sabem que eu sou vegetariana. A Karla Kizzy mandava pela *ciclomensageira* garrafas de suco de inhame *pra* eu tomar em casa. A outra ia lá na minha casa de carro *pra* me pegar porque, obviamente, se eu não conseguia andar, eu não conseguia pedalar... ia me pegar *pra* me levar *pra* fisioterapia. E a fisioterapeuta também é das *Ciclanas*, ela me atende de graça, até hoje o meu tornozelo ainda é fraco, ainda consequência da *chikungunya* e aí ela que cuida do meu corpo, e eu trabalho com o corpo, eu danço, então é minha ferramenta de trabalho. (Entrevista concedida no dia 09/06/2018).

Aqui também observamos a relação entre a Aspásia Mariana e a microempreendedora vegana Karla Kizzy. Uma relação que quebra, pelo menos em parte, essa visão do veganismo como algo que foge ao público que não é de classe média/ alta, como é o caso da Aspásia Mariana. O veganismo, dentro de determinados contextos e condições, como por exemplo a amizade compartilhada entre elas através do cicloativismo ou a divulgação de informações que cheguem à grande massa como o faz a Karla Kizzy, pode ser acessível ao grande público, além da elite já comumente adepta, mesmo que esse fato, no momento atual, ainda não faça parte da realidade concreta de uma maioria de pessoas. Ainda dentro do contexto desse relato, é possível percebermos que existe um aspecto holístico no feminismo contemporâneo representado por uma rejeição das noções de “desenvolvimentismo” modernas e que foram centrais nos projetos econômicos de países da América-Latina durante a maior parte do século XX, conforme vimos anteriormente no contexto colonializante exposto por ativistas como a Silvia Rivera Cusicanqui no âmbito indígena. Diante desse cenário, na era do desenvolvimento, pessoas pobres, que eram sujeitas aos ditames dos padrões de sustentabilidade forçados na época, eram consideradas “atrasadas” simplesmente por suas práticas de consumo não corresponderem às perspectivas impostas pela modernidade. Por exemplo, no final do século XX, na América Latina, era um símbolo da modernidade, a classe média e alta alimentar seus bebês com leite industrializado ao invés do leite materno. Hoje em dia, é símbolo de *status* justamente o contrário, ou seja, é a amamentação natural que é alçada ao posto de privilégio pelas classes média e alta.

Isso pode ter uma relação muito próxima quando também observamos o veganismo e a política disseminada por esse estilo de vida, que busca as comidas mais naturais em detrimento dos produtos processados e industrializados, hoje entendidos como fazendo parte de uma má alimentação, devido à presença de alta taxa de agrotóxicos, em especial no Brasil, para além do fato da própria filosofia de vida que é contrária ao sacrifício animal comum nas indústrias alimentícias, principalmente de carnes, em nome do consumo humano. Apesar do simbolismo elitizado do veganismo, as questões políticas que o envolvem e que são

disseminadas por algumas cicloativistas carrega alguns outros valores que tentam quebrar, pelo menos em parte, com esse ciclo.

O veganismo e outros fatores presentes nas experiências cicloativistas contribuem para que entendamos o movimento também a partir de uma ética ecofeminista. Ética essa que entende que a ideologia sobre a concepção e a dominação da natureza tem um viés masculino em vários âmbitos da vida dessas mulheres, o que não seria diferente quando da observação de suas experiências nas ruas. A rua como um espaço feito para homens e tão hostil às mulheres, um trânsito tão aberto aos motorizados e tão cruel com as bicicletas, cidades cada vez mais abarrotadas de asfaltos, viadutos, estacionamentos construídos a partir da destruição dos nossos espaços naturais, como por exemplo, o viaduto construído em Fortaleza, no Parque do Cocó, que custou a destruição de grande parte do verde contido nessa reserva ambiental, dentre vários outros casos de exploração da natureza realizados no Brasil e no mundo. Toda essa destruição da natureza e as violências diárias sofridas também pelas mulheres nas ruas das cidades, são temas pautados pelo movimento cicloativista feminista a partir do seu viés ecofeminista, seja diariamente por cada mulher cicloativista em seus percursos cotidianos, seja quando elas se juntam para pedalar, seja no seu comparecimento em protestos de diversos movimentos sociais.

Exemplo disso aconteceu no dia 23 de setembro de 2019, na cúpula sobre mudanças climáticas da ONU, em Nova York. O evento barrou a participação de países como Brasil, EUA, Japão e Arábia Saudita, por descumprirem medidas acordadas nas principais reuniões acerca do clima do planeta. O Brasil, em especial, foi vetado em decorrência, principalmente, dos discursos polêmicos e posições desfavoráveis do governo Bolsonaro à preservação do meio ambiente. Entretanto, o Brasil teve como representante nessa reunião uma jovem cicloativista chamada Paloma Costa Oliveira, de 27 anos, que foi escolhida para discursar no evento após concorrer com mais de 130 jovens candidatos. Ela discursou ao lado do secretário-geral da ONU, António Guterres, e de outros dois jovens: o indiano Anurag Saha Roy e a sueca Greta Thunberg, esta última jovem, de apenas 16 anos, ganhou notoriedade nos últimos meses por estar à frente do movimento *Greve Global do Clima*, um ativismo que tem movimentado cidades do mundo inteiro à pressionarem os governantes a tomarem medidas visando solucionar o problema das mudanças climáticas¹⁴⁰.

Paloma Oliveira já tem uma trajetória longa no âmbito da defesa do meio ambiente, tendo iniciado seu ativismo ambiental em 2015, quando tornou-se estagiária do escritório do Instituto Socioambiental (ISA) em Brasília, como estudante de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Em 2016 fez intercâmbio na Universidade Nacional do Chile com o tema

¹⁴⁰ Informações retiradas do *site*: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/jovem-ativista-brasileira-abre-cupula-de-clima-da-onu-em-nova-iorque>.

Mudanças Climáticas, tendo também estagiado na Corte Suprema do Chile. Em 2017, quando retornou ao ISA, juntou-se a outros dois jovens no projeto *Engajamundo*, uma ONG formada por jovens e que visa mobilizar outros jovens a se engajarem na luta para solucionar problemas ambientais advindos das mudanças climáticas. Ela também foi responsável por uma das instalações do *Fórum Mundial da Água* em Brasília no ano de 2018, através do projeto *Engajamundo*¹⁴¹.

A ciclotivista Paloma Oliveira ainda criou o projeto *Ciclimáticos*, ao lado do amigo João Henrique Alves Cerqueira, cujo objetivo é realizar viagens de bicicleta (cicloturagens), registrando e divulgando iniciativas acerca de mudanças climáticas que observam durante os percursos. Já pedalarão mais de 500km em regiões como a Serra da Cantareira em São Paulo, o litoral do Paraná e o interior da Bahia. Em 2018 foi convidada a assumir o cargo de assessora do ISA. Ela também participou em julho de 2019 da reunião preparatória sobre mudanças climáticas da ONU, realizada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Como integrante do ISA e do *Engajamundo*, ajudou na cobertura da marcha realizada em Nova York, uma das programações da *Greve Global do Clima*¹⁴².

Durante a abertura da reunião da ONU, na cúpula sobre o clima, Paloma Oliveira fez um discurso forte e combatente em defesa do meio ambiente e dos povos indígenas, o que demonstra o quanto as ciclotivistas estão engajadas com as questões ambientais e, portanto, o quanto compartilham de ideais ecofeministas¹⁴³.

Notas Finais

O intuito deste capítulo foi demonstrar, a partir da apresentação de um panorama geral da atual situação de degradação ambiental por que passa o planeta, que existe uma relação muito próxima das práticas de mulheres ciclotivistas com princípios e ações ecofeministas e, portanto, que colaboram com a luta pela preservação da natureza. Mulheres, há muitos anos, sofrem variadas formas de exploração e violência advindas de um sistema que tem como cerne o pensamento patriarcal, um sistema que é vivenciado sob um ponto de vista destruidor não só pelas mulheres, mas também pelo meio ambiente. Esse compartilhamento de violências sofridas tanto pelas mulheres quanto pela natureza, acaba por aproximá-las não só no que diz respeito ao sofrimento e exploração, mas também nas lutas pelo combate dessas degradações.

¹⁴¹ Informações retiradas do *site*: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/jovem-ativista-brasileira-abre-cupula-de-clima-da-onu-em-nova-iorque>.

¹⁴² Informações retiradas do *site*: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/jovem-ativista-brasileira-abre-cupula-de-clima-da-onu-em-nova-iorque>.

¹⁴³ Verificar em: Anexo A - Discurso da ciclotivista Paloma Costa no *UN Climate Action Summit 2019*

Essas violências e lutas em comum entre mulheres e meio ambiente resultaram no que hoje conhecemos como Ecofeminismo e é dentro desse âmbito que se insere um dos aspectos importantes do movimento cicloativista feminista contemporâneo. Mulheres cicloativistas, eminentemente urbanas, desenvolvem variadas ações associadas ao uso da bicicleta. Sendo um veículo que não polui o ar, o seu uso torna-se importante alternativa para o equilíbrio climático do planeta. Muitas delas são também adeptas à prática do veganismo como uma aliada na busca por um mundo menos consumista e explorador dos animais e da natureza. Algumas também se envolvem com outros movimentos sociais importantes no ativismo em prol da natureza, dos indígenas e camponeses no mundo inteiro. O movimento cicloativista traz em suas lutas diversos aspectos primordiais para a preservação da natureza e que estão inseridos nos atuais objetivos propostos pela comunidade internacional na **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. Tudo isso alinha o cicloativismo feminista ao Ecofeminismo e, mais que isso, demonstra a importância da sua luta no presente cenário de urgência em salvar o meio ambiente global.

Nos capítulos posteriores, analisaremos de forma mais aprofundada dentro do contexto das *cenais* (BENNETT & PETERSON, 2004; BLUM, 2001), as relações entre as cicloativistas e os grupos que compõem, a partir da análise das experiências vivenciadas na rua, nos espaços institucionais e nas redes sociais digitais, o que, por sua vez, também permitirá uma visão mais geral do movimento em nível local, translocal e transnacional. Veremos como aspectos micro e macrosociológicos relacionam-se em nossa análise do movimento a partir destes três âmbitos.

CAPÍTULO 2 – CENAS LOCAIS - VIOLÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E SORORIDADES

Com o intuito de compreender o movimento cicloativista feminista sob variadas dimensões, tomaremos como ferramenta teórico-metodológica, a partir deste capítulo e nos seguintes, o conceito de *cena* que, por sua vez, reúne algumas características principais, como por exemplo: regularidade, extensividade, mortalidade, coletivização, teatralidade, transgressão e espetáculo (BLUM, 2001). A partir de todos esses aspectos que juntos caracterizam uma cena, podemos depreender que o movimento cicloativista feminista enquadra-se como uma espécie de cena, porque reúne esses aspectos essenciais, conforme veremos a seguir. Isto pode ser verificado de forma mais detalhada ao longo deste capítulo, quando, por exemplo, nos detemos à análise de algumas atividades realizadas pelo movimento como as pedaladas coletivas, onde as cicloativistas não só têm a pretensão como também realizam o ato de impor seus corpos na rua, com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para sua performance, num esforço direcionado para “serem vistas”, reivindicando o direito ao espaço público na medida em que, através desse espetáculo, transgridem, cada uma a seu modo, o padrão de uma sociedade estruturada aos moldes do patriarcado, dissolvendo preconceitos e a fronteira entre o público e o privado tão cara às mulheres, fazendo da cidade um lugar acessível para o público feminino e das ruas um espaço mais acolhedor à bicicleta que, tal qual as mulheres, sofre com a hostilidade de um trânsito que supervaloriza o automóvel em detrimento dos modos de locomoção ativos como a caminhada e a pedalada.

Não menos importante é ressaltar que essa ação e outras atividades como as rodas de conversa, oficinas de mecânica, etc. são todas realizadas em grupo, evocando o aspecto de coletivização da cena, assim como sua característica extensiva e mortal, já que busca atingir a sociedade como um todo, chamando atenção para a cena desempenhada na rua, entretanto através de ações pontuais, efêmeras, como as pedaladas, que acontecem em determinado momento mas que logo se findam. O intuito é fazer desse instante algo constante, mas até chegar a esse objetivo, o direito à cidade vai se cumprindo à medida em que elas “tomam conta” desse espaço, através do seu ativismo político.

Tendo isso em mente, este capítulo propõe-se a entender como todos esses aspectos funcionam empiricamente, primeiramente, abordando a cena cicloativista a nível local e, portanto, buscando compreender a relação que vai sendo construída pelas mulheres com os grupos que participam, nas suas respectivas cidades. Para isso, primeiramente, expõe-se um panorama geral da violência das ruas e do acesso à cidade sob a perspectiva de gênero, raça, classe, idade, etc. e, a partir disso, é demonstrado como a indignação frente às situações de

violência e o acesso à cena cicloativista por parte das mulheres ciclistas, acabam por contribuir para uma transformação no estilo de vida dessas mulheres que, por sua vez, passa a ganhar um caráter ativista e feminista. São analisadas as formas de resistência e de fazer política individualmente e coletivamente, nas ruas e nos grupos, tendo como principal lugar de convergência, tanto das violências sofridas quanto das lutas e da sororidade construída, o corpo. Observa-se como o corpo feminino torna-se um corpo político e como a bicicleta torna-se um instrumento de luta feminista. É ressaltado, então, um tipo específico de mulher, intitulado de “cicloativista feminista” e um tipo de grupo também denominado de “cicloativista feminista”. Dentro da cena cicloativista, várias atividades são realizadas a fim de formar uma frente de resistência às opressões e violências, resultando, a partir daí em laços de afeto entre essas mulheres, responsáveis pela construção da sororidade. As violências que acometem as mulheres são universais, mas as resistências e as sororidades, conforme veremos mais à frente, também estão transpondo as fronteiras.

2.1 A Violência das Ruas e As Mulheres

O Brasil é campeão mundial de acidentes de trânsito e, para termos uma ideia, no país, uma pessoa é morta por acidente de trânsito a cada 13 minutos. Os atropelamentos acontecem a cada 7 minutos. São 46 mil mortes por ano decorrentes de acidentes de trânsito, cerca de 300 mil pessoas feridas e, destas, 60% ficam com lesões permanentes. Dentre as mortes, 44% foram resultantes de atropelamento e 41% das pessoas atingidas possuem entre 15 e 34 anos. Os acidentados no trânsito ocupam cerca de 60% dos leitos de traumatologia dos hospitais no Brasil, ou seja, a cada dez leitos, cinco são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito. Só na cidade de São Paulo, a capital do estado mais populoso do País que concentra cerca de 6% da população brasileira, a cada 3,2 minutos ocorre um acidente.

De 1960 a 2000, mais de 700 mil pessoas morreram em decorrência de acidentes de trânsito no Brasil. A quantidade de mortes no trânsito no país por ano pode, em média, equiparar-se ao número de vítimas da guerra do Vietnã. Crianças de 1 a 14 anos morrem mais em decorrência de atropelamentos e acidentes de trânsito do que de doenças. No Brasil, os acidentes de trânsito são o segundo maior problema de saúde pública, ficando atrás apenas da desnutrição, e a terceira causa de mortes no país (LUDD¹⁴⁴, 2005, p. 16).

Num período de quase 15 anos, já adentrando os anos 2000, a falta de segurança para ciclistas nas cidades brasileiras resultou em um saldo negativo de 20 mil mortos. Conforme

¹⁴⁴ Pseudônimo utilizado pelo sociólogo Léo Vinícius, autor do livro “Apocalipse Motorizado: A Tirania do Automóvel em um Planeta Poluído” (2005), de onde foram retiradas essas informações.

o Ministério da Saúde, só em 2017, os acidentes de trânsito vitimaram 1.306 ciclistas no Brasil. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), um total de 1.389 ciclistas morreram há 15 anos. Essa situação praticamente não modificou-se desde 2004, época em que o Ministério das Cidades lançou o programa Bicicleta Brasil¹⁴⁵, que teve recentemente, em 2018, suas bases ampliadas através de uma reedição na forma de uma lei¹⁴⁶ aprovada pelo Congresso que foi sancionada em seguida pelo Presidente da República. O número sofreu algumas variações, chegando a 1.668 em 2006, mas manteve-se na média anual de 1,4 mil, no intervalo até 2017, ano em que foi divulgado o último dado disponível¹⁴⁷.

GRÁFICO 2 – Índice de mortes de ciclistas em acidentes no Brasil



Fonte: Ministério da Saúde - agência senado

Conforme o estudo Cidades Cicláveis¹⁴⁸, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), isto deve-se, em parte a

Uma incompatibilidade de discursos de mobilidade entre o rodoviarismo e o cicloativismo. Esta disputa de discursos fica evidenciada no governo federal, com

¹⁴⁵ Com o intuito de promover o uso da bicicleta no Brasil, que junto ao Plano Nacional de Mobilidade Urbana, foi criado o **Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta**, ou **Programa Bicicleta Brasil (PBB)** (www.cidades.gov.br/bicicletabrasil), uma iniciativa da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) do Ministério das Cidades (MCidades), instituído pela Portaria nº 399, de 22 de setembro de 2004 (BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004c).

¹⁴⁶ Lei 13.724/2018, disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13724.htm.

¹⁴⁷ Informações retiradas do *site* da Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/09/programa-bicicleta-brasil-agora-vai?fbclid=IwAR0HUXngpUytnC1eQksHCW4dwWmtYbNlr249RaHK-LyQesF-E4aZc2SUIIY>.

¹⁴⁸ Segue o *link* do material Cidades Cicláveis: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7521/1/TD_2276.pdf.

avanços para visão cicloativista a partir de 2004, com o Programa Bicicleta Brasil, e retrocessos a partir de ano de 2009 com fortalecimento da visão rodoviarista e estímulo econômico e fiscal para compra de automóveis pelo governo federal, com destaque para a diminuição do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Tudo isso, aliado a vários outros fatores, como por exemplo a falta de educação e respeito no trânsito, colaboram para o aumento de casos de mortes e acidentes nas cidades brasileiras. Luana Holanda (CE), uma das interlocutoras desta pesquisa, é mais um caso que engrossa essas estatísticas já tão numerosas. Desde o dia 8 de maio de 2018, ela passa por profundas mudanças em sua vida após ter tido sua perna amputada quando um motorista de ônibus, ao fazer uma conversão à direita da via, a atropelou enquanto ela pedalava na ciclofaixa da Avenida Antônio Sales, em Fortaleza, para ir ao trabalho, como de costume. Luana Holanda relata sobre como tudo aconteceu no dia em que sofreu a violência de trânsito que a deixou cadeirante, assuntos também presentes nas suas postagens no *Facebook* acerca de como tem tentado conviver com esse imenso desafio. Numa conversa que tivemos pelo *Facebook*, ela explicou o fato com detalhes:

Eu estava indo para o meu trabalho de bicicleta, como de costume e pela ciclofaixa. Quando estava para cruzar a (avenida) Dona Leopoldina havia um carro branco ao meu lado na faixa da esquerda dando sinal para entrar à esquerda na Dona Leopoldina, mas ele estava esperando eu terminar de cruzar para enfim fazer a conversão. Um ônibus que estava na faixa no meio resolveu entrar na frente desse carro branco trancando-o, que conseguiu frear e evitar a colisão, mas eu que já estava fazendo a travessia não tive o mesmo tempo *pra* desviar ou frear. Fui atingida pela quina dianteira do lado do motorista e a roda dianteira também do lado do motorista passou por cima das minhas pernas. (Luana Holanda em conversa no dia 20/05/2019).

No dia seguinte ao ocorrido, em 9 de maio de 2018, ela publicou nas suas redes sociais digitais a seguinte mensagem:

Oi pessoas lindas do meu coração. *Tô* viva, acho que sou imortal. Minha perna direita *teve* que ser amputada do joelho *pra* baixo. Não sinto revolta, não fiquei *bad*¹⁴⁹ e *tô* até espantada comigo mesma. Daqui a pouco ponho uma prótese super estilosa e vocês ainda vão me ver muito nos rocks e nos *rolês*¹⁵⁰ de *bike*. Agradeço imensamente o carinho. E *pra* frente é que se anda.

Muitos se espantaram com esse depoimento da Luana Holanda, achando que ela poderia não ter se dado conta efetivamente do que havia acontecido, entretanto não tratava-se de um sentimento de “não cair a ficha sobre o acontecido”, mas uma forma que ela encontrou para lidar com essa nova realidade tão difícil. Houve vários *posts* nas redes sociais em solidariedade à Luana Holanda, tanto mensagens de apoio como chamados para que outras pessoas pudessem colaborar com rifas para ajudar no tratamento ou com doações de sangue.

¹⁴⁹ *Bad* é uma palavra inglesa que significa “mal”.

¹⁵⁰ *Rolês* é uma palavra comumente utilizada na linguagem coloquial com o significado de “passeios”.

Figura 39 - Campanha de Doação de Sangue para Luana Holanda

Pedido de Doação de Sangue

A jovem Luana Vasconcelos Holanda, a ciclista que recentemente sofreu um acidente e esta hospitalizada no IJF, esta precisando de doadores para repor o estoque.

As doações devem ser feitas obrigatoriamente no Hemoce do Hospital IJF, não esqueçam de informar o nome dela.

Quem puder ajudar ficaremos infinitamente gratos. Desde ja agradecemos.

Lembrando, um dos requisitos iniciais é ser maior de 18 anos e ter acima de 50 kg.

Posto Hemoce do IJF
Rua Barão do Rio Branco, 1816, no Centro, funciona de segunda à sexta, das 7h30min às 18h30min, e aos sábados, domingos e feriados, das 13h às 17h30min.

Fonte: Imagem retirada do *Facebook*

No dia 11 de maio ocorreu uma bicicletada¹⁵¹ em protesto ao acontecimento, combinada via *Facebook*. Muitos ciclistas se reuniram, principalmente mulheres. Apesar de tanto ciclistas homens quanto mulheres sofrerem com os acidentes de trânsito e com as possíveis consequências de sequelas irreversíveis, aqui o enfoque é dado às mulheres, principalmente, devido à essa violência se somarem outras, no caso específico feminino, como veremos mais à frente com relação ao assédio e também porque, a partir disso, as mulheres ciclistas acabam por estabelecer uma relação de cumplicidade e resistência, mostrando o quão ainda precisa ser conquistado esse direito das mulheres estarem nas ruas pedalando. Essa solidariedade pode ser observada, por exemplo, no relato de uma outra cicloativista e médica, que atendeu à Luana Holanda no momento do ocorrido:

(Não é acidente se puder ser evitado. É crime.) Indo *pro* hospital escuto gritos vindos da ciclofaixa da Antônio Sales, no cruzamento da Dona Leopoldina. Vejo uma aglomeração, um ônibus parado no meio da rua e decido me aproximar. Avisto o pneu retorcido, a carne destruída e a moça de cabelo vermelho, que poderia ser eu. Ficamos eu e outro colega, médico e também ciclista, ajudando até o SAMU¹⁵² chegar, com os bombeiros, *pra* enfim trazê-la ao hospital. Outras pessoas tentavam ajudar como podiam, mesmo que apenas falando palavras de conforto e incentivo. Nesse breve tempo soube um pouco de sua vida, quase interrompida *pra* sempre pela pressa de alguém que não consegue dar o valor que a vida alheia deveria ter. Todo dia a gente se prepara *pra* uma guerra, que não precisava existir. Todo dia a gente cansa, luta e torce *pra* não ver nem o nosso sangue nem o de nenhum outro ciclista ou pedestre escorrendo no chão¹⁵³.

¹⁵¹ Bicicletada é uma ação de protesto realizada pelos ciclistas nas ruas das cidades, que geralmente pedalam em coletivo a fim de reivindicar diversas pautas relacionadas direta ou indiretamente ao ciclismo.

¹⁵² O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (no Brasil também SAMU 192) é um serviço de atendimento médico, utilizado em casos de emergência. Foi idealizado na França, em 1986 como Service d'Aide Médicale d'Urgence — que faz uso da mesma sigla “SAMU” — e é considerado por especialistas como o melhor do mundo. <http://blogdounicom.blogspot.com/2010/10/o-la-novamente-colegas-o-servico-de.html>.

¹⁵³ Relato postado no *Facebook* por uma amiga da Luana Holanda que, por questões éticas, preservamos o nome e a data.

O cartaz “Não foi acidente” também circulou muito pelas redes sociais digitais, após o atropelamento da Luana Holanda:

Figura 40 - Cartaz em protesto pelo atropelamento da Luana Holanda

NAO FOI ACIDENTE	
<p>Motoristas não devem “fechar” bicicletas:</p> <p>Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitam em sentido contrário pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem.</p> <p>Art. 214. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado:</p> <p>I – que se encontre na faixa a ele destinada;</p> <p>II – que não haja concluído a travessia mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;</p> <p>(...)</p> <p>Infração – gravíssima:</p> 	<p>Pedestres têm prioridade sobre ciclistas; ciclistas têm prioridade sobre outros veículos:</p> <p>Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.</p> 
<p>Art. 201. Deixar de guardar a distância lateral de um metro e cinquenta centímetros ao passar ou ultrapassar bicicleta:</p> <p>Infração – média:</p> 	<p>Tirar fina é infração média (além de perigosíssimo para o ciclista):</p> <p>Art. 201. Deixar de guardar a distância lateral de um metro e cinquenta centímetros ao passar ou ultrapassar bicicleta:</p> <p>Infração – média:</p> 
<p>Ameaçar o ciclista com o carro é infração gravíssima, passível de suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo e da habilitação:</p> <p>Art. 170. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos:</p> <p>Infração – gravíssima:</p> <p>Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;</p> <p>Medida administrativa – retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.</p> 	<p>Ameaçar o ciclista com o carro é infração gravíssima, passível de suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo e da habilitação:</p> <p>Art. 170. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos:</p> <p>Infração – gravíssima:</p> <p>Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;</p> <p>Medida administrativa – retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.</p> 
<p>Art. 58. Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.</p> <p>Lugar de bicicleta é na rua</p>	

Fonte: Imagem retirada do *Facebook*

Após o ocorrido com a Luana Holanda, meses depois, outra ciclista também foi vítima de atropelamento em Fortaleza em 14 de novembro de 2018. A Natália Prado, de 20 anos, era estudante do curso de Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará (UFC) e faleceu após ser atropelada por um ônibus no cruzamento da Rua Mozart Gondim com Avenida Bezerra de Menezes, enquanto fazia seu percurso diário de ida para aula, conforme relatou o *site* G1. Uma situação bem parecida com a da Luana Holanda, porém que infelizmente, resultou em mais uma vida interrompida pelo trânsito das grandes cidades. Em um dos *posts* que noticiavam o atropelamento da Natália Prado, uma ciclista comentou:

Uso a bicicleta como transporte. Todos os dias é uma luta *pra* chegar viva em casa. Também uso *pra* ir e vir da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e escapo, nem sei como. Ônibus e táxi são marcantes na vida de ciclistas, pois ficam trancando e jogando pragas. Outro dia, para não morrer, tive que subir numa calçada, pois era o recurso possível. Não adianta ciclofaixas e ciclovias, sem uma mobilização com motoristas. Quantos ciclistas ainda terão que morrer? Eis a questão (*Post* do dia 15/11/2018).

Conforme o supervisor da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), Roberto Félix, explicou, em reportagem ao jornal *O Povo* sobre o ocorrido com a Luana Holanda, que o correto seria esperar a ciclista, que estava seguindo corretamente pela ciclofaixa, atravessar o cruzamento: “A preferência é da ciclista, o ônibus que ia fazer essa conversão à esquerda teria que aguardar a ciclista atravessar o cruzamento para, então, entrar”. Aqui

percebemos que um dos maiores problemas que resultam nas violências de trânsito é justamente a falta de educação e conhecimento das leis de trânsito que culminam em desrespeito com os pedestres e ciclistas. Mesmo estando na ciclofaixa, o atropelamento não foi evitado, o que evidencia que, apesar da importância em se ter infraestrutura cicloviária, ela sozinha não é suficiente. É necessário que os motoristas assimilem primeiro que a bicicleta é um meio de transporte, segundo que tem prioridade na via quando em comparação com outros veículos maiores e motorizados, terceiro que quando não existir infraestrutura cicloviária na via, o ciclista continua tendo o direito de estar ali e a prioridade ao ciclista continua valendo, sendo estipulada a distância de 1,5 metros entre os carros/ônibus e a bicicleta. Ou seja, a educação no que compete as leis de trânsito e sua prática durante os deslocamentos podem evitar o acontecimento de fatos como o da Luana Holanda. Todas essas regras estão muito bem explicadas e detalhadas no Código de Trânsito Brasileiro¹⁵⁴.

Numa roda de conversa ocorrida em uma livraria de Fortaleza com a presença da Luana Holanda, ela já havia ressaltado o quão violento é o trânsito e como é difícil estar entre os motorizados: “Não tem como um corpo de carne e osso competir com um monstro que pesa uma tonelada”, se referindo aos carros, ônibus e caminhões que todos os dias teimam em usurpar as vidas de pedestres e ciclistas. É importante destacar aqui também que os xingamentos e ameaças a pedestres e ciclistas também já são tipificados em lei¹⁵⁵. Além disso, esse relato da Luana Holanda nos leva a pensar sobre os riscos a que estão sujeitos esses corpos que se impõem nas ruas, ou seja, a refletir sobre a *precariedade dos corpos* (BUTLER, 2018) que pedalam em lugares que possuem um perigo maior, seja pela falta de infraestrutura adequada ou pela falta de respeito e educação no trânsito, como é o caso das cidades brasileiras. “A precariedade não pode ser dissociada da dimensão da política que aborda a organização e a proteção das necessidades corporais. A precariedade expõe a nossa sociabilidade, as dimensões frágeis e necessárias da nossa interdependência” (BUTLER, 2018, p. 131). Expor esse corpo pedalante nas ruas, envolve riscos, violências, principalmente em se tratando de corpos femininos, mas por outro lado, é justamente a exposição a esse risco, que faz desses corpos, corpos resistentes, corpos políticos empoderados.

¹⁵⁴ Observar no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) especificamente os artigos 29, 38, 58, 201 e 214 que tratam de todas as questões explanadas. Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm.

¹⁵⁵ Art. 170. Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os **demais veículos**: Infração – gravíssima; Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir; Medida administrativa – retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação. Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm.

A exposição corporal pode assumir formas diferentes. Uma elevada exposição corporal acontece quando as assembleias expõem deliberadamente os corpos ao poder policial nas ruas ou em outros domínios públicos. É também o que acontece todos os dias em condições de ocupação, quando caminhar pelas ruas ou tentar passar por um ponto de controle significa tornar o corpo suscetível a assédio, injúria, detenção ou morte. Outras formas de exposição corporal ainda acontecem nas prisões, nos campos de detenção e nos campos de refugiados, onde militares e policiais exercem tanto o poder de vigilância quanto o poder de dar voz de prisão, de fazer uso da força, de impor o isolamento e de determinar como e quando alguém pode comer ou dormir, e em que condições. Então obviamente não se trata de afirmar que a exposição corporal é sempre um bem político ou mesmo a estratégia mais bem-sucedida para um movimento emancipatório. Algumas vezes o objetivo de uma luta política é exatamente superar as condições indesejadas da exposição corporal. Outras vezes a exposição deliberada do corpo a uma possível violência faz parte do próprio significado de resistência política (BUTLER, 2018, p. 139-140).

É expondo esse corpo aos riscos que demonstra-se a insatisfação com tal cenário e reivindica-se uma outra forma de vivenciar essa exposição, livre dos riscos e das violências. Trata-se, antes de mais nada, de uma *luta por reconhecimento* (HONNETH, 2003).

Passados alguns meses após o ocorrido, no dia 30 de março de 2019, durante um debate na rádio universitária sobre o tema “Mulheres Ciclistas e Mobilidade Urbana”, a Luana Holanda falou sobre a luta diária pelo respeito agora como cadeirante. Ela conta que passou a ter um novo olhar com relação às pessoas com deficiência (PCD) após o “acidente”, fato que antes, quando trabalhava como produtora cultural em diversos eventos e tentava se atentar, não tinha ideia de que o que era feito ainda não era suficiente para que essas pessoas fossem bem acolhidas e tivessem a total segurança e acessibilidade necessárias. O ativismo em torno dessas questões hoje é uma constante na vida da Luana Holanda que tenta, apesar de toda dificuldade, reivindicar os direitos das PCD’s em todos os espaços, fato que, inclusive, foi reclamado na rádio, com relação à largura da porta de acesso não ser adequada caso ela tivesse ido numa cadeira de rodas mais larga.

Outra questão importante a destacar que ela também postou no *Facebook* foi o fato de hoje enfrentar conflitos com ciclistas que, por vezes, não respeitam sua situação:

Eu estava com uma dúvida muito pertinente sobre embarque e desembarque em cima da ciclofaixa (eu não sei o CTB todo decorado não, às vezes preciso consultar). Como não gosto de “achismo”, consultei meu amigo gerente de operações da Autarquia Municipal de Transito daqui de Fortaleza (me corrija se eu escrever algo errado). Eu como deficiente física preciso que o carro encoste ao máximo do meio fio da calçada para que eu possa embarcar e desembarcar por questão de mobilidade e segurança (não preciso explicar o óbvio) e muitas vezes levo xingamento de alguns ciclistas mesmo a cadeira de rodas sendo TÃO VISÍVEL (vou nem citar os motoristas). E SIIIIIIIMMM, O CARRO PODE PARAR EM CIMA DA CICLOFAIXA PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE, mais que isso aí sim é considerado infração. Então, tenham paciência! Até um dia desses eu era ciclista e perdi parte da perna justamente durante minha ida ao trabalho de bicicleta. O CTB, em seu anexo I, estabelece que: Parada é a imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros. ART. 181 PROIBIDO ESTACIONAR...VIII - No passeio ou sobre faixa destinada a pedestre, sobre ciclovia ou ciclofaixa, bem como nas ilhas, refúgios, ao lado ou sobre

canteiros centrais, divisores de pista de rolamento, marcas de canalização, gramados ou jardim público: Infração - grave; Penalidade - multa; Medida administrativa - remoção do veículo; Transitar com o veículo em calçadas, passeios, passarelas, ciclovias, ciclofaixas, ilhas, refúgios, ajardinamentos, canteiros centrais e divisores de pista de rolamento, acostamentos, marcas de canalização, gramados e jardins públicos: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (três vezes). ONDE É PROIBIDO ESTACIONAR PODE PARAR PARA EMBARQUE OU DESEMBARQUE (*Post* do dia 06/05/2019).

Entretanto, mesmo diante de tantos obstáculos, que incluem dores físicas e emocionais, a Luana Holanda tenta superar a sua difícil situação, apoiada numa rotina entre médicos e fisioterapeutas. Apesar de tudo, ela pensa sim em colocar uma prótese e voltar a pedalar, fator que está sendo dificultado pela atual Reforma da Previdência em tramitação no congresso brasileiro, que visa, dentre outras coisas, “cortar” o benefício de aposentados por invalidez.

Mas enquanto a prótese ainda não é uma realidade para a Luana Holanda, uma possível solução que tem sido reivindicada pela OAB¹⁵⁶ e pelo MPCE¹⁵⁷, ressaltada por ela durante a entrevista na rádio, seria a implantação de *handbikes* nos pontos de sistemas de compartilhamento de bicicletas da cidade, que são bicicletas movidas pela força dos braços. Ela também pedala nas bicicletas ergométricas na academia, como forma de realizar exercícios físicos, contribuindo para a perda de peso, algo que com o tempo foi sendo um problema para o seu joelho. Nesse misto de fragilidade e força, a Luana Holanda vai tentando resistir à lógica perversa das violências de trânsito no Brasil.

Casos como os da Luana Holanda e da Natália Prado, infelizmente, são muito comuns. A rotina das ciclistas baseia-se quase sempre em lutar contra essas estatísticas, alcançando essa meta diária que é conseguir voltar para casa viva. Quando se fala em violência de trânsito contra ciclistas costumamos logo pensar nas ciclovias e nas multas como possíveis soluções para o problema, entretanto, apesar delas trazerem uma maior sensação de segurança, não significa efetivamente que as ciclistas estarão seguras, pois como vimos nesses dois casos de violência de trânsito, os fatos ocorreram enquanto as ciclistas estavam pedalando nas ciclofaixas, geralmente em cruzamentos, momento em que os motoristas fazem conversões e não costumam respeitar a preferência de passagem ao veículo não-motorizado (Art. 214. do CTB), mesmo que essa atitude gere multas e outras penalidades ao motorista.

Em conversa que tive com a cicloativista Vivian Garelli (RJ), por exemplo, ela diz que tem um grande problema com as ciclovias de Niterói pois a maioria delas é desconexa, devido ao grande número de ciclistas que transitam por elas todos os dias “espremidos”, além

¹⁵⁶ Ordem dos Advogados do Brasil.

¹⁵⁷ Ministério Público do Estado do Ceará.

disso ela afirma que as ciclovias são estreitas ou, no caso das ciclofaixas, com pinturas já apagadas e não contemplam grande parte do seu trajeto, fato que a faz preferir pedalar nas vias, disputando o espaço com os carros. Algumas ciclistas menos experientes, por medo de transitar junto com os carros e também por não quererem enfrentar as ciclovias mal estruturadas, acabam por pedalar nas calçadas, conforme me relatou a Vivian Garelli¹⁵⁸. Esse cenário não difere muito dos de outras cidades brasileiras e é um dos motivos que explica o fato das cicloativistas, em sua grande maioria, preferirem dividir a via com os carros.

A violência urbana nas grandes cidades do Brasil, que se dá principalmente por meio de assaltos e assassinatos, é outro fenômeno que somado à violência de trânsito assola a vida das cicloativistas. Uma das interlocutoras desta pesquisa, a Aline Os (SP), relata duas situações de assaltos que vivenciou durante suas pedaladas pela cidade:

Eu passei por duas tentativas de assalto na Praça da Sé, saindo da oficina “Mão na roda”¹⁵⁹ (...) eu desci pra casa umas onze horas da noite, meia-noite, por aí e quando eu fui passar do lado da Sé, a primeira vez foi um menino de uns nove, dez anos de idade, tentando me derrubar da bicicleta e eu consegui desviar e escutei quando os (meninos) mais velhos *tavam* gritando pra ele chutar a bicicleta pra eu cair, então eu escapei disso. (Entrevista concedida no dia 28/03/2019).

Duas semanas depois, eu fui passar e falei “bom, eu já não passo mais do lado da Praça da Sé nesse horário”, mas eu continuava descendo pelo mesmo caminho, só que quando chegava na Praça da Sé eu fazia um desvio e aí nesse desvio, um outro grupo de meninos me viu e eu escutei quando eles gritaram que era mulher e que *tava* de bicicleta, que era *pra* “pegar”. (Entrevista concedida no dia 28/03/2019).

Acrescido às violências de trânsito e urbana, no caso específico das mulheres, soma-se a violência de gênero, fator este que torna as mulheres mais vulneráveis quando comparada a situação destas com outros públicos e que, justifica, portanto, a ênfase dada nesta pesquisa à categoria feminina quando da análise das diversas formas de violências presentes nas cidades brasileiras, conforme veremos a seguir.

2.1.1 A Violência de Gênero

De acordo com dados divulgados pelo *site* G1, cerca de 6.856 mortes ocorreram no Brasil só no primeiro bimestre de 2019 entre homens e mulheres. Entretanto, quando observamos especificamente a situação das mulheres, os dois tipos de violência anteriormente apresentados, por vezes, vêm acrescidos também do assédio e do abuso sexual. Uma pesquisa

¹⁵⁸ Entrevista concedida no dia 14/11/2018.

¹⁵⁹ A *Oficina Mão Na Roda* surgiu em meados de 2010, é um coletivo horizontal independente, sem vínculos governamentais ou privados, e autogerido pelo (a) s participantes. Por convergência de valores e objetivos, formamos parceria com a *Ciclocidade*, participação que garantiu ao coletivo mais visibilidade e alcance sem a perda da autonomia e independência que sempre caracterizaram a *Oficina Mão Na Roda*, assim como é um reforço às propostas da Associação, trazendo benefícios mútuos. (<https://www.ciclocidade.org.br/maonaroda>).

realizada em 2018 pela organização *ActionAid*¹⁶⁰ aponta que 53% das mulheres brasileiras com faixa etária de 14 a 21 anos sentem medo do assédio diariamente. No quesito *misoginia*, o Brasil está à frente de países como Índia, Quênia e Reino Unido. Alguns relatos dessa pesquisa demonstram o quão corriqueiro são os casos de assédio no cotidiano das cicloativistas. Essa realidade as assombra e tem sido um dos maiores obstáculos para as mulheres que desejem ou precisem pedalar sozinhas nas ruas principalmente à noite, horário em que a cidade fica mais deserta e, portanto, mais propícia a esse tipo de violência, conforme relata a cicloativista Vivian Garelli (RJ):

(...) Eu não tenho feito mais os *rolês* à noite, eu tenho reparado que muito mais os *rolês* à noite em Niterói tem sido feito por homens que tem uma outra relação com a violência. Mesmo grupo de mulheres pedalando à noite, isso não significa que a sensação de segurança, acho que a percepção de segurança das mulheres é bem menor do que um grupo de homens, que não tem tantas preocupações em relação ao assédio como uma outra forma de violência possível, *pra* além da violência do trânsito, *pra* além da violência urbana. (Entrevista concedida no dia 14/11/2018).

As mulheres vivenciam a cidade de uma maneira completamente diferente da dos homens. O direito à cidade, apesar de ser respaldado na legislação brasileira, como o direito de ir e vir de todas as pessoas, sendo parte fundamental do pleno acesso à cidadania, ainda não é algo vivenciado na sua totalidade pelas mulheres, principalmente, devido à violência de gênero. Henri Lefebvre (1969) quando traz à tona a discussão acerca do direito à cidade sob uma perspectiva mais humanista, entendendo-o como um direito “à vida urbana, (...) aos lugares de encontros e mudanças, aos ritmos da vida e aos empregos do tempo que permitem o pleno uso desses momentos e lugares”, defendendo a reapropriação do espaço pelas pessoas, que deveriam ser seus verdadeiros protagonistas, esquece-se de ter em conta as especificidades de gênero dentro do quadro que compõe as várias maneiras de se ter acesso à cidade. Jürgen Habermas (1997), ao tratar da soberania do povo como processo, dentro do âmbito do direito e da democracia, afirma que

Todos os indivíduos emancipados têm que ser autores de seus destinos. Em suas mãos está o poder de decidir sobre as regras e o modo de sua convivência. Na medida em que eles enquanto cidadãos, impõem a si mesmos as regras às quais desejam obedecer, eles produzem o seu próprio contexto vital. Este é entendido como produto de uma prática cooperativa centrada na formação política consciente da vontade. [...] A liberdade política é vista sempre como a liberdade de um sujeito que se determina e se realiza a si mesmo. Autonomia e auto-realização são os conceitos-chave para uma prática, cujo objetivo reside em si mesma, ou seja, na produção e reprodução de uma vida digna do homem (HABERMAS, 1997. p. 255).

Porém, ao tratar do assunto, Habermas esquece-se, por exemplo, de refletir acerca

¹⁶⁰ Organização internacional que trabalha por justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza. Informação disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/pesquisa-assedio/.

de alguns questionamentos, como os elencados a seguir: na expressão “todos os indivíduos emancipados” aonde incluem-se as mulheres (público que ainda hoje luta em busca dessa emancipação)? Até onde vai o poder de decisão das mulheres acerca da sua própria liberdade de ir e vir, de acessar os espaços públicos, num mundo cada vez mais hostil e violento aos corpos femininos? As regras e formas de convivência impostas aos cidadãos (aqui inclui-se as mulheres) foram, desde o princípio, uma criação de homens, então até que ponto as mulheres têm participação nas regras que lhes são impostas historicamente? Será, que por vezes, na história da humanidade, o homem ao lutar pelo que entende como vida digna não acaba por ferir a dignidade da vida da mulher?

Ou seja, essas são perguntas que não foram contempladas nas análises feitas por Lefebvre (1969) e Habermas (1997), cabendo a nós, portanto, tentar observar os processos e as dinâmicas envolvidas na luta pelo direito à cidade e a uma vida digna, livre de violências, em que as mulheres e as discussões de gênero estejam incluídas. Pois, mesmo que se pense na cidade como algo que foi construído e que, portanto, é passível de reconstrução a partir das pessoas que a formam (BORJA, 2003), para além disso, precisa-se levar em consideração o poder patriarcal, instância que transcende as fronteiras entre o público e o privado e que, por sua vez, irá influenciar fortemente às maneiras como as mulheres exercem o direito à cidade. É a partir, justamente desse outro olhar, que será possível pensar uma outra forma de cidade e começar a reconstruí-la, na prática, sob novos moldes, sem esquecer de uma grande parcela que a compõe: as mulheres.

Além disso, é preciso pensar em como as relações hierárquicas de poder que atravessam a vida dessas mulheres, através de marcadores sociais de raça, classe, sexualidade, etc., configuram-se como obstáculos na busca desse acesso à esfera pública, assim como também é importante entender em como essas mulheres hoje estão construindo novas formas de lidar com essas hierarquias sociais, em como resistem à esses processos de opressão cotidianamente na luta incessante por uma cidade mais justa, inclusiva e democrática. Donna Goldstein (2003) ajuda a esclarecer nossa crítica aos modelos teóricos, como os que aqui estão explanados, que deixam de fora muitas questões importantes para que o pleno acesso aos espaços públicos, à cidadania plena e à democracia possam efetivar-se. Ao analisar as experiências de violência em uma favela do Rio de Janeiro, no Brasil, ela demonstra, por exemplo, como as mulheres, através do humor, tentam sobreviver à difícil situação que as rodeia, em que inclui-se o acesso sempre muito obstaculizado aos espaços públicos e instituições responsáveis por oferecer grande parte dos serviços públicos necessários à garantia de direitos sociais para que todas as pessoas exercitem a cidadania. Esse direito à cidadania, tão comum nos regimes democráticos, na prática, em países como o Brasil, raramente se aplica,

principalmente, quando trata-se de mulheres, pobres, negras:

As mulheres empobrecidas [...] – uma população em grande parte não alfabetizada, urbana e historicamente oprimida - apresentaram exemplos da cultura popular das mulheres contemporâneas, uma das poucas oportunidades diretas de auto-expressão. O humor forneceu um dos poucos veículos para dar voz a esse grupo de mulheres que têm muito pouco acesso à esfera pública tão exaltada nos escritos teóricos sobre governança democrática (GOLDSTEIN, 2003, p. 4, tradução nossa).

Essas mulheres usam o humor como ferramenta de resistência, enquanto as cicloativistas utilizam a bicicleta e o pedalar diário para os enfrentamentos das violências cotidianas que as rodeiam. Ambas são formas de resistir às cruéis situações que assolam as suas vidas. Essa herança pouco democrática com as mulheres quando o assunto é acesso à esfera pública, das mais variadas maneiras, é consequência de um longo período de cidades planejadas baseadas nos binômios residências/indústrias, reprodução/produção da força de trabalho, privado/público. Entretanto, os corpos femininos, que fazem parte de ambos os espaços e os vivenciam de forma diferente e diversa, vêm para dissolver essas fronteiras, tornando-as mais fluidas e complexas, mostrando que é necessário, portanto, pensar um modelo de cidade que acolha as diversas experiências femininas (SANZ, 2013).

Um exemplo de como essas experiências e os olhares sobre a cidade entre homens e mulheres são diferentes ocorreu durante um evento, no dia 23 de setembro de 2018, promovido pelo Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais (LERHA) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), intitulado “Pedalada com o LERHA – Juntos pelo dia mundial sem carro”, em que a cicloativista Andréa Bezz (CE) participou como uma das convidadas. Os pontos altos da conversa foram a falta de respeito dos motoristas com os ciclistas no trânsito, e aqui englobam-se os xingamentos, atropelamentos e, com relação às mulheres ciclistas, a adição da violência de gênero à de trânsito. Em um dado momento, foi ressaltado, por um homem, aluno da instituição, a falta de segurança ao pedalar em determinados locais da cidade à noite, principalmente para as mulheres, citando o exemplo do centro da cidade, “por ser repleto de moradores de rua drogados”, fato rebatido no mesmo momento pela Andréa Bezz, que salientou que as violências sofridas, muitas vezes, não advêm dos moradores de rua rotulados de “drogados”, mas quase sempre de homens, teoricamente “respeitáveis”, protegidos dentro de seus carros, que se sentem confortáveis em assediar, xingar, “tirar finas”¹⁶¹ das ciclistas e saírem rapidamente sem serem pegos. A violência ancorada no medo do assédio e outros agravamentos que podem decorrer disso, passam a ser os grandes

¹⁶¹ “Tirar finas” é um termo comumente utilizado pelas mulheres ciclistas quando um motorista passa muito perto e com muita velocidade ao lado da ciclista.

problemas enfrentados por essas mulheres ao tentarem se arriscar nas ruas. A ciclotivista Thaís Narciso (CE), conta como essa situação é rotineira:

(...) É muito triste, mas assim, a questão do assédio, ela é muito rotineira *pras* mulheres que andam de bicicleta. Então a gente escuta uma piada, uma buzina, são situações que a gente passa que a gente não pede, e as pessoas às vezes não entendem que isso é um assédio. (Entrevista concedida no dia 18/03/2019).

Como podemos observar nesses relatos, as formas de assédio de rua se dão de maneiras muito diversas. Elas configuram-se através de xingamentos, abusos sexuais e/ ou violência física. Quando os assédios de rua vêm acompanhados de xingamentos, demonstram como as violências de trânsito e de gênero estão entrelaçadas também pela linguagem. Judith Butler (2018) diz que “o poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela” (p. 202). Ou seja, a linguagem exerce um poder sobre a realidade, à medida que as elocuições ao se repetirem, consolidam-se e instituem-se, o que no caso dos xingamentos sofridos pelas mulheres, na cotidianidade, acabam por se reafirmarem, constituindo uma prática que ratifica-se a cada repetição, contribuindo tanto para uma consolidação desse ato de violência que acaba tornando-se uma prática legitimada socialmente, como uma causa de sofrimento constante para essas mulheres que se vêem reféns dessas ações, que ao olhar social, não passam de “brincadeiras” ou “discussões sem fundamento”. A ciclotivista Vivian Garelli (RJ) relata como acontecem essas situações de xingamentos:

(...) Enfrentar as situações de assédio no trânsito, não só o assédio na rua, não só o assédio como mulher, mas também o entrelaçamento disso no trânsito, xingamentos em geral de louca, maluca, de piranha, são xingamentos direcionados efetivamente ao gênero feminino e como isso é ligado diretamente ao trânsito... mulher não sabe dirigir, mulher pedalando é puta, já ouvi várias coisas nesse sentido, já tive tentativa da minha saia ser levantada por um motoqueiro, já fui assediada, reagi mal, o cara tentou me matar com o carro em cima de mim. (Entrevista concedida no dia 14/11/2018).

Esse caminho aberto pelos xingamentos dá espaço para uma prática ainda mais violenta quando o corpo feminino, através da sua objetificação, chega a ser visto como algo disponível para dar prazer ao homem ou, no pior dos casos, é literalmente vilipendiado, seja pela violência física ou pelos abusos sexuais. Para Judith Butler, “os corpos marcados pelo gênero são ‘estilos de carne’” (2018, p. 240) e, é isso que percebemos nos três casos de assédio vivenciados pelas interlocutoras desta pesquisa nos relatos a seguir:

(...) No início desse ano eu levei um soco na cara de um motorista, eu *tava* subindo uma rua, pedalando, era uma subida... ele *tirou uma fina*, *tava* eu e meu companheiro e aí ele levou um susto, foi *tirar as caras*¹⁶² com o motorista (...) Aí o cara abriu a porta *pra* derrubar ele (...) eu fui falar com ele e ele me deu um soco na cara. (Entrevista concedida por Tássia Furtado no dia 08/06/2018).

¹⁶² “Tirar as caras” é o mesmo que “tirar satisfação”.

Recentemente, por exemplo, eu vi um rapaz que *tava* urinando no muro do cemitério e aí quando ele viu que eu *tava* subindo, ele não fez questão de se esconder, ele virou pra mim mostrando o “membro” dele (...) *tava* mostrando *pra* mim o pênis dele. E aí eu fiz de conta que eu não tinha percebido, eu fiquei olhando *pra* rua e também, de certa forma, de canto de olho olhando pra ele *pra* ver se ele não viria pra cima de mim, *pra* me atacar (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

(...) Eu *tava* pedalando subindo uma ladeirinha, *tava* bem congestionado assim de carros, eu *tava* passando num cantinho e aí um motociclista passou, com a mão, apertou a minha bunda, me segurou que eu desequilibrei, olhou pra trás, riu da minha cara e seguiu. (Entrevista concedida por Maria Aline (PB) no dia 10/12/2018).

Essas violências também são percebidas como diretamente ligadas ao tipo de roupa utilizada. Com o intuito de evitar os assédios sofridos nas ruas, as cicloativistas tentam escolher roupas que chamem menos atenção dos motoristas. Mesmo sabendo que as violências acontecem independentemente do tipo de roupa que uma mulher possa estar usando, ainda assim, pensar nisso antes de sair na rua continua sendo um hábito, conforme podemos verificar no depoimento da cicloativista Tássia Furtado (RS):

(...) Eu já tive momentos onde eu não utilizei alguma roupa. Eu comprei uma bermuda de *cotton*, sempre usei shortinhos *jeans*, e aí eu começo a usar uma bermuda de *cotton* e paro de usar ela porque o *cotton* acabou chamando muito mais atenção dos motoristas, eu escutando muito mais do que a minha bermuda mais curta *jeans*. (Tássia - Entrevista concedida no dia 08/06/2018).

O assédio de rua, até setembro de 2018, não era considerado crime no Brasil, sendo tratado apenas como contravenção penal por parte das autoridades. Entretanto, com todas as discussões geradas, principalmente a partir da campanha *#MeuPrimeiroAssédio*¹⁶³ e da aprovação do PL 5069/ 2013¹⁶⁴, foi sancionada a lei nº 13.718/ 2018 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, incluindo os atos de importunação sexual no Código Penal, alterando-o¹⁶⁵.

2.1.2 As Violências sob uma perspectiva interseccional

¹⁶³ A campanha *#MeuPrimeiroAssédio* surgiu em apoio à menina de 12 anos que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet durante sua participação em um reality show de culinária. Com a *hashtag* *#MeuPrimeiroAssédio*, várias mulheres compartilharam histórias sobre o primeiro assédio sofrido nas suas redes sociais digitais. Informação disponível: <https://thinkolga.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>.

¹⁶⁴ Projeto de Lei que modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13) no sistema de saúde pública, do então deputado Eduardo Cunha que visa punir os profissionais que incentivem “gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto da redução de danos. Informação disponível: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>.

¹⁶⁵ Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave. Informação disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69247/mudancas-no-codigo-penal>.

Mesmo após a lei que institui o assédio como crime no Brasil ter sido sancionada, segundo levantamento feito pelo *Datafolha*, em fevereiro de 2019, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 27,4% das mulheres brasileiras, com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência e, 22 milhões de brasileiras passaram por algum tipo de assédio nos últimos 12 meses. Dentro desse quadro, pretas e pardas são as mais vitimadas quando em comparação às brancas e, as jovens mais do que as mais velhas.

Por trás desses dados, existe um passado e um presente bastante conectado, alicerçados num Brasil colonial, patriarcal, escravocrata que hoje perpetua o racismo, o sexismo e o classismo tão ou mais fortemente que nos séculos passados. A análise romantizada que Gilberto Freyre fez do Brasil, na famosa obra *Casa Grande & Senzala* publicada em 1933, como um país que vivencia o que ele chama de “democracia racial”, ainda hoje funciona como máscara para muitos esconderem o racismo que permeia suas relações cotidianas na atualidade brasileira, além de também atuar como forma de desmobilização política dos negros ao se fazer crer na “igualdade entre todos”. Hasenbalg (1979) afirma que ao criar o mito da democracia racial,

Num certo sentido a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção. (1979, p. 246).

Longe de sermos essa mistura perfeita e harmônica entre brancos, negros e índios, podemos afirmar que carregamos a herança de um passado mal resolvido, que teve muitos dos registros vergonhosos apagados ou escondidos “à sete chaves” e de um desconhecimento ou negação da própria história que hoje tem como resultado um povo que fecha os olhos para o fato do Brasil ter sido o último país colonizado a abolir a escravidão, de governantes que afirmam que nunca houve escravidão no Brasil, de um Estado que não reconhece os direitos dos povos indígenas originários, de prédios que ainda hoje são construídos separando muito bem o elevador de serviço do elevador social, de uma gente que hipersexualiza o corpo feminino negro na figura da mulata, símbolo do carnaval, de uma sociedade que bate recorde nos índices de violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra periférica, de uma elite que não consegue viver sem sua empregada doméstica ou babá negra com seu *quartinho de empregada* no fundo da casa ou apartamento em bairro nobre, de uma distribuição espacial muito bem segmentada entre centro e periferia, entre favelas e bairros de elite.

Todos esses fatores não são nenhuma surpresa para um país que “aboliu a

escravatura” sem políticas públicas ou quaisquer projetos sociais, que deixou os negros livres à própria sorte, sem emprego ou quaisquer oportunidades sociais, relegados à margem da sociedade. Do Brasil colonial à república do café-com-leite, com os grandes proprietários rurais garantindo a hegemonia do seu poder e controle do povo negro e pobre através do *voto de cabresto*, do Brasil ditatorial que sufocou os direitos políticos das minorias que eram contra o regime violento, controlador, racista, fascista, machista etc., à tão jovem e forjada democracia conquistada com a Constituição de 1988 que atua sob os mandos da conhecida bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia)¹⁶⁶, seguindo-se até os dias atuais, a verdade é que a escravidão e as opressões de classe, raça, gênero, etc. continuam em seus moldes modernos e de forma, por vezes, velada e sutil, outras vezes, nem tanto.

Os brasileiros sempre se orgulharam como nação em (relativamente) não derramarem sangue durante os principais momentos de agitação histórica. Essa auto-imagem é, obviamente, parcialmente uma revisão, da história arrumada para tornar esses atores mais atraentes para si e para o mundo em geral. Mas enquanto o Brasil, por exemplo, passou de colônia para reino, de reino para império, e de império à república sem derramamento de sangue extenso, bem como aboliu a escravidão sem guerra civil, houve de fato violência. A Guerra do Paraguai (1865-1870), a dizimação de Canudos (década de 1890) e a bem-sucedida supressão da dissidência política pelos militares na ditadura (1964-1985) são contra-exemplos históricos. Além disso, pode-se nomear o Brasil como aquele lugar onde as extremidades da desigualdade radical parecem facilmente permanecer no lugar, exibindo quase nada da tensão frequentemente vista, quebrando a superfície de outros lugares onde desigualdade semelhante é evidenciada (GOLDSTEIN, 2003, p. 13-14, tradução nossa).

Há, portanto, um “contraste da riqueza ombro a ombro com a pobreza” (GOLDSTEIN, 2003, p. 26, tradução nossa). “Pobreza, desigualdade, racismo e violência estão por toda parte, tão difundidos que são por vezes difícil de ver” (GOLDSTEIN, 2003, p. 26-27, tradução nossa). Esse cenário começa a ser desenhado desde que o Brasil é descoberto pelo homem branco europeu que, depois de anos de exploração e sem ter mais como continuar com o regime escravocrata, abole-o, mas deixa nas entrelinhas pesados vestígios de um passado desolador. Sem ter para onde ir, os negros e pobres amontoaram-se nos barracos improvisados e formaram as favelas, sem qualquer infraestrutura básica, como água, esgoto e saneamento básico, locais onde escolas e oportunidades não chegam, mas onde a repressão policial e a violência estatal estão sempre presentes dizimando uma quantidade cada vez maior de vidas negras e pobres. Lugares sem lei, afastados do centro, das decisões políticas e dos serviços

¹⁶⁶ *Boi* refere-se aos grandes empresários ligados ao setor agropecuarista no Brasil, enquanto *Bala* relaciona-se aos militares, exército, polícias e outras instâncias ligadas à segurança pública brasileira e, por fim, *Bíblia* refere-se à igreja, em especial à evangélica, instância que configura-se como o setor fundamentalmente conservador que, no contexto contemporâneo, soma-se às outras duas categorias anteriormente explicitadas, para tentar impor suas ideologias ao regime governamental brasileiro num período em que o país já é, pelo menos em teoria, laico e democrático.

públicos, e onde, muitas vezes, a cidadania é refém do tráfico de drogas e das milícias. Espaços compostos por jovens negros que não tendo diversão, saem em procura dos centros urbanos das cidades, tentando fugir dessa realidade tão hostil das favelas, realizando *rolezinhos* em shoppings da elite, locais que não aceitando a presença de seus corpos pobres, negros e periféricos, prontamente dão um jeito de lhes expulsar.

Sem empregos, os negros e pobres também viram-se abraçados pela escravidão moderna com suas empregadas domésticas, seus baixos salários e longa jornada de trabalho nas casas dos brancos de classe média/ alta, nas vagas de subemprego nas indústrias e fábricas, no trabalho precarizado de entregadores de aplicativos virtuais como *Ifood/ Rappi*, ou no submundo do tráfico de drogas e da prostituição, alguns exemplos que explicam como as violências perpetradas no território brasileiro contemporâneo são moldadas por essa herança segregacionista que exclui ou inclui pessoas em determinados espaços específicos a depender de relações de classe, raça, sexo, etc., que também explicam o por quê da violência ser tão inseparável dos espaços da favela e tão apartada dos espaços institucionais e brancos no Brasil.

O Rio de Janeiro, que era a capital desde 1763, era o lugar onde as elites começaram a desenvolver um senso distinto de espaço público; eles promulgaram essa visão por meio de práticas segregantes que forçaram brasileiros, muitos dos quais eram recentemente escravos libertados, para favelas fora do centro da cidade (Needell 1987, 1995b). Segundo o historiador Jeffrey Needell, essas práticas de segregação e exclusão eram parte integrante da submissão da elite a uma forma de dominação neocolonial, onde sua própria identidade e legitimidade dependiam da imitação de normas, especialmente francesas e inglesas (GOLDSTEIN, 2003, p. 52, tradução nossa).

Esse cenário reverbera na contemporaneidade, onde, como bem explica Donna Goldstein (2003), “as classes altas, em virtude de sua posição, podem implantar suas armas diretamente (sob a forma de controle econômico e político, por exemplo). Os pobres, ao contrário, são forçados a expressar sua resistência por detrás das costas do poder” (p. 7, tradução nossa). A resistência no Brasil é praticamente sinônimo de existência quando nos referimos às minorias sociais no país, em que incluem-se negros, pobres, mulheres, população LGBTQ+, etc., que precisam resistir cotidianamente às inúmeras violências a que estão sujeitos para tentar sobreviver, existir. É de todo esse contexto e desse fato em especial, que estávamos nos referindo quando explanamos os dados que evidenciam uma maioria, de mulheres pretas e pardas, vítimas de assédio sexual no Brasil, no início deste tópico.

A separação entre negros e brancos no Brasil passa pela experiência do branqueamento¹⁶⁷ racial da população, imposta pelo homem branco entre 1889 e 1914, através

¹⁶⁷ Política oficial do governo brasileiro, após participação no Congresso Universal das Raças em 1911, em Londres. A referida participação se deu a partir de um texto intitulado “Sobre os mestiços”, escrito pelo diretor do Museu Nacional (RJ), João Batista de Lacerda. No escrito continha a reprodução da tela “A

do processo de miscigenação entre brancos e negros por várias gerações, como uma forma de desenvolver culturalmente a raça negra ou simplesmente, fazê-la desaparecer. A crença do homem branco era de que sua raça ou seu sangue seria superior à do negro, sendo portanto a raça branca a que deveria sobressair-se e clarear as demais raças. Essa é uma ideologia ligada ao racismo científico, apoiada no conceito de seleção natural da teoria do darwinismo social, mas que irá cair por terra. Entretanto essa política de branqueamento irá dar origem às diversas tonalidades de peles hoje existentes no Brasil, o que, por sua vez, complexifica as classificações raciais brasileiras. Longe de serem bem demarcadas, as separações entre negros e brancos em território brasileiro, englobam entre cada extremo uma multiplicidade de degradações de cores, inclusive fazendo surgir o que denomina-se de cor parda, uma cor que não encaixa-se no padrão branco nem no negro. Essas degradações vão influenciar nas classificações raciais a partir das experiências de racismo vivenciadas no cotidiano. Ou seja, o racismo vivenciado no Brasil depende muito mais da marca, da cor imprimida na pele e da degradação dessa cor que irá, por sua vez, influenciar no grau menor ou maior de preconceito racial sofrido, do que de uma possível ancestralidade africana.

Ironicamente, a definição pela “marca”, isto é, pela aparência – acima de tudo pela cor – para afirmar quem é negro no Brasil é um ponto de consenso mesmo dentro da maioria das organizações negras brasileiras. Embora o movimento negro reivindique o mulato para as suas fileiras, o próprio movimento exige que ele tenha pele escura, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde mestiços afrodescendentes de pele clara são considerados negros e onde a expressão *light skinned blacks* (negros de pele clara) não soa como uma contradição em termos. É compreensível, contudo, que o movimento negro no Brasil não visualize os mestiços e mulatos de pele clara como sendo negros, afinal esses indivíduos sofrem infinitamente menos discriminação do que aqueles de pele mais escura. No entanto, essas formas de classificação confirmam o argumento de que, acima de tudo, é o racismo que determina a “raça” do indivíduo, além de apontar para a dificuldade de estabelecer classificações que privilegiem a “origem racial” em um contexto predominado pela “marca” (PINHO, 2005, p. 39).

Mesmo sendo um tanto complexa essa classificação racial brasileira, neste território percebemos que, dentro de operações um tanto sutis e outras vezes nem tanto, são instituídos aspectos e espaços segregantes entre brancos e negros, ricos e pobres, mulheres e homens, centro e periferia, bairros nobres e favelas. Este fato, conseqüentemente, contribuirá para que as relações sociais sejam muito bem marcadas pelos fatores de gênero, raça, classe, sexualidade, quando o assunto é violência, seja nas ruas, no trânsito, nas instituições ou em quaisquer outros espaços. A mobilidade urbana é só mais uma dentre as várias dimensões em que as violências acontecem e onde esses marcadores sociais influenciam diretamente nas relações travadas, por

Redenção de Cam” (Modesto Brocos y Gomes, 1985) que visava, dentre outras coisas, passar a ideia de que, no período de um século, a população brasileira seria branca. Informação disponível em: <http://books.scielo.org/id/h5jt2/pdf/rodrigues-9788579835155.pdf>.

exemplo, no cotidiano das mulheres e, no caso analisado aqui nesta pesquisa, na rotina das cicloativistas. As mulheres que pedalam diariamente fazem parte desse contexto múltiplo e complexo e carregam esses marcadores no corpo, sendo constantemente, lembradas de todas essas características ao exporem-se às diversas violências presentes nos espaços públicos. Nesse sentido, é importante se ter um olhar feminista e interseccional acerca das experiências dessas mulheres no espaço público, assim como no planejamento e elaboração de políticas públicas de mobilidade urbana, dada as especificidades que permeiam esse corpo feminino, seja ele branco ou negro, rico ou pobre, jovem ou idoso, etc.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

As situações de violência e a segregação de espaços a que as mulheres estão expostas nas ruas são vivenciadas de forma diferente por cada uma delas e os marcadores sociais de classe, raça, gênero, idade, etc., influenciam diretamente no tipo de exclusão ou violência sofrido. Temos alguns exemplos de como isso acontece na prática. Entre as interlocutoras participantes da presente pesquisa, temos uma maioria de mulheres brancas, característica também verificada na maioria dos grupos aqui estudados, quando da observação da sua composição racial logo no início desse texto, ao tratarmos do seu histórico de surgimento¹⁶⁸. Das dezoito entrevistadas, apenas quatro se consideram pardas e duas negras, o que demonstra a lacuna observada e reclamada por Lívia Suarez, uma das criadoras do grupo cicloativista negro *La Frida Bike*, em 2016, na Bahia. Ela conta ao *site* do *HuffPostBrasil* o que a motivou a dar o pontapé inicial para a formação do grupo:

Fomos a um evento chamado *Bicicultura*, em 2016, que se propunha a discutir o uso da bicicleta em Salvador e a gente percebeu que só tinha a gente de mulher negra no local. Em uma mesa de discussão sobre periferia e negritude, não haviam negros. Saímos de lá com isso borbulhando na cabeça¹⁶⁹.

Angela Davis (2018) relata em seu livro *A Liberdade é uma Luta Constante* o quanto essa lacuna é algo que pode ser observado desde muito tempo e que sempre foi um dos principais fatores de desentendimento entre brancas e negras dentro do movimento feminista:

¹⁶⁸ Fator já ressaltado no tópico “1.3 Um Giro de Bicicleta pelo Mundo Feminista: O Cicloativismo Feminista Brasileiro”.

¹⁶⁹ Informação disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/17/le-frida-bike-quando-andar-de-bicicleta-se-torna-uma-busca-pela-autoestima_a_23480628/.

Em alguns sentidos, a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher”. As muitas contestações dessa categoria ajudaram a produzir o que viemos chamar de “teorias e práticas feministas radicais das mulheres de minorias étnicas” (2018, p. 92).

Isso explica o fato de ainda hoje, tantos anos depois, essas lacunas persistirem, mesmo dentro de um movimento que tenta sempre ser plural. Há consequências desse passado excludente que ainda reverberam por mais que hoje se percebe um protagonismo das mulheres negras, em muitos âmbitos da sociedade, que se esforçam para mudar essa realidade. Entretanto, há que se salientar que, essa exclusão peculiar vivenciada pelas mulheres negras, que ora são excluídas por homens negros por serem mulheres e ora são excluídas por mulheres brancas por serem negras, as faz ter experiências interessantes enquanto *outsiders within* (COLLINS, 2016), como bem explica bell hooks: “ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos” (hooks, 1984: vii). Essa situação de estrangeira dentro de um território familiar as faz enxergar as lacunas com muito mais eficácia e assim reclamá-las de forma bastante contundente, reafirmando suas identidades negras e trazendo para o centro do debate as discussões acerca do racismo estrutural nas sociedades, o que tem sido feito principalmente nos últimos anos.

Para a filósofa Wendy Brown (1995), a proliferação e a politização das identidades não refletem escolhas políticas ou morais, mas uma complexa produção histórica que tem construído a maioria de nós como marginais, desviantes ou subumanos. A construção das nossas identidades como sendo marginais é constitutiva da centralidade e da legitimação do poder do próprio centro. Para Brown, é o poder disciplinador, explicado por Foucault (1999), que produz as identidades sociais no contexto do Estado liberal. O exemplo mais emblemático dessa produção regulada das identidades poderia ser encontrado na sociedade estadunidense dominada pelo *welfare*, que cria *welfare subjects*, subdividindo-os nas categorias “raça”, “gênero”, “geração”, “orientação sexual” etc. Dessa maneira, as identidades políticas seriam produzidas não apenas através dessas categorias, mas enquanto essas categorias, reduzindo assim as identidades ao âmbito dos interesses (PINHO, 2005, p. 38).

Com a superação do conceito de raça pela biologia e adoção dos estudos de relações raciais entre pessoas brancas e negras como uma construção ou como um trabalho social de enunciação (LENOIR, 1996, p. 62), tento analisar como essas relações se apresentam nas conversas que tive com as cicloativistas desta pesquisa. O que percebemos nos relatos colhidos entre as entrevistadas é que não se sobressai o fator *raça* como uma das possíveis motivações para o assédio nas ruas, sendo o enfoque dado mais fortemente ao fator *gênero*, o que por sua vez, nos faz perceber que este fato possivelmente justifica-se pelo caráter majoritariamente branco que compõe o espectro aqui analisado e que, conseqüentemente, corrobora para que não venham a sofrer racismo. Por outro lado, quatro das cicloativistas entrevistadas, uma que se

considera negra e outras três pardas, também não ressaltam em seus depoimentos situações de racismo, porém como são de classe média, este fator pode ter sido um atenuante quanto às opressões baseadas na cor da pele.

O que nos faz trazer essas justificativas é o próprio contexto das relações sociais vivenciado no Brasil quando tomamos como base os marcadores de raça e classe. “Privilégio e falta de privilégio são internalizados corporalmente” (Ceron-Anaya, 2017, p. 2, tradução nossa) e, como tal, são um dos aspectos que definem os tipos de experiências que uma pessoa pode ou não ter. Uma mulher negra possui grande chance de sofrer racismo no Brasil, devido à situação de formação histórico-social do país em épocas coloniais que perpetua-se até hoje, conforme já vimos, mas se essa mulher negra for de uma classe mais privilegiada, mesmo que este fator não apague totalmente o racismo da sua vida, pode, em determinados momentos, contribuir para que essa mulher sofra menos racismo do que uma negra pobre por exemplo que, além de ter a cor da pele como uma possível marca que a coloca em situações vulneráveis ao racismo, ela também não faz parte de nenhuma camada privilegiada da sociedade, o que corrobora para que ela sofra preconceitos de raça e classe, entrecruzados com a própria vivência de ser mulher num país machista e sexista. O fator *classe*, portanto, exerce influência nas experiências de racismo que, porventura, venham a acometer mulheres negras no Brasil, já que “os ativos econômicos influenciam profundamente a organização hierárquica” (Ceron-Anaya, 2017, p. 16, tradução nossa) do país.

Uma outra cicloativista entrevistada que se considera parda e é de uma classe baixa, também não explicita relações entre cor da pele e opressões vivenciadas nas ruas, como ela mesma afirma “por ser parda não sofri nada, pois tenho características brancas”¹⁷⁰. Nesse depoimento fica evidente uma relação que encontra-se bastante arraigada, a cultura de privilégio construída em cima do que se denomina de *branquitude* sustentada nas exclusões apoiadas no preconceito contra pessoas negras e que também nos remete às políticas de branqueamento já explicitadas anteriormente. Ou seja, a auto-identificação racial como parda, cor “inaugurada” no Brasil após uma forte política de embranquecimento da população, é vista pela cicloativista como um fator que a resguarda do racismo por seu tom de pele estar mais próximo ao branco.

Dentro do movimento negro, o *colorismo* tem sido pauta de diversas discussões. Este foi um termo cunhado pela escritora e ativista Alice Walker (1982) e trata-se de um debate acerca da quantidade de privilégios atribuídos a uma pessoa negra cuja tonalidade de pele é mais clara em relação ao preto retinto, entretanto essas discussões têm gerado muitas polêmicas

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Andréa Bezz no dia 03/05/2019.

entre as próprias pessoas negras que ainda não entraram num consenso sobre isso, mas o fato é que essa questão no Brasil aparece em muitos relatos, como foi o caso citado no parágrafo anterior, sendo, portanto, importante ressaltar. Mesmo estando diante desses complexos entrelaçamentos, o fato é que, dentro do espectro de grupos analisados e de entrevistas realizadas durante esta pesquisa, temos uma maioria de mulheres brancas, o que, pelo menos em parte, evidencia o quanto o movimento ainda é protagonizado por segmentos mais privilegiados, e o que, por vezes, também culmina no erro de análises que observam as experiências sob um ponto de vista universalizante.

Bell Hooks (2015) destaca o problema da universalidade da opressão das mulheres quando esse fator é colocado na teoria feminista sem ressaltar a diversidade de experiências das mulheres pautadas em aspectos como classe, raça, religião, orientação sexual, etc., pois o sexismo institucionalizado apesar de ser um sistema de dominação não é um fator absoluto determinante nas opressões, subordinações e privações de todas as mulheres, existem outros fatores que se combinam com este usados para subjugar as mulheres, conforme podemos observar nas vivências das cicloativistas. Além disso, ela acrescenta que só é possível compreender as relações de classe quando se analisa o racismo e suas relações dentro do sistema capitalista:

Classe é muito mais do que a definição de Marx sobre a relação com os meios de produção. Classe envolve o comportamento que adotamos, nossos pressupostos básicos sobre a vida. Nossa experiência (determinada por nossa classe) valida esses pressupostos, a forma como somos ensinados a nos comportar, o que esperamos de nós mesmos e dos outros, nosso conceito de futuro, como entendemos os problemas e os resolvemos, como nos sentimos, pensamos, agimos. São esses padrões de comportamento que as mulheres de classe média resistem a reconhecer, embora possam estar perfeitamente dispostas a aceitar a classe em termos marxistas, um truque hábil que ajuda a evitar lidar de verdade com o comportamento de classe e mudar esse comportamento nelas mesmas. São esses padrões de comportamento que devem ser reconhecidos, compreendidos e alterados (HOOKS, 2015, p. 196 apud BROWN, 1974, p. 15).

O viés de classe, além das características já explanadas, também é ressaltado de uma maneira bastante peculiar dentro do universo cicloativista. Existe uma relação muito direta entre a forma como as mulheres ciclistas são tratadas na rua e o tipo de bicicleta que estão utilizando, apoiada num forte marcador de classe social. Isso pode ser observado no relato da cicloativista e mãe solo Patrícia Sampaio (PE):

Quando estou na cargueira sozinha e sem capacete, as pessoas “tiram muito fino”, agora se eu preciso, ocupo o meu espaço na via, mas aí recebo muito mais xingamento “sai da rua, *num* sei o quê...” quando estou na cargueira e sem capacete. Eu uso capacete não é nem como proteção *pra* o impacto, uso como prevenção porque já percebi que a classe média só respeita o ciclista que ele acha que é ciclista e não é

“bicicleteiro¹⁷¹”,¹⁷² (...)

Ela acrescenta ainda essa diferença de tratamento dando um exemplo entre o ciclista trabalhador e o ciclista de performance:

Eu percebo que existe mais respeito do motorista de classe média, dos “carrão”, quando você tá de capacete, ele te enxerga ali (...) o ciclista trabalhador parece que ele não vale nada, enquanto que um “ciclista de performance” que tá todo “equipadinho”, todo “paramentado”, essas pessoas respeitam¹⁷³.

Patrícia Sampaio (PE) também relata que essas formas de tratamento dadas aos ciclistas e profundamente relacionadas com o tipo de bicicleta e a ausência ou a presença de equipamentos, ressaltando a opressão de classe, são violências que precisam ser combatidas a partir de princípios feministas aliados à luta cicloativista, conforme a explanação a seguir demonstra:

Eu acho um cúmulo do absurdo, do preconceito de classe e a gente precisa lutar contra isso também, são muitas lutas dentro do cicloativismo que a gente pode abarcar, a gente tem feminismo, tem luta de classe, tem muita coisa que a gente pode pautar dentro do fato da gente usar a bicicleta como meio de transporte¹⁷⁴.

Figura 41 – Cicloativista Patrícia Sampaio e seus filhos na *bike*



Fonte: *Facebook* de Patrícia Sampaio

Essas questões que envolvem a materialidade dos objetos, como a bicicleta e as

¹⁷¹ Termo comumente utilizado entre ciclistas que usam a bicicleta como transporte e não só como forma de prática esportiva, além disso, que não utilizam “roupas de ciclismo especiais”, mas pedalam com quaisquer roupas do dia-a-dia.

¹⁷² Depoimento retirado do *hangout* “Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade”, promovido pela UCB no dia 25 de março de 2019. Informação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s.

¹⁷³ Depoimento retirado do *hangout* “Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade”, promovido pela UCB no dia 25 de março de 2019. Informação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s.

¹⁷⁴ Depoimento retirado do *hangout* “Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade”, promovido pela UCB no dia 25 de março de 2019. Informação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s.

suas peças e outros equipamentos que a compõem, como capacete, por exemplo, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas a partir dessa materialidade, como o caso aqui explanado, é um aspecto bastante importante a ser destacado nas experiências dessas mulheres pedalantes e que serão melhor explorados e aprofundados no capítulo¹⁷⁵ que finda a presente pesquisa. Para além disso, o fato de ser mãe também irá influenciar na maneira como a Patrícia Sampaio (PE) vivencia as ruas pedalando:

Se eu tiver com crianças, eu sou muito, trilhões de vezes mais respeitada, porque o povo se sensibiliza com a vida da criança, como se a vida dos meus filhos tivesse mais valor do que a minha e eu detesto essa ideia porque a vida de uma criança não tem mais valor do que a minha, eu sou a mãe, se eu morrer essas crianças vão *tá lascada* do mesmo jeito sabe, então é importante parar com essa coisa, conscientizar as pessoas de que não existe vida que vale mais e vida que vale menos¹⁷⁶.

Este fato também foi ressaltado pela interlocutora Tássia Furtado (RS) como assunto debatido dentro do *Pedal das Gurias*:

Tem muitas mulheres que nos procuram *pra* falar sobre a insegurança sabe... A gente começou a enxergar a diferença de ser uma mulher mãe, por exemplo, não só pelo fato de carregar a criança (...) eu tenho uma amiga que ela é ciclomensageira, que ela está deixando a mensageria porque se acontecer alguma coisa com ela, não tem quem cuide mais do filho dela, então, é complicado esse lado. (Entrevista concedida no dia 08/06/2018).

Podemos observar nesses depoimentos, em especial nos relatos da Patrícia Sampaio (PE), que há momentos em que ela diz que os motoristas são mais respeitosos por verem que ela está com crianças e em outros há um desrespeito com ela justamente pelo mesmo motivo, o que nos faz entender que ser uma mãe ciclista significa passar por subordinações e outras opressões além de diferenciadas pela condição de ser mãe, também relacionadas com um trânsito que ora tem apreço pela maternidade, ora a enxerga como um obstáculo na via. Um tipo de experiência que demonstra o quanto as mulheres ainda precisam, a todo momento, se “equilibrarem” dentro dos “malabarismos” de uma cultura totalmente avessa ao universo feminino: “Mãe é um *status* social que tem muita crítica de quando você sai muito pra rua. Eu já recebi muita crítica assim de ‘tira *esses menino* do meio da rua’, mas eu não desisto e eu acho

¹⁷⁵ O capítulo em questão é o 5, intitulado “As Bicycletas e as Mulheres em Rede: Corpos Políticos Feministas Ciborgues?”.

¹⁷⁶ Depoimento retirado do *hangout* “Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade”, promovido pela UCB no dia 25 de março de 2019. Informação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s.

que o caminho certo é esse mesmo”¹⁷⁷.

Quando, ainda voltamos aos dados divulgados no início do tópico acerca do assédio sexual no Brasil, temos a evidência de que esse tipo de violência atinge mais diretamente mulheres mais jovens, o que demonstra que as opressões também são baseadas na idade ou no que denomina-se de *etarismo*. Podemos observar esse fator também presente nas experiências das cicloativistas desta pesquisa, com faixa etária que vai de 25 a 68 anos. Uma das interlocutoras, a Marina Harkot (SP), de 27 anos, durante a entrevista, relatou: “às vezes sinto que também sou alvo de condescendência de motoristas, motociclistas e até outros ciclistas por ser jovem”¹⁷⁸, o que evidencia uma diferença de tratamento baseada na idade, além de denunciar as violências sofridas dentro do próprio âmbito do ciclismo quando percebemos que ciclistas homens são capazes de infringir violências contra mulheres ciclistas ao mesmo par que os motoristas, mesmo sabendo da difícil realidade vivenciada por quem é ciclista, o que também desmonta a narrativa dominante que vê o ciclismo como um lugar isento de opressões. Verificamos, nesse relato, exatamente o contrário, ou seja, o ciclismo também como um cenário que reproduz muitas das violências sofridas pelas mulheres, seja nas ruas, como foi esse caso, ou nos espaços institucionais e até mesmo nos grupos virtuais, conforme veremos mais à frente.

O fator idade como forma de opressão também é ressaltado na fala da cicloativista Nilda Saldamano (Chile), de 68 anos: “o fato de ser adulta mais velha, parece produzir nos motoristas uma consideração maior”¹⁷⁹. Só mais recentemente têm sido analisadas essas subordinações baseadas no *etarismo*, mas ainda é um assunto pouco discutido, entretanto há que se salientar que a idade tem sido um dos fatores que se entrelaçam a outras violências vivenciadas pelas mulheres. A condescendência aparece em ambos os extremos justificada ora pela jovialidade, ora pela velhice. É importante também salientar que, dentro desse contexto, é possível perceber essa condescendência masculina, por vezes, como algo um tanto “positivo”, sendo vista inclusive como uma gentileza, como uma forma de respeito, “uma consideração maior”, como no exemplo ocorrido com a cicloativista Nilda Saldamano, portanto nesse contexto, a palavra *subordinação* é mais adequada do que opressão, pois há uma certa concordância da cicloativista com relação a esse tratamento. Ela vê este fato como uma espécie de proteção, que muito se enquadra num tipo de dominância paternalista. Já em outros contextos, onde o fator idade é utilizado por homens para, de alguma forma, depreciar mulheres mais

¹⁷⁷ Depoimento retirado do *hangout* “Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade”, promovido pela UCB no dia 25 de março de 2019. Informação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s.

¹⁷⁸ Entrevista concedida no dia 26/11/2018.

¹⁷⁹ Entrevista concedida no dia 15/12/2018.

velhas e quando essas mulheres se sentem fortemente atingidas por esses atos que resultam em inúmeros sofrimentos, o termo *opressão* seria a melhor escolha.

Figura 42 – Cicloativista Nilda Saldamano em Bicicletada Pública Pelos Direitos Cidadãos da Infância



Fonte: Arquivo Pessoal de Nilda Saldamano

Essas várias situações de violência sofridas pelas ciclotivistas, assim como outros aspectos da interseccionalidade presentes nos relatos, como os sinais de riqueza, o fato de ser branca, mãe, idosa, etc., que corroboram para que, em determinados contextos, essas mulheres tenham uma certa proteção dessas violências, atuando como uma espécie de signos de proteção, são uma consequência da dominação masculina que produz e reproduz uma visão androcêntrica do mundo em todas as instâncias da sociedade, supervalorizando o homem e tudo que é relacionado ao masculino e, subalternizando a mulher e tudo o que é relacionado ao feminino. Eis aqui uma das construções mais antigas e eficazes do mundo: o patriarcado.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendente (BOURDIEU, 2012, p. 45).

E, inseridas dentro desse sistema, as próprias mulheres acabam por reproduzir essas relações de poder em todos os âmbitos, aplicando esquemas de pensamento resultantes dessas relações, estes que, por sua vez, tratam-se de expressões de uma ordem simbólica fundada na oposição homem/ mulher (BOURDIEU, 2012). É exatamente por isso que os atos de

conhecimento a que as mulheres por vezes acessam não as libertam, pois antes de tudo, estes são, por outro lado também, e ao mesmo tempo, atos de reconhecimento prático, que se estruturam a partir da *doxa*¹⁸⁰, uma normatização dos corpos e das relações em que não se tem o que pensar, apenas se reproduz e se afirma por meio da violência simbólica, gerando a partir de então também, todos os outros fatores que acometem a vida das mulheres, vistas como “objetos” e tidas como “inferiores” dentro do sistema (BOURDIEU, 2012).

Entretanto, a submissão das mulheres ao sistema patriarcal não se dá, simplesmente, por uma escolha ou, como muitos enfatizam, “porque elas gostam de sofrer”, já que, apesar dessa dominação masculina, muitas vezes, contar com a cumplicidade¹⁸¹ de muitas mulheres que aderiram ao sistema patriarcal por verem certas vantagens nele e por se verem recompensadas de alguma forma numa época em que tudo era bem mais complicado para as mulheres, essa submissão advém, principalmente, de tendências orquestradas e construídas por um trabalho árduo de muitos anos realizado pelos homens, resultante de estruturas objetivas que, por sua vez, só possuem a eficácia que observamos devido aos próprios mecanismos que desencadeiam, contribuindo assim para a sua reprodução constante (BOURDIEU, 2012). A submissão feminina é uma espécie de construção prática “resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas do poder” (BOURDIEU, 2012, p. 53).

Para desconstruir uma ordem simbólica tão fortemente alicerçada na sociedade, “a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades” (BOURDIEU, 2012, p. 54), mas focar-se na transformação das estruturas de que tais mecanismos resultam. Essas estruturas alicerçam-se

Na lógica da economia das trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens –, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais (BOURDIEU, 2012, p. 56).

Ou seja, é a partir da dominação de uma economia baseada na reprodução biológica, que institui-se a divisão sexual do trabalho e, a partir desta, impõe-se o poder simbólico a todos os outros âmbitos da sociedade, transformando essa economia numa economia de bens simbólicos.

¹⁸⁰ Práticas corporais (Bourdieu, 2012).

¹⁸¹ Cumplicidade essa que vem a ser rompida, anos depois, com as formas de feminismo baseadas na sororidade.

“A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico” (BOURDIEU, 2012, p. 60). Essa divisão é responsável por atribuir aos homens o monopólio de todas as atividades públicas, enquanto que as mulheres são reduzidas ao simples estado de objetos e suas atividades relegadas ao âmbito privado do espaço doméstico. Essa relação de dominação até hoje carrega muitas consequências dessa estruturação, como por exemplo, as diversas violências a que as mulheres são submetidas, simplesmente por se atreverem a romper essa fronteira e se colocarem no espaço público ou nos espaços de decisão e representação.

As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (assembleia, mercado), em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos da honra. E excluídas, se assim podemos dizer, a priori, em nome do princípio (tácito) da igualdade na honra, que exige que o desafio, que honra quem o faz, só seja válido se dirigido a um homem (em oposição a uma mulher) e a um homem honrado, capaz de dar uma resposta que, por representar uma forma de reconhecimento, é igualmente honrosa. A circularidade perfeita do processo indica que se trata de uma partilha arbitrária (BOURDIEU, 2012, p. 62).

Essa circularidade é posta em xeque quando a rua, lugar tão amplamente relegado aos homens e aos carros, acaba por ser ocupada pelas mulheres com suas bicicletas. A partir de então, uma afronta e uma quebra desse paradigma se instaura e as formas de resistência começam a construir-se. A cicloativista Patrícia Sampaio (PE) deixa o recado: “meninas, se juntem sempre e cada vez mais, e meninos, melhorem, por favor”¹⁸².

2.2 Formas de Resistência

2.2.1 As Formas de Resistência Individuais

Os diversos tipos de violências que acometem as cicloativistas são enfrentados através de variadas formas de resistência que se dão, seja sob uma dimensão individual, ou através da formação de coletivos, no seu cotidiano, nas ruas da cidade. A dimensão individual de resistência nas ruas ocorre no momento em que percebemos que os assédios são sempre “respondidos” e “tomar satisfação” torna-se algo corriqueiro entre elas, além do fato de estarem sempre atentas “ao tipo de roupa usado”, mesmo que isso não seja um determinante às violências que acontecem, como meio de evitar situações desagradáveis. Ter uma arma de

¹⁸² Depoimento retirado do *hangout* “Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade”, promovido pela UCB no dia 25 de março de 2019. Informação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s.

choque na bolsa ou a câmera do celular sempre à mão, são outras táticas para “evitar o assédio”. Podemos perceber essas situações em alguns relatos das interlocutoras desta pesquisa:

(...) a única forma que eu encontrei de pelo menos me sair da situação sem me sentir tão humilhada, é repreendendo, chegar e falar mesmo com o motorista. Eu atualmente quando eu saio, sabendo que eu vou voltar de madrugada, eu ando com arma de choque, um *taser*. (Entrevista concedida por Thaís Narciso (CE) no dia 18/03/2019).

(...) Eu fiquei no Rio (RJ) uma semana, então eu andei de bicicleta quase todos os dias nessa semana (...) Nesse período, tive assédio, tive homens gritando porque eu *tava* de saia e andando de bicicleta, apesar da saia ser comprida. Tive todo assédio que normalmente *cê* sofre. (Entrevista concedida por Amanda Fernandes (Taiwan) no dia 07/11/2018).

(...) Eu ando sempre com o celular numa “pochetinha” que eu tenho, tipo uma doleira, presa ao corpo, e aí quando eu vejo que tem algum motorista querendo ser um pouco mais “engraçadinho”, falando uma piadinha, comentando sobre a roupa que eu *tô* usando, comentando sobre eu *tá* usando a bicicleta e fazer alguma piada, eu tiro o celular e aponto pra ele. Isso funciona como uma barreira muito eficaz, porque quando você aponta pra um assediador uma ferramenta que você *tá* filmando, registrando o assédio, é como se eles se tocassem do que eles estão fazendo e eles não querem passar pela vergonha de ser exposto dessa forma. Eu não sei se essa é a forma correta, se é a melhor forma de evitar o assédio, mas *pra* mim ela resolve né. Às vezes eu *tô* tão nervosa que eu não consigo ativar a câmera, mas só o fato de apontar a câmera *pra* eles, eles recuam, evitam de continuar a “gracinha”. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Em pesquisa anterior com cicloativistas do *Pedalzinho das Mina*, de Fortaleza (CE), algumas me relataram que em caso de “perseguição” de motoristas de carros, pedalam na contramão e também andam com “*spray* de pimenta” na bolsa. E, quando a perseguição é feita por um homem ciclista, como foi o caso da cicloativista Sayuri Dantas (SE), a estratégia é parar em um lugar no meio do caminho fingindo ter chegado ao destino e conversar com as pessoas aleatoriamente:

(...) O trecho da perseguição foi em uma ciclovia, que a maior parte da extensão é paralela a uma avenida de fluxo mais rápido e intenso, depois que cheguei em uma rua de trânsito mais calmo, passei para a pista na contramão e o homem veio atrás de mim, parei em um lugar fingindo ter chegado ao meu destino e indo falar com pessoas que estavam na frente, o ciclista que me seguia passou direto, dei um tempo e depois fui embora. (Entrevista concedida no dia 31/03/2019).

Essas são algumas das resistências diárias das ciclistas quando estão pedalando sozinhas. Outras formas vêm a partir das pedaladas em grupo, a partir dos coletivos que elas formam. Resistir, mesmo diante de todo esse cenário hostil à figura feminina, é uma forma também de protesto, de ato político. Mas então o que é que move e “sustenta” essas resistências, mesmo diante de situações complicadas como as que explanamos ao longo dessa pesquisa?

A crença de que “alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado” (PISCITELLI, 2002, p. 8) e é nisso que o movimento feminista tem se empenhado durante todo esse tempo. O repúdio às violências e a

vontade de construir uma cidade acolhedora para as mulheres, a reivindicação do direito à cidade, o próprio “fazer cidade” construído a cada dia por elas é a mola propulsora do seu pedalar. Elas acreditam que o direito à cidade só vem a partir do momento em que elas tomam essa tarefa para si. Ao imporem seus corpos “pedalantes” nas ruas estão afirmando, a partir dessa ação, que tem direito à rua, que elas existem e continuam ocupando os espaços públicos que historicamente vem sendo negados a elas. Essa resistência não precisa ser dita em palavras, a própria vivência na ocupação desses espaços já é um evento politicamente significativo.

O comparecimento, a permanência, a respiração, o movimento, a quietude, o discurso e o silêncio são todos aspectos de uma reivindicação que coloca a vida possível de ser vivida no primeiro plano da política, como diz Judith Butler (2018). A todo momento essas mulheres estão dizendo que seus corpos não são descartáveis e que são detentoras de direitos mesmo quando permanecem em silêncio. Butler afirma, no livro *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, que “as manifestações populares tendem a ser governadas pelo medo do caos ou pela esperança radical no futuro” (2018, p. 7) e eu diria que, no caso do cicloativismo feminista, os dois governos andam juntos.

É para o corpo feminino que as violências convergem, mas também é através desse mesmo corpo que as resistências são construídas.

O que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis (BUTLER, 2018, p. 31).

Figura 43 – Cicloativista Thaís Narciso



Fonte – Instagram Thaís Narciso

Para além disso, quando esses corpos se unem a fim de demonstrar sua indignação e visibilizando o espaço público como um lugar plural, também estão praticando o seu direito de aparecer, de ser visto, de vivenciar a liberdade e, mais que isso, estão reivindicando uma vida que possa ser vivida, sem violências ou quaisquer outros obstáculos ao pleno exercício da

democracia e da cidadania (BUTLER, 2018). Esse ato é realizado ora individualmente, ora coletivamente e ganha mais força dentro dessa performance coletiva. A título de exemplo, em algumas das ações as quais participei, as rotas são escolhidas, geralmente, pouco antes da pedalada que acontece geralmente nos fins de semana, em dias como domingo (momento em que as mulheres estão mais livres das ocupações e atividades e o trânsito é mais calmo), no ponto de encontro marcado que, por vezes, localiza-se em praças públicas. A performance já inicia antes mesmo da pedalada, com a ocupação do espaço público.

O momento que antecede o ato é o instante em que conversam, conhecem novas participantes, fazem os últimos ajustes nas *bikes* e observam quem não tem bicicleta e precisa alugar ou pegar emprestada nos pontos onde tem sistema de bicicletas compartilhadas, trocam orientações a serem seguidas no percurso, como por exemplo, a escolha da melhor rota a ser seguida, o lado da rua que é mais seguro ou a escolha pela ocupação de toda a faixa de um dos lados da via com o objetivo de tornarem-se bem visíveis para os motoristas, levando em conta a segurança e a proteção de todas as participantes, principalmente, as que não possuem ainda experiência. Estas, por sua vez, sempre são orientadas a pedalar no meio do comboio, com as cicloativistas mais experientes estando à sua frente, dos lados, e outras às suas costas, cercand-as, para que nenhum problema venha a ocorrer.

As rotas variam e são decididas democraticamente. As vias principais de fluxo são as escolhidas para os percursos já que as cicloativistas tem o intuito de serem vistas e os trajetos tanto de ida quanto de volta são feitos coletivamente, com retorno para o mesmo ponto de encontro da ida, momento em que cada uma se dispersa e toma seu caminho particular. Mas durante todo o trajeto, até chegar nos pontos de encontro, a segurança das participantes é sempre um item levado em consideração. Quando estão em coletivo, as cicloativistas não costumam evitar determinadas rotas por quaisquer motivos, pois sentem-se seguras quando estão reunidas, pedalando conjuntamente, o que já não acontece quando estão pedalando sozinhas, em que alguns trajetos são evitados por medo da insegurança de estarem sozinhas num percurso tido como perigoso, por exemplo.

Geralmente, ao final do percurso, todas se reúnem, fazem piqueniques, descansam, conversam e debatem sobre diversos assuntos que envolvem as questões ligadas ao feminismo, à mobilidade por bicicleta, ou simplesmente sobre assuntos diversos. É o momento do compartilhamento de experiências, dificuldades, amizade, celebração no caso das iniciantes que conseguiram completar o trajeto pela primeira vez, etc. A performance política dos corpos institui-se nesse ato e nas experiências individuais cotidianas de cada mulher participante. Um estilo de vida ciclista, ativista e feminista é moldado a cada diferente experiência no pedalar nas ruas e nesses encontros e ocupações dos espaços públicos. Em grande medida, são as

violências diárias que transformam esses corpos em corpos políticos. As violências das ruas, dentro das instituições ou até mesmo no âmbito doméstico incidem sobre os corpos femininos, porque o corpo não é só o lugar onde a marca de gênero como norma é impressa, mas também é onde essa marca é produzida e reproduzida constantemente (BUTLER, 2018). O gênero é a instância incorporada pela qual as normas patriarcais se impõem e se estruturam, informando “os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las” (BUTLER, 2018, p. 37), e é exatamente esse o objetivo dessas mulheres cicloativistas ao se impor pedalando nas ruas. Fazer desse mesmo corpo, enquanto instância incorporada da norma, também um lugar de resistência, que rompe com essa norma, instaurando a política pelo direito de aparecer e, aparecer com segurança e liberdade, juntando a isso as várias outras reivindicações do cicloativismo. Portanto, “no meio da nossa representação, outro desejo começa a governar, e formas de resistência se desenvolvem, alguma coisa nova acontece, não precisamente o que foi planejado” (BUTLER, 2018, p. 38).

Nas ruas ou dentro do próprio movimento, relações de dominação e resistência são travadas a todo instante. Os campos são conflitantes: de um lado temos motoristas de carros, ônibus, etc. se impondo como os “estabelecidos” (ELIAS, 2000), “tirando fino”, “dando fechadas”, atropelando, matando ciclistas e, por outro lado, um campo de oposição formado pelas cicloativistas, uma espécie de “outsider” (ELIAS, 2000), vistas pelos motoristas como “não merecedoras” do espaço das ruas. Os dois campos incorporam um *habitus* (BOURDIEU, 2008), que vai ser o responsável por fazer a oposição de cada lado e legitimar as escolhas e ações, ou seja, os capitais simbólicos que são impostos em ambas as partes.

Essa disputa se dá tanto a nível de “transportes” (transportes motorizados x bicicleta), como ao nível de “corpos que merecem ou não estar em determinado espaço” (corpo masculino x corpo feminino), cada lado diferenciando-se um do outro. Relação semelhante ocorre dentro do movimento cicloativista quando dos conflitos existentes entre homens e mulheres integrantes de associações mistas, geralmente organizadas por homens, devido à divergência de opiniões sobre determinados assuntos relacionados a questões de gênero ou simplesmente a ocultação desses assuntos, discussões importantes para as mulheres e que não são colocados em pauta. Essas, inclusive, foram uma das motivações tanto para a formação dos grupos feministas como dos *GTs Gênero* dentro das associações, conforme vimos em relatos anteriores.

Quando essas mulheres estão pedalando nas ruas, cada uma em um local diferente e por vezes, no mesmo momento, estão fazendo com que esses corpos políticos se estendam para além de um espaço-tempo local. “O verdadeiro espaço está, então, ‘entre as pessoas’, o

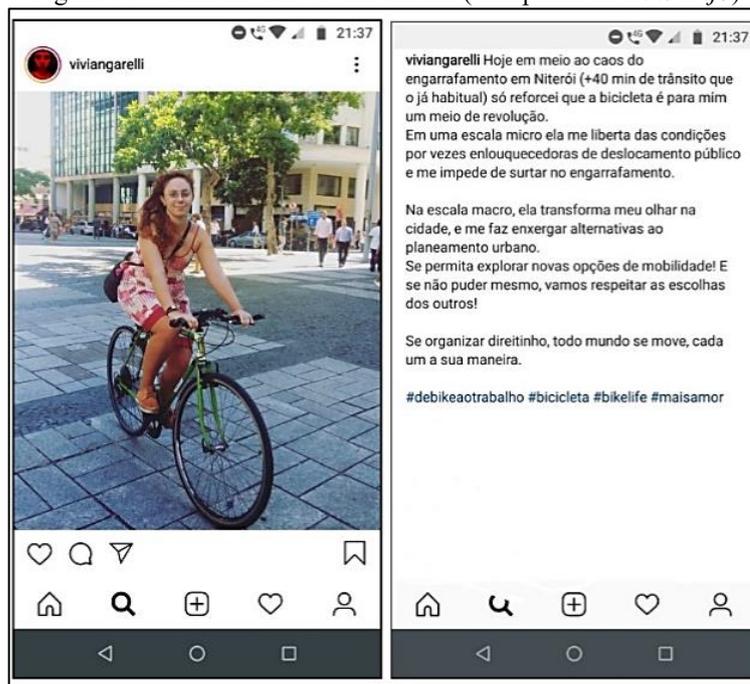
que significa que assim como qualquer ação acontece em um lugar localizado, ela também estabelece um espaço que pertence à aliança propriamente dita” (BUTLER, 2018, p. 82). Esse espaço é justificado pela interconexão e interdependência, propiciadas pela intensa globalização do mundo contemporâneo, que faz surgir um outro campo político formado pelas relações travadas entre essas mulheres.

É somente como criatura que reconhece as condições de interdependência que garantem a nossa persistência e o nosso florescimento que qualquer um de nós pode lutar pela realização de qualquer uma dessas metas políticas em tempos nos quais as próprias condições sociais de existência estão sendo ameaçadas pela política e pela economia (BUTLER, 2018, p. 52).

Bourdieu fala da importância em abordar uma filosofia da ação ou disposicional, que nada mais é do que entender os fenômenos e traçar análises baseadas num pensamento relacional, ou seja, compreendendo “as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação” (2008, p. 10). É essa relação de interconexão entre essas mulheres “bicicleteiras”, espalhadas por várias regiões, que dão a elas a força necessária para continuarem pedalando, que as “sustentam” nas maiores dificuldades. Saber que não estão sozinhas mesmo numa pedalada “solitária” é o que potencializa o movimento dessas cicloativistas diariamente. A motivação advém de algo muito maior: da rede de cumplicidade entre elas. Cada “eu” traz o “nós” e a bicicleta funciona como uma extensão desse corpo político individual e ao mesmo tempo coletivo. Quando uma cicloativista é atropelada por exemplo, não é só a ela que atropelam, mas a toda a categoria social que ela representa, fato este evidenciado quando olhamos para a repercussão do caso da Luana Holanda que gerou desde bicicletadas em protesto ao ocorrido a mobilizações nas redes sociais digitais, campanhas de doação de sangue, rifas, etc.

O corpo político sobre duas rodas é um corpo antes de tudo, coletivo. “O exercício de liberdade é algo que não vem de você ou de mim, mas do que está entre nós, da ligação que estabelecemos no momento em que exercitamos juntos a liberdade, uma ligação sem a qual não existe liberdade” (BUTLER, 2018, p. 59). Diante desse cenário de entrecruzamento de violências (urbana, trânsito, gênero) baseado também, por sua vez, em fatores de raça, classe, idade, etc., e resistências diversas por que passam as mulheres diariamente ao pedalarem pelas ruas das suas respectivas cidades, um questionamento nos inquieta: Porque escolher a bicicleta como transporte mesmo diante desse contexto de violência e não um outro tipo de modal que talvez pudesse trazer uma maior segurança e proteção?

2.2.2 O que torna a *bike* um instrumento de luta feminista?

Figura 44 – Cicloativista Vivian Garelli (Campanha do *Bike Anjo*)

Fonte –Instagram Vivian Garelli

A bicicleta não entra na vida dessas mulheres por acaso e também não vêm com uma predisposição ao ativismo político, antes de mais nada, a bicicleta é apenas um modo de locomoção ou simplesmente de lazer para explorar a cidade. Existe um processo gradual, um caminho lento a ser percorrido até a *bike* tornar-se um instrumento de luta feminista e o início desse processo começa, muitas vezes, por uma questão de necessidade.

Num primeiro momento, quando essas mulheres resolvem adotar a bicicleta como seu principal meio de transporte, essa ação é motivada por diversos fatores externos, a saber: economia, tempo, distância, praticidade, saúde, bem-estar, capacidade física e sensorial, autonomia e infraestrutura disponível. A interlocutora Aspásia (CE) relata, por exemplo, que a sua principal motivação para a escolha da bicicleta como meio de se locomover pela cidade foi por questões financeiras:

Minha relação com a bicicleta começou como uma relação **econômica** (...) fui estudar, eu fazia um curso de dança e eu teria que pagar passagem para me locomover todo dia, então eu não teria dinheiro para fazer isso, na época eu não estava trabalhando, estudante, etc. (...) Eu adquirei minha primeira bicicleta depois de adulta comprando uma do meu ex-namorado, R\$ 100,00 (...) Eu passei nove anos usando essa bicicleta, mudando uma peça aqui e acolá, remendo, essas coisas (...) a bicicleta como meio de transporte ela é barata *pra* trocar peça, *pra* mudar corrente, acho que o item mais caro de uma bicicleta comum, “rocheta” é, sei lá, R\$ 60,00 que é o eixo central. (Entrevista concedida no dia 09/06/2018).

Tássia Furtado (RS) igualmente conta que uma das razões para a escolha da bicicleta foi a economia e ressalta ainda o ganho de liberdade e proximidade com outras pessoas:

Para me deslocar da minha casa para qualquer lugar, hoje, ou você pega um ônibus que, em Porto Alegre sai à R\$ 4,30, ou você pega um *Uber* que, normalmente as corridas saem em torno de R\$ 10,00, R\$ 20,00, ou você pega um táxi que sai um pouquinho mais caro, mas todas elas você depende de uma **economia**, a bicicleta não, a bicicleta te deixa livre pra você ir e vir, escolher caminho que você vai fazer, escolher se vai parar, ela te traz a proximidade com as pessoas. (Entrevista concedida pela Tássia Furtado (RS) no dia 08/06/2018).

Entretanto, ela também ressalta a distância como outro fator importante que contribuiu para essa tomada de decisão: “Todo o deslocamento é dado, por sua maioria na verdade, pela bicicleta porque as coisas também são muito **próximas pra se ir de carro e muito longe pra ir a pé**¹⁸³”. A praticidade é também um item citado pela Tássia Furtado (RS): “Em todos os momentos da minha vida que eu usei a bicicleta, eram porque as coisas eram mais **fáceis e práticas** realmente, porque eu morava entre duas ou uma estação de ônibus, então era mais rápido ir de bicicleta do que pegar o ônibus¹⁸⁴”. Marina Harkot (SP) também ressalta a praticidade e o ganho de tempo como fatores diretamente relacionados com o uso da bicicleta: “O **tempo** que eu demoro *pra* chegar nos lugares, a **praticidade**, enfim, tudo isso *pra* mim ficou muito diferente depois que eu comecei a andar de bicicleta e poder sair de casa qualquer horário e voltar qualquer horário também¹⁸⁵”. Essa abordagem pragmática é um aspecto comum, compartilhado pelas entrevistadas de diferentes localidades, repetindo-se em vários dos depoimentos aqui explanados, pelo menos dentro do recorte explorado nesta pesquisa.

Ou seja, não muito diferente da Tássia Furtado (RS) e da Marina Harkot (SP) e, utilizando inclusive uma frase muito semelhante para expressar os possíveis influenciadores que pesaram na escolha da *bike* como modal, temos a Roberta Raquel (SC) com um relato baseado nos fatores de distância e economia: “A minha história com a bicicleta começou quando eu mudei pra Florianópolis, *pra* fazer minha graduação, eu morava **perto pra ir de bike, longe pra ir a pé e caro pra ir de ônibus**¹⁸⁶”.

Ao lado da economia, da distância, do tempo e da praticidade, entra em cena outra motivação destacada nos relatos da Thaís Narciso (CE) e da Sayuri Dantas (SE), a autonomia:

Quando eu decidi andar de bicicleta, eu **economizei** bastante com a questão de transporte, eu me senti mais livre *pra* ir onde quiser, a hora que eu quiser, da forma que eu quiser, **sem depender muito das pessoas** ou ir pra uma parada de ônibus ficar esperando, chega a ser até mais perigoso entendeu e voltar tarde e tudo mais, sem ter transporte, porque aqui o transporte da gente não é tão bom. **Economia**, questão de outros meios de transporte como *uber*, táxi, então foi uma **economia** muito grande pra mim, tanto que rapidamente eu senti a necessidade de investir em outra bicicleta, que precisasse de menos manutenção, fosse mais leve, que me cansasse menos *pra* que eu pudesse fazer longas **distâncias**, que é o que eu faço hoje. (Entrevista concedida por Thaís Narciso (CE) no dia 18/03/2019).

¹⁸³ (Entrevista concedida pela Tássia Furtado (RS) no dia 08/06/2018).

¹⁸⁴ (Entrevista concedida pela Tássia Furtado (RS) no dia 08/06/2018).

¹⁸⁵ (Entrevista concedida por Marina Harkot (SP) no dia 26/11/2018).

¹⁸⁶ (Entrevista concedida pela Roberta (SC) no dia 08/06/2018).

A escolha da bicicleta foi por querer uma **autonomia**. Mas sem muita noção disso. Quando adolescente as alternativas de transporte eram a pé, ônibus, carona com os pais ou bicicleta. Ter uma bicicleta ali disponível foi a opção que eu vi que me fazia **não depender de alguém**, nem de **dinheiro** e me levava até onde eu quisesse. (Entrevista concedida por Sayuri Dantas (SE) no dia 31/03/2019).

Além de fatores como a economia, a bicicleta apresenta-se para essas mulheres como uma forma de tornar a vida mais saudável, tanto em aspectos físicos como sensoriais, conforme relato feito por Nilda Saldamano (Chile): “Eu uso [a bicicleta] porque faz sintonia completa com a minha **capacidade física e sensorial** na qualidade de mobilidade urbana que eu valorizo¹⁸⁷”. Aline Os (SP) também ressalta que a sua motivação para pedalar foi muito influenciada por fatores econômicos e pela busca de uma vida com mais autonomia e saúde:

Eu tinha entrado na Universidade de São Paulo (USP), e nesse período que eu estava me preparando para o vestibular, eu engordei muito, eu tinha parado de fazer **atividade física**, então eu decidi logo no ano seguinte que eu tinha entrado [na universidade] que eu ia ter uma bicicleta, e que eu ia andar de bicicleta dentro da universidade pelo menos. (...) No ano de 2010 para 2011, eu comprei uma bicicleta e comecei a usar em deslocamentos curtos, 3 ou 4 km, muito motivada pela questão da **saúde**, porque novamente eu tinha tido um ganho de peso. (...) Decidi fazer isso pensando mais na **questão da saúde e do bem-estar** de ter uma **prática de atividade física** (...) queria associar a **prática esportiva** também com contato com a cidade, fazer alguma coisa fora do ambiente de academia. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Eu também fui aprender a cuidar da manutenção da minha bicicleta para poder economizar mais ainda, principalmente, na época que eu estava trabalhando como *courier*, que o ganho é pouco... Se eu tivesse toda semana que mandar a bicicleta, todo mês que mandar a bicicleta para uma revisão e pagar por isso, eu gastaria muito dinheiro, então eu fui aprender a mexer pelo menos na minha *bike* (...) Hoje, por exemplo, eu vou para o serviço, são 15 km, então se nesse meio do caminho fura meu pneu, eu tenho que saber arrumar, porque às vezes eu passo pela cidade e as lojas ainda estão fechadas, uma mecânica está fechada, então é melhor que eu saiba mexer, que eu saiba arrumar, para ter essa autonomia, para conseguir me deslocar sem depender de mais ninguém, só de mim, do meu conhecimento e da minha bicicleta. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Entretanto é importante salientar que boas condições de infraestrutura cicloviária são indispensáveis para estimular o uso da bicicleta como transporte nas cidades, como ressalta Amanda Fernandes (Taiwan):

A minha escolha por usar ou não bicicleta tem menos a ver com a minha personalidade, com a minha predisposição *pra* usar e mais a ver com a **infraestrutura** que tinha. Aqui em Taiwan tem dois anos e meio que eu moro aqui (...) eu moro perto da universidade (...) eu tenho minha própria bicicleta, coisa que eu nunca tive em BH [Belo Horizonte/ Brasil] (...) então aqui eu uso a bicicleta ou vou a pé *pra* maior parte das minhas atividades diárias. (...) Não usei a bicicleta como meio de transporte enquanto eu morava no Brasil. (Entrevista concedida por Amanda Fernandes (Taiwan) no dia 07/11/2018).

¹⁸⁷ (Entrevista concedida por Nilda Saldamano (Chile) no dia 15/12/2018).

Diante da explanação desses relatos, é possível observar o que surge a partir do uso da bicicleta por essas mulheres em termos de necessidades básicas, seja financeira, de saúde ou relacionada à infraestrutura urbana. Fatores estes que ganharão uma nova dimensão após a entrada dessas mulheres na cena cicloativista contemporânea que discutiremos mais à frente. Entretanto, é importante entendermos que, antes de mais nada, “a bicicleta é um objeto sociotécnico complexo cujo significado e usos são modelados variadamente através de suas histórias, produção e usos” (VIVANCO, 2013, p. 26 *apud* COX, 2015, p. 3, tradução nossa).

Assim, embora possamos descrever a bicicleta relativamente em termos de suas qualidades mecânicas como um objeto, devemos também levar em conta as percepções da sociologia da tecnologia (Bijker, et al. 2012) que nos permitem entender que a inovação tecnológica e a produção ocorrem dentro, e é profundamente moldada por, e inextricável de contextos sócio históricos: sociedades específicas com suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Usar esta tecnologia de mobilidade requer espaço. Uma bicicleta é apenas um dispositivo potencial de mobilidade até ser utilizada. A forma que este espaço deve, ou não, tomar pode variar tremendamente (COX, 2015, p. 3, tradução nossa).

A partir de três elementos-chave, a saber, a bicicleta, as mulheres e o espaço social, é que se desenvolve o que chamamos de ciclismo feminino, num primeiro momento ainda desprovido de ativismo político, entretanto já demonstrando o seu potencial para a formação de novas identidades culturais. A maneira de vivenciar a cidade passa a ser outra, já que o estilo de vida se transforma e, juntamente, com essas mudanças, vêm também uma nova percepção acerca dos problemas urbanos que acometem ciclistas, algo que aqui é acrescido de outros fatores como o assédio, no caso de ciclistas mulheres.

Essa nova maneira de experimentar o espaço público e de vivenciar mais profundamente alguns problemas “comuns” ao universo do ciclismo feminino, se potencializa quando essas mulheres percebem que comungam situações semelhantes, seja pelo uso da bicicleta ou através das experiências de opressão que as põem à margem da sociedade. Este fato abre infinitas possibilidades de interconexão entre elas. Nesse momento, esta prática já passa a ganhar uma outra dimensão, como afirma Peter Cox, “quando alguém faz parte de uma minoria visível, a identidade é importante. Um **sentimento de pertença** e de realização de uma identidade coletiva legitima o indivíduo isolado. Une-os a uma realidade mais ampla” (2015, p. 9, tradução nossa). Os fatores básicos primeiros trazidos pela bicicleta transformam-se em algo mais amplo e coletivo, a partir do instante em que há uma partilha do modo de locomoção, de estilo de vida e de problemas muito semelhantes entre essas mulheres. Ou seja, os problemas encontrados individualmente como ciclistas se transformam em questões sociais (MILLS, 1959) e há, portanto, a formação de uma comunidade “imaginada” (ANDERSON, 2006).

O que torna as comunidades imaginárias significativas para qualquer grupo minoritário identificado como um grupo, é a sua marginalidade compartilhada, muitas vezes o confronto compartilhado de um mundo externamente hostil, uma opressão compartilhada (COX, 2015, p. 11, tradução nossa).

Portanto, a busca pelo transporte ativo sobre duas rodas envolve um conjunto de fatores externos e até então alheios à uma luta política em torno da mobilidade ativa. Esse cenário começa a se modificar a partir do momento em que essas mulheres vivenciam o pedalar nas ruas, experienciando a violência diária do espaço público sob várias dimensões, momento em que passam a compreender que um ato tão simples como o pedalar pode trazer as piores consequências, como atropelamentos e mortes no trânsito, xingamentos, assédios, etc. Todos estes resultados advindos de uma sociedade alicerçada na dominação masculina que, por sua vez, exerce sobre as mulheres, uma violência simbólica que chega ao seu último estágio, a violência física com prejuízos irreversíveis, ao mesmo tempo desperta nelas uma indignação que, posteriormente, se transformará em ativismo político.

O ato de pedalar, baseado em fatores objetivos e necessidades básicas, através de experiências de violências e opressões diversas ganha, portanto, uma outra dimensão, ou seja, “em vez de haver uma clara divisão conceitual entre esporte, lazer e utilidade, podemos ver um *continuum* de atividade em que os ciclistas ocupam posições diferentes em momentos diferentes” (COX, 2015, p. 12, tradução nossa) que, no caso particular abordado nesta pesquisa, ganha mais uma característica peculiar que é o ativismo político. O pedalar é lazer, é locomoção, mas também uma maneira de vencer esses obstáculos impostos pela dominação masculina.

A indignação, por parte dessas mulheres, acerca da violência simbólica que as acomete diariamente durante o pedalar nas ruas, passa a ganhar uma outra instância no momento em que elas adentram o campo da coletividade, fazendo parte dos grupos cicloativistas, lugar onde a indignação transforma-se em ativismo. “Um fator de união que reúne os ciclistas a nível local, nacional e até mesmo internacional desde os primeiros dias de ciclismo, tem sido a formação de clubes e outras associações formais” (COX, 2015, p. 20, tradução nossa). É a partir dessa união que a bicicleta ganha novos contornos, aglutinando aos fatores mais básicos anteriormente relatados, um caráter de ativismo político, quando as mulheres, através da incorporação de um *habitus* compartilhado dentro do campo, assumem novos comportamentos, estilos de vida ativista comuns à cena cicloativista feminista contemporânea.

Apesar de algumas dessas mulheres terem entrado na cena cicloativista devido a dificuldades financeiras e, portanto, a uma falta de capital econômico, por exemplo, este passa a ser de alguma maneira “compensado” ou até transformado quando da incorporação desse estilo de vida ativista ou a um ganho de capital cultural e social. Entenda-se aqui como capital

cultural, a aquisição de informações/ conhecimentos sobre determinados assuntos e, como capital social, os recursos compartilhados a partir da entrada dos agentes em grupos/ coletivos. Conforme Bourdieu (1987),

O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos. (p. 4, tradução nossa).

Portanto, é através da aquisição de capital cultural e social que a situação social das mulheres passa a ser entendida sob uma perspectiva social estrutural fortemente demarcada por uma cultura patriarcal, que subordina e inferioriza o feminino e tudo que a ele está ligado.

Isso fica ainda mais evidente quando além dos grupos cicloativistas femininos, essas mulheres adentram associações mistas de ciclismo, fortemente ancoradas em pautas democráticas e igualitárias, mas que, em contrapartida, também acabam por não visualizar a situação específica de opressão por que passam as cicloativistas como um problema a ser debatido dentro das discussões travadas no interior dos grupos. É nesse instante que a coletividade formada por essas mulheres

Reconhecem a marginalidade especificamente como um local da resistência, um espaço conceitual onde a crítica pode emergir e ser nutrida. A margem não é apenas o espaço (físico no caso do ciclismo) onde os ciclistas são confinados, mas também um recurso vital para a formação de contracultura resistente (COX, 2015, p. 19, tradução nossa).

São vários níveis de “marginalidade” que atingem essas mulheres, mesmo dentro do mesmo coletivo, já que seus grupos exclusivos são compostos por uma multiplicidade de mulheres. Temos como exemplo, as cicloativistas negras que, dentro de todo o espectro, estão para além das margens, já que muitas vezes além de não serem contempladas pelos grupos mistos, por outro lado, algumas vezes, também se vêem ausentes dos coletivos exclusivamente femininos, mas majoritariamente brancos. Entretanto, mesmo diante dessas complexas relações, esses espaços de resistência possuem muita importância dentro do contexto cicloativista, pois são os lugares onde o contra-discurso é construído em oposição à narrativa dominante. Algumas dessas ações de resistência das cicloativistas se dão a partir da criação dos *GTs Gênero* dentro de associações mistas de ciclismo por parte das mulheres integrantes, assim como uma maior proliferação de grupos de cicloativismo exclusivos para mulheres nos anos mais recentes, estes,

conforme vimos na contextualização histórica, também fortemente influenciados pela quarta onda feminista. Ou seja, “espaços de resistência são constantemente abertos mesmo dentro dos sistemas mais aparentemente fechados” (McKay, 1996, tradução nossa).

Dentro dos *GTs Gênero* e dos grupos cicloativistas feministas e, já sob um contexto coletivo, essas mulheres passam a desenvolver atividades diversas que relacionam a mobilidade urbana por bicicleta com a perspectiva de gênero. “O ciclismo como um movimento ativista não dedica-se simplesmente a desenvolver argumentos sobre o arranjo de padrões de tráfego urbano, mas também objetiva incluir mais profundamente, politicamente e socialmente, elementos transformadores (COX, 2015, p. 27, tradução nossa).

Oficinas de mecânica básica com o intuito de ganhar autonomia, rodas de conversa e seminários a fim de estimular o conhecimento acerca da situação das mulheres e das diversas experiências femininas nos mais variados âmbitos e em especial quando do ato de pedalar na cidade, pedais em grupo para estimular a partilha das relações e exercitar a sororidade, realização de eventos a fim de chamar atenção da sociedade para a mobilidade de mulheres ciclistas e outras questões importantes que acometem não só as mulheres, mas a natureza e a sociedade como um todo, são algumas das pautas e atividades desenvolvidas pelos grupos cicloativistas feministas e também pelos *GTs Gênero*. É através dessa diversidade de ações coletivas que o “corpo político” feminista sobre duas rodas irá construir-se.

Podemos observar uma mudança gradual entre o significado do que é ser uma “mulher ciclista” e do que é ser uma “mulher cicloativista”. A *ciclista* pedala seja por lazer ou para se locomover, a *cicloativista* pedala por lazer, mas principalmente para se locomover e, além disso, carrega consigo um sentimento de pertença a um coletivo e a responsabilidade consequente do seu envolvimento com esse grupo. Existe uma ética, uma conduta, um estilo de vida que a diferencia de uma ciclista comum. Podemos traçar portanto um perfil de mulher cicloativista, ao qual vão aproximar-se ou distanciar-se outras características conforme a diversidade de mulheres que compõem o movimento. Este perfil apresenta três características principais: aquela que utiliza a bicicleta como principal meio de transporte; a que realiza um ativismo político a partir do uso da bicicleta; e faz da experiência de pedalar algo coletivo.

2.3 - Deslizando entre Corpo e Poder: Empoderamento feminino e o pedalar na rua

Para Foucault (1987), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p. 163). O corpo docilizado é antes de qualquer coisa um corpo disciplinado, entretanto quando falamos de lutas feministas, falamos exatamente do contrário dessa ideia, já que desde o seu surgimento, o feminismo tem sido um

compilado de histórias indisciplinadas. Essas indisciplinas fundam-se através dos protestos, das insurreições, em uma relação dialética entre público e privado, numa quebra constante de fronteiras e imposições. O corpo feminista é um corpo que se nega a ser dócil, que vira às costas para a disciplina e que se abre ao político. É durante esse percurso de transformação para um corpo indisciplinado, insubordinado, que o poder também toma um outro rumo, deixando de ser um atravessamento de imposições pelo corpo, para corporificar resistência. O corpo então torna-se um corpo empoderado. Mari Luz Esteban (2004) afirma que “o corpo é um nó de estrutura e ação, de experiência e economia política” e, justamente por isso, “todo avanço feminista, todo ‘empoderamento’ das mulheres em nível social sempre implica uma experiência do corpo visto e vivido” (p. 43 *apud* CELIBERTI, 2019, p.330, tradução nossa).

O corpo político, é um corpo que, através de empreendimentos coletivos, reúne experiências de ação performativa no espaço público, principalmente como forma de exercer seu direito de aparecer, de resistir e de afirmar suas identidades políticas, passando, portanto, a corporificar um ativismo político. E, apesar de serem diversas as formas pelas quais as cicloativistas exercem esse ativismo, quando pensamos num corpo político, pensamos fundamentalmente, numa reunião de corpos que agem nas ruas a fim de reivindicar direitos e, para tanto, dentro do contexto aqui explanado, toma para si a tarefa de representar a categoria das mulheres que pedalam. Esse exercício do corpo político é antes de tudo, um ato de poder. “Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder...” (FOUCAULT, 1989, p. 84).

Quando mulheres se unem para pedalar nas ruas estão exercendo uma performatividade singular que, ao mesmo tempo que reivindica direitos relacionados à liberdade, igualdade de gênero, à não violência contra a mulher, o combate ao racismo, etc., também estão reivindicando o direito de estar ali, de estar nas ruas, de poder acessar os espaços públicos com segurança e respeito.

Olhar e ser olhado torna-se o modo mais eficaz de se fazer presente na esfera pública. Essa necessidade de “transparência social” faz de cada indivíduo um ator por excelência. Performances, estilos, coreografias, quais sejam, as “encenações públicas”, dinamizam o acontecer social (DIÓGENES, 2000, p. 91).

Ocupar esses espaços é resistir num lugar em que corpos femininos correm riscos, é escolher estar exposta a uma diversidade de violências em nome do direito de conquistar aquele espaço, é pelo direito de aparecer, de ser visto, de tornar esse ato algo natural numa sociedade que ainda recebe o corpo feminino que pedala com insultos e violências. Hannah Arendt (1987) falava do uso da linguagem como fonte principal de visibilidade na esfera pública, entretanto Judith Butler (2018) demonstra que para além do uso da palavra, a performance

corporal no âmbito público, por vezes, desobriga o uso da fala. O corpo também é linguagem e, é linguagem coletivizada.

Se a performatividade é com frequência associada ao desempenho individual, pode se provar importante reconsiderar essas formas de performatividade que operam apenas por meio das formas de ação coordenada, cujas condições e cujo objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência. Portanto, esse movimento ou inércia, esse estacionamento do meu corpo no meio da ação do outro, não é um ato meu ou de outros, mas alguma coisa que acontece entre nós (BUTLER, 2018, p. 15).

Pedalar sozinha já é um ato de resistência dado o contexto de violências diversas a que está exposto o corpo feminino nas ruas, mas quando essa experiência se pluraliza, a potência dessa ação eleva-se, já que “a reunião significa para além do que é dito, e esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade” (BUTLER, 2018, p. 14). Colocar o corpo na rua, é um ato de tomar poder sobre si, é empoderar-se, não no sentido de que esse poder é uma espécie de entidade que toma conta do corpo, mas no âmbito de deixar o corpo aberto a atravessamentos de relações de poder, que se dão concretamente nas ruas, durante os enfrentamentos diários. “As categorias sociais que nunca escolhemos atravessam esse corpo determinado de algumas maneiras mais do que de outras, e o gênero, por exemplo, nomeia esse atravessamento, bem como as suas transformações” (BUTLER, 2018, p. 105).

Esse corpo vai sendo moldado por essas experiências múltiplas e, ao mesmo tempo que esse poder age muitas vezes infringindo violências às mulheres, este também é tomado por elas como forma de resistir a tais repressões. Nesse sentido, o poder aqui não é somente repressor e, na verdade, essa sua característica nem é a mais importante a ser considerada. O que salta aos olhos quando observamos esses corpos femininos pedalando e impondo-se nas ruas, é o poder que produz um corpo que resiste (FOUCAULT, 1989), que transforma fragilidade em força, que empodera o corpo feminino.

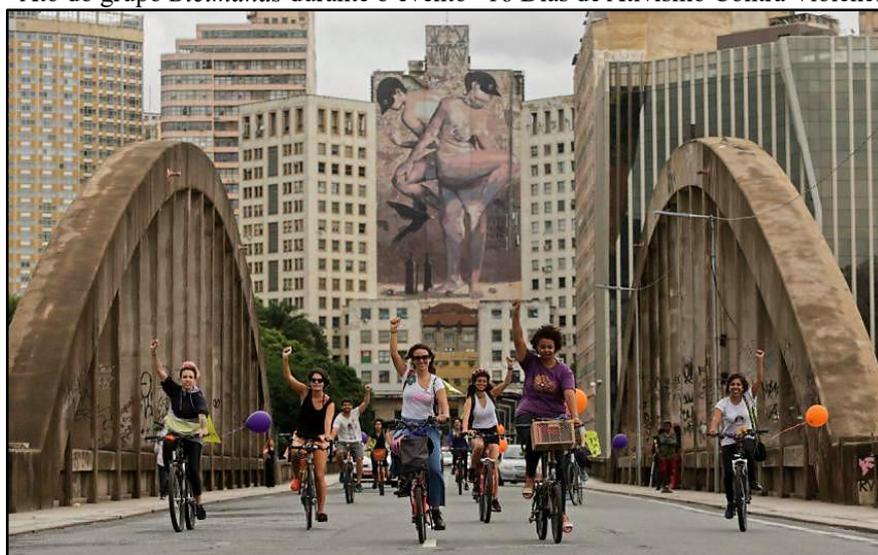
O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como conseqüência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua (FOUCAULT, 1989, p. 82).

Nesse sentido, a bicicleta assume uma importância primordial, ela é uma extensão desse empoderamento, é através dela que o corpo não só adquire uma resistência e uma força física, mas principalmente, é onde esse corpo encontra apoio para os enfrentamentos. Estar com a bicicleta, é não estar sozinha, estar com a bicicleta juntamente com outras mulheres e suas bicicletas, é elevar o sentimento de potência, é deslizar entre corpo e poder, é a chance de exigir seu direito de estar, estando. “O direito passa a existir quando é exercido, e exercido por aqueles que agem unidos em aliança” (BUTLER, 2018, p. 90). Não é só um corpo que anda, é um corpo que desliza sobre o espaço. É marcar território, é dizer sem falar uma palavra que aquele espaço também é seu.

Não podemos falar sobre um corpo sem saber o que sustenta esse corpo, e qual pode ser a sua relação com esse apoio - ou falta de apoio. Desse modo, o corpo é menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação (BUTLER, 2018, p. 72).

A bicicleta é o meio por onde corpo e poder se conecta. Ela é a intermediária dessas relações que se estabelecem entre esses corpos pedalantes e também se configura como o principal objeto de reivindicação, pois além da luta pelo direito de estar ali e outras pautas urgentes, como por exemplo, a pauta ambiental ou melhores condições de infraestrutura urbana e cicloviária em particular, também é trazida a bicicleta como uma das ferramentas indispensáveis para muitas dessas mudanças ocorrerem. “Os suportes materiais para a ação não são apenas parte da ação, mas são também aquilo pelo que lutamos” (BUTLER, 2018, p. 83).

Figura 45 - Ato do grupo *Bicimanas* durante o evento “16 Dias de Ativismo Contra Violência de Gênero”



Fonte: Facebook Bicimanas

É junto às bicicletas que os corpos tornam-se *corpos políticos feministas sobre duas*

rodas, ao instituírem seus levantes. *Levante* para além do significado de ato de “erguer” ou “levantar”, também carrega consigo o sentido de rebeldia, insubordinação, indisciplina, subversão, protesto, revolta, sublevação, resistência, revolução, e, como uma luta plural, o feminismo institui vários levantes. O principal instrumento dos levantes é o corpo, é para onde convergem todas as opressões e também é por onde todas as lutas iniciam. Cada movimento corporal quer dizer algo, quer gritar e expressar algo. “Quando se está alienado e se protesta contra essa alienação, o protesto toma uma forma corporal: é o braço que se levanta, o corpo que se movimenta, a boca que se abre, entre palavras e cantos, tudo isso é corporal¹⁸⁸” (DIDI-HURBERMAN, 2017).

Cada gesto traz consigo as várias representações dos protestos, seja a nível individual ou coletivo, entretanto ressalta-se aqui o aspecto coletivo devido ao caráter coletivo que carrega cada “eu” interconectado ao “nós” dessa rede de entre corpos. Mesmo quando se está sozinho, não se está. O eu é multidão. A representação da categoria é maior que o corpo e esse corpo torna-se potente justamente no momento em que carrega essa representação em suas entranhas. Rebelar-se, ir contra ao sistema de dominação masculina patriarcal hegemônico é revoltar-se, e essa postura inicia com o levantar do corpo, com a imposição de se colocar à frente e, somado a isso, o erguer dos braços e o abrir das bocas, mesmo sem dizer uma só palavra, já diz tudo. “Levantar-se é resistir, erguer o punho ou o braço é resistir” (DIDI-HUBERMAN, 2017).

Figura 46 - Cicloativista Tássia Furtado erguendo os braços e a bicicleta simbolizando um ato de empoderamento



Fonte: Facebook Tássia Furtado | Foto: Leticia Ruschel Santos

¹⁸⁸ Entrevista concedida por Didi-Huberman ao jornal argentino *Página 12*, disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/45024-las-imagenes-no-son-solo-cosas-para-representar>.

Existe uma variação desse comportamento corporal quando falamos dos corpos políticos das cicloativistas: esses movimentos são acompanhados pelo levantar da bicicleta ao alto ou simplesmente, estar em cima dela em outros dos vários atos e gestos. A bicicleta agarrada, é uma extensão do movimento corporal. A bicicleta é uma peça-chave dessa cena.

Antes mesmo de começar e levar adiante uma ação voluntária e compartilhada, o levantar-se faz por um simples gesto que, de repente, vem revirar a prostração que até então nos mantinha submissos (por covardia, cinismo ou desespero). Levantar-se é jogar longe o fardo que pesava sobre nossos ombros e entravava o movimento. É quebrar certo presente - mesmo que a marteladas, como queriam Friedrich Nietzsche e Antonin Artaud - e, erguer os braços ao futuro que se abre, é um sinal de esperança e de resistência. É um gesto e uma emoção (...). No gesto do levantar, cada corpo protesta por meio de todos os seus membros, cada boca se abre e exclama o não da recusa e o sim do desejo (DIDI-HUBERMAN, 2017).

A pedalada pelada ilustra de forma muito elucidativa o que é colocar esse corpo na rua reivindicando esse direito de aparecer, pois para além disso, temos corpos nus e semi-nus que se impõem. A nudez ou a semi-nudez é a extrapolação dessa reivindicação do direito de aparecer, de estar ali, é uma reivindicação direcionada aos motoristas que, diariamente, não enxergam esses corpos pedalantes, que os atropelam, que os matam, que os assediam. “Atacar esses corpos é atacar o próprio direito, uma vez que quando esses corpos aparecem e agem, eles estão exercendo um direito que está fora do regime, contra ele e em face dele” (BUTLER, 2018, p. 92).

Quando eles se superexpõem, realizam ato duplo: inserem-se na cultura de massas, hiperbolizam seus rituais de pertença e apontam para a exclusão a que estão submetidos no lado “obscuro” da cidade. Tudo se explicita na exposição pública, são “corpos em evidência”, são símbolos em evidência (DIÓGENES, 2000, p. 98).

Figura 47 - Ciclistas realizando a manifestação do “Pedalada Pelada” no Rio de Janeiro.



Fonte: Site da UOL | Foto de André Luiz Mello/Estadão Conteúdo.

Figura 48 - Ato “Pedalada Pelada” em POA –RS



Fonte: Site Sul21 | Foto - Guilherme S./Sul21

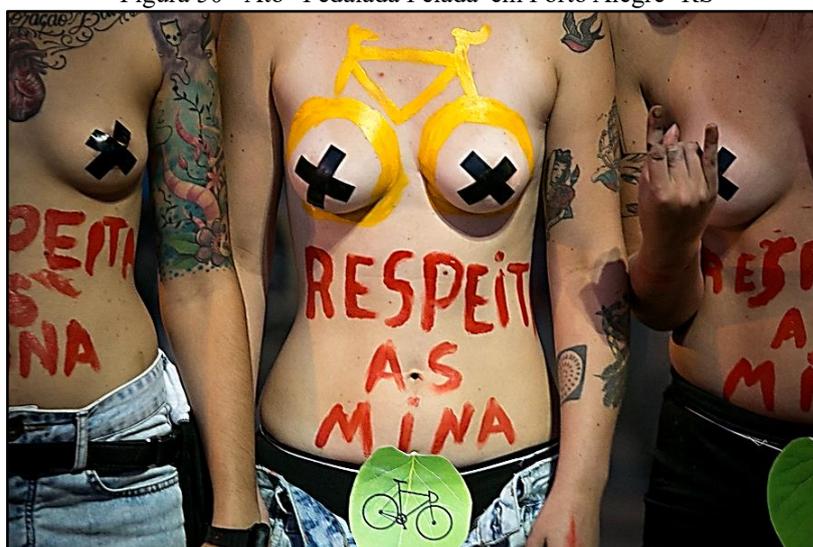
Figura 49 - Ato “Pedalada Pelada” em Salvador



Fonte: Site Ibaítaba.com | Foto: Betto Jr./CORREIO

O corpo nu que se impõe nas ruas pedalando está gritando: “nós existimos, estamos aqui, nos vejam, nos percebam, prestem atenção em nós, não nos atropelem”. Esse grito, além da performance de gestos, também é representado pelas inscrições corporais com frases como “Sua pressa vale uma vida? ”, “Meu corpo não tem *airbag*”, “Mais amor, menos motor”, etc. Aqui, “o corpo é um mapa cultural” (CANEVACCI, 1990, p. 23) que traz na pele as várias narrativas de experiências de opressões vividas que, no ato performativo e plural, transformam-se em símbolos de resistência contra essas opressões. “São histórias cravadas no corpo, comunicadas através do corpo. (...) Ele não apenas enuncia narrativas individuais, como condensa e expressa os vestígios de dimensões culturais mais amplas” (DIÓGENES, 2000, p. 95).

Figura 50 - Ato “Pedalada Pelada” em Porto Alegre -RS



Fonte: Site Sul21 | Foto - Guilherme Santos/Sul21

As palavras e pinturas funcionam apenas como âncora para que esse corpo-

linguagem ou corpo-texto torne-se visível, exiba-se (DIÓGENES, 2000). O corpo funciona como uma espécie de panorama, de *outdoor*, o lugar onde a visibilidade encontra sua máxima. Ao impor-se nas ruas, acompanhado dos gestos, palavras, pinturas e, em cima das suas bicicletas, esses corpos femininos funcionam como “um mapa de si e do grupo” que, ao mesmo tempo que busca pelo reconhecimento dentro do grupo, também reivindica ser visto e reconhecido por outros setores da sociedade. “O corpo humano se torna um corpo panorâmático que reflete, retroage e projeta infinitas combinações de sinais ventríloquos” (CANEVACCI, 1990, p. 23). Tudo converge para o corpo. Um corpo que apóia-se na bicicleta. Um corpo-político feminista sobre duas rodas. Todas essas reivindicações vêm pela ação performativa desses corpos políticos, sem nenhuma necessidade de falar o que quer que seja. “A própria reunião significa persistência e resistência” (BUTLER, 2018, p. 29).

Uma reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e a persistir, até mesmo a florescer. Ao mesmo tempo, não importa sobre o que seja o protesto, ele também é, implicitamente, uma reivindicação por poder se unir, se reunir em assembleia, e de fazê-lo livremente, sem medo da violência policial ou da censura política. Então, embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político (BUTLER, 2018, p. 24).

O corpo político sobre duas rodas é um corpo que acaba por tornar-se um corpo com poder, atravessado pelo poder, um corpo empoderado. *Empoderamento* não é só ter autonomia sobre si ou ser livre, não trata-se de uma rotulação que nos anos mais recentes tem tomado o discurso feminista liberal com as famosas frases “seja quem você quiser ser, faça o que quiser fazer” ou “meu corpo, minhas regras”, ele vai muito além disso, é uma espécie de poder que corporifica, que institui mudanças dentro e fora do corpo, não é só consciência política, é corpo político, é concretude nos gestos e ações, é pluralidade, é relação.

Há um estilo de vida transformado, uma vida aliada à política e uma política que institui o corpo vivo, que o impulsiona para a luta, mas que ao mesmo tempo, faz parte, já é intrínseca a esse corpo, uma espécie de política-vida (GIDDENS, 2002). É empoderamento pelos corpos, com os corpos, através dos corpos e entre corpos.

Agir em concordância pode ser uma forma corporizada de colocar em questão as dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política. O caráter corpóreo desse questionamento opera ao menos de dois modos: por um lado, contestações são representadas por assembleias, greves, vigílias e ocupação de espaços públicos; por outro, esses corpos são o objeto de muitas das manifestações que tomam a condição precária como sua condição estimulante (BUTLER, 2018, p. 15).

Esse esforço político que transforma-se em *empoderamento* é possibilitado pelas experiências de opressão compartilhadas que, numa luta coletiva, transforma fragilidade em

força, medo em enfrentamento, indignação em resistência.

Ser um ator político é uma função, uma característica de agir em termos de igualdade com outros humanos - essa importante formulação arendtiana permanece relevante para as lutas democráticas contemporâneas. A igualdade é uma condição e uma característica da ação política em si, ao mesmo tempo que é o seu objetivo (BUTLER, 2018, p. 59).

Entretanto, é de uma importância fundamental, demarcar que, principalmente em se tratando da *Pedalada Pelada*, o público participante do protesto é formado por uma ampla maioria cisgênera, branca e de classe média, conforme é possível perceber nas imagens. Podemos depreender que esse resultado tenha uma relação estreita com a mesma crítica direcionada por mulheres negras à Marcha da Vadias, por exemplo, que, conforme vimos anteriormente, também utiliza estratégia semelhante de reivindicação política através do corpo nu ou seminú com inscrições e pinturas.

A crítica das feministas negras à exposição do corpo nu e a conseqüente não participação delas nesse tipo de cena, advém de uma maior visibilidade do movimento negro no contexto das lutas contemporâneas que, por sua vez, iniciou uma maior problematização da questão racial dentro das manifestações e movimentos emergentes. Feministas negras não se sentem contempladas nesse tipo de ativismo que baseia-se em expor os corpos nus nas ruas, porque, historicamente, os corpos femininos negros já são tidos e representados pelo padrão heteropatriarcal e racista como hipersexualizados e objetificados, portanto expor a nudez desse corpo negro, longe de positivá-lo, contribui ainda mais para a sua exploração e subjugamento.

O corpo político feminista negro impõe-se nas ruas, mas não adere ao ativismo da nudez. Apesar dessa questão não ter sido explanada nas entrevistas com cicloativistas negras, o que foi percebido, a partir do acompanhamento das movimentações entre os diferentes perfis de grupos de cicloativismo feminista é que as cicloativistas negras trabalham seu ativismo a partir de pautas muito mais voltadas à luta antirracista, o combate às opressões de raça, classe e gênero, para além da reivindicação do direito aos espaços públicos. Além disso, atuam em cima de projetos que, conforme veremos mais adiante, são voltados, principalmente, à inclusão de pessoas negras através do empreendedorismo social e outras atividades mais relacionadas ao mundo do trabalho, empregabilidade, etc. Para além de pessoas negras, existe uma preocupação especial também com a população LGBTQI+. A *Pedalada Pelada* não é algo que foi observado como relevante nos grupos cicloativistas feministas de mulheres negras. Estas acabam por abrir caminho para outras questões. Conforme Sueli Carneiro (2011),

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra [...]

ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres [...] e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (p. 2).

O corpo político sobre duas rodas, portanto, inicia seu processo de construção a partir de um caráter coletivo de desenvolvimento de um ativismo político, transformando esse corpo num corpo empoderado, onde o próprio caráter coletivo e as estratégias de ativismo são marcados por diferentes maneiras e vivências. Mulheres brancas, homens brancos, mulheres negras, homens negros, pessoas LGBTQI+ vão desenvolver ativismos que se diversificam em torno da pauta do cicloativismo, mas nos delimitando ao cerne desta pesquisa, como esse ativismo político ganha um viés feminista? Como esse corpo político sobre duas rodas torna-se um corpo político feminista sobre duas rodas? No tópico a seguir nos deteremos, mais especificamente, à observação de algumas atividades coletivas realizadas dentro dos grupos cicloativistas de mulheres, aos diferentes significados que estas atividades possuem na vida das cicloativistas e como, nesse segundo momento, essas mulheres unem a luta cicloativista com as pautas feministas, na construção desses corpos políticos.

2.4 Os Corpos Políticos Feministas e a Construção da Sororidade

A tessitura do fio condutor de construção do corpo político costura-se a partir de diversos aspectos, antes de tudo, coletivos e é dentro dessa coletividade que o corpo político sobre duas rodas dará ao seu *habitus* de ativismo político uma ética feminista. O capital cultural do campo é absorvido pelos agentes que, por sua vez acabam por desenvolver estilos de vida a partir da resistência às relações patriarcais, principalmente, por meio do compartilhamento de capital social nas experiências em grupo, fato que trará a política feminista para o centro das vidas das cicloativistas, contribuindo também para a construção da sororidade. Isso pode ser verificado através das diversas atividades realizadas pelos grupos cicloativistas de mulheres em paralelo com os vários depoimentos das participantes acerca dessas ações coletivas, ressaltando fatores como autonomia individual e coletiva, rede de laços e de afetos, compreensão da linguagem feminista, ênfase no feminismo enquanto instância intersseccional que aglutina outras lutas, debates sobre questões de gênero e sexualidade, mudanças de perspectivas sociais e preocupação com o empreendedorismo social voltado para mulheres e outros grupos minoritários.

Começamos por destacar uma das atividades que mais promovem a autonomia das cicloativistas: a oficina de mecânica básica de bicicleta. A minha participação em uma dessas

oficinas demonstra um pouco como todo o processo geralmente ocorre. Pois bem, estando em terras alencarinas¹⁸⁹, em Fortaleza (CE), eis que surge um evento intitulado “Mulheres, Mobilidade e *Bike* – Roda de Conversa e Oficina de Mecânica” divulgado nas redes sociais digitais do *Bike Anjo*¹⁹⁰ Fortaleza. Era 13 de setembro de 2018, noite agradável na capital cearense e, eu saía de casa a caminho da Casa Cavilosa, local onde ia acontecer o evento. Esse é o nome que a Andréa Bezz (CE), interlocutora desta pesquisa, deu à sua casa, que é mais do que apenas uma casa, como ela mesma explica na página dedicada ao espaço no *Instagram*¹⁹¹:

Quem nasceu no interior do Ceará deve conhecer essa palavra, que era muito usado por nossos avós. Dizer que alguém ou alguma coisa é cavilosa, é o mesmo que engraçadinha, espertinha, manhosa. Então a nossa casa, é uma casa muito engraçada, com varandinha, plantinhas, espaço de acolher e transformar. Do sertão para ‘ser tão’.

Pelas palavras, dá para perceber que esse local está longe de ser um lugar qualquer. Então, cheguei na Casa Cavilosa e logo soube que era lá assim que adentrei a rua. Dessa vez, eu não usei gravador, nem fiz entrevistas, propositalmente, queria apenas participar daquele momento, viver o máximo possível dessa experiência com elas. Lá debaixo, avistei um sobrado amarelo, na parte de cima tinham algumas mulheres reunidas, plantinhas na sacada, um som e uma alegria no ar. Fui recebida pela Karla Kizzy (CE) que, na ocasião, estava vendendo seus pães e bolos veganos, e pela Aline Montenegro (CE), que ia ser uma das instrutoras responsáveis pela oficina ao lado da Andréa Bezz (CE). Subi as escadas, que davam acesso à um espaço maior que estava cheio de bicicletas. À direita da escada, entrei na área que fica na sacada onde as meninas estavam reunidas. Sentei nos colchonetes que haviam espalhados pelo chão do espaço. Dava para perceber que tudo foi preparado com o intuito de que as mulheres se sentissem bem à vontade, era um espaço muito aconchegante. A Andréa Bezz logo também apareceu para me cumprimentar após alguns minutos. Enquanto as atividades não começavam, aproveitei para desfrutar do bolo delicioso de maracujá da Karla Kizzy. Aos poucos, outras mulheres foram chegando e se acomodando. Quando já tinham em torno de oito mulheres, a Andréa Bezz decide começar a oficina de mecânica básica de bicicleta.

Ela começa explicando, através de um cartaz colado na parede, o nome das peças que compõem a bicicleta e em seguida, a Aline (CE) a auxilia e mostra na própria bicicleta onde encontrava-se cada peça citada. Após esse momento, elas mostram as ferramentas básicas

¹⁸⁹ Nome comumente usado pelos moradores que nasceram na cidade do escritor José de Alencar.

¹⁹⁰ *Bike Anjo* surgiu em 2015, com o objetivo de unir voluntários de todo o Brasil em prol da mobilidade por bicicleta, promovendo aulas de pedal e acompanhando os “novos” ciclistas que necessitam de auxílio em seus trajetos. Dentro do *Bike Anjo*, existe o *Bike Anjas*, rede formada apenas por mulheres ciclistas voluntárias do projeto.

¹⁹¹ Rede social digital.

necessárias, todo o *kit* de chaves quinze, estrela, *Allen*¹⁹² ou o jogo básico de chaves para utilizar em parafusos, fita anti-furo para remendar pneu, bomba de encher pneu, etc., que sempre devem estar na bolsa das ciclistas, para resguardá-las em qualquer situação difícil. Todas essas ferramentas são em tamanho compacto, feitas justamente para que as ciclistas possam carrega-las para todos os lugares.

Também explicaram como utilizar essas ferramentas para remendar a câmara de ar que fica dentro do pneu e também como trocar o pneu.

Figura 51 – Oficina de mecânica básica de bicicleta na Casa Cavilosa



Fonte: Arquivos pessoais Tereza Maciel

Primeiramente, verifica-se se o pneu ainda tem ar dentro, apertando-o com os dedos e, caso ainda tenha, deve-se secá-lo totalmente com o auxílio de um pino, ou no caso das meninas, o procedimento foi feito com as pontas dos próprios dedos. Após isso, retiram-se as

¹⁹² A Chave *Allen* é uma ferramenta comumente conhecida como chave sextavada. Ela serve para fixar parafusos, porcas e outros tipos de fixadores. Costuma ter forma de L, com uma ponta hexagonal em cada extremidade. (<https://www.foxlux.com.br/blog/dicas/como-usar-uma-chave-allen/>).

travas do freio (no meu caso, a troca foi no pneu traseiro) e, com o auxílio de uma das chaves, desenrosca-se a porca do parafuso externo do cubo (espécie de eixo central da roda). Com esse procedimento, a corrente afrouxa-se da coroa traseira (engrenagens dentadas do pedivela¹⁹³). Retira-se, em seguida, a corrente do pneu do cubo do eixo central, soltando a roda do quadro.

Estando a roda liberada, começa-se a retirada do pneu do aro com o auxílio de uma pequena espátula. Com o pneu já solto do aro, é só retirar a câmara de ar que fica dentro do pneu, procurar o furo e remenda-lo com a fita apropriada. Após isso, começa-se o procedimento de recolocação da câmara de ar dentro do pneu, acoplando-o em seguida no aro novamente com a espátula. Coloca-se a corrente nos encaixes da coroa dentada e, em seguida, o pino do cubo da roda novamente na parte traseira do quadro, de forma que, a corrente fique na posição correta, esticada e sem folga. A partir daí, enrosca-se a porca no parafuso do cubo, acochando-a até que ela esteja bem centralizada ao quadro. Após isso, encaixa-se novamente a trava do freio e enche-se o pneu com a bomba de ar e, fim! Remendo e troca do pneu de uma bicicleta concluídos!

Figura 52 – Publicação da Casa Cavilosa sobre a oficina de mecânica



Fonte: *Instagram* Casa Cavilosa

Como diz INGOLD (2015) e LATOUR (2012), as coisas tem suas agências e, a bicicleta, dentro do contexto aqui explanado, age pelo movimento produzido a partir dela nessas mulheres, a bicicleta é o pedalar dessas mulheres e também as mãos unidas dessas ciclotivistas ao tentar trocar o pneu. E, por mais que, no geral, as bicicletas possam ser construídas por suas

¹⁹³ *Pedivela* é o nome dado ao par de braços que, girando a coroa frontal, transferem força das pernas do ciclista para a bicicleta, fazendo-a movimentar-se.

próprias donas, ou compradas nas lojas ou, simplesmente, recicladas, possuindo portanto, características e peculiaridades que as diferenciam umas das outras, o fato é que, durante as oficinas de mecânica básica promovida pelas cicloativistas, todas envolvem-se na atividade e, independentemente, do tipo, da marca, se foi comprada, construída do zero ou reciclada, o envolvimento entre elas para aprender as técnicas é sempre grande. A depender do tipo de bicicleta, algumas técnicas também mudam, fato que as faz ensinar diferentes técnicas para serem aplicadas em variadas situações, mas no geral, as ações são semelhantes, não implicando em diferenças muito bruscas entre uma técnica e outra.

Para ilustrar tal situação, temos como exemplo uma situação ocorrida nesse dia de oficina na Casa Cavilosa. Uma das participantes da oficina possuía uma bicicleta fixa, um tipo que não possui marchas e que o freio localiza-se no pedal, sendo o pneu e toda a estrutura desta *bike* bastante finos com o intuito de torná-la mais veloz, conforme podemos observar nas fotos que ilustram a atividade e que mostram a Andréa Bezz segurando esta bicicleta, que possui a cor amarela ao redor das rodas. A troca de pneu desta bicicleta, em particular, foi mais trabalhosa do que a das outras mais simples, pois a câmara de ar que fica por dentro do pneu e que precisava ser retirada, foi bem mais difícil de liberar, devido ao pneu precisar estar muito preso ao aro, bastante apertado, conferindo à roda a finura necessária, tornando-a mais compacta com relação à largura dos pneus de outras bicicletas, o que convocou, praticamente todas nós, a ajudar nessa missão.

Depois de alguns minutos, conseguimos retirar o pneu do aro e depois recolocar, também com algum trabalho a mais que nas outras, mas o fato é que, essa dificuldade maior em nenhum momento foi um fator que as fez desistir, pelo contrário, contribuiu para que todas se unissem em prol de ajudar, deixando, inclusive, por um tempo, as suas próprias bicicletas de lado, para auxiliar essa participante na sua troca de pneu. Isso tudo demonstrou, mais uma vez, que o envolvimento coletivo dessas mulheres em suas ações é realmente algo com o qual estão sempre comprometidas. O individual e o coletivo unem-se e, dentro dessa relação a bicicleta também acaba por exercer uma agência nesses envolvimento. “À esquerda, as coisas em si; à direita, a sociedade livre dos sujeitos falantes e pensantes. Tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes” (LATOURE, 1994, p. 43). A bicicleta, portanto, funciona como elo e também é o que proporciona movimento.

Não se trata mais da operação de um agente sobre um objeto inerte, nem da reação de um objeto, promovido ao papel de agente, sobre um sujeito que se teria despossuído em favor do objeto sem nada pedir-lhe em retorno, ou seja, situações envolvendo, de um lado ou do outro, uma certa dose de passividade: os seres em presença se defrontam ao mesmo tempo enquanto sujeitos e objetos (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 294 *apud* LATOUR, 1994, p. 55).

Objetos como a bicicleta e outros itens que, por vezes, a acompanham como o capacete e a roupa de ciclismo, em casos pouco comuns quando nos referimos às cicloativistas, demonstram, seja pela presença ou ausência uma forte agência dentro do contexto das relações travadas no meio social. Já vimos, anteriormente, como estar toda equipada com itens de ciclismo ou estar sem nenhum dos itens, apenas com a bicicleta e a depender do tipo de *bike*, modifica a forma como essa pessoa será tratada pelos motoristas no trânsito. E, agora na oficina, percebemos como o objeto “bicicleta” e todas as peças que a compõem, por sua vez, também agem juntamente com as cicloativistas para gerar compartilhamento de autonomia. Isso demonstra que dentro do campo de ação, a agência não parte apenas dos sujeitos que o compõem, mas também de coisas, de objetos como a bicicleta que aqui funciona como uma extensão desse corpo político feminista.

A Andréa Bezz e a Aline Montenegro tinham um propósito ao facilitarem esta oficina que era o estímulo à autonomia feminina, à independência de mulheres e também à sororidade, a partir do manuseio de ferramentas, do toque entre mãos e objetos. Agora, mais mulheres conseguiam solucionar sozinhas o problema de uma eventual troca de pneu em suas bicicletas. As disposições emocionais e afetivas que essas mulheres acabam por construir, mais fortemente, nessas formas de relacionamento que desenvolvem umas com as outras a partir de atividades como a oficina de mecânica, demonstram o quanto certas habilidades sentimentais podem sim ser cultivadas e até criadas quando em uma relação coletiva de compartilhamento. Nessa atividade, é possível perceber que dois sentimentos estão em jogo para essas mulheres: a “autonomia” e a “sororidade”. Ter conseguido entender, através da minha própria experiência nessa oficina, o que significa conseguir trocar o pneu de uma bicicleta e ter, durante esse procedimento, o auxílio de outras mulheres que estavam ali dedicando todo o seu tempo a ensinar de forma livre e gratuita, foi um aprendizado muito interessante e importante.

A sensação de independência, de liberdade acontece nesse instante e, mesmo que um dia, por acaso, não seja possível conseguir resolver tal problema, abre-se outra oportunidade construída pela sororidade: uma rede de mulheres com quem se pode contar. Uma teia de significados emaranha-se aqui: “autonomia”, “liberdade” e “sororidade”, palavras sempre presentes nas falas das cicloativistas e que neste momento puderam se fazer entender na prática. O fato é que, mesmo que não estejamos a todo momento disponíveis, mesmo que não vivenciemos todo tempo momentos de união, que tenhamos vez ou outra discussões e discordâncias, saber que não se está sozinha e que, em algum momento da vida, terá alguém para te ajudar ou alguém que vá te ensinar técnicas para que você não fique a depender de uma ajuda que talvez naquela hora possa não vir, isso tudo já vale muito.

Figura 53 – Roda de conversa do grupo Cíclicas



Fonte: Facebook Cíclicas

Uma outra interlocutora desta pesquisa, a ciclotivista Aspásia Mariana (CE) também chegou a relatar sobre a importância das oficinas de mecânica na construção de uma rede de laços com outras mulheres. Além disso também ressalta outra atividade importante: as rodas de conversa. Ela conta como foi o início dessas atividades no coletivo Ciclanas (CE):

Aconteceu uma grande roda de conversa, bonito pra caramba, na Casa **Feminista**, em celebração ao 8 de março de 2015, foi a primeira. A gente se conheceu (...) a partir desse primeiro encontro... “quais são nossas demandas, qual é a demanda do coletivo, o que é que nós precisamos? ”, Precisamos de **autonomia**, então vamos fazer uma oficina de mecânica e aí foi feita a oficina de mecânica. (...) A partir disso, os encontros foram acontecendo e não tinha como não criar uma **rede de laços, uma rede afetiva com as outras mulheres** (...) a gente teve encontro de oficina de remendo, de mecânica básica, de mecânica de montagem de bicicleta mais avançada. (Entrevista concedida por Aspásia Mariana (CE) no dia 09/06/2018).

A roda de conversa, por outro lado, também entra como uma das atividades que, nesse caso, mais promovem conhecimento acerca do feminismo e suas diversas vertentes entre as ciclotivistas, é o espaço onde elas adquirem um sólido capital cultural e social, através do compartilhamento de muitas informações acerca do universo feminino, conforme explana a Aspásia Mariana (CE) no relato a seguir:

Já com uns dois anos, alguém colocou lá uma demanda de querer entender sobre **feminismo**, cada recorte, cada linguagem do feminismo, cada variável que tem dentro do **feminismo** que a gente sabe que é enorme, e aí a gente fez uma primeira roda que foi sobre mulheres *trans* que aconteceu no Dragão do Mar¹⁹⁴. Nós tivemos uma segunda roda que foi do **feminismo** negro, que aconteceu no IFCE¹⁹⁵, e agora tem umas meninas organizando *pra* acontecer mais uma roda sobre **feminismo** interseccional. (Entrevista concedida por Aspásia Mariana (CE) no dia 09/06/2018).

¹⁹⁴ Aqui a Aspásia Mariana refere-se ao Centro Cultural Dragão do Mar, localizado na cidade de Fortaleza-CE.

¹⁹⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Após esses encontros, a Aspásia Marina (CE) esclarece que o coletivo Ciclanas se reconhece como um grupo cicloativista feminista e ressalta a importância que o coletivo exerce ao unir o feminismo às pautas de outros movimentos sociais:

O coletivo agora se reconhece como um **coletivo feminista**, dentro do coletivo tem as suas variáveis do **feminismo** junto a **questão ambiental** também. Nossa... não tem como não ser (levantada essa bandeira)! E cada mulher pode levar qual é a pauta que quer colocar junto ao coletivo. Por exemplo, a minha pauta é a **questão ambiental**, a questão da **causa indígena**, uma vez eu fui lá e coloquei: “o povo tapeba¹⁹⁶ está sendo ameaçado, quem topa ir de bicicleta até lá *pra* passar uma tarde com eles? ” Porque ter gente lá com eles é muito importante, e aí vem uma galera que sente afinidade com isso, vem menina que eu nunca vi na vida. Tem outra que tem afinidade com pauta, sei lá, do feminismo *trans*, tem outra que tem afinidade com a pauta do **feminismo radical**, tem mulheres periféricas, tem as diversidades dentro do coletivo, e isso é incrível! E tudo vai sendo acolhido, vai sendo discutido. (Entrevista concedida por Aspásia Mariana (CE) no dia 09/06/2018).

Questões de gênero, sexualidade e feminismo também são relatadas pela Roberta Raquel (SC) como temas bastante abordados pelos grupos cicloativistas de mulheres nos últimos anos:

Eu percebi que, ao longo dos últimos três anos, 4 anos no movimento cicloativista, as questões relacionadas ao **gênero** estavam muito fortes, claro que não é do movimento cicloativista, eu acho que as questões relacionadas a gênero estão evidentes no próprio contexto histórico que a gente vive, acho que não é que o **movimento feminista** teve uma retomada, porque o **movimento feminista** está aí há muitos anos, mas eu acho que existem questões mais contemporâneas que possibilitaram que o debate sobre **feminismo** trouxesse outros elementos, como a própria sexualidade e isso começou a ser tratado muito forte no movimento cicloativista. (Entrevista concedida pela Roberta no dia 08/06/2018).

Aqui nesse relato fica evidente também o movimento feminista representado pela quarta onda, responsável por uma maior discussão de temas ligados à mulher na fase atual, mais contemporânea, conforme observamos também quando do relato histórico de surgimento e proliferação de vários grupos cicloativistas feministas mais recentemente. A Roberta Raquel (SC) também afirma que esses grupos de mulheres e as discussões promovidas por elas são muito importantes, pois proporciona às participantes mudanças de perspectivas. Isto, por sua vez, significa uma transformação dessa mulher cicloativista que assume, a partir de então, esse estilo de vida feminista, que incorpora esse *habitus* de ativismo político com viés feminista, e passa a compartilhar o capital simbólico legitimado dentro dos grupos aos quais participa:

Acho que desde 2014 vários **coletivos de mulheres, de pedais ou de mulheres**, algumas se identificam como **feministas** outras não, mas esses grupos, esses **coletivos de mulheres** por bicicleta cresceram muito, eu acho que o evento, por exemplo, onde

¹⁹⁶ A tribo tapeba é produto de frações de diversas sociedades indígenas nativas reunidas na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, que deu origem ao município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará. Os potiguaras, os tremembés e os cariris são as três principais etnias que deram origem aos tapebas, que habitam terras às margens do rio Ceará.

nós estamos hoje, o *Bicicultura*, traz isso, a gente tem uma grande participação nessa rede e essa rede ela **fortalece essa mulher** em vários sentidos, pessoalmente, de conseguir superar medos, de conseguir compreender que os problemas que ela enfrenta, cotidianos, não são exclusivamente dela, então quando você passa a perceber que esses problemas não são seus, você consegue tratar eles de forma diferente, você consegue combatê-los inclusive, porque antes a diferença é que era uma coisa sua e você percebe que não, que o combate não é com você, é um combate muito maior, cotidiano, de **mudanças de perspectivas sociais**, e acho que essa rede possibilita isso. (Entrevista concedida pela Roberta no dia 08/06/2018).

Essas mudanças de perspectivas sociais as quais a Roberta Raquel se refere é principalmente, ter um posicionamento de “combate, frente a essa **cultura patriarcal**” como ela mesma afirma e, a partir disso, ela tem percebido que, “dentro do movimento cicloativista, a gente [as mulheres] vêm conquistando mais e mais espaço”. Ao ver da Roberta Raquel, essa rede formada pelos coletivos cicloativistas de mulheres não te fortalecem no sentido de você pedalar distâncias mais longas ou com maior velocidade, mas principalmente, te fortalece enquanto mulher inserida num contexto de opressões e lutas compartilhadas por outras mulheres. A rede fortalece quando você percebe que não está sozinha e que a luta é muito maior do que suas batalhas individuais, ela é antes de tudo, coletiva. Isso foi percebido pela Roberta Raquel após sua inserção no movimento de mulheres que fazem parte da rede cicloativista e após um olhar mais minucioso que teve ao desenvolver sua pesquisa que antes versava sobre bicicleta e direito à cidade, mas que mudou após a cicloativista ter uma percepção mais detida sobre as relações de gênero nesses espaços. Hoje o seu projeto de pesquisa ocupa-se da investigação das relações de gênero e a mobilidade ciclista.

Esse processo de incorporação do estilo de vida ativista dessas mulheres dá-se das mais variadas formas e, no caso da cicloativista Tássia Furtado, tudo começou a partir das práticas cotidianas individuais e também pela experiência vivenciada no grupo *Bike Anjo*, no qual também participa do segmento feminino que surge a partir dele, o *Bike Anjas*:

O *Bike Anjo* é o primeiro projeto que me chama a ser **ativista**, e aí é onde muda toda a minha vida, porque, sem perceber, eu acabei entrando em todos aqueles paradigmas de que é muito mais rápido andar de bicicleta, é muito mais barato, é muito mais saudável, o ecologicamente correto. Eu nunca me questionei sabe, nunca pensei nisso, eu vim me questionar mais agora nos últimos anos. Mas são essas coisas práticas do nosso dia-a-dia que me faz ver que a grande **autonomia** que a bicicleta me traz é incrível e por isso que eu acabo usando a bicicleta como meio de transporte, porque eu posso sair daqui agora, pegar ela, sei quanto tempo mais ou menos eu vou levar até à minha faculdade e eu não vou depender de mais nada. (Entrevista concedida pela Tássia Furtado (RS) no dia 08/06/2018).

Quando as cicloativistas adentram o campo da coletividade acabam por unir autonomia individual e autonomia coletiva dentro dos grupos que participam e com as atividades que realizam junto com outras mulheres. Outra atividade comum nos grupos cicloativistas é a pedalada coletiva, ressaltada aqui pela Thaís Narciso (CE) a partir da sua

experiência no grupo *VeloDelas*:

Hoje eu ando com a bicicleta fixa, eu peguei ela em agosto do ano passado (2018) e conheci várias pessoas desse segmento, muitas meninas também, a gente tem um grupo que o nome é *VeloDelas*, a gente tenta se reunir, se organizar *pra* fazer umas pedaladas só de mulheres e geralmente a gente se encontra todas as quintas-feiras, em grupos mistos mesmo, *pra* pedalar pela cidade, trocar uma ideia, construir projetos futuros voltados *pra* bicicleta e se organizar *pra* também reivindicar algumas melhorias em ciclovias, na questão educacional. (Thaís Narciso).

Figura 54 – Pedalada do 100Gurias100Medo | Florianópolis



Fonte: Facebook 100Gurias100Medo

A pedalada não serve apenas para o lazer, mas une o ativismo político a partir da reivindicação de pautas relacionadas ao espaço urbano, conforme observamos neste relato da Thaís Narciso (CE) e, além disso, tanto a roda de conversa como a pedalada funcionam como um importante meio para a promoção da sororidade, que acaba se expandindo para além das atividades cicloativistas, como relata a Aline Os (SP):

Eu aprendo muito mais, eu experimento um outro olhar sobre o que é ser mulher e pedalar quando eu estou conversando com um grupo que é só de mulheres, porque às vezes eu não passo por um problema grande quando eu estou pedalando, mas essas minhas amigas passam e a gente tem esse grupo que não é um grupo de “ah vamos hoje sair pedalando por aí”, não, a gente senta no bar, a gente bebe, a gente come, a gente vai em festa uma na casa da outra e, às vezes a gente pedala e às vezes a gente viaja junto de bicicleta. Então eu gosto de estar em contato com essas meninas, porque é isso, porque uma vai fortalecendo a outra. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

A cicloativista Aline Os (SP) desenvolve e participa de alguns projetos muito interessantes no que tange à experiência coletiva dentro do cicloativismo, seja em grupos mistos ou exclusivos para mulheres, a saber: o projeto *Selim Cultural*, a *Oficina Mão na Roda* e a empresa de *bike* entrega *Señoritas Courier*.

Ela conta que a ideia de criação do projeto *Selim Cultural* surgiu após uma viagem realizada em 2013 para a Colômbia com destino à Cartagena. Durante esse ciclo da viagem, ela

tinha apenas um dia na ida e um dia na volta para ficar na cidade de Bogotá e foi, num desses dois dias, que ela encontrou um folheto com uma propaganda de turismo local com a proposta de conhecer a cidade de bicicleta, algo que a empolgou a participar.

Esse passeio foi muito rico, porque em um dia andando de bicicleta, era para ser um turno de 2 horas, mas como a gente estava em baixa temporada e o guia que era um senhor de quase 70 anos, falou para gente, “Ah, se vocês quiserem fazer o passeio o dia inteiro, se vocês tiverem disposição, se vocês quiserem...”, como a gente já pedalava um pouco, era eu e meu ex-marido, na época meu marido, como a gente já pedalava aqui em São Paulo, eu falei assim “Ah legal, vamos ficar essas 8 horas então pedalando e conhecendo a cidade”. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Aline Os (SP) ficou maravilhada com a possibilidade de explorar todos os recantos da cidade de Bogotá de bicicleta e se deu conta, a partir de então, que nunca havia tido essa experiência em São Paulo e que, portanto, seria uma ótima ideia explorar a cidade através de um *tour* por espaços e ambientes relacionados à cultura da capital paulista em cima da *bike*. Ela, que já era formada em Artes Plásticas, resolveu criar em 2014 o projeto *Selim Cultural* exatamente com este objetivo.

Normalmente a gente não visita um só ponto e a ideia nem sempre é visitar um espaço cultural ou uma exposição, mas sim apresentar aspectos culturais... a gastronomia... pode ser falando de arquitetura, pode ser falando sobre o período histórico da cidade, e essa é a ideia do *Selim Cultural*, levar as pessoas a fazer esse passeio utilizando a bicicleta. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Figura 55 – Projeto Selim Cultural



Fonte: Facebook Selim Cultural

Para desenvolver além do *tour* cultural, outras atividades no projeto, a Aline Os (SP) conta com a ajuda de alguns amigos que se voluntariam, mas também com o apoio de alguns órgãos institucionais:

No começo, a gente fazia as coisas voluntariamente, gratuitas, depois eu fiz algumas parcerias com *Sesc* e com a prefeitura de São Paulo, e agora a gente está fazendo de forma esporádica (...) às vezes eu chamo os amigos e as amigas para contribuírem com conhecimento, porque eu não detenho conhecimento sobre vários aspectos da cidade (...) elas ou se voluntariam ou se tem alguma verba também que eu possa pagar a pessoa eu pago, e dessa forma, a gente já conseguiu fazer passeios em outras cidades também, porque o projeto é isso, ele pode ser levado para qualquer cidade, desde que a gente consiga uma parceria para conseguir as bicicletas e atrair o público e ter alguma forma para remunerar as pessoas que estejam envolvidas, mas também nada impede de às vezes dá na cabeça e fazer a coisa toda de forma voluntária. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Já com relação à *Oficina Mão na Roda*, outro projeto que a Aline Os (SP) participa, para além da função de oficina de bicicletas, também realiza diversas atividades voltadas tanto ao público feminino quanto masculino, como por exemplo, rodas de conversa, oficinas temáticas, encontros de trocas e doações de peças, ciclovias, etc. A Aline Os (SP) participa e ajuda a construir várias dessas atividades da *Oficina Mão na Roda* e conta que esse engajamento acontece apoiado no auxílio de outras mulheres, uma relação que, conforme ela, as fortalece, produzindo cumplicidade e sororidade. Ela relata que conheceu essas mulheres numa cicloviam que participou em 2017.

Figura 56 – Oficina Mão na Roda



Fonte: *Instagram* Oficina Mão na Roda

A ideia foi lançada numa palestra promovida pela *Oficina Mão na Roda* sobre ciclovias. O público dessa cicloviam era majoritariamente feminino por causa da gravação e produção do documentário *Ela Pedala*, que versaria sobre mulheres cicloviantes. Após essa cicloviam, o contato com esse grupo de mulheres cada vez mais estreitou-se e, até

hoje, essa relação continua proporcionando muita união entre elas nas diversas atividades que realizam, ressaltando uma ética feminista na condução desse laço afetivo:

A gente está sempre junta, montando, pensando em atividades, não só de pedal, não só de festa, mas às vezes também aparecem outras atividades (...) às vezes eu chamo elas para colaborarem com as atividades do *Mão na Roda* e elas topam e, às vezes elas me chamam para ir numa outra atividade que elas elaborem e eu topo também, então é dessa forma que a gente vai se fortalecendo. E eu acho que isso tem um quê de cumplicidade (...) tem a ver sim com **sororidade**, tem a ver com essas questões que envolvem o **feminismo**, a luta das mulheres por mais espaços na sociedade. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Mas não terminam por aqui os projetos da Aline Os (SP). Após passar por uma depressão após o término do seu relacionamento, ela decidiu deixar de dar aulas, deixar o espaço fechado dessa função de trabalho e foi se dedicar à função de *bike* entregadora ou *bike courier*, episódio que a fez ganhar muita experiência enquanto ciclista e a treinou para percorrer grandes distâncias, além de ter sido um dos influenciadores para a adoção da bicicleta como modal cotidianamente. Essas várias experiências da Aline Os (SP) a impulsionaram a criar uma empresa de *bike* entrega chamada *Señoritas Courier* que, tem como prioridade, oportunizar mulheres e o público LGBTQ+.

Hoje eu tenho esse grupo da empresa, *Señoritas Courier*, com 14 meninas, além de mim (...) essa é uma forma que eu vi também de além de incentivar essas mulheres, não só mulheres, quando eu digo mulheres é porque, para trabalhar na empresa a pessoa tem que se entender em algum aspecto como mulher, se identificar com causas feministas, então, também trabalhamos com LGBT, e aí, essa é uma forma que eu vi, de empreender, de ter algum ganho extra, mas também, de gerar renda para essas outras mulheres porque são mulheres que além de gostarem de pedalar, elas fazem as vezes duas, três jornadas já, mas se interessam por fazer esse tipo de trabalho, porque tem uma flexibilidade de horário, porque tem uma possibilidade de estar fazendo uma outra atividade física e estar esparecendo. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

A Aline Os (SP) explica que a ideia desse empreendedorismo é gerar uma economia feminista familiar local, fugindo da lógica dos grandes mercados. O *Señoritas Courier* se volta para a pequena escala, a partir de pequenos produtores locais:

A minha ideia com o *Señoritas* é pensar no que é o feminino como economia, o que é pensar numa economia que não seja a patriarcal que a gente está acostumada, o que é uma economia feminista muito mais voltada para a preocupação com o outro, o que esse outro faz, como ele é remunerado, **como eu posso melhorar a remuneração desse outro sem onerar mais também o parceiro cliente**. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Entretanto, apesar da proposta da Aline Os (SP) ser distanciar-se das práticas mais recorrentes do mercado ligadas a uma cultura patriarcal, é impossível ser totalmente resistente à essa lógica e sobreviver à rotina econômica, conforme podemos perceber na preocupação da

Aline Os (SP) ao afirmar que deseja melhorar a situação dos seus funcionários, mas com cuidado para não onerar os clientes por outro lado e, assim evitar possíveis prejuízos. A lógica mercadológica acaba por também exercer certa influência no desenvolvimento dessa consciência social já que, para o negócio da Aline Os (SP) conseguir sobreviver e incluir-se no mercado, em muitos momentos, ela terá que compartilhar, no mínimo, de alguns dos regimentos dessa economia mais geral, como ela mesma explica ao ressaltar a relação entre empresa, ciclista, *bike* entregadora e clientes:

A minha ideia com o *Señoritas* é (...) tentar fazer com que essa relação entre a empresa, a ciclista, a *bike* entregadora, courier (...) como essa relação pode ser melhorada com ajuda dessas meninas, **como que elas sentem o mercado e como que elas pensam esse mercado de uma forma melhor para elas e que também não fere o meu negócio**. E também fazer essa mesma ponte com as parcerias que a gente faz com clientes, então a gente é preocupada em encontrar esses clientes que estejam também pensando nessa economia feminista, que é uma economia de pequenos produtores, produtores locais, (...) **é tudo pequeno voltado para uma economia familiar, para uma coisa não muito vultuosa, mas que dê para fazer com que isso gere, e isso gera uma economia, gira dinheiro nisso**, nesse tipo de economia e a gente está descobrindo nessas três pontas, todo mundo junto.

Figura 57 – *Bikes Courier* do Projeto *Señoritas Courier*



Fonte: Instagram *Señoritas Courier*

Outro fator que contribuiu para que a Aline Os (SP) desenvolvesse essa proposta de economia feminista voltada para uma pequena produção local e flexível ao público de mulheres e LGBTQ+, grupos minoritários que, geralmente, tendem a ter mais dificuldade no

mercado de trabalho, seja pela questão de uma carga horária inflexível ou pelo próprio preconceito enfrentado por pessoas LGBTQ+ ou mães solo, por exemplo, foi a situação por que passou a sua irmã, conforme ela relata a seguir:

Eu penso muito na minha irmã que quando morava aqui em São Paulo, hoje em dia ela mora lá no Mato Grosso do Sul, ela passou um bom tempo desempregada e era a época que eu estava trabalhando de *courier* mais ativa assim... e ela tentava fazer isso, e não conseguia por alguns fatores: uma porque a empresa queria que ela trabalhasse uma carga horária maior do que ela conseguiria, porque ela tem uma filha, é mãe solo e não conseguia fazer isso, porque não tinha tanto essa flexibilidade, tinha que cumprir alguns horários ali. Então ela não conseguia nem começar a pedalar e, hoje em dia, a minha maior vontade é ter uma forma de gerar renda, principalmente, para esse grupo de mães que são mães solo, pensando exatamente em como fazer com que elas se sintam atraídas para esse trabalho, para atuar nesse ramo, fazendo com que a escala de horário seja a mais flexível possível. (Entrevista concedida por Aline Os (SP) no dia 28/03/2019).

Essa explanação de situações adversas que acometem públicos específicos com relação à dificuldade de empregabilidade por questões de preconceitos relacionados ao gênero, orientação sexual, raça, condição de ser mãe, etc., nos leva a refletir um pouco sobre o contexto profissional interligado a tais marcadores sociais quando observamos as interlocutoras desta pesquisa. Temos 16 entrevistadas, todas de classe média ou média baixa, cisgênero, uma maioria branca e heterossexual, o que sem muito esforço, já nos leva a pensar que a maioria delas vive uma situação de empregabilidade que, mesmo que possa não ser totalmente confortável em todos os casos, é bem menos complicada se comparada à um público de mulheres negras e da periferia ou à um público LGBTQ+ por exemplo, como de fato podemos perceber ao observar suas referidas profissões¹⁹⁷.

O perfil das entrevistadas é mais aproximado do padrão normativo, mesmo que, em alguns casos, se fuja um pouco dessa norma. As profissões também são bem definidas no geral e, na maioria das vezes, são profissões que exigem uma formação superior, com exceção apenas da de atendente ou ciclomensageira, por exemplo. A Patrícia Sampaio (PE), interlocutora que é mãe-solo, apesar de enfrentar situações difíceis pela condição de ser mãe, por outro lado, tem a profissão de dentista que, de alguma forma, lhe traz alguma estabilidade financeira mais confortável que em outros casos.

Portanto, apesar do recorte de participantes desta pesquisa não contemplar em grande medida grupos que fogem ao padrão, demonstra, através justamente desse encaixe às normas, a diferença de oportunidades conferidas a determinados públicos se tomarmos como base fatores de classe, raça, gênero, orientação sexual, etc. Isso de fato vai de encontro à situação vivenciada pelo público que a Aline Os (SP) se refere e ao qual direciona sua atenção.

¹⁹⁷ Ver tabela de Interlocutoras no capítulo sobre o Percurso Teórico-Metodológico.

É essa diferença de oportunidades que a Aline Os (SP) ressalta em sua fala ao demonstrar algumas vivências de pessoas como a sua irmã ou da população LGBTQ+ e mulheres, que estão em situação de desemprego e com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Com o desejo de romper com essa lógica excludente é que a Aline Os (SP) instituiu esse projeto.

A proposta da Aline Os (SP) com o *Señoritas Courier* aproxima-se bastante dos objetivos de outro projeto encabeçado pelo grupo cicloativista feminista negro *La Frida Bike*, da Bahia, mas que acontece em outras cidades brasileiras, como São Paulo. O coletivo surge a partir do projeto *Bike-Café-Poético* e depois se desmembra em outros projetos internos, como o *Preta, vem de bike*. Hoje, além de café e poesia, realiza diversas atividades focadas em mulheres negras periféricas, como aulas de pedal, rodas de conversa, oficinas de mecânica básica, aula de defesa pessoal, oferecem biblioteca com espaço para leitura.

As bicicletas utilizadas no projeto são advindas de doações e, as próprias integrantes e alunas, após as aulas de pedal, fazem a restauração das *bikes* para posterior utilização, pois 90% do público atendido é de baixa renda. O que evidencia a importância em se ressaltar as diferenças entre os diversos grupos que compõem a cena cicloativista feminista, baseando-se em fatores como raça e classe que, por sua vez, estarão diretamente relacionados com os objetivos e os tipos de grupos de mulheres existentes no cicloativismo contemporâneo.

Figura 58 – Projeto *Bike Café Poético* do Grupo *La Frida Bike*



Fonte: Facebook *La Frida Bike*

O coletivo *La Frida Bike* também resgata os sonhos de muitas mulheres negras idosas que não tiveram a oportunidade ao longo da vida de ter uma bicicleta e de pedalar, como a Elza, a primeira aluna do projeto, conforme relata Livia Suarez, uma das fundadoras do grupo:

A nossa primeira aluna foi dona Elza, que é uma mulher de 60 anos, que hoje utiliza a bicicleta como meio de transporte. Dentro do “Preta” a gente foi aprendendo algumas coisas (...) A gente não só estava mexendo com mobilidade, mas com saúde, autoestima, processos de cura e, principalmente, de sonhos.

Atualmente, o *La Frida Bike* está trabalhando em cima de um projeto onde as alunas possam aprender a criar suas próprias bicicletas, capacitando essas mulheres. A Livia explica o objetivo desse novo projeto e resume como funciona o coletivo ancorado principalmente nas questões que envolvem a mulher negra, a mobilidade e o afeto:

A ideia é ter mulheres negras trabalhando e preparando bicicletas, pensando em novas possibilidades. Tudo é pensado para o homem branco, para a estrutura do homem. Esse é o objetivo do *La Frida* hoje: empregabilizar e capacitar (...) o *La Frida* são esses trezentos projetos e esse povo doído que busca incluir e debater a todo o momento a mulher negra e a mobilidade. Vendo as lacunas, percebendo e entendendo que a mulher negra no plano de mobilidade envolve outras questões, envolve afetividade, envolve movimento, envolve vários outros quesitos que não são abarcados normalmente. Por isso os temas se transversalizam.

Figura 59 – Cicloativistas em atividade no projeto *Bike Café Poético*



Fonte: Facebook *La Frida Bike*

Figura 60 – Projeto *Preta, Vem de Bike*



Fonte: Facebook *La Frida Bike*

Tanto o *Señoritas Courier* como o *La Frida Bike* possuem um público-alvo muito específico, como é o caso de mulheres, LGBTQ+, com destaque para mulheres negras, além de pessoas de baixa renda. Essas características trazem uma preocupação em comum: o empreendedorismo voltado à inclusão social. É isso que diferencia esses grupos e projetos de outros dentro da cena cicloativista de mulheres. Enquanto esses tipos de projetos e grupos desenvolvem essas atividades com a finalidade de gerar mais empregos e oportunidades para a população minoritária, inclusive ofertando cursos profissionalizantes para que essas pessoas possam ter o seu próprio negócio, outros grupos, geralmente formados por uma maioria de mulheres brancas e de classe média, apesar de promoverem muitas atividades importantes para

a autonomia feminina, o foco é outro e não se delimita tanto à questões como empregabilidade e empreendedorismo voltado ao social. Até observa-se que existe empregabilidade de mulheres em lojas de *bikes* lideradas por mulheres brancas de classe média, entretanto elas não têm como principal preocupação, por exemplo, oportunizar pessoas negras e LGBTQ+, é uma empresa mais voltada ao individual e a um coletivo de pessoas que estão mais ou menos próximas em relação à classe sócio-econômica que pertencem.

O cicloativismo de mulheres negras tem uma proposta diferenciada que, por sua vez, é influenciada pelas experiências singulares das mulheres negras, tanto com relação à violência de gênero quanto com relação ao racismo. Experiências que homens negros e mulheres brancas vivenciam separadamente, quando trata-se de mulheres negras, se entrecruzam, estas sendo responsáveis, inclusive, pela opressão de classe que acomete, mais fortemente, as mulheres negras. As oportunidades de trabalho escassas ou quando existentes, são em sua maioria ligadas ao trabalho servil doméstico ou à mão-de-obra barata explorada pelas grandes empresas capitalistas, fatores que longe de serem uma escolha para as mulheres negras, são o destino de muitas delas, consequência também resultante da falta de acesso à educação de qualidade, seja por condições financeiras ou pelo próprio abandono do Estado e suas políticas públicas.

A luta cicloativista de mulheres negras funda-se na busca de uma autonomia focada no empreendedorismo social, geração de emprego e renda. Esse ativismo é antes de mais nada um resgate dos direitos que foram retirados das mulheres negras por muitos anos e de combate à uma política de estado que pela omissão ou ação, dizima muitas vidas de mulheres negras. Quando crianças, enquanto as mulheres brancas de classe média estavam aprendendo a pedalar, as negras estavam ajudando as suas mães, empregadas domésticas nas tarefas do lar dos patrões brancos, uma realidade bem comum no Brasil ainda hoje. Às negras nunca foi dito que elas eram “frágeis”, assim como é dito para as brancas. Enquanto o apelo das brancas é pela visibilização da sua força e coragem, o das negras é para, pelo menos em alguns momentos, as pessoas entenderem que elas nem sempre são fortes, que por vezes não suportam o peso das dificuldades e que sim, podem se dar o direito de exercer a performance da delicadeza feminina, muitas vezes não vistas nelas. São dois perfis bem diferentes, que sofrem opressões diferentes e que, exatamente por isso, desenvolvem táticas de resistência e de ativismo diferentes.

Diante da explanação de algumas das diversas atividades e projetos desenvolvidos pelas cicloativistas em seus grupos, é possível observar *um modelo típico-ideal principal* de grupo cicloativista feminista *ao qual outras características importantes vão aproximar-se ou distanciar-se*, a depender dos fatores de gênero, raça, classe, orientação sexual, etc. e que carrega três características essenciais: desenvolvimento de atividades com caráter político e não

meramente para o lazer; promoção de autonomia individual e coletiva; abordagem de temas relacionados à experiência feminina. Ou seja, a partir desse “modelo matriz” surgem outros tipos-ideais, baseados nos marcadores sociais, que vão diferenciar-se entre si, cada um com suas especificidades, mas sem nunca perder de vista o caráter eminentemente político, coletivo, ciclista, ativista e feminista que condensam juntos o significado central do movimento.

Todas essas atividades realizadas pelos grupos e apresentadas acima possuem significados específicos na vida das cicloativistas participantes que, juntos, contribuem, a longo prazo, para a construção da sororidade entre elas. O sentimento de pertença, de comunidade, passa a ser alimentado aos poucos no coração dessas mulheres a partir das relações de cumplicidade e de companheirismo que vão sendo tecidas entre elas.

Dentro desse panorama, as ações de sororidade promovidas a partir dessas atividades auxiliam no enfrentamento das várias violências diárias que acometem as cicloativistas. A bicicleta funciona como uma espécie de elo entre elas. Porém, essa conexão não se dá por acaso nem tão somente por causa da bicicleta, mas principalmente, pelo significado que uma mulher pedalando carrega, tomando um espaço que lhe é negado e que, justamente pela “petulância” em brigar por ele, sofrem inúmeras violências. É esse enfrentamento a situações diversas e que, variam conforme matizes específicas relacionadas a cada mulher, que as conectam para além do fato de serem “mulheres bicicleteiras”, como algumas vezes elas se intitulam. Elas transformam o medo, a indignação, as opressões em empatia, acolhimento, sororidade.

Uma das interlocutoras desta pesquisa relata um episódio que, num olhar apressado, pode até passar despercebido, mas que se nos atentarmos, veremos um exemplo elucidativo de como essas relações de cumplicidade vão se construindo entre as mulheres cicloativistas:

(...) Teve um dia no *Pedal das Gurias*, uma das meninas escreveu no grupo “gurias, vocês podem ir indo porque o meu pneu furou, eu tô em tal posto, aí na sequência encontro vocês ou vou direto pra casa”. Ao invés de chamar ela no grupo, eu chamei ela no pessoal: “flor, *cê tá bem?*” Aí ela: “ai Tássia, eu queria dizer que sim, mas não, eu não trouxe nada...eu não tenho ferramenta, não tem nada”. Eu só falei assim: “*miga*, não se preocupa, *tô indo aí*” e aí prontamente levantei, troquei de roupa e fui pedalando muito rápido *pra lá*, eu *tava* preocupada dela ficar sozinha lá, de ficar chateada com tudo e aí quando eu cheguei, sei lá, tinha umas vinte e cinco mulheres assim! O pneu dela já *tava* arrumado, foi uma festa! A gente levou ela até em casa, foi a primeira vez que eu olhei para o Pedal e falei “nossa, isso dá muito certo” e eu me emociono sabe quando eu conto essa história. (Entrevista concedida pela Tássia Furtado no dia 08/06/2018).

Neste relato da Tássia (RS) a “empatia” se sobressai como uma forte característica entre as cicloativistas. Se importar com a outra, preocupar-se em tentar ajudar, ser solidária, são ações que ilustram bem este episódio que se configura em termos de uma “irmandade” e, a

partir disso, perceber que essas ações não são isoladas, que em torno de uma ação até então individual de solidariedade, forma-se uma rede de apoio coletiva com a qual as mulheres podem contar nas situações mais diversas do seu dia-a-dia nas ruas pedalando. Seja ajuda com o pneu que furou, ou acolhimento quando da ocorrência de violências de gênero e de trânsito, é importante saber que não se está sozinha, mesmo que numa pedalada solitária. Essa rede de apoio que constrói-se em torno dessa irmandade entre elas carrega um sentido, por vezes, até maior e mais forte do que o de simplesmente redes de compartilhamento, sendo mais eficazmente classificado como uma espécie que muito aproxima-se do conceito chamado de *parentes fictícios*, comumente empregado “a um relacionamento que envolve algo “mais” do que “mera” amizade ou conhecimento; parentes fictícios podem ser tratados *como se* fossem da família. (NELSON, 2013, p. 263, tradução nossa). Os “parentes fictícios desempenham um papel construtivo na vida das pessoas” (NELSON, 2013, p. 262, tradução nossa), fato que, no caso das cicloativistas, acaba por formar redes de apoio, onde elas contam umas com as outras tanto nos momentos mais difíceis, como é o caso em situações de violências, quanto nos momentos de compartilhamento de afetos, nas rodas de conversa, piqueniques, oficinas, eventos, etc.

A nomenclatura desenvolvida para este conceito apóia-se no termo “ficção”, o que por sua vez, pode trazer mais fortemente o aspecto do “que não é real”, contribuindo para a sua estigmatização e negando o conceito que, contrariamente, deseja exprimir uma relação de aproximação entre pessoas que não compartilham do mesmo sangue ou de contratos legais, mas que, através de ações, de vivências, de sentimentos partilhados, instituem entre si laços de companheirismo e amizade tão ou mais fortes que laços familiares, por exemplo. Tendo em vista esse paradoxo, o conceito ganhou várias outras nomenclaturas com o intuito de ressaltar seu caráter positivo, como por exemplo, “parentes escolhidos” (WESTON, 1997) e “parentes voluntários”, conforme explica Braithwaite (2010) justificando sua escolha pelo termo “voluntário”,

O termo *fictício* está cheio de problemas para nós. Em vez de focar no modelo de déficit, nós queríamos entender como as pessoas envolvidas nesses relacionamentos os entendem. Nós concordamos com Weston (1991) [,] que argumentou que o termo *fictício* apenas contribui para a estigmatização, sugerindo que estes não são relacionamentos “reais”. Sediada no trabalho de Weston, também consideramos o rótulo *parentes escolhidos*; no entanto, esse termo é usado na literatura para descrever famílias de gays e lésbicas [e] queríamos ampliar nossas lentes para todos os que não são de sangue e relações legais. Além disso, o termo *escolhido* posiciona os membros dessas famílias alternativas como objetos de seleção (BRAITHWAITE, 2010, p. 390 *apud* NELSON, 2013, p. 259-260, tradução nossa).

Entretanto, independentemente da nomenclatura que venha a ser escolhida, o fato é que esse conceito exprime em todos os contextos uma ideia principal de *consenso* como sendo

“a chave para o parentesco fictício. Diferentemente do parentesco biológico ou legal, no qual a decisão de outra pessoa repentinamente lhe fornece um cunhado ou faz de você uma avó, o parentesco fictício, diz-se, depende de ações mútuas e de acordo mútuo” (NELSON, 2013, p. 262, tradução nossa). É exatamente isso que percebemos na relação estabelecida entre as cicloativistas, um acordo mútuo com ações também mútuas e coletivas em prol de um objetivo comum. O coletivo passa a se sobressair e é nessa hora que o objetivo do grupo “dá certo”, a partir do momento em que uma rede se forma. Isso, por sua vez, não implica em dizer que sempre os grupos são harmônicos, que nunca acontecem discussões, pelo contrário, dentro dos coletivos também ocorrem alguns desentendimentos, conforme explana Tássia Furtado (RS), mas que, cada uma a seu tempo, conseguem superar:

Eu acho que o grupo tem uma diversidade muito grande de mulheres, pelo menos o de Porto Alegre, onde a gente troca muitas informações, a gente “quebra barraco” mesmo assim sabe, de discutir, de menina sair chateada do grupo e depois vir outras falarem “volta”, então a gente respeita também esse tempo. Eu já saí do grupo, não pelo fato de ter me chateado com alguém, mas por questões pessoais assim, “ah... não tô querendo conversar, preciso ficar sozinha um pouquinho” e voltei depois, porque ao mesmo tempo que eu saí do grupo não significa que eu fui abandonada pelo grupo, elas sempre procuram no individual, a gente se procura no individual e acontece umas trocas que são sensacionais. (Entrevista concedida no dia 08/06/2018).

Entretanto, o que é ressaltado dentro dos grupos é a experiência coletiva que, mesmo diante de vários percalços, consegue se sobrepôr. Elas entendem que as questões sociais compartilhadas se sobressaem quando colocadas frente a frente com desavenças individuais. Conforme Castells, “a união é um ponto de partida e a fonte de acesso ao poder: ‘Juntos conseguimos’” (2017, p. 195). A experiência da “rede” de parentesco fictício é uma experiência ancorada no compartilhamento das violências vividas:

(...) A questão da *sororidade* ... a gente sabe que o corpo físico da gente, ele não tem a mesma vantagem de um masculino então, às vezes você pedalar com mulheres é legal, que a gente entende muito cada detalhe do nosso corpo, da fisiologia do corpo da gente, então é sempre bom *tá* acompanhada de mulheres, vivenciar cada experiência dela, saber onde é que aconteceu alguma coisa, da gente evitar passar em determinada ciclovía, em determinados horários, ter aquela comunicação de onde é que *rola* um assédio, onde é que é mais perigoso. (Entrevista concedida pela Thaís Narciso no dia 18/03/2019).

(...) A rede me amplia no momento que eu percebo que mais mulheres comungam de problemas parecidos, ainda que exista uma subjetividade muito particular, cada uma tem uma história e isso eu também consegui ver na rede (...) vai depender das condições de classe, das identidades raciais, das identidades de gênero, mas não só isso, porque mesmo entre as mulheres com a mesma identidade racial, tem outros problemas que estão conectados a ela, dependendo de onde ela vem, se ela vem da periferia ou não (...) essa rede é interessante porque ela traz vários elementos, ela traz todas essas categorias juntas e por isso que é importante, que a gente se fortalece nela, porque a gente percebe o tipo de subjetividade de cada mulher, a gente consegue se fortalecer frente aquilo que é o nosso combate, que é frente a essa cultura patriarcal e, dentro do movimento cicloativista, a gente vem conquistando mais e mais espaço. (Entrevista concedida pela Roberta no dia 08/06/2018).

Figura 61 – Roda de conversa grupo Ciclanas



Fonte: *Site Vá de Bike* | Foto: Sheryda Lopes

A comunicação e a amizade entre elas geram cuidado, afeto e empatia, além de promover táticas de autodefesa e autonomia, consequentemente empoderando esse corpo feminino, que através da subversão aos riscos, se torna um corpo político. Essas ações desenvolvidas fazem surgir entre essas mulheres “uma ética dos ‘laços construídos’” (RUBINSTEIN, ALEXANDER, GOODMAN, E LUBORSKY, 1991 *apud* NELSON, 2013, p. 263, tradução nossa). Os laços construídos através desse parentesco fictício podem dar-se de diferentes maneiras. Nelson (2013) classifica em três tipos os parentes fictícios: parentes situacionais, parentes rituais e parentes intencionais. Sendo situacionais, “aqueles que compartilham as mesmas circunstâncias de marginalidade, espaço de vida institucional ou associação organizacional” (NELSON, 2013, p. 272, tradução nossa); Por outro lado, os parentes rituais “emergem de práticas religiosas ou culturais de nomear outro parente (principalmente para o filho) e se baseiam em uma população com as mesmas características culturais” (NELSON, 2013, p. 277, tradução nossa); Já os parentes intencionais que, a meu ver, é o que mais se enquadra à experiência das cicloativistas aqui abordada,

Refere-se àquelas relações desenvolvidas pelos indivíduos quando outras pessoas em seus mundos sociais passam a ser consideradas como membros de sua família. A palavra *intenção* é cuidadosamente escolhida (pretendida) aqui sobre as alternativas de *voluntário* (Braithwaite et al., 2010) e *escolhida* (Weston, 1991). A palavra significa que esses relacionamentos não acontecem por acaso ou aleatoriamente; a palavra também implica que, como esses relacionamentos podem persistir ao longo do tempo, eles podem desenvolver complexidades para que não se sintam nem voluntários nem escolhidos em momentos específicos (mesmo que os indivíduos sejam claramente livres para deixá-los); e, finalmente, a palavra implica que esses relacionamentos não existem apenas (como o parentesco formal), mas são sustentados pela ação (NELSON, 2013, p. 269, tradução nossa).

Ou seja, é a opressão compartilhada e, principalmente, a ação coletiva que une essas mulheres e fazem surgir essa rede de parentesco fictício entre elas, já que “parentes intencionais podem emergir nas relações de quaisquer pessoas, independentemente da cultura compartilhada” (NELSON, 2013, p. 272, tradução nossa). No caso das cicloativistas, essa sororidade e esse compartilhamento de ações inicia quando elas assumem um estilo de vida ativista e passam a vivenciar coletivamente o ativismo feminista nos grupos, dentro do movimento, o que também demonstra que “relacionamentos podem emergir como um ato político ou expressão de resistência (WEEKS et al., 2001 *apud* NELSON, 2013, p. 276, tradução nossa) e como um desafio direto à cultura heteronormativa” (NELSON, 2013, p. 276, tradução nossa). A rede cicloativista feminista se forma e os laços de parentesco fictícios, longe de serem uma ficção como a nomenclatura sugere, tratam-se de relacionamentos bastante reais e fortes, mesmo que sem laços biológicos ou legais, e o mais importante, buscam, nos mais variados âmbitos, estabelecer ligações horizontais entre mulheres das mais diversas localidades.

Para Castells, “a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade” e é exatamente o que percebemos na fala da Thaís Narciso (CE) no início deste tópico. Essa rede, conforme também evidencia o relato da Roberta Raquel (SC) citado anteriormente, longe de ser uma teia política coletiva homogênea, é formada por fios singulares, específicos, com experiências diversificadas de mulheres, influenciadas seja pela raça, pelo gênero, pela classe ou outros fatores.

A luta feminista contemporânea, a qual essas cicloativistas fazem parte, é uma luta com várias frentes, é um feminismo feito para as 99% (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), anticapitalista, antirracista, anti-imperialista e ecossocialista. E, o cicloativismo feminista, por sua vez, une a tudo isso a potência da bicicleta, que reside justamente no fato de funcionar como conectora dessas relações de resistência e sororidade tão diversificadas, conforme explica a Roberta (SC):

(...) A bicicleta não é um fim, ela é um meio. Eu não acredito que a bicicleta nos dará respostas, é uma possibilidade de resposta, mas se ela não for conectada com outras relações, se não fizer outras conexões, se a gente não dialogar com outros movimentos, com outros grupos, ela é só mais uma coisa na nossa vida. Eu não vejo a bicicleta como salvadora, ela é um instrumento *super empoderador* de autonomia econômica, emocional, de deslocamento, inclusive numa perspectiva de um mundo mais autônomo, onde as pessoas precisem cada vez menos depender mais de coisas, mais de consumir coisas, de ter coisas, mas ela sozinha não dá respostas e, nesse sentido, o fortalecimento dessa rede de mulheres que usam a bicicleta, que lutam com a bicicleta, é importante para dar um segundo passo, que é como essa rede se amplia para outras conexões. (Entrevista concedida no dia 08/06/2018).

A sororidade, resultante desse grande processo de construção e transformação das opressões, atravessa todo o movimento cicloativista feminista formando uma grande malha que

nunca finda a sua tessitura, está sempre aberta a receber novos fios e a compor novos bordados. Para Castells,

O movimento produz seus próprios antídotos contra a disseminação dos valores sociais que deseja combater. Esse é o princípio constante que surge dos debates de todos os movimentos: não apenas os fins justificam os meios, mas os meios, de fato, encarnam os objetivos de transformação (2017, p. 195).

As diferentes formas de cumplicidade entre as mulheres, seja caminhando, ou dentro do transporte público coletivo, ou de bicicleta, como no caso das cicloativistas, concretizam-se através do “estarem juntas” resistindo às violências diárias que as acometem. Juntas, essas mulheres vão tecendo fios de sororidade, formando a rede, apoiadas no seu principal meio de luta, a bicicleta.

Entretanto, esse corpo político coletivo não restringe-se somente a uma cena local, mas se expande através, principalmente, da *internet*, a partir dos grupos virtuais no *Facebook* e *blogs*, formando redes horizontais de solidariedade. “As redes horizontais, multimodais, tanto na *internet*, quanto no espaço urbano, criam companheirismo. Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança (CASTELLS, 2017, p. 195). Ele também se expande através dos eventos nacionais e internacionais promovidos pelo movimento, alavancando a cena cicloativista para um âmbito translocal e, até para além disso, num nível transnacional/ virtual.

Notas Finais

O objetivo deste capítulo foi dar início à investigação do movimento cicloativista feminista em seus variados âmbitos locais, explanando como as violências, as resistências e as sororidades são vivenciadas pelas mulheres cicloativistas nas suas cidades. Observamos que existe um entrelaçamento entre as violências de gênero, de trânsito e urbanas no cotidiano das cicloativistas e que, tais violências são moldadas a partir de marcadores de classe, raça, idade, etc. Ao passo que essas mulheres sofrem essas opressões, elas também acabam por criar táticas de resistência para sobreviver ao dia-a-dia hostil no trânsito das grandes cidades. Armas de choque, apontar a câmera do celular para um motorista assediador, pedalar na contramão, etc., são algumas dessas táticas de resistência para sobreviver a esse mundo caótico.

Quando essas mulheres passam a utilizar a bicicleta como transporte, essa escolha vem devido à fatores como lazer, locomoção, economia, tempo, distância, praticidade e capacidade física e sensorial. Entretanto, com o passar do tempo, com as vivências das violências diárias assim como do desenvolvimento de táticas de resistência e, principalmente,

quando se descobrem no interior de coletivos cicloativistas, compartilhando com outras mulheres essas experiências em comum de violências, resistências e sororidades, deixam de ser apenas *ciclistas*, desenvolvendo uma “consciência corporificada” coletiva e um ativismo político feminista, onde seus problemas individuais agora são entendidos como problemas vivenciados por outras mulheres e, portanto, como coletivos e plurais, transformando-as em *cicloativistas*. Nesse âmbito, a bicicleta acaba por se transformar em mais do que apenas um instrumento de locomoção, para ganhar um *status* de ferramenta empoderadora desses corpos femininos, que se unem a ela, deslizando nas ruas. O corpo feminino transforma-se num corpo empoderado e se utiliza deste poder corporificado junto ao seu principal meio de ação, a biciclara, para protestar e reivindicar seus direitos nas ruas de forma coletiva e plural. O corpo político feminista sobre duas rodas institui-se, de variadas maneiras, mas principalmente, através da política dos corpos em aliança nas ruas e pelas ações no interior dos grupos.

No lugar das resistências até então vividas como atitudes individuais, instituem-se formas de resistência coletivas a partir da construção de sororidades entre elas, através de diversas atividades e ações promovidas em grupo como: pedaladas, rodas de conversa, ciclovagens, o uso da *bike* como instrumento de trabalho e criatividade (*Señoritas Courier; Bike Café Poético*), o uso da *bike* como compartilhamento de aprendizagens (oficinas; empreendedorismo social), etc. Observamos que tais práticas são diferenciadas a depender do perfil de cicloativistas envolvidas, existindo diferenças entre essas práticas em termos de maior ou menor intimidade, compartilhamento de experiências, e construção de espaços de sororidade.

Os laços de sororidade desenvolvidos entre essas mulheres com seus grupos locais, seja através da *internet* com os grupos virtuais ou por meio dos eventos nacionais e internacionais de cicloativismo acabam por se expandir, o que, portanto, aponta para a importância em aprofundar a análise da cena cicloativista feminista nacional e internacionalmente, e nas redes sociais digitais, a fim de tentar compreender as dinâmicas que lá acontecem, seja nos perfis pessoais das integrantes, nos grupos ou nas páginas as quais fazem parte e, além disso verificar quais são os *links* que conectam esse movimento para uma esfera translocal e transnacional, observando, concomitantemente, as relações que são compartilhadas entre os diversos grupos cicloativistas de mulheres nos principais eventos de cicloativismo.

CAPÍTULO 3 – CENAS TRANSLOCAIS E TRANSNACIONAIS/ VIRTUAIS: OS EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE CICLOATIVISMO

As violências, resistências e sororidades vivenciadas pelas cicloativistas junto aos seus grupos nas cenas locais transportam-se para uma dimensão translocal e transnacional quando esses vários grupos espalhados localmente se reúnem nos eventos de caráter nacional e internacional. Aqui, continuamos com a abordagem teórico-metodológica a partir do conceito de *cenar*, atentando-se aos principais aspectos ressaltados dentro das várias vivências cicloativistas. Essa abordagem é importante justamente devido à capacidade de leitura do movimento não só a nível local, mas também translocal e virtualmente, como bem enfatiza Bennett & Peterson (2004) em sua visão tricotômica das cenas, a saber, cenas locais, translocais e virtuais. Dentro do âmbito nacional e, portanto, translocal da cena cicloativista, destacamos o evento *Bicicultura*, promovido pela associação nacional UCB, que se trata de um Encontro Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta e Cicloativismo, realizado anualmente, organizado pela sociedade civil, com o intuito de promover a cultura da bicicleta nas cidades brasileiras e, para tanto, conta com o apoio de instituições e coletivos localizados na cidade sede. Ao lado deste, temos o Festival *100 gurias 100 medo*, este em especial, promovido exclusivamente por mulheres participantes da cena cicloativista brasileira contemporânea.

A realização do *Bicicultura*, tendo o intuito de aglutinar diversas associações e grupos cicloativistas, a maioria pertencentes ao âmbito institucional da UCB, proporciona relações entre indivíduos, grupos, instituições público-privadas e a sociedade civil. As associações e os grupos ligados à UCB e, portanto, relacionados ao âmbito institucional, enquanto instância inserida na sociedade, por sua vez, sofrem influências externas, sejam estas econômicas, culturais, políticas, ambientais, etc. e, portanto, também reproduzem normas e condutas advindas de um sistema estrutural bastante presente na sociedade em geral: o patriarcado. Comportamentos estes que, por vezes, acabam sendo expostos e vindos à tona durante os eventos. Entretanto, por outro lado, dentro desse contexto complexo que chamamos aqui de “campo institucional” reside um “subcampo alternativo”, formado pelos grupos cicloativistas de mulheres e pelos GTs Gênero das associações mistas, igualmente inseridos na associação nacional UCB. Estes, por outro lado, promovem, a nível translocal, uma resistência coletiva frente ao patriarcado, não só nas ruas, como já vimos, mas também dentro do movimento.

Algumas ações, por vezes, desencadeadas pelos próprios membros da cena cicloativista são combatidas pelo subcampo alternativo que surge com o intuito de pressionar esse campo institucional a reconhecer a igualdade de gênero e os direitos das mulheres e a

garantir um combate efetivo contra quaisquer violências contra as mulheres, seja fora ou dentro do âmbito institucional.

Os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações (CASTELLS, 2017, p. 189).

O subcampo alternativo, portanto, vêm fazer oposição às violências enfrentadas pelas cicloativistas nas ruas, mas também às ações isoladas de integrantes da cena cicloativista, em eventos específicos que, por sua vez, acabam por reproduzir opressões de gênero e, revestidos de um caráter institucional, principalmente no caso de lideranças de associações de ciclismo, valem-se desta situação para se salvaguardar, mesmo dentro de um movimento que, tem por princípio, valores democráticos. Paralelo a isto, aqui também podemos destacar a importância do papel do festival *100 Gurias 100 Medo* que reúne, anualmente, mulheres cicloativistas de várias localidades, através da realização de variadas atividades que comungam três temas principais: mobilidade urbana por bicicleta, mulheres e feminismo. Um evento que visa justamente ao fortalecimento coletivo dessas mulheres frente a esses combates internos e externos diários.

Junto aos eventos nacionais, somam-se outros de caráter internacional e, conseqüentemente, transnacional, como o *Fórum Mundial da Bicicleta (FMB)* e o *Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências*. Dentro desse contexto internacional, especificamente no Fórum Mundial da Bicicleta, cenas conflitantes e que engendram ativismos a nível transnacional também se desdobram, a partir de um cicloativismo feminista que reage fortemente quando do desenrolar de violências de gênero dentro do âmbito institucional, além das fronteiras brasileiras. Isto demonstra por sua vez, através de casos decorrentes desses embates, como a cena cicloativista feminista, enquanto um subcampo alternativo interno ao campo institucional, desenvolve-se e forma-se a nível transnacional, aglutinando lutas latino-americanas. O *Fórum Mundial da Bicicleta (FMB)*, tal qual o *Bicicultura*, são os locais onde essas cenas realizam-se, onde as dinâmicas do subcampo alternativo, desempenhadas pelas cicloativistas e seus eventos, como o festival *100 Gurias 100 Medo* e o *Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências*, liderado por mulheres cicloativistas latino-americanas, pressionam o campo institucional a promover uma cena cicloativista mais aberta e plural e, portanto, mais acolhedora à presença feminina.

Ao longo da História, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. (...) São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. (...). Envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os

governantes e até as regras que moldam suas vidas (CASTELLS, 2017, p. 189).

Este capítulo tem como objetivo, portanto, primeiramente, analisar as relações que se estabelecem entre o campo institucional e o subcampo alternativo a partir da observação de alguns fatos desencadeados no evento nacional *Bicicultura* que, por sua vez, foram responsáveis por gerar ativismos feministas por parte das cicloativistas em âmbito translocal. Também destacamos o Festival *100 Gurias 100 Medo*, enquanto evento promovido exclusivamente pelas mulheres como local de promoção de cicloativismos feministas, a partir das experiências observadas na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2018, cidade sede dos eventos no referido ano. Paralelo a isto, também propõe-se aqui uma investigação de relações de disputa similares que engendram resistências feministas a nível transnacional, a partir de fatos decorrentes do *Fórum Mundial da Bicicleta*, ocorrido no Equador, em abril de 2019, a partir da observação dos ativismos feministas orquestrados pelo *Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências*, este tal qual o festival *100 Gurias 100 Medo* com relação ao *Bicicultura*, representando parte da programação do 8º *Fórum Mundial da Bicicleta* de 2019 (FMB8). Todos com o intuito de promover a transformação dentro da cena cicloativista e na sociedade como um todo.

Para tanto, a investigação apoia-se na teoria dos campos de Bourdieu para explicar os conflitos, acordos e visões estabelecidos dentro da cena cicloativista que, por sua vez, também tem como intuito demonstrar como esse cicloativismo feminista e suas resistências coletivas se desdobram para um nível translocal e transnacional. Pois, tendo em vista esse caráter alternativo dentro de uma estrutura normativa maior da cena cicloativista contemporânea, mostra-se de uma importância relevante a análise baseada numa perspectiva relacional, apropriando-se da teoria dos campos de Bourdieu como método de investigação das relações que se estabelecem e que, ao mesmo tempo, compõem o movimento cicloativista. Bourdieu chama de “campo” uma espécie de microcosmo social regido por leis e regras específicas, responsáveis por conferir-lhe certa autonomia. Este campo é influenciado e, ao mesmo tempo, relaciona-se com um espaço social mais amplo.

Essas relações existem sob duas formas principais: primeiramente, reificadas como conjuntos de posições objetivas que as pessoas ocupam (instituições ou “campos”) e que, externamente, determinam a percepção e a ação; e, em segundo lugar, depositadas dentro de corpos individuais, na forma de esquemas mentais de percepção e apreciação (cujas articulações, em camadas, compõem o “*habitus*”), através dos quais nós experimentamos internamente e construímos ativamente o mundo vivido (WACQUANT, 2013, p. 88).

O campo social é o lugar onde os agentes que o integram lutam entre si para manter ou alcançar determinados objetivos e posições, através da disputa pelos capitais simbólicos específicos valorizados em cada campo. Conforme Bourdieu, todo campo “é um campo de

forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). O que determina as ações e as tomadas de posição dos agentes é o lugar que eles ocupam dentro do campo, ou seja, a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

No interior dos campos, existe uma disputa pela legitimação do que é produzido e algumas diferenças são estabelecidas a partir da postura que é assumida por cada agente. Conforme Bourdieu, os agentes podem ter três tipos de atitudes possíveis dentro do seu campo de ação: podem aceitar de boa vontade todas as regras e normas impostas; podem contestar tais regras, assumindo uma postura *herética* ou ainda combinar ambas as posturas, numa atitude *híbrida*. O movimento cicloativista feminista localiza-se num “subcampo alternativo” dentro de um “campo institucional” maior do cicloativismo geral, assumindo uma postura híbrida. O campo institucional é formado pelas diversas associações mistas de ciclismo (compostas por homens e mulheres), grandes instituições como a União dos Ciclistas do Brasil (UCB) e organizações de eventos nacionais e internacionais, como por exemplo, o Fórum Mundial da Bicicleta, dentre outros.

Dentro desse campo institucional temos ainda grupos cicloativistas de mulheres, sendo estes, porém, constituintes de um subcampo alternativo que disputa o *lugar de fala* dentro do âmbito institucional. Ou seja, por vezes, as mulheres contestam ações advindas do campo institucional, fazendo a oposição a partir dos seus grupos exclusivamente femininos ou Grupos de Trabalho de Gênero (GTs Gênero) dentro das associações mistas e, por outro lado, em outros momentos, elas acatam as regras institucionais para manter ou alcançar algumas necessidades específicas ao subcampo alternativo. Aqui, também é imprescindível destacar o papel da internet nos movimentos sociais emergentes, como é o caso da cena cicloativista contemporânea. Os avanços tecnológicos possibilitaram uma maior aglutinação entre as pessoas, através de uma comunicação em tempo real e simultânea em várias localidades, fator significativo, inclusive, para a criação de eventos como estes que estão em destaque aqui, além de elevarem esses movimentos e as cenas por eles engendradas a uma perspectiva glocal.

A mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado (CASTELLS, 2017, p. 190).

As mudanças sociais e experiências diversas em lugares multisituados, propiciadas seja pelas redes ou pelos eventos, no contexto cicloativista, envolvem tanto aspectos culturais como afetivos e, a partir destes, reúnem características comuns mesmo em contextos diferentes

e específicos, o que acaba por contribuir com a natureza translocal e transnacional do movimento. Aldred & Jungnickel (2014) demonstram o quanto é importante levar em conta os aspectos culturais, em contextos variados, para se entender, por exemplo, o porquê de determinadas práticas de transporte serem tão estabelecidas em alguns locais enquanto em outros encontram grande resistência por parte das pessoas. Podemos observar este aspecto na cultura do ciclismo no Brasil que, em geral, ainda enfrenta muitas dificuldades para se estabelecer, apesar da situação aos poucos estar se modificando, o que pede uma maior pressão dos setores interessados, como os movimentos sociais e ONGs, para se conseguir efetivar algum projeto ou demonstrar para a sociedade a importância da prática do ciclismo através de ações de conscientização.

Entretanto, quando observamos essas práticas de maneira mais micro, há algumas diferenças importantes a serem salientadas. A nível local no Brasil, percebemos que existem bairros onde a cultura do ciclismo já é mais estabelecida, como é o caso das periferias, local onde reside a maior parte da classe trabalhadora popular, público que comumente utiliza a bicicleta como transporte no trajeto casa-trabalho-casa, principalmente devido ao custo benefício que a bicicleta proporciona. Dentro dos projetos e políticas de implementação de mobilidade urbana por bicicleta a nível municipal, estadual ou nacional no Brasil, esses bairros periféricos geralmente são os últimos a receberem alguma atenção no que diz respeito a construção de redes cicloviárias, mas, mesmo assim, continuam sendo os que mais utilizam a bicicleta, o que demonstra que não é só a infraestrutura que proporciona mudanças de hábitos nos usos de transportes, mas também os aspectos culturais e habituais da população são itens importantes que não devem ser ignorados. Em contrapartida, nos bairros nobres, onde em grande medida, as redes cicloviárias são implementadas, o público ainda mostra-se resistente à prática do ciclismo como meio de transporte, por exemplo, sendo mais comum o uso da bicicleta para o lazer. Aqui temos mais uma evidência do quanto a cultura influencia as práticas sociais e que, portanto, deve ser uma aliada à disponibilização de infraestrutura adequada sempre que se pretender implementar mudanças sociais, em especial, na mobilidade urbana.

Na esfera translocal do Brasil, existem cidades que enfrentam uma maior dificuldade para implementar uma cultura do ciclismo, em detrimento de outras onde a prática já se mostra mais desenvolvida e isso independe do tipo de cidade que se tenha. Uma cidade como São Paulo, grande metrópole do Brasil e com uma das maiores malhas cicloviárias do país, apesar de estar experimentando nos últimos anos um crescimento de ciclistas, possui uma prática ciclística que, proporcionalmente, pode ser até menor do que a de uma cidadezinha pequena no interior do estado do Pará, no norte do Brasil, chamada Afuá, por exemplo, onde o uso de carros é proibido devido à estrutura do local ser toda montada em cima de palafitas,

acima de rios, e não suportar veículos pesados, e onde as bicicletas estão por toda parte, como demonstra o filme “Elo Perdido”¹⁹⁸ da cicloativista Renata Falzoni em pesquisa realizada no local. O uso de bicicletas já é culturalmente estabelecido em Afuá, pela própria infraestrutura local não ser favorável a outras práticas de mobilidade que não seja a ativa, diferentemente de São Paulo, uma cidade desenvolvida para carros e que hoje, esforça-se para, através da implementação de infraestruturas cicloviárias, desenvolver uma cultura do ciclismo entre seus habitantes.

Entretanto, mesmo diante de contextos variados local e translocalmente, quando passamos para uma esfera transnacional, podemos observar que o Brasil ainda possui grandes dificuldades, no geral, para estabelecer o ciclismo em seu território, se enquadrando, portanto, numa cultura do ciclismo ainda “emergente” (ALDRED & JUNGNICHEL, 2014), também compartilhada por outros países da América Latina, o que, por sua vez, pode explicar a aproximação entre os movimentos cicloativistas destes países e a semelhança entre suas lutas e demandas para instituir o uso da bicicleta nas cidades. Por outro lado, em países como a Holanda e a Dinamarca, onde o ciclismo já é uma prática mais consolidada entre as pessoas, a cultura do ciclismo pode ser classificada como “estabelecida” (ALDRED & JUNGNICHEL, 2014). Isso é resultado de acontecimentos históricos importantes:

Dos anos 1960 até o final dos anos 80 (...) houve um importante boom automotivo que prejudicou fortemente o uso da bicicleta [que vinha sendo estabelecido até então com muito sucesso]. A resistência ao aumento de poluentes e ao tráfego incontrolável se intensificou a partir de 1975, quando a União Holandesa de Ciclistas foi formada e começou a fazer lobby para maior uso da bicicleta e limitação do uso do automóvel. (SIRKIS, 2000, p. 85, tradução nossa)

Mudanças significativas ocorreram quando houve uma maior difusão do uso do automóvel e, essa situação, continua a trazer consequências diversas a depender do contexto que estejamos a observar. Enquanto que países como a Holanda perceberam a impossibilidade de continuar com a cultura do automóvel há alguns anos atrás e conseguiram se recuperar e implementar uma cultura do ciclismo que hoje já mostra-se bastante alicerçada no território, países como o Brasil e alguns outros da América Latina, ainda esforçam-se para tentar modificar suas práticas de mobilidade baseadas no uso de motorizados e ainda enfrenta grande resistência da população que, lentamente, começa a aceitar, pelo menos em parte, a ideia de uma cultura do ciclismo.

Em grande medida a dificuldade do Brasil em estabelecer uma maior mobilidade por bicicleta se dá por conta de alguns fatores como falta de infraestrutura adequada em alguns

¹⁹⁸ O Filme completo *Elo Perdido* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e7BqJUpBgFY>.

locais gerando insegurança, dos riscos de assaltos, mortes e acidentes de trânsito, a própria cultura desenvolvida no país que é um tanto avessa à mobilidade ativa, além de outros fatores que já vimos anteriormente, relacionados às violências de gênero que acometem às mulheres. “De fato, o potencial para ciclovias no Brasil é imenso, não apenas nas grandes cidades, mas, principalmente, nas pequenas e médias com tradição no uso de bicicletas.

Há, no entanto, um sério obstáculo: insegurança devido a tráfego caótico e perigoso e o risco de ser assaltado ou ter sua bicicleta roubada. (...) Estabelecer uma rede de bicicletas em uma cidade grande é um processo, um passo a passo em que o importante é atualizar gradualmente as condições de segurança e conforto, bem como fornecer estímulo cultural para o uso da bicicleta” (SIRKIS, 2000, p. 87-88, tradução nossa). É justamente dentro de territórios que possuem uma cultura do ciclismo ainda emergente e que, ainda enfrentam dificuldades para instituir mudanças em suas práticas sociais de mobilidade, que surgem os movimentos sociais como o cicloativismo que, por sua vez, tem por objetivo demonstrar as possibilidades e benefícios advindos da troca de transportes motorizados por um maior uso de transportes ativos, como a bicicleta nos percursos diários, além de serem responsáveis por denunciar as dificuldades e violências cometidas contra ciclistas nessas localidades, como já observamos anteriormente quando da análise dos vários tipos de violência que acometem ciclistas acrescidos da violência de gênero, sofrida especialmente pelas mulheres que pedalam. Esses fatores são os principais impulsionadores do ativismo de ciclistas em países de cultura do ciclismo ainda emergente como o Brasil.

O ativismo desenvolvido principalmente pelas mulheres no âmbito do movimento cicloativista surge da indignação formando uma espécie de subcampo alternativo que, após algum tempo, mesmo que se apresente como local aberto a divergências e conflitos, também é responsável por construir afetos entre essas mulheres a partir do compartilhamento de opressões vividas e nas atividades desenvolvidas nos eventos locais, translocais e transnacionais. É através das opressões e das situações vividas em comum no cotidiano, mas também dos afetos criados que surgem as redes transfronteiriças que formam o movimento cicloativista feminista no cenário contemporâneo.

Os aspectos afetivos, emocionais, sentimentais desenvolvidos dentro da rede cicloativista de mulheres, das mais variadas localidades, os quais poderemos observar como acontecem na prática a partir das experiências relatadas nos tópicos a seguir, ao lado dos aspectos culturais que abordamos anteriormente, além da presença cada vez mais forte das redes e tecnologias digitais, configuram-se como fatores importantes a serem destacados ao analisarmos os pontos em comum responsáveis por unir mulheres de contextos variados, com culturas diferentes, em prol da disseminação cada vez maior da bicicleta a partir do ativismo

feminista a nível local, translocal e transnacional. *Emoções automotivas* é o nome dado à consequente “circulação de afetos entre pessoas diferentes, bicicletas diferentes e culturas e geografias historicamente situadas na velomobilidade (MCILVENNY, 2015, p. 78 *apud* SHELLER, 2004, tradução nossa). Dentro desse âmbito das emoções automotivas, temos vários tipos de sentimentos que podem ser observados a depender do tipo de prática que se utiliza a partir da bicicleta. Entretanto, a partir do contexto explorado nesta pesquisa, nos detemos justamente às emoções proporcionadas pelas lutas ativistas do ciclismo em massa promovido pelas mulheres que pedalam, seja nas bicicletas ou nas várias atividades que promovem numa perspectiva glocal. Quando essas mulheres se reúnem seja para pedalarem juntas ou para realizar alguma intervenção ou atividade nas cidades, “movimento e emoção são cinestesticamente interligados e produzidos juntos por meio de uma conjunção de corpos, tecnologias e práticas culturais” (SHELLER, 2004, p. 227 *apud* MCILVENNY, 2015, p. 55, tradução nossa). Em atividades como as bicicletadas em que todas as mulheres pedalam juntas e, em especial, no evento nacional *100 Gurias 100 Medo*, onde o número de mulheres reunidas tende a ser maior já que concentra um público de várias cidades, há uma extrapolação das “emoções da experiência vivida de ser e de ter um corpo” (MCILVENNY, 2015, p. 57, tradução nossa). Sentir esse corpo mover-se juntamente com outros corpos, deslizando sobre duas rodas, de forma simultânea, gera sensações diversas tanto do contato com outras mulheres quanto do contato com tudo o que te cerca, onde os

Repertórios emocionais e as possibilidades corporais de movimento são excepcionalmente fluidas e interconectadas. As emoções são ‘feitas’ *com o* nosso entorno. Nesse sentido, em qualquer conversa sobre emoções a experiência é uma chamada para o contato entre as pessoas e as coisas envolvidas (MCILVENNY, 2015, p. 56, tradução nossa).

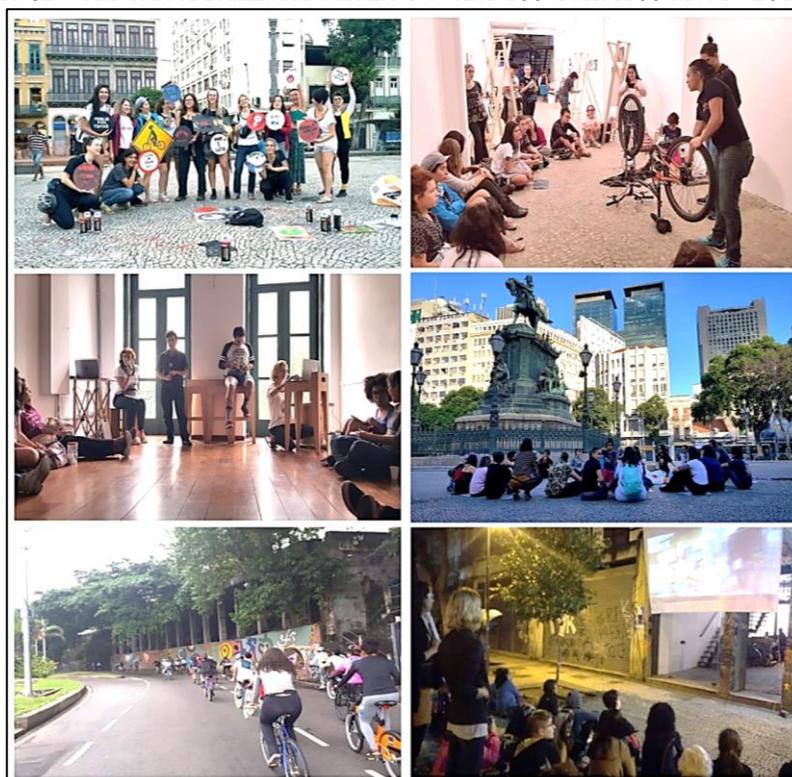
As mulheres se envolvem com as coisas, com as atividades promovidas e, principalmente, envolvem-se umas com as outras. Ou seja, elas podem nunca ter se visto antes, e passam a se conhecer durante as ações. Acontecimentos inesperados, como por exemplo, atos de violência contra a mulher, internos ao movimento, podem suscitar sentimentos de indignação perante mulheres que nem sequer sabiam antes da existência uma da outra e, gerar ações coletivas. Elas se unem em prol da luta, em prol da rede, fazendo esse movimento mover-se junto com os giros dos seus pedais para um nível infinitamente maior do que elas mesmas possam prever e, nisso, as transmissões das atividades através dos aparatos tecnológicos também exercem uma função bastante importante de divulgação. Essa transmissão virtual alcança outras várias mulheres de diferentes lugares, fazendo desse ativismo algo muito mais amplo do que as ações situadas localmente durante as atividades promovidas nos eventos, conforme veremos nos tópicos a seguir. Por fim, tendo os aspectos culturais e afetivos em mente

e atentos ao caráter *glocal* das cenas translocais e transnacionais ou virtuais, além dos fatores que desencadeiam essas cenas que, culminam com mudanças dentro e fora do movimento, a seguir poderemos observar como essas cenas desenvolvem-se nos eventos específicos de cicloativismo feminista no Brasil e em outras localidades da América Latina.

3.1 Cenas Translocais no Brasil: O Bicicultura e o Festival 100 Gurias 100 Medo

Eventos nacionais, como o *Bicicultura* e o festival *100 Gurias 100 Medo*, permitem aos agentes, grupos e associações de várias localidades diferentes, compartilharem informações e vivenciarem juntos, por alguns dias, as trocas de afetos e de visões de mundo, representando, portanto, um momento muito importante para a manutenção da cena cicloativista contemporânea. O “ciclismo social, como em outras formas de locomoção pessoal acompanhado por outras pessoas, pode ser uma experiência sensorial rica e intensificada” (MCILVENNY, 2015, p. 56, tradução nossa), não só por conta das bicicletadas em grupo, mas também e, principalmente, devido aos sentimentos criados a partir das várias ações promovidas em conjunto.

Figura 62 – Atividades realizadas durante o evento 100 Gurias100 Medo / 2018 (RJ)



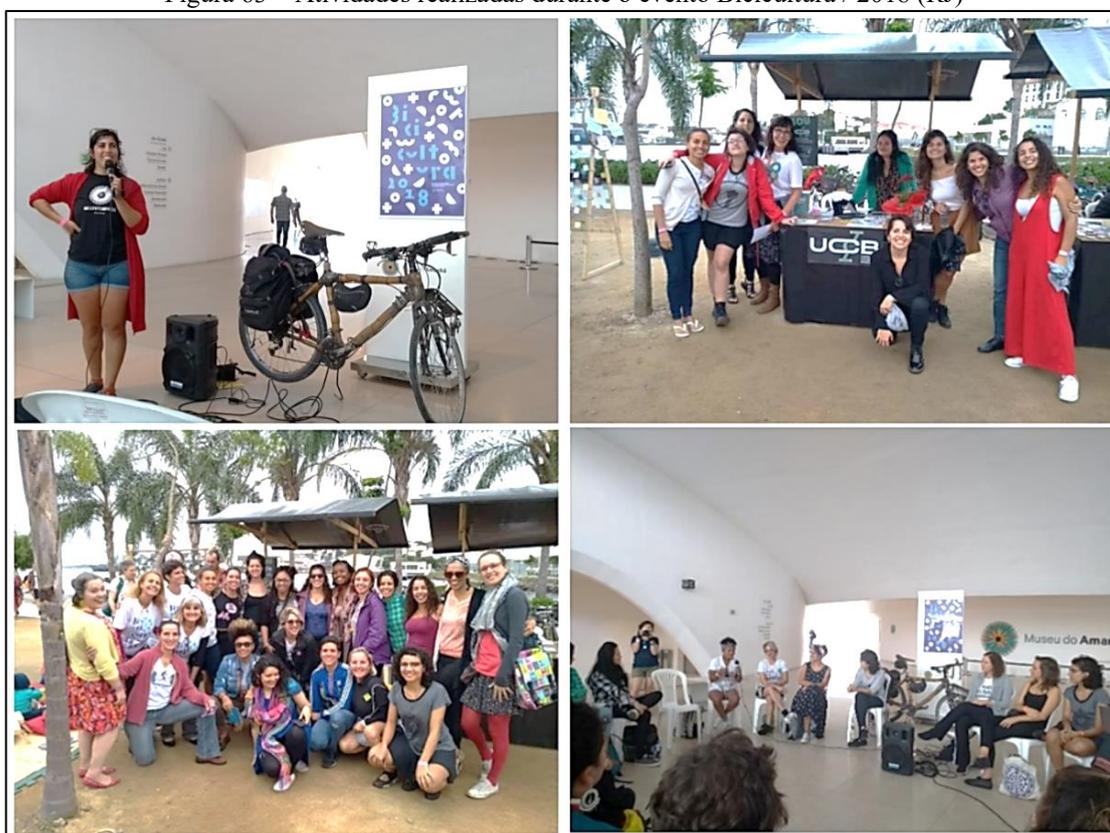
Fonte: Facebook 100Gurias100Medo

As “demonstrações de emoção são atividades sociais incorporadas” (MCILVENNY, 2015, p. 57, tradução nossa), resultado da realização de várias atividades divididas entre

palestras, rodas de conversa, oficinas, pedais em grupo, etc., todas com o intuito de divulgar e trazer a cultura da bicicleta “como um dispositivo que oferece formas particulares de movimento e co-mobilidade” (MCILVENNY, 2015, p. 78, tradução nossa) para as cidades e, além disso, em especial no festival *100 Gurias 100 Medo*, aglutinar a essas várias atividades, outras não menos importantes, que visam discutir o espaço da mulher dentro de todos esses âmbitos, seja nas ruas das cidades, ou até mesmo dentro das instituições ligadas ao movimento. A interlocutora Aspásia Mariana (CE) relata um pouco da importância dos eventos nacionais e regionais como espaços de aprendizagens e trocas entre os participantes e para as cidades:

Uma das importâncias dos encontros nacionais, como o *Bicicultura*, é conhecer mulheres que estão nas outras cidades, o que é que elas estão fazendo, como é que elas estão se organizando e junto desse encontro, a gente faz essa troca *pra* poder levar essas organizações *pra* nossa cidade e aí ver modos possíveis de estar fazendo junto com as outras mulheres no nosso lugar de atuação. Isso é muito bacana, o encontro nordestino¹⁹⁹ é muito importante, vai acontecer em novembro, acho que será em Maceió. É muito *massa*, principalmente o nordestino, porque é uma região próxima, então a gente tem similaridades muito próximas, afinidades muito próximas. Os encontros nacionais, locais, nordestinos, não sei dos outros, das outras regiões eu não conheço, mas ele serve *pra* isso, *pra* potencializar, *pra* dar força principalmente *pra* gente. (Entrevista concedida por Aspásia Mariana (CE) no dia 09/06/2018).

Figura 63 – Atividades realizadas durante o evento Bicicultura / 2018 (RJ)



Fonte: Facebook Bicicultura e Arquivos Pessoais

¹⁹⁹ A Aspásia Mariana refere-se ao Fórum Nordestino da Bicicleta (FNeBici), um encontro realizado anualmente com foco na promoção da mobilidade por bicicleta em cidades do nordeste brasileiro.

As relações estabelecidas entre elas durante os eventos demonstram “como as sensações são construídas no design e nos ritmos dos locais urbanos e como o uso desses locais produz uma paleta de fugas dos sentidos. Essas fugas sensoriais são incorporadas e situadas e direcionam nossa experiência do lugar e, assim, direcionam como o significado espacializado é constituído” (JENSEN, 2013, p. 275, tradução nossa). O lugar onde acontecem as atividades modifica-se temporalmente, novas sensações e emoções são experimentadas pelas pessoas, os ritmos, as formas implementadas através dos dias de evento dão margem para o estabelecimento de uma outra maneira de enxergar os espaços urbanos ali produzidos, uma nova lógica acerca da mobilidade urbana por bicicleta instaura-se tanto para a cidade que sedia o evento e seus habitantes quanto para as participantes de várias localidades que encontram-se reunidas nesse espaço.

A mobilidade das bicicletas significa uma cidade de fluxo, e a diversidade e os sistemas de mobilidade das bicicletas permitem um encontro específico com a cidade e interação com os espaços urbanos, à medida que os cidadãos urbanos se movimentam e sentem, experimentam e percebem a cidade (JENSEN, 2013, p. 281, tradução nossa).

Há uma relação dialética entre esses corpos: corpos que já são desse espaço urbano passam a vê-lo de uma outra forma, enquanto corpos que não são daquele espaço, ocupam-o dando significados outros a si e ao seu entorno. A cultura local passa a ser, naquele instante de dias, moldada pelas emoções e sensações dessas experiências de mobilidade por bicicleta e pelas diversas atividades promovidas a partir desse objetivo principal.

Movimentos e emoções relacionados à mobilidade não são apenas uma experiência sensorial incorporada; eles também estão enredados em culturas urbanas e ambientes urbanos construídos. Isso é abordado nas políticas da cidade que visam moldar, condicionar e governar futuros, espacialidades e vidas urbanas (JENSEN, 2013, p. 278, tradução nossa).

É através desse novo olhar lançado pelo movimento de mulheres cicloativistas nos eventos que as questões feministas são evidenciadas naquela cidade, além de demonstrar como “andar de bicicleta se torna outra maneira de satisfazer o desejo de mobilidade atualmente significada pelo carro, uma mobilidade que molda a vida urbana moderna e funciona na formação de si mesmos” (JENSEN, 2013, p. 280, tradução nossa). A partir dessas experiências instauradas nas cidades-sede dos eventos promovidos por elas resulta na formação de eus (urbanos) associados às práticas de mobilidade por bicicleta e às experiências sensoriais advindas dessas práticas. Estas, por sua vez, espalham-se não só a nível local, mas expandem-se para além daquele território quando são carregadas por cada corpo que fez parte dessa

experiência local às suas respectivas regiões, o que “indica uma mobilidade que atravessa fronteiras e culturas, estilos de vida e identidades nacionais” (JENSEN, 2013, p. 282, tradução nossa). “Elas se transformam em conjuntos de mobilidade que se entrelaçam com as culturas locais e transcendem as racionalidades das políticas locais” (JENSEN, 2013, p. 283, tradução nossa).

Por outro lado, essa troca, essas relações proporcionadas pelos eventos, assim como em qualquer espaço que aglutina pessoas diversas, também dá margem para a ocorrência de divergências entre opiniões, embates frente às discussões colocadas em pauta e, isso, para um movimento com valores democráticos, são aspectos conflitantes que se espera que aconteçam. O que nem sempre se espera, principalmente em se tratando das mulheres que compõem o movimento, é que algumas pautas de caráter democrático e, portanto, igualitário e justo, já bastante alicerçadas como a não violência contra a mulher, não sejam respeitados pelos próprios membros que formam a cena cicloativista e que já estão a par de muitas discussões de gênero dentro das associações, estas sempre colocadas em debate pelas cicloativistas. Quando esses princípios de combate a quaisquer desrespeitos contra a mulher não são levados em conta, seja na rua, seja nos espaços institucionais, um problema se instaura e ativismos feministas começam a entrar em cena. Uma das interlocutoras desta pesquisa explana um pouco dessa relação conflitante vivenciada por algumas mulheres dentro de espaços institucionais:

Existe uma rede muito forte dessas mulheres no movimento, existe uma identificação entre essas mulheres, esse sentimento de angústia, de não pertencimento aos grandes coletivos institucionais como as organizações, instituições com CNPJ mais formais parece que não dão respostas pra essas mulheres, não vou dizer que não dá pra mim, eu me sinto confortável nesses espaços institucionais, até pela minha história, do movimento sindicalista, então eu não tenho dificuldades, mas eu passei a entender e até a ter mais dificuldades depois que eu percebi... Nossa, eu não sentia, eu não tinha noção, não percebia, que as dificuldades que nós temos dentro desses ambientes mistos se dão também por conta dessa opressão, essa opressão do patriarcado, de relações patriarcais. (Entrevista concedida por uma das interlocutoras²⁰⁰ desta pesquisa no dia 08/06/2018).

O que exemplifica bem este relato, deu-se durante o evento do *Bicicultura*, ocorrido em 2017 e que veio à tona novamente na edição de junho de 2018 do evento, nos dias 8, 9 e 10, na cidade do Rio de Janeiro, local onde algumas questões polêmicas foram colocadas em pauta, dentre estas, o caso de assédio cometido por um dos integrantes de alto escalão de uma associação de ciclistas de São Paulo contra uma moça numa festa. O caso estava sendo julgado e colocada em pauta a expulsão do agressor da associação UCB nesta assembleia. Durante uma das conversas que tive com outra interlocutora, a mesma explica como o fato ocorreu:

²⁰⁰ A interlocutora teve seu nome ocultado a fim de preservar sua imagem e identificação.

Ano passado [2017], o *Bicicultura*, foi muito forte, teve uma cena incrível assim, teve o caso do [integrante de alto escalão de uma associação de ciclistas de São Paulo²⁰¹] (...) Ele agrediu uma menina lá e a gente estava começando uma reunião (...) foi uma cena, sei lá, *tu assistiu* o “*The handmaid’s tale*”²⁰², a série? Gente, sabe aquelas mulheres chegando uma para outra e falando assim no ouvido “reunião agora”, “reunião agora”, “fala”, “fala”, “fala”... A gente foi saindo e reuniu todas as mulheres, uma roda grande de mulheres, “*tô toda arrepiada*”, *pra* gente tomar uma ação imediata com aquele caso que tinha acontecido numa noite de festa. Ele agrediu uma menina numa festa, e aí como é que um [integrante de alto escalão de uma associação de ciclistas de São Paulo], que é uma associação grande, conhecida nacionalmente e internacionalmente, agride uma menina num momento em que a gente está conquistando coisas, tendo a nossa voz ativa num *Bicicultura* que está com paridade total assim, e ano passado acho que teve mais trabalho de mulher do que de todos os *Biciculturas*. A gente estava na assembleia votando agora por causa dessa pauta, como é que seria o banimento, a discussão, por causa desse caso. (Entrevista concedida por uma das interlocutoras²⁰³ desta pesquisa no dia 09/06/2018).

Esse mesmo caso também foi destacado em entrevista realizada com a outra interlocutora, conforme o depoimento a seguir:

Tenho uma relação importante com essas mulheres, tiveram momentos na [associação] em que a gente precisou se apoiar muito institucionalmente, por exemplo, que foi um caso de assédio, de abuso que houve ano passado, de violência contra a mulher, no *Bicicultura* e a gente conseguiu tirar o [integrante de alto escalão de uma associação de ciclistas de São Paulo] da organização, que foi responsável por essa violência e isso apoiou muito, foi um processo que as mulheres estavam muito juntas. (Entrevista concedida por uma das interlocutoras²⁰⁴ desta pesquisa no dia 26/11/2018).

A notícia dessa agressão, conforme podemos observar nos depoimentos acima, foi recebida com muita revolta por parte das cicloativistas e, por outro lado, também desencadeou manifestações no mesmo momento da divulgação do ocorrido. Uma das entrevistadas desta

²⁰¹ Ocultamos o nome do integrante por questões éticas.

²⁰² Trata-se de um romance escrito em 1985 pela escritora canadense Margaret Atwood que foi adaptado e transformado em série televisiva. A história se passa depois que um atentado terrorista mata o presidente dos Estados Unidos e grande parte dos outros políticos eleitos, momento em que uma facção fundamentalista cristã toma o poder com o intuito de restaurar a paz. O grupo transforma o país na República de Gilead, instaurando um regime totalitário baseado nas leis do Antigo Testamento, retirando os direitos das minorias e das mulheres em especial. Nessa nova ordem, as mulheres são divididas entre Esposa, Aia e Martha, esta última exercendo a função de serva. Todas as mulheres férteis — as Aias — são utilizadas como concubinas exclusivamente para gerarem filhos para seus donos e manterem os níveis demográficos da população, já que a maioria das mulheres não consegue mais engravidar devido a problemas ambientais. Prostitutas, gays ou qualquer um que ofereça resistência pode ser condenado à pena de morte. Entretanto, mesmo diante desse cenário de horror, resistências femininas coletivas são instauradas e uma das cenas que exemplificam essa resistência é similar ao relato que a Aspásia Mariana (CE) conta com relação à atitude tomada pelas cicloativistas que, no caso do filme, é representada pelas aias que, num dos vários momentos de extrema opressão por que passam, elas se unem, uma chamando pela outra a fim de enfrentar a difícil situação, como foi o caso em que foram ordenadas a apedrejar uma de suas amigas e todas, com olhares coletivos, negaram-se e soltaram as pedras no chão, mesmo sabendo que as consequências seriam as piores possíveis, ou quando, por exemplo, as aias estão nos mercados fazendo compras e estabelecem contato umas com as outras, às escondidas, descobrindo seus nomes reais (direito também retirado delas nessa nova ordem social, onde elas são tratadas pelo sobrenome do seu comandante). O destaque aqui é para as resistências e as sororidades levadas a cabo pelas mulheres diante de situações de opressão. (Para saber mais, ver conteúdo no endereço a seguir: <http://www.aescotilha.com.br/cinema-tv/olhar-em-serie/the-handmaids-tale-primeira-temporada-hulu/>).

²⁰³ A interlocutora teve seu nome ocultado a fim de preservar sua imagem e identificação.

²⁰⁴ A interlocutora teve seu nome ocultado a fim de preservar sua imagem e identificação.

pesquisa relata que, o coletivo ao qual faz parte, fez questão de expor todo o caso, divulgando o nome do agressor, o que demonstra realmente que qualquer tipo de violência contra a mulher, dentro ou fora do espaço institucional, além de não ser tolerado por elas, é fortemente combatido de várias formas, fato evidenciado tanto na luta pela expulsão do acusado quanto na sua exposição via redes sociais:

Agrediu fisicamente a menina, pegou os braços assim... foi maior “treta”, tem lá na página das [coletivo cicloativista de mulheres], tem a nota, o “negoção” que a gente colocou lá, tu pode ir lá dar uma olhada, explica direitinho como é que foi, a gente fala o nome dele, que tem que falar o nome dele (...) e aí a mulherada se juntou e aí três foram escrever a moção, um acréscimo *pra* colocar lá na assembleia inteira mais tarde no *Bicicultura*, foi poder feminino mesmo, de mobilização! Incrível! (Entrevista concedida por uma das interlocutoras²⁰⁵ desta pesquisa no dia 09/06/2018).

Além desse caso, durante a assembleia do *Bicicultura* 2018, que ocorria no auditório do Museu do Amanhã e que depois se estendeu para a área externa do museu, já no último dia de evento e no encerramento das atividades, a organização do evento também convocava as associações e coletivos presentes a apresentarem as candidaturas dos seus estados como receptores da edição do *Bicicultura* de 2020. Neste momento, uma das integrantes de um coletivo cicloativista feminista negro levantou-se da cadeira aonde estava sentada acompanhando a assembleia e apresentou a candidatura do seu estado como região possível a sediar o evento, entretanto os organizadores ressaltaram que o coletivo não poderia candidatar-se pois não era **associada como instituição “atuante”** e sim **“apoiadora”**. Conforme o Estatuto da UCB, disponibilizado no *site* da organização, as instituições que entram na categoria “atuantes” são

Instituições dos tipos associação (com CNPJ) e coletivos/grupos informais (sem CNPJ, mas com no mínimo 6 integrantes) que atuam na promoção da bicicleta como modo de mobilidade (coletivos/grupos que apenas se dedicam a lazer e esporte devem procurar a categoria **“Instituição Apoiadora”**); contribui financeiramente para a manutenção da UCB; compõe a Assembleia Geral da UCB, onde **pode votar e ser votada**; ao comparecer nas Assembleias, deverá apresentar documentos que comprovem seu regular funcionamento; o Conselho Deliberativo da UCB analisará o cadastro da instituição antes de aprovar seu ingresso como associada (Coletivo Informal necessita enviar duas “Declarações de Reconhecimento” emitidas por duas Associadas Instituições Atuantes da UCB)²⁰⁶.

Por outro lado, instituição “apoiadora” é uma

Instituição do tipo associação (com CNPJ) de qualquer ramo dos movimentos sociais ou coletivo/grupo informal (sem CNPJ, mas com no mínimo 6 integrantes) que se reúne regularmente para qualquer atividade ligada ao ciclismo (inclusive esporte/lazer), que apoia e se solidariza com os princípios e finalidades da UCB;

²⁰⁵ A interlocutora teve seu nome ocultado a fim de preservar sua imagem e identificação.

²⁰⁶ Informações retiradas da Central dos Associados no site da UCB: <http://www.uniaodeciclistas.org.br/associe-se/central/>.

contribui financeiramente por opção; **não pode votar ou ser votada**²⁰⁷.

Portanto, conforme o regulamento da UCB, o coletivo não poderia lançar a candidatura do respectivo estado como sede do evento, ou seja, não poderia votar nem ser votado, já que se enquadra na categoria de “atuante”. Isso gerou muita discussão, passando até do horário estipulado pela organização do equipamento do Museu do Amanhã, fato que, conseqüentemente, fez a assembleia continuar na praça Mauá, região externa ao Museu. A indignação tomou conta das integrantes do grupo. Somando-se a isso, uma das integrantes tornou público também o caso da não participação do coletivo nas atividades do evento, mesmo estando dentro da programação.

Ela explica que estava acertado que uma das várias atividades seria realizada pelo coletivo, que elas teriam um lugar reservado para suas apresentações e atividades dentro do horário programado para elas no evento, entretanto, no dia e hora combinado, as integrantes do coletivo não tiveram esse espaço e suas atividades não puderam se realizar. Fato que gerou mais revolta entre as cicloativistas do respectivo grupo. Ela ressaltou aspectos específicos do coletivo, como o fato de ser formado exclusivamente por mulheres negras, e estas não terem tido espaço nem voz durante o evento. Afirmou que tinha enviado o projeto com as atividades que o coletivo iria desenvolver, tendo este sido incluído na programação do *Bicicultura*, mas que no dia, foram impossibilitadas de se realizar pois não havia espaço nenhum reservado ao projeto. O grupo acabou realizando, dias antes, atividades na comunidade da Maré, bairro localizado na periferia do Rio de Janeiro, entretanto esta foi por iniciativa própria. Porém, mesmo diante dessas reclamações, a organização do evento manteve-se fiel às regras estabelecidas e abriu votação entre outros estados aptos a disputar pela sede de evento futuro do *Bicicultura*.

A pressão exercida pelos grupos de mulheres cicloativistas em relação às associações e outros grupos mistos, que como elas, também estão sob a representação da instância institucional UCB, organizadora do evento *Bicicultura*, visando o combate de ações desse tipo contra as mulheres, é sempre muito grande.

Os ativismos orquestrados pelas cicloativistas incubem à UCB a tomar iniciativas frente a quaisquer desrespeitos contra as mulheres, garantindo que nas regras e leis instituídas, a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher sejam incluídas. Por vezes, algumas conquistas são possíveis, assim foi, por exemplo, que aconteceu quando da criação de GTs Gênero nas associações mistas para impulsionar o debate sobre gênero dentro do movimento, do surgimento de grupos exclusivos de mulheres cicloativistas que, por vezes não

²⁰⁷ Informações retiradas da Central dos Associados no site da UCB:
<http://www.uniaodeciclistas.org.br/associe-se/central/>.

viam suas pautas serem contempladas nos coletivos mistos, da conquista da paridade de gênero nas leis institucionais que regem a cena cicloativista contemporânea e, em um dos casos aqui relatados, com a expulsão de uma das lideranças do movimento devido ao cometimento de violência de gênero, dentre vários outros exemplos. Por outro lado, nem sempre os resultados são favoráveis a elas, como o caso de racismo contra um grupo cicloativista feminista negro, entretanto, em nenhum dos fatos, houve omissão por parte dessas mulheres que, sempre impondo-se, reclamam e reivindicam que seus direitos sejam respeitados.

Além disso, estas mulheres também desenvolvem seus ativismos através de intervenções e outras atividades realizadas em eventos de iniciativa própria, como é o caso do *100 Gurias 100 Medo*, edição que, no ano de 2018, aconteceu entre os dias 16 e 17 de junho, uma semana após o *Bicicultura*, sendo organizada pelos grupos *Pedal das Minas (RJ)*, *XXFG²⁰⁸ (RJ)* e *Pedal Maravilha (Niterói, RJ)*. Durante este evento, algumas atividades como rodas de conversa, oficinas, feirinha de exposições, exibição de documentário sobre as cicloativistas de Los Angeles, as *Ovarian Psychos*, aconteceram no Centro Carioca de Design, localizado na praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro. Também ocorreu o pedal de 100km em ritmo de passeio com paradas turísticas, um dos pontos altos do evento, e a velofesta.

O *100 Gurias 100 Medo* é o momento em que mulheres de vários lugares do Brasil se unem em torno da bicicleta e do cicloativismo feminista. É um espaço de muita troca, compartilhamento de vivências e do protagonismo feminino. Vivian Garelli (RJ), uma das interlocutoras desta pesquisa e que também participou do evento, conta um pouco sobre o significado que ele carrega para as mulheres da cena cicloativista e como ele atua enquanto evento difusor do cicloativismo feminista a nível nacional:

(...) A gente fez aqui no Rio a terceira edição do *100 Gurias 100 Medo*, um festival voltado pra mulheres cicloativistas e, cada vez mais, a gente recebendo pessoas novas nos grupos e participando, pessoas que nem pedalavam tanto, mas que passaram a pedalar depois de serem inspiradas por outras mulheres. Enfim, as histórias são incríveis e o fato de existir agora o encontro, terceira edição, vai para a quarta ano que vem, já demonstra a força, a potência que isso tem a nível nacional. (Entrevista concedida por Vivian Garelli (RJ) no dia 14/11/2018).

Essa força resultante das atividades e intervenções coletivas é o que as move, o que as impulsiona no ativismo feminista seja na rua, ou dentro do próprio movimento, denunciando todas as situações em que as mulheres, por quaisquer que forem os motivos, são subjugadas, inferiorizadas, violentadas. Entretanto, essas cenas cicloativistas de violências, resistências e sororidades, longe de serem comuns apenas no Brasil, elas também se desdobram para além

²⁰⁸ *Xota Xota Fixed Gear*, Equipe feminina *Fixed Gear* do Rio de Janeiro. O termo *Fixed Gear* dentro do universo do ciclismo, remete à bicicleta fixa, com engrenagem fixa, uma *bike* com trem de força sem mecanismo de roda livre. Quem pedala em *bike* fixa, geralmente, é conhecida como “fixeira”.

das fronteiras nacionais, conforme veremos a seguir.

3.2 Cenas Transnacionais na América Latina: O Fórum Mundial da Bicicleta e o I Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências

As resistências das cicloativistas, além de um fenômeno local e translocal, também se expande para uma dimensão transnacional, quando da observação de cenas a partir dos eventos internacionais, como por exemplo, o *Fórum Mundial da Bicicleta e o I Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências*, que se conectam em muitos aspectos com as experiências brasileiras e às quais nos deteremos aqui. Dos dias 24 a 28 de abril de 2019 acontecia o 8º Fórum Mundial da Bicicleta (FMB 8), desta vez na cidade de Quito no Equador, evento que reúne ciclistas de várias localidades do mundo em atividades diversas visando conscientizar, promover e disseminar a importância do uso da bicicleta como transporte em toda a sociedade.

Uma das atividades do FMB 8 era um dia inteiro com programações diversas organizadas pelas cicloativistas equatorianas, destinado exclusivamente às mulheres, que intitulava-se *“I Encuentro Interseccional de Mujeres y Disidencias del Foro Mundial de la Bicicleta”*, a ocorrer na *“Casa de la Cultura Ecuatoriana”* no dia 24 de abril. A figura feminina foi uma constante no FMB 8 no Equador, país que comumente exalta a sua cultura nativa andina e a diversidade²⁰⁹ dos povos a partir da participação popular, tendo como referência e símbolo de muita reverência a *Pachamama* ou Mãe Terra, a deusa máxima da região dos Andes, que representa a terra, a fertilidade e a maternidade. O evento, portanto, começa com uma homenagem à *Pachamama* na cerimônia de abertura²¹⁰. Esse ato dedicado à Mãe Terra muito se aproxima do ativismo ecofeminista, comumente difundido entre as cicloativistas.

O respeito e a reverência à natureza e a toda a simbologia relacionada a ela são itens importantes que caracterizam as práticas ecofeministas e que agora vemos se conectarem, representando um ponto em comum entre ações cicloativistas do Brasil e do Equador. Esse tipo de ação e os significados que ela suscita demonstram que no ciclismo e, em especial no

²⁰⁹ A diversidade e a resistência dos povos na cultura andina são representadas pela bandeira *Whipala* que, por sua vez, é formada por 49 quadrados coloridos com as sete cores do arco-íris. Cada cor trazendo um significado diferente: o vermelho significa a terra; o laranja representa a sociedade e a cultura; o amarelo, por sua vez, traz a força, a moral e a energia; o branco representa o tempo e o desenvolvimento; o verde significa as riquezas naturais andinas e a economia; o azul é o espaço cósmico composto pelo sistema estelar e os fenômenos naturais; por fim, o violeta que representa a política e a ideologia comunitárias do povo andino. Informações retiradas do endereço: <https://uniaodeciclistas.org.br/geral/porque-falar-de-genero-e-bicicleta-do-brasil-ao-forum-mundial-da-bicicleta-no-equador/>.

²¹⁰ Informações retiradas do endereço: <https://uniaodeciclistas.org.br/geral/porque-falar-de-genero-e-bicicleta-do-brasil-ao-forum-mundial-da-bicicleta-no-equador/>.

cicloativismo, “a cultura não se opõe ao foco na infraestrutura; pelo contrário, o enriquece, vinculando o material e o simbólico e chamando a atenção para as maneiras pelas quais a cultura molda o impacto das intervenções políticas” (ALDRED & JUNGnickel, 2014, p. 79, tradução nossa).

Figura 64 - Cerimônia de abertura com referências e agradecimentos à *Pachamama*



Fonte: Site da UCB | Foto: Vivian Garelli

A centralidade feminina deu-se desde o início, logo na cerimônia de abertura, quando as mulheres participantes do Fórum Latino Americano de Mulheres, ocorrido dias antes do FMB 8, através de um protesto, convocaram as outras mulheres presentes na mesa de abertura a participarem *I Encuentro Interseccional de Mujeres y Disidencias del FMB*.

Durante esse encontro, cicloativistas de várias partes da América Latina vivenciaram diversas experiências de acolhimento, aprendizagens e muita colaboração. Foram realizadas várias atividades que estimulavam o compartilhamento de vivências, o incentivo ao protagonismo de mulheres e a construção de um ativismo coletivo agregando toda a diversidade feminina presente, com suas realidades e origens específicas.

Ainda no encontro, após reunirem-se em assembleia restrita ao público feminino, acabaram por receber denúncias de assédio de algumas mulheres presentes no fórum, fato que fez com que a organização do evento FMB 8 determinasse a exclusão dos acusados como forma de garantir a segurança das cicloativistas.

Figura 65 - Reunião Pré-FMB da Rede de Mulheres Latinoamericanas; quadro de propostas sobre Interseccionalidades; Materiais à venda; roda de atividades compartilhadas



Fonte: Site da UCB | Foto: Vivian Garelli

A partir desse fato, as participantes decidiram se reunir para discutir sobre essas questões a fim de se fortalecerem e pensarem em ações com o intuito de combater as violências sofridas nos espaços públicos, privados e institucionais. Foi então que resolveram criar uma comissão permanente para tratar o assunto, a *Comisión de mujeres y disidencias*. Nesta reunião decidiram acrescentar algumas contribuições à um manifesto criado por cicloativistas peruanas no FMB 7, ocorrido em Lima no ano de 2017, e se manifestarem novamente, dessa vez na assembleia geral no último dia do FMB 8, transmitida ao vivo pela página do evento no *Facebook*.

No manifesto²¹¹, lido por uma das cicloativistas equatorianas presente, foram reforçados os pedidos e ações já inseridos anteriormente pelas peruanas, que diziam respeito a questões como a construção de espaços seguros, a inclusão, a interseccionalidade e o combate à violência de gênero, além da complementação com outras reivindicações que foram sendo discutidas por elas ao longo do último ano e que deveriam constar dentro de estatutos também propostos em fóruns anteriores por elas, com o intuito de avançar numa boa convivência

²¹¹ As propostas, na íntegra, contidas no manifesto, podem ser verificadas nos anexos desta pesquisa.

baseada na equidade de gênero nos eventos do FMB, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais orgânica, equitativa, horizontal, justa e sustentável.

Figura 66 – Protesto durante mesa de abertura FMB8



Fonte: Site da UCB | Foto: Vivian Garelli

Figura 67 - Mulheres participantes do FM8



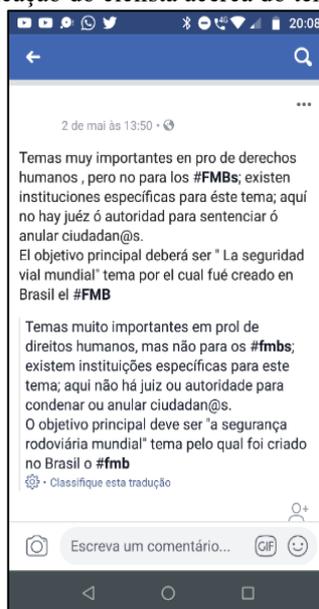
Fonte: Site da UCB | Foto: Vivian Garelli

Após a leitura do manifesto, alguns homens presentes na assembleia criticaram as ações propostas e questionaram a necessidade de abordar temas referentes à situação das mulheres, já que o evento era sobre ciclismo e, portanto, o foco era somente a bicicleta. Este fato foi prontamente rebatido por outra ciclotivista:

Primeiro companheiro, que pensar sobre a bicicleta, não quer dizer que não temos que pensar sobre as pessoas que usam a bicicleta ou que fatores como a raça e o gênero e tudo o que cruza as experiências dessas pessoas não são motivos para a discriminação e eu digo isso como uma mulher e que fez parte da Comissão. É precisamente pensando em todas as mulheres que foram denunciadas àqueles que as acusaram de focos mentirosas que não devemos acreditar. Porque deixe-me dizer-lhe que nós nos amamos e não confiamos na justiça porque a justiça já provou que não acredita em nós. Eu gostaria que você fosse ver na acusação ou no sistema judicial, as várias coisas que acontecem e não são punidas e gostaria de dizer que uma das pessoas que foram proibidas [de estar na assembleia] encontra-se aqui nesta sala e nós não nos sentimos seguras de que ele esteja aqui, ele não tem que entrar aqui. E eu quero visibilizar uma outra coisa que se encontra no processo. Ele falou e assumiu a responsabilidade, temos uma gravação em que ele assume a responsabilidade sobre este fato e agora se sinta como se fosse inocente e não é, então não podemos, não vamos permitir, pelo menos eu não vou deixar que nossas lutas que temos travado há anos, historicamente lutando para não nos matarem, não nos violentarem, sejam usadas como plataforma política ou qualquer outro tipo de coisa. É o que eu queria dizer parceiro (tradução nossa).

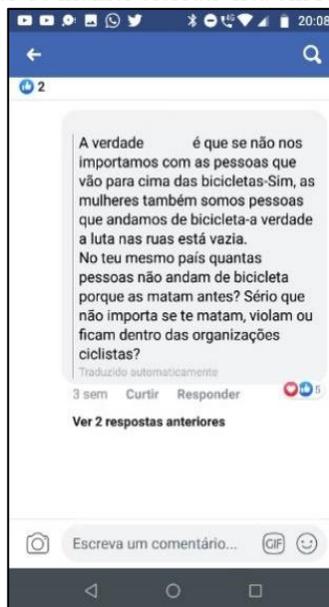
Houve outros pronunciamentos após a fala desta ciclotivista e, por fim, gritos e vaias de “fora, fora, fora” das mulheres presentes, que foram dirigidas a um dos homens acusados que estava presente na assembleia, mesmo após a determinação de sua exclusão do evento por parte da organização. O conflito também foi alvo de discussões nas redes sociais digitais, entre as pessoas que acompanhavam o evento pelo vídeo do *Facebook*. Um ciclista postou nas suas redes o vídeo da assembleia acompanhado da seguinte mensagem tecendo críticas a abordagem de gênero nos fóruns mundiais da bicicleta:

Figura 68 – Publicação do ciclista acerca do tema gênero no FMB



Fonte: Facebook FMB

Esse depoimento foi prontamente respondido por uma cicloativista que estava a acompanhar a discussão:

Figura 69 – Publicação de mulher cicloativista em resposta ao *post* anterior

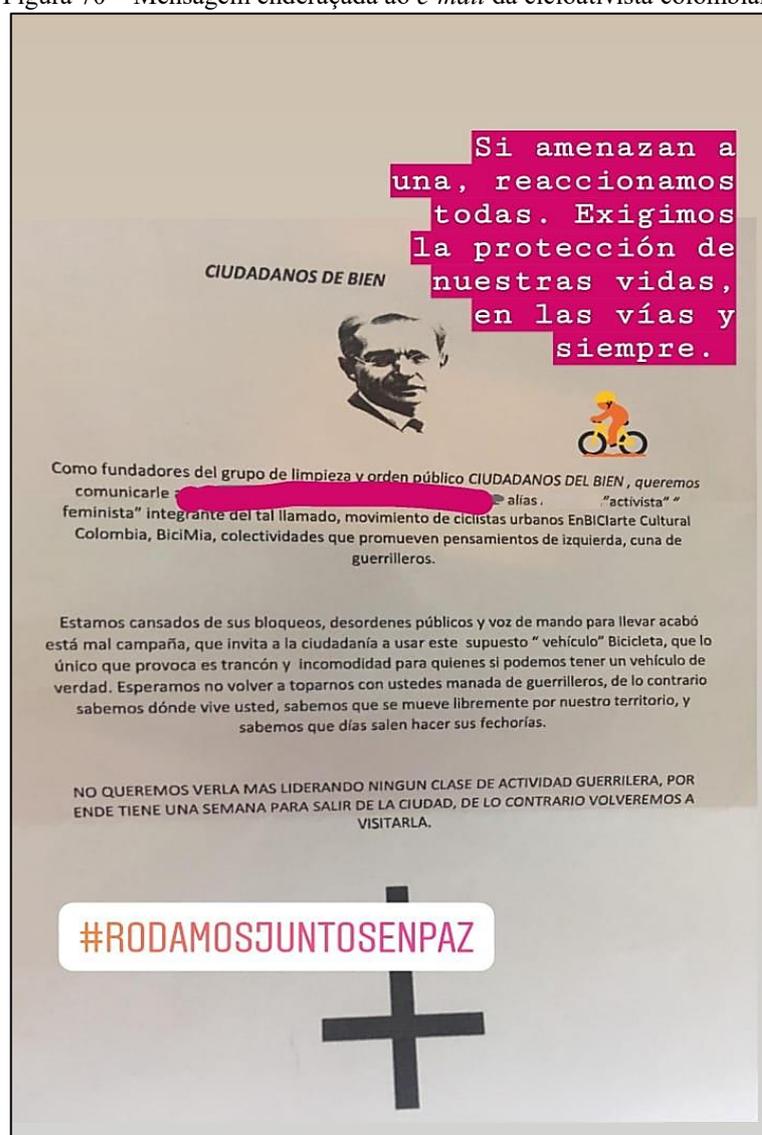
Fonte: Facebook FMB

Aqui fica mais do que evidente o quanto as cicloativistas enfrentam violências diversas dentro do próprio movimento cicloativista, algo que não é uma experiência isolada no movimento cicloativista brasileiro, mas também vivenciado muito fortemente em outros países latino-americanos. A UCB também manifestou seu desacordo com relação não só ao acontecido com as cicloativistas, como também a outras medidas cometidas pela comissão do

FMB 8, através de uma *Carta Aberta Sobre o Fórum Mundial de Bicicleta e Sobre a Assembleia Geral do 8 Fórum Mundial da Bicicleta*²¹².

Além disso, com o cenário político de extrema direita que vêm se espalhando por vários países, responsável por disseminar uma forte onda reacionária aos direitos que as minorias vêm conquistando ao longo dos últimos anos, as cicloativistas também tem sido alvo de ataques e protagonizado alguns ativismos recentes. Exemplo disso é o fato vivenciado por uma cicloativista colombiana poucos dias depois do caso ocorrido no FMB 8. Pois bem, no dia 21 de maio de 2019, esta cicloativista recebeu um *e-mail* com uma mensagem dirigida a ela em tom de profunda ameaça, tendo como remetentes os “fundadores do grupo de limpeza e ordem pública ‘cidadãos de bem’”:

Figura 70 – Mensagem endereçada ao *e-mail* da cicloativista colombiana



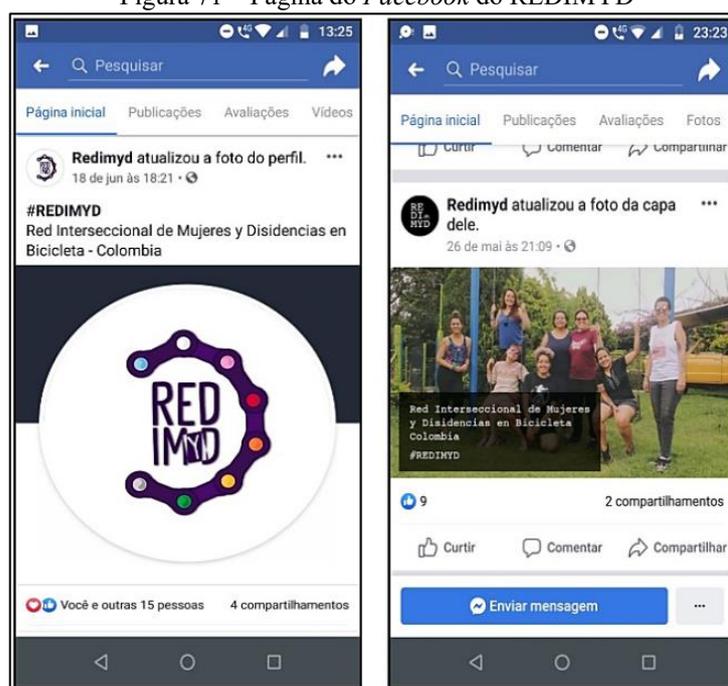
Fonte: Imagem divulgada no *Twitter*

²¹² A carta aberta encontra-se disponível nos anexos desta pesquisa.

Esta mensagem foi divulgada em muitas páginas das redes sociais digitais de grupos e associações cicloativistas de diversas regiões da Colômbia e imediações e, nesse primeiro momento, com todo o cuidado para não expor a identidade da cicloativista ameaçada, fato que também explica a tarja vermelha em cima do nome da cicloativista na imagem da mensagem ameaçadora que foi compartilhada nas redes digitais, conforme podemos observar.

A partir de então, foram organizados protestos em várias cidades latino americanas, como por exemplo em Quito, Paipa, Cali, Bogotá, Barranquilla e Medellín, através da criação de eventos no *Facebook*, além da “subida” das *hashtags* #RodamosJuntasEnPaz, #NoEstasSola e #SiTocanAUnaRespondemosTodas no *Twitter*, em países como Argentina e Brasil, no mesmo horário que nas cidades Colombianas. A rede de cicloativistas latinoamericanas, que já estava articulada, também acabou por ganhar uma página no *Facebook* intitulada *Redimyd (Red Interseccional de Mujeres y Disidencias en Bicicleta Colombia)*.

Figura 71 – Página do *Facebook* do REDIMYD



Fonte: *Facebook REDIMYD*

Nesta página foram publicadas notas de repúdio às ameaças e em apoio à cicloativista colombiana. Uma das notas foi divulgada em três idiomas, a saber, espanhol, português e inglês, a partir de tradução feita com colaboração da própria rede de cicloativistas da América Latina. Seguem abaixo duas imagens de mensagens divulgadas por elas.

A primeira imagem refere-se a um comunicado acerca do ocorrido com a colombiana, reivindicando um posicionamento dos órgãos públicos a respeito do caso; a

segunda imagem trata-se de uma outra nota também em relação ao caso e divulgada em outros idiomas, conforme segue abaixo em sua tradução para o português feita por uma das cicloativistas brasileiras, integrante da rede:

Figura 72 – Nota das latinoamericanas em repúdio à ameaça dirigida à cicloativista colombiana

Colombia, Mayo 23 de 2019

COMUNICADO
a la Ciudadanía y Autoridades Locales (Cali) y Nacionales
#VivirSinViolencia

Como ciudadanas, como mujeres y disidencias, pero especialmente como **personas libres** y empoderadas, que tenemos la plena convicción de actuar como agentes de cambio en la sociedad al utilizar la **bicicleta**, no solo como un medio para la movilidad sostenible sino como herramienta para la **transformación social y la construcción de paz**, hacemos un llamado a toda la ciudadanía, a personas y organizaciones que de alguna manera se sienten partícipes de este proceso; a las autoridades locales, departamentales y nacionales, a que actuemos ante esta ola de violencia que crece de forma constante y que vivimos a diario en nuestro territorio. Cada día vemos con impotencia como las vías se han convertido en un campo de batalla, de conflicto continuo, en el que la vida de toda la ciudadanía se encuentra en riesgo, sin importar su papel o procedencia; y ahora vemos que estos conflictos trascienden de la vía hasta nuestra puerta.

El pasado martes 21 de mayo la violencia tocó a una de las nuestras, una compañera activista y feminista de Cali, [REDACTED] a quien mediante un panfeto atribuido al grupo de limpieza y orden público autodenominado **Ciudadanos del Bien**, le amedrentan y exigen abandonar su ciudad. Este acto es, sin duda, una clara vulneración al ejercicio pleno de nuestros derechos, como lo son el derecho a la vida, a la libertad, a la reunión y asociación pacífica, a la seguridad personal, a la libre circulación, a la libertad de pensamiento, opinión y expresión, y a formar parte de la vida cultural de la comunidad. Así que, **nadie ni nada** puede arrebatar o suprimir nuestros **derechos y libertades**, proclamadas en los DDHH.

Con desconcierto y tristeza vemos el retroceso en la consolidación de la paz en nuestro país. No obstante, dichas vulneraciones que nos hacen cada vez más conscientes del miedo que retorna a nuestras comunidades, son a su vez un despertar que nos invita a unirnos como mujeres, disidencias, feministas y activistas a rechazar de manera contundente, a múltiples voces y desde distintos territorios, cualquier tipo de violencia, del que estamos siendo víctimas de manera cotidiana, particularmente las mujeres y disidencias, quienes hemos soportado el conflicto armado en nuestros cuerpos. Aún así, seguimos convencidas que debemos continuar nuestro activismo al ritmo del pedal en nuestros caballitos de acero. Tenemos la certeza y la convicción de que estos actos de violencia deben fortalecernos y unirnos como nación, con acciones colectivas y conjuntas para tejer territorios donde quepan todas las personas. Porque somos una gran red que se teje a diario, desde la sororidad, la otredad, la empatía y el cuidado mutuo; como ciudadanía comprometida con la defensa y garantía de derechos fundamentales, por estos días esquivos a nuestra sociedad.

Reconocemos que para motivar la resolución de conflictos debemos dialogar, vemos como iguales y actuar conjuntamente, para así poder construir colaborativamente esos territorios en los que soñamos vivir. Es de tal manera, que la gestión pública, tanto de la administración como de toda la ciudadanía, para evitar esta ola de violencia que arrebató la vida de las nuestras, y de cualquier persona, debe convertirse en un compromiso, una premisa para forjar territorios en paz. En este sentido invitamos a todas las personas, cualquiera que sea la forma en que prefieran moverse y transportarse por el territorio, a cuidar de les ciclistas en la vía, y exigimos a las autoridades locales, al presidente de la República Iván Duque, al Alcalde de Santiago de Cali Maurice Armitage, a las organizaciones de Derechos Humanos y a todas las entidades que compete, **que den garantías mínimas para proteger la vida libre de nuestra compañera [REDACTED], así como investigar el origen de estas injustificables amenazas**, garantizando que ni este acto de violencia, ni cualquier otro, quede impune o se vuelva a repetir.

Toda la ciudadanía está invitada a reconocernos como iguales en la vía, insistimos que si se **#ComparteLaVía** se **#RespetaLaVida**. La bicicleta es un vehículo que transforma, que hace nuestro aire más limpio, que permite ser libre en toda su expresión, además de ser un actor vial cobijado por la Ley 1811 de 21 de octubre de 2016 y el Código Nacional de Tránsito. **En cada bici va una vida**, no somos estorbo, no somos trancón **¡Somos el cambio, la revolución al pedal!**

Red Interseccional de Mujeres y Disidencias en Bicicleta - REDIMYD
#REDIMYD
#TejiendoRedesTejemosTerritorios
#RodamosJuntasEnPaz
#VivirSinViolencia
#NoEstásSola
#SiTocanAUnaRespondemosTodas
#YoTambiénSoy[REDACTED]

Fonte: Facebook Redymid

Figura 73 – Nota em português divulgada pelas latinoamericanas acerca da ameaça sofrida pela cicloativista colombiana

Se tocam uma, respondemos todas

EM DEFESA DO DIREITO À VIDA LIVRE DE VOLÊNCIAS

As mulheres, homens e dissidências, assim como os coletivos de ciclistas e pessoas que promovem os meios de transporte e a mobilidade sustentável em toda América Latina, rechaçam todo tipo de violência e de maneira contundente os atos de intimidação contra nossa companheira ativista [REDACTED] assim como de qualquer ciclista.

Terça-feira passada, 21 de maio, nossa companheira recebeu uma ameaça daqueles que se autodenominam "grupo de limpeza social e ordem pública, Ciudadãos de Bem", que, além de apontá-la como uma "guerrilheira", por sua luta feminista e a favor dos direitos daqueles que escolhem a bicicleta como veículo e instrumento de mudança social, exigem que ela deixe a cidade de Cali, Colômbia, no prazo de uma semana. Trata-se de uma situação ameaçadora que vai contra os direitos humanos de todas e todos cidadãs e cidadãos da América Latina, uma situação inadmissível, em nenhum país da região.

É de nosso conhecimento que, em épocas recentes, a Colômbia viu regressar as ameaças, a intimidação, a violência e o assédio como mecanismo de assédio contra a sociedade civil e, em particular, contra ativistas e líderes sociais. Vemos com preocupação o retrocesso dos esforços a favor da paz no país e como organização latinoamericana rechaçamos categoricamente os atos de grupos como "Cidadãos de Bem". Dessa forma, manifestamos nosso incondicional respaldo a [REDACTED] e demais líderes sociais que trabalham no território colombiano. Porque se agridem a um, nos agridem a todes e nosso movimento é tão amplo, tão representado e unido, que estamos juntos em todo momento.

Nesse contexto, pedimos e demandamos as autoridades locais, Iván Duque, Presidente da República da Colômbia; Maurice Armitage, Alcade da cidade de Cali; à Defensoria do Povo e ao Ministério Público colombiano, assim como aos organismos defensores dos Direitos Humanos a nível nacional e internacional, a levar a sério esse tipo de ameaça, assim como tomar todas as ações legais e pertinentes, para a proteção da vida e da integridade de nossa companheira e de todas as mulheres, ativistas e líderes sociais da Colômbia.

Ademais, exigimos que se investigue a origem destas perigosas e injustificáveis ameaças, de maneira que esses atos de violência não permaneçam impunes e não voltem a se repetir.

Red Latinoamericana de Mujeres en Bicicleta
 #RodamosJuntasEnPaz
 #NoEstásSola
 #SiTocanAUnaRespondemosTodas

Fonte: Facebook Redymid

Na página também foi divulgado um cartaz a fim de estimular mulheres vítimas de violência a denunciar agressores:

Figura 74 – Cartaz de divulgado para estimular vítimas de violência a denunciarem seus agressores



Fonte: Facebook Redymid

Como se pode observar nas imagens, outras *hashtags* foram acrescentadas aos protestos. Podemos chamar atenção para duas: *#TejiendoRedesTejemosTerritorios* e *#YoTambiénSoy(...)*, que explicitam o sentido de estar em coletivo, uma espécie de “ser uma e todas ao mesmo tempo” e “tecer redes”, o que evidencia o intuito que as cicloativistas tem em sempre ampliar seu ativismo, estendendo o seu alcance para outros territórios, criando uma rede transnacional da cena cicloativista feminista. Esse fenômeno das *hashtags* evidencia um padrão comum seguido pelos atuais movimentos sociais: a presença da internet como uma das ferramentas de conexão entre os vários agentes. Portanto, “embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet” (CASTELLS, 2017, p. 192).

É na internet, através das redes sociais digitais, no espaço online, que os eventos locais, translocais, transnacionais ou virtuais são criados e, posteriormente, executados no espaço urbano, no âmbito *offline*, como foi o caso em todos os eventos aqui relatados. Eles também são transmitidos em tempo real, através das *lives*, através de vídeos gravados ao vivo nos eventos e publicados nas páginas virtuais dos eventos, fator inclusive, que contribuiu para o acompanhamento do Fórum Mundial da Bicicleta de 2018, por exemplo, por muitos

telespectadores que não puderam ir ao evento pessoalmente. Portanto, movimentos sociais como o cicloativismo, “são conectados em rede de múltiplas formas” (CASTELLS, 2017, p. 192), seja virtualmente, seja no espaço físico das ruas, instituições e outras localidades.

Dentro desses espaços diversos, lutas são travadas entre o campo institucional e o subcampo alternativo, resultando em um espaço de autonomia que surge a partir do desafio à ordem institucional imposta, conforme veremos a seguir.

3.3 O Campo Institucional e o Subcampo Alternativo no Contexto Cicloativista

Podemos observar, com a explanação dos casos acima relatados, tanto do Brasil como da América Latina no geral, que dois campos, cada um com um *habitus* específico, estão em jogo aqui, o institucional e o alternativo. O primeiro, representado pelas associações e instituições com CNPJ, além de organizações de eventos, responsáveis por reger o movimento cicloativista a partir de algumas diretrizes e princípios, portanto através de uma *doxa* e de um *habitus*. Estes, por sua vez, de início, são aceitos e legitimados por todos os grupos (incluem-se aqui os grupos de mulheres) que compõem esse campo institucional e que seguem as regras do jogo. O *habitus* sendo entendido aqui como

Produto da incorporação de uma estrutura social sob a forma de uma disposição quase natural, frequentemente dotada de todas as aparências do que é inato (...) a energia potencial, a força dormente, de onde a violência simbólica, em particular aquela exercida pelos performáticos, extrai sua misteriosa eficácia (BOURDIEU, 2001, p. 205).

É através dessa *doxa* que o campo institucional exerce sua autoridade, uma dominação que, algumas vezes, reveste-se de violência simbólica, sutil, valendo-se muitas vezes do seu poder de influência, amparado em leis e estatutos, tudo até então amplamente discutido e divulgado democraticamente, sendo apoiado por todos. E, outras vezes, impondo uma violência simbólica, não necessariamente apoiando-se na *doxa*, como os casos de assédio e agressão cometidos por membros do próprio movimento.

Por outro lado, todo campo, enquanto espaço social, também pode ser dividido em subcampos, regiões menores que possuem comportamentos semelhantes aos campos. A relação entre campos e subcampos se dá, através de lutas sociais, na busca por alterar a estrutura hierárquica e as posições estabelecidas dentro do campo. Seguindo essa lógica, o campo institucional também é composto por grupos que, apesar de fazerem parte deste, assumiram um *habitus* um pouco diferente à medida que foram construindo seus corpos políticos feministas, através dos grupos exclusivos de mulheres ou dos GTs Gênero das associações mistas, construindo o que chamamos de subcampo alternativo, este formado por algumas mulheres

cicloativistas. O subcampo alternativo é uma esfera interna ao institucional, mas que, por vezes, faz oposição às ações de membros dessas instituições, sempre que percebem a sua liberdade e os seus direitos serem ameaçados. Aqui no subcampo alternativo, há uma desnaturalização da *doxa* institucional através do surgimento de uma *doxa* alternativa. Cada um, à sua maneira, campo institucional e subcampo alternativo, juntos compõem a cena cicloativista contemporânea, através das lutas e dos acordos engendrados entre eles.

Todo indivíduo, agente ou grupo para subsistir, seja na sociedade ou na cena cicloativista, participa de jogos que lhes impõem alguns sacrifícios e, dentro desses jogos, são reféns de estruturas profundas que se inscrevem em seus corpos, através de ações e pensamentos, organizando as práticas e as representações sociais, por meio do *habitus*. É a incorporação desse *habitus* gerador, que varia no tempo e no espaço, que faz com que os agentes pensem e ajam segundo a lógica do campo ao qual fazem parte e da posição que ocupam dentro dele. Portanto, as distinções entre os campos são operadas pelos *habitus* que compartilham, estruturas que são diferenciadas e diferenciantes (BOURDIEU, 1996). O *habitus*, enquanto instância individual e coletiva, carrega consigo o princípio que gera e une a coletividade, retraduzindo as características e os valores que compõem a posição e o estilo de vida compartilhado por cada grupo, sendo estas, portanto, as afinidades do *habitus* partilhado (BOURDIEU, 2005).

Quando um *habitus* revestido pela *doxa*, vale-se de um poder amparado por leis e regras estabelecidas, de caráter institucional, para agir de determinada maneira reproduzindo estruturas do sistema patriarcal, como os casos de assédio e agressão cometidos e explanados aqui, este vai de encontro ao *habitus* feminista compartilhado pelo subcampo alternativo, passando a ser questionado pelos grupos de mulheres cicloativistas feministas.

Temos aqui, portanto, um campo institucional, que busca sempre ancorar-se em valores democráticos, mas que também acaba por tornar-se refém de um sistema estrutural patriarcal que se capilariza por dentro todos os espaços sociais, terminando por reproduzi-lo. E, do outro lado da arena, grupos cicloativistas de mulheres que, revestidos por um *habitus* de ativismo feminista, lutam pelo fim de tal violência, instaurando novos modos de pensar e de lidar com práticas sexistas, racistas, misóginas, classistas, etc.

O embate se dá pela não aceitação da violência imposta, comportamentos que, revestidos por um poder simbólico amparado por normas, subjagam uns enquanto conservam a dominação de outros. O campo institucional, imbuído pela *doxa* e, portanto enquanto detentor da violência simbólica, acha-se no direito de assediar sem medo de represálias, fato este que, por outro lado, é prontamente repudiado e questionado pelo subcampo alternativo, já imbuído por um *habitus* de ativismo feminista. A disputa pelo lugar de fala se instaura e, dá-se início o conflito.

Todo campo vivencia o conflito entre dominantes e dominados, entre os que detém o monopólio do capital específico do campo, por meio da violência simbólica, revestida de autoridade, contra os que são subjugados e lutam pelo poder de fala dentro do campo (BOURDIEU, 1984). A violência simbólica, longe de ser um efeito diretamente relacionado ao conflito aberto entre dominantes e dominados, é antes resultado de várias ações complexas e infraconscientes, de cada agente e instituição dominante sobre os dominados. Essas ações, aqui representadas pela violência do campo institucional e pelo ativismo feminista do subcampo alternativo, respectivamente, são exercidas através da *illusion*, uma espécie de encantamento que possibilita a adesão dos agentes à *doxa* estabelecida por cada campo, seja esta uma *doxa* institucional ou alternativa (BOURDIEU, 2001).

As pautas ligadas às questões interseccionais de gênero, raça e classe, passam a evidenciar-se. Quando a bicicleta tem essa missão de ser um transporte que preza pela equidade em todas as camadas da sociedade, incluindo toda a diversidade social, soa contraditório para os adeptos da cena cicloativista, quando dentro do próprio movimento instaurem-se violências diversas, explicitando diferenças e ressaltando desigualdades sociais. Isso, inclusive, conforme já vimos, foi uma das motivações para o surgimento de coletivos exclusivamente femininos dentro do movimento cicloativista contemporâneo, principalmente, quando as pautas das mulheres não eram discutidas ou colocadas em segundo plano nas associações mistas. Entretanto, há que se ressaltar que, enquanto cena inclusa num espaço social maior, o cicloativismo sofre diversas influências externas, seja de fatores culturais, econômicos, políticos, etc. e, portanto, é perfeitamente compreensível, mesmo que nunca aceitável que, por vezes, reproduza as mesmas normas sociais compartilhadas pela sociedade, como é o caso de valores compartilhados pelo sistema alicerçado no patriarcado, fato que repercutiu nos casos de assédio e racismo.

O subcampo alternativo se vê diante de um paradoxo: ao mesmo tempo que precisa do campo institucional, seja pela visibilidade ou para a própria entrada em cena, também se vê contrário às ações de agentes, representantes do campo institucional que, imbuídos pelo poder imposto através da *doxa*, operam violências na cena cicloativista. A disputa dentro da cena cicloativista se dá através dos interesses que são postos em jogo por ambos os lados, cada um revestido de um capital específico. Ambos os campos fazem uso de estratégias para conservar ou adquirir posições. O campo institucional luta para manter sua posição, enquanto o alternativo busca subverter a ordem dominante no campo, pressionando as lideranças maiores do campo institucional, aqui representadas pelas organizadoras dos eventos nacionais e internacionais, a acolherem suas reivindicações e denúncias contra agentes pertencentes ao próprio campo institucional.

Essa dinâmica de disputa e de dominação para manter ou subverter as estruturas sociais é o que vai movimentar os campos, transformando-os, dando margem para o surgimento de novos campos, extinção de outros ou ainda a manutenção de alguns. Os campos não são estruturas fixas e como tais, são produtos da história de suas lutas. O que determina sua conservação ou transformação são as ações dos indivíduos e grupos que os compõem e que, portanto, os caracteriza como espaços relacionais. Ou seja, o campo caracteriza-se pelas relações estabelecidas entre os participantes a partir das lutas internas e estratégias utilizadas, sejam estas de caráter defensivo ou por subversão, mas também por pressões externas.

Dentro desse contexto de lutas, abre-se um espaço de autonomia, um espaço onde é possível a criação de algo novo, onde a lógica imposta é subvertida. Um exemplo disso, foi a luta desencadeada pelo subcampo alternativo que resultou na expulsão do integrante de alto escalão de uma associação de ciclistas de São Paulo pela UCB, organizadora do *Bicicultura*, ou da exclusão de agressores pela organização do Fórum Mundial da Bicicleta. Nesse momento, é instituída uma outra norma, uma *doxa* alternativa, aquela que não permite a violência de gênero nem o racismo, ao lado de outras conquistas já engendradas, como a paridade de gênero nas instituições e associações e a inclusão das pautas interseccionais de gênero, através dos GTs Gênero ou da formação de grupos exclusivos de mulheres, também reconhecidos institucionalmente. O *habitus* de ativismo político feminista, que possibilitou a formação dos corpos políticos, institui uma nova visão de mundo dentro do campo institucional, modificando, portanto, a estrutura social anterior, nem que seja, em parte.

Notas Finais

Este capítulo teve como proposta demonstrar, através de uma visão macro, como o cicloativismo, por vezes, reflete desigualdades sociais e estruturas racistas e misóginas mais amplas, que aparecem nas disputas de poder dentro das instituições, nos diversos eventos, bem como nos modos em que diferentes grupos de mulheres praticam o *cibercicloativismo*.

A partir da observação de alguns episódios ocorridos nos eventos nacionais e internacionais de cicloativismo e, tomando como norte a *teoria dos campos* de Bourdieu, é possível percebermos de forma mais ampla como se dá a reprodução das diversas violências que acometem as mulheres cicloativistas nas ruas, também dentro das instituições do próprio movimento e na dinâmica que se reflete nas redes sociais digitais dos respectivos grupos virtuais referentes à essas instituições. O campo institucional, aqui representado pelas organizações dos grandes eventos, como *Bicicultura* e o *Fórum Mundial da Bicicleta*, mesmo apoiando-se em valores democráticos, reproduz violências e, por outro lado, grupos de mulheres cicloativistas

fazem frente a tais episódios de violência, criando uma espécie de subcampo alternativo dentro do movimento, como é o caso do *100Gurias100Medo* e do *I Encontro Interseccional de Mulheres e Dissidências*. Ou seja, ao mesmo tempo em que esses grupos de mulheres estão inseridos dentro do campo institucional também formam uma oposição, uma alternativa outra para o movimento, onde as opressões baseadas no gênero, na classe, na raça, etc, são combatidas.

O combate se dá por meio de diversas ações de conscientização feminista e de luta contra as estruturas patriarcais de poder no interior das instituições, seja através de atividades e intervenções realizadas durante os eventos ou na própria dinâmica de relacionamento nos grupos virtuais. Os diferentes grupos de mulheres que não possam, por algum motivo, fazerem-se presentes nos eventos, formam o subcampo alternativo, por sua vez, através do que chamamos de *cibercicloativismo* participando, em tempo real, através das redes sociais digitais, respondendo às críticas machistas, atuando virtualmente no combate as opressões de raça, classe e gênero também no campo virtual.

O intuito, portanto, foi demonstrar como, a nível translocal e transnacional, atua o movimento cicloativista feminista na luta contra as estruturas patriarcais de poder presentes na sociedade em geral e, conseqüentemente, também dentro do próprio seio das instituições às quais faz parte.

CAPÍTULO 4 – OUTRAS CONEXÕES DA CENA CICLOATIVISTA FEMINISTA CONTEMPORÂNEA

A cena cicloativista feminista contemporânea se expande vertiginosamente pelo mundo. Isso é resultado não só do ápice da era digital, como também devido a outros aspectos relevantes, que devem ser considerados, quando da análise dessas conexões cicloativistas a nível transnacional. Alguns desses aspectos são os enfrentamentos às violências, aos assédios, aos julgamentos morais, opressões diversas vivenciadas nas ruas que assumem variados contornos a depender do lugar em que essas mulheres se encontram, seja do Brasil à Arábia Saudita, dos Estados Unidos à África. Tanto essas experiências de opressão quanto as lutas que surgem a partir delas são situações em comum compartilhadas, independentemente da localização geográfica, da cultura ou da temporalidade.

Dentro desse contexto, existe algo que move essas relações e permite esse elo entre realidades tão divergentes: a bicicleta como conectora nessa luta pela transformação das opressões em ativismo e, a conseqüente rede de sororidade que forma-se a partir de então. Assim sendo, a cena cicloativista feminista age em moldes de um movimento simultaneamente local e global, seja pelas opressões compartilhadas, seja pela difusão cada vez mais intensa do ativismo em redes digitais. Suas ações

Começam em contextos específicos, por motivos próprios [conforme vimos nas cenas locais], constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização (CASTELLS, 2017, p. 193).

A cena é desencadeada pela indignação diante de eventos específicos relacionados com o contexto cultural, social, político de cada localidade, mas rapidamente tornam-se *virais* (CASTELLS, 2017), principalmente através da difusão de *hashtags* ou mesmo através de informações divulgadas na mídia, tendo um alcance global. “Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança” (CASTELLS, 2017, p. 194).

As situações de violências, resistências e sororidades, advindas de lutas que comungam um mesmo significado apesar de se darem em contextos completamente diversos, é o que possibilita esse compartilhamento de vivências entre as cicloativistas, unindo-as e conectando-as, independentemente que se conheçam ou não. “O que une experiências diversas e muitas vezes desconectadas é sua posição compartilhada de luta. A conexão não vem através da semelhança, mas através das diversas lutas em que participamos” (COX, 2015, p. 30). Ou

seja, “a diferença é o contexto autêntico para a interdependência” (COPELAND, 1996, p. 147 *apud* COX, 2015, p. 30).

As diversas culturas, experiências e identidades presentes na cena cicloativista feminista possibilitam a exploração de uma ampla gama de possibilidades quando da verificação das diversas conexões possíveis em espaços onde, num olhar apressado, só se observam diferenças como obstáculos à união. Chantal Mouffe (1995) demonstra como as lutas feministas são movimentos que precisam ser analisados a partir de experiências culturais diversas:

A política feminista deve ser entendida não como uma política separada destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas sim como uma busca de metas feministas e visando uma articulação mais ampla das demandas dentro do contexto. Essas metas e objetivos devem consistir na transformação de todos os discursos, práticas e relações sociais em que a categoria “mulher” é construída de forma a implicar a subordinação. O feminismo, para mim, é a luta pela igualdade das mulheres. Mas isso não deve ser entendido como uma luta por perceber a igualdade de um grupo empiricamente definível com uma essência e identidade comuns, “as mulheres”, mas sim como uma luta contra as múltiplas formas em que a categoria “mulher” é construída em subordinação (MOUFFE, 1995, 329 *apud* COX, 2015, p. 30).

A diversidade cultural onde a cena cicloativista feminista engendra-se e que aqui serão investigadas, compartilha lutas em comum que se desenrolam, praticamente, desde o surgimento da bicicleta e do início do seu uso pelas mulheres na Europa do século XIX²¹³. Na contemporaneidade, a principal de suas lutas continua sendo contra o patriarcado e pelo direito à cidade, livre de violências, tendo como principal meio de ação a bicicleta.

O patriarcado, enquanto sistema principal que impõe subordinação e outras violências às mulheres, age independente do contexto em que estejam inseridas. E remando contra essa maré, o cicloativismo feminista constrói-se como um movimento voltado para a mudança de valores sociais estruturais, atento à necessidade de difusão do seu ativismo globalmente, afinal “as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo” (CASTELLS, 2017, p. 199). O movimento ativista de mulheres sobre duas rodas, enquanto movimento social, tem essa missão de unir as cicloativistas em prol de uma mudança social e,

Em todos os casos, os movimentos sociais são muito políticos num sentido

²¹³ Para entender melhor o contexto de surgimento da bicicleta aliada as lutas feministas do século XIX, ver a pesquisa intitulada “As mulheres, a bicicleta e o direito à cidade: um estudo sobre o projeto ciclofeminista Pedalzinho das Minas” (2017), de minha autoria, disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48580>. Outro texto sobre o assunto é o “*Respectable Identities: New Zealand Nineteenth-Century New Women'-on Bicycles!*” de Clare Simpson, disponível no *The International Journal of the History of Sport* 18, no. 2 (2001): 54-77.

fundamental. (...) Projetam uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação. (...) As utopias tornam-se forças materiais ao se incorporar à mente das pessoas, ao inspirar seus sonhos, guiar suas ações e induzir suas reações. O que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2017, p. 198).

A mudança é iniciada por elas dentro e fora do movimento social, transformando as relações de poder responsáveis pela subordinação feminina, seja nas cenas locais, translocais ou transnacionais ao longo dos anos. As suas lutas conectam-se por meio desse objetivo principal, em culturas diversas e, são a essas conexões que o presente capítulo irá deter-se.

4.1 Nem Começo Nem Fim, Sempre Um Meio: Outros Ecos de um Cicloativismo Feminista

Tendo explorado mais a fundo a realidade do movimento cicloativista de mulheres no Brasil, encontramos alguns fios que tecem a conexão entre os aspectos que aproximam as experiências brasileiras e de outros países ao redor do mundo. Dentre estes, podemos citar a ascensão do ativismo em rede, que toma como base as plataformas digitais, através principalmente, do compartilhamento das famosas *hashtags*, tão amplamente utilizadas por vários movimentos feministas espalhados pelo mundo, para denunciar as mais diversas situações de violência que acometem mulheres. Enquanto fenômeno global, as campanhas das *hashtags* logo também tornaram-se um importante aporte para o cicloativismo difundir suas ideias e propagar suas denúncias, aproximando culturas diversas, de localidades distantes e com cenários variados.

É dentro desse contexto que insere-se a cena cicloativista feminista do Iêmen, tomando como mote a campanha *#BikeForYemen* na *internet*, lançada pela fotógrafa e cicloativista iemenita Bushra Al Fusail, residente da cidade de Sanaa. Nesta campanha, Bushra Al Fusail convocou as mulheres iemenitas a se unirem, pedalando em suas bicicletas, a fim de protestar nas ruas contra um bloqueio em andamento da coligação da Arábia Saudita ao porto do Iêmen, que tinha por objetivo limitar a entrada de alimentos e combustíveis no país. Além disso a manifestação tinha como objetivo lutar contra o sufocamento da liberdade e dos direitos das mulheres iemenitas²¹⁴.

²¹⁴ Todas as informações referentes ao cicloativismo de mulheres no Iêmen foram retiradas do site *OXFAM International*, estando disponíveis no seguinte endereço: <https://www.oxfam.org/en/yemen-women-get-their-bikes-their-rights>.

Figura 75 – Cicloativista *Bushra Al Fusail*

Fonte: *Instagram Bushra AlFusail*

Figura 76 – Cicloativistas iemenitas pedalando



Fonte: *Instagram Bushra AlFusail*

No dia da *bicicletada* convocada por Bushra, ela conta que apareceram catorze mulheres, dentre as quais quatro sabiam pedalar e o restante foi para dar apoio moral, o que nos leva a refletir sobre a que medida e por meio de quais mecanismos o fenômeno das *bike anjas*, tão ascendente e popular no Brasil, poderia alcançar o Iêmen ajudando na difusão da prática do ciclismo para essas mulheres. Entretanto, o fato é que, mesmo sem ter apoios como os das *bike anjas*, por exemplo, a Bushra teve essa iniciativa a partir da primeira crise de combustível do Iêmen, em 2011, antes da intensificação da guerra, momento em que as mulheres tinham conseguido avançar em alguns aspectos, pequenos mas bem importantes, como por exemplo, a criação de um projeto de constituição em que se incluíam uma série de artigos sobre os direitos das mulheres. Porém, com a guerra, voltaram à estaca zero e agora priorizavam outras pautas mais urgentes como a luta pela própria sobrevivência:

Para as mulheres que haviam alcançado alguns sucessos antes da guerra - mulheres que tinham empregos, que eram autossuficientes - a principal preocupação à medida que o conflito se intensificava tornou-se a sobrevivência para si e suas famílias, é como voltar a uma época passada, onde atender às necessidades básicas de suas famílias é um desafio diário. Não vamos, contudo, ceder. Continuaremos a encontrar mecanismos de enfrentamento! (relato da Bushra AlFusail)²¹⁵.

Durante o ato, apesar do número de cicloativistas presentes ter sido pequeno, as fotos das mulheres pedalando pela cidade e que foram espalhadas nas mídias digitais por si só já causaram um “reboiço” na sociedade. Muitos apoiadores da causa das mulheres retiraram seu apoio e, muitas pessoas, inclusive mulheres, escreveram comentários nas fotos xingando e

²¹⁵ Informação disponível em: <https://www.oxfam.org/en/yemen/bicycles-and-bombs>.

culpando as organizadoras por destruírem a cultura iemenita. Outras ainda acusavam as mulheres de não serem verdadeiras mulçumanas já que estavam importando valores ocidentais para o Iêmen. Bushra disse que também recebeu mensagens de forma direta afirmando que ela não era uma mulher “real”, pois mulheres não podem andar de bicicleta e ainda disseram que as mulheres que andam de bicicleta são piores do que a própria guerra. Entretanto, mesmo diante de toda essa “enxurrada” de críticas, Bushra acredita na sua luta e continua a desafiar as fortes estruturas de poder iemenitas: “Eu sei que os iemenitas vão lentamente aceitar isso. Queremos espalhar essa iniciativa para Taiz, Aden e outras cidades. Mas primeiro, a guerra tem que parar”.

Figura 77 – Cicloativista *Bushra Al Fusail* com sua *bike*



Fonte: *Instagram Bushra AlFusail*

Esses tipos de críticas e proibições a mulheres que pedalam é muito comum no Iêmen. Isso advém da própria cultura local, da ideia de que o ciclismo é algo eminentemente masculino, enquadrando mulheres que insistem em pedalar como “mulheres mal vistas” pela sociedade, experiências compartilhadas também entre cicloativistas de outros países de cultura oriental. Os variados obstáculos enfrentados por mulheres cicloativistas de diferentes regiões do mundo quando da realização do ato de pedalar, demonstram o quanto as experiências podem ser diferentes quanto aos obstáculos impostos ao ato de pedalar das mulheres a depender do contexto aonde vivem, assim como são vivenciadas violências diversas que, por sua vez, devem sempre ser entendidas à luz do cenário cultural em que estão inseridas. É através da observação

dessas diferentes maneiras e dificuldades de se vivenciar o cicloativismo feminino, seja no Iêmen ou no Brasil, que podemos verificar como essas mulheres se conectam, de alguma maneira, em torno de um objetivo em comum, resistindo a tais violências e obstáculos impostos, mesmo que estejam localizadas em contextos diferentes. Como bem explica Lila Abu-Lughod (2002),

Precisamos desenvolver (...) uma apreciação séria das diferenças entre as mulheres no mundo - como produtos de histórias diferentes, expressões de circunstâncias diferentes e manifestações de desejos estruturados de maneira diferente. Além disso, (...) em vez de procurar “salvar” os outros (com a superioridade que isso implica e as violações que isso acarreta), poderíamos pensar melhor em termos de (1) trabalhar com eles em situações que reconhecemos como sempre sujeitas a transformação histórica e (2) considerando nossas próprias responsabilidades maiores de lidar com as formas de injustiça global que são poderosas modeladoras dos mundos em que elas se encontram (p. 783, tradução nossa).

No Afeganistão, assim como no Iêmen, é considerado culturalmente obsceno o ato de mulheres pedalarem, sendo permitido a elas apenas trafegarem nas garupas das bicicletas de seus maridos, sentadas de lado e vestidas de *burkha*²¹⁶, roupa comumente utilizada por mulheres muçulmanas. No Afeganistão, desde muito antes da instalação do Taliban,

A burca era uma das muitas formas de cobertura no subcontinente e no sudoeste da Ásia que se desenvolveram como uma convenção para simbolizar a modéstia ou a respeitabilidade das mulheres. A burca, como algumas outras formas de “cobertura”, em muitos contextos, marcou a separação simbólica das esferas de homens e mulheres, como parte da associação geral de mulheres com família e lar, não com o espaço público onde estranhos se misturavam. Vinte anos atrás, a antropóloga Hanna Papanek (1982), que trabalhava no Paquistão, descreveu a burca como “isolamento portátil”. Ela observou que muitos viam isso como uma invenção libertadora porque permitia que as mulheres se mudassem de espaços segregados, enquanto ainda observam os requisitos morais básicos de separar e proteger as mulheres dos homens não relacionados. (...) Pensei nessas vestes envolventes como “casas móveis”, em todos os lugares, signos velados que pertencem a uma comunidade em particular e que participam de um modo de vida moral em que as famílias são fundamentais na organização das comunidades e o lar está associado com a santidade das mulheres (ABU-LUGHOD, 2002, p. 785, tradução nossa).

Essa organização fundamental em torno da família e da santidade das mulheres acaba por, conseqüentemente, excluir mulheres do ciclismo, mesmo que a bicicleta seja um meio de transporte bastante comum no Afeganistão. Entretanto, é dentro desse cenário, apontado como o pior lugar do mundo para mulheres viverem, se tomarmos como base fatores como a violência contra as mulheres, os precários cuidados médicos e a situação de extrema

²¹⁶ A burca, também chamada de chadri ou paranja na Ásia Central, é uma veste feminina que cobre todo o corpo, até o rosto e os olhos, porém nos olhos há uma rede para se poder enxergar. É usada pelas mulheres muçulmanas em alguns países islâmicos. Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Burca>.

pobreza²¹⁷, que algumas cicloativistas afegãs desafiam os tabus e as condições precárias e tentam se equilibrar sobre duas rodas, como o faz a *Equipe Nacional de Ciclismo Feminino do Afeganistão*, protagonistas de um filme intitulado *Afghan Cycles*, produzido por Shannon Galpin e divulgado em forma de reportagem pelo *National Geographic*²¹⁸.

Figura 78 – Equipe Nacional de Ciclismo Feminino do Afeganistão



Fonte: Documentário *Afghan Cycles*

No filme é retratado como jovens cicloativistas afegãs desafiam todos os tabus que lhes são impostos em nome da liberdade e na busca por um país mais justo e igualitário. Ao lado do ciclismo esportivo, jovens meninas afegãs também tentam se aventurar nas pedaladas, utilizando a bicicleta como principal meio de transporte em suas locomoções diárias, mesmo indo contra os ditames culturais impostos pelo país. Elas acabam se submetendo às mais

²¹⁷ Conforme dados do relatório da Fundação *Thomson Reuters*, o Afeganistão é o pior lugar do mundo para mulheres viverem. Informação disponível em: <https://www.publico.pt/2011/06/15/sociedade/noticia/afeganistao-e-o-pior-pais-do-mundo-para-as-mulheres-viverem-1498796>.

²¹⁸ Informações disponíveis no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=aez0ZdRK5Tw&t=34s>.

variadas situações de violência, conforme podemos observar no relato a seguir:

Para uma pessoa que nunca viu ou andou de bicicleta, isso não é normal. As pessoas só querem incomodar os outros, ou insultar e incomodar as mulheres. Eles nos dizem que esse não é o local certo para andar de bicicleta nas ruas e tal. Dizemos a eles que é nosso direito e que estão nos tirando. Então nós aceleramos. Andar de bicicleta com medo e tremores não funciona. Ao subir em uma bicicleta, é preciso jogar esses sentimentos ao vento e não guardar essa sensação em suas mãos²¹⁹.

Para enfrentar situações como essas, a tática de resistência das afegãs é também pautada no “revide” tal qual as brasileiras, é “não ter medo”, “jogar esses sentimentos ao vento” e seguir em frente, acelerando, equilibrando as opressões na firmeza do guidão e na força dos pedais. Essas táticas permitem a fuga das violências e o experimento de variadas sensações de liberdade e conquista:

Estou muito orgulhosa de mim mesma por ser ciclista. Eu ando de bicicleta com muito orgulho (...) Às vezes, quando eu ando, não sinto que estou na bicicleta, mas em outro lugar. Mesmo na minha cabeça, não posso acreditar que aprendi a andar de bicicleta²²⁰.

Mesmo diante de uma situação de perigo é possível se desprender da cena real e, a pedalada acaba se tornando um ato de resistência e uma fuga para sentir a própria liberdade. Mas, em se falando de liberdade, que significados ela pode ter para essas diferentes mulheres e culturas? Será que

A libertação é mesmo uma meta pela qual todas as mulheres ou pessoas se esforçam? A emancipação, a igualdade e os direitos fazem parte de uma linguagem universal que devemos usar? Para citar Saba Mahmood, escrevendo sobre as mulheres no Egito que procuram se tornar muçulmanas piedosas: “O desejo de liberdade e libertação é um desejo historicamente situado cuja força motivacional não pode ser assumida a priori, mas precisa ser reconsiderada à luz de outros desejos, aspirações e capacidades inerentes a um sujeito cultural e historicamente localizado” (2001: 223). Em outras palavras, outros desejos podem ter mais significado para diferentes grupos de pessoas? Viver em famílias próximas? Viver de uma maneira divina? Viver sem guerra? (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788, tradução nossa).

A liberdade pode assumir vários significados e estes, por sua vez, também se modificam a depender do contexto e do momento histórico vivenciado. Liberdade para iemenitas, por exemplo, pode significar o desejo pelo fim da guerra, pelo acesso justo a direitos básicos como alimentação. Já para as afegãs, pode significar o direito a vivenciar a experiência do pedalar sem serem reprimidas. O que devemos observar nessas experiências é o fato de que, seja como protesto pelo fim da guerra, seja pelo direito de pedalar, ou pela conquista de

²¹⁹ Relato de uma das jovens cicloativistas afegãs, retirado da reportagem divulgada pelo National Geographic. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aez0ZdRK5Tw&t=34s>.

²²⁰ Relato de uma das jovens cicloativistas afegãs, retirado da reportagem divulgada pelo National Geographic. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aez0ZdRK5Tw&t=34s>.

acesso aos espaços públicos livre de violências, em determinado momento histórico, é através da bicicleta que as resistências e as conquistas dessas mulheres vão sendo tecidas e conectadas ao longo dos anos.

Figura 79 – Cicloativistas afegãs



Fonte: *Site indiewire.com*

Situações semelhantes às das iemenitas e afegãs são vivenciadas pelas cicloativistas paquistanesas, num país bastante conservador, onde o ato de uma mulher sentar no selim da bicicleta é considerado vulgar e sexual. Conforme reportagem do *site National Public Radio*²²¹, acerca das experiências de cicloativistas paquistanesas, alguns homens viram o rosto para não verem mulheres pedalando e outros ficam boquiabertos com as ações das cicloativistas, pois para eles o ciclismo feminino é um ato ofensivo à sociedade.

Dawood, cicloativista paquistanesa, relatou ao *site National Public Radio* que no primeiro passeio que realizou junto a outras mulheres, elas foram abordadas por alunos madrassas²²². Ela explica que eles foram bastante violentos com elas: “Eles estavam chutando as meninas”. Acrescenta que os ouviu gritar: “Por que seus irmãos não param você? Cubra-se e vá orar! Vá para casa!”²²³. Preocupada com a segurança das cicloativistas, Dawood criou

²²¹ Informações retiradas do seguinte endereço:

<https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2019/02/03/684438571/women-who-dare-to-bicycle-in-pakistan?fbclid=IwAR0JiuNEP3u5O22-UZi8eZG9th-PpSsT-l5IBmI1RL0oluxlrRvGEuzqaNk>.

²²² A palavra deriva do árabe *madrssa*, por vezes transliterada como *madrassa* ou *madrassa*, palavra que em árabe originalmente designava qualquer tipo de escola, secular ou religiosa (de qualquer religião), pública ou privada. Em línguas ocidentais como o inglês, o espanhol e o português, porém, é comum ser o vocábulo atualmente utilizado para se referir apenas às escolas religiosas islâmicas, também denominadas *escolas corânicas*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Madra%C3%A7a>.

²²³ Informações retiradas do seguinte endereço:

uma rota longe da madrassa.

As questões de ordem moral muito relacionadas à religiosidade são profundamente arraigadas na cultura local do Paquistão, e incidem fortemente sobre os comportamentos femininos. Podemos perceber esses aspectos no relato de um dos clérigos da localidade, chamado Mullah Muhammad Naeem, onde ele afirma que as mulheres que andam de bicicleta são um ato provocativo, questionando em seguida as suas condutas: “É necessário que elas se exibam entre os homens? ”. Ele conta ao *site National Public Radio* que o ato de pedalar das mulheres leva à uma corrupção moral e sugere que elas pedalem atrás de muros, de forma a não serem vistas pelos homens. Mulheres pedalando é um incômodo e até mais que isso, é praticamente uma agressão para os homens paquistaneses. Entretanto, apesar de todos esses empecilhos, as cicloativistas seguem firmes na sua luta.

Urooj Bisma, outra cicloativista paquistanesa, diz que pretende resistir às pressões e fala do desejo de incentivar mais e mais as mulheres a pedalarem: “Quando as garotas nos veem e são inspiradas, isso realmente me dá imenso prazer. Quero que outras garotas deixem seus medos e andem de bicicleta”.

Figura 80 – Cicloativistas paquistanesas



Fonte: *Site npr.org*

Tanto Dawood quanto Urooj Bisma fazem parte de um grupo de cicloativistas do Paquistão, formado apenas por mulheres da classe trabalhadora do bairro de Lyari, na cidade de Karachi. Dawood explica que mulheres ricas costumam pedalar e realizar ações a partir do ciclismo em subúrbios mais frondosos e liberais, entretanto para as mulheres trabalhadoras esse tipo de ativismo se torna bem mais complicado, já que elas enfrentam restrições mais rígidas do que as mulheres mais ricas:

Quando começamos a andar de bicicleta, as pessoas diziam: “Isso é Lyari²²⁴, não tem proteção”. Independentemente de onde a mulher mora, ela tem o direito de se mover livremente. Isso é poder. Nos sentimos bem. Sentimo-nos livres. Podemos ir a qualquer lugar.

A classe social aparece aqui como mais um empecilho à experiência dessas mulheres, além das outras opressões já vivenciadas em suas rotinas. Para as mulheres paquistanesas, a luta para pedalar é uma resistência diária e, quando se é uma mulher pobre, essa luta pode ainda ser atravessada por outras barreiras de opressão, o que nos demonstra que jamais podemos observar essas experiências sob um único ponto de vista, de maneira homogeneizante. A diferença entre cada vivência é justamente o que compõe o movimento de forma plural e interdependente, conectado com tudo ao seu redor.

No Paquistão, assim como em outras regiões onde as mulheres são muito reprimidas, seja por fatores de gênero, classe, raça, nacionalidade, etc., as cicloativistas tentam transformar pelo menos um pouco desse cenário tão hostil, pedalando, unindo-se, desbravando outros caminhos e propagando junto a essas ações a conscientização ambiental, outro ponto em comum no movimento ativista dessas mulheres. Conforme publicação realizada na página de *Facebook* do *Lyari Girls Café*, um centro comunitário onde a maioria das atividades realizadas pelas cicloativistas são organizadas, uma bicicletada só para as meninas foi promovida para comemorar o *Dia Internacional das Garotas em Karachi 2019*, no dia 11 de outubro.

O objetivo era destacar as necessidades e os obstáculos enfrentados diariamente pelas meninas ciclistas, promover o empoderamento feminino e colocar em pauta a luta pelos direitos humanos. O evento, que contou com a participação de mais de cem garotas de Lyari e de outras partes da cidade, também visava promover a preservação do meio ambiente através da campanha “Diga Não às Sacolas Plásticas”.

As cicloativistas dedicaram o dia à proteção ambiental e à promoção de práticas ecológicas, conscientizando as pessoas a pararem de usar plásticos e começarem a adotar sacolas de algodão. Para isso, foram distribuídos sacos de algodão para as pessoas presentes no evento.

²²⁴ Bairro de classe alta de Karachi.

Figura 81 – Bicicletada pelo Dia Internacional das Garotas em Karachi 2019



Fonte: Facebook Lyari's Girls Cafe

Através dessa atitude, as cicloativistas tem como finalidade tornar as ruas de Lyari livres de sacos plásticos e planejam plantar mais de mil árvores nas escolas e nos espaços públicos. Elas acreditam que ações como esta tornariam a cidade de Karachi mais amiga do meio ambiente e um lugar onde o público feminino tivesse um maior acesso aos espaços públicos, com uma maior segurança e proteção. Para elas, andar de bicicleta além de ser uma atividade esportiva e divertida, também é saudável, além da bicicleta ser um transporte gratuito, que contribui para reduzir o ruído e a poluição do ar. Acreditam, assim como outras cicloativistas espalhadas pelo mundo, que andar de bicicleta também carrega um significado político, a partir da reivindicação de acesso aos espaços públicos, transformando os espaços da cidade em lugares mais acolhedores às mulheres. Muitas pessoas da comunidade participaram do evento com o intuito de apoiar as meninas, ampliando suas vozes e luta pelos seus direitos.

Ações de sustentabilidade juntamente com projetos inclusivos de empreendedorismo social são algumas das atividades realizadas por mulheres cicloativistas nas mais diversas regiões. Essas ações se dão em localidades específicas, porém sempre visando um alcance maior de mudanças estruturais das práticas de consumo e exploração atuais, responsáveis por uma destruição cada vez mais acelerada do planeta. Seja através de uma

economia criativa, feminista, envolvendo pequenos produtores e procurando oportunizar pessoas que geralmente são mais excluídas das redes de empregabilidade como é o caso da população LGBTQ+, mulheres, pessoas negras, etc., seja através de capacitação profissional na área de mecânica de ciclismo como geradora de fonte de renda para mulheres negras e de classe baixa, ou ainda de projetos sustentáveis que envolvam em sua lógica de funcionamento a bicicleta, um dos transportes mais eficazes na busca pelo equilíbrio climático do planeta, mulheres cicloativistas do mundo inteiro tem tentado fazer desse mundo um lugar mais acolhedor não só as mulheres e as pessoas no geral, mas um espaço onde o relacionamento com a natureza seja de compartilhamento e não de exploração. Exemplo disso são as ações, já vistas anteriormente, de cicloativistas brasileiras a partir dos projetos *Señoritas Courier* e *La Frida Bike*, assim como esses “pequenos-grandes” atos dessas mulheres paquistanesas.

No âmbito da inclusão social, em projetos empreendedores, o cicloativismo feminista da Arábia Saudita também tem muito a nos ensinar. É nesse país, onde mulheres só têm acesso a direitos humanos após autorização de um homem e, feministas correm um sério risco de serem presas, que a cicloativista Baraah Luhaid, quebrando tabus e desafiando as regras, fundou a primeira “comunidade de negócios de ciclismo inclusivo” na Arábia Saudita, o *Spokes Hub*, em 2016, e agora administra a única loja de ciclismo do local, com um café e oficinas para mulheres.

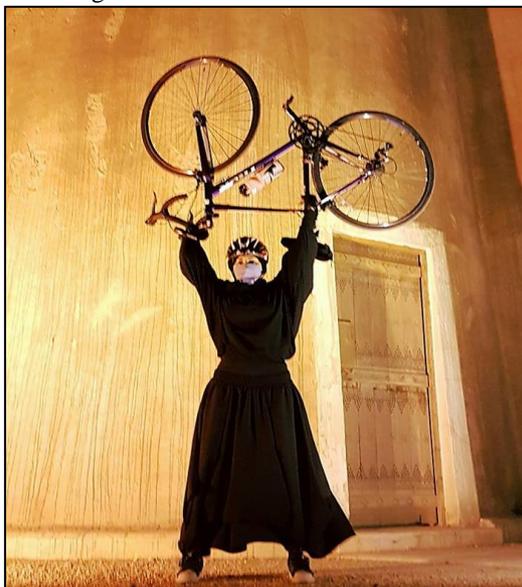
Ela conta ao jornal *The Guardian*²²⁵, que foi através da criação do *Spokes Hub* que começou a avançar em direção a transformação que tanto sonhava. De início, como o centro de ciclismo feminino era impossível, devido às restrições na Arábia Saudita, a solução para que ele se tornasse realidade foi instalá-lo dentro da universidade, com atendimento para homens e sendo gerido pelo seu irmão, mas o caminho alternativo pensado por Luhaid para não ser barrada do seu próprio negócio e para incluir mulheres e meninas foi começar a oferecer os serviços do *Spokes Hub* na parte de trás de uma *van* (carro grande). Ela até criou um *abaya*²²⁶ de ciclismo com pernas (em formato de calça), que está prestes a ser patenteado e que visa melhorar as condições das mulheres ao pedalar, o que nos remete à lembrança das primeiras roupas de ciclismo feminino do século XIX, inspiradas no ativismo de Amélia Bloomer: as famosas *calças bloomers*. Esse tipo de roupa criada por Luhaid é uma forma encontrada por ela de trazer o conforto necessário às cicloativistas sauditas sem, no entanto, fugir das tradicionais

²²⁵ Todas as informações foram retiradas do seguinte endereço:
<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/sep/11/cycling-womens-rights-saudi-arabia-spokes-hub-gender-inclusive-community>.

²²⁶ Trata-se de um longo manto preto tradicional, uma espécie de burca, ao qual Luhaid adaptou em formato de calça para evitar que a roupa ficasse presa nas correntes das bicicletas, o que geralmente acontecia quando pedalava de *abaya* antes da reformulação.

vestimentas mulçumanas, importante acessório para a cultura dessas mulheres, símbolo de sua respeitabilidade e proteção contra o assédio de homens estranhos na esfera pública (ABU-LUGHOD, 2002).

Figura 82 – Cicloativista *Baraah Luhaid*



Fonte: Facebook Baraah Luhaid

Figura 83 – *Baraah Luhaid* pedalando pela cidade



Fonte: Facebook Baraah Luhaid

Entretanto, até conseguir conquistar seus objetivos, Luhaid passou por muitas experiências de opressão, descrença, revolta, falta de reconhecimento das próprias mulheres, dentre várias outras dificuldades. Tentar modificar condutas já tão fortemente entranhadas no costume de uma cultura não é uma tarefa fácil e, ao tentar fazer isso, Luhaid acabou tendo que enfrentar muitas críticas. Ela conta ao *The Guardian* que seu maior desafio foram justamente as barreiras culturais. Muitas pessoas costumam baixar as janelas dos carros e gritar insultos contra ela, além disso a polícia constantemente a interrompe: “Na semana passada eu fui parada porque alguém reclamou que eu estava ofendendo”²²⁷.

Mulheres pedalando, conforme já vimos ao ressaltar experiências de cicloativistas de outros países do mundo oriental, é um ato visto como ofensivo à cultura local. Luhaid conta que no início foi ainda pior porque enfrentou críticas dos seus próprios amigos: “Quando comecei a pedalar, meus melhores amigos disseram: ‘Baraah, se virmos você, vamos falar com você, e vamos rir - você é uma garota, você não deveria fazer isso’”. Ela também relata que, além dos seus amigos, seus irmãos não aceitam muito a ideia dela pedalar e sempre remetem esse tipo de atividade como, exclusivamente, uma prática masculina: “uma das pouquíssimas feministas *masculinas* sauditas”. Na Europa do século XIX, quando mulheres tentaram

²²⁷ Relato retirado do seguinte endereço: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/sep/11/cycling-womens-rights-saudi-arabia-spokes-hub-gender-inclusive-community>.

pedalar pela primeira vez, um dos artifícios utilizados pelos homens e pela sociedade em geral para contê-las era justamente comparar seus comportamentos a atitudes masculinas, tanto as condutas quanto as formas de se vestir. Esse artifício continua sendo utilizado ao longo dos anos não só em países de cultura oriental, mas no ocidente também, local onde muitas mulheres que pedalam têm seus comportamentos julgados como inadequados ao esperado pela cultura patriarcal estruturante. Mesmo diante desse cenário, equilibrando-se diante do peso dessas opressões, é que Luhaid vai traçando suas táticas de resistência. E, apesar da ousadia do seu projeto de ciclismo feminino, num país extremamente conservador em suas leis, costumes e condutas, Luhaid mostra-se disposta a enfrentar todas as dificuldades em nome da liberdade das mulheres sauditas que, para ela, significa lutar

Contra algo maior do que pensava inicialmente. Quando defendo o ciclismo feminino, defendo a independência das mulheres. Mudar as crenças básicas requer um trabalho lento e consistente. É um desafio, mas alguém tem que começar (Relato de Luhaid).

Conforme o jornal *The Guardian*, “o *Spokes Hub* ganhou recentemente um prêmio mundial para iniciantes, e *Princess Reema*, vice-presidente da Autoridade de Esportes Feminina da Arábia Saudita, endossou publicamente o projeto”, o que demonstra que a Luhaid está ganhando cada vez mais notoriedade. Até aqui, foi possível perceber que alguns aspectos culturais podem, por vezes, ser um pouco distantes da realidade ocidental, porém muitos dos julgamentos morais consequentes de um mundo alicerçado no patriarcado, e as táticas de resistência desenvolvidas por essas mulheres para sobreviverem nesses cenários, sem, no entanto, distanciarem-se das suas culturas locais, acabam por aproximar, de alguma forma, essas realidades aparentemente tão distantes.

Dentro desse âmbito das táticas de resistências a partir de projetos relacionados ao ciclismo liderados por mulheres cicloativistas, está o *Ghana Bamboo Bikes*, uma iniciativa desenvolvida em Gana, na África, por Bernice Dapaah com o intuito de transformar o país em um espaço mais sustentável, justo, igualitário e com educação para todos. O projeto visa não só prover o próprio sustento de Bernice, mas principalmente, movimentar a economia local que sofre bastante com a escassez de recursos, através da extração e da arrecadação de fundos locais para produzir bicicletas feitas artesanalmente de bambu que, em seguida, são doadas a crianças e jovens carentes da comunidade para que os mesmos possam ter condições de se locomover até à escola e não deixem de estudar²²⁸.

²²⁸ Informações retiradas do site *Libertad y Pensamiento*, disponível no seguinte endereço: http://www.libertadypensamiento.com/2016/02/mujer-crea-empresa-que-dona-bicicletas-de-bambu-a-los-ninos-para-que-no-dejen-la-escuela.html?m=1&fbclid=IwAR2Mwa2geoeetsh6sYzhcp7OAB8jSPR7ej-tEGvaRapHPO_9M4zUU_k3Gy0.

Figura 84 – Cicloativista Bernice Dapaah



Fonte: Facebook Ghana Bamboo Bikes

Além do caráter educacional que esse empreendimento da Bernice traz, também podemos destacar a grande contribuição dessa criação para a sustentabilidade do meio ambiente, pois a cada pedaço de bambu extraído para fabricação das *bikes*, são plantados outros dez, com o intuito de conservar a natureza. E, devido ao rápido crescimento do bambu, a natureza não demora muito para sentir as transformações positivas dessa ação.

Figura 85 – Jovens com suas bicicletas de bamboo beneficiadas pelo projeto de Bernice Dapaah



Fonte: Facebook Ghana Bamboo Bikes

Conforme o *site Libertad y Pensamiento*, “todos os materiais utilizados para a construção destas bicicletas são fáceis de reparar e substituir, muito econômicos e de fácil acesso para pequenos orçamentos”. A *Ghana Bamboo Bikes* já tem seis anos de existência e os efeitos positivos desse empreendimento já são comprovados pela comunidade e, principalmente, pelos jovens e trabalhadores que fazem parte do projeto. Além de melhorar a qualidade de vida da população que agora tem a pedalada como exercício diário, auxiliou na conscientização da nova geração com relação à necessidade do cuidado e proteção do meio ambiente.

Entretanto para concretizar projetos como este na África não é uma tarefa fácil,

principalmente, em se tratando de mulheres. Em regiões como Madagascar, Gana, Etiópia, Uganda e Tanzânia, elas enfrentam algumas barreiras culturais e socioeconômicas bastante complicadas quanto ao uso de bicicletas e à implementação de projetos como o de Bernice, que envolvam bicicletas e mulheres. Quanto aos aspectos culturais, em pesquisa realizada nessas localidades, Christina Calvo (1994) aponta que lá,

As mulheres que andam de bicicleta são vistas como mais independentes, mais “liberadas” do que outras, e que os maridos podem não considerar as mulheres que pedalam como algo positivo. Frequentemente, são contadas histórias de mulheres que deixaram seus maridos quando tornaram-se financeiramente independentes ou “liberadas demais”. (...) Se houver uma bicicleta na casa, é considerada posse do homem. Mesmo se a bicicleta estiver parada, a mulher possivelmente não poderá usá-la porque os homens temem que ela se quebre se for usada para atividades de transporte de mulheres (p. 29, tradução nossa).

Já com relação às questões financeiras, na África, geralmente, as mulheres que possuem bicicleta fazem parte de um grupo econômico bastante privilegiado, já que lá o transporte é um item muito caro. Muitas vezes, elas utilizam esse meio de locomoção para ir e vir do local de trabalho, entretanto, só são autorizadas a usar a bicicleta, caso o marido tenha uma outra opção de transporte, seja um carro ou uma outra bicicleta, pois “se houver apenas um veículo na família, geralmente é considerado que seja para o homem” (CALVO, 1994, p. 30, tradução nossa). Mulheres de classe socioeconômica mais baixa, geralmente “recebem suas bicicletas através de projetos de planejamento familiar e de plantio de árvores. Assim, elas não têm que pagar por elas” (CALVO, 1994, p. 30, tradução nossa), por isso, projetos como o de Bernice fazem tanta diferença na região.

Mulheres negras, como Bernice Dapaah, tem cada vez mais protagonizado diversas ações importantes dentro da cena cicloativista feminista mundial. Elas têm enfrentado preconceitos como o racismo, o classismo, as opressões de gênero, a falta de oportunidades, dentre outros tantos obstáculos, para concretizar seus projetos, conquistar sua liberdade de pedalar, de mover-se nos espaços públicos sem sofrer violências, denunciando a segregação, a marginalização, a opressão das mulheres negras dentro do sistema de mobilidade urbana e das políticas estatais no geral. Seja na África, local onde o acesso à educação, à alimentação, a habitação e aos direitos mais básicos é escasso, nos Estados Unidos, um dos países mais desenvolvidos do mundo, ou no Brasil, onde reside uma das maiores diversidades culturais do planeta, mulheres negras sentem na pele a mesma marca de exclusão do racismo, do preconceito de gênero e da falta de oportunidades. Entretanto, essas violências, longe de frearem suas pedaladas, funcionam como combustível, motivando-as a cada vez mais querer ir mais longe.

Foi a partir dessas resistências cotidianas ao racismo e ao preconceito de gênero que surgiu o grupo *Black Woman Bike DC* em Washington, nos EUA. Conforme reportagem do *The Washington Post*²²⁹, Verônica Davis, uma das idealizadoras do grupo, relata que um dia, enquanto pedalava pelas ruas da cidade, uma criança gritou: “Mãe, olha! Uma mulher negra de bicicleta!”, essa expressão de espanto da garota assim como as palavras proferidas por ela foi o estopim para a criação do grupo cicloativista negro ao lado de duas de suas amigas. O *Black Women Bike DC*, assim como a maioria dos grupos cicloativistas de mulheres na atualidade, foi lançado através da plataforma digital do *Facebook* e já conta com mais de 60 membros, o que demonstra mais uma vez o quanto esse ativismo feminista sobre duas rodas permanece conectado às redes.

Figura 86 – Grupo de cicloativista *Black Women Bike DC*



Fonte: Facebook *Black Women Bike: DC*

A co-fundadora do grupo, Najeema Washington, acredita que o coletivo tem o potencial de capacitação de mulheres negras, já que reúne mulheres diversas, desde atletas a outras que nem possuem bicicleta. São mulheres com vários interesses e diferentes habilidades:

Nós conversamos sobre equipamentos, falamos sobre o medo de andar na rua. E falamos sobre cabelo. Sempre parece haver um ataque às mulheres negras - não somos atraentes ou não nos exercitamos. Estamos dissipando mitos sobre mulheres negras. Estamos esculpindo nosso próprio nicho. Quem disse que andar de bicicleta tinha que ser uma coisa branca?

²²⁹ Informações retiradas do seguinte endereço: https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/black-women-take-their-place-in-dcs-bike-lanes/2011/07/08/gIQA9cPm7H_story.html?utm_term=.c04a4278a567.

Essa fala demonstra que o ativismo dessas mulheres não se resume apenas ao pedalar na cidade com foco no gênero, mas também e, principalmente, no caso das mulheres negras, contemplam temas específicos do feminismo negro, como por exemplo, questões sobre o empoderamento através da valorização do cabelo afro e a denúncia da condição específica de opressão vivenciada por mulheres negras através do entrelaçamento das discriminações sofridas por serem mulheres (gênero), por serem negras (raça) e por serem da periferia (classe). Essa condição é compartilhada por mulheres negras de várias regiões do mundo e nos EUA, em especial, lugar onde a segregação racial atuou por muitos anos e que ainda hoje, tal qual o Brasil, mesmo que de maneiras diferentes, carrega em suas costas as consequências do racismo e do patriarcado estrutural, herança de um longo período escravocrata.

Semelhante a outras construções sociais, a quase sempre instável noção de raça é baseada na estrutura social racializada, que engloba a “totalidade das relações raciais e práticas que reforçam o privilégio” (Bonilla-Silva 2014:8-9) – em termos de uma ideologia racial, a supremacia branca, usada para explicar e justificar o *status quo* (MATTOS, 2017, p. 195).

Essa imposição de uma supremacia branca ao mesmo tempo que gera exploração e sofrimento à população negra, também gera movimentos contrários, reforçando o ativismo negro nos EUA, no Brasil e em vários outros países do mundo. O *status quo* branco é questionado: “Quem disse que andar de bicicleta tinha que ser uma coisa branca?”. Discussões como estas são constantemente levantadas pelo grupo *La Frida Bike* no Brasil, seja com relação à valorização do cabelo afro e da criação de capacete específico que contemple os cabelos das mulheres negras, fato que será melhor explorado no próximo capítulo, seja através da exposição constante da condição específica da mulher negra na mobilidade urbana, destacando inclusive a experiência quase sempre tardia de mulheres negras no ciclismo, conforme explanamos na introdução desta pesquisa.

Tal qual a experiência tardia de mulheres negras no ciclismo brasileiro, as mães negras estadunidenses que também geralmente tem acesso à *bike* muito tarde, às vezes só na vida adulta, fazem questão que suas filhas tenham essa experiência desde muito cedo, como ressalta a integrante Williams: “Não me lembro de ter minha própria bicicleta até ser adulta. Minha filha está andando há cinco anos. Ela teve uma bicicleta toda a sua vida”. Outras duas integrantes do grupo também relatam impressões semelhantes:

Eu estava animada para ver todas as outras mulheres negras que andam de bicicleta na área. Pensei que seria uma boa maneira de conseguir um pouco de adrenalina sem a pressão de se sentir como num treino e que eu poderia trazer a minha filha de 10 anos comigo.

Além da relação de mãe e filha com a *bike*, a importância que os grupos cicloativistas feministas desempenham ao motivarem outras mulheres, ao encorajarem-nas a ganhar as ruas, ao dizerem que a cidade também é das mulheres, contribuem diretamente para a autonomia e liberdade delas e, quando essas ações passam a fazer parte da vida das mulheres negras a potência que ela difunde ainda é maior: “Se você tem um grupo de mulheres que pedalam regularmente, há algo de poderoso nisso. É um mantra na sua cabeça – ‘Sim, mulheres negras de bicicleta’ ”, relata a cicloativista McQuirter, integrante do grupo *Black Women Bike DC*. Saber que pedalar é uma possibilidade aberta a mulheres negras, é algo recebido sempre com muito entusiasmo por elas, principalmente, para quem viveu numa época em que isso era impensável. Apesar de, mesmo em pleno século XXI, esse público ainda sofrer diversas exclusões consequentes do racismo que permeia as relações contemporâneas, suas lutas diárias, suas imposições, a conquista cotidiana do seu espaço na cidade, lhes proporcionam esse direito. O direito à cidade vem pelo “fazer cidade” (AGIER, 2011). O direito existe a partir do momento em que é vivenciado.

Para mulheres negras, a liberdade é uma luta constante (DAVIS, 2018). O racismo estrutural que excluiu mulheres negras do ciclismo durante muitos anos é o mesmo que hoje explora a população negra e latina dos EUA no âmbito do trabalho de cicloentrega, dentro do contexto do ciclismo contemporâneo. Homens advindos principalmente da América Latina e da América Central são os responsáveis por fazer esse trabalho de entrega de comidas por bicicleta nos EUA, um trabalho que a cada dia torna-se mais precarizado, não por conta do uso da bicicleta, mas pelas condições altamente exploradoras ao trabalhador. Muitas vezes eles trabalham doze horas por dia, sem pagamento de hora extra, num trabalho totalmente informal e com baixa remuneração. Grandes empresas capitalistas, que atuam através das entregas de bicicleta via aplicativos de celulares, como o *Ifood*, conseguem lucros vultuosos em cima de um crescimento exponencial da exploração desses “infoproletários” da era tecnológica contemporânea.

É interessante ressaltar aqui que esse tipo de trabalho opõe-se ao que verificamos em capítulo anterior acerca das cicloempreendedoras veganas Karla Kizzy e Catarina Silver que, através de um trabalho autônomo, não só mantêm seu sustento mas também para difundem o veganismo e o cicloativismo na cidade. Além de todas as experiências de exclusão relatadas até aqui, o racismo e as políticas de mobilidade urbana também atuam juntos nos processos de gentrificação em Washington. Para alguns ativistas políticos e moradores, as recentes ciclovias implementadas na região, que logo se espalharam pelas principais ruas da cidade, tornaram-se símbolo de um processo de gentrificação em alguns redutos, onde jovens brancos acabaram por

expulsar residentes negros que há muito tempo moravam no distrito. Conforme o *The Washington Post*,

A reação veio em um momento em que os pesquisadores citam uma explosão no ciclismo em todo o país, à medida que novos moradores entram em comunidades urbanas revitalizadas e buscam maneiras mais baratas e mais ecológicas de se locomover. O distrito está na vanguarda do *boom* do ciclismo, com o percentual de trabalhadores que se deslocam de bicicleta quase triplicando nos últimos 20 anos, passando de 0,8% em 1990 para 2,2% em 2009. Essa taxa coloca Washington entre as dez principais cidades dos EUA.

Apesar desse aumento de ciclistas, a diferença racial dentro do movimento entre brancos e negros ainda é grande e, é por isso, que grupos como o *Black Women Bike DC* são tão importantes, para encorajar mais afro-americanas (os) a verem na bicicleta uma possibilidade de mudança, seja no tipo de mobilidade, seja na conquista de uma maior liberdade e igualdade para a população negra dos EUA.

Observamos situação similar a das cicloativistas negras em Washington, no grupo das *Ovarian Psycos*, este originário da cidade de Los Angeles, nos EUA, formado por mulheres descendentes diretas dos movimentos feministas dos anos 60 e 70, indígenas e negras, que pedalam sempre com seus rostos cobertos com bandanas de tuba uterina e um *slogan* bastante forte e radical: “ovários tão grandes que não precisamos de merda de bolas”. Elas andam pelas ruas de *Boyle Heights* e *East Los Angeles* desde 2010.

Figura 87 – Cartaz com *slogan* e simbologia das *Ovarian Psycos*



Fonte: *Site ovarianpsycos.com/*

Figura 88 – Grupo das Cicloativistas *Ovarian Psycos*

Fonte: Site pbs.org/independentlens/films/ovarian-psycos/

Conforme o *site* do grupo,

A OPC (*Ovarian Psycos*) existe em Los Angeles porque a localidade é dominada pela cultura automobilística e a cultura das bicicletas é dominada por homens brancos de classe média e alta. Acreditamos que é perigoso viver em uma sociedade que não cultiva irmandade e companheirismo.

Ou seja, essa experiência de “não enquadramento” dessas mulheres, igualmente vivenciada pelo grupo *Black Woman Bike DC*, seja por serem negras e indígenas e não se sentirem contempladas a pedalar num cenário dominado por “homens brancos de classe média e alta”, seja por utilizarem um transporte renegado numa cidade ancorada nos motorizados, as levou a iniciar o ativismo através da bicicleta com a fundação do grupo *Ovarian Psycos* em Los Angeles. Elas são uma espécie de “alternativa *punk*”, radical a um cenário de extrema violência na comunidade em que moram, explica o jornal *Dazed Digital*²³⁰ baseado no relato da fundadora do grupo chamada Xela de la X: “Nós somos um refúgio para a fuga, para o descartável. Somos todas ‘vítimas’ do ativismo pela bicicleta com o propósito de curar nossas comunidades física, emocional e espiritualmente”. O trabalho da OPC se dá em conjunto com outros grupos ativistas da comunidade de *Boyle Heights*, que é uma região que hoje sofre um profundo processo de gentrificação²³¹, tal qual o vivenciado pela população negra em

²³⁰ Informações retiradas do seguinte endereço:
<https://www.dazeddigital.com/artsandculture/article/30453/1/the-all-female-vigilante-bike-gang-taking-over-la>.

²³¹ Gentrificação é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas. O

Washington e que, portanto, faz com que os grupos ativistas tentem equilibrar suas resistências num cenário que abriga duas situações bastante opostas: a construção de um lugar propício ao uso de bicicletas, mais humano e sustentável, mas que por outro lado atenda aos interesses externos, principal fonte de apoio a projetos, porém bastante inflexíveis a essas ideias. Conforme Xela de la X, em uma entrevista concedida à revista *Good*, “um dos sinais reveladores de gentrificação nas (...) comunidades é o aparecimento de ciclovias”, ou seja, se por um lado as ciclovias são benéficas e trazem “segurança” aos ciclistas, por outro elas atuam como potenciais acolhedoras do processo de gentrificação, já que, a partir daí, inicia-se um processo de segregação nas vias²³².

Figura 89 - Cartaz de divulgação da 6ª bicicletada anual das “OVAS” em protesto contra a gentrificação



Fonte: *Site Brooklyn & Boyle*

Aqui nesse ponto é importante notar a relação entre o que dizem cicloativistas brasileiras que vai ao encontro do que é dito pelas cicloativistas de Los Angeles. Ambas, apesar de entenderem que as ciclovias são importantes para estimular o ciclismo nas cidades, também percebem que as ciclovias funcionam como mecanismos de exclusão e de “enquadramento”, ou seja, é como se as ciclistas só tivessem direito aquele espaço determinado da via. Além disso, os mecanismos de gentrificação em cidades como, por exemplo, Fortaleza, uma cidade desenvolvida para carros assim como Los Angeles, são produzidos, principalmente, a partir da construção de viadutos, onde é facilitado ao máximo o tráfego de veículos.

E, apesar de um certo investimento em sistemas de compartilhamento de bicicletas e criação de ciclofaixas em Fortaleza, essas medidas ainda não existem em regiões mais

fenômeno decorre da revitalização urbana, em que espaços até então abandonados passam a ser vistos com potencial por determinados grupos sociais e econômicos. Isto faz com que haja aumento do custo de vida no bairro, e por consequência, afaste seus moradores tradicionais.

<https://www.significados.com.br/gentrificacao/>.

²³² Informações retiradas do seguinte endereço: <https://la.curbed.com/2016/3/16/11251818/ovarian-psycos-documentary-women-bikes-gentrification>.

periféricas²³³, lugar onde mais se anda de *bike*. Isso configura um processo de exclusão das classes mais pobres do acesso às políticas de mobilidade urbana, estas traçadas em sua maioria em pontos mais centrais e em lugares mais elitizados da cidade. Não é à toa que tanto em Los Angeles como em Fortaleza, os grupos cicloativistas feministas são, em boa parte, formados por mulheres que vem das periferias e que levantam a bandeira de uso da *bike* como principal meio de transporte e de luta por autonomia e reconhecimento.

A cada cinco ciclistas na cidade de Los Angeles, apenas uma é mulher, portanto o grupo cicloativista feminista *The Ovarian Psycos* configura-se como uma forte exceção à regra. E quando verificamos a situação no leste da cidade, o cenário piora ainda mais, pois essa região foi historicamente negligenciada, sofrendo por muitos anos com a intensa violência e a miséria econômica, tendo esses fatores como fortes contribuintes para o sufocamento da liberdade das mulheres que ali residem. É por isso que o grupo OPC é tão importante para a comunidade, pois traz a esperança necessária às mulheres, através de um trabalho que liga os ideais feministas à uma maneira de pensar indígena, juntamente com a prática coletiva e a reivindicação de políticas urbanas:

Nós lutamos contra o feminicídio, o estupro, a normalização de nossa descartabilidade e contra a guerra em nossos espaços. Através do ciclismo parece que, literalmente, podemos vencer a guerra; a guerra se desenrolou em nossos corpos (Xela).

A guerra, nos seus mais diversos matizes, seja no Iêmen ou em Los Angeles, de alguma forma, sempre atingirá mais profundamente os corpos femininos, os corpos mais vulnerabilizados. Entretanto, por outro lado, é também através da guerra que esses corpos criam resistência, constroem suas políticas e transformam-se em “corpos políticos feministas sobre duas rodas”, ou seja, tomam a bicicleta como uma extensão desse corpo que reivindica seus direitos através do ativismo político. Isso nos faz pensar naquela relação, que já explanamos em capítulo anterior, entre o que Foucault chama de “corpos docilizados” pela disciplina e nas táticas que são usadas para subverter essas imposições. A normalização da descartabilidade dos corpos aqui é combatida veementemente. É negada a docilização e é imposta uma lógica muito forte de resistência contra essa ordem e, de autonomia frente à uma cidade que se projeta para sufocar o direito das mulheres aos espaços públicos, principalmente se estas vierem de regiões mais pobres.

Outra característica interessante observada nos relatos dessas cicloativistas é a questão do medo recorrente entre essas mulheres em ter acesso e viver plenamente os espaços

²³³ É importante salientar que na cidade de Fortaleza estão sendo traçados planos de ampliação da rede cicloviária para as periferias. O esforço está sendo realizado, mas o fato é que isso ainda não é uma realidade efetiva quando observamos as periferias da cidade.

públicos, esse medo é um dos obstáculos que os grupos tanto brasileiros quanto de outras regiões do mundo tentam desafiar cotidianamente. E um aspecto relevante referente à gentrificação é que do ponto de vista das cicloativistas de Los Angeles a imposição de uma reforma em seus bairros tem mais a ver com mudanças em estruturas que só irão prejudicá-las e favorecer a uma classe de pessoas que sequer conhece o bairro ou a luta dos seus moradores. Não seria uma mudança com o intuito de melhorar o local, inclusive projetando-o para o uso da *bike*, mas sempre na tentativa de enquadrar a bicicleta no seu devido lugar para que os carros tenham cada vez mais espaço nas ruas, nem que para isso o bairro venha a ser totalmente “reformado”.

Em março de 2016, o ativismo do grupo foi documentado em filme, intitulado pelo nome *Ovarian Psychos*²³⁴, sendo primeiramente apresentado no festival SXSW²³⁵, o que permitiu ao grupo ser conhecido nacionalmente. Mas, em seguida, o documentário “rodou” o mundo, tendo uma exibição de lançamento também no Brasil, durante a segunda edição do festival *100 Gurias 100 Medo*, ocorrida em 2017. Chamo a atenção aqui para o fato de que mulheres de diferentes estados do Brasil, reunidas num evento nacional de ciclismo feminino, tem como uma das atividades principais o lançamento de um documentário sobre o cicloativismo de mulheres residentes do outro lado do mundo, nos EUA. Essa conexão foi possível no ápice da era digital, momento em que o cicloativismo feminista se expande.

Figura 90 – Capas do documentário acerca das *Ovarian Psychos*



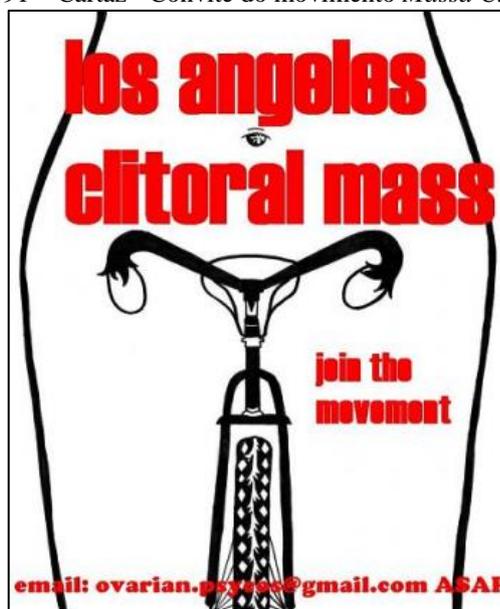
Fonte: Site lareviewofbooks.org

²³⁴ Endereço para o filme: <http://www.pbs.org/independentlens/films/ovarian-psycos/>.

²³⁵ *South by Southwest (SXSW)* é um conjunto de festivais de cinema, música e tecnologia que acontece toda primavera (normalmente em março) em Austin, Texas, Estados Unidos.

Esse fato demonstra que os enfrentamentos às violências podem assumir diferentes contornos a depender do lugar em que essas mulheres se encontram, mas tanto eles, como o instrumento de luta, a bicicleta, e a sororidade entre elas permite que essa conexão atravessasse suas vidas para além do âmbito individual. Jamais a realidade de uma brasileira será igual a de uma estadunidense, mas tem algo que move essas relações e permite essa conexão de realidades tão divergentes: a bicicleta como elo na luta pela transformação das opressões em sororidade. Para que esse movimento se prolifere, grupos como os das *Ovarian Psychos* realizam diversas ações. Conforme o *Dazed Digital*, os passeios feitos pelas *ovarians* chamado de *Clitoral Mass* (Massa Clitoriana – passeios de bicicleta em grupo, todas mascaradas), uma das principais ações do grupo, foram comparados com os atos compulsivos de uma espécie de teatro de guerrilha, pelo *The Hollywood Reporter*.

Figura 91 – Cartaz - Convite do movimento *Massa Clitoriana*



Fonte: Site quakingblog.wordpress.com

Esse termo utilizado por elas para designar os pedais que promovem, nos remetem ao nome dado às bicicletadas realizadas em várias partes do mundo pelo movimento cicloativista geral em protesto e reivindicação às pautas relacionadas à bicicleta, o Massa Crítica. O intuito é justamente unir a maior quantidade possível de pessoas que usam a bicicleta (massa) para protestar (crítica) e, no caso das Ovarian, é algo semelhante, porém explícita não só as pautas diretamente ligadas à bicicleta, mas também chama a atenção para o protesto das mulheres (clitoriana) e às suas causas e denúncias específicas.

O fato de também ser um movimento que se expande pode ser evidenciado tanto nos grupos brasileiros que já as conhecem e disseminam suas ações, como também, nos grupos mexicanos, estes com uma influência até mais forte, promovendo o mesmo movimento no país.

Figura 92 – Cicloativistas Mexicanas em Bicletada



Fonte: Site NBCNews

As bicicletas são cada vez mais populares entre os nove milhões de habitantes da cidade do México, no entanto, apenas um em cada dez ciclistas é uma mulher. Em entrevista para o *NBCNews*²³⁶, uma das organizadoras do grupo mexicano (ainda sem nome), Valeria Tapia, conta um pouco sobre as suas experiências nas ruas da cidade:

Nós não somos respeitadas, esteja ou não em uma bicicleta. Durante toda a minha vida eu sempre fui ciclista e sempre lutei contra todas as coisas que eles dizem para você na rua como “ei você não pode tomar a pista”. Que você não deveria ir de casa para o trabalho de bicicleta. Não, não, não, só recebemos não quando o assunto é bicicleta. Foi aí que tive a ideia de que deveríamos construir redes e comunidades, porque comecei a ver muitas mulheres andando de bicicleta na rua e todas nós estávamos pedalando, mas cada uma por conta própria, sozinhas. Nós não estávamos operando em comunidade como deveríamos.

Inspiradas pelas *Ovarian Psycos* em Los Angeles, elas realizaram um pedal com a mesma designação “Massa Clitoriana” e foi onde tudo começou. As cicloativistas mexicanas, assim como tantas outras que conhecemos no Brasil, uniram-se com o objetivo de desafiar a desigualdade de gênero e todas as imposições que lhes são colocadas por serem mulheres, a fim de lutar pelo direito às ruas, ancoradas numa resistência que vai além delas, formando uma rede em movimento, ou melhor, uma malha que nunca se finda. Laura Bustos Endoqui, outra integrante do grupo mexicano, explica como funciona a “massa Clitoriana” no seu país:

Com a *Massa Clitoriana*, estamos tentando criar um espaço para as mulheres que

²³⁶ Todas as informações acerca das cicloativistas mexicanas foram retiradas de vídeo divulgado no seguinte endereço: <https://www.nbcnews.com/video/female-cyclists-in-mexico-rally-for-their-rights-in-the-street-1035064899934>.

andam de bicicleta, um espaço livre de violência, onde podemos nos desenvolver e passar um tempo juntas. E falamos sobre questões que não podemos falar em outros espaços. Na cidade do México há poucos espaços compartilhados para mulheres e ainda menos para aquelas que são usuárias de bicicleta. Temos que conviver com a violência dentro de nossas próprias organizações de ciclismo, onde ainda há muito machismo. Nós operamos dentro de organizações estruturadas horizontalmente, onde elas não nos permitem desempenhar papéis-chave. Nós também enfrentamos a raiva dos táxis, ônibus e carros que pensam que não temos o direito de estar na rua. E além disso por ser mulher, eles dizem “você não sabe de nada, fica na calçada”. “Eu vou proteger você”, essa atitude também é um tipo de violência.

Nessa fala percebemos que as opressões vivenciadas pelas cicloativistas mexicanas, assim como as explanadas pelas brasileiras, se dão não somente nos espaços públicos, nas ruas, mas também dentro das próprias associações de cicloativismo, locais mistos, onde a convivência com os homens também configura-se como um problema. Essas situações são um dos principais motivos para o surgimento de grupos exclusivos de mulheres, conforme foi possível perceber nos depoimentos de várias cicloativistas brasileiras nesta pesquisa.

O machismo, enquanto um fenômeno estrutural, encontra-se também fortemente ancorado no seio dos grupos de ciclismo, locais que, teoricamente, deveriam ter a missão de passar um outro tipo de impressão para a sociedade. Além disso, também é bastante comum às mulheres mexicanas conviverem com uma espécie de machismo “travestido de proteção”, aquele que julga a mulher incapaz, frágil, ineficiente para realizar determinadas ações sozinhas. Elas sofrem com um problema muito comum também no Brasil e em outros países, que perpassa por todos os tipos de violência recorrentes no cotidiano das mulheres: o assédio. Mais de 70% das mulheres na cidade do México já sofreram assédio nas ruas, conforme o *NBCNews*. Valeria, organizadora do grupo mexicano, relata como o assédio é vivenciado por ela quando está pedalando nas ruas:

Toda vez que saio para pedalar, a primeira violência que sofro é o assédio através de assobios. Se você está usando *shorts* ou uma saia ou não importa o que você está vestindo, você é assediada. Motoristas de táxi já disseram coisas realmente horríveis para mim e que eu não deveria estar andando de bicicleta. Antes eu apenas engolia a minha raiva, mas agora eu paro para encarar o carro, agora eu os confronto e digo a eles que nunca mais vão assobiar ou dizer coisas desse tipo.

O combate ao assédio realizado pelas integrantes do grupo mexicano, uma das principais pautas dos grupos cicloativistas, muitas vezes se dá pelo enfrentamento direto, atitude comum das cicloativistas brasileiras também, ação arriscada mas que configura-se como a alternativa possível em momentos de desespero e indignação diante de um cenário onde as políticas de combate à violência contra a mulher implementadas pelo Estado não são respeitadas, já que a educação e o respeito ainda são valores pouco praticados. É, em oposição à isto, que hoje mais do que nunca, o corpo feminino é político e, cada vez mais, as mulheres estão mostrando a que vieram.

Além do assédio, as cicloativistas mexicanas também relatam que sofrem muito com a violência de trânsito que resulta em “acidentes” graves quando não em mortes. O grupo conta ao *NBCNews* um episódio acerca de uma homenagem, a *Ghost Bike*²³⁷, feita à ciclista Enid García, que foi atropelada por um caminhão de cimento. Ela estava grávida, o que torna a ação ainda mais violenta. Uma integrante do grupo lamenta dizendo: “Isso realmente nos dói e queremos honrá-la com uma catarse coletiva, e tornar visível que somos muito vulneráveis, mas que vamos continuar andando nas ruas”. No vídeo criado por elas e disponibilizado ao *NBCNews*, é proferida a frase: “NÓS QUEREMOS ESTAR VIVAS”. Os atropelamentos e mortes de ciclistas são recorrentes em várias partes do mundo, como verificamos no Brasil, com o caso recente da Luana Holanda e da Natália Prado. O uso irresponsável dos motorizados, a ausência de conhecimento das leis de trânsito, além da falta de educação no trânsito culminam em episódios trágicos como estes que não cansam de multiplicar-se.

Figura 93 – Cicloativistas Mexicanas em protesto devido à morte da ciclista Enid García



Fonte: Site *NBCNews*

É diante desse cenário de horror que o cicloativismo das mexicanas ganha forma, inspirado pelo radicalismo das *Ovarian Psycos*, ilustrado no relato da diretora do documentário do grupo, Joanna Sokolowski: “Elas têm imagens incríveis e icônicas. Elas são muito parecidas

²³⁷ *Ghost Bikes* são bicicletas brancas instaladas em locais de acidentes fatais com ciclistas, como memoriais em homenagem a quem perdeu a vida para a pressa de alguém, para a falta de planejamento viário, para a omissão do poder público. Também têm o objetivo de evitar que aquela morte caia no esquecimento, sendo considerada apenas um inconveniente temporário ao trânsito de uma tarde qualquer. A ação é realizada em todo o mundo e também no Brasil. As bicicletas brancas servem como um alerta aos condutores de automóveis para que tomem mais cuidado com as vidas que pedalam pelas ruas, lembrando que um ciclista é uma pessoa e não um obstáculo, com família, amigos, filhos, amores e sonhos. <http://vadebike.org/2013/02/ghost-bikes/>.

com o *Pussy Riot*²³⁸, muito parecido com o *riot grrrl*²³⁹, muito parecido com outros grupos que são realmente capazes de capturar a imaginação rapidamente”.

Essa capacidade de tornar visível a situação feminina junto à mobilidade urbana, ressaltando aspectos variados, em culturas diferentes, e de formas cada vez mais diversificadas, seja com o uso de bandanas no caso das *ovarians*, seja com a nudez do corpo carregado de mensagens políticas como nas bicicletadas mundiais, ou através das práticas ecofeministas de cuidado com a natureza e o seu entorno, mesmo sendo mulheres tão urbanas, ou ainda, transcenderem o que é comum ao fazerem do seu corpo junto às bicicletas, um só organismo, um só movimento, em prol de um objetivo que conjuga vários ideais, mulheres diversas e com pautas infinitamente variadas, são algumas das características que fazem do cicloativismo de mulheres um movimento único, cheio de singularidades e, ao mesmo tempo, tão plural e difundido pelo mundo. Ele se assemelha a muitas lutas feministas, porque aglutina muitas das suas pautas, mas também e, ao mesmo tempo, difere-se de outros movimentos de mulheres, porque a variabilidade das suas formas de ações, a conjugação das mais diversas culturas e personalidades femininas, reunidas todas em torno de bicicletas, fazem do cicloativismo feminista uma espécie de *subcultura* ou *cultura alternativa* diferenciada.

O cicloativismo feminista torna-se uma subcultura porque reúne quem geralmente está fora, é excluído das cenas *mainstream* ou seja, quem não está incluído nos grandes circuitos urbanos, na movimentação da cidade sob um ponto de vista mais normativo. São pessoas invisíveis para o Estado, excluídas das políticas públicas, subjugadas pelo preconceito social, racial, de gênero, entre outros. Exemplo disso são as próprias experiências das integrantes das *Ovarian Psycos* retratadas no filme que acompanha os seus cotidianos em Los Angeles. Um dos temas tratados no filme é o abuso sexual, uma das principais experiências vividas pelas

²³⁸ *Pussy Riot* é um grupo de punk-rock feminista russo que se tornou conhecido por realizar, em Moscou, *flash mobs* de provocação política, protestando contra o estatuto das mulheres na Rússia e, mais recentemente, contra a campanha do primeiro-ministro Vladimir Putin para a presidência da Rússia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Pussy_Riot.

²³⁹ *Riot grrrl* é um movimento punk feminista underground que teve início no início da década de 1990 em Washington, Estados Unidos (particularmente na cidade de Olympia) e no Noroeste Pacífico como um todo. É um movimento de subcultura que combina uma visão social feminista com um estilo musical e política punk. É frequentemente associado com a terceira onda do feminismo, sendo a terceira onda as vezes descrita como tendo nascido do movimento *Riot Grrrl*. Tem sido também descrito como um gênero musical que nasceu do *indie* rock, com a cena punk servindo de inspiração para um movimento musical em que mulheres poderiam se expressar da mesma maneira que homens faziam há anos. Bandas *Riot Grrrl* frequentemente lidam com temas como estupro, abuso doméstico, sexualidade, racismo, patriarcado e empoderamento feminino. Algumas das primeiras bandas associadas ao movimento são *Bikini Kill*, *Bratmobile*, *Heavens to Betsy*, *Excuse 17*, *Huggy Bear*, *Skinned Teen*, *Emily's Sassy Lime* e *Sleater-Kinney*. Para além de uma cena musical, *riot grrrl* também é uma subcultura envolvendo um *ethos* “Faça-você-mesmo”, zines, arte e ativismo político. O movimento *riot grrrl* rapidamente se espalhou para além de suas origens musicais, criando um movimento *grassroots*, anti-discriminação racial, sexual e etária vasto, por meio de zines, ambientes virtuais e encontros físicos. https://pt.wikipedia.org/wiki/Riot_Grrrl.

personagens, opressão comum vivenciada por mulheres do mundo inteiro. A diretora Kate explica ao jornal *Dazed Digital*:

Elas criaram um espaço onde elas podem compartilhar, discutir e não ficam isoladas por suas experiências; elas são tão frequentemente envergonhadas que, muitas vezes, não falam. Estas são comunidades onde existe o medo de se manifestar contra a violência sexual.

A criação de espaços de compartilhamento para dividirem suas experiências, sejam elas boas ou ruins, é o que aproxima essas mulheres, o que lhes dá a força necessária para prosseguir e, o mais importante, para criarem uma rede de sororidade, característica importante, também comum às cicloativistas brasileiras e que, portanto, conecta ações do cicloativismo feminista para além dos espaços localizados. São experiências e ações engendradas a partir destas que aglutinam e conectam essas lutas tão geograficamente distantes, culturalmente diferentes e ao mesmo tempo tão aproximadas no que diz respeito às vivências femininas. As violências contra as *ovarians* se dão devido à intensa repressão e ameaça que sofrem cotidianamente. Em entrevista ao *Dazed Digital*, a diretora Kate conta como essa situação se desenrola na prática:

Quando estávamos filmando havia sete mulheres que foram encontradas mortas. Muitas jovens experimentam isso no leste de LA, é uma ameaça muito real. Andar na rua, como um grupo ou apenas com suas irmãs, pode não parecer muito para algumas pessoas que não experimentaram a sensação de estar com medo em seu bairro, mas para elas é muito estimulante estar em lugares que eram considerados perigosos e sozinhas, com apenas mulheres para protegê-las.

Os índices alarmantes de feminicídio no Brasil o conectam muito diretamente à esta situação vivenciada pelas cicloativistas de Los Angeles. Conforme o site da *UOL*²⁴⁰ e *Correio Braziliense*²⁴¹, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado pelo *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, foram mais de **3,2 mil mortes** de mulheres no país, entre 2016 e 2018. Além disso, conforme estimativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais de 3 mil casos de feminicídio ocorridos nesse mesmo período não foram notificados, o que quer dizer que mais do que duplica o número de casos, se levarmos em conta os que não foram denunciados. Um aspecto importante a ser destacado dentro desse contexto é que o feminicídio tem crescido principalmente entre as mulheres negras, o que mais uma vez aproxima as experiências de violência contra a mulher do Brasil a esses casos de Los Angeles nos EUA. O Brasil é hoje o quinto país no mundo com maior número de feminicídio. Até agosto de 2019,

²⁴⁰ Informação disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/01/08/femicidio-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso.htm>.

²⁴¹ Informação disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/01/interna-brasil,817587/em-tres-anos-3-200-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-no-brasil.shtml>.

2.357 mulheres foram assassinadas com dolo no país. Uma situação que, muitas vezes não tendo a atenção que merece por parte do Estado, resulta numa união cada vez maior entre mulheres do mundo inteiro com o intuito de realizar possíveis ações de combate às violências que lhes acometem. O “juntas somos mais fortes” é um lema difundido pelas feministas brasileiras que encaixa-se perfeitamente nessa situação, tal qual a música difundida em vários protestos de rua realizados pelas feministas no Brasil: “Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”. Este fator é mais uma evidência dos limites porosos da formação de grupos e de como há um pouco de “transbordamento” da cena cicloativista de mulheres para outras áreas de envolvimento político e vice-versa.

A indignação frente a experiências de violências cada vez mais hostis, faz com que as mulheres realizem ações mais radicais para chamar atenção para o problema, fato que faz com que cicloativistas como as *ovarians* tenham que o que elas reivindicam e a forma como se comportam tenham uma imagem distorcida por veículos da mídia que, por sua vez, geralmente exibem as mulheres que fazem parte de coletivos POC²⁴² de maneira muito superficial e errônea, escondendo seu real significado político. Além disso, o fato do coletivo ter duas mulheres brancas à frente, também poderia ser incompreendido pelo movimento feminista, caso a sua história fosse contada de maneira superficial, sem demonstrar o seu real compromisso com a causa indígena e negra, descartando seu potencial de transformação baseado numa perspectiva interseccional. Isso também está interligado ao fato do grupo evitar ao máximo se designar como “ganguê”, a fim de evitar que as pessoas tenham a errada impressão delas se relacionarem a quaisquer tipos de violência, o que é eminentemente repudiado pelo coletivo. Isso, por sua vez, também evita os estereótipos típicos do racismo, que comumente associam o termo “ganguê” a pessoas negras como forma de subalternizá-las ou associá-las a grupos “vândalos”, “arruaceiros”, “criminosos”, comum nos EUA. O jornal *Dazed Digital* relata que

Apesar de brincar com esse tipo de imagem, na realidade as *Ovas* são uma refutação completa desse estilo de vida - fazendo campanha pacífica (e poderosa) contra os assassinos, estupradores e agressores que por muito tempo intimidaram as mulheres do estado do sol. Além disso, considerando as raízes Chicana²⁴³ de muitas das integrantes, esse tipo de feminismo não se encaixa no sangue delas.

²⁴² O termo **poc** é utilizado para se referir aos gays considerados mais afeminados e chamativos. No caso dessas cicloativistas, o termo refere-se mais ao caráter chamativo da forma como se apresentam com suas máscaras cobrindo os rostos e com desenhos de tubas uterinas. <https://www.dicionariopopular.com/poc-e-murro-na-poc/>.

²⁴³ A interseção das culturas índia, mexicana e anglo-americana se faz representar na identidade feminina chicana dos EUA. As mulheres, de origem chicana, lutam pela autodefinição e autodeterminação em território americano – negociam as diferentes partes que formam a sua identidade, descartando preconceitos e atitudes convencionais na busca de uma identidade autêntica; questionam regras impostas, ressaltando como os conceitos de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e linguagem se sobrepõem à sua experiência de vida. A experiência da mulher chicana traduz um conflito de sistemas, que se desenvolve num contexto de opressão, racismo e sexismo, resultante das estruturas convencionadas tanto pela própria comunidade

A bicicleta aqui, portanto, mais uma vez, é utilizada não só como meio de deslocamento para essas mulheres, mas também como uma maneira de transformar suas realidades tão diversas e multifacetadas. O objetivo do grupo é conseguir realizar mudanças positivas na comunidade, baseadas no cuidado compartilhado entre elas, formando laços profundos de cumplicidade e, nisso, nos seus mais variados aspectos conectam-se com cicloativistas do mundo todo.

Notas Finais

Este capítulo teve como finalidade compreender, através da tessitura de fios concretos de acontecimentos, os diversos *links* que conectam mulheres cicloativistas ao redor do mundo. Seja através dos ativismos em rede ou por meio das variadas experiências de opressão, resistência e sororidade, a bicicleta irá assumir uma diferente agência, a depender de cada contexto cultural, geográfico, de classe, de raça, em que as cicloativistas estão inseridas.

O ativismo em rede através da difusão das famosas *hashtags* comuns aos movimentos feministas contemporâneos do Brasil e de outros países, foi identificado em vários exemplos coletados durante esta pesquisa, como foi o caso da *hashtag* *#BikeForYemen* divulgada pela cicloativista iemenita Bushra Al Fusail. Também identificamos as influências globais do cibercicloativismo feminista fortalecendo afegãs, paquistas e sauditas no enfrentamento da cultura local destes países, em que o ato de pedalar é considerado obsceno para as mulheres.

Apesar da repressão, no Paquistão as cicloativistas desenvolvem ações de proteção ambiental e promoções de práticas ecológicas semelhantes a de projetos de sustentabilidade e empreendedorismo social desenvolvidas pelas cicloativistas brasileiras nos grupos *Señoritas Courier* e *La Frida Bike*. A comunidade de negócios de ciclismo inclusivo, *Spokes Hub*, idealizado pela cicloativista saudita Baraah Luhaid, e o projeto sustentável *Ghana Bamboo Bikes* da cicloativista africana Bernice Dapaah também aparecem nesse contexto como características do movimento ecofeminista que analisamos no primeiro capítulo.

Os preconceitos de gênero, raça e classe assim como o ativismo negro comuns aos grupos de cicloativismos de mulheres negras no Brasil, como é o caso do grupo *La Frida Bike*, tem suas formas de enfrentamento coletivo vivenciados pelo grupo *Black Woman Bike DC* de Washington, nos EUA. Essas mesmas experiências de não enquadramento ou exclusão social

chicana como pela sociedade anglo-americana dominante.
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/19953/1/ulsd071168_td_Patricia_Lobo.pdf.

vivenciadas pelas mulheres negras também comuns às cicloativistas de origem latina, indígena e negra do grupo *Ovarian Psycos* de Los Angeles nos EUA. As ações de ativismo realizadas pelas *Ovarian Psycos*, através das suas intervenções e protestos nas ruas, denominadas de *Clitoral Mass*, também executadas pelas cicloativistas mexicanas como forma de protesto às diversas violências cotidianas que as acometem nas ruas. Todos esses são aspectos que, de alguma forma, interconectam cicloativistas de diversas regiões do mundo por meio do ativismo através da *bike*.

Essa diversidade de contextos culturais conectáveis em rede, assim como esse processo de encadeamento entre opressão e resistência, medo e enfrentamento, adaptação ao perigo, corpo feminino e bicicleta, relação humano/máquina, resulta numa transformação desses corpos em uma espécie de *corpos ciborgues*, atravessados por fluxos, num circuito integrado que envolve mudanças físicas, psicológicas, sociais, transformando a cultura numa espécie de tecnocultura, onde a bicicleta exerce um papel extremamente ativo na relação entre o movimento dessas mulheres e o espaço social em rede, aspectos que serão melhor analisados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 5 – AS BICICLETAS E AS MULHERES EM REDE: CORPOS POLÍTICOS FEMINISTAS CIBORGUES?

Conexões é a palavra-chave do século XXI, momento em que os dualismos não mais se sustentam e as fronteiras são constantemente quebradas, fluxos e relações estão na ordem do dia e, por mais que insistamos nas dicotomias entre natureza e cultura, mente e corpo, homem e mulher, humano e máquina, etc., estas caem por terra na chamada era tecnológica, período em que são estabelecidos os circuitos, as circulações, as redes. Tudo passa a se integrar de alguma maneira e, estar em rede ou dentro de um circuito é uma característica singular da contemporaneidade ou do que convencionou-se chamar de *cibercultura*.

Um contexto no qual o papel das tecnociências (de informação, robótica, biônica, nanotecnologias e biotecnologias) se torna preponderante, transformando e conjugando as duas dimensões essenciais da vida humana, ou seja, o tempo e o espaço tradicionais em um “meio técnico-científico-informacional”. Um meio que é híbrido de tempo cronológico e espaço urbano (reais) com um tempo “intemporal” e espaço eletrônico (virtuais), imprimindo novos ritmos e novos hábitos aos indivíduos (SIQUEIRA & MEDEIROS, 2011, p. 2).

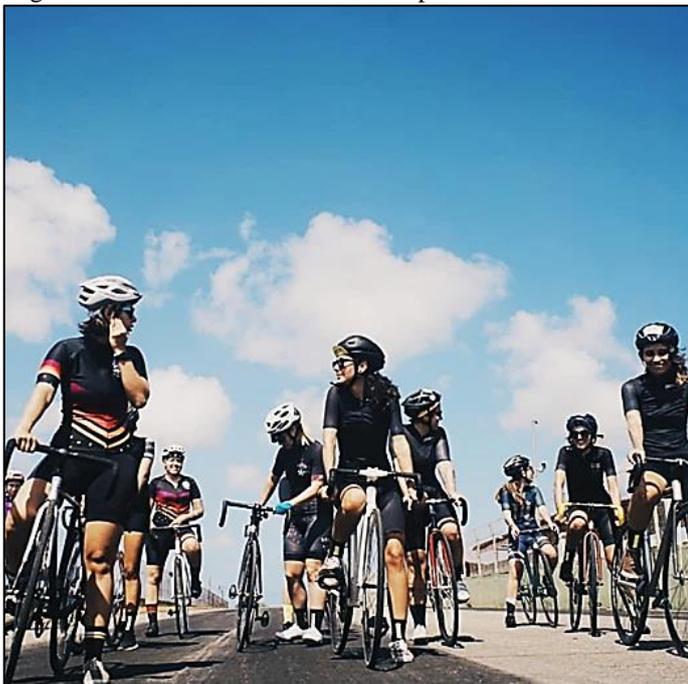
É dentro desse contexto que novos modos de subjetivação são criados e onde situamos as cicloativistas, mulheres que conjugam corpo, bicicleta, equipamentos de ciclismo, celulares, notebooks, ativismos nas ruas, ciberativismos, dentre outras tantas conexões possíveis que estabelecem com tudo que está ao seu entorno. Donna Haraway (2009), toma emprestado o conceito *mulheres no circuito integrado*, inventado por Rachel Grossman (1980), “para nomear a situação das mulheres em um mundo tão intimamente reestruturado por meio das relações sociais da ciência e da tecnologia” (p. 67).

Desde o início desta pesquisa, destacamos múltiplos aspectos singulares desse movimento de mulheres que vão desde o ecofeminismo às multifacetadas características culturais e tecnoculturais que carregam em suas garupas. O fato é que, mesmo trazendo aproximações diversas com uma política ecológica e, portanto adepto à defesa do meio natural, o cicloativismo feminista é, ao mesmo tempo, extremamente cultural, urbano, tecnológico, até mesmo por fazer parte dessa era informacional que estamos a vivenciar. É por isso que, dentro das antigas dicotomias como natureza x cultura, situamos as cicloativistas no “entre”, numa espécie de “espaço intermediário”, que comunga aspectos relacionados à natureza, mas ao

mesmo tempo, trazendo pautas que interligam as reivindicações femininas ao espaço urbano e das redes.

As cicloativistas, sejam elas viajantes ou simplesmente as que utilizam a *bike* no cotidiano, recorrem à equipamentos e ferramentas, a câmeras ou GPS para gravar suas pedaladas ou verificar uma rota/ percurso, dão uma atenção especial às suas bicicletas e buscam sempre mantê-las da melhor forma possível, investindo em novas peças e remodelando-as, ou trocando-as por outros tipos mais modernos e desenvolvidos a depender da função que se busca: velocidade, conforto, leveza, exatidão, agilidade, beleza, etc. Estão envolvidas num cenário de cibercultura onde o ativismo das ruas imbrica-se com o ativismo das redes e, mais que isso, desenvolvem uma relação bastante singular com suas bicicletas e equipamentos, onde “a mente, o corpo e o instrumento mantêm, entre si, uma relação de grande intimidade” (HARAWAY, 2009, p. 67).

Figura 94 – Cicloativistas nas Fixolimpíadas em Fortaleza – CE



Fonte: Instagram Andréa Bezz

Essa relação de intimidade entre corpos femininos, bicicleta, tecnologias e seu entorno dá origem a um processo de *ciborguização* no cicloativismo feminista, onde forma-se a partir de então uma espécie de híbrido entre humano e máquina, numa relação de ambivalência ou de simbiose. Conforme Latour (1994), o hibridismo é justamente essa mistura entre os dualismos, entre humano e não-humano, entre local e global, entre natureza e cultura. Esse processo, portanto, finaliza o ciclo de transformação desses corpos em *ciborgues*. “Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de

apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades, a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas” (HARAWAY, 2000, 43-44). Essas são “possibilidades advindas do atual desenvolvimento tecnocientífico para o exercício de uma nova cidadania” (SIQUEIRA & MEDEIROS, 2011, p. 3).

Táticas de resistência como apontar a câmera de um celular para um motorista assediador ou que “deu uma fechada”, recorrer a uma arma de choque para se livrar de alguma violência na rua, saber consertar peças que compõem o funcionamento das bicicletas, participar de oficinas de mecânica, gravar vídeos ou publicar fotos pedalando nas ruas e divulgá-los nas redes, criar seus próprios equipamentos de ciclismo voltado às suas necessidades específicas, ou ainda vivenciar diferentes experiências nas ruas a partir de tais equipamentos ou a depender do tipo de bicicleta que se utiliza, etc., são alguns dos exemplos que demonstram o quanto as subjetividades dessas mulheres estão intimamente ligadas às tecnologias que as rodeiam e o quanto os seus ativismos e as suas experiências cotidianas, nas ruas e nas redes, transformam seus *corpos políticos feministas sobre duas rodas* em *corpos políticos feministas ciborgues*.

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. Os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das mulheres”. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida - uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica (HARAWAY, 2009, p. 36).

5.1 Da experiência vivida ao Ciborgue

No mundo cicloativista feminista, a bicicleta não é só um meio de transporte qualquer, mas uma tecnologia que se encaixa ao corpo feminino para desenvolverem juntos movimentos específicos em meio ao caos do circuito integrado da malha urbana e de tudo que a compõe, como carros, ônibus, natureza, cidade, outras pessoas, etc., objetivando enfrentamentos reais nas rotinas diárias contemporâneas. Os atos reflexos dos seus corpos femininos, ao desviarem-se rapidamente entre carros e ônibus a fim de se resguardarem do risco dos acidentes de trânsito durante seus trajetos dentro do circuito ou ao apontarem prontamente a câmera de um celular para um motorista que está assediando-as ou xingando-as, criam uma espécie de programação a partir dessa prática cotidiana que, numa próxima rota, já adianta uma

ação necessária a ser feita num momento de risco iminente. A perspicácia, a agilidade, a velocidade, a firmeza e a atenção aos pequenos sinais diante das diversas situações no trânsito, tornam esses corpos muito mais resistentes quando apoiados em suas bicicletas e agindo conjuntamente, conforme relata a ciclotivista Joyce Costa (DF):

A firmeza em sinalizações e imposições quando necessário influenciam a percepção de quem é experiente no trânsito e, quanto mais a pessoa aparenta *ter* ou *ser* em pertencimento ao ciclismo, mais é respeitada, pela bicicleta refletir o que a pessoa tem ou está fazendo, por exemplo, quando transito em corredor ou via rápida com bicicleta de passeio, a opressão é muito maior do que quando estou na bicicleta fixa transitando com mais rapidez e agilidade no mesmo local. Após mais de 5 anos utilizando diferentes bicicletas como meio de transporte, o afeto e conexão que tenho com esse veículo aumenta cada vez mais, assim como a certeza de que o julgamento baseado no estereótipo poder aquisitivo/uso e percepção comportamental é seguido de desrespeito verbal e físico, que coloca vidas em risco (Entrevista concedida no dia 22/01/2020).

Aparentar “ser” experiente nesse circuito integrado do ciclismo é tão importante quanto “ter” no sentido de “possuir” coisas que agreguem nessa valoração diante da percepção dos motoristas e, conseqüentemente, também demonstram o quanto corpos femininos e bicicleta estão intimamente interligados e o quanto as características de ambos fundem-se numa só quando observamos que o tratamento dado pelos motoristas às ciclotivistas nas ruas leva em conta não só o corpo feminino mas também e, conjuntamente, a bicicleta utilizada no momento em que infringem tais julgamentos. As formas de tratamento recebidas nas ruas estão intimamente ligadas ao tipo de bicicleta que se utiliza ou, se está equipada ou não com roupas de ciclismo, fato que evidencia, para além das relações de classe, uma simbiose entre esses corpos femininos e suas bicicletas.

Quando, por exemplo, a ciclotivista Patrícia Sampaio (PE) relatou, no início deste texto, que observa que as (os) ciclistas ao estarem “todas (os) equipadinhas (os)” com roupa de ciclismo e numa *bike* mais esportiva, moderna, e aparentemente mais “cara”, tendem a ter um maior respeito por parte dos motoristas do que quando estão pedalando numa *bike* “cargueira”, pesada, mais “barata” e sem os equipamentos de ciclismo, como capacete e roupas específicas. Ela demonstrou que as relações e experiências vividas nas ruas são baseadas não só naquela mulher que está pedalando, mas também em boa parte, da máquina que carrega esse corpo, da bicicleta e, em como esse corpo está interconectado a ela, através de outros equipamentos ou da ausência destes. Da mesma forma, a ciclotivista Joyce Costa (DF), também relata experiência pessoal semelhante:

Todo o processo de me entender como ciclista e, entender o espaço urbano a partir da percepção individual e coletiva, começou após a compra de uma bicicleta convencional de passeio [...]. Com essa bicicleta, fui criando afeto, vivenciei muitas situações de assédio e desrespeito por parecer inexperiente e com baixo poder

aquisitivo, como se não pertencesse àquele trânsito, com constante opressão e situações de risco. Esse comportamento diminuiu, significativamente, quando passei a utilizar uma bicicleta fixa, montada peça por peça, marcando a aproximação pela mecânica da bicicleta e novas possibilidades de uso. Agora, com mais agilidade, por ser uma bicicleta mais rápida e uso de roupas de ciclismo, semelhante a praticantes de esporte, a percepção de respeito aumentou, em uma associação de que estou fazendo algo “sério” (treino) e posso pertencer àquele espaço, não a quem “não tem condição de estar dirigindo, por isso está de *bike*”, estereótipo associado a quem utiliza bicicleta de menor custo e com pouco ou nenhum equipamento de ciclismo (Entrevista concedida no dia 22/01/2020).

Também observamos essa relação íntima entre mulheres, bicicleta e equipamentos quando as experiências vividas por elas nas ruas as fazem enxergar necessidades específicas, como o faz o coletivo *La Frida Bike* da Bahia ao criar um capacete para cabelos *afros*, atendendo a demanda de pessoas negras por um formato adequado do respectivo equipamento voltado aos tipos específicos de cabelo, como crespos, *dreads* e tranças. Conforme reportagem do jornal *Folha de São Paulo*²⁴⁴, as cicloativistas do coletivo *La Frida Bike* perceberam que esse item tão importante para a segurança de ciclistas e que, portanto, deveria ser acessível a todos, possuía formatos e tamanhos disponíveis no mercado que não contemplavam uma grande parcela da diversidade de ciclistas. Foi a partir disso, que elas resolveram produzir um capacete especialmente para pessoas negras, conforme relata a cicloativista Livia Suarez, uma das integrantes do coletivo: “Observamos que todos os produtos de *bike*, sejam roupas ou acessórios, são pensados para pessoas brancas, de cabelos lisos, e magras. E esse era um dos fatores que fazia as pessoas negras não usarem capacete. Ele não é adequado”²⁴⁵.

Figura 95 - Capacete *ForBlacks*

²⁴⁴ Informações retiradas do seguinte endereço: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/baianas-desenvolvem-o-primeiro-capacete-de-ciclismo-para-negros.shtml>.

²⁴⁵ Relato disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/baianas-desenvolvem-o-primeiro-capacete-de-ciclismo-para-negros.shtml>.



Fonte: Facebook La Frida Bike

O capacete, denominado *ForBlacks*, criado pelo coletivo, contempla cinco aspectos importantes principais observados a partir dessas lacunas apontadas pela cicloativista Livia Suarez: formato adequado, segurança, proteção do cabelo, estilo e identidade. Com um design afrofuturista, possui uma viseira magnética e um formato maior com abertura no topo da cabeça, garantindo uma melhor adequação e visibilidade ao cabelo *afro*. Além disso, a espuma utilizada para revestir a parte interna do capacete é feita de uma esponja especial chamada *Nudred*, utilizada especificamente para enrolar e cuidar de cabelos crespos, evitando que os fios fiquem embaraçados e destruídos como normalmente acontece quando do uso de capacetes comuns.

O capacete, assim como outros equipamentos e peças que compõem a bicicleta, além dela própria, acabam por adquirir um outro *status*, seja pela condição vivenciada junto às mulheres nas ruas, favorecendo suas ações e táticas de sobrevivência, seja quando esses objetos se adequam aos diferentes corpos femininos, conferindo uma relação de quase simbiose entre humano e máquina. Os objetos passam a ter uma agência junto os corpos femininos e estes também, ao interagirem com os objetos, jamais voltarão a ser os mesmos.

Os objetos não são meras coisas, colocadas no mundo e atribuídas de sentido pela sociedade constituída ao seu redor, mas ativos, produzindo sentidos próprios em processos de interações simétricas, o que permite pensar sujeito e objeto como misturas inseparáveis. Os objetos são compostos por natureza (estrutura de partículas) e cultura (elementos construídos socialmente), sendo que dissociar um elemento do outro incorrerá em perda parcial ou total, tanto no sentido de produção, quanto no direcionamento da tecnologia para o meio social a que se destina (SIQUEIRA & MEDEIROS, 2011, p. 5).

Vemos, especialmente, essa relação simbiótica entre corpo feminino, bicicletas,

equipamentos e peças, durante as oficinas de mecânica básica de bicicleta. Já descrevemos como o processo de conhecimento, montagem e conserto das peças de uma bicicleta acontece e do quanto essas atividades favorecem ações de sororidade não só entre mulheres, mas também entre elas e os objetos que compõem as suas bicicletas. O conhecimento das peças, assim como das ferramentas utilizadas para fazer as engrenagens da máquina funcionarem e a própria conjugação com outros corpos femininos e com outras bicicletas, cada qual diferente e com uma maneira específica de lidar com a sua máquina em particular, são aspectos que compõem o processo de conexão entre humano e máquina, ou seja, de ciborguização.

Por outro lado e, além disso, a bicicleta também acaba, por sua vez, agindo através desses corpos e além deles, tendo uma agência que muitas vezes foge do controle humano quando, por exemplo, uma peça quebra, um pneu fura, uma câmara de ar se rasga, etc., o que demonstra que nunca o controle humano será totalmente eficaz, sendo a única garantia do seu funcionamento pleno a relação construída entre esse corpo feminino, a bicicleta, as peças que a compõem e as ferramentas necessárias para o seu conserto quando em quaisquer situações de emergência.

Figura 96 – Passo-a-passo pré-pedalada (Campanha do *Bike Anjo*)



Fonte: Facebook Vivian Garelli

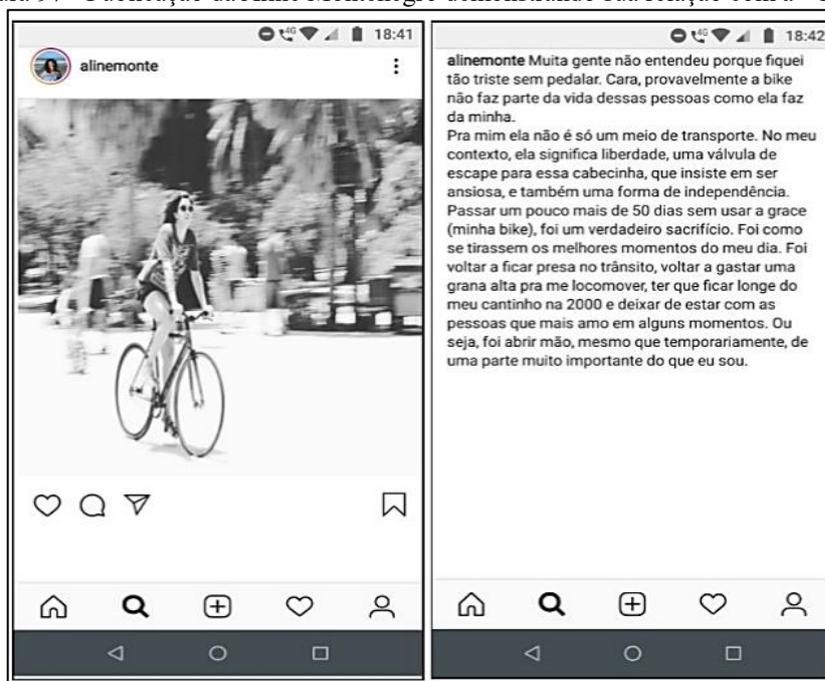
Conhecer sua máquina, estar sempre em contato com ela, saber dos seus detalhes, estar sempre preparada, andar com seu kit de ferramentas sempre à mão, tudo isso é o que confere uma maior probabilidade de funcionamento pleno à bicicleta. Quanto mais junto a cicloativista estiver da bicicleta, mais conhecimento terá sobre seu funcionamento e, menos provável serão acontecimentos que fujam da normalidade/ estabilidade. A bicicleta necessita desse corpo feminino assim como esse corpo feminino necessita da bicicleta. A relação é simétrica. O que está em jogo aqui não é só o lado humano nem somente o lado máquina, mas a relação construída por ambos. Se uma das duas partes estiverem separadas há um prejuízo para essa relação.

Nada substituirá o conhecimento extremamente fino da máquina, a maneira pela qual ela gosta de ser conduzida, a maneira pela qual as partículas, elas mesmas, gostam de serem injetadas. As diferentes operações articulam parâmetros sobre os quais nós

podemos mais ou menos calcular, uma história e uma memória, uma vontade de transmitir. Elas deixam vislumbrar que os operadores operam menos uma máquina com a qual eles não construíram uma relação, à maneira do que nós estabelecemos um longo acordo com um “organismo complexo”, envelhecendo, tendo saltos de humor e requerendo esforços constantes para ser “compreendido” (KNORR-CETINA, 1999, p. 116-120 *apud* HOUDART, 2015, p. 26-27).

Esse “conhecimento extremamente fino da máquina” é adquirido não só através das oficinas, mas também e principalmente, através da relação que é construída entre essas mulheres e suas bicicletas ao longo de anos dividindo experiências nas ruas que também não deixam de ser compartilhadas nas redes. Exemplo disso é uma das publicações da cicloativista Aline Montenegro (CE) em seu *Instagram*, onde relata que houve um momento de sua vida que ao sofrer um acidente e ficar vários dias sem pedalar, sentiu muita falta de estar em sua bicicleta, fazer seus percursos diários, encontrar seus amigos. Conta que o vazio tomou conta dos seus dias. A ausência da máquina, conforme a Aline Montenegro (CE), promoveu uma sensação de perda, como se tirasse uma parte do seu próprio corpo. Esse processo de simbiose entre corpo humano e máquina, confere à bicicleta uma característica quase viva, “ ‘a máquina’ aparece como um organismo vivente – vivente de uma certa vida” (HOUDART, 2015, p. 21-22). Algumas cicloativistas até nomeiam suas máquinas como é o caso da Vivian Garelli (RJ) e sua “Clementine”, da Aline Os (SP) e sua “Brigadeiro”, e da Aline Montenegro (CE) e sua “Grace”.

Figura 97 - Publicação da Aline Montenegro demonstrando sua relação com a “Grace”



Fonte: *Instagram* Aline Montenegro

A conexão estabelecida entre mulheres e suas bicicletas dentro desse circuito integrado de práticas e vivências, acaba por modelar esses corpos ciborgues. A *bike* é parte

desse corpo cicloativista ciborgue: ela precisa dele e ele precisa dela. É através da relação construída que a agência de ambos torna-se possível e, até mais que isso, é por meio dessa relação que são tecidas novas conexões entre mulheres e bicicletas local e globalmente, formando espécies de redes híbridas cibernéticas transnacionais, reconfigurando os corpos ciborgues, unindo mulheres e suas máquinas nas mais diversas frentes.

5.2 Redes híbridas: Conexões entre Corpos Políticos Feministas Ciborgues

É particularmente importante perceber, além das nuances que corroboram para a formação dos corpos políticos feministas ciborgues localmente, os aspectos que interconectam esses corpos ciborgues em redes globais, através das opressões, resistências e sororidades. Conforme já vimos, experiências vividas por mulheres cicloativistas do mundo inteiro, de alguma forma se interligam através de vários âmbitos, seja por meio das violências baseadas no gênero, na raça, na classe, etc. vivenciadas por elas, seja por meio dos ativismos engendrados em projetos com pautas em comum, ou até mesmo pelo simples fato de compartilharem essa relação tão íntima e singular com a bicicleta. Além disso, a presença constante das tecnologias é um outro fator que contribui muito para que essas conexões sejam estabelecidas, seja através da difusão de *hashtags*, da exibição de documentários sobre experiências cicloativistas do mundo inteiro, ou da própria vivência diária dos diversos coletivos e perfis individuais nas plataformas e grupos virtuais. O *ciberfeminismo* é “uma aliança entre as mulheres, a maquinaria e as novas tecnologias. Existe uma velha relação entre a tecnologia da informação e a libertação das mulheres” (HARAWAY, 2009, p. 21) e, é dentro dessa relação que redes cicloativistas feministas são tecidas como forma de resistência aos mais variados cenários de opressão a mulheres no mundo, por uma mobilidade urbana mais inclusiva, e na busca por um planeta mais sustentável.

Se foi, alguma vez, possível caracterizar ideologicamente as vidas das mulheres por meio da distinção entre os domínios público e privado, uma distinção que era sugerida por imagens de uma vida operária dividida entre a fábrica e a casa; de uma vida burguesa dividida entre o mercado e a casa; de uma vida de gênero dividida entre os domínios pessoal e político, não é suficiente, agora, nem mesmo mostrar como ambos os termos dessas dicotomias se constroem mutuamente na prática e na teoria. Prefiro a imagem de uma rede ideológica - o que sugere uma profusão de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político. A ideia de “rede” evoca tanto uma prática feminista quanto uma estratégia empresarial multinacional - tecer é uma atividade para ciborgues opositoristas (HARAWAY, 2009, p. 76).

Quando olhamos para as experiências dessas mulheres cicloativistas ao redor do mundo, percebemos justamente essa “tessitura” através de suas ações por meio das mais

diversas tecnologias, refletindo sobre seus próprios corpos, suas subjetividades, produzindo novos estilos de vida e constituindo redes em torno desses corpos políticos ciborgues. Estes, por sua vez, acabam por formar cada qual em seus contextos específicos, uma frente de oposição aos poderes impostos que atua globalmente, ampliando as margens para que novas formas de cidadania sejam possíveis. Através de uma aparente ficção, realidades sociais diversas e culturas variadas são moldadas.

O corpo político ciborgue tem mostrado suas práticas de resistência através de inúmeros outros movimentos e demandas das mais diversas. Do Oriente (direitos humanos) à Europa (direitos sociais e problemáticas da política institucional) e Wall Street, o corpo político ciborgue em suas múltiplas comunidades e conexões, redefina o que hoje entendemos por máquina política, comunidade política, participação e cidadania, e amplia as possibilidades das “políticas de associação” (Haraway, 2000; Gray, 2002). As ações políticas deste corpo constituem uma “política híbrida” (Gray, 2002), desde os aspectos ideológicos da constituição e reivindicações até às questões de espaço, estabelecendo um processo de conexão e interação entre o espaço moderno e o espaço pós-moderno de lutas (SIQUEIRA & MEDEIROS, 2011, p. 12).

Os aportes tecnológicos, as ferramentas, as bicicletas, as experiências vividas de opressão, resistência e sororidade, as relações com o entorno, o compartilhamento de vivências na *internet* e entre culturas diferentes, tudo isso dentro de um contexto sociocultural baseado numa era em que os fluxos de informações constantes confundem tempo e espaço, unem mulheres cicloativistas de diferentes regiões. A partir da bicicleta, elas encontram um meio de traçar novas rotas, novos caminhos que se cruzam com o de outras mulheres. No meio desses percursos, existem diversos percalços, obstáculos consequentes das diversas experiências vivenciadas no seio dessas dinâmicas, mas, ao mesmo tempo, em que esses conflitos podem “quebrar” algumas conexões, também dão margem para que novas ligações sejam estabelecidas e novos percursos sejam traçados, através das ruas ou da comunicação em redes, criando-as e transformando-as ao longo de um tempo intemporal. O mundo cicloativista dessas mulheres é, antes de mais nada, um

Mundo de redes entrelaçadas - redes que são em parte humanas, em parte máquinas; complexos híbridos de carne e metal que jogam conceitos como “natural” e “artificial” para a lata do lixo. Essas redes híbridas são os ciborgues e eles não se limitam a estar à nossa volta - eles nos incorporam (HARAWAY, 2009, p. 24).

A internet, portanto, reatualiza e potencializa a construção desses **“corpos políticos ciborgues”** (GRAY, 2002),

os quais não são apenas corpos locais potenciais para a promulgação de novas subjetividades, mas, interligados no mundo cibernético através de diversas próteses, constituem práticas corporais de poder que operam no sentido da reconstrução dos órgãos políticos instituídos. O espaço ampliado de possibilidades atinge seu significado maior então, quando entendemos a internet como mecanismo de conexão “nos” e “entre” os novos movimentos políticos que emergiram e caracterizam a

política pós-moderna (SIQUEIRA & MEDEIROS, 2011, p. 11).

Podemos observar, especialmente através do mapa de conexões cicloativistas de mulheres abaixo, como esse fenômeno evidencia-se. Cicloativistas brasileiras, representadas pelos pontos em cor laranja, conectam-se entre si, por meio das variadas experiências de opressões (violências de gênero, de trânsito, urbanas tomando como base os referenciais de raça, classe, gênero, idade, etc. entrecruzados) e resistências (táticas individuais como usar arma de choque, pedalar ao contrário, etc.) vivenciadas em suas cenas locais. As conexões entre as opressões e resistências estão representadas no mapa pelas linhas vermelha e azul, respectivamente.

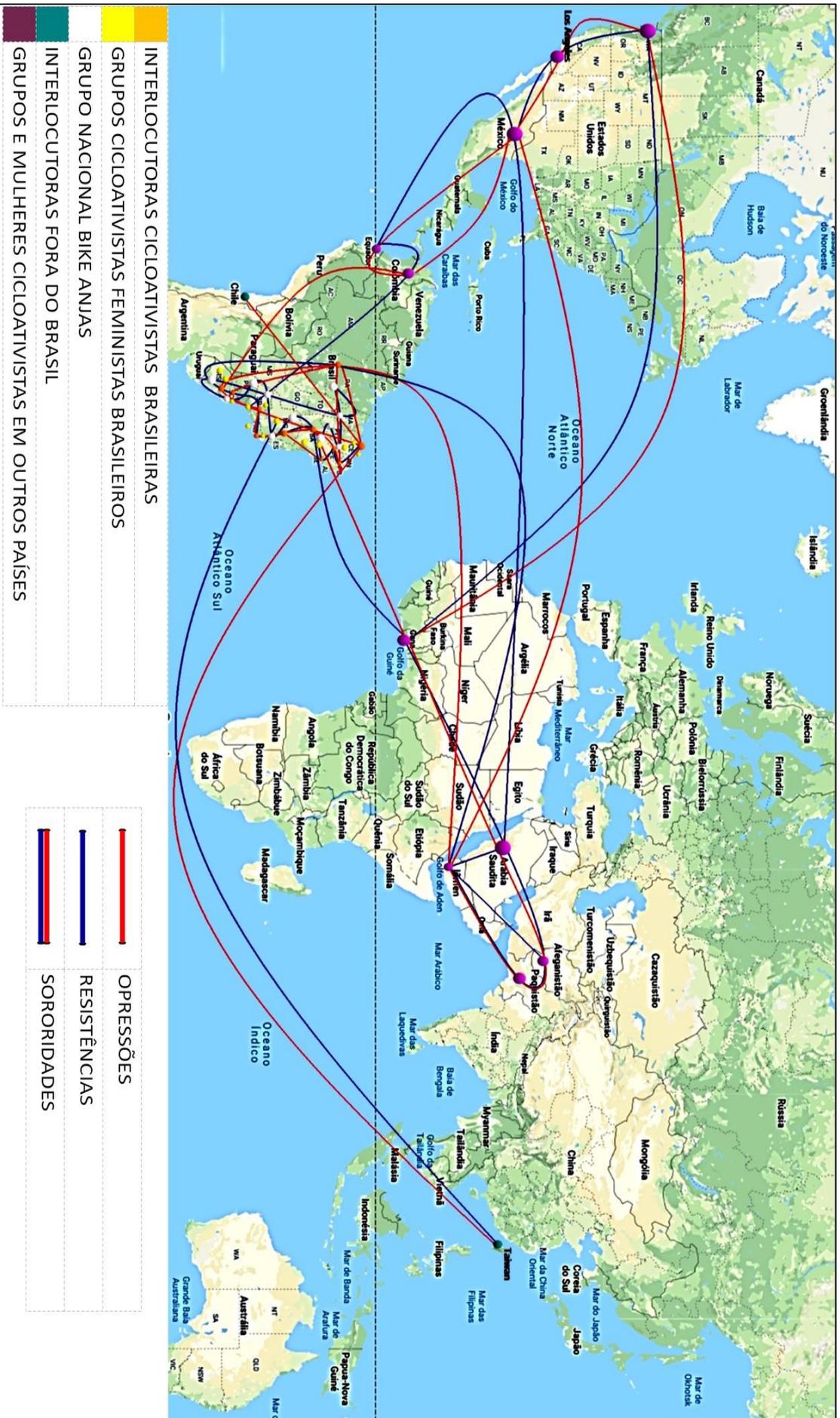
A partir do momento em que as cicloativistas brasileiras passam a perceber, através do contato estabelecido com outras mulheres pedalantes, que essas violências diárias são, antes de mais nada, um fenômeno coletivo e que, portanto, atinge outras cicloativistas em outras tantas regiões do Brasil, grupos cicloativistas de mulheres entram em cena. No mapa eles estão representados pelos pontos amarelos, distribuídos em diversos estados do Brasil. Esses grupos podem ser localizados ou terem um alcance nacional, como é o caso das *Bike Anjas*, representadas pelos pontos em cor branca. Através dos eventos nacionais e internacionais, cenas translocais e transnacionais são evidenciadas e, outras novas conexões entre essas mulheres são estabelecidas, especialmente quando levamos em conta o contexto de interconexão estabelecido pela era tecnológica, que age por meio da internet. É possível, então, estabelecermos conexões entre as experiências de mulheres cicloativistas brasileiras que residem em outros países, como Taiwan, com as brasileiras que residem ainda no Brasil, assim como também podemos conectar as experiências destas últimas com vivências semelhantes de cicloativistas chilenas, por exemplo, ambas interlocutoras que expandem o movimento para além das fronteiras do território nacional, juntamente com os eventos proporcionados pelo movimento cicloativista mais geral. Estas duas experiências que se expandem para além do Brasil estão representadas no mapa pelos pontos em cor verde.

Opressões e resistências constituem linhas em comum que entrecruzam as experiências de mulheres cicloativistas nas mais diversas culturas, conforme foi possível observarmos nas análises do capítulo 4 desta pesquisa. Estas vivências de violências diversas que se fundem nos mais variados ativismos feministas de mulheres pedalantes ao redor do mundo, representadas no mapa a partir dos pontos em cor lilás, terminam por formar juntamente com as outras conexões já traçadas, um emaranhado. As linhas de opressões e resistências se entrecruzam, feito uma costura, resultando numa espécie de rede cicloativista feminista, que reúne cada um desses corpos pedalantes simultaneamente a nível local e global, onde é possível

observar uma luta que é ao mesmo tempo, individual e coletiva.

A costura das opressões e resistências, quando unidas, transforma-se num lugar outro, abre-se um espaço de possibilidades, onde as sororidades enfim são tecidas. Esse grande tecido, culturalmente diverso, pode rasgar-se e outra vez remendar-se; ele é flexível às diversas mudanças por que passa o mundo contemporâneo ao qual está submetido, entretanto, por hora e, a partir do olhar singular produzido pela pesquisadora através do caminho escolhido a percorrer juntamente com as interlocutoras e todas as outras participantes da rede, este mapa contempla a rede cicloativista de mulheres aqui explorada. Essas linhas que começaram a ser costuradas aqui reúnem os significados e as diversas experiências culturais de mulheres pedalantes num único mundo de redes entrelaçadas a que chamo de *corpo político feminista sobre duas rodas*, um corpo que a todo momento se reconecta, se reconstrói e se transforma a cada nova experiência, um *corpo ciborgue*.

FIGURA 98 - MAPA DA REDE CICLOATIVISTA FEMINISTA CONTEMPORÂNEA



Notas Finais

Uma das finalidades desta pesquisa e, em especial, deste capítulo foi demonstrar as diversas conexões estabelecidas dentro e a partir das dinâmicas do movimento cicloativista feminista contemporâneo. Ou seja, compreender que, na era tecnológica a qual estamos a vivenciar, a forma como nos relacionamos se estabelece por meio dos circuitos, das circulações, das redes e, conseqüentemente, esta forma singular de relacionamento também irá se fazer presente no cicloativismo das mulheres, através de suas ações dentro do contexto da *cibercultura*.

Corpo feminino, bicicleta, equipamentos de ciclismo, celulares, notebooks, ativismos nas ruas, ciberativismos, etc., compõem o que chamamos de *mulheres no circuito integrado* (GROSSMAN, 1980). Dentro desse circuito, o movimento cicloativista acaba por localizar-se na intersecção entre natureza e cultura, pois apesar de trazer aspectos relacionados ao cuidado com o meio ambiente, por outro lado mostra-se extremamente tecnocultural. Ou seja, essa relação entre mulheres, bicicleta, tecnologias e seu entorno é o que dá origem ao processo de ciborguização, em que se evidenciam os hibridismos: humano-máquina, local-global, natureza-cultura. Os aspectos híbridos observados na relação entre as cicloativistas e suas bicicletas e outros equipamentos é o que dá início à transformação desses *corpos políticos feministas sobre duas rodas em corpos políticos ciborgues*.

Em seguida, podemos destacar como pontos importantes nessa construção dos corpos ciborgues a perspicácia, a agilidade, a velocidade, a firmeza e a atenção aos pequenos sinais diante das diversas situações vivenciadas no trânsito por essas mulheres junto às suas bicicletas. Aparentar ser experiente e andar equipada, evidenciam relações de classe dentro desse circuito integrado do ciclismo, revelando sua importância para a percepção dos motoristas acerca dessas mulheres pedalantes, outros fatores que também devem ser levados em conta quando da observação dessa relação simbiótica entre corpos femininos e bicicletas.

Os objetos que compõem a bicicleta também passam a ter uma agência junto aos corpos dessas mulheres quando da relação estabelecida entre ambos a partir, por exemplo, das oficinas de mecânica básica de bicicleta em que o conhecimento das peças e das ferramentas utilizadas são postas em prática, da criação de capacetes específicos para cabelos *afros* como é o caso do *For Blacks*, criado pelo coletivo *La Frida Bike*, ou quando da nomeação das bicicletas pelas suas “donas” conferindo-lhes características quase vivas. Todos esses aspectos são imprescindíveis ao processo de ciborguização e, a partir dessas conexões entre mulheres e bicicletas, construídas local e globalmente, compõem-se as redes híbridas, um emaranhado de corpos políticos feministas sobre duas rodas, dentro do qual as tecnologias, os mais diferentes

tipos de bicicletas e seus acessórios constituem aspectos indissociáveis nos corpos ciborgues que encontramos nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIM DO PERCURSO OU INÍCIO DE NOVAS ROTAS?

As rotas percorridas até aqui foram traçadas por meio do acompanhamento de mulheres diversas que escolheram a bicicleta como um instrumento de conquista do mundo. Essas mulheres trouxeram, a partir das suas experiências, ensinamentos imprescindíveis à luta feminista contemporânea, tanto em termos teóricos quanto práticos, principalmente, quando observamos, ao longo do histórico de formação do movimento, a mudança gradual de um feminismo branco, liberal, de classe média para a emergência de novos feminismos, em que se incluem, de forma muito preponderante, vozes femininas não hegemônicas, plurais, marginalizadas, vozes das mulheres que estão nas periferias, vozes que costumeiramente são silenciadas pelo feminismo tradicional.

Adentrar esses múltiplos mundos nos faz enxergar para além da ponta do *iceberg* feminista, aquele mais retratado pela mídia tradicional hegemônica para a qual o feminismo ainda aparece como preponderantemente branco e de classe média. Aqui buscamos mergulhar a fundo e trazer para o centro a importância dos ativismos afro-latinoamericanos e, de fato, mostrar que há uma experiência interseccional dentro dos feminismos atuais. Aprender com as mulheres indígenas, camponesas, latinas, sem perder o foco num mundo altamente urbano, tecnológico e globalizado, indo de uma ponta a outra, nesse emaranhado em que se localiza o cicloativismo feminista, mostra-se de uma riqueza de conhecimentos singular para todas e todos que tiverem a oportunidade de conhecer esse mundo pedalante.

Durante todos esses percursos, fomos compreendendo quem eram essas múltiplas mulheres que desbravavam as ruas de trânsito caótico das cidades brasileiras em cima de bicicletas, cada uma no seu local, com seus objetivos particulares e, olhares diversificados sobre uma mesma realidade: como fazer da mobilidade urbana um espaço mais inclusivo, mais acolhedor às mulheres e às bicicletas? Fomos observando, através de seus relatos que, até chegar a esse questionamento, essas mulheres, dentro de seus cenários locais, percorreram um longo caminho que as levou a se juntarem a outras mulheres em coletivos a partir de seus desejos, necessidades e motivações políticas para tentar solucionar alguns problemas que percebiam ter em comum, como o de economizar tempo, dinheiro e distância, contribuir para diminuir a poluição ambiental, dar mais praticidade, saúde e bem-estar à sua rotina diária, adquirir mais autonomia, aumentar suas capacidades físicas e sensoriais, ou simplesmente como uma alternativa de lazer.

Porém, ao adentrarem o mundo do ciclismo, descobriram ruas e trânsitos bastante hostis às suas presenças. A barreira entre espaço público e espaço privado parecia ainda não ter sido derrubada. A cidade parecia realmente não ter sido feita para mulheres, o trânsito parecia

não se conformar com a presença de bicicletas numa era dominada por automóveis. Assédios, xingamentos, atropelamentos, “fechadas”, mortes, etc. aglutinavam-se na intersecção das violências de gênero, de trânsito e urbanas. Aspectos de raça, classe, idade, etc. somavam-se ao gênero como determinantes para as opressões vivenciadas cotidianamente. Ser mulher e pedalar, em pleno século XXI, não era uma tarefa tão fácil e simples como parecia. Restavam, portanto, a elas escolherem entre dois caminhos: desistir ou resistir.

É no momento dessa escolha que essas mulheres se tornam tão singulares. Armas de choque, câmeras de celular, pedalar na contramão, revidar, fugir de ciclofaixas, encarar vias rápidas, desviar entre corredores engarrafados de carros e ônibus, etc., essas são algumas das táticas de sobrevivência escolhidas por quem decide, mesmo em meio ao caos, resistir. Elas entenderam que a cidade precisava se reconstruir a cada pedalada e a mudança começava com a ocupação das ruas. Mas pensaram que talvez ocupar esses espaços de forma coletiva fosse mais eficaz do que enfrentar o “monstro” sozinhas e, é aqui, que surgem os grupos cicloativistas de mulheres, tão diversos quanto a variabilidade do público que os compõem.

Num período em que a *internet* adentra o cenário de lutas dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, em especial dos movimentos feministas, mulheres pedalantes decidem unir-se em grupo, tanto de forma presencial como virtual, unindo o local e o global por meio das redes sociais digitais com a prática do que denominamos neste trabalho de *cibercicloativismo feminista*. Por este conceito, queremos enfatizar a indissociação entre as tecnologias de comunicação – especialmente as redes sociais digitais – e a reverberação transnacional de uma cultura ecofeminista, urbana, jovem, formada por mulheres diversas, que tem na bicicleta o seu eixo de ação política. Exemplo disso observamos na difusão de *hashtags* como o *#BikeForYemen*, na formação dos diversos grupos cicloativistas feministas virtuais, nos eventos locais, translocais e transnacionais do movimento criados e divulgados via redes sociais digitais, etc. Todos estes são aspectos que demonstram a interconexão global do movimento cicloativista, que tem como um dos aportes principais do seu ativismo as redes sociais digitais.

As diversas atividades coletivas como oficinas, rodas de conversa, pedaladas, etc., em que podemos destacar, por exemplo, o uso da *bike* como instrumento de trabalho e criatividade (*Señoritas Courier; Bike Café Poético*), ou a bicicleta como meio de compartilhamento de aprendizagens (oficinas; empreendedorismo social) desenvolvem-se tanto presencialmente quanto virtualmente, por meio das redes sociais digitais em formas de interação que são inseparáveis.

Todas essas ações visam alcançar um objetivo muito maior que seus antigos propósitos individuais, permitindo, portanto, a troca de experiências e a consequente construção de espaços de sororidade. A bicicleta ganha então um *status* de ferramenta de luta e as mulheres,

em sua companhia, acabam por incorporar o ativismo político feminista em seus estilos de vida. A mudança começa quando as mulheres fazem das bicicletas um prolongamento de seus corpos em suas ações políticas: bicicletas representam mais que um simples transporte e mulheres *ciclistas* transformam-se agora em *cicloativistas*. Juntas e, aos poucos, elas desenvolvem o que chamamos de *corpo político feminista sobre duas rodas*.

Grupos os mais diversos espalham-se pelo Brasil, cada qual com características semelhantes e ao mesmo tempo carregando pautas singulares, condensando aspectos multifacetados da luta feminista contemporânea aliados às pautas da mobilidade urbana por bicicleta. Do grupo *Saia na Noite*, aos mais recentes, como *Pedal das Gurias* ou *La Frida Bike*, muita coisa mudou. As fronteiras entre público e privado, pessoal e político, casa e rua, presencial e virtual são quebradas e os novos ativismos tomam conta das ruas e das redes no Brasil. Movimentos auto-organizados, sem lideranças, criados através de eventos virtuais, invadem os espaços públicos das cidades brasileiras, uma nova reconfiguração de luta política surge.

É dentro desse contexto que o cicloativismo e suas pautas aglutinarão muitos dos aspectos trazidos por essas lutas que começam a se desenrolar por volta dos anos 2000. O movimento se conecta em suas origens e formas de atuação ao ecofeminismo trazido pela luta das mulheres do campo e indígenas na Marcha das Margaridas e na Marcha das Mulheres Indígenas, à realização de diversas ações e intervenções em defesa do meio ambiente e de cidades mais sustentáveis, aspectos primordiais que estão inseridos nos atuais objetivos propostos pela comunidade internacional na **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável e, portanto, ressaltando temas cada vez mais presentes nos assuntos globais em meio à crise climática que ameaça o planeta.

Também traz as bandeiras da luta contra o racismo, do classismo e do preconceito de gênero trazido pela Marcha das Mulheres Negras, principalmente em grupos cicloativistas de Salvador, como é o caso do grupo *La Frida Bike*.

Cicloativistas do movimento já fizeram protestos em São Paulo colocando seus corpos nus nas ruas sobre as bicicletas, e assim se conectando à Marcha das Vadias, um tipo de feminismo que depois foi criticado pelas feministas negras cujos corpos foram muito mais objetificados e sexualizados do que os das mulheres brancas de classe média, a maioria nestas manifestações. Como os feminismos de forma mais ampla no mundo, o *cibercicloativismo feminista* também é heterogêneo, e cresce com os diálogos e também com os conflitos, especialmente quando aquelas em posição hegemônica reconhecem e aprendem que tem “pontos cegos” com relação as mulheres negras e periféricas e LGBTQs.

Reivindicações em torno de uma mobilidade urbana mais igualitária, acessível e justa para todos, pautas levantadas pelo Movimento Passe Livre, onde inclui-se a importância de transportes ativos como a bicicleta; A incorporação de questões ligadas à política governamental com o Movimento *Ele Não*, além dos ciberfeminismos trazidos pelos movimentos latino-americanos como a difusão das *hashtags* *#MeuPrimeiroAssédio* ou as manifestações *O Estuprador é Tu* iniciadas no Chile; dentre várias outras pautas. Esses eventos que repercutiram nas redes sociais digitais, em especial, foram importantes para o desenvolvimento do *cibercicloativismo feminista*, onde os ativismos locais e globais das cicloativistas, através das redes sociais digitais, entrecruzam-se. Da natureza à cultura, de uma política ecológica à uma cultura extremamente urbana e tecnológica, mulheres e bicicletas embrenham-se nos “entres” e semeiam a coalização das partes.

O cicloativismo feminista contemporâneo, conforme foi possível observar ao longo desta pesquisa, é um movimento altamente dinâmico, que conjuga as mais diversas facetas e aglutina lutas que vão muito além dos seus próprios propósitos e transbordam as margens locais de ativismo dessas mulheres, seus grupos e suas cidades locais. Tomando como base as opressões, as resistências e as sororidades presentes nas experiências dessas mulheres, nas ruas, nas redes e nos espaços institucionais do movimento cicloativista geral (misto) com suas associações e grupos de ciclismo os mais variados, percebemos o quanto o ativismo dessas mulheres pedalantes seguem fluxos que se emaranham, se reproduzem e se costuram em cenários muito além dos já complexos contextos cotidianos locais. Nos eventos nacionais e internacionais, várias cenas alternativas independentes formam-se, a partir da evidência da reprodução de desigualdades sociais e estruturas racistas e misóginas mais amplas, que aparecem nas disputas de poder dentro das instituições, nos diversos eventos, bem como nos modos em que diferentes grupos de mulheres praticam o *cibercicloativismo feminista* através das mesmas disputas no campo virtual.

Além disso, o movimento cicloativista também se expande através de outras conexões, baseadas tanto na expansão dos ativismos em rede como no próprio compartilhamento de experiências de ativismo com a *bike* em contextos culturais completamente diferentes. Mulheres brancas, negras, latinas, americanas, africanas, árabes, mexicanas, mulçumanas, ricas, de classe média, da periferia, pedalando *bikes* modernas e outras nem tanto, enfrentando obstáculos culturais, dificuldades financeiras, a guerra, a fome, os assédios, os xingamentos, os julgamentos, etc., juntam-se em diversas frentes na luta por um mundo mais justo, igualitário e inclusivo, utilizando a bicicleta como impulsionadora de suas ações.

As cicloativistas conjugam as mais variadas cenas: corpo feminino, bicicleta, equipamentos de ciclismo, celulares, notebooks, ativismos nas ruas, ciberativismos, etc., compondo o que chamamos de *mulheres no circuito integrado* (GROSSMAN, 1980). Os hibridismos entre humano-máquina, local-global, natureza-cultura entram em cena a partir dessa relação entre mulheres, bicicleta, tecnologias e seu entorno, dando origem ao processo de ciborguização, transformando os *corpos políticos feministas sobre duas rodas* em *corpos políticos ciborgues*.

Temos, portanto, um cenário de mulheres diversas, em contextos completamente plurais, mas interconectadas pela bicicleta e pela crença na transformação do mundo através do movimento de seus corpos e do avanço dos pedais. Mulheres que acreditam que é sempre possível continuar o percurso e subir uma montanha, porque é na descida que a alegria da conquista e o reconhecimento da luta sempre vem. Elas sobem, descem, cruzam viadutos, sozinhas ou em coletivo, acreditando que cada rastro de pneu é um ensinamento da rota para uma próxima pedalante. Rastros e linhas que se entrecruzam, pés e mãos que se unem, humano e máquina que se encaixam. Mulheres e bicicletas, um ciborgue. Redes de mulheres, redes ciborgues: corpos políticos feministas sobre duas rodas. Fim desse percurso, porém só o início de novas rotas.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. **Bolsonaro diz que busca parceria internacional para gestão da Amazônia**. Publicado em 27/07/2019. In: Repórter da Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-07/bolsonaro-diz-que-busca-parceria-internacional-para-gestao-da-amazonia>. Acesso em: 03 de ago. 2019.
- ABU-LUGHOD, Lila. Do Muslim Women Really Need Saving? In: **American Anthropologist**, 104 (3), p. 783-790. DOI: 10.1525/aa.2002.104.3.783. New York. 2002. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/aa.2002.104.3.783>. Acesso em 20 de nov. 2019.
- ACBC. **Associação de Ciclismo de Balneário Camboriú**. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ciclismo.acbc/about/?ref=page_internal. Acesso em 2019.
- ACERGS. **Associação de Cegos do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://acergs.org.br/>. Acesso em 2019.
- ACTIONAID. **53% das adolescentes e jovens brasileiras convivem com medo diário de assédio, mostra pesquisa da ActionAid – Janeiro/ 2019**. Disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/pesquisa-assedio/. Acesso em 2019.
- ADAMS, P. **Geographies of media and communication**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALBUQUERQUE, Alana Soares; HENNIGEN, Inês e FONSECA, Tania Mara Galli. CARTOGRAFIAS NO CIBERESPAÇO: EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS EM ESPAÇOS HÍBRIDOS. **Psicol. Soc. [online]**. 2018, vol.30, e174086. Epub 14-Nov-2018. ISSN 0102-7182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174086>. Acesso em 2019.
- ALDRED, Rachel; JUNGnickel, Katrina. **Why culture matters for transport policy: the case of cycling in the UK**. In: *Journal of Transport Geography* 34 (2014). p.78-87. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0966692313002202>. Acesso em 13 de nov. 2019.
- ALIANÇA BIKE; LABMOB. Relatório: **“A Economia da Bicicleta no Brasil”**. In: *Economia da Bicicleta*. Org. Disponível em: <http://economiadabicicleta.org.br/>. Acesso em 2019.
- AMOBICI. **Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis**. Disponível em: <https://amobici.org.br/>. Acesso em 2019.
- AMPUDIA, Ricardo. **Baianas desenvolvem o primeiro capacete de ciclismo para negros**. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/baianas-desenvolvem-o-primeiro-capacete-de-ciclismo-para-negros.shtml>. Acesso em 2019.

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism** (Revised and extended). London, UK: Verso. 2006.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. **To (o) Queer the Writer: Loca, Escrita y Chicana**. In: WARLAND, Betsy (Ed.). In: *Versions: Writing by Dykes, Queers and Lesbians*. Vancouver: Press Gang, 1991. p. 249-63.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

ARONOVICH, Lola. **‘O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão’**. The Intercept Brasil. Matéria 21/12/2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>. Acesso em 12 de 2019.

ARONOVICH, Lola. **Blog Escreva Lola Escreva**. Fortaleza - CE. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com>. Acesso em 12 de out. 2019.

ARONOVICH, Lola. **Viva a marcha das vadias! Já a reação a ela**. Blog Escreva Lola Escreva. Fortaleza-CE. 05/11/2011. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2011/06/viva-marcha-das-vadias-ja-reacao-ela.html>. Acesso em 27 set. 2019.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS. **Aliança Bike > quem somos**. Disponível em: http://www.aliancabike.org.br/pagina.php?id_secao=1&id_page=8. Acesso em 10 de jul. 2019.

ATIVIDADE LEGISLATIVA / PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES / PL 5069/2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em 2019.

BAHIANA, Escola de Medicina e Saúde Pública. **1ª Marcha das Mulheres Negras de 13 a 18 nov. 2015**. Disponível em: <https://www.bahiana.edu.br/galeria/detalhes/18034/1-marcha-das-mulheres-negras/>. Acesso em 13 de set. 2019.

BAIROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados**. In: **Revista de Estudos Feministas**. 1995, v. 3, n. 2, p. 458 – 463. Santa Catarina, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em 20 de Setembro de 2019.

BARBARA, Vanessa. **América Latina está se espalhando O feminismo radical da América Latina está se espalhando**. The New York Times, em 28/01/2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/01/28/opinion/latin-america-feminism.html?fbclid=IwAR2O9fxSjbXDrQWUxTHYYI1BgJZCFAqjhiwQYmCuLCxn547VpdOB6POHz_s. Acesso em 03 de fev. 2020.

BARBER, Kattalin. Silvia Rivera Cusicanqui: “**Temos que produzir o pensamento da vida cotidiana**”. In: El Salto Diário. 2019. Disponível em: https://www.elsaltodiario.com/feminismo-poscolonial/silvia-rivera-cusicanqui-producir-pensamiento-cotidiano-pensamiento-indigena?fbclid=IwAR0PBGz6bIIQkGMTgtyPNrDEs8DoRh4f1lRt2jjGMdlIVmIpph_KyfmhS0. Acesso em 02 de abr. 2019.

BARROS, Olavo. **Argentinas protestam contra absolvição de réus por feminicídio que chocou o país**. Ponte Jornalismo em 30/11/2018. Disponível em: <https://ponte.org/absolvicao-de-acusados-por-estupro-e-feminicidio-de-lucia-perez-gera-indignacao/>. Acesso em 11 de ago. 2019.

BATISTA, Pollyanna. “**O que é o movimento #MeToo?**”, em 09/03/2018. Blog Estudo Prático, terra educação. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-o-movimento-metoo/>. Acesso em 08 de out. 2019.

BBC NEWS | MUNDO. **#NiUnaMenos: milhares de mulheres saem às ruas da América Latina para exigir o fim da violência de gênero**. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37711297>. Acesso em 23 de set. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.

BEIRA, Gabriella. **Coletivos feministas estudantis: a importância da auto-organização**. Janeiro/ 2015. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/coletivos-feministas-estudantis-importancia-da-auto-organizacao/>. Acesso em 2019.

BENNETT, Andy; PETERSON, Richard A. **Music Scenes: Local, Translocal, and Virtual**. Ed. Vanderbilt University Press. Nashville, 2004.

BENTES, Ivana. **Hackear, narrar: As novas linguagens do ativismo**. Em *Mídia-Multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BERNETTI, Martin. **ONG denuncia: uma mulher é assassinada a cada 30 horas na Argentina**. In: Sputniknews Brasil. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/201611236923076-mulheres-violencia-argentina/>. Acesso em 12 de ago. 2019.

BIKE ANJAS. **Bike Anjas: Unir mulheres em prol da mobilidade por meio da bicicleta**. Disponível em: <https://bikeanjas.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 2019.

BIKE ANJO. **O que é o Bike Anjo**. Disponível em: <https://bikeanjo.org/about/sobre-nos/>. Acesso em 2019.

BLUM, Alan. **Scenes**. In: *The Imaginative Structure of the City*, v.1, 2 ed. Canadá: National Library of Cataloguing in publication, 2001. p. 164 – 188.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Khüner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política & Sociedade*, 6: 15-58. 2005. Tradução de "Le champ économique". In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 119: 48-66, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups**. *Berkeley Journal of Sociology*, n. 32, p. 1-49, 1987.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. **Social network sites: definition, history, and scholarship**. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Indiana, v. 13, n.1, Oct. 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em: 20 de Setembro de 2019.

BREWER, Rose M. Black Women and Feminist Sociology: The Emerging Perspective. *The American Sociologist*, v. 20, n. 1, In: **Feminist Scholarship in Sociology** (Spring, 1989), pp. 57-70. Published by: Springer. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27698449>

BURCA. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Burca&oldid=57395858>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade** – Col. Sujeito & História. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução: Ivo Barroso. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVO, Christina Malmberg. **Case study on intermediate means of transport: bicycles and rural women in Uganda**. Environmentally Sustainable Development Division, Technical Department, Africa Region, World Bank, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS: **PL 5069/2013**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em 2019.

CAMARGO, Orson. **“Fases do feminismo”:** **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>. Acesso em 01 de junho de

2019.

CANEVACCI, Massimo. **A Antropologia da Comunicação Visual**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Mulher Negra. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em 11 jul. 2019.

CAROL HANISCH. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carol_Hanisch&oldid=52475160. Acesso em: 27 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CERON-ANAYA, Hugo. **Not everybody is a golfer: Bourdieu and affluent bodies in México**. In: Journal of Contemporary Ethnography, 2017. v. 46, n. 3. pp. 285-309. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0891241615606499>. Acesso em 2019.

CHILAND, Elijah. **New Film Documents Badass Women Bicyclists of Boyle Heights**. In: The all-female bike crew Ovarian Psycho-Cycle fights against gentrification. 2016. Disponível em: <https://la.curbed.com/2016/3/16/11251818/ovarian-psycho-documentary-women-bikes-gentrification>. Acesso em 2019.

CICLOCIDADE - ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO. **Oficina Mão na Roda**. Disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/maonaroda>. Acesso em 13 de mai. 2019.

CICLOCIDADE - ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/quem-somos>. Acesso em 03 de mar. 2019.

CICLOCIDADE. **#GTGENERO LANÇA RESULTADOS DA PESQUISA "MOBILIDADE POR BICICLETA E OS DESAFIOS DAS MULHERES DE SÃO PAULO"**. Publicado em 27/09/2016. Disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/858-gtgenero-lanca-resultados-da-pesquisa-mobilidade-por-bicicleta-e-os-desafios-das-mulheres-de-sao-paulo>. Acesso em 10 de jul. 2019.

CICLOCIDADE. **Pesquisa perfil de quem usa bicicleta na cidade de são paulo - relatório completo**. Publicado em 31/03/2016. Disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/809-pesquisa-perfil-de-quem-usa-bicicleta-na-cidade-de-sao-paulo-relatorio-completo>. Acesso em 10 de jul. 2019.

CICLOVIDA. **Estatuto**. Disponível em: <https://ciclovida.org.br/a-associação/>. Acesso em 05 de mai. 2019.

CICLOVIVO. **Uso de bicicleta diminui quase 400 mil toneladas de gases poluentes por ano**. In: Ciclo vivo. Publicado em 8/06/2018. Disponível em:

<https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/uso-de-bicicleta-diminui-quase-400-mil-toneladas-de-gases-poluentes-por-ano/>. Acesso em 02 de fev. 2019.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado: Capítulo XV - DAS INFRAÇÕES. Art. 214. In: **CBT DIGITAL**. Disponível em: <http://www.ctbdigital.com.br/artigo/art214>. Acesso em 11 de jul. 2019.

COGO, Denise. **Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos**. Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona. p. 43 – 65. Barcelona, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/78545565.pdf#page=43>. Acesso em 30 de set. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamilyne Pinheiro Dias. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Tradução: Bianca Santana. In: Parágrafo, Dossiê Comunicação e Desigualdades, Jan/Jun. 2017, v. 5, n. 1, p. 7 – 17. ISSN: 2317 – 4919. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em 30 de julho 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. v.31, n.1, pp.99-127. Jan. / Abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em 06 de fev. 2019.

COX, P. **Cycling cultures and social theory**. In P. Cox (Ed.), *Cycling cultures* (pp. 14-42). Chester: University of Chester Press, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. v.10, n.1, pp.171-188. Jan. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em 09 de abr. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé (2012). **Cartografiando las margines: Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color**. In: Lucas Platero (ed). *Intersecciones: Cuerpos y Sexualidades Em La Encrucijadas*. Barcelona: Bellaterra, p. 87-123.

CRUZ, Willian. **Fotos e vídeo da Pedalada Pelada 2019 em São Paulo**. Publicado em 18/03/2019. Disponível em: <http://vadebike.org/2019/03/pedalada-pelada-fotos-video-sao-paulo-2019/>. Acesso em 12 de ago. 2019.

CRUZ, Willian. **Ghost Bikes**. Disponível em: <http://vadebike.org/2013/02/ghost-bikes/>. Acesso em 2019.

CRUZ, Willian. **Saia na Noite: 25 anos iniciando mulheres nas pedaladas**. 2017. Disponível em: <http://vadebike.org/2017/10/saia-na-noite-pedalada-feminina-mulheres-ciclistas/>. Acesso em 03 de abr. 2019.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do)**. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b>. Acesso em 06 de set. 2019.

DIÓGENES, Glória. Inscricões sobre o corpo: violência e mitologia. In: JUNIOR, Ismael Pordeus; BARREIRA, César (org). **Cultura, Narracão e Identidade**. São Paulo. Terceira Margem, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. 2000. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relacões de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 224pp.

ENGLER, Veronica. **Imagens não são apenas coisas para representar**. In: Entrevista concedida por Didi-Huberman em 2017 ao jornal argentino Página 12, disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/45024-las-imagenes-no-son-solo-cosas-para-representar>. Acesso em 2019.

ESTEBAN, Mari Luz. Antropología del cuerpo. **Género, itinerarios corporales, identidad y cambio**, 2004. In: DOBRÉE, Patricio; DIAZ, Natalia Quiroga (Org). *Luchas y alternativas para una economia feminista emancipatória*. Buenos Aires – Argentina: CLACSO, 2019.

FÁBIO, André Cabette. **A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro**. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>. Acesso em 20 de set. 2019.

FACEBOOK. **100GURIAS100MEDO**. In: Facebook.com. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/100gurias100medo/about/?ref=page_internal. Acesso em 10 de ago. 2019.

FACEBOOK. CICLO URBANO. ONG. **Associação Ciclo Urbano**. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ongciclourbano/about/?ref=page_internal. Acesso em 11 de ago. 2019.

FACEBOOK. **Coletivo dos ciclistas urbanos de Campina Grande**. In: NOVOS URBANOS. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/novosurbanoscg/about/?ref=page_internal. Acesso em 06 de ago. 2019.

FALKHEIMER, J.; JANSSON, A. **Geographies of communication. The spatial turn in media studies**. Göttingen: Nordicom, 2006.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. Tradução de Paula Siqueira. In: **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155 – 161, ISSN: 0104 – 5679. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>. Acesso em 29 de Agosto 2019.

FELMAN, Shoshana. **The Scandal of the Speaking Body: Don Juan with J. L. Austin, or Seduction in Two Languages**. Trad. Catherine Porter. 1980. Stanford: Stanford University

Press, 2002.

FILHO, Osmar Coelho; JUNIOR, Nilo Luiz Saccaro. **CIDADES CICLÁVEIS: AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS CICLOVIÁRIAS NO BRASIL**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Brasília, 1990. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7521/1/TD_2276.pdf. Acesso em 15 de ago. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2Gt0Cuq>. Acesso em 10 de ago. 2019.

FÓRUM MUNDIAL DA BICICLETA. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=F%C3%B3rum_Mundial_da_Bicicleta&oldid=56973859. Acesso em: 16 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis: Vozes. 1987.

FOXLUX. **Como usar uma chave allen**. Disponível em: <https://www.foxlux.com.br/blog/dicas/como-usar-uma-chave-allen/>. Acesso em 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª Ed. São Paulo, Editora Global, 1993.

G1 - CE. **Ciclista estudante da UFC morre atropelada por ônibus em Fortaleza. Novembro/ 2018**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/11/14/ciclista-estudante-da-ufc-morre-atropelada-por-onibus-na-avenida-bezerra-de-menezes.ghtml>. Acesso em 15 nov. 2018.

GALVANI, Giovanna. **“O estupro é você”: música feminista contra violência percorre o mundo**”. Carta Capital em 01/12/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>. Acesso em 03 de jan. 2020.

GELEDÉS. **Instituto da Mulher Negra**. In: Geledes. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/> Acesso em set.2019.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GLOCALIZAÇÃO. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Glocaliza%C3%A7%C3%A3o&oldid=54616928>. Acesso em: 27 mar. 2019.

GOLDBERG-SALINAS, Anette; BIROLI, Flávia: **Movimento Feminista**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em 5 de Setembro de 2019.

GOLDSTEIN, Donna M. **Laughter Out of Place: Race, Class, Violence, and Sexuality In a Rio Shantytown**. University of California Press, Ltd. London, England, 2003.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade. A Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, pp. 443-447, Mai. / Ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>. Acesso em 13 jul. 2019.

GRANDELLE, Renato. **Alertas do Inpe sobre desmatamento na Amazônia crescem 278% em julho**. Publicado em 06/08/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/alertas-do-inpe-sobre-desmatamento-na-amazonia-crescem-278-em-julho-23857095>. Acesso em 15 de ago. 2019.

GRAY, Chris H. (2002). **Cyborg Citizen: politics in the posthuman age**. New York: Routledge.

GREENPEACE. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Greenpeace&oldid=57375694>. Acesso em: 7 jul. 2019.

GROSSMAN, Rachel. **Women's place in the integrated circuito Radical America**. v. 14, n. 1, 1980, p. 29-50.

HOUDART, Sophie. Humanos e Não Humanos na Antropologia. Tradução: Dalila Floriani Petry. Université Paris Ouest Nanterre La Défense – Paris X, Paris, França. **ILHA**, v. 17, n. 2, p. 13-29, ago./dez. 2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n2p13>. Acesso em 23 ago. 2019.

GUEDES, Indira Lima. **Marcha das vadias como resposta carnavalizada do feminismo: Uma análise bakhtiniana de uma campanha fotográfica**. Fortaleza, CE. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2015) – Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83418>. Acesso em: 26 de Ago de 2019.

GUERRA, Paula. **A instável leveza do rock: gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutorado em Sociologia, 2010.

GUERRA, Paula; BITTENCOURT, Luiza; GELAIN, Gabriela. “Punk Fairytale”: Popular Music, Media, and the (Re) Production of Gender. In: **Gender and the Media: Women’s Places**. Published online: 30 Oct 2018; 49-68. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/S1529-212620180000026005>. Acesso em 15 de nov. 2019.

HABERMAS, JÜRGEN. **Direito e democracia: entre facticidade e validade II**. Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HANISH, Carol. **Women’s Liberation Movement, 1969**. Tradução livre. Texto original em inglês: Disponível em: <http://carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>. Acesso em 12 jun. 2019.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. **Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-**

humano. Tradução: Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica Editora, 2009.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Graal. 1979.

HEMERY, Sophie. **How cycling is keeping the fight for women’s rights moving in Saudi Arabia**. In: The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/sep/11/cycling-womens-rights-saudi-arabia-spokes-hub-gender-inclusive-community>. Acesso em 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política, e universidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. 2015. DOSSIÊ FEMINISMO E ANTIRRACISMO: “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.16, pp. 193-210, Jan. / Abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em 18 jul.2019

HOOKS, Bell. **From margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

HUIJG, Dieuwertje Dyi. **Contra quem? A conflituosa posição das militantes jovens brancas na luta transformadora**. VII Seminário Fazendo Gênero, Florianópolis, Brazil, p. 28-30, 2006.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

JENSEN, Anne. The power of urban mobility: Shaping experiences, emotions and selves on the bike. In: **New mobilities regimes in art and social sciences**. p. 273-286. 2013.

JORNAL O POVO. **Ciclista é atropelada na ciclofaixa por ônibus que fazia curva na Antônio Sales**. Maio/ 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/05/ciclista-e-atropelada-por-onibus-em-cruzamento-da-antonio-sales-com-do.html>. Acesso em 08 de set. 2018.

KOSACHENCO, Camila. **Jovens criam movimento “Vamos Juntas?” Para driblar a insegurança nas ruas**. 03/08/2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/08/jovens-criam-movimento-vamos-juntas-para-driblar-a-inseguranca-nas-ruas-4816280.html>. Acesso em 28 de set. 2019.

LATOURETTE, B. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.

LATOURETTE, B. **Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LENOIR, Remi. **Objeto Sociológico e Problema Social**. In: MERLLIÉ, Dominique.

Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59 – 106.

LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. Oxford University Press: New York, 1986.

LIBERTAD Y PENSAMIENTO. **Mulher cria empresa que doa bicicletas de bambu para crianças para que não saiam da escola**. Disponível em:

http://www.libertadypensamiento.com/2016/02/mujer-crea-empresa-que-dona-bicicletas-de-bambu-a-los-ninos-para-que-no-dejen-la-escuela.html?m=1&fbclid=IwAR2Mwa2geoeetsh6sYzhcp7OAB8jSPR7ej-tEGvaRapHPO_9M4zuu_k3Gy0. Acesso em 2019.

LIMA, José. **Ubuntu: “Eu sou porque nós somos”**. Abril/ 2018. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/ubuntu-eu-sou-porque-nos-somos-2/>. Acesso em 13 de mai. 2019.

LINKE, Clarisse. **É para passar ou para ser feliz?** Palestra em TEDxRio. 12/12/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p3Smiev3FSA>. Acesso em 20 set. 2019.

LOBO, Patrícia Alves de Carvalho. **Chicanas em busca de território: A herança de Gloria Anzaldúa**. Orientação de Professora Doutora Teresa F. A. Alves; Coorientação de Prof. Doutora Alexandra Assis Rosa. 2015. 437 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/19953/1/ulsd071168_td_Patricia_Lobo.pdf. Acesso em 2019.

LORENZI, Rodrigo. **The Handmaid’s Tale’ é uma série para nos deixar em alerta**. In: SCOTILHA. Cultura Dialogo e Informação. Disponível em: <http://www.aescotilha.com.br/cinema-tv/olhar-em-serie/the-handmaids-tale-primeira-temporada-hulu/>. Acesso em 2019.

LUDD, Ned (org.); **Apocalipse Motorizado: A Tirania do Automóvel em um Planeta Poluído**. Tradução Leo Vinicius; ilustrações de Andy. Singer. 2. ed. rev. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. (Coleção Baderna).

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em 06 de mar. 2019.

LUNAS, Alessandra da Costa. **Margaridas, seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade**. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf. Acesso em 12 set. 2019.

MACIEL, Tereza Rafaella Cordeiro. **As mulheres, a bicicleta e o direito à cidade: um estudo sobre O Projeto Ciclofeminista “Pedalzinho das Mina”**. 2017. 110f. - Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48580/1/2017_tcc_trcmaciel.pdf. Acesso em 2019.

MADRAÇA. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Madra%C3%A7a&oldid=56616649>. Acesso em: 1 nov. 2019.

MANÇANO, Luiza. **Acusados pelo estupro e assassinato da jovem argentina Lucía Pérez são absolvidos**. Brasil de Fato, Página 12, 27 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/27/acusados-pelo-estupro-e-assassinato-da-jovem-argentina-lucia-perez-sao-absolvidos/>. Acessado em 11 de ago. 2019.

MARCHA DA MARGARIDAS. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Margaridas. Acesso em 8 set.2019.

MARTINEZ, Fabiana. **Feminismos em movimento no ciberespaço**. Cadernos Pagu. Campinas, n. 56, e195612, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200502&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 set. 2019. Epub Sep 16, 2019. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012> .

MATRIZ ENERGÉTICA E ELÉTRICA. In: Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em 02 de set. 2019.

MATTOS, Geísa. **A cor das vítimas nas imagens flagrantes da violência policial e o ativismo digital anti-racismo no Brasil e nos Estados Unidos**. 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st29-3/10438-a-cor-das-vitimas-nas-imagens-flagrantes-da-violencia-policial-e-o-ativismo-digital-anti-racismo-no-brasil-e-nos-estados-unidos/file>. Acesso em: 30 de Outubro de2019.

MATTOS, Geísa. **A favor da favela: racialização no enfrentamento do Estado e das elites**. Questões e dimensões da política: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) / Organizadores John Comerford, Marcos Otavio Bezerra, Moacir Palmeira. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2017.

MCILVENNY, Paul. The joy of biking together: Sharing everyday experiences of vèlomobility. *Mobilities*. 2015 v. 10, no. 1 p. 55-82. DOI /10.1080/17450101.2013.844950. McKay, G. **Senseless Acts of Beauty. Cultures of Resistance since the Sixties**. London, UK: Verso, 1996.

MIES, Maria e SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. In: Coleção Epistemologia e Sociedade. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MILLS, C.Wright. **The Sociological Imagination**. New York: Oxford University Press. 1959.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Zika Vírus: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. In: Portal Ministério de Saúde do Governo. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/zika-virus>. Acesso em 06 de set. 2019.

MOBICIDADE. **Associação Pela Mobilidade Urbana em Bicicleta**. Disponível em: <https://www.mobicidade.org/sobre/>. Acesso em abr. 2019.

MORAGA, C; ANZALDÚA, G. **This Bridge Called My Back: Writings by Radical**

Women of Color. 4. ed. SUNY Press, 1981.

MOREIRA, Núbia Regina. **Feminismo Negro Brasileiro: Igualdade, Diferença e Representação.** 31º Encontro da ANPOCS. Minas Gerais, 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st18-5/2961-nubiamoreira-feminismo/file>. Acesso em 11 de Setembro de 2019.

MORTES CAUSADAS PELA POLUIÇÃO DO AR AUMENTAM 14% EM 10 ANOS, APONTA MINISTÉRIO DA SAÚDE. In: **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/06/07/mortes-causadas-pela-poluicao-aumentam-14percent-em-10-anos-aponta-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em 05 de ago. 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia.** Tradução Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Biking Afghanistan, Part 1: Gearing Up | Nat Geo Live.** In: National Geographic. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aez0ZdRK5Tw&t=34s>. Acesso em 6 de jul. 2019.

NBC NEWS. **Female Cyclists in Mexico Rally for Their Rights in The Street.** Disponível em: <https://www.nbcnews.com/video/female-cyclists-in-mexico-rally-for-their-rights-in-the-street-1035064899934>. Acesso em 2019.

NELSON, Margaret K. **Fictive kin, families we choose, and voluntary kin: What does the discourse tell us?** In: Journal of Family Theory & Review 5, no. 4 (2013): 259-281.

NOBERTO, Cristiane. **Em três anos, 3.200 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil.** In: Dado consta do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e leva em consideração dados de 2016, 2017 e 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/01/interna-brasil,817587/em-tres-anos-3-200-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-no-brasil.shtml>. Acesso em 2019.

OLGA, Organização Social Think. **Mapa Chega de Fiu Fiu. 2014.** São Paulo –SP. Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em 20 de ago. 2019.

OLGA, Think. **Primeiro Assédio.** Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>. Acesso em 01 de set. 2019.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura, a sociedade.** Tradução Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.95-120.

OXFAM International. **Yemen: Women get on their bikes for their rights.** Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/yemen-women-get-their-bikes-their-rights>. Acesso em 2019.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Painel_Intergovernamental_sobre_Mudan%C3%A7as_Clim%C3%A1ticas&oldid=57479688. Acesso em: 13 de nov. 2019.

PAIS, Ana. **O estuprador é você': o que pensam as criadoras do hino feminista que virou fenômeno global**. BBC News Mundo em 9/12/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095>. Acesso em 03 de jan. 2020.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). **1996. Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 240 pp.

PARDO, Daniel. **O chocante caso de abuso e morte de jovem de 16 anos que provoca indignação na Argentina**. BBC Mundo, em Buenos Aires. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692722>. Acesso em 13 de ago. 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia Não É Método. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul. / dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em 18 de set. 2019.

PINHO, Patricia de Santana. "Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 2005. RBCS v. 20 n. 59, pp. 37 – 50. ISSN: 0102-6909. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a03v2059.pdf>. Acesso em 2019.

PINK, Sarah (et. al.) **Digital Ethnography. Principles and Practices**. Introduction. London/California, Sage Publications, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. 2002. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero: Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PLANELLES, Manuel. **Mundo precisa de outra dieta alimentar para combater a crise climática, alerta ONU**. In: El País Internacional. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/07/internacional/1565193502_273906.html. Acesso em 12 de set. 2019.

POC E MURRO NA POC. In: Dicionário Popular. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/poc-e-murro-na-poc/>. Acesso em 2019.

POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL. **Jovem ativista brasileira abre cúpula de clima da ONU, em Nova York**. In: Notícias Socioambientais, publicado em 23/09/2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/jovem-ativista-brasileira-abre-cupula-de-clima-da-onu-em-nova-iorque>. Acesso em 25 de set. 2019.

POMPEU, Giuliana. **Conheça as Bike Anjas e pedale com elas!** Disponível em: <https://bikeelegal.com/conheca-as-bike-anjas-e-pedale-com-elas/amp/>. Acesso em 09 de jul. 2019.

POMPEU, Giuliana. **Relatório da contagem de ciclistas na av. Faria Lima 2018 - dezembro/2018**. Disponível em: <https://www.ciclocidade.org.br/noticias/1026-relato-rio-da-contagem-de-ciclistas-na-av-faria-lima-2018-dezembro-2018>. Acesso em 02 de set. 2019.

PORTAL DIFERENÇA. **Vegano e vegetariano: Qual a diferença entre vegano e vegetariano?** In: Diferença - Saúde. Disponível em: <https://www.diferenca.com/vegano-e-vegetariano/>. Acesso em 14 de nov. 2019.

PORTAL G1. **Brasil registra queda de 25% nos assassinatos nos dois primeiros meses do ano.** Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/18/brasil-registra-queda-de-25percent-nos-assassinatos-nos-dois-primeiros-meses-do-ano.ghtml>. Acesso em 24 de jul. 2019.

PORTAL SIGNIFICADOS. **Significado de Gentrificação.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/gentrificacao/>. Acesso em 09 de out. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: **LEI Nº 9.503**, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.html. Acesso em 15 de jul. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: **LEI Nº 13.724**, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13724.htm. Acesso em 30 de jul. 2019.

QC VEÍCULOS. **Grupos de pedal: Dicas e motivos para participar de um.** Disponível em: <http://qcveiculos.com.br/grupos-de-pedal/>. Acesso em 16 de jun. 2019.

RAMÍREZ, Gloria Muñoz; BELLINGHAUSEN, Hermann. Entrevista com Silvia Rivera Cusicanqui. In: **Ojarasca, La Jornada**, n. 235, p. 4 – 5. 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/11/10/ojarasca235.pdf>. Acesso em 06 de set. 2019.

RECUERO, Raquel. **As Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. **Sustentabilidade e cidadania: entenda o que é cicloativismo.** Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/atitude/sustentabilidade-e-cidadania-entenda-o-que-e-cicloativismo/>. Acesso em 27 de ago. 2019.

RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO THOMSON REUTERS. **Afganistão é o pior país do mundo para as mulheres viverem.** In: *Jornal Público* em 15 de Jun. 2011. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/06/15/sociedade/noticia/afeganistao-e-o-pior-pais-do-mundo-para-as-mulheres-viverem-1498796>. Acesso em 2019.

RELATÓRIO DO IPCC DIZ QUE AQUECIMENTO GLOBAL PODE REDUZIR SAFRAS E ALERTA PARA CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS TROPICAIS. In: G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/08/relatorio-do-ipcc-diz-que-aquecimento-global-pode-reduzir-safras-e-alerta-para-conservacao-de-florestas-tropicais.ghtml>. Acesso em 02 de set. 2019.

RELLSTAB, Clara. **La Frida Bike: Quando andar de bicicleta se transforma em busca pela autoestima.** Setembro / 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/17/le-frida-bike-quando-andar-de-bicicleta-se-torna-uma-busca-pela-autoestima_a_23480628/. Acesso em 02 de out. 2019.

RIBEIRO, Eduardo. **A história oral da Bicicletada em SP.** Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vvdja4/a-historia-oral-da-bicicletada-em-sp. Acesso em 02

de out. 2019.

RIOT GRRRL. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Riot_Grrrl&oldid=56981052. Acesso em: 17 dez. 2019.

ROBIN MORGAN. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Robin_Morgan&oldid=942256383. Acesso em 22 de ago. 2019.

RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria. **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Desafios contemporâneos). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h5jt2/pdf/rodrigues-9788579835155.pdf>. Acesso em 08 de out. 2019.

ROMANO, Rogério Tadeu. **Mudanças no Código Penal**. LEI Nº 13.718/18. In: JUS.COM, Publicado em 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69247/mudancas-no-codigo-penal>. Acesso em 2019.

ROSENDO, Daniela. **Ética Sensível ao Cuidado: Alcance e limites da filosofia ecofeministas de Warren**. Florianópolis. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103388/314919.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 set. 2019.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. In: BBC News Brasil. 30/09/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 15 de set. 2019.

SANZ, Paula Pérez. Reformulando la noción de “Derecho a la Ciudad” desde una perspectiva feminista. In: Encrucijadas. **Revista Crítica de Ciencias Sociales**, no 5, 2013, pp. 92-105. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4492706>. Acesso em 30 de ago de 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global**. 1. Ed. Buenos Aires: Katz Editores. 2014.

SATTAR, Abdul; HADID, Diaa. **Women Who Dare To Bicycle In Pakistan**. In: WOMEN & GIRLS, npr News. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2019/02/03/684438571/women-who-dare-to-bicycle-in-pakistan?fbclid=IwAR0JiuNEP3u5O22-UZi8eZG9th-PpSsT-15IBmI1RL0oluxlrRvGEuzqaNk>. Acesso em 2019.

SCHEIN, Rachel. **Como foi a Pedalada Pelada 2013**. Publicado em 10/03/2013. Disponível em: <http://vadebike.org/2013/03/pedalada-pelada-fotos-relato/>. Acesso em 05 de mai. 2019.

SENADO FEDERAL – AGÊNCIA SENADO. **Programa Bicicleta Brasil: Agora vai?** In: Portal Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/09/programa-bicicleta-brasil-agora-vai?fbclid=IwAR0HUXngpUytnC1eQksHCW4dwWmtYbNlr249RaHK-LyQesF-E4aZc2SUIIY>. Acesso em 11 de ago. 2019.

SIGNIFICADO E FUNÇÃO DO SAMU. In: Jornal Unicom. Disponível em: <http://blogdounicom.blogspot.com/2010/10/o-la-novamente-colegas-o-servico-de.html>. Acesso em 13 de jul. 2019.

SIGNIFICADOS. Significado de Gentrificação. In: Política e Cidadania. Disponível em: <https://www.significados.com.br/gentrificacao/>. Acesso em 2019.

SILVA, Lorryne Santos da. **#Eu, Empregada Doméstica: um ciberativismo feminista e anti-racista.** Orientação: Geísa Mattos de Araújo Lima, 2018. 97 f. TCC (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1qlN5hVEOdWz3ogX0l3GlCCK9ha4RwTQuFfB-78A5UGM/edit>.

SIMPSON, Clare. **Respectable Identities: New Zealand Nineteenth-Century'New Women'-on Bicycles!** In: The International Journal of the History of Sport 18, 2 n. (2001): 54-77.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves; MEDEIROS, Márcio Felipe Salles. Somos todos ciborgues: aspectos sociopolíticos do desenvolvimento tecnocientífico. In: **Revista de Sociologia Configurações**, n. 8, p. 11-32. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.570>. Acesso em 15 de ago. 2019.

SIRKIS, Alfredo. **Bike networking in Rio: the challenges for non-motorised transport in an automobile-dominated government culture.** In: Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability. 2000, v. 5, n. 1, p. 83-95. DOI: 10.1080/135498300113282. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/135498300113282?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em 15 de dez. 2019.

SISLEY, Dominique. **The all-female vigilante bike gang taking over LA.** In: DAZED, ARTS+CULTUREFEATURE. Disponível em: <https://www.dazeddigital.com/artsandculture/article/30453/1/the-all-female-vigilante-bike-gang-taking-over-la>. Acesso em 2019.

SOKOLOWSKI, Joanna; LAVALLE, Kate Trumbull. **Our Films Ovarian Psychos.** In: WOMEN & GIRLS. Disponível em: <http://www.pbs.org/independentlens/films/ovarian-psychos/>. Acesso em 2019.

SOUZA, Robson Fernando de. **O veganismo é essencialmente elitista e inviável para a população de baixa renda?** In: Veganagente, publicado em 11/10/2015. Disponível em: <http://veganagente.com.br/o-veganismo-e-essencialmente-elitista-e-inviavel-para-a-populacao-de-baixa-renda/>. Acesso em 14 de nov. 2019.

SUAREZ, Livia. **A representatividade da mulher negra na mobilidade urbana-bike.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u1UffCjANxk>. Acesso em 26 de junho 2019.

TORRES, Maximiliano. **O Ecofeminismo: “um termo novo para um saber antigo”.** Terceira Margem. Rio de Janeiro, n. 20, pp. 157-175, jan. / jul. 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/58487279-O-ecofeminismo-um-termo-novo-para-um-saber-antigo->

1.html. Acesso em 20 de ago. 2019.

UCB – **União de Ciclistas do Brasil**. A UCB. Disponível em: <https://www.uniaodeciclistas.org.br/sobre-a-ucb/>. Acesso em 09 de fev. 2019.

UCB – UNIÃO DE CICLISTAS DO BRASIL. **Bicultura – Encontro Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta e Cicloativismo**. Disponível em: <http://www.uniaodeciclistas.org.br/atuacao/bicultura/>. Acesso em 16 de jun. 2019.

UCB. **Categorias de Associação e Fichas de Cadastro**. Disponível em: <http://uniaodeciclistas.org.br/associe-se/>. Acesso em 2019.

UCB. **Porque falar de gênero e bicicleta? Do Brasil ao Fórum Mundial da Bicicleta no Equador**. In: União dos Ciclistas. Disponível em: <https://uniaodeciclistas.org.br/geral/porque-falar-de-genero-e-bicicleta-do-brasil-ao-forum-mundial-da-bicicleta-no-equador/>. Acesso em 2019.

UCB. **Resistência Feminina no Pedalar Diário na Cidade**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKy1_brKzMU&t=55s. Acesso em 16 de 2019.

UNICOM. **Significado E Função Do Samu**. Disponível em: <http://blogdounicom.blogspot.com/2010/10/o-la-novamente-colegas-o-servico-de.html>. Acesso em 12 de mar. 2019.

URRA. Flávio. **Feminicídio: o que eu tenho a ver com isso?** Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/01/08/feminicidio-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso.htm>. Acesso em 2019.

VÁDEBIKE.ORG. **Vídeo e fotos da Pedalada Pelada 2018**, com cerca de 1000 participantes em São Paulo. Publicado em 11/03/2018. Disponível em: <http://vadebike.org/2018/03/pedalada-pelada-fotos-video-sao-paulo-avenida-paulista-protesto-manifestacao-ciclistas/>. Acesso em 2 de ago. 2019.

VERDE, Redação Pensamento. **Sustentabilidade e cidadania: entenda o que é cicloativismo**. Pensamento Verde em 13/03/2014. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/atitude/sustentabilidade-e-cidadania-entenda-o-que-e-cicloativismo/>. Acesso em 12 de jul. 2019.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. Tradução de Sergio Lamarão. In: Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 87-103, Julho 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a07n96.pdf>. Acesso em 12 nov. 2019.

WALKER, A. **A cor púrpura**. Tradução: Peg Bodelson, Betúlia Machado e Maria José Silveira. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

WARKEN, Júlia. **Vamos juntas? Movimento quer unir mulheres que se sentem inseguras na rua**. 28/10/2016. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/vamos-juntas-movimento-quer-unir-mulheres-que-se-sentem-inseguras-na-rua/>. Acesso em 27 de out. 2019.

WESTON, Kath. **Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship**. Columbia University

Press, 1997.

WILLIAMS, Vanessa. **Style Black women take their place in D.C.'s bike lanes**. In: The Washington Post. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/black-women-take-their-place-in-dcs-bike-lanes/2011/07/08/gIQA9cPm7H_story.html?utm_term=.c04a4278a567. Acesso em 2019.

WORLD NAKED BIKE RIDE. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/World_Naked_Bike_Ride. Acesso em 20 de ago. 2019.

XAVIER, Giselle Noceti Ammon. **O cicloativismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/cicloativismoatores.html>. Acesso em 17 de jul. 2019.

XAVIER, Giselle Noceti Ammon. **O Desenvolvimento e a Inserção da Bicicleta na Política de Mobilidade Urbana Brasileira**. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95554>. Acesso em: 07 de mai. 2019.

YOUTUBE. Filme: **Elo perdido - O brasil que pedala**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e7BqJUpBgFY>. Acesso em 2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Pesquisa: O “Corpo Político” Feminista sobre Duas Rodas: Das Ruas às Redes

Pesquisadora: Tereza Rafaella Cordeiro Maciel

Roteiro de entrevista

OBS: Ao iniciar o áudio, gentileza gravar sua autorização me permitindo usar seu depoimento na pesquisa: (eu, nome, autorizo que meu depoimento seja utilizado nesta pesquisa)

Por favor, apresente-se: nome, idade, profissão, identidade de gênero, orientação sexual, auto-definição de cor, auto-definição de classe sócio-econômica, cidade onde atualmente mora.

1. Conte um pouco como começou sua relação com a bicicleta, o antes e o depois da *bike* e porque escolheu a bicicleta como meio de transporte e não outro.
2. Fale dos grupos os quais faz parte e como é sua relação com eles. Existe relação de cumplicidade, sororidade entre você e outras mulheres? Dê exemplos de situações vividas nesse aspecto (nas ruas ou na vida no geral).
3. Ao pedalar nas ruas, você enfrenta dificuldades, conflitos com motoristas, xingamentos, assédios, crimes cometidos por motoristas ao não seguirem as regras de trânsito (“acidentes de trânsito”), violências? Conte uma ou mais experiências vividas nesse aspecto.
4. Caso tenha vivenciado situação de conflito, assédio, opressão, etc. nas ruas, pode informar o local? Neste local havia ciclofaixa, ciclovia, ciclorrota, ou não havia faixa para bicicletas? O tráfego nesta via é pesado, médio ou leve?

Obrigada por colaborar com esta pesquisa, essa é uma construção nossa! Deixe seu *e-mail* registrado no áudio ou mande mensagem para o meu *e-mail* (tereza.trcm@gmail.com), assim que a pesquisa estiver finalizada, irei enviar para você. *Simbora* pedalar!

ANEXO A – DISCURSO DA CICLOATIVISTA PALOMA COSTA NO UN CLIMATE ACTION SUMMIT 2019

Discurso de Paloma Costa no UN Climate Action Summit 2019, 23/9/2019

Obrigado, senhor Secretário-Geral.

Meu nome é Paloma Costa, e eu sou do Brasil.

Eu sou uma socioambientalista, cicloativista, educadora do clima e mobilizadora da juventude. Eu venho testemunhando como comunidades indígenas e tradicionais e outros grupos minoritários sofrem o impacto da crise climática.

Um grande líder indígena do Brasil disse recentemente que os povos indígenas têm resistido desde o início. E quanto a nós? Estaremos aptos a resistir? Bem, a juventude está mobilizada, nós não vamos trabalhar com indústrias que desmatam, nós não ficaremos em silêncio. Já mudamos nossos hábitos, e vocês não estão nos acompanhando. Os povos indígenas possuem tanto conhecimento e conexão com nossa Terra, e nós ainda não damos ouvidos a eles. Eles se unem para proteger sua terra, por que não podemos fazer a mesma coisa e proteger nosso lar?

Nas últimas semanas, o mundo viu com horror as chamas consumirem a Amazônia. Eu vi o mundo rezando por nossas florestas e vi nossos povos indígenas lutando pela sobrevivência. Nós não precisamos de orações, nós precisamos de ação. E a reação que vemos não é suficiente. Então eu me pergunto: precisamos ver a Amazônia em chamas para começar a fazer alguma coisa? Eu acho que não.

Desde minha primeira greve pelo clima com a Greta, na COP 24, meio bilhão de árvores foram destruídas na Amazônia. As pessoas ainda me perguntam se eu tenho medo de defender o meio ambiente, porque defensores ambientais vivem em grande perigo. Bem, eu NÃO TENHO! Tenho medo de morrer por causa da crise climática.

Estamos vivendo uma emergência climática que está afetando nossa segurança alimentar, nossa saúde e nossas vidas. E nós temos as soluções para resiliência e para mitigação.

Nós vivemos em um mundo dividido, enquanto temos aqui as melhores mentes ainda há pessoas fora daqui, e aqui dentro, se perguntando se a crise climática é real ou não. Bem, é.

O próprio Secretário-Geral lançou um desafio ao mundo, eu tenho trabalhado junto com a ONU para ajudar a realizar a Cúpula da Juventude para o Clima, no sábado, por meio do grupo de trabalho jovem. Eu sei que todos aqui estão prontos. Eu sei. Vocês vão parar de falar para que possamos transformar os compromissos em ação e solução? Ou vamos esperar nos encontrarmos ano que vem novamente aqui? Se eu posso pedir alguma coisa a nossos líderes eu diria que quero que todas as nações declarem emergência climática, para que isso se torne o primeiro item da agenda de todos os líderes. Minha demanda não é uma mera declaração simbólica, mas um compromisso genuíno com o meio ambiente e com os povos originários e tradicionais, que o protegeram por séculos e que ainda são oprimidos.

Eu continuarei a informar a juventude, a defender os direitos humanos e ambientais, a ouvir os jovens e os povos indígenas, para construir a agenda do clima no Brasil SEM desculpas. Eu não quero ouvir desculpas aqui. Agora é a SUA vez de fazer história e de tomar uma atitude urgente, para garantir um futuro seguro para todos nós. Vamos fazer isso juntos. Estamos aqui agora. É a nossa hora.

Fonte – Site do Instituto Socioambiental

ANEXO B - MANIFIESTO CRIADO PELAS CICLOATIVISTAS LATINO-AMERICANAS

Manifiesto FMB 8

El siguiente texto construye sobre el Manifiesto FMB 7 redactado por las compañeras de Lima en anticipo al Foro que se celebró en su ciudad. En el marco del FMB8, las mujeres y disidencias nos reunimos en nuestro Primer encuentro y se llevó a cabo nuestra primera asamblea. Es a raíz de nuestras experiencias en estos espacios que nos acercamos a la Asamblea del FMB con este documento. En este sentido, La Comisión de mujeres y disidencias del FMB 8 reconoce el trabajo realizado previamente y lo complementa a la luz de las temáticas que se han venido discutiendo a lo largo del último año respecto a los espacios seguros, la inclusión, la interseccionalidad, y la violencia de género. Respecto a lo anterior, propone a la Asamblea los siguientes puntos para avanzar hacia una sana convivencia basada en la equidad de género.

Queremos solicitar a la Asamblea del FMB8 la creación de los estatutos del Foro Mundial de la Bicicleta que se vienen proponiendo desde hace varios Foros atrás. Dentro de estos estatutos, exigimos la inclusión de los siguientes lineamientos. Estamos convencidos de que alineándonos bajo estos principios nos encaminaremos hacia la sociedad más orgánica, equitativa, horizontal, justa y sostenible que deseamos tener.

1. Proponemos la creación de una nueva comisión permanente: Comisión de mujeres y disidencias.
2. Somos activistas ciclistas y queremos transformar positivamente tanto nuestras relaciones interpersonales como nuestros territorios con empatía, inclusión, respeto y cuidado para todes.
3. Respetamos desde nuestras acciones la diversidad de nuestros cuerpos, territorios y desplazamientos, y promovemos la movilidad sostenible con alegría y valentía. Entendemos que la sostenibilidad abarca los principios del cuidado al medio ambiente; las economías justas; y la equidad social.
4. Exigimos que el Foro adopte una perspectiva de sostenibilidad que sea coherente con los principios del desarrollo sostenible en su dimensión medioambiental. Mitigando el consumo innecesario; la generación de residuos contaminantes; y evitando el desperdicio de alimentos.
5. Nos unimos a luchas a favor de la dignidad e igualdad de las personas promoviendo accesos, derechos y oportunidades en todos nuestros territorios. Sabemos que en ocasiones para propiciar el acceso de oportunidades de manera igualitaria es necesario generar acciones focalizadas para los grupos menos privilegiados.
6. Queremos que el Foro asuma como compromiso el respeto a la interseccionalidad(1)(2):
 - 6.1. Que sea requisito apuntar a una repartición mínima de 50/50 entre hombres y mujeres y disidencias en coordinación, ponencias, charlas magistrales, y demás formatos de participación.
 - 6.2. Que se replantee el formato de recibimiento de postulaciones para incluir formas de expresión y construcción de saberes que pueden manifestarse a través de medios distintos a la palabra escrita.
 - 6.3. Que el Foro fomente espacios de participación alternativos concorde al punto 6.2.
 - 6.4. Que el Foro adopte una posición activa en la búsqueda de participantes de identidades no hegemónicas a través de la invitación explícita a las personas históricamente excluidas de los espacios de participación ciudadana.
8. Acordamos utilizar lenguaje inclusivo y no sexista así como evitar prácticas en las que se objetiven nuestros cuerpos. Esperamos que el Foro adopte prácticas de inclusión como la señalética no-binaria en los baños y espacios de privacidad; y se asegure de que las sedes sean universalmente accesibles y ciclo-inclusivas.
8. Promovemos el bien común y los espacios colectivos, tanto mixtos como exclusivos para mujeres y disidencias, a favor de un sistema mundial sostenible y que reconozca positivamente nuestra diversidad de ser, estar y desplazarnos en nuestros territorios, libremente y sin miedos. Exigimos que las dinámicas de estos espacios sean respetadas por todes les participantes del Foro.
9. Nos comprometemos a que dentro del FMB y en nuestros colectivos se generen espacios de trabajo libres y seguros, así como acciones con enfoque de género (3).
10. Exigimos que el Encuentro de mujeres y disidencias se institucionalice en el marco del Foro, en horarios que no impidan la participación de mujeres y disidencias en otras actividades del Foro.
 - 10.1. Todas las organizaciones deberán establecer y facilitar espacios para el Encuentro de mujeres y disidencias, reservándole una jornada completa.

10.2. Se deberá garantizar el acceso a todos los recursos y servicios que sean requeridos para facilitar y potenciar la participación de mujeres y disidencias en el Foro.

11. Urgimos al Foro asumir los protocolos de seguridad creados por la Comisión de mujeres y disidencias:

11.1. Se deberá hacer un mapeo de las organizaciones locales que puedan brindar apoyo frente a instancias de violencia.

11.2. Se socializarán los protocolos con las personas vinculadas con los lugares donde se realiza el Foro y todas sus actividades relacionadas.

11.2. Se harán vinculantes los acuerdos de convivencia pactados en el FMB8.

12. Respetamos y valoramos todas las experiencias, percepciones y concepciones individuales y colectivas y cómo estas aportan y suman al movimiento ciclista.

(1) Entendemos por interseccionalidad las diversas formas en que nuestra identidad se construye en función del entrecruzamiento de dimensiones como clase, raza, género, nacionalidad, etc.

(2) La intención de incorporar voces diversas en nuestras acciones y análisis, buscar que en todos los espacios de trabajo haya diversidad de opiniones, voces y contextos sociales.

(3) Estamos conscientes de que el género como una construcción sociocultural favorece una mirada patriarcal, androcéntrica, heteronormada, y colonial en nuestros espacios privados y públicos; sin embargo, sabemos también que es algo dinámico al igual que nuestras culturas, por lo que apelamos al respeto, la libertad y la vida en dignidad para todas las personas.

ANEXO C – CARTA ABERTA SOBRE FÓRUM MUNDIAL



UNIÃO DE CICLISTAS DO BRASIL – UCB

Fundada em 24 de novembro de 2007

CNPJ 10.716.347/0001-99

CARTA ABERTA SOBRE O FÓRUM MUNDIAL DA BICICLETA E SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL DO 8ª FÓRUM MUNDIAL DA BICICLETA

Do Conselho Deliberativo da UCB - União de Ciclistas do Brasil

Para a Comissão Organizadora do FMB8 Quito 2019

Para toda a comunidade de cicloativistas e de participantes interessados no FMB

I - APRESENTAÇÃO

Ao tempo em que agradece e parabeniza todos os membros da Comissão Organizadora pela realização do 8º Fórum Mundial da Bicicleta - FMB8, ocorrido em Quito/Equador de 25 a 28 de abril de 2019, a UCB - União de Ciclistas do Brasil, vem, a público, manifestar seu desacordo pela forma como foi conduzida a Assembleia Geral do evento por sua Mesa Coordenadora, ocorrida na tarde e início da noite do dia 28 de abril de 2018, bem como oferecer recomendações para o Fórum Mundial da Bicicleta, em todas as suas edições futuras.

A UCB entende que a forma de condução da Assembleia Geral foi desrespeitosa com todos os participantes da mesma e que feriram os princípios democráticos que sustentam a atuação da sociedade civil organizada.

Para a elaboração desta Carta Aberta, a UCB ouviu brasileiros e brasileiras que participaram da Assembleia Geral, quase todos/as Associados Individuais da UCB e/ou representantes de Associadas Instituições Atuantes da UCB, incluindo membros da Diretoria da UCB e deste Conselho Deliberativo da UCB. Os fatos descritos nesta Carta podem ser buscados no vídeo da Assembleia Geral, disponível em <http://bit.ly/2V0x8lg>

II - CONTEXTUALIZAÇÃO

O Fórum Mundial da Bicicleta é uma importante conquista da sociedade civil organizada global. A iniciativa foi de cicloativistas de Porto Alegre, no Brasil, que se espalhou para a América Latina e, agora, para o planeta.

Pela característica de Fórum, o encontro tem favorecido e deve continuar favorecendo o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de proposições de ações locais e conjuntas em favor da mobilidade por bicicleta e da democratização do espaço público e da sociedade em geral.

Pela característica de sociedade civil, tem se pautado pelo princípio de democracia e horizontalidade das decisões e pelo respeito à pluralidade de opiniões e de diversidade das pessoas e grupos que participam e que fazem acontecer o FMB.

A UCB - União de Ciclistas do Brasil, instituição que congrega instituições de ciclistas e ciclistas e que recebe apoio formal de instituições de outros ramos da sociedade civil, tem participado e apoiado a participação de brasileiros/as em todas as edições do FMB.

A UCB tem defendido, em todos estes anos, a qualificação do FMB no sentido de torná-lo mais organizado institucionalmente, de torná-lo menos suscetível ao desvirtuamento dos seus princípios, de ampliar a democratização das suas decisões e de deixar claras as regras do seu funcionamento para instruir a participação de todos e de todas - tudo isso para evitar problemas como a indefinição dos critérios de seleção de sedes e do funcionamento das assembleias, bem como para definir o formato das apresentações e debates do Fórum, os critérios para seleção de parceiros apoiadores, entre outros temas.

Apesar disso, esta qualificação tem sido protelada, seja através da omissão de quem tem participado dos FMBs, seja através de tentativas frustradas de estabelecer regras para seu funcionamento.

Por este motivo, a UCB se sente no direito e na obrigação de se manifestar publicamente tanto acerca do Fórum Mundial da Bicicleta tomado amplamente, quanto da recente Assembleia Geral do FMB8 em Quito.

III - RELATO DE OCORRÊNCIAS NA ASSEMBLEIA GERAL

Foi reportado para a UCB, pelos participantes da Assembleia Geral, o que segue:

1. **Regimento da Assembleia Geral: a Mesa Coordenadora impôs o Regimento sem consultar a Assembleia Geral**
 - a. O Regimento da Assembleia Geral, com o nome de "Protocolo de la Asamblea del FMB8" (disponível em <http://bit.ly/2V2zbyl>) foi divulgado pelo grupo do Whatsapp do FMB apenas na tarde da Assembleia Geral e afixado impresso na porta do auditório, portanto sem conhecimento prévio dos participantes do FMB8;
 - b. O Regimento (Protocolo) não foi submetido à discussão e aprovação pela Assembleia Geral - ou seja, a Assembleia Geral iniciou e foi conduzida sem ter seu Regimento aprovado pelos participantes da Assembleia Geral.
2. **Horário de inscrição: a Mesa Coordenadora anulou o resultado da votação da Assembleia Geral e impôs sua proposta**
 - a. Segundo o Regimento imposto à Assembleia Geral, somente teriam direito a voto as pessoas que se inscrevessem até as 15h00 - após esse horário, ninguém mais poderia votar;
 - b. Participantes do FMB8 que chegaram à Assembleia Geral depois deste horário apresentaram à Assembleia Geral a proposta de que qualquer pessoa inscrita no FMB deve ter direito a voto a qualquer momento durante a Assembleia Geral;
 - c. A Mesa Coordenadora apresentou a proposta de que a inscrição se encerrasse às 16h00;
 - d. A Mesa Coordenadora submeteu ambas propostas à votação, mas sequer divulgou o resultado; o resultado foi conhecido após a pergunta de um participante da Assembleia

Geral (28min30seg do vídeo): 108 votos para proposta apresentada pelo participante da Assembleia Geral contra 88 votos para a proposta apresentada pela Mesa Coordenadora;

- e. Em seguida, demonstrando uma postura autocrática e arbitrária, a Mesa Coordenadora desconsiderou o resultado da votação e apresentou uma nova proposta, de que as inscrições se encerrassem às 16h30; assim, por meio de uma nova votação, rápida, mal conduzida e sem contagem ou validação dos votos, impôs sua vontade e deu por vencida a nova proposta (33min20seg do vídeo).

3. Comissão Organizadora dos FMBs: a Mesa Coordenadora não colocou em votação as propostas apresentadas por participantes da Assembleia Geral e impôs sua proposta

- a. Para a melhor organização do FMB, constou, como primeiro ponto de pauta, o item “Formalización del FMB y suas implicancias”, que pode ser entendido sobre a forma de funcionamento e organização geral do FMB, o que deveria incluir a decisão sobre a formação de uma estrutura administrativa e deliberativa e sobre um regulamento do FMB, sob a forma de regimento ou estatuto;
- b. Em seguida, a Mesa Coordenadora apresentou a proposta de “Ampliamos/creamos la comisión para definir un acuerdo de estatuto/normas del FMB” (doravante denominaremos de “Comissão de Estatuto”), com prazo de seis meses, sendo que os interessados em integrar esta Comissão de Estatuto deveriam enviar uma mensagem para o endereço cgeneral@fmb8.org, alegando que desta forma se aproveitariam as pessoas com tempo e disposição para contribuir; entretanto, a Mesa Coordenadora não apresentou propostas de dimensão desta Comissão de Estatuto nem critérios para a seleção das pessoas inscritas (por país, gênero etc.);
- c. Dois participantes da Assembleia Geral apresentaram propostas: uma, de que esta Comissão de Estatuto seja composta por um representante de cada um dos países onde já foram e onde estão agendados FMBs; e outra, de que seja realizada uma eleição para a escolha dos membros da Comissão de Estatuto. Adicionalmente, uma participante da Assembleia Geral reforçou a necessidade de aprovar que a Comissão de Estatuto possua paridade de gênero entre seus membros;
- d. Entretanto, em uma nova postura autocrática e arbitrária, a Mesa Coordenadora desconsiderou completamente as duas propostas apresentadas por participantes da Assembleia Geral, não colocou estas propostas em votação e impôs a sua própria proposta de que interessados/as escrevam para cgeneral@fmb8.org.

4. Outras questões: extrapolação de atribuições das Mesa Coordenadora e falta de esclarecimento

- a. A Mesa Coordenadora, não obstante tenha se apresentado com a função de “facilitadora” da Assembleia Geral, ao invés de mediar as intervenções dos participantes, propor entendimentos e ajustes de propostas e encaminhar as propostas surgidas dos participantes para a deliberação da Assembleia Geral, agiu, durante toda sua duração, preponderantemente, como uma defensora das posições e propostas da própria Mesa Coordenadora, o que se caracteriza como um flagrante desvio de suas atribuições;
- b. Um participante brasileiro apresentou uma questão de ordem, alertando para o fato de que as decisões tomadas por voto e de que as propostas dos participantes da Assembleia Geral não estavam sendo encaminhadas, entretanto a Mesa Coordenadora não deu qualquer encaminhamento para tal manifestação;
- c. Uma brasileira e um colombiano residente no Brasil se ofereceram para traduzir algumas falas de participantes brasileiros/as para o espanhol, facilitando o entendimento de quem não fala português, mas a oferta não foi aceita pela Mesa Coordenadora;

- d. Um grupo de brasileiras e brasileiros participantes da Assembleia Geral, após se reunirem em separado, com autorização da Mesa Coordenadora, fizeram um pronunciamento crítico à forma como a Assembleia Geral estava sendo coordenada, destacando o desrespeito à votação realizada sobre a inscrição de participantes e o não encaminhamento da votação das propostas sobre a Comissão de Estatuto; após isso, a Mesa Coordenadora, pedindo desculpas aos brasileiros e brasileiras, reduziu todo o conteúdo da manifestação a problemas de entendimento de língua e de falta de tradução;
- e. Foi extremamente confusa a forma de consultar a Assembleia Geral sobre "Formalizarmos através de una personeria jurídica el FMB"; o termo "formalização" gerou diversas dúvidas, dado o seu significado nos diversos países, e sobre se isto abrange ou não uma estrutura administrativa e/ou um regulamento; apesar da manifestação de diversos participantes da Assembleia Geral propondo entendimentos sobre a questão, a votação a este respeito foi conduzida pela Mesa Coordenadora sem que se tivesse chegado a um esclarecimento sobre a proposta;
- f. Na continuidade do tema acima, a apresentação da proposta de "Ampliamos/creamos la comisión para definir un acuerdo de estatuto/normas del FMB" (o que denominamos de "Comissão de Estatuto") foi, mais que confusa, obscura; não ficou claro se se tratava de ampliar a comissão que fora formada no FBM6 do México ou de criar uma nova comissão, tampouco se definiu a quantidade de participantes em tal Comissão de Estatuto e o seu modo de funcionamento; ainda assim, a proposta foi encaminhada para votação pela Mesa Coordenadora.

IV - MANIFESTAÇÃO DE DESACORDO DA UCB

1. Sobre a condução dos trabalhos da Assembleia Geral pela Mesa Coordenadora

- a. A Mesa Coordenadora, ao ignorar o resultado da votação sobre o horário de inscrição e ao desprezar as propostas apresentadas por participante da Assembleia Geral sobre a Comissão de Estatuto do FMB, desrespeitou todo o conjunto dos participantes da Assembleia Geral - e, no limite, todo o Fórum Mundial da Bicicleta - e não apenas os participantes que apresentaram, legitimamente, suas propostas;
- b. Adicionalmente, ao apresentar propostas confusas e ao conduzir votações que permitiam interpretações dúbias sobre a formação da Comissão de Estatuto do FMB, a Mesa Coordenadora desfavoreceu a correta tomada de decisões pela Assembleia Geral, o que pode adiar e colocar em risco o necessário aprimoramento técnico e político do FMB;
- c. Assim, a UCB entende que, observada no seu conjunto, a Assembleia Geral, de modo geral, foi utilizada para homologar as decisões previamente tomadas pela Mesa Coordenadora;
- d. Adicionalmente, a UCB entende que foi perdida mais uma oportunidade de fazer da Assembleia Geral um exercício de fortalecimento da democracia do FMB e de, com isto, caracterizar-se como um modelo de democracia ofertado pelo cicloativismo para o conjunto dos movimentos sociais organizados globais;
- e. Assim sendo, a UCB manifesta seu descontentamento e desaprovação à forma como foi conduzida a Assembleia Geral do FMB8 pela Mesa Coordenadora.

2. Sobre as decisões tomadas na Assembleia Geral

- a. A UCB entende que uma correta e democrática condução da Assembleia Geral poderia ter levado a resultados diferentes, mas referendaria institucionalmente qualquer resultado

mesmo que deles discordasse; entretanto, como foi relatada falta de democracia na condução da Assembleia Geral pela Mesa Coordenadora, a UCB apresenta aqui seu ponto de vista sobre as decisões tomadas e que passam a ser vigentes;

- b. A UCB entende, ainda, pelos relatos apresentados, que também houve omissão e passividade por parte dos participantes da Assembleia Geral, que aceitaram sem questionar ou se interpor ao modo como a mesma foi conduzida pela Mesa Coordenadora - sobre isso, a UCB manifesta sua decepção;
- c. Dito isto, a UCB manifesta sua discordância com a decisão de impedir a participação de pessoas inscritas no FMB8 por motivo de horário, haja vista que muitas delas estão em outras ocupações ligadas direta ou indiretamente ao evento;
- d. A UCB entende que não cabe a justificativa de delimitação inicial do quorum para a aferição dos resultados das votações, devendo ser adotada a aferição proporcional a cada votação - caso contrário, as pessoas inscritas ficariam impedidas de sair da Assembleia Geral para não derrubarem o quorum;
- e. Desta forma, a UCB defende que nenhum participante regularmente inscrito no FMB, muitos dos quais oriundos de países distantes, pode ser impedido de votar na Assembleia Geral, desde que chegue à mesma no momento da votação;
- f. A UCB manifesta também sua discordância com o método confuso e sem critérios prévios para a composição da Comissão de Estatuto do FMB; não foi informado quem recolherá as inscrições, não foi definida a quantidade de participantes da Comissão de Estatuto, não foram definidos os critérios para a composição da Comissão de Estatuto (nacionalidade, gênero, vinculação institucional etc.);
- g. A UCB entende que a Assembleia Geral deveria ter definido ao menos critérios básicos e claros sobre a Comissão de Estatuto, para não deixar as decisões unicamente a cargo dos próprios inscritos interessados, que não se sabe se possuem respaldo em seus países.

V - RECOMENDAÇÕES DA UCB

1. Recomendamos que as Comissões Organizadoras dos próximos FMBs:

- a. Estejam comprometidas com os princípios da democracia e transparência que devem caracterizar os movimentos organizados de transformação social;
- b. Concedam atenção para a criação de momentos e espaços de tomada de decisões coletivas e de formação de acordos entre os participantes para que haja um claro entendimento entre todos os envolvidos, incluindo todas as línguas e nacionalidades, especialmente em relação à Assembleia Geral do FMB, que é ocasião maior e principal de exercício democrático do encontro;
- c. Garantam a aprovação do regulamento do FMB, que está em vias de ser elaborado pela Comissão de Estatuto criada na Assembleia Geral do FMB8, bem como que acatem suas deliberações, desde que democraticamente aprovadas - caso contrário, que despendam esforços para a correção dos seus vícios nas Assembleias que estiverem aos seus encargos.

2. Recomendamos que a Comissão de Estatuto do FMB:

- a. Inicialmente, defina e debata os critérios para sua própria composição e funcionamento, haja vista a total falta de clareza a este respeito, e que os seus membros mantenham diálogo para fundamentar suas decisões junto aos seus países, ao invés de decidirem unicamente por seus entendimentos particulares - caso contrário, a Comissão de Estatuto

poderá ter sua legitimidade contestada pela comunidade cicloativista global e colocar em risco sua própria missão democratizadora;

- b. Seja composta com paridade de gênero, incorporando as questões contidas no Manifesto das Mulheres, e que mantenha a proporção de participantes por países;
- c. Mantenha transparência, através de informes públicos constantes, tanto acerca da sua própria formação e funcionamento, quanto, em seguida, do andamento e dos resultados dos seus trabalhos;
- d. Contemple, nas propostas de regulamento para o FMB, regras para o funcionamento das Assembleias Gerais, garantindo que elas sejam o espaço por excelência da democracia que o evento pretende encarnar.

3. Recomendamos a todos/as os/as participantes dos FMBs:

- a. Mantenham vigilância e defendam a Assembleia Geral do FMB como órgão soberano e de democracia máxima do FMB, haja vista ser composta de múltiplas nacionalidades, vinculações institucionais, gêneros, raças e pontos de vista;
- b. Não se isentem de defender outros/as participantes quando estes tiverem seus direitos de manifestação impedidos;
- c. Exijam das Mesas Coordenadoras das Assembleias Gerais que, mediante mediação, sistematização e esclarecimentos, submeta à votação todas as propostas advindas dos participantes da Assembleia Geral;
- d. Exijam das Mesas Coordenadoras das Assembleias Gerais que acatem e implementem todas as decisões tomadas por votação;
- e. Estejam vigilantes para a correta formação e funcionamento da Comissão de Estatuto do FMB, bem como que acompanhem a atuação dos membros dos seus países que forem selecionados para dela participarem;
- f. Por fim, que todos e todas empreendam esforços individuais e, quando for o caso, institucionais, para que os princípios de democracia e transparência que devem reger o Fórum Mundial da Bicicleta sejam mantidos e aprofundados a cada evento.

Vida longa ao FMB!

Brasil, 14 de maio de 2019.

Conselho Deliberativo
UCB - União de Ciclistas do Brasil